



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

# DUE DILIGENCE

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIAS

2024.1

**PUBLICAÇÃO:**

28 de outubro de 2024



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

# RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIAS

## 2024.1

**Este relatório é publicado em cumprimento ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

**SERGIPEPREVIDÊNCIA**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**  
Praça General Valadão, 32, bairro Centro - Aracaju – SE  
CEP: 49010-520  
Tel: (79) 3198-0800 / (79) 99191-6274 (WhatsApp)  
E-mail: atendimento@sergipeprevidencia.se.gov.br



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

# DIRETORIA-EXECUTIVA

José Roberto de Lima Andrade

**DIRETOR PRESIDENTE**

José Normando da Mota Guimarães Filho

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Gildo de Souza Xavier Filho

**DIRETOR DE PREVIDÊNCIA**



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

# Sumário

SEÇÃO I .....	5
INFORMAÇÕES GERAIS.....	5
MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	6
INSTITUCIONAL.....	9
PROCESSO DE DECISÃO DE INVESTIMENTOS.....	10
ANÁLISE ECONÔMICA E PESQUISA.....	11
COMPLIANCE.....	12
SEÇÃO II .....	13
APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	13
PANORAMA GERAL .....	14
ESTRATÉGIA NAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CREDENCIADAS.....	19
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - BANCO DO BRASIL.....	20
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	21
RENTABILIDADE FINANCEIRA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS .....	22
CONCLUSÃO .....	23
SEÇÃO III .....	25
INFORMAÇÕES SOBRE SOBRE COMPATIBILIDADE DO ATIVO E PASSIVO (ALM) E DOCUMENTOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO.....	25



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

# SEÇÃO I

## INFORMAÇÕES GERAIS



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2024, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe - SergipePrevidência completou 18 anos desde a sua fundação em 2006, sendo responsável pela gestão de um montante financeiro de mais de R\$ 2,2 bilhões de reais para mais de 30 mil beneficiários no primeiro semestre no ano de 2024.

No início de 2024, o cenário econômico mostra uma tendência para uma levíssima queda na taxa de juros, mesmo com a taxa de juros do Brasil, tanto nominal quanto real, sendo uma das maiores do mundo. Embora haja uma tendência para uma queda na expectativa de inflação, a taxa de juros caiu apenas 0,65%, passando, nesse ano, de 11,15% em janeiro para 10,50% em junho em termos nominais, de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central. Tudo isso como forma instrumental de atuação do Bacen por adotar política de juros altos.

Durante o ano de 2024, o que pode notar levemente é uma melhoria no cenário econômico. Os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam uma expansão econômica de 0,8% no primeiro trimestre do ano de 2024, sendo uma leve recuperação em relação ao quarto trimestre do ano de 2023. Os principais setores em destaque foram a Agropecuária com crescimento de 11,3%, além do setor de serviços; 1,4%. Vale pontuar o crescimento do consumo das famílias que foi incrementado em 1,5%. Isso tudo entra em um cenário de favorecimento para a população, dado que, devido à suavização da taxa de juros e à junção no controle dos índices de preços, o ambiente ficará mais propício a favorecimento de crédito, mesmo que não seja o cenário perfeito dada a restrição causada pelos juros ainda elevados.

Ademais, o que se pode continuar enfatizando são os sinais emitidos pelos relatórios do Banco Central. As projeções apontadas direcionam a um caminho de estabilidade dos preços ao analisar a meta traçada pelo órgão.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

O Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), responsável por aferir as variações do preço, apresenta, consoante com o relatório do Banco Central e IBGE, um declínio na meta de inflação de 3,25% para 3,0% em comparação aos anos de 2023 e 2024 com um intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 pontos percentuais, bem como uma tendência para um processo de estabilização, uma vez que a meta traçada de 2024 também será a de 2025. Isso favorece não apenas ao planejamento dos agentes econômicos para com suas expectativas, como também uma cabível flexibilização de uma política monetária a qual seja voltada para fornecimento de crédito para consumidores e empresas. Portanto, a partir das projeções e atuação do Banco Central em conjunto com todos os órgãos, entidades e toda a população do Estado brasileiro, todos podem se beneficiar com um planejamento adequado e bem estruturado.

Neste contexto, a equipe do SergipePrevidência demonstrou vigilância constante e tomou decisões oportunas, alinhadas com as condições econômicas vigentes. Isso permitiu a minimização de potenciais impactos adversos em sua gestão administrativa e nos recursos financeiros, especialmente os investimentos.

Em maio de 2024, foi aprovado um novo projeto de lei que resultou no reajuste salarial de diversos grupos de servidores públicos. Além disso, houve reajuste do piso do magistério.

É importante destacar que servidores aposentados e pensionistas também foram beneficiados com essas mudanças. Seus aumentos de proventos teve um impacto significativo na folha de pagamento, resultando em um maior montante a ser gerenciado pelo SergipePrevidência.

No final de 2020 obtemos a Certificação nível III (Pró-Gestão), concedido pela Secretaria de Previdência em conjunto com o Instituto de Certificação Brasil – ICQ BRASIL, reconhecendo a aplicação de boas práticas de gestão e governança corporativa no SergipePrevidência. Salienta-se que fomos a segunda unidade federativa nacional a obter a certificação nível III.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

Agradecemos o apoio e a confiança do Governo de Sergipe e dos nossos segurados, objetivo principal do nosso trabalho. Reconhecemos o esforço e o profissionalismo do nosso corpo funcional e dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Estadual de Previdência Social e do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários. Esse apoio e a dedicação foram fundamentais para consolidar as conquistas obtidas até o primeiro semestre de 2024 e construir um segundo semestre que reflita nosso propósito de assegurar a sustentabilidade dos benefícios previdenciários para os nossos segurados.

**JOSÉ ROBERTO DE LIMA ANDRADE**

Diretor-Presidente do SERGIPEPREVIDÊNCIA



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO



## INSTITUCIONAL

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe - SergipePrevidência é uma entidade jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta do Governo De Sergipe e vinculada à Administração Direta – Secretaria de Estado da Administração, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e orçamentária.

É a entidade responsável pela gestão o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe (RPPS/SE), especialmente, quanto à operacionalização dos respectivos planos de benefícios previdenciários, nos termos e para os fins da Lei Complementar nº 113, de 1º de novembro de 2005, e suas alterações posteriores. Tendo como público os servidores públicos da Administração Direta e Indireta, autárquica e Funcional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública do Estado.

O SergipePrevidência tem como Missão garantir a concessão dos benefícios previdenciários aos segurados e beneficiários, por meio da gestão ética, transparente e participativa, de forma acolhedora e prestativa. Como Visão, ser referência nacional na gestão dos regimes próprios de previdência social, com base nos pilares da gestão governamental, controle interno e da educação previdenciária, com foco em inovação. E como Valores a ética; a cordialidade; a transparência; a participação; e a justiça.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## PROCESSO DE DECISÃO DE INVESTIMENTOS

As diretrizes da política de investimentos do SergipePrevidência são debatidas pela Diretoria Executiva e, posteriormente, avaliadas pelo Comitê de Investimentos. O Comitê de Investimentos delibera sobre a alocação geral de risco/retorno para os investimentos. Em seguida, a Gerência de Arrecadação e Investimentos elabora a política, que é apresentada ao Conselho Estadual de Previdência Social para aprovação e posterior publicação.

A definição de faixa de alocação de risco/retorno é regra para o balizamento das estratégias de alocação entre os diversos ativos contidos nos respectivos mercados para todos os investimentos realizados pelo SergipePrevidência.

Desta forma, ocorre o acompanhamento constante da evolução dos dados econômicos, notícias, acontecimentos, com o intuito de avaliar os seus impactos nas estratégias adotadas de alocação dos recursos.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## ANÁLISE ECONÔMICA E PESQUISA

A área de pesquisa econômica, arrecadação e investimento está inserida na estrutura da Diretoria Administrativa e Financeira, sob o comando do servidor José Normando da Mota Guimarães Filho e uma de suas missões é manter a excelência na análise das variáveis econômicas relevantes para consecução da política de investimentos, de forma a potencializar a eficiência na gestão dos recursos financeiros. Todas as decisões de investimento são tomadas via Diretoria Executiva e colocadas sob a apreciação do Comitê de Investimentos.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## COMPLIANCE

O setor de Compliance do SergipePrevidência foi instituído pela Lei Ordinária nº 8.851 de 16 de junho de 2021, recebendo o nome de Assessoria Especial de Processos e Controle Interno – ASSEPCI.

Tem como objetivo orientar e incentivar a gestão do Instituto na adoção de providências necessárias para atingir com maior eficiência a Legalidade, a Impessoalidade, a Moralidade, a Igualdade, a Publicidade, a Probidade Administrativa, a Vinculação ao Instrumento Convocatório, o Julgamento Objetivo e a Economicidade dos atos praticados.

As atividades desenvolvidas pela ASSEPCI têm por competência oferecer orientação preventiva aos gestores contribuindo para identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias da gestão voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público. O acompanhamento prévio dos processos organizacionais pela ASSEPCI, em conjunto com a gestão da entidade, possibilita a identificação dos eventos e riscos capazes de ameaçar os objetivos institucionais da Autarquia Estadual. Os trabalhos dela são desenvolvidos em colaboração com as Diretorias e seus setores, por meio de análises e apreciações das atividades e resultados desenvolvidos pela gestão do SergipePrevidência.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

# SEÇÃO II

## APLICAÇÕES FINANCEIRAS



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## PANORAMA GERAL

A Diretoria Administrativa e Financeira procura de forma responsável verificar diariamente a movimentação dos fundos credenciados do SergipePrevidência, em busca de boas rentabilidades no mercado financeiro.

Composição da carteira de investimentos no mês de janeiro/2024:

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R\$	% PL	Lei
BB TESOURO FIC RENDA FIXA SELIC LP	14.029.044,61	11,92%	11.011.293.279,40	0,13%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.441.831,35	8,02%	504.665.131,23	1,87%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.747.627,28	3,18%	56.947.938,04	6,58%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	45.270.273,82	38,45%	3.929.440.362,68	1,15%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	33.793.269,80	28,70%	195.228.789,01	17,31%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	11.459.283,19	9,73%	16.400.080.186,89	0,07%	7º III a

Composição da carteira de investimentos no mês de fevereiro/2024

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R\$	% PL	Lei
BB TESOURO FIC RENDA FIXA SELIC LP	4.000.000,00	3,44%	11.115.234.401,24	0,04%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.246.709,90	7,96%	494.235.904,87	1,87%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.668.842,24	3,16%	55.750.741,66	6,58%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	44.335.600,96	38,18%	3.849.726.917,00	1,15%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	33.089.668,60	28,49%	191.163.979,44	17,31%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	21.792.047,61	18,76%	17.003.081.830,78	0,13%	7º III a



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## Composição da carteira de investimentos no mês de março/2024:

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R\$	% PL	Lei
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.331.357,10	9,49%	498.760.290,91	1,87%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.702.407,68	3,76%	56.260.792,90	6,58%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	44.742.241,21	45,50%	3.885.045.033,34	1,15%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	33.392.406,20	33,95%	192.912.939,03	17,31%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	7.176.707,80	7,30%	16.860.564.075,44	0,04%	7º III a

## Composição da carteira de investimentos no mês de março/2024:

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R\$	% PL	Lei
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.404.970,55	9,66%	502.694.924,77	1,87%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.731.562,60	3,83%	56.703.823,35	6,58%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	45.095.662,40	46,30%	3.916.733.878,71	1,15%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	33.655.387,80	34,56%	194.432.223,74	17,31%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	5.502.976,56	5,65%	16.797.040.223,44	0,03%	7º III a



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## Composição da carteira de investimentos no mês de maio/2024:

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R\$	% PL	Lei
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.488.156,30	10,13%	507.141.197,93	1,87%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.764.514,10	4,02%	57.204.545,40	6,58%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	45.494.957,06	48,55%	3.981.747.051,74	1,14%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	33.952.613,00	36,23%	196.149.338,64	17,31%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1.008.225,37	1,08%	17.741.520.962,30	0,01%	7º III a

## Composição da carteira de investimentos no mês de junho/2024:

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R\$	% PL	Lei
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10.076.530,09	9,70%	3.477.615.018,87	0,29%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.597.924,90	9,24%	513.008.318,61	1,87%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.808.066,26	3,67%	57.866.352,30	6,58%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	46.022.418,19	44,32%	4.038.072.337,63	1,14%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	34.345.460,20	33,07%	198.418.875,04	17,31%	7º I b



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO



A carteira de investimentos do SergipePrevidência está distribuída em fundos de investimentos dos segmentos de renda fixa, atendendo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021.

Retratando uma gestão conservadora, a carteira de investimentos do SergipePrevidência apresenta uma alta concentração em fundos lastreados em ativos de média/baixa “*duration*”. Em relação ao segmento de renda fixa, a carteira apresentava distribuição adequada ao cenário macroeconômico da época.

O retorno apresentado pela carteira de investimentos do SergipePrevidência no primeiro semestre de 2024 é reflexo do atual cenário econômico, mesmo com sua maioria de investimentos sendo em segmentos de renda fixa não o deixa totalmente isento de novas oscilações, mantendo-se a volatilidade do mercado e suas incertezas.

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e conseqüentemente, fica o RPPS obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos.

Quando se trata de risco de mercado, que é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro, corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## ESTRATÉGIA NAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS

A área de Investimentos extrai os extratos bancários junto aos sites das instituições financeiras credenciadas, busca as informações sobre os saldos das contas, taxas de aplicações diárias, mensal, anual e dos últimos 12 meses, que através de planilha analisa a forma de distribuição das aplicações financeiras dos fundos credenciados.

A estratégia para enquadramento dos limites de investimentos obedece aos parâmetros de aplicações dos recursos do RPPS/SE da Resolução CMN nº 4.963/2021.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CREDENCIADAS

O credenciamento das instituições financeiras para receber aplicação nos fundos de investimentos tem como objetivo diversificar as aplicações em ativos que estejam enquadrados na Resolução CMN nº 4.963 /2021 e suas atualizações.

O SergipePrevidência tem conhecimento dos aspectos que caracterizam cada fundo de investimento, em relação ao conteúdo do seu regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS/SE.

Os fundos de investimentos que compõe a carteira de investimentos do SergipePrevidência têm como prestadores de serviços de administração e gestão o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Constam em anexo, na Seção V, os documentos relativos às instituições financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, relatório da auditoria independente e relatórios de Due Diligence da ANBIMA para as gestoras dos fundos de investimento



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## FUNDOS DE INVESTIMENTOS - BANCO DO BRASIL

Os fundos de investimentos com prazos de resgates de liquidez diária, que atendem o propósito do RPPS, visando o pagamento dos aposentados e pensionistas no atual momento, ou seja, seu retorno está atribuído ao fluxo de caixa de aplicações e resgates para o pagamento das folhas de aposentados e pensionistas.

FUNDO	CNPJ
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	13.077.418/0001-49
BB RENDA FIXA LP TESOUREO SELIC	04.857.834/0001-79
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 VÉRTICE 2024 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	49.964.484/0001-88

Os documentos pertinentes aos fundos constam da Seção III.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## FUNDOS DE INVESTIMENTOS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Os fundos de investimentos com prazos de resgates de longo prazo, que atendem o propósito do RPPS, visando o pagamento dos aposentados e pensionistas no futuro, ou seja, seu retorno está atribuído ao final do período determinado no regulamento do fundo de investimento.

Ainda em relação aos fundos de investimentos com prazos de resgates mais longos, achamos importante frisar as condições que levem a um fundo de investimentos possuir prazos mais longos de resgates, porque existe uma visão generalizada e do nosso ponto de vista equivocada, de que os fundos com essas características são fundos piores do que os fundos de liquidez mais imediata. Mais do que uma comparação direta, é importante analisar a característica de cada fundo individualmente.

O fato mais importante nesse entendimento é que os investidores são premiados em termos de rentabilidade por essa iliquidez dos papéis, cabendo ao gestor desses fundos de investimento cumprir o mandato do fundo de investimento que possui perante os investidores avaliando corretamente o prêmio desses títulos em relação aos riscos de crédito e de liquidez dos ativos.

Portanto, não é correto atribuir os retornos auferidos pelos fundos de investimentos sem liquidez ou fundos de investimentos de longo prazo a apresentarem resultados imediatos. Os documentos pertinentes aos fundos constam da Seção V.

FUNDO	CNPJ
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 I TP RENDA FIXA	18.598.288/0001-03
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 III TP RENDA FIXA	19.769.135/0001-44
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 IV TP RENDA FIXA	20.139.595/0001-78
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 V TP RENDA FIXA	19.768.682/0001-05



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## RENTABILIDADE FINANCEIRA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

No que tange ao resultado no desempenho das aplicações financeiras do SergipePrevidência, cumpre nos destacar que foi prevista para o exercício de 2024 uma meta atuarial de IPCA + 4,86% tendo realizado uma rentabilidade acumulada de 5,04%, segundo o Portfólio de Investimentos do mês de junho de 2024.

Ademais, é factível pontuar que a rentabilidade acumulada, que atingiu 5,04%, prevalece sobre a meta atuarial estabelecida para a presente época, que foi de 4,91%. Isso revela, mesmo com uma pequena diferença favorável em 0,13% para a rentabilidade acumulada, um panorama estável até o presente intervalo das aplicações financeiras do SergipePrevidência.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## CONCLUSÃO

Da análise apresentada, havendo fundos de investimentos que apresentem classificação de estruturados ou possuem operações com títulos e/ou papéis em operações estruturadas, concluímos que o SergipePrevidência, não somente contemplando a emissão desse relatório, venha adquirir a habitualidade de acompanhar com proximidade todas as ações promovidas pelos fundos de investimentos, principalmente das instituições financeiras a eles tidas como prestadores de serviços.

Orientamos também, em complemento, que o SergipePrevidência venha adotar, regras, procedimento e controles internos que integrem o fluxo de atividades e os manuais de procedimentos na adequação da análise de fundos de investimentos disposto neste relatório.

Aproveitamos para ressaltar, em se tratando do cenário atual, orienta-se que a diversificação mesmo em títulos públicos, proporciona a busca por maiores prêmios no curto prazo, não comprometendo a liquidez da carteira de investimentos em honrar seus compromissos.

Ainda se tratando do risco de mercado, orienta-se cautela e acompanhamento continuado, buscando a melhor saída para o retorno das aplicações, em um contexto favorável ao desinvestimento.

A carteira de investimentos do SergipePrevidência apresenta comportamento mais conservador, buscando ao longo do período manter as aplicações em títulos públicos de menor risco e maior liquidez.

A diversificação é uma técnica que permite reduzir os riscos através da alocação em fundos de investimentos de vários vértices e ativos, tornando-se uma importante ferramenta para maximizar o retorno correndo menos riscos. Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos variados que reagem de forma diferente ao mesmo evento, certamente pode reduzir de forma significativa o risco ao investir.



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

Assim como a diversificação dos ativos que compõe a carteira de investimentos é de suma importância à compreensão da necessidade da diversificação dos prestadores de serviços ligados aos fundos de investimentos e as instituições financeiras. Este tipo de diversificação minimiza os riscos dos ativos quanto a possíveis imprudências de gestão, administração e custódia.

Na busca pelo encontro do ativo e passivo, o SergipePrevidência buscou no ALM – Asset Liability Management a demonstração dessa análise, onde houve a demonstração da segurança da liquidez da carteira de investimentos em honrar compromissos presentes e futuros e, na busca pela otimização da sua carteira de investimentos, não somente no cumprimento no longo prazo da sua meta atuarial, mas também resguarda resultado positivo financeiro também no longo prazo.

A emissão desse relatório serve como ferramenta na gestão dos ativos e passivos do SergipePrevidência, no que diz respeito à solvabilidade do plano de custeio implementado. Este deve ter como participante ativo o Ente Federativo, pois é o principal patrocinador do plano de custeio.

O relatório sugere que o SergipePrevidência preserve a informação obtida no ALM, dispondo de relatórios de acompanhamento da implantação de estratégias propostas e deliberadas, bem como na elaboração de diagnósticos, com propostas de revisão de alocação das aplicações financeiras sempre que for necessário.

**Relatório aprovado pelo Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários na reunião ordinária da data de 25 de outubro de 2024.**



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO



# SEÇÃO III

**INFORMAÇÕES SOBRE SOBRE  
COMPATIBILIDADE DO ATIVO E  
PASSIVO (ALM) E DOCUMENTOS  
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
E DOS FUNDOS DE  
INVESTIMENTO**



**SERGIPE**  
PREVIDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO



**Estudo de ALM**  
**Novembro de 2023**

## ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
1. INTRODUÇÃO .....	2
2. OBJETIVO.....	2
3. METODOLOGIA .....	3
4. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL.....	4
5. ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA .....	6
6. ANÁLISE DO PORTFÓLIO DE ATIVOS .....	9
6.1. Ativos Financeiros .....	9
6.2. Ativos Não Financeiros .....	11
7. SIMULAÇÕES DE LONGO PRAZO – PORTFÓLIO DE ATIVOS CARTEIRA BASE DEZEMBRO/2022 .....	12
7.1. Hipótese 1: Carteira base dezembro/2022 com sensibilidade à taxa de retorno de 3,00% ao ano (meta atuarial).....	12
7.2. Hipótese 2: Carteira base dezembro/2022 com sensibilidade à taxa de retorno estimada para os Cenários Projetados .....	13
7.2.1. Cenário Pós-Crise .....	13
7.2.2. Cenário Pré-Crise .....	14
7.2.3. Cenário Híbrido .....	17
8. SIMULAÇÕES DE LONGO PRAZO – PORTFÓLIO DE ATIVOS CARTEIRA ÓTIMA .....	18
8.1. Teoria Moderna de Portfólio ou Carteira .....	18
8.2. Fronteira Eficiente de Markowitz .....	18
8.2.1. Fronteira Eficiente e Carteira Ótima para Cenário Pós-Crise: .....	20
8.2.2. Fronteira Eficiente e Carteira Ótima para Cenário Pré-Crise: .....	23
8.2.3. Fronteira Eficiente e Carteira Ótima para Cenário Híbrido: .....	26
9. RETORNO REAL PROJETADO DOS INVESTIMENTOS .....	29
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
AVISO LEGAL .....	33

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta a síntese dos resultados obtidos para o Estudo de ALM realizado para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe, sob a denominação SERGIPE PREVIDÊNCIA.

O Sistema de Previdência do Estado do Sergipe é subdividido em duas massas distintas, sendo: 1) Massa de Servidores Civis, que abrange todos os servidores públicos da Administração direta, autárquica, e Fundacional, os Membros da Magistratura e do Ministério Público, os Conselheiros do Tribunal de Contas, ativos inativos e pensionistas dessa massa; e: 2) Massa de Servidores Militares, ativos, inativos e pensionistas dessa massa.

Os planos de benefícios previdenciários das massas de servidores civis e militares são estruturados atuarialmente pelo Regime Financeiro de Repartição Simples, que se caracteriza pela contemporaneidade entre as receitas e despesas previdenciárias, sendo que toda a arrecadação tem a função principal de cobrir as despesas correntes, não havendo necessidade de se formar reservas. Eventual insuficiência de recursos será custeada pelo ente federativo, admitindo-se a constituição de fundo financeiro.

O plano de benefícios previdenciários da massa de servidores civis possui patrimônio constituído, formado pela capitalização das receitas de contribuições excedentes às despesas com benefícios previdenciários. Por outro lado, o plano de benefícios previdenciários da massa de servidores militares não possui patrimônio constituído, razão pela qual não será realizado Estudo de ALM dessa massa, que é insolvente pela natureza do plano.

O presente estudo tem por objetivo, com base no Relatório de Avaliação Atuarial válido para o exercício de 2023, elaborado sob a responsabilidade técnica Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, identificar a razão de solvabilidade do plano de benefícios previdenciários (Fundo em Capitalização), considerando premissas e hipóteses de simulação com base em fluxos de caixa atuarial, distribuição dos recursos investidos, otimização de carteira através da Teoria Moderna de Portfólio, conjugado com os riscos de oscilação das taxas de juros praticadas no mercado financeiro.

## 2. OBJETIVO

Os resultados projetados objetivam um melhor entendimento dos riscos inerentes à gestão dos recursos do SERGIPE PREVIDÊNCIA, entre eles do descasamento futuro de ativos e passivos do plano de benefícios previdenciários, identificando com a devida antecedência quais os possíveis impactos, e se apresentando como suporte à tomada de decisão pelo gestor.

O presente trabalho contemplará a revisão das alocações estratégicas obtidas com base no estudo atuarial válido para o exercício de 2023, refletindo neste as mudanças ocorridas nos cenários de mercado, preços dos ativos e na base cadastral de participantes, propondo composições de carteiras de investimentos que possam suportar e alongar a sobrevivência do plano de benefícios previdenciários.

### 3. METODOLOGIA

No cumprimento da meta atuarial, o portfólio de ativos deve gerar um fluxo de caixa suficiente para cumprir com o compromisso relacionado ao fluxo de pagamento de benefícios, dentro do conceito de Asset Liability Management - ALM.

O fluxo de caixa é composto pelas receitas de contribuição (empregadores e empregados),

parcelas relativas a parcelamento de dívidas previdenciárias, quando houver, parcelas relativas ao plano de amortização de déficit técnico, quando houver, receitas de compensação previdenciária, adicionado das receitas provenientes dos rendimentos das aplicações financeiras efetuadas pelo SERGIPE PREVIDÊNCIA com origem nas reservas técnicas constituídas ao longo da existência do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Do lado da despesa, o fluxo de caixa é composto pelas seguintes rubricas: benefícios de

aposentadoria voluntária e compulsória, reversível aos dependentes na forma de pensão, benefícios de aposentadoria por invalidez, reversível aos dependentes na forma de pensão e pensão por morte do servidor ativo, financiados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples (RS);

Além disso, o fluxo de caixa esperado dos ativos que compõem o portfólio do SERGIPE PREVIDÊNCIA deve gerar uma rentabilidade que seja compatível com a meta atuarial calculada pelo atuário conforme determina a Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022, neste caso inflação + 3,00% ao ano.

Em complemento, é realizada uma análise do cenário prospectivo da economia e seus

reflexos na composição dos preços dos ativos financeiros negociados no mercado de capitais com objetivo de quantificar o risco de descolamento das taxas de remuneração que possam comprometer o cumprimento da meta atuarial e, conseqüentemente, o pagamento dos benefícios futuros.

Como resultado dessa análise, são projetados 2 (dois) cenários macroeconômicos:

1) Cenário Pós-Crise; e, 2) Cenário Pré-Crise. Para ambos, são estimadas as mais diversas variáveis que possam influenciar o preço dos ativos e seus impactos no retorno destes. Adicionalmente, o estudo considera um terceiro cenário (Cenário Híbrido), resultante da ponderação dos dois primeiros cenários.

Para a otimização de carteiras, é utilizada a matriz de correlação dos ativos, construída a

partir dos dados históricos de um período de 10 (dez anos), a fim de mensurar os coeficientes de correlação entre esses ativos utilizados no cálculo da volatilidade das carteiras. Para o retorno esperado desses ativos, são consideradas as projeções dos cenários traçados. Dada a volatilidade e o retorno esperado dos ativos, obtém-se a fronteira eficiente de Markowitz para cada um dos cenários.

A partir dessas premissas, será possível identificar, com certo grau de probabilidade, se o

patrimônio acumulado ao longo de um determinado período será suficiente para saldar os compromissos assumidos com os segurados.

#### **4. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL**

A base de dados utilizada na Avaliação Atuarial, cuja data-base é dezembro de 2022 (Data Focal), contém informações sobre os servidores ativos e aposentados beneficiários do SERGIPE PREVIDÊNCIA, bem como dos dependentes dos servidores e, ainda, as informações cadastrais dos pensionistas.

As características relativas à população, tais como: tempo de contribuição anterior à admissão no serviço público, valor da remuneração, sexo, data de admissão, data de posse no cargo atual, função desempenhada, estado civil e as idades do servidor, do seu cônjuge e dos seus dependentes legais, considerada em uma análise atuarial, são variáveis que influenciam diretamente os resultados apresentados no estudo.

Dessa forma, a combinação entre as variáveis estatísticas da população estudada e as garantias constitucionais e legais deferidas aos servidores públicos impacta na apuração do custo previdenciário, sobretudo em virtude dos seguintes fatores:

- a) quanto menor o tempo de contribuição maior será o custo previdenciário, uma vez que a forma de cálculo do benefício já está determinada, independentemente da reserva financeira acumulada; e,
- b) quanto maior o número de vantagens pecuniárias incorporadas à remuneração do servidor em atividade, maior será o crescimento real dos salários e conseqüentemente mais elevado será o custo previdenciário. Ressalta-se, ainda, que quanto mais perto da aposentadoria forem concedidas estas incorporações, menor será o prazo para a formação de reservas que possam garanti-las, resultando em um agravamento do custo previdenciário.

Conforme informações extraídas do Relatório de Avaliação Atuarial, a base de dados enviada

pelo SERGIPE PREVIDÊNCIA possuía amplitude e consistência necessárias e adequadas para a realização do cálculo atuarial, e as inconsistências encontradas foram corrigidas, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores.

Em relação ao tempo de serviço anterior no serviço público, o relatório de avaliação atuarial

reporta que foram utilizados os dados informados na base cadastral. Portanto, não foi adotada estimativa de tempo de serviço anterior à admissão. Na eventual falta da informação, deverá ser adotada uma estimativa de tempo anterior pela diferença entre a data de ingresso no serviço público e a idade de 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispõe o Art.40 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

**BASE CADASTRAL – COMPARATIVO EVOLUTIVO**

ATIVOS					
Discriminação	dez/22			dez/21	Variações
	Feminino	Masculino	Total	Total	Total (2022/21)
Quantitativo	12354	10939	23293	23378	-0,4%
Idade média (anos)	48,3	50,3	49,2	47,4	1,8
Idade média de admissão no serviço público (anos)	30,7	29,7	30,2	29,4	0,8
Salário médio dos servidores (R\$)	5.246,19	6.322,50	5.751,65	5.399,37	6,5%
Total da folha de salários mensal (R\$)			133.973.217,07	126.226.582,94	6,1%
APOSENTADOS					
Discriminação	dez/22			dez/21	Variações
	Feminino	Masculino	Total	Total	Total (2022/21)
Quantitativo	19747	4966	24713	24610	0,4%
Idade média (anos)	68,5	70,5	68,9	68,2	0,7
Benefício médio (R\$)	5.339,76	6.742,46	5.621,63	5.081,13	10,6%
Total da folha de aposentados mensal (R\$)			138.927.267,02	125.046.684,95	11,1%
PENSIONISTAS					
Discriminação	dez/22			dez/21	Variações
	Feminino	Masculino	Total	Total	Total (2022/21)
Quantitativo	4079	1291	5370	5306	1,2%
Idade média (anos)	67,2	66,1	66,9	64,2	2,7
Benefício médio (R\$)	5.127,07	3.929,54	4.839,17	4.440,39	9,0%
Total da folha de pensionistas mensal (R\$)			25.986.350,67	23.560.700,03	10,3%

Procedendo à análise das informações disponibilizadas relativas à base cadastral, identificam-se os principais fatores que agravam o cálculo atuarial do SERGIPE PREVIDÊNCIA:

- 53,04% (53,15% em dez/2021) da população de “ativos” é composta por servidores do sexo feminino;
- 33,55% (34,21% em dez/2021) da população de “ativos” é composta por servidores “professores”;
- 65,19% (65,27% em dez/2021) dos servidores “professores” são do sexo feminino;

Ressalta-se que a variável “sexo” influencia diretamente a apuração do custo previdenciário haja vista que, comprovadamente, a mulher possui uma expectativa de vida superior à do homem, permanecendo em gozo de benefício por um período maior de tempo.

## 5. ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Neste trabalho foi utilizado o fluxo de caixa previdenciário (receitas e despesas previdenciárias) do SERGIPE PREVIDÊNCIA, extraído da planilha padrão CADPREV denominada “2023\_FLX\_CIVIL\_FIN\_GA\_13128798000101.csv”, enviada pelo órgão gestor quando solicitada, elaborada pela Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, sob a responsabilidade técnica do atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, registrado no MIBA sob n.º 1.162.

O fluxo de caixa possui horizonte de 75 (setenta e cinco) anos, conforme exigência normativa, e incorpora dentre suas principais premissas:

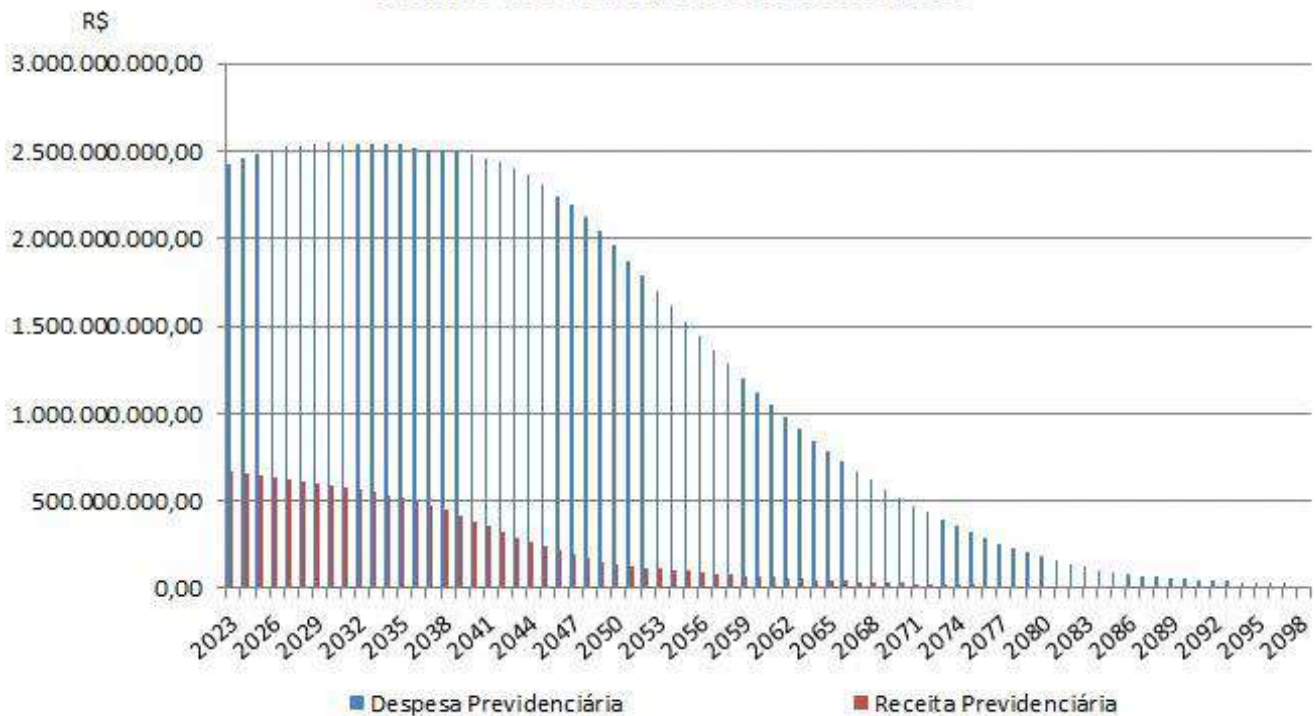
- 1) Tábua de Mortalidade de Válidos: BREMSsb-2015;
- 2) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-83;
- 3) Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
- 4) Composição familiar: utilizou-se a composição familiar disponibilizada na base cadastral. Para os servidores que não possuem dados de dependentes no cadastro, usou-se a hipótese de que cada servidor, ativo ou aposentado, possui um grupo familiar constituído de um cônjuge 3 anos mais novo (para servidores do sexo masculino) ou mais velho (para servidores do sexo feminino) e de dois filhos válidos, sendo um do sexo masculino com diferença de 22 anos de idade para a mãe e outro do sexo feminino com diferença de idade de 24 anos para a mãe;
- 5) Crescimento Real dos Salários dos Servidores Ativos: 2,71% ao ano;
- 6) Crescimento Real dos Benefícios: 0,00% ao ano;
- 7) Rotatividade (Turn Over): 0,00%;
- 8) Massa de Segurados: Geração atual, sem reposição de servidores;
- 9) Taxa de Juros e Desconto Atuarial: 3,0% ao ano;
- 10) Compensação Previdenciária a Receber: para os benefícios concedidos, não foram realizadas provisões do Comprev a receber, e para os benefícios a conceder foi utilizado como provisão o percentual de 7% sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros, conforme estabelece a Portaria MTP nº 1.467/2022.
- 11) Contribuições Mensais dos Servidores Ativos: 14,00%, incidentes sobre a remuneração;
- 12) Contribuições Mensais dos Servidores Aposentados e Pensionistas: 14,00%, incidentes sobre a parcela dos proventos que exceder o teto de benefícios do RGPS;



13) Contribuições Mensais dos Órgãos Empregadores: 28,00% sobre a remuneração dos servidores ativos, a título de custo normal

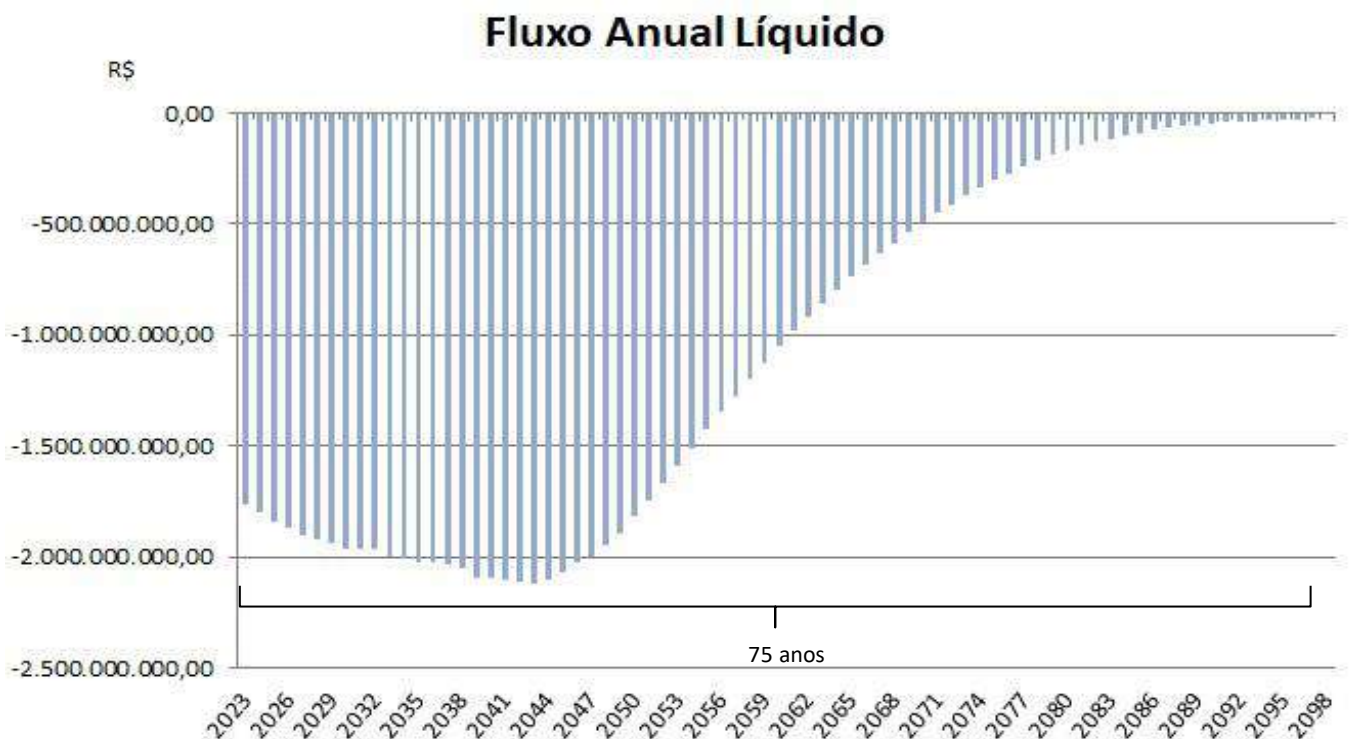
A seguir, demonstra-se, na forma de gráfico, o fluxo de caixa previdenciário esperado para o horizonte de 75 (setenta e cinco) anos:

### Fluxo de Caixa Previdenciário



Na coluna de despesa previdenciária observa-se uma inclinação até atingir o ápice no ano 2030. Este desenho permite inferir que a massa atual de servidores ativos entra em gozo de aposentadoria de forma acelerada durante os próximos anos. A partir do ano de 2040, a curva inicia um comportamento em declínio gradual, devido à extinção gradual dos benefícios de aposentadoria e pensão pela ocorrência do evento “morte” dos segurados.

Na coluna de receita previdenciária a tendência é decrescente, na medida em que a massa atual dos servidores ativos entra em gozo de aposentadoria e deixa de contribuir para o regime de previdência. Destaca-se que este é um movimento típico de um fluxo de caixa construído sem a recomposição do quadro de servidores.



No gráfico que representa o Fluxo Líquido Anual, observa-se que durante todo o ciclo de vida do plano de benefícios (75 anos) ocorrerá uma saída líquida de recursos, proveniente de um total de receitas previdenciárias (receita normal órgãos empregadores e servidores e Comprev) inferior ao valor das despesas com pagamento de benefícios previdenciários.

Observa-se que o plano de benefícios previdenciários da massa civil necessitará de aportes de recursos extraordinários para manter o equilíbrio financeiro do fluxo de caixa, estes previstos no Artigo 95º da Lei Complementar Estadual nº 113 de 01 de novembro de 2005, conforme alterada.

## 6. ANÁLISE DO PORTFÓLIO DE ATIVOS

### 6.1 Ativos Financeiros

A carteira de investimentos do SERGIPE PREVIDÊNCIA, na data-base 30/09/2023, estava assim distribuída:



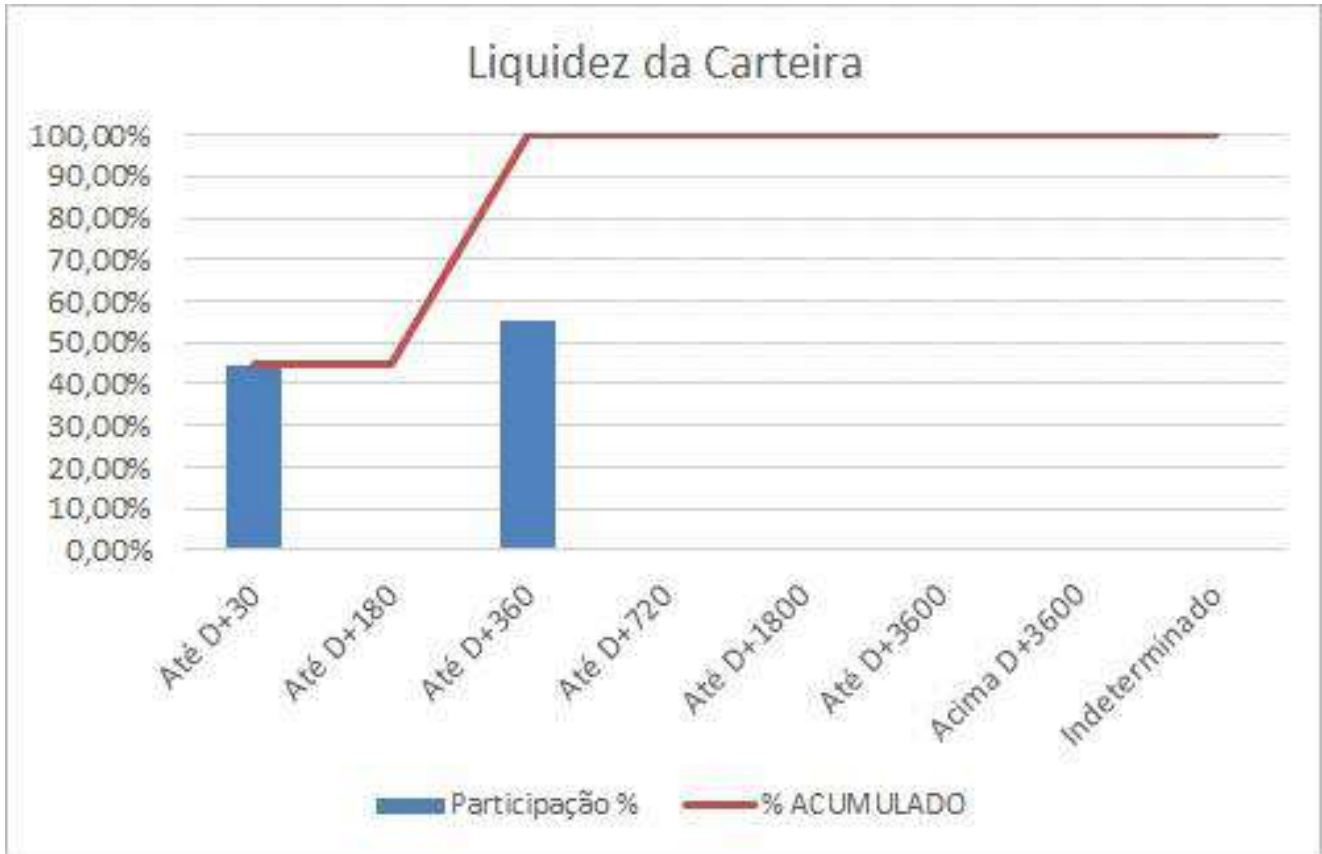
#### PORTFÓLIO DE INVESTIMENTO 9/2023

APLICAÇÃO	SEGMENTO	INVESTIDOR	DISTRIBUIÇÃO POR FUNDO	VALOR UNIT.	RENT. MENSAL	SALDO ATUAL
BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL FIC FI	RENDA FIXA	FINANPREV	19,30	2,978856849	0,96	31.057.002,83
BB RF LP TESOIRO SELIC	RENDA FIXA	FINANPREV	25,21	7,887634730	0,95	40.582.234,65
CAIXA BRASIL 2024 I TP FI RF	RENDA FIXA	FINANPREV	5,68	1,828258190	1,10	9.141.290,95
CAIXA BRASIL 2024 III TP FI RF	RENDA FIXA	FINANPREV	2,25	1,814237880	1,10	3.628.475,76
CAIXA BRASIL 2024 IV TP FI RF	RENDA FIXA	FINANPREV	27,23	1,651179010	1,10	43.827.748,70
CAIXA BRASIL 2024 V TP FI RF	RENDA FIXA	FINANPREV	20,33	1,635957740	1,10	32.719.154,80
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>			<b>100,00</b>			<b>160.955.907,69</b>
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>			<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>100,00</b>			<b>160.955.907,69</b>

A carteira apresentava distribuição com relativa diversificação entre os segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Em termos de concentração, a carteira possuía investimentos em fundos, cujo lastro é representado por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional (96,20%), títulos de emissão privada (3,80%), ações negociadas na B3 (0,00%), investimentos em empresas estrangeiras (0,00%), ativos imobiliários (0,00%) e Fundos em participação (0,00%).

O direcionamento dos investimentos, preponderantemente, para ativos de emissão do Tesouro Nacional diminui a exposição da carteira ao risco de crédito. Por outro lado, a menor exposição em ativos de crédito privado limita a possibilidade de uma melhor rentabilidade nos investimentos, na medida em que as margens de prêmios são maiores nesta categoria de ativos.

Em termos de liquidez, a carteira apresentava a seguinte distribuição:

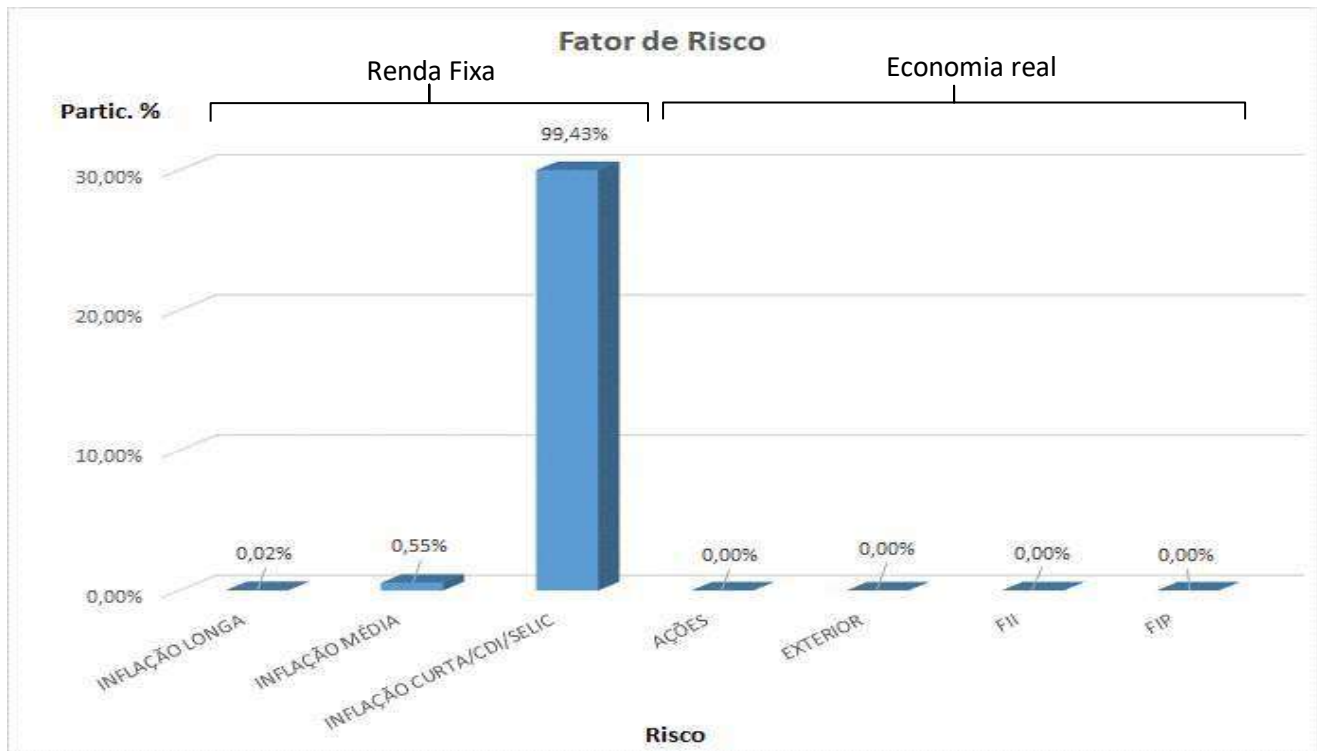


A carteira apresentava relativa concentração em fundos de investimentos e/ou ativos financeiros com alta liquidez. Aproximadamente 44,51% (R\$ 71,6 milhões) da carteira possuía liquidez em até 30 dias (um mês), e 100,00% dos investimentos possuíam liquidez em até 360 dias (01 ano).

Considerando que o fluxo de caixa previdenciário, computados os recursos financeiros

correspondente à diferença entre: a) o valor da folha de benefícios a serem pagos à conta do plano de benefícios previdenciários da massa civil e; b) o montante das contribuições previdenciárias dos servidores e do próprio Estado, o plano de benefícios previdenciários da massa civil do SERGIPE PREVIDÊNCIA receberá valores provenientes de contribuições previdenciárias em volume igual aos compromissos previdenciários, observa-se que havia espaço para alongamento de parte dos investimentos, sem que comprometa o fluxo de pagamento dos benefícios futuro.

Em termos de distribuição por fator de risco, a carteira apresentava a seguinte composição:



A carteira apresentava alta concentração (98,98% do PL) em ativos de renda fixa de média/baixa “duration”, enquanto os ativos de renda fixa com maior “duration”, possuíam menor concentração na carteira (0,02% do PL).

Os ativos direcionados a capturar o potencial da recuperação da economia brasileira e estrangeira (ativos de base real) apresentavam 0,00% participação na carteira de investimentos, abaixo do recomendado para uma carteira com perfil previdenciário, ou seja, com objetivo de acumular poupança previdenciária de longo prazo.

## 6.2 Ativos Não Financeiros

Conforme informações extraídas do Balanço Patrimonial posicionado em 31/12/2021, o plano

de benefícios previdenciários da massa civil do SERGIPE PREVIDÊNCIA possuía valores registrados nas contas “Realizável a Longo Prazo” e “Imobilizado”, valores relativos a cotas de Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS e Ativos Imobilizados, respectivamente R\$ 104.358.197,20 e R\$ 26.616.250,87.

Para fins de simulação de longo prazo, adotamos a premissa que tais ativos serão remunerados a taxa de 3.00% ao ano, mesma utilizada pelo atuário como meta de juros e desconto atuarial neste exercício.

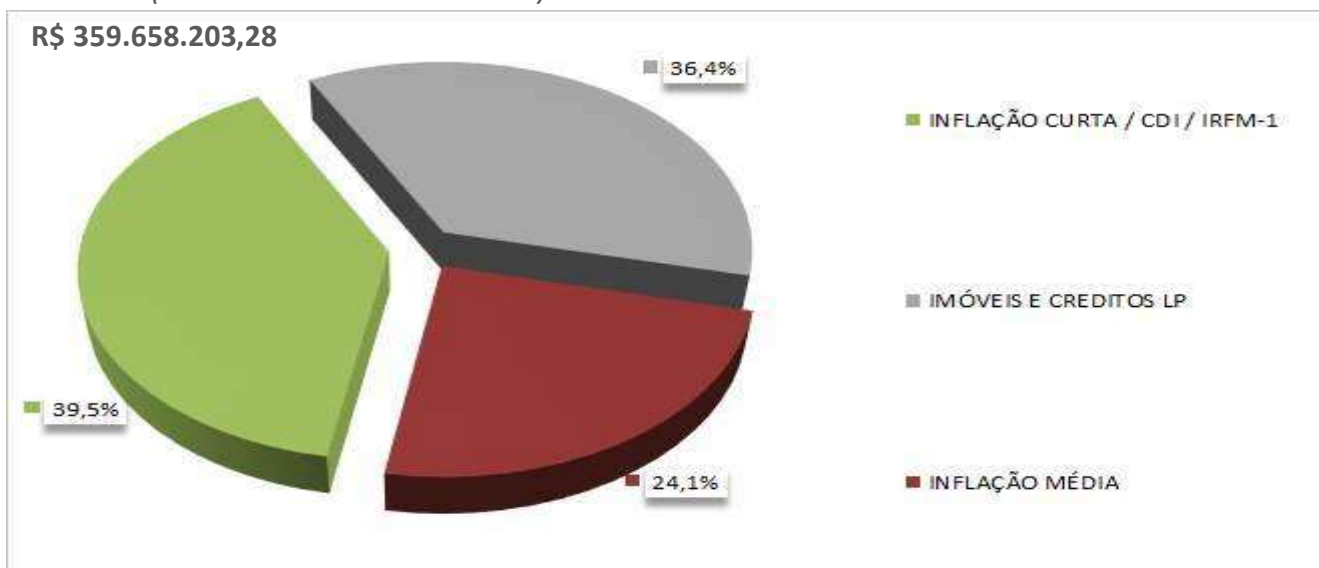
## **7. SIMULAÇÕES DE LONGO PRAZO – PORTFÓLIO DE ATIVOS CARTEIRA BASE DEZEMBRO/2022**

### **7.1 Hipótese 1: Carteira base dezembro/2022 com sensibilidade à taxa de retorno de 3,00% ao ano (meta atuarial)**

Para simular esta hipótese, considera-se a distribuição do patrimônio do SERGIPE PREVIDÊNCIA entre os diversos subsegmentos presentes na carteira de investimentos, assim como o fluxo de caixa extraído da planilha modelo CADPREV denominada “2023\_FLX\_CIVIL\_FIN\_GA\_13128798000101.csv”, enviada pelo órgão gestor quando solicitada.

A hipótese considerada tem o objetivo de identificar a existência, ou não, de suficiência patrimonial do plano de benefícios previdenciários da massa civil do SERGIPE PREVIDÊNCIA. Para tanto, admite-se que todos os investimentos retornarão pelos próximos 75 anos, um rendimento equivalente à rentabilidade real de 3,00% ao ano, mesma utilizada pelo atuário na Avaliação Atuarial válida para o exercício de 2023.

Carteira (inclui imóveis e Créditos LP)



O gráfico acima demonstra que os recursos financeiros serão insuficientes para cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios. O resultado aponta para um déficit patrimonial no Valor Presente (VP) de R\$ -44,0 bilhões, valor este que converge ao apontado no Relatório de Avaliação Atuarial válido para o exercício de 2023, no valor de R\$ -44,8 bilhões.

## 7.2 Hipótese 2: Carteira base dezembro/2022 com sensibilidade à taxa de retorno estimada para os Cenários Projetados

### 7.2.1 Cenário Pós-Crise

Para simular esta hipótese, produz-se um cenário em que as taxas de remuneração dos

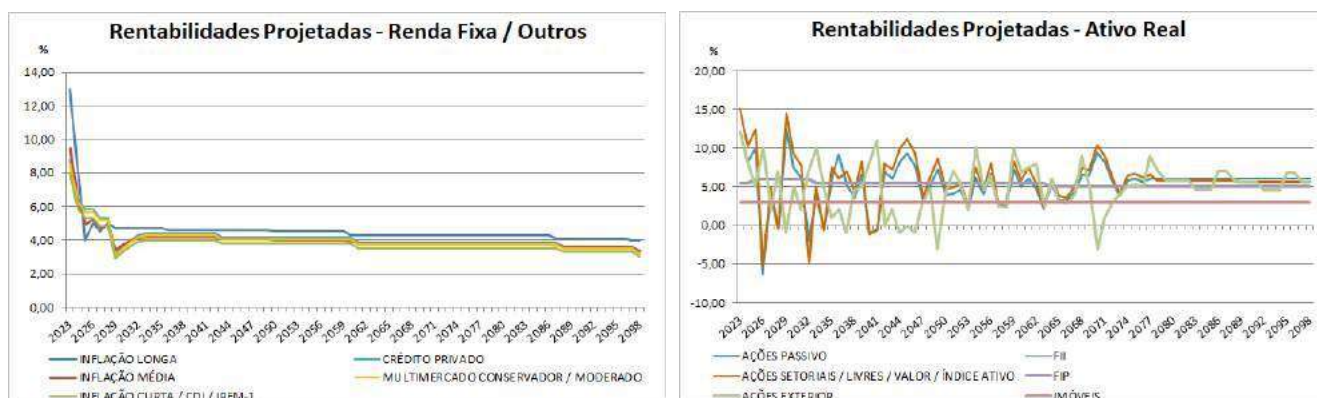
investimentos sejam sensivelmente influenciadas por uma melhora das variáveis macroeconômicas no médio prazo. O Banco Central obtém êxito na condução de uma política monetária restritiva, via aumento da taxa Selic, com objetivo de conter a escalada da inflação. Gradualmente, o Governo Central obtém o apoio necessário no Congresso Nacional para promover as reformas necessárias e reequilibrar o orçamento do País, criando condições para uma redução dos índices inflacionários, e consequentemente da taxa Selic, que onera a dívida mobiliária federal e o investimento produtivo, atraindo de volta a confiança dos investidores (interno e externo).

Os índices de confiança da indústria e do consumidor retornam aos números pré-crise. Neste

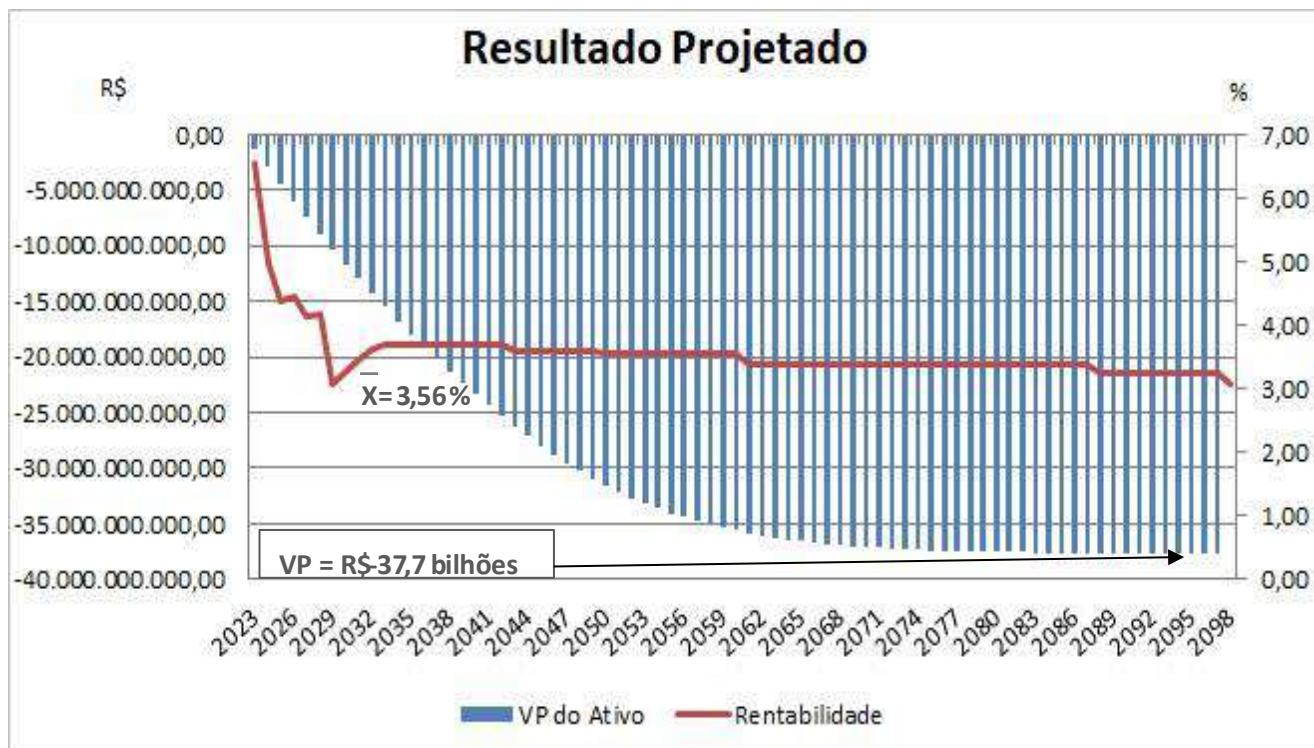
círculo virtuoso, o risco-país diminui drasticamente no longo prazo, fazendo com que as agências de classificação de riscos melhorem a nota de crédito do Brasil, retornando para o “grau de investimento”.

No cenário internacional, as principais economias mundiais mantêm um crescimento moderado das suas economias, após os bancos centrais dos principais países se utilizarem de políticas monetárias restritivas com relativo sucesso, buscando reduzir a inflação em seus países. A inflação nos países desenvolvidos converge para o centro das metas estabelecidas.

Nos gráficos abaixo estão demonstradas as rentabilidades projetadas ano a ano nos próximos 75 anos para os diversos subsegmentos dos segmentos de Renda fixa e Ativo Real e o resultado projetado para o Plano de Benefícios:







O gráfico acima demonstra que os recursos financeiros serão insuficientes para cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios previdenciários. O resultado aponta para uma insuficiência patrimonial, gerando um resultado deficitário no longo prazo no Valor Presente (VP) de R\$ -37,7 bilhões.

### 7.2.2 Cenário Pré-Crise

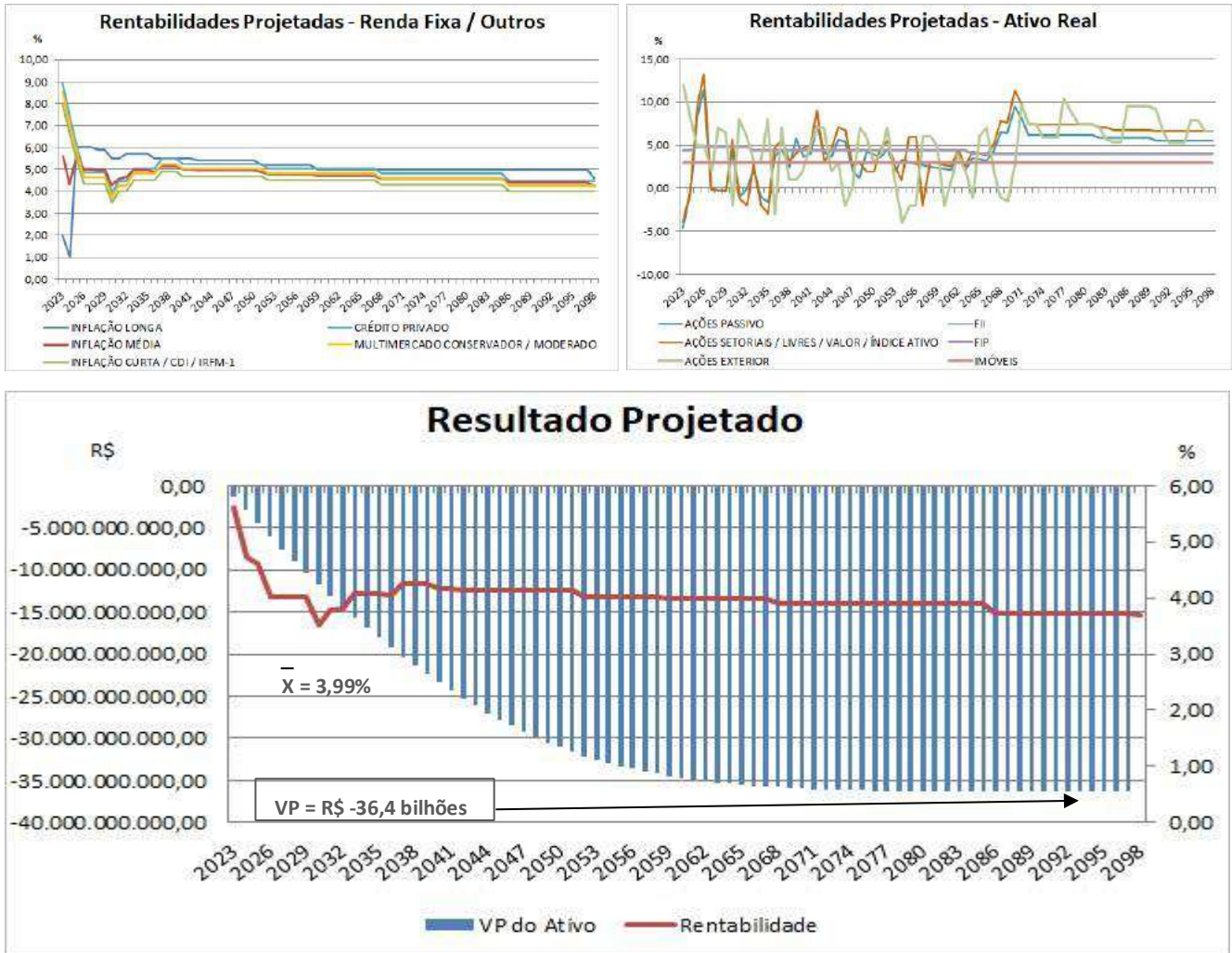
Para simular esta hipótese, produz-se um cenário em que a melhora das variáveis macroeconômico não acontecerá no curto/médio prazos. Dificuldades enfrentadas pelo Governo Central em formar um bloco de apoio no Congresso Nacional serão potencializadas, e as reformas necessárias para reequilibrar as contas públicas serão minimizadas e/ou postergadas. Neste contexto, a inflação permanecerá em patamares elevados por mais tempo. O Banco Central utilizará os instrumentos de política monetária de maneira restritiva, mantendo os juros elevados por um período suficientemente prolongado.

O círculo vicioso permanece durante os próximos anos com lenta recuperação no médio/longo prazo. O risco-país permanece elevado, com recuo para patamar moderado no longo prazo.

No cenário internacional, as principais economias mundiais mantêm um crescimento baixo das suas economias, após os bancos centrais dos principais países se utilizarem de políticas monetárias restritivas visando reduzir a inflação persistente, sem sucesso esperado no curto prazo. No médio prazo, a inflação nos países desenvolvidos retorna a patamares abaixo das metas estabelecidas.

Nos gráficos abaixo estão demonstradas as rentabilidades projetadas, ano a ano, para os

próximos 75 anos, para os diversos subsegmentos dos segmentos de Renda fixa e Ativo Real e o resultado projetado para o Plano de Benefícios:

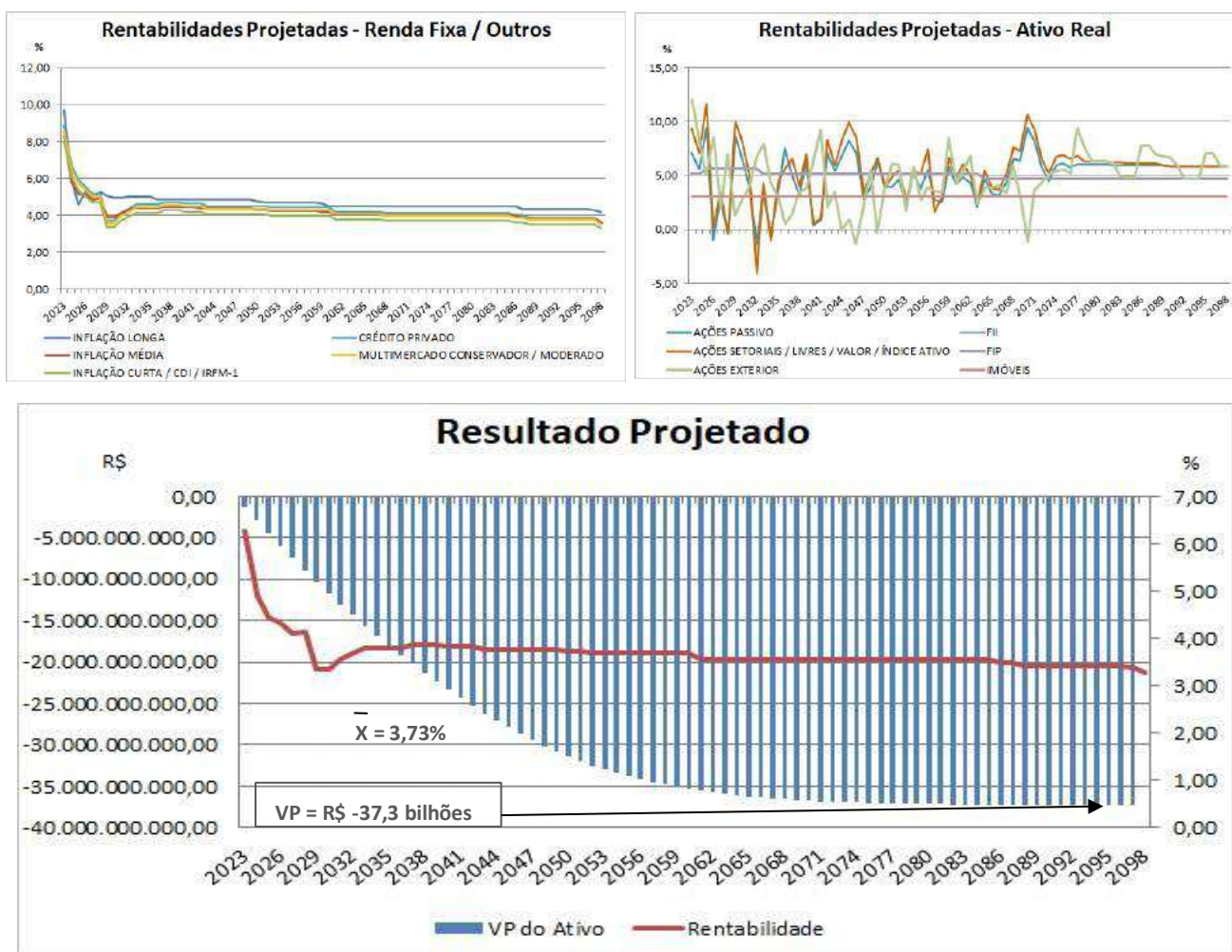


O gráfico acima demonstra que os recursos financeiros serão insuficientes para cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios previdenciários. O resultado aponta para uma insuficiência patrimonial, gerando um resultado deficitário no longo prazo no Valor Presente (VP) de R\$ -36,4 bilhões.

### 7.2.3 Cenário Híbrido

Considerando que no médio/longo prazos o acerto nas projeções, devido ao acúmulo de incertezas, diminuí consideravelmente, construiu-se um cenário denominado “Híbrido”, resultante da combinação entre os dois cenários base projetados, na proporção 70% para o Cenário Pós-Crise e 30% para o Cenário Pré-Crise.

Nos gráficos abaixo estão demonstradas as rentabilidades projetadas, ano a ano, para os próximos 75 anos, para os diversos subsegmentos dos segmentos de Renda fixa e Ativo Real e o resultado projetado para o Plano de Benefícios:



O gráfico acima demonstra que os recursos financeiros serão insuficientes para cobertura

dos compromissos atuariais do plano de benefícios previdenciários. O resultado aponta para uma insuficiência patrimonial, gerando um resultado deficitário no longo prazo no Valor Presente (VP) de R\$ -37,3 bilhões.

## 8. SIMULAÇÕES DE LONGO PRAZO – PORTFÓLIO DE ATIVOS CARTEIRA ÓTIMA

A partir desta etapa, objetiva-se elucidar a seguinte questão: encontrar uma carteira de

ativos (portfólio) que proporcione o equilíbrio atuarial do plano, qual seja, retorno igual à meta atuarial do plano ou o mais próximo dela, considerado o menor risco possível.

Para isso, utiliza-se uma metodologia estatística apresentada a seguir.

### 8.1 Teoria Moderna de Portfólio ou Carteira

A **teoria moderna de portfólio**, ou simplesmente **teoria de portfólio**, explica como investidores racionais irão usar o princípio da diversificação para otimizar as suas carteiras de investimentos. O trabalho pioneiro na área de otimização de portfólio – publicado pela primeira vez em 1952 no *Journal of Finance* - foi desenvolvido por **Harry Max Markowitz**, onde o autor estudou os efeitos do risco, rentabilidade, correlação e diversificação de ativos em uma provável rentabilidade de uma carteira de investimentos. Um dos pontos-chaves da Teoria Moderna de Portfólio é a importância da diversificação da carteira de investimento para a diminuição de riscos.

A Teoria de Carteira estabelece que decisões relacionadas à seleção de investimentos

devam ser tomadas com base na relação risco-retorno. É importante destacar que aqui estamos tratando do chamado risco diversificável (não sistemático), já que o risco não diversificável (sistemático), é resultado de problemas estruturais, crises financeiras, geopolíticas, dentre outros.

Markowitz apresentou ao mundo o conceito de que o risco de uma carteira não é dado

simplesmente pela média dos riscos dos ativos individuais, mas sim pela diversificação da carteira de investimento como um todo, trazendo a conhecer a chamada Fronteira Eficiente de Markowitz.

### 8.2 Fronteira Eficiente de Markowitz

A **fronteira eficiente** é uma representação gráfica de um conjunto de carteiras que produzirá o maior retorno possível dado um determinado nível de risco avaliado (carteira ótima), ou seja, é uma curva onde é possível visualizar todos os pontos de retorno máximo produzidos pelas combinações eficientes de ativos, para cada nível de risco.

Para obter-se a carteira ótima é necessário calcular a matriz de correlação dos ativos de mercado de um determinado período. Neste caso, foi utilizada a base histórica (retornos diários) dos seguintes indexadores:

SEGMENTO	INDEXADORES
Inflação Longa	70% IMA-B / 30% IMA-B5+
Inflação Média	IMA-B5
Inflação Curta / Selic / CDI / IRFM-1	SELIC
Crédito Privado	IDA-Geral
Fundos Multimercados Conservador e Moderado	IHFA
Ações Passivo	IBOVESPA
Ações Ativo/Setoriais/Livres	10% IFNC / 10% ICON / 40% IDIV / 30% SMLL / 10% IEE
Fundos Imobiliários	IFIX
Fundos em Participação	Cotas FIP's negociados na B3
Exterior	20% BDRX / 40% MSCI World / 40% S&P 500
Imóveis	SELIC
Títulos Públicos - curva	SELIC

Matriz de correlação dos segmentos de ativos calculada com base nos indexadores do quadro acima:

	Inflação Longa	Inflação Média	Inflação Curta / SELIC / CDI	Crédito Privado	FIM Conserv. e Moderado	Ações Passivo	Ações Ativo/Set/Livres	FII	FIP	Ações exterior	Imóveis e Créditos LP
Inflação Longa	1,000000	0,844257	0,035047	0,853278	0,520754	0,523873	0,558452	0,372255	0,012674	0,167138	0,035047
Inflação Média	0,844257	1,000000	0,071592	0,849026	0,533642	0,436255	0,480945	0,387864	0,021548	0,138719	0,071592
Inflação Curta / SELIC / CDI	0,035047	0,071592	1,000000	0,121902	0,061252	0,026524	0,025375	0,064498	0,047030	0,005236	1,000000
Crédito Privado	0,853278	0,849026	0,121902	1,000000	0,465746	0,438137	0,485464	0,329697	0,006933	0,123326	0,121902
FIM Conserv. e Moderado	0,520754	0,533642	0,061252	0,465746	1,000000	0,633682	0,653809	0,419736	0,030776	0,464915	0,061252
Ações Passivo	0,523873	0,436255	0,026524	0,438137	0,633682	1,000000	0,949115	0,417784	0,036001	0,480700	0,026524
Ações Ativo/Set/Livres	0,558452	0,480945	0,025375	0,485464	0,653809	0,949115	1,000000	0,451822	0,032155	0,443788	0,025375
FII	0,372255	0,387864	0,064498	0,329697	0,419736	0,417784	0,451822	1,000000	0,032562	0,274357	0,064498
FIP	0,012674	0,021548	0,047030	0,006933	0,030776	0,036001	0,032155	0,032562	1,000000	0,053166	0,047030
Ações exterior	0,167138	0,138719	0,005236	0,123326	0,464915	0,480700	0,443788	0,274357	0,053166	1,000000	0,005236
Imóveis e Créditos LP	0,035047	0,071592	1,000000	0,121902	0,061252	0,026524	0,025375	0,064498	0,047030	0,005236	1,000000

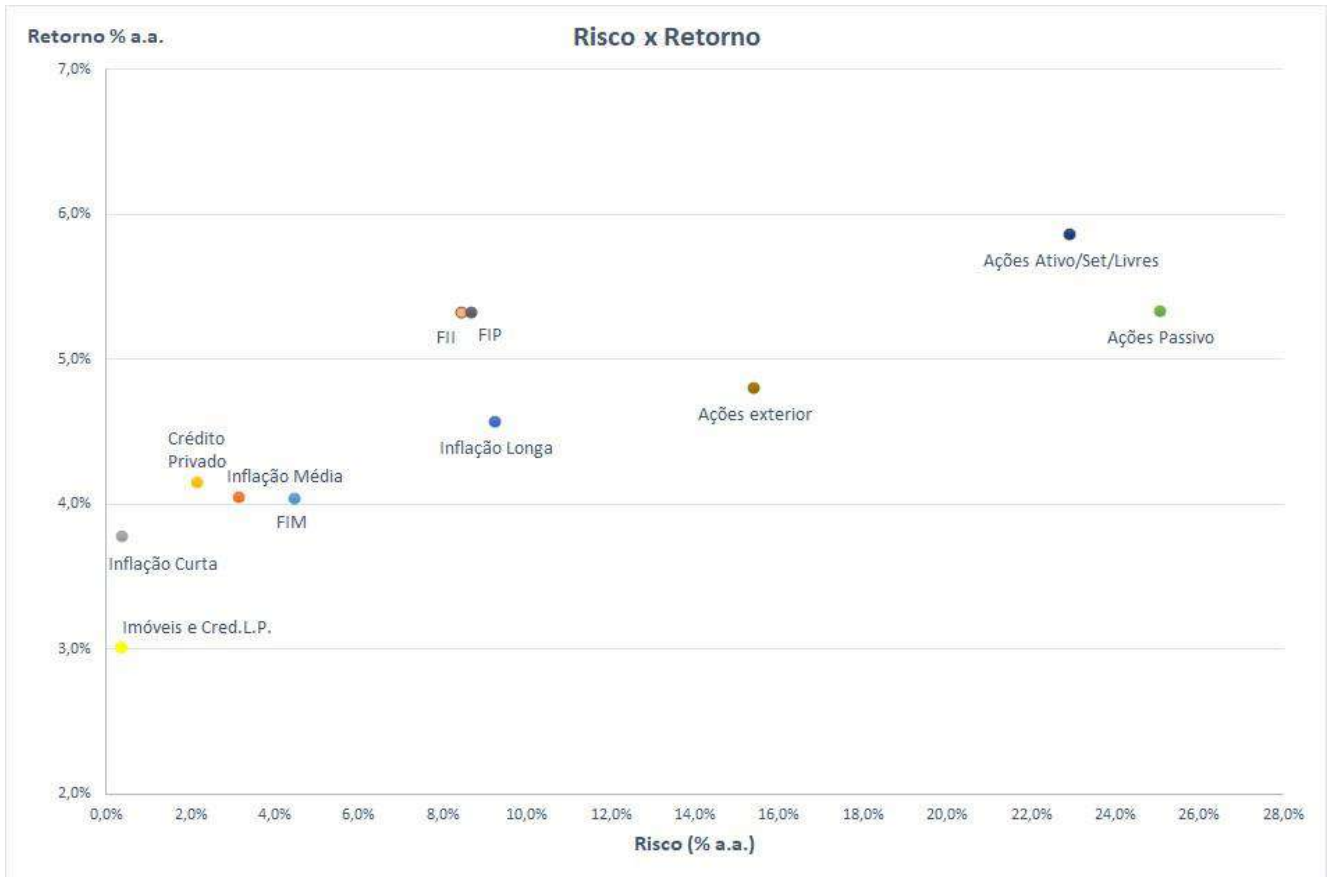
A partir da matriz de correlação entre os diversos segmentos de ativos e considerados os retornos projetados nos cenários macroeconômicos, é possível traçar a Fronteira Eficiente de Markowitz - representação gráfica das carteiras ótimas para os vários níveis de risco (desvio padrão) admitidos, para cada um dos cenários. Ainda, é possível obter o risco da carteira atual do plano de benefícios diante dos cenários projetados e compará-la com as carteiras da fronteira eficiente.

Na construção dessas carteiras, utilizam-se os parâmetros legais previstos na Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021, acrescidos de parâmetros razoáveis para a boa gestão do caixa/volatilidade e condições especiais, nos casos indicados:

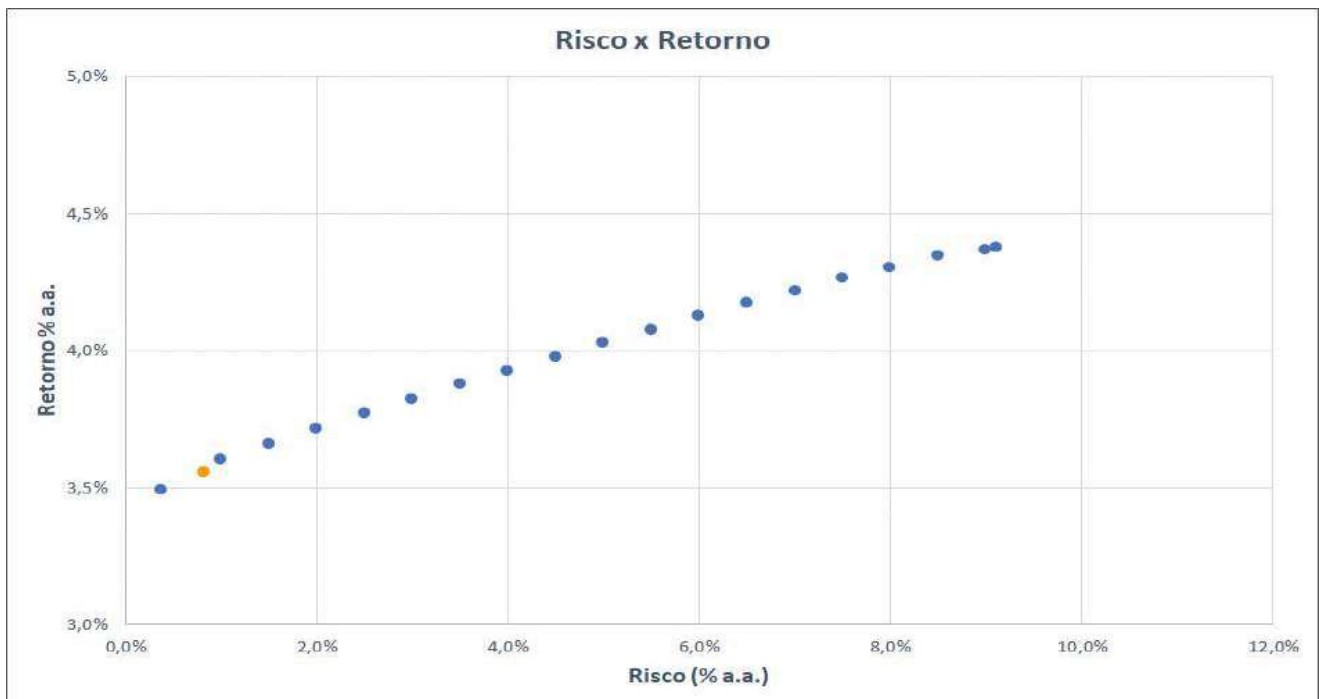
Parâmetros prudenciais para a construção das carteiras		
Indexadores / ativos	limite	Justificativa
Crédito Privado	até 10%	máximo prudencial
FII	igual a 0%	posição atual
FIP	igual a 0%	posição atual
Inflação Curta / Selic / CDI	mínimo de 5%	mínimo prudencial

### 8.2.1 Fronteira Eficiente e Carteira Ótima para Cenário Pós-Crise:

Risco x retorno dos segmentos de ativos considerados para a formação do Portfólio.



Fronteira eficiente – Cenário Pós-Crise:



Portfólio das carteiras ótimas apresentadas na fronteira eficiente acima:

Carteira	Volatilidade (desvio padrão)	Retorno	Inflação Longa	Inflação Média	Inflação Curta / SELIC / CDI	Crédito Privado	FIM Conserv. e Moderado	Ações Passivo	Ações Ativo/Set/Livres	FII	FIP	Ações exterior	Imóveis e Créditos L.P.	Títulos Públicos (curva)
Mínima Vol	0,4%	3,49%	0,0%	0,2%	63,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%
1	1,0%	3,60%	0,0%	15,6%	38,1%	6,4%	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	2,4%	36,4%	0,0%
2	1,5%	3,66%	1,6%	18,3%	31,5%	6,4%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%	0,0%	3,5%	36,4%	0,0%
3	2,0%	3,72%	1,9%	26,5%	20,9%	6,4%	0,0%	0,0%	3,3%	0,0%	0,0%	4,7%	36,4%	0,0%
4	2,5%	3,77%	2,1%	34,7%	10,5%	6,4%	0,0%	0,0%	4,2%	0,0%	0,0%	5,9%	36,4%	0,0%
5	3,0%	3,83%	4,5%	38,0%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	5,2%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
6	3,5%	3,88%	8,6%	32,1%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	7,0%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
7	4,0%	3,93%	12,8%	26,3%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	8,6%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
8	4,5%	3,98%	16,8%	20,7%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	10,2%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
9	5,0%	4,03%	20,8%	15,2%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	11,8%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
10	5,5%	4,08%	24,8%	9,6%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	13,3%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
11	6,0%	4,12%	28,7%	4,2%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	14,9%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
12	6,5%	4,17%	30,8%	0,0%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	16,9%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
13	7,0%	4,22%	27,2%	0,0%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
14	7,5%	4,26%	23,8%	0,0%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	23,9%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
15	8,0%	4,30%	20,6%	0,0%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	27,1%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
16	8,5%	4,34%	24,1%	0,0%	3,2%	1,4%	0,0%	0,0%	28,6%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
17	9,0%	4,37%	22,9%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	2,5%	28,6%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
18	9,1%	4,37%	22,3%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%	28,6%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
Carteira Atual	0,8%	3,56%	0,0%	24,1%	39,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%

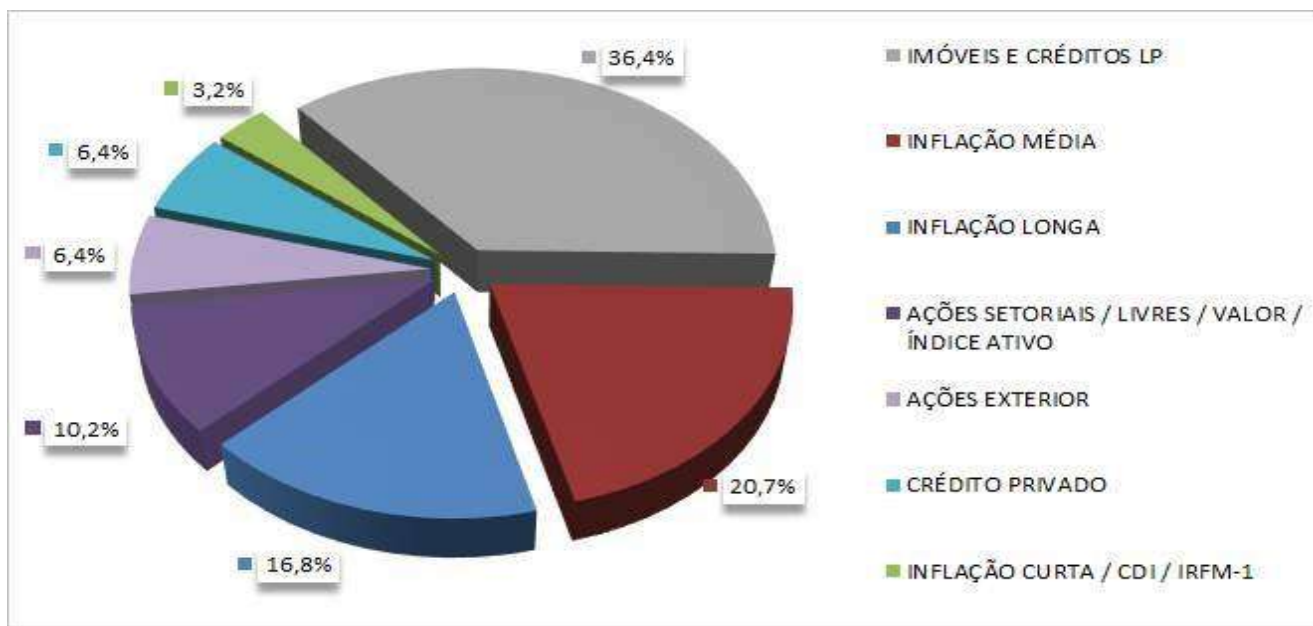
Analisando os resultados apresentados na fronteira eficiente, é possível observar que a carteira atual do Plano de Benefícios do SERGIPE PREVIDÊNCIA (cor laranja) se situa muito próxima da curva da fronteira eficiente, com retorno projetado de 3,56% (acima da meta atuarial) e risco de 0,8% (desvio padrão). É possível verificar que todas as carteiras ótimas projetam retorno acima da meta atuarial (3,00% ao ano), dado o cenário projetado. Cabe ao SERGIPE PREVIDÊNCIA a escolha da carteira que satisfaça o nível de risco disposto a assumir, porém identificamos a carteira nº 8 como ponto intermediário entre os riscos extremos, com retorno projetado de 3,98% (acima da meta atuarial) e risco de 4,5% (desvio padrão).

### Resultado do Plano com a Carteira Ótima com sensibilidade à taxa de retorno estimada para o Cenário Pós-Crise

Esta simulação demonstra que uma gestão ativa, buscando a melhor relação risco x retorno ao longo prazo, permite otimizar o resultado considerando intervenções na composição do portfólio do SERGIPE PREVIDÊNCIA, de forma a reproduzir uma carteira eficiente, respeitando-se os limites máximos estabelecidos na legislação em vigor.



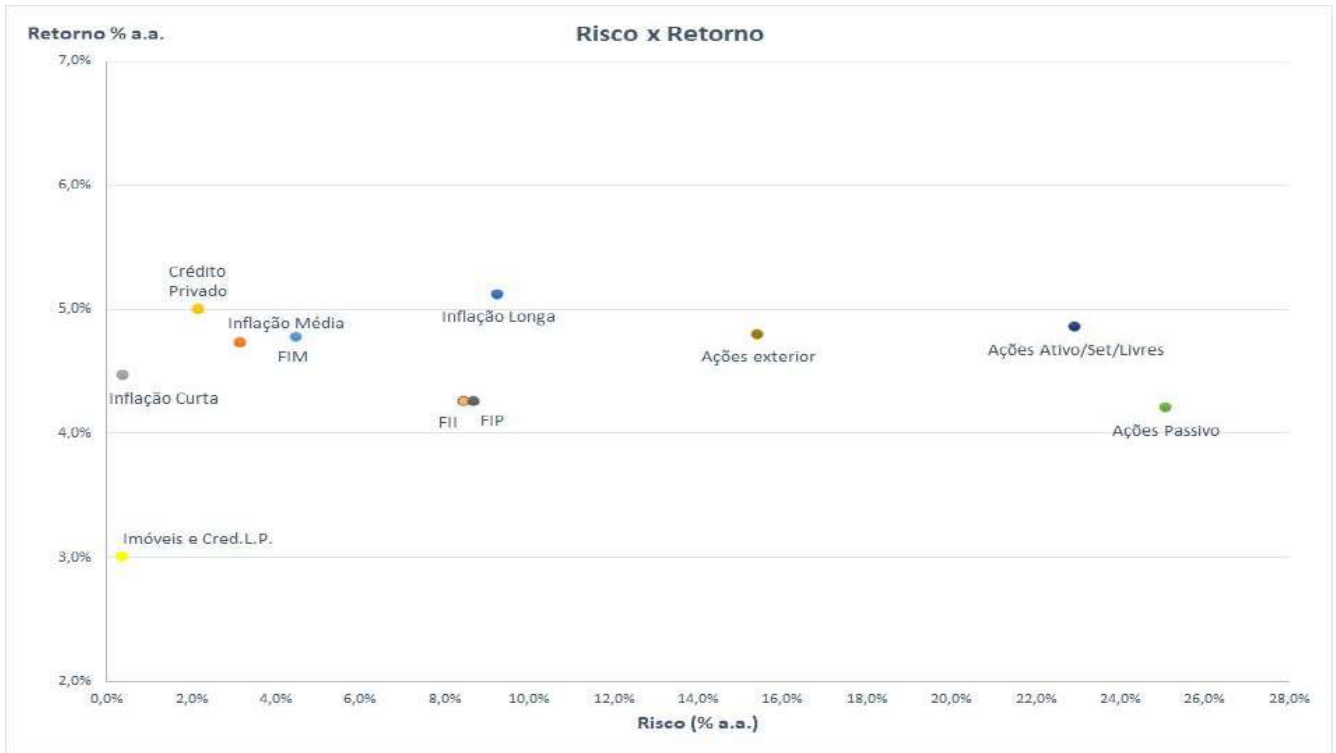
Carteira Otimizada



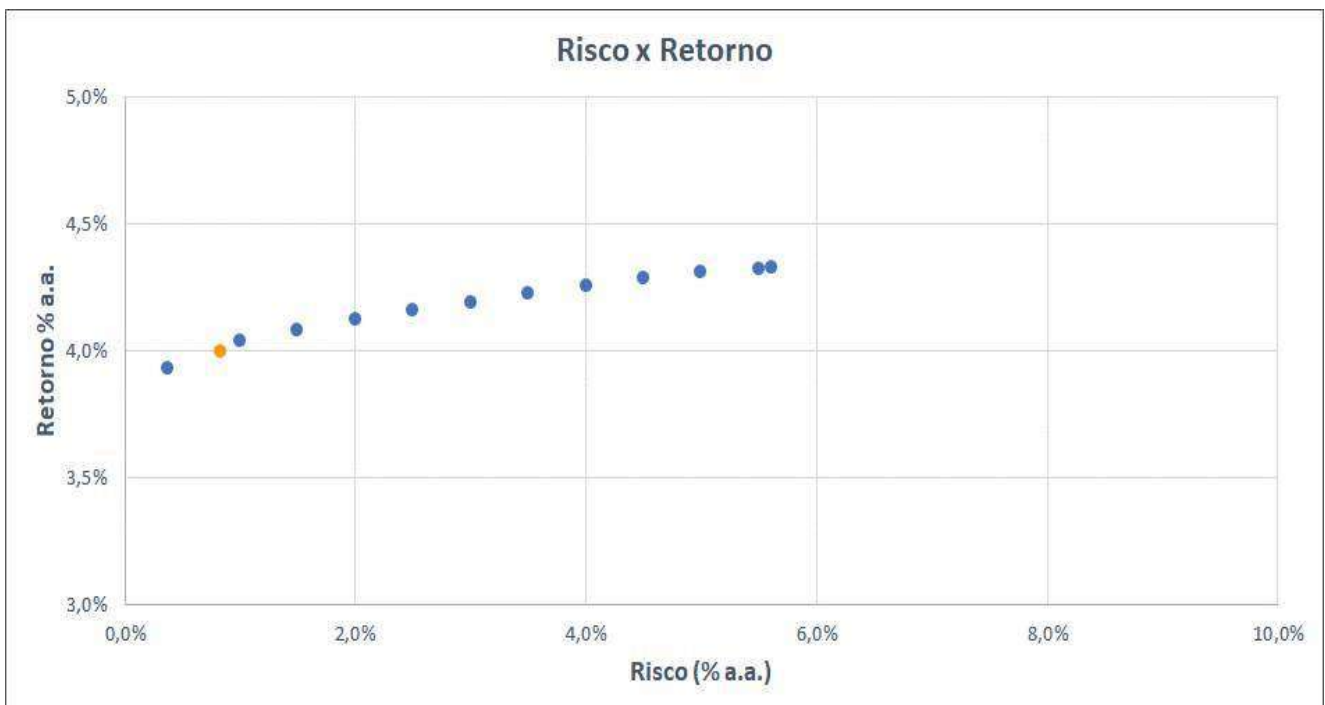
O gráfico acima demonstra que os recursos financeiros serão insuficientes para cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios previdenciários. O resultado aponta para uma insuficiência patrimonial, gerando um resultado deficitário ao longo prazo no Valor Presente (VP) de R\$ -35,5 bilhões. Cabe salientar que a otimização de carteira adicionou um ganho ao longo dos 75 anos de R\$ 2,2 bilhões em relação à posição atual, se confirmado o cenário.

### 8.2.2 Fronteira Eficiente e Carteira Ótima para Cenário Pré-Crise:

Risco x retorno dos segmentos de ativos considerados para a formação do Portfólio.



Fronteira eficiente – cenário Pré-Crise:



Portfólio das carteiras ótimas apresentadas na fronteira eficiente acima:

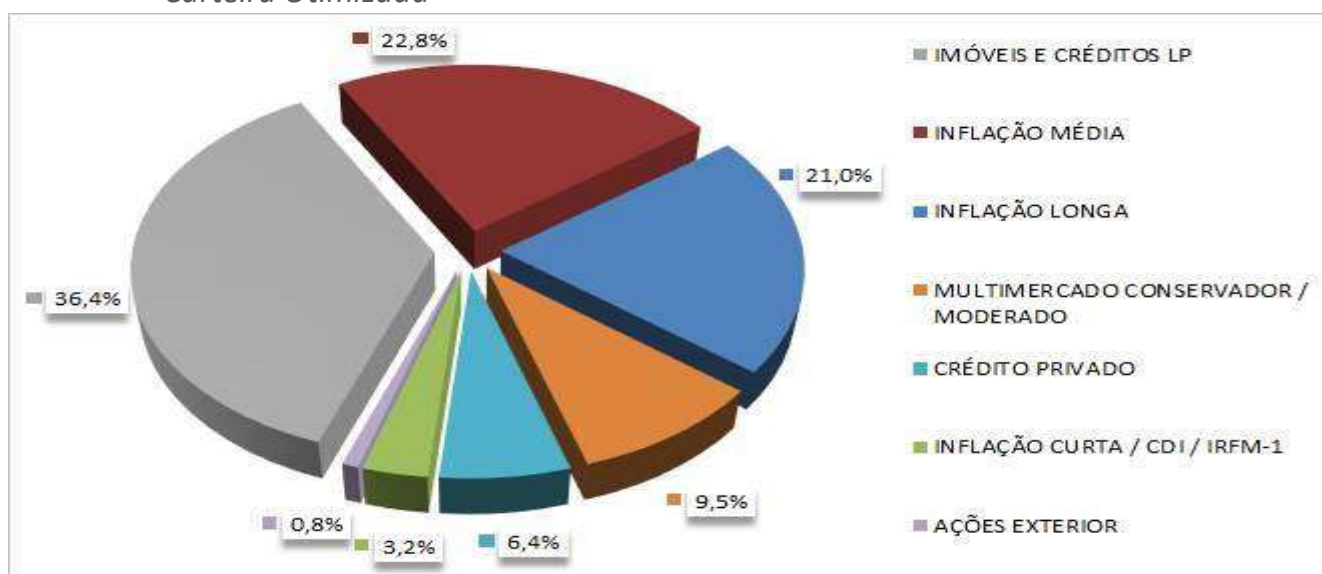
Carteira	Volatilidade (desvio padrão)	Retorno	Inflação Longa	Inflação Média	Inflação Curta / SELIC / CDI	Crédito Privado	FIM Conserv. e Moderado	Ações Passivo	Ações Ativo/Set/Livres	FII	FIP	Ações exterior	Imóveis e Créditos L.P.	Títulos Públicos (curva)
Minima Vol	0,4%	3,93%	0,0%	0,1%	62,8%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%
1	1,0%	4,04%	0,0%	18,0%	30,9%	6,4%	8,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%
2	1,5%	4,08%	0,2%	33,3%	14,1%	6,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	36,4%	0,0%
3	2,0%	4,13%	3,7%	40,5%	3,2%	6,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	36,4%	0,0%
4	2,5%	4,16%	12,7%	31,3%	3,2%	6,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	36,4%	0,0%
5	3,0%	4,19%	21,0%	22,8%	3,2%	6,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	36,4%	0,0%
6	3,5%	4,22%	29,0%	14,6%	3,2%	6,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	36,4%	0,0%
7	4,0%	4,26%	36,8%	6,6%	3,2%	6,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	36,4%	0,0%
8	4,5%	4,29%	44,6%	0,0%	3,2%	6,4%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%
9	5,0%	4,31%	52,0%	0,0%	3,2%	6,4%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	36,4%	0,0%
10	5,5%	4,32%	58,9%	0,0%	3,2%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%
11	5,6%	4,33%	60,4%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%
Carteira Atual	0,8%	3,99%	0,0%	24,1%	39,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%

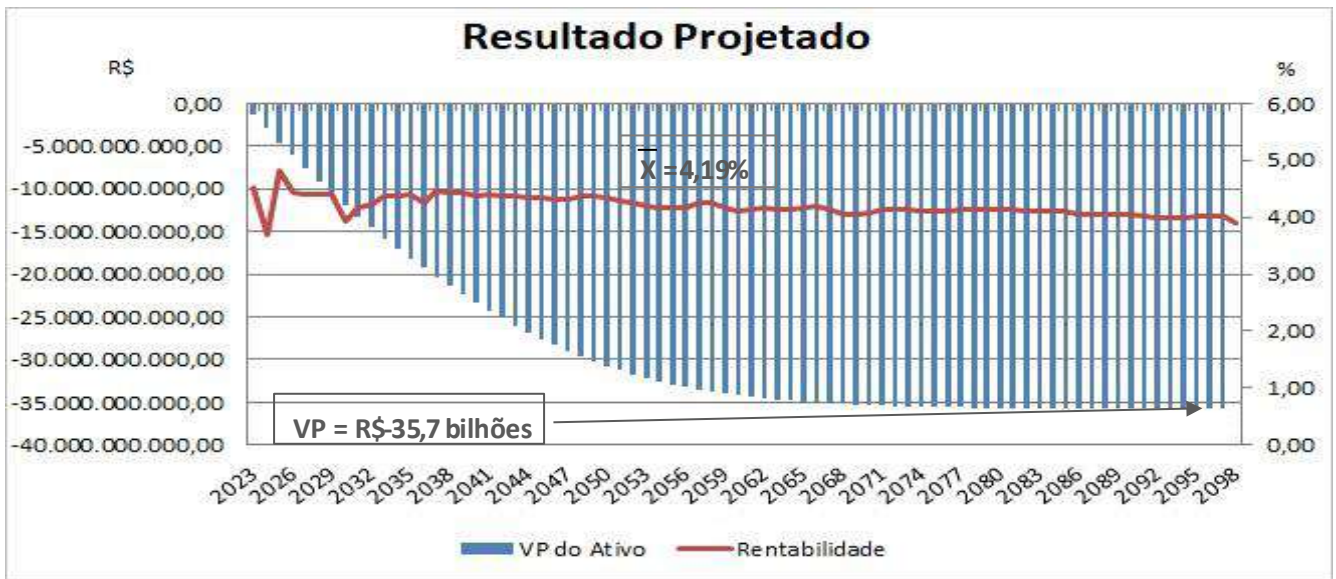
Analisando os resultados apresentados na fronteira eficiente, é possível observar que a carteira atual do Plano de Benefícios do SERGIPE PREVIDÊNCIA (cor laranja) se situa muito próxima da curva da fronteira eficiente, com retorno projetado de 3,99% (acima da meta atuarial) e risco de 0,8% (desvio padrão). É possível verificar que todas as carteiras ótimas projetam retorno acima da meta atuarial, dado o cenário projetado. Cabe ao SERGIPE PREVIDÊNCIA a escolha da carteira que satisfaça o nível de risco disposto a assumir, porém identificamos a carteira nº 5 como ponto intermediário entre os riscos extremos, com retorno projetado de 4,19% (acima da meta atuarial) e risco de 3,0% (desvio padrão).

### Resultado do Plano com a Carteira Ótima com sensibilidade à taxa de retorno estimada para o Cenário Pré-Crise

Esta simulação demonstra que uma gestão ativa, buscando a melhor relação risco x retorno ao longo prazo, permite otimizar o resultado considerando intervenções na composição do portfólio do SERGIPE PREVIDÊNCIA, de forma a reproduzir uma carteira eficiente, respeitando-se os limites máximos estabelecidos na legislação em vigor.

Carteira Otimizada

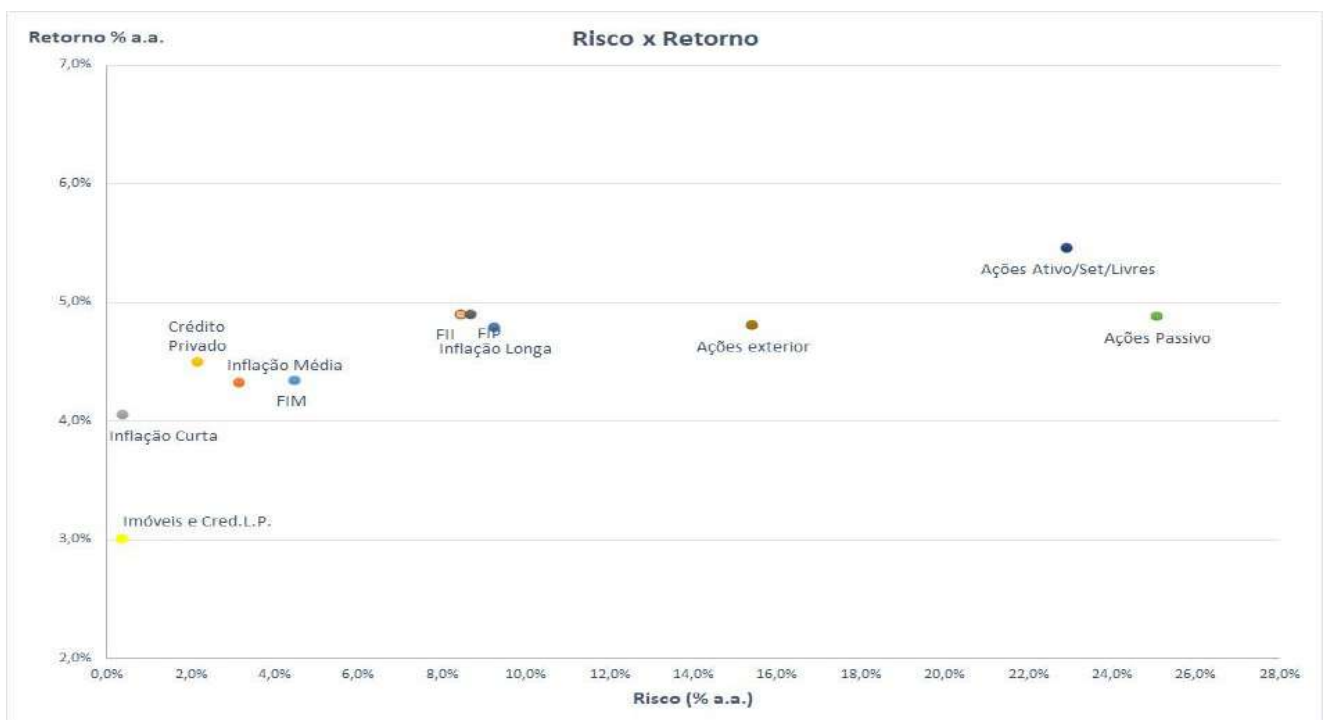




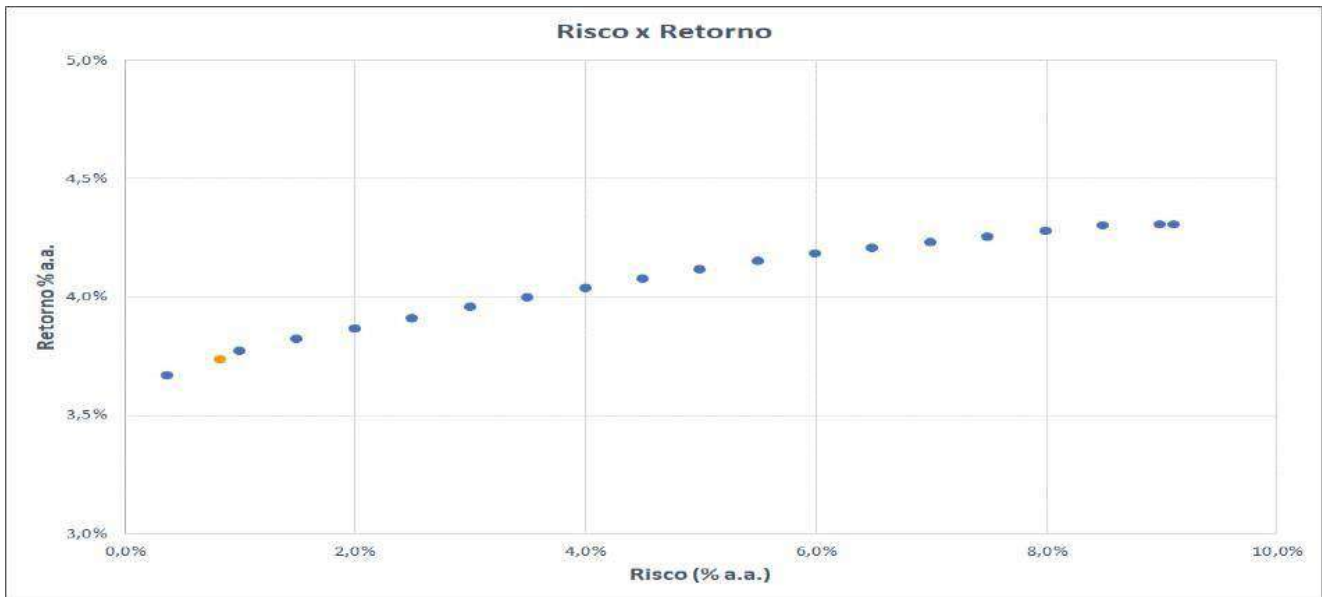
O gráfico acima demonstra que os recursos financeiros serão insuficientes para cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios previdenciários. O resultado aponta para uma insuficiência patrimonial, gerando um resultado deficitário ao longo prazo no Valor Presente (VP) de R\$ -35,7 bilhões. Cabe salientar que a otimização de carteira adicionou um ganho ao longo dos 75 anos de R\$ 0,7 bilhões em relação à posição atual, se confirmado o cenário.

### 8.2.3 Fronteira Eficiente e Carteira Ótima para Cenário Híbrido:

Risco x retorno dos segmentos de ativos considerados para a formação do Portfólio.



Fronteira eficiente – cenário híbrido:



Portfólio das carteiras ótimas apresentadas na fronteira eficiente acima:

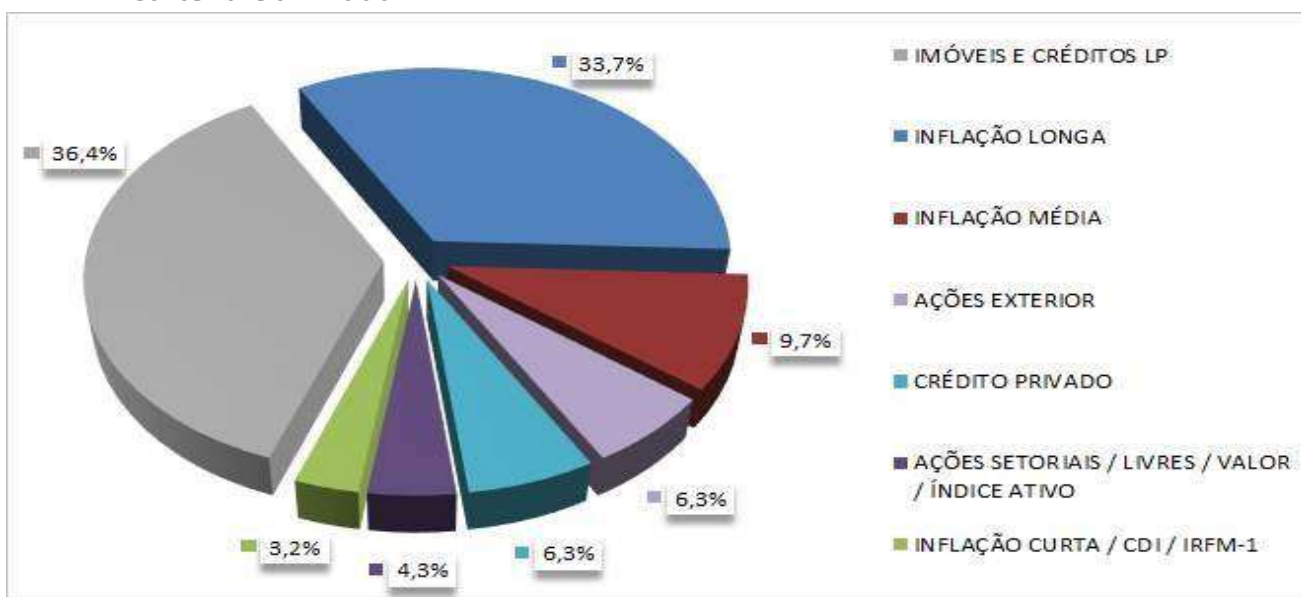
Carteira	Volatilidade (desvio padrão)	Retorno	Inflação Longa	Inflação Média	Inflação Curta / SELIC / CDI	Crédito Privado	FIM Conserv. e Moderado	Ações Passivo	Ações Ativo/Set/Livres	FII	FIP	Ações exterior	Imóveis e Créditos L.P.	Titulos Públicos (curva)
Mínima Vol	0,4%	3,67%	0,0%	0,2%	63,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%
1	1,0%	3,77%	0,0%	21,5%	33,3%	6,4%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	2,3%	36,4%	0,0%
2	1,5%	3,82%	0,0%	34,2%	18,9%	6,4%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	3,5%	36,4%	0,0%
3	2,0%	3,87%	0,0%	47,2%	4,4%	6,4%	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%	4,7%	36,4%	0,0%
4	2,5%	3,91%	0,0%	44,4%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	3,6%	0,0%	0,0%	6,0%	36,4%	0,0%
5	3,0%	3,96%	14,8%	31,3%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
6	3,5%	4,00%	21,2%	23,9%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
7	4,0%	4,04%	27,5%	16,7%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	3,5%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
8	4,5%	4,08%	33,7%	9,7%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	4,3%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
9	5,0%	4,11%	39,7%	2,8%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	5,3%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
10	5,5%	4,15%	39,0%	0,0%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	8,7%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
11	6,0%	4,18%	34,6%	0,0%	3,2%	6,4%	0,0%	0,0%	13,1%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
12	6,5%	4,20%	30,9%	0,0%	3,2%	6,3%	0,0%	0,0%	16,9%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
13	7,0%	4,23%	34,2%	0,0%	3,2%	1,4%	0,0%	0,0%	18,4%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
14	7,5%	4,25%	32,7%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	21,4%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
15	8,0%	4,28%	30,2%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	24,9%	0,0%	0,0%	5,3%	36,4%	0,0%
16	8,5%	4,30%	28,0%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	28,2%	0,0%	0,0%	4,2%	36,4%	0,0%
17	9,0%	4,30%	22,9%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	2,5%	28,6%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
18	9,1%	4,30%	22,3%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%	28,6%	0,0%	0,0%	6,4%	36,4%	0,0%
Carteira Atual	0,8%	3,73%	0,0%	24,1%	39,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%

Analisando os resultados apresentados na fronteira eficiente, é possível observar que a carteira atual do Plano de Benefícios do SERGIPE PREVIDÊNCIA (cor laranja) se situa muito próxima da curva da fronteira eficiente, com retorno projetado de 3,73% (acima da meta atuarial) e risco de 0,8% (desvio padrão). É possível verificar que todas as carteiras ótimas projetam retorno acima da meta atuarial, dado o cenário projetado. Cabe ao SERGIPE PREVIDÊNCIA a escolha da carteira que satisfaça o nível de risco disposto a assumir, porém identificamos a carteira nº 8 como ponto intermediário entre os riscos extremos, com retorno projetado de 4,08% (acima da meta atuarial) e risco de 4,5% (desvio padrão).

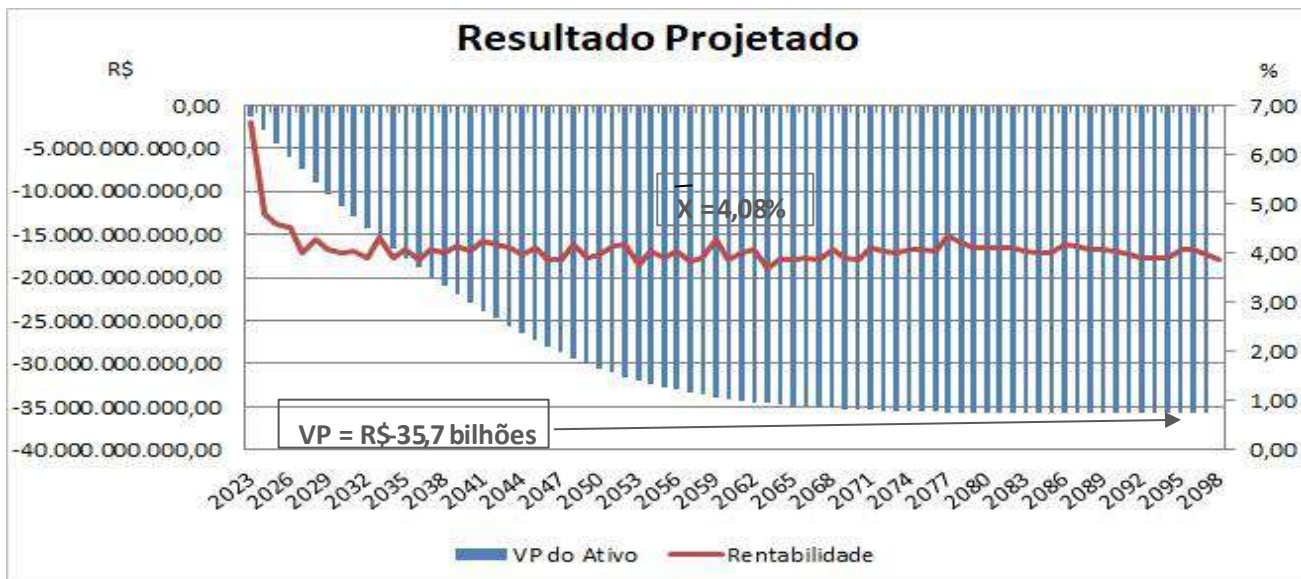
## Resultado do Plano com a Carteira Ótima com sensibilidade à taxa de retorno estimada para o Cenário Híbrido

Esta simulação demonstra que uma gestão ativa, buscando a melhor relação risco x retorno ao longo prazo, permite otimizar o resultado considerando intervenções na composição do portfólio do SERGIPE PREVIDÊNCIA, de forma a reproduzir uma carteira eficiente, respeitando-se os limites máximos estabelecidos na legislação em vigor.

*Carteira Otimizada*



**Resultado Projetado**

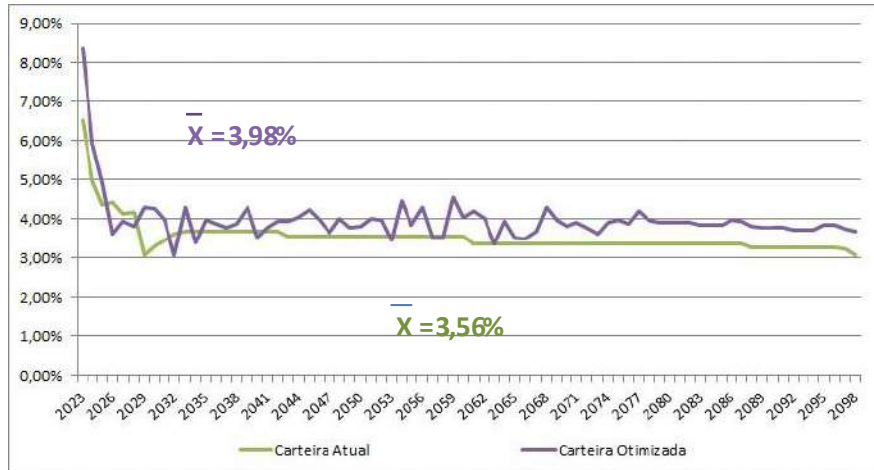


O gráfico acima demonstra que os recursos financeiros serão insuficientes para cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios previdenciários. O resultado aponta para uma insuficiência patrimonial, gerando um resultado deficitário ao longo prazo no Valor Presente (VP) de R\$ -35,7

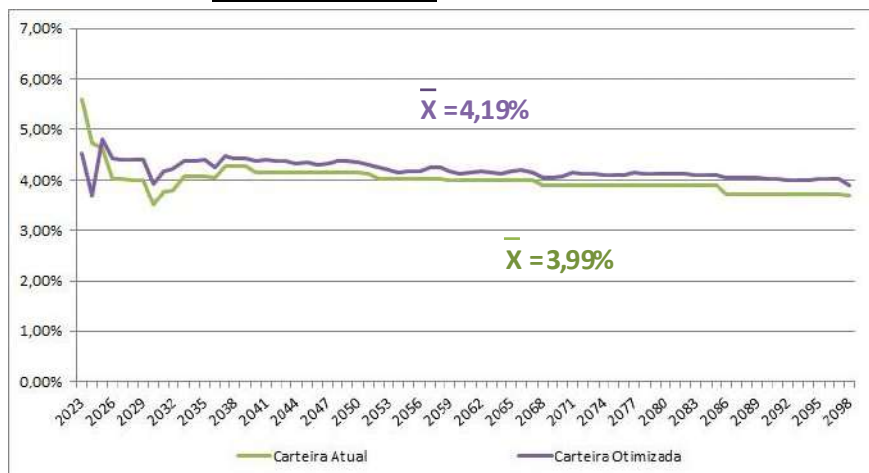
bilhões. Cabe salientar que a otimização de carteira adicionou um ganho ao longo dos 75 anos de R\$ 1,4 bilhões em relação à posição atual, se confirmado o cenário.

## 9. RETORNO REAL PROJETADO DOS INVESTIMENTOS

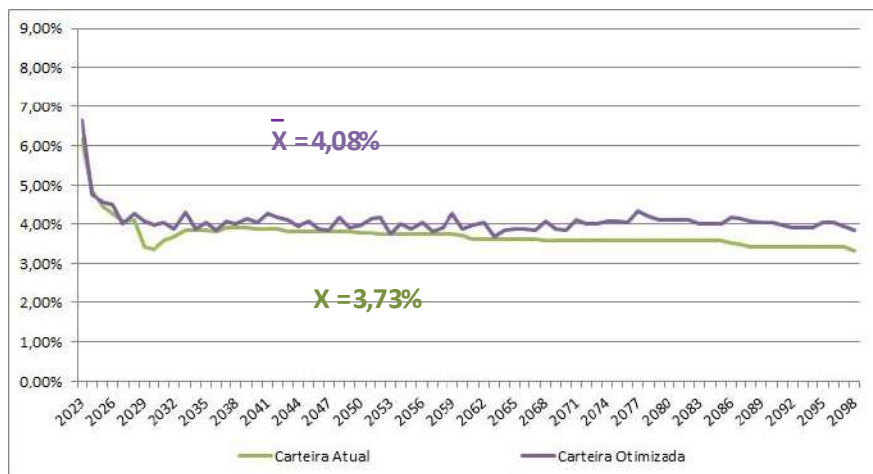
### Cenário Pós-Crise



### Cenário Pré-Crise



### Cenário Híbrido



## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo realizado, tem-se como resultado projetado para as carteiras

simuladas do Plano de Benefícios do SERGIPE PREVIDÊNCIA:

Carteira Atual	Taxa de Retorno (ao ano)	Superavit/(Deficit)
1) Carteira Atual com Meta Atuarial	3,00%	(R\$ 44,0 bilhões)
2) Carteira Atual com Cenário Pós-Crise	3,56%	(R\$ 37,7 bilhões)
3) Carteira Atual com Cenário Pré-Crise	3,99%	(R\$ 36,4 bilhões)
4) Carteira Atual com Cenário Híbrido	3,69%	(R\$ 37,1 bilhões)

Carteira Otimizada	Taxa de Retorno (ao ano)	Superavit/(Deficit)
5) Carteira Ótima para Cenário Pós-Crise	3,98%	(R\$ 35,5 bilhões)
6) Carteira Ótima para Cenário Pré-Crise	4,19%	(R\$ 35,7 bilhões)
7) Carteira Ótima para Cenário Híbrido	4,08%	(R\$ 35,7 bilhões)

Preliminarmente, cabe salientar que a hipótese de simulação (1) teve como objetivo identificar se o custeio do plano de benefícios previdenciários está adequado às obrigações do passivo. Registra-se que, de fato, a simulação (1) apontou para um deficit atuarial projetado no valor de R\$ -44,0 bilhões, resultado convergente àquele apontado no Relatório de Avaliação Atuarial válido para o exercício de



2023, no valor de R\$ -44,8 bilhões o que representa inferir que o plano de amortização atual é insuficiente para atender os objetivos do plano de benefícios previdenciário.

Igualmente, cumpre destacar que o Cenário Pré-Crise foi construído como uma variante de

alguma probabilidade, razão pela qual as hipóteses de simulação (3) e (6) devem ser analisadas com as ressalvas necessárias. Por seu turno, o Cenário Pós-Crise tem um peso relevante, na medida em que possui uma maior probabilidade de ocorrência.

Buscando mitigar os riscos de se assumir como provável um dos cenários extremos (Pós-Crise

ou Pré-Crise), considerando que no médio/longo prazos o acerto nas projeções se reduz-significativamente. Para solucionar essa lógica, construiu-se um cenário denominado “Híbrido”, resultante da combinação entre os dois cenários base projetados, na proporção de 60% para o Cenário Pós-Crise e 40% para o Cenário Pré-Crise.

A carteira atual do SERGIPE PREVIDÊNCIA, base 30/09/2023, apresenta a seguinte distribuição em comparação com a sugestão das carteiras otimizadas para os cenários Pós-Crise, Pré-Crise e Híbrido (% ajustado só para mercado financeiro):

Distribuição	Posição 30/09/2023 (sem imóveis/ Creditos LP)	Carteira Ótima Cenário Pós- Crise	Carteira Ótima Cenário Pré- Crise	Carteira Ótima Cenário Híbrido
Inflação Longa (*)	0,0%	26,4%	33,0%	53,0%
Inflação Média (**)	0,0%	32,6%	35,7%	15,2%
Inflação Curta (***)	100,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Crédito Privado	0,0%	10,0%	10,0%	10,0%
Multimercado Conservador / Moderado	0,0%	0,0%	15,0%	0,0%
FII	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
FIP	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ações IBOVESPA / IBRX (Passivo)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ações Setoriais / Livres / Valor Índice Ati	0,0%	16,0%	0,0%	6,8%

Ações Exterior	0,0%	10,0%	1,3%	10,0%
----------------	------	-------	------	-------

(\*) Títulos Públicos vcto. após 5 anos; IMA-B 5+, IMA-B, Fundos de Vértice superior a 5 anos, IDKA IPCA 20A; IRF-M 1+

(\*\*) Títulos Públicos vcto. entre 1 e 5 anos; IMA-B 5; Fundos de Vértice até 5 anos; IDKA IPCA e PRÉ 3 e 2A; IRF-M

(\*\*\*) Títulos Públicos vcto. até 1 ano; Fundos de Vértice até 1 ano; CDI; SELIC; IRF-M 1

Considerando que a meta de rentabilidade definida como objetivo da gestão no Longo Prazo de 3,0% é factível de ser atingida dado o Cenário Híbrido (risco mitigado) e de acordo com a análise realizada através da relação risco x retorno demonstrada pela Fronteira Eficiente, é indicado realizar ajustes nas alocações do portfólio, conforme o quadro acima, referente a Carteira Ótima – Cenário Híbrido. Para as alterações de curto prazo, recomenda-se o estudo tático da carteira, onde deverá ser avaliado o cenário macroeconômico de curto prazo, buscando realizar trocas de posições pontuais, se necessário, vislumbrando sempre o objetivo de maximizar a rentabilidade esperada da carteira no longo prazo.

Em relação à liquidez da carteira, o risco atual é inexistente, considerando que o déficit financeiro mensal do fluxo de caixa previdenciário deverá ser coberto por recursos extraordinários do Estado, estes previstos no Artigo 95º da Lei Complementar Estadual nº 113, de 01 de novembro de 2005, conforme alterada, correspondente à diferença entre: a) o valor da folha de benefícios a serem pagos à conta do plano de benefícios previdenciários da massa civil e; b) o montante das contribuições previdenciárias dos servidores e do próprio Estado, motivo pelo qual há espaço para alongamento dos prazos de desinvestimento dos fundos, sem que comprometa o fluxo de pagamento dos benefícios futuro, não havendo necessidade de trabalho específico afim de verificar montante prudencial para alongamento dos investimentos.

Ronaldo Borges da Fonseca  
*Economista – CORECON 1639 -1 – 19ª Região*  
*CVM – Consultor de Valores Mobiliários*

## **AVISO LEGAL**

Este Relatório foi elaborado baseado em premissas, cenários e informações fornecidas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe, sob a denominação SERGIPE PREVIDÊNCIA.

A Mais Valia Consultoria & Educação, de nenhum modo, expressa opinião sobre as premissas, cenários ou informações fornecidas pelo SERGIPE PREVIDÊNCIA, ou obtidas através de fontes públicas.

Para a realização do presente estudo, alguns cenários foram tratados por procedimento estatístico de modo a adicionar-se volatilidade a estes sem, entretanto, alterar os seus valores esperados.

Há riscos atuariais, riscos legais, riscos operacionais, risco de crédito (principalmente com relação à falta de repasse do ente instituidor) e outros riscos que podem afetar e comprometer substancialmente os resultados e conclusões deste trabalho.

A Mais Valia Consultoria & Educação não realizou qualquer ação ou procedimento de auditoria sobre os dados entregues, seja de natureza contábil, legal, ou qualquer outra.

Os resultados aqui expostos não são garantia de que os resultados apresentados venham a ocorrer. A Mais Valia Consultoria & Educação não assume qualquer responsabilidade por eventuais situações e circunstâncias não previstas neste estudo que influenciem de qualquer maneira os resultados obtidos.



## Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de novembro de 2021, com base no inciso IV e no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e no art. 9º, § 7º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019,

**R E S O L V E U :**

Art. 1º Os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução.

§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

I- observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;

II- exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;

III- zelar por elevados padrões éticos;

IV- adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência;

V- realizar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços contratados;

VI- realizar o prévio credenciamento, o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento e das demais instituições escolhidas para receber as aplicações, observados os parâmetros estabelecidos de acordo com o inciso IV.

§ 2º Para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes.

§ 3º Os parâmetros para o credenciamento das instituições de que trata o inciso VI do § 1º deverão contemplar, entre outros, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.

§ 4º Entendem-se por responsáveis pela gestão, para fins desta Resolução, as pessoas que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social e os participantes do mercado de títulos e valores mobiliários no que se refere à distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

§ 5º Incluem-se no rol de pessoas previstas no § 4º, na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

§ 6º O regime próprio de previdência social deve definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

§ 7º O regime próprio de previdência social deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos.

### Seção I

#### Da Alocação dos Recursos e da Política de Investimentos

##### Subseção I

##### Da Alocação dos Recursos

Art. 2º Observadas as limitações e condições estabelecidas nesta Resolução, os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I- renda fixa;

II- renda variável;

III- investimentos no exterior;

IV- investimentos estruturados;

V- fundos imobiliários;

VI- empréstimos consignados.

§ 1º Para efeito desta Resolução, são considerados investimentos estruturados:

I- fundos de investimento classificados como multimercado;

II- fundos de investimento em participações (FIP); e

III- fundos de investimento classificados como "Ações- Mercado de Acesso".

§ 2º Os fundos de investimento objeto de aplicação por parte dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários, e os investimentos por eles realizados, inclusive por meio de cotas de fundos de investimento, devem observar os requisitos dos ativos financeiros estabelecidos nesta Resolução.

§ 3º Os regimes próprios de previdência social devem avaliar os custos decorrentes das aplicações, inclusive daquelas efetuadas por meio de fundos de investimento, e divulgar as despesas com as aplicações e com a contratação de prestadores de serviços.

§ 4º Ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela Comissão de Valores Mobiliários em regulamentação específica.

Art. 3º Para efeito desta Resolução, são considerados recursos:

- I- as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital;
- II- os demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social;
- III- as aplicações financeiras;
- IV- os títulos e os valores mobiliários;
- V- os ativos vinculados por lei ao regime próprio de previdência social; e
- VI- demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do regime próprio de previdência social.

§ 1º Os recursos dos regimes próprios de previdência social visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios do regime e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do ente federativo e geridos, em conformidade com a política de investimento estabelecida e os critérios para credenciamento de instituições e contratações, de forma independente.

§ 2º Para garantir a segregação de que trata o § 1º, os recursos do regime próprio de previdência social deverão ser vinculados a órgão ou entidade gestora do regime ou a fundos previdenciários com inscrição específica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

#### Subseção II Da Política de Investimentos

Art. 4º Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

- I- o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;
- II- a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;
- III- os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;
- IV- os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;
- V- a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;
- VI- a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;
- VII- a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos;
- VIII- o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

§ 1º Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.

§ 2º O regime próprio de previdência social deverá estabelecer critérios para a contratação de pessoas jurídicas que desempenham atividade de avaliação de investimentos em valores mobiliários, as quais devem ser registradas, autorizadas ou credenciadas nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, com a finalidade de produção de recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de formulação da política de investimento e de tomada de decisão de investimento.

§ 3º A elaboração, a revisão e as informações constantes na política de investimentos devem observar os parâmetros de que trata o inciso IV do §1º do art. 1º.

Art. 5º A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação.

#### Seção II Dos Segmentos de Aplicação e dos Limites

Art. 6º Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Resolução, são consideradas as aplicações de recursos de que tratam os incisos I, II, III e IV do art. 3º desta Resolução, excluídos os recursos de que tratam os incisos V e VI daquele artigo, as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e as cotas de fundos de investimento imobiliário de que trata o § 3º do art. 11.

§ 1º As aplicações e a continuidade dos investimentos nos ativos de que trata o art. 3º deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do regime próprio de previdência social, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do regime.

§ 2º Para garantir a compatibilidade de que trata o § 1º, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

- I- manter procedimentos e controles internos formalizados para a gestão do risco de liquidez das aplicações de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do regime;
- II- realizar o acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos, assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do regime, independentemente de tratar-se de gestão própria ou por entidade autorizada e credenciada de que trata o art. 21.

#### Subseção I Do Segmento de Renda Fixa

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I- até 100% (cem por cento) em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic);
- b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos;
- c) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa);

II- até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;

III- até 60% (sessenta por cento) no somatório dos seguintes ativos:

- a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);

b) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda fixa);

IV- até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21;

V- até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);

c) cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º As operações que envolvam os ativos previstos na alínea "a" do inciso I do **caput** deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

§ 2º As aplicações previstas no inciso III do **caput** subordinam-se a que o fundo de investimento não contenha o sufixo "crédito privado".

§ 3º As aplicações previstas no inciso III e na alínea "b" do inciso V do **caput** subordinam-se a que o regulamento do fundo determine:

I- que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;

II- que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

§ 4º As aplicações previstas na alínea "a" do inciso V do **caput** subordinam-se a:

I- que a série ou classe de cotas do fundo de investimento seja considerada de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;

II- que o regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento);

III- que seja comprovado que o gestor do fundo de investimento já realizou, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de fundo de investimento em direitos creditórios encerradas e integralmente liquidadas;

IV- que o total das aplicações de regimes próprios de previdência social represente, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total de cotas seniores de um mesmo fundo de investimento em direitos creditórios.

§ 5º Os responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.

§ 6º Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III e as alíneas "b" e "c" do inciso V do **caput**, não classificados, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, como ativos financeiros no exterior, devem:

I- ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II- ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na Comissão de Valores Mobiliários;

III- ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia; ou

IV- ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.

§ 7º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária à Secretaria de Previdência, conforme 4 (quatro) níveis crescentes de aderência na forma por ela estabelecida, terão os limites para aplicação dos recursos nos ativos de que tratam os incisos do **caput** elevados da seguinte forma:

I- quanto aos ativos de que trata o inciso III do **caput**, um acréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado;

II- quanto aos ativos de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do **caput**, um acréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado, iniciando-se no segundo nível;

III- quanto aos ativos de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do **caput**, os limites acrescidos ficarão sujeitos a um limite global de 25% (vinte e cinco por cento) para o segundo nível, 30% (trinta por cento) para o terceiro nível e 35% (trinta e cinco por cento) para o quarto nível de governança comprovado.

§ 8º Os regimes próprios de previdência social que não alcancem os níveis de governança previstos no § 7º subordinam-se aos limites de que tratam os incisos do **caput** deste artigo.

#### Subseção II Do Segmento de Renda Variável

Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 30% (trinta por cento) em:

I- cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);

II- cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável).

§ 1º Aos ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que trata o inciso I do **caput** aplica-se o previsto no § 6º do art. 7º.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações negociados nos pregões de bolsa de valores.

§ 3º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária terão os limites para aplicação nos ativos de que tratam os incisos I e II do **caput** elevados em 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado.

§ 4º Os regimes próprios de previdência social que não alcancem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º subordinam-se aos limites de que tratam os incisos do **caput** deste artigo.

#### Subseção III Do Segmento de Investimentos no Exterior

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:

I- cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa- Dívida Externa”;

II- cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;

III- cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º O regime próprio de previdência social deve assegurar que:

I- os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento;

II- os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de **performance** superior a 12 (doze) meses.

§ 2º É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo “Investimento no Exterior” cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de fundo de investimento em participações com o sufixo “Investimento no Exterior”.

§ 4º Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o inciso II do **caput** somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice.

§ 5º Para fins de verificação do disposto no art. 19, em relação aos fundos de que trata este artigo, considera-se o patrimônio líquido do fundo constituído no exterior.

#### Subseção IV

##### Do Segmento de Investimentos Estruturados

Art. 10. No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:

I- até 10% (dez por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);

II- até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;

III- até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como “Ações- Mercado de Acesso”, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º As aplicações do regime próprio de previdência social em FIP, diretamente ou por meio de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, subordinam-se a:

I- que o fundo de investimento seja qualificado como entidade de investimento, conforme regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários;

II- que o regulamento do fundo determine que:

a) o valor justo dos ativos investidos pelo fundo, inclusive os que forem objeto de integralização de cotas, esteja respaldado em laudo de avaliação elaborado por auditores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) a cobrança de taxa de **performance** pelo fundo seja feita somente após o recebimento, pelos investidores, da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno nele previstos;

c) o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenham a condição de cotista do fundo em percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo, sendo vedada cláusula que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza em relação aos demais cotistas;

d) as companhias ou sociedades investidas pelo fundo tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários e publicadas, no mínimo, anualmente;

e) não sejam estabelecidos preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao gestor e/ou pessoas ligadas em relação aos demais cotistas;

III- que seja comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos 10 (dez) anos, desinvestimento integral de, pelo menos, 3 (três) sociedades investidas no Brasil por meio de fundo de investimento em participações, observado o disposto no inciso I, ou fundo mútuo de investimento em empresas emergentes geridos pelo gestor e que referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno previstos no regulamento.

§ 2º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o terceiro e quarto níveis de governança terão os limites e os critérios para aplicação dos recursos nos ativos de que trata este artigo acrescidos da seguinte forma, desde que em seu conjunto não ultrapassem 20% (vinte por cento) do total de recursos:

I- quanto ao FIM e FICFIM, um limite de até 15% (quinze por cento) do total dos recursos para o terceiro e quarto níveis;

II- quanto ao FIP, um limite de até 10% (dez por cento) do total de recursos para o terceiro nível e de até 15% (quinze por cento) para o quarto nível;

III- quanto ao fundo “Ações- Mercado de Acesso”, um limite de até 10% (dez por cento) para o terceiro nível e 15% (quinze por cento) para o quarto nível.

#### Subseção V

##### Do Segmento de Fundos Imobiliários

Art. 11. No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.

§ 1º Aos ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de que trata o **caput** aplica-se o previsto nos §§ 1º e 2º do art. 8º.

§ 2º Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o segundo, terceiro e quarto níveis de governança, terão, respectivamente, o limite de que trata o **caput** elevado para 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento) do total de recursos.

§ 3º Os limites previstos nesta Resolução não se aplicam às cotas de FII que sejam integralizadas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, por imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.

#### Subseção VI

##### Do Segmento de Empréstimos Consignados

Art. 12. No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do **caput** do art. 6º:

I- até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º;

II- até 10% (dez por cento), para os regimes que alcançarem ao menos o primeiro nível de governança de que trata o § 7º do art. 7º.

§ 1º Os encargos financeiros das operações de que trata o **caput** devem ser superiores à meta de rentabilidade de que trata o inciso III do art. 4º, acrescidos das seguintes taxas:

I - de administração das operações, que deverá suportar todos os custos operacionais e de gestão decorrentes das atividades de concessão e controle dos empréstimos;

II - de custeio dos fundos garantidores ou de oscilação de riscos de que trata o § 6º;

III - de adicional de risco, para fazer frente a eventos extraordinários, porventura não cobertos pelos fundos de que trata o inciso II.

§ 2º Os contratos das operações de empréstimos devem conter:

I - cláusula de consignação em pagamento com desconto em folha, cujo correspondente valor deverá ser imediatamente creditado ao órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social;

II - autorização, em caso de exoneração, demissão, cessação do vínculo do servidor ou do benefício do aposentado ou pensionista, ou de afastamentos do servidor sem manutenção da remuneração mensal, de retenção das verbas rescisórias para a quitação do saldo devedor líquido do empréstimo;

III - autorização para débito em conta corrente do tomador, no caso de inviabilidade do desconto direto em folha de pagamento ou das verbas rescisórias de que tratam os incisos I e II;

IV - anuência dos órgãos responsáveis pelo pagamento dos servidores, aposentados e pensionistas, de que trata o § 5º, de sua responsabilidade como devedor solidário pela cobertura de eventual inadimplemento.

§ 3º Os empréstimos serão concedidos, pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social, aos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao regime, por meio de sistemas interligados aos de gestão das folhas de pagamento.

§ 4º O regime próprio de previdência social deverá adequar os prazos e limites de concessão de empréstimos consignados ao perfil da massa de segurados, observados os seguintes critérios mínimos:

I - quanto aos prazos dos empréstimos:

a) não poderão ser superiores àqueles previstos para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no § 5º;

b) deverão ter por base a expectativa de sobrevivência do segurado e o tempo de duração do benefício estimado conforme taxa de sobrevivência utilizada na avaliação atuarial do regime próprio de previdência social, considerando a estrutura etária dos tomadores;

II - relativos à inelegibilidade dos tomadores:

a) histórico de inadimplência em relação a empréstimos consignados anteriores perante o regime próprio de previdência social;

b) recebimento de benefício que possua requisito para sua cessação, previsto na legislação do regime próprio de previdência social.

§ 5º Para os empréstimos concedidos a servidores, aposentados e pensionistas, nas situações em que o pagamento da remuneração ou dos proventos seja de responsabilidade do ente federativo ou que dependa de suas transferências financeiras mensais, deverão ser observados os seguintes critérios mínimos, com base na classificação da situação financeira dos respectivos Estados, Distrito Federal e Municípios, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativa à sua capacidade de pagamento:

I - não poderão ser concedidos os empréstimos aos segurados de que trata este parágrafo, em caso de classificação B, C ou D;

II - em caso de inadimplência, pelo ente federativo, do repasse ao órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social dos valores devidos em consignação ou das transferências dos aportes para o pagamento das aposentadorias e pensões por morte, são vedadas novas concessões de empréstimos aos segurados de que trata este parágrafo por prazo igual ao período de atraso, contado a partir da regularização total dos pagamentos.

§ 6º O regime próprio de previdência social deverá constituir, com os recursos das taxas de que trata o § 1º, fundos garantidores ou de oscilação de riscos destinados a situações de liquidação do saldo devedor dos empréstimos em caso de subestimação de eventos de decremento ou de não aderência das demais hipóteses, observados os seguintes critérios mínimos:

I - a constituição dos fundos deverá estar embasada em estudo atuarial que considere as perdas em caso de ocorrência de eventos de desvinculação de segurados do regime, por morte, exoneração, demissão, cessação do vínculo do servidor ou cassação do benefício, por decisão administrativa ou judicial, entre outros;

II - utilização, no estudo a que se refere o inciso I, de modelos que limitem a probabilidade de perdas máximas e o seu embasamento em hipóteses de taxa de sobrevivência de válidos e inválidos e de rotatividade aderentes às características da massa de segurados do regime, nos termos das normas de atuária aplicáveis aos regimes próprios de previdência social;

III - cobertura integral, pelas taxas de que trata o § 1º, dos riscos calculados na forma dos incisos I e II, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro da carteira de empréstimos consignados.

§ 7º Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira do segmento de que trata este artigo deverão buscar compatibilidade com o perfil das obrigações do regime próprio de previdência social, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 8º Não haverá possibilidade de portabilidade, pelos tomadores, dos saldos devedores dos empréstimos contratados.

§ 9º A concessão de empréstimos aos segurados será automaticamente suspensa quando o saldo da carteira de investimentos alocado aos empréstimos atingir o percentual de alocação máximo estipulado na política de investimentos de que trata o art. 4º, observados os limites previstos nos incisos I e II do **caput**.

§ 10. A margem máxima individual consignável para os empréstimos consignados aos segurados dos regimes próprios de previdência social e os conceitos de remuneração básica e disponível deverão observar, como parâmetro mínimo, o previsto para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

§ 11. Os valores mínimo e máximo dos empréstimos deverão ser determinados na política de investimentos de que trata o art. 4º, com observação do valor da prestação, do prazo e do custo administrativo da carteira.

§ 12. O regime próprio de previdência social deverá adotar medidas que objetivem mitigar os riscos inerentes a todo o processo de concessão e gestão dos créditos relativos aos empréstimos, de modo a preservar o retorno dos capitais empregados, evitar possível inadimplência e garantir a rentabilidade mínima exigida, para assegurar o equilíbrio dessa modalidade de investimento, nos termos do disposto no § 7º.

§ 13. A Secretaria de Previdência, nos termos do art. 29, editará as regulamentações procedimentais para o cumprimento do disposto neste artigo, para garantir a observância dos princípios previstos no art. 1º desta Resolução.

### Seção III

#### Dos Limites Gerais e da Gestão

##### Subseção I

##### Dos Limites Gerais

Art. 13. Para verificação do cumprimento dos limites, requisitos e vedações estabelecidos nesta Resolução, as aplicações dos recursos realizadas diretamente pelos regimes próprios de previdência social, ou indiretamente por meio de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, devem ser consolidadas com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas.

Art. 14. Nos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, ficam os regimes próprios de previdência social sujeitos a um limite global de 30% (trinta por cento) da totalidade de suas aplicações, apurada na forma do art. 6º.



Parágrafo único. Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o primeiro, segundo, terceiro e quarto níveis de governança poderão elevar suas participações nos segmentos de que trata o **caput**, respectivamente, até os limites globais de 35% (trinta e cinco por cento), 40% (quarenta por cento), 50% (cinquenta por cento) e 60% (sessenta por cento) em relação ao total de seus recursos aplicados.

Art. 15. As aplicações dos recursos de que trata o inciso IV do **caput** do art. 7º ficam igualmente condicionadas a que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado ou pelo Distrito Federal.

Art. 16. As aplicações dos regimes próprios de previdência social em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, os limites e as garantias exigidos para os fundos de investimento de que trata esta Resolução.

Art. 17. A aplicação de recursos pelos regimes próprios de previdência social em fundos de investimentos ou em carteiras administradas, quando os regulamentos ou contratos contenham cláusulas que tratem de taxa de **performance**, está condicionada a que o pagamento da referida taxa atenda cumulativamente às seguintes condições:

I- rentabilidade do investimento superior à valorização de, no mínimo, 100% (cem por cento) do índice de referência;

II- montante final do investimento superior ao capital inicial da aplicação ou ao valor do investimento na data do último pagamento;

III- periodicidade, no mínimo, semestral;

IV- conformidade com as demais regras aplicáveis a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. As condições previstas nos incisos III e IV do **caput** não se aplicam aos fundos de investimento cujos regulamentos estabeleçam que a taxa de **performance** será paga somente após a devolução aos cotistas da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno neles previstos.

Art. 18. As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem, direta ou indiretamente, exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a" do inciso I do art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.

Art. 19. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, observado o disposto no art. 16.

§ 1º O limite de que trata o **caput** será de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido dos fundos de investimento de que trata o inciso V do art. 7º.

§ 2º Para aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite estabelecido no **caput** deve ser calculado em proporção do total de cotas de classe sênior e não do total de cotas do fundo.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a" do inciso I do art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.

Art. 20. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela Comissão de Valores Mobiliários em regulamentação específica.

#### Subseção II Da Gestão

Art. 21. A gestão das aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada ou mista.

§ 1º Para fins desta Resolução, considera-se:

I- gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social;

II- gestão por entidade autorizada e credenciada, quando as aplicações são realizadas por intermédio de instituição financeira ou de outra instituição autorizada, nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional de administração de carteiras; e

III- gestão mista, quando as aplicações são realizadas parte por gestão própria e parte por gestão por entidade autorizada e credenciada, observados os critérios definidos no inciso II.

§ 2º Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I- o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II- o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III- o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

§ 3º As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social por meio de entidades autorizadas e credenciadas deverão observar os limites, condições e vedações estabelecidos nesta Resolução e deverão ser consolidadas na forma do art. 13 para verificação do cumprimento desta Resolução.

§ 4º A gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social por entidade autorizada e credenciada deverá observar os critérios estabelecidos no § 2º deste artigo e no art. 24, e aqueles definidos na forma do inciso IV do § 1º do art. 1º desta Resolução.

§ 5º A entidade autorizada e credenciada de que trata o § 4º deverá comprovar:

I- a adoção de política de gerenciamento de riscos:

a) consistente e passível de verificação;

b) que fundamente efetivamente o processo decisório de investimentos;

c) compatível com a política de investimentos do regime próprio de previdência social;

d) que considere, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos;

II- o cumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes;

III- que possui recursos humanos, computacionais e estrutura adequados e suficientes para prestação dos serviços contratados.

§ 6º Aplica-se o previsto no inciso III do § 2º deste artigo às instituições financeiras com obrigação ou coobrigação relacionadas aos ativos de que trata o inciso IV do art. 7º.

§ 7º Os requisitos previstos no inciso I do § 2º deste artigo somente se aplicam aos gestores ou administradores que receberam diretamente as aplicações do regime próprio de previdência social.

§ 8º Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do § 2º deste artigo, admite-se que o gestor ou administrador esteja no escopo de atuação de comitê de auditoria e de comitê de riscos constituídos obrigatoriamente, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, por outra instituição autorizada integrante do mesmo conglomerado prudencial.

§ 9º Os requisitos de que tratam os §§ 2º e 8º deste artigo devem ser observados apenas quando da aplicação dos recursos pelo regime próprio de previdência social.

Art. 22. Na aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos incisos I e III do § 1º do art. 21, o responsável pela gestão, além da consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, deverá observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

#### Seção IV Das Disposições Gerais

##### Subseção I Do Custodiante

Art. 23. Em caso de contratação de serviços de custódia pelo regime próprio de previdência social, deverá ser efetuado o prévio credenciamento de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

##### Subseção II Das Outras Contratações

Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social:

I- a contratação deverá recair sobre pessoas jurídicas;

II- a regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários para os prestadores de serviço por esta regulados deverá ser observada;

III- a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que:

a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço;

b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

§ 1º O regime próprio de previdência social deverá manter política de contratação e monitoramento periódico dos prestadores de serviço, de forma a verificar, no mínimo, que os prestadores cumprem, satisfatoriamente:

I- os requisitos e condições estabelecidos na legislação aplicável;

II- as condições, exigências e finalidades estabelecidas no contrato.

§ 2º O regime próprio de previdência social deve avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento.

§ 3º O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do regime próprio de previdência social independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

##### Subseção III Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários

Art. 25. Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado, registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira ou depositados perante depositário central, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil, nas suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo único. Os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante.

##### Subseção IV Do Controle das Disponibilidades Financeiras

Art. 26. Os recursos dos regimes próprios de previdência social, representados por disponibilidades financeiras, devem ser mantidos em contas bancárias ou em depósitos de poupança distintos dos do ente federativo, em instituições financeiras bancárias, públicas ou privadas, devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do ente federativo.

##### Subseção V Dos Enquadramentos

Art. 27. Os regimes próprios de previdência social poderão manter em carteira, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Resolução, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios previstos no art. 1º desta Resolução.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, são consideradas situações involuntárias:

I- entrada em vigor de alterações desta Resolução;

II- resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o regime próprio de previdência social não efetue novos aportes;

III- valorização ou desvalorização de ativos financeiros do regime próprio de previdência social;

IV- reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pela unidade gestora do regime próprio de previdência social;

V- ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do regime próprio de previdência social ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa de segurados do regime;

VI- aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o regime próprio de previdência social deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica; e

VII- aplicações efetuadas em ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos nesta Resolução.

§ 2º As aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, previstos em seu regulamento, superiores ao previsto no **caput**, poderão ser mantidas em carteira, durante o respectivo prazo, desde que o regime próprio de previdência social demonstre a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão das aplicações, conforme regulamentação estabelecida pela Secretaria de Previdência.

##### Subseção VI Das Vedações

Art. 28. É vedado aos regimes próprios de previdência social:

I - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;

II - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais o ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

III - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;

IV - realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações **day trade**);

V - atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;

VI - negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;

VII - aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;

VIII - remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes:

a) taxas de administração, **performance**, ingresso ou saída previstas em regulamento ou contrato de carteira administrada; ou

b) encargos do fundo, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

IX - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

X - aplicar recursos em empréstimos de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 12 desta Resolução;

XI - aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas (COE).

Art. 29. A Secretaria de Previdência e a Comissão de Valores Mobiliários poderão editar regulamentações procedimentais necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, observadas as respectivas competências legais.

Art. 30. Ficam revogados:

I - a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010;

II - a Resolução nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014;

III - a Resolução nº 4.604, de 19 de outubro de 2017; e

IV - os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Resolução nº 4.695, de 27 de novembro de 2018.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

Roberto de Oliveira Campos Neto  
Presidente do Banco Central do Brasil

# Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

BrGaap

1º semestre 2024

**CAIXA**

**Índice****Página****Demonstrações Contábeis**

Balanços Patrimoniais .....	3
Demonstrações de Resultado .....	4
Demonstrações do Resultado Abrangente .....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	8
Demonstrações do Valor Adicionado.....	9

**Notas Explicativas**

Nota 1 – Contexto operacional .....	10	valores mobiliários.....	59
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis .....	11	Nota 18 – Outros passivos financeiros .....	62
Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis .....	13	Nota 19 – Provisões .....	63
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa .....	21	Nota 20 – Tributos.....	69
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	21	Nota 21 – Benefícios a empregados .....	71
Nota 6 – Depósitos no Banco Central .....	22	Nota 22 – Outros passivos .....	90
Nota 7 – Títulos e valores mobiliários .....	23	Nota 23 – Patrimônio líquido .....	91
Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos .....	32	Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias .....	92
9 – Carteira de crédito .....	38	Nota 25 – Despesas de pessoal .....	93
Nota 10 – Outros ativos financeiros .....	42	Nota 26 – Outras despesas administrativas .....	93
Nota 11 – Investimentos .....	45	Nota 27 – Despesas tributárias .....	94
Nota 12 – Imobilizado de uso .....	51	Nota 28 – Outras receitas operacionais .....	94
Nota 13 – Intangível .....	53	Nota 29 – Outras despesas operacionais .....	95
Nota 14 – Outros ativos .....	53	Nota 30 – Constituição e reversão de provisões .....	95
Nota 15 – Recursos de clientes .....	55	Nota 31 – Resultado não operacional .....	96
Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras .....	57	Nota 32 – Partes relacionadas .....	96
Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários.....		Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital .....	103
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria .....	117	Nota 34 – Resultado recorrente e não Recorrente.....	112
Parecer do Conselho Fiscal .....	125	Nota 35 – Outras informações .....	112
Parecer do Conselho de Administração .....	126	Nota 36 – Eventos subsequentes .....	115
Relatório do Auditor Independente .....	127		

## Balanços Patrimoniais

ATIVO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>10.256.457</b>	<b>10.884.759</b>	<b>10.256.512</b>	<b>10.884.821</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>1.850.711.807</b>	<b>1.774.828.587</b>	<b>1.852.219.267</b>	<b>1.775.771.079</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	184.470.736	180.978.966	184.470.736	180.978.966
Depósitos no Banco Central	6	140.257.502	133.393.149	140.257.502	133.393.149
Títulos e valores mobiliários	7	295.380.965	281.716.676	295.706.773	281.956.233
Instrumentos financeiros derivativos	8	7.248	163.206	7.437	163.206
Carteira de crédito	9	1.174.179.348	1.119.820.258	1.175.225.425	1.120.867.849
Outros ativos financeiros	10	61.610.509	63.448.618	61.743.895	63.608.962
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(5.194.501)	(5.197.286)	(5.194.501)	(5.197.286)
<b>PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>9</b>	<b>(50.522.496)</b>	<b>(49.842.524)</b>	<b>(50.522.496)</b>	<b>(49.842.524)</b>
<b>ATIVOS FISCAIS</b>		<b>68.412.184</b>	<b>65.117.197</b>	<b>68.414.205</b>	<b>65.124.192</b>
Correntes		4.515.403	3.430.608	4.517.161	3.437.596
Diferidas	20	63.896.781	61.686.589	63.897.044	61.686.596
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11</b>	<b>12.412.008</b>	<b>12.511.649</b>	<b>13.446.355</b>	<b>13.496.314</b>
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		12.410.516	12.510.151	13.444.636	13.494.595
Outros investimentos		1.492	1.492	1.752	1.752
(Perdas por redução ao valor recuperável)				(33)	(33)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>12</b>	<b>8.068.271</b>	<b>2.902.726</b>	<b>8.068.280</b>	<b>2.902.787</b>
Imobilizações de uso		11.787.088	11.492.081	11.787.147	11.492.147
Depreciação acumulada		(8.684.342)	(8.549.844)	(8.684.392)	(8.549.899)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(39.475)	(39.511)	(39.475)	(39.511)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>18</b>	<b>3.238.068</b>	<b>2.999.991</b>	<b>3.238.068</b>	<b>2.999.991</b>
Ativos intangíveis		7.668.893	6.753.853	7.668.893	6.753.853
Amortização acumulada		(4.404.274)	(3.727.371)	(4.404.274)	(3.727.371)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(26.551)	(26.551)	(26.551)	(26.551)
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>14</b>	<b>12.076.112</b>	<b>11.688.116</b>	<b>11.727.724</b>	<b>10.941.466</b>
<b>(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)</b>	<b>14</b>	<b>(1.145.677)</b>	<b>(1.042.719)</b>	<b>(1.145.677)</b>	<b>(1.042.719)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.908.501.794</b>	<b>1.829.087.710</b>	<b>1.910.697.298</b>	<b>1.830.735.297</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>1.724.672.949</b>	<b>1.658.210.170</b>	<b>1.690.008.647</b>	<b>1.619.260.950</b>
Recursos de clientes	15	741.191.576	714.074.459	741.191.056	714.074.077
Recursos de instituições financeiras e outras	16	692.098.001	665.024.676	691.762.420	664.122.848
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	256.381.716	237.169.479	222.053.752	204.121.736
Instrumentos financeiros derivativos	8				87
Outros passivos financeiros	18	35.001.650	36.941.556	35.001.419	36.941.602
<b>PROVISÕES</b>	<b>19</b>	<b>18.229.748</b>	<b>18.617.174</b>	<b>18.229.748</b>	<b>18.617.174</b>
Fiscais, civis e trabalhistas		11.444.397	11.594.348	11.444.397	11.594.348
Outras provisões		1.785.351	2.022.826	1.785.351	2.022.826
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>5.520.246</b>	<b>6.595.601</b>	<b>5.659.324</b>	<b>6.671.166</b>
Correntes		1.503.862	1.580.030	1.638.004	1.715.558
Diferidas	20	4.016.384	4.955.601	4.021.320	4.955.608
<b>PASSIVOS ATUARIAIS</b>	<b>21</b>	<b>24.864.269</b>	<b>25.860.640</b>	<b>24.864.269</b>	<b>25.860.640</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>22</b>	<b>41.299.916</b>	<b>37.099.556</b>	<b>41.411.645</b>	<b>37.350.707</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>28</b>	<b>98.974.672</b>	<b>98.220.589</b>	<b>135.528.665</b>	<b>128.475.260</b>
Capital		82.795.526	81.858.410	82.795.526	81.858.410
Instrumento elegível ao capital principal				34.327.964	33.047.743
Reservas de reavaliação		212.066	215.884	212.066	215.884
Reservas de lucros		19.388.792	20.325.908	19.388.792	20.325.908
Outros resultados abrangentes		(8.726.258)	(9.179.663)	(8.726.258)	(9.179.663)
Lucros ou prejuízos acumulados		5.304.546		5.304.546	
Participação das não controladoras				2.221.029	2.206.978
<b>TOTAL</b>		<b>1.908.501.794</b>	<b>1.829.087.710</b>	<b>1.910.697.298</b>	<b>1.830.735.297</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações de Resultado

DESCRIÇÃO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		2024	2023	2024	2023
		1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>91.752.027</b>	<b>92.781.695</b>	<b>91.828.392</b>	<b>92.900.953</b>
Carteira de crédito	9 (d)	59.595.404	59.942.046	59.658.569	59.993.791
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5 (b)	11.325.201	11.995.817	11.325.226	11.396.568
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	11.701.196	18.944.007	11.715.989	19.018.744
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	3.227.251	(3.149.980)	3.225.633	(3.149.980)
Resultado das aplicações compulsórias na Banco Central	6 (b)	4.286.974	4.111.081	4.286.974	4.111.081
Resultado de outros ativos financeiros	10 (e)	1.616.001	1.538.724	1.616.001	1.530.749
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(61.568.703)</b>	<b>(64.612.913)</b>	<b>(61.069.154)</b>	<b>(64.128.875)</b>
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (b)	(26.865.975)	(32.844.434)	(26.819.164)	(32.672.087)
Recursos de clientes	15 (c)	(24.964.153)	(24.668.860)	(24.964.153)	(24.655.308)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(9.733.575)	(7.099.619)	(9.285.837)	(6.801.480)
<b>PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	9 (g)	<b>(9.344.280)</b>	<b>(9.741.803)</b>	<b>(9.344.280)</b>	<b>(9.741.803)</b>
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>20.844.044</b>	<b>18.426.979</b>	<b>21.414.958</b>	<b>19.030.275</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(14.068.590)</b>	<b>(12.336.467)</b>	<b>(13.316.392)</b>	<b>(11.764.338)</b>
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	11.312.005	10.704.091	13.383.980	12.544.276
Despesas de pessoal	25	(15.169.079)	(13.458.885)	(15.448.970)	(13.705.200)
Outras despesas administrativas	26	(6.678.148)	(6.042.452)	(6.739.500)	(6.098.974)
Despesas tributárias	27	(2.104.598)	(2.060.376)	(2.322.768)	(2.252.038)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11 (a)	1.976.597	2.010.566	1.218.435	1.319.420
Outras receitas operacionais	28	5.316.043	4.661.412	5.331.958	4.576.460
Outras despesas operacionais	29	(8.721.410)	(8.150.823)	(8.739.467)	(8.148.282)
<b>CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PROVISÕES</b>	30	<b>(3.471.315)</b>	<b>(3.155.248)</b>	<b>(3.471.315)</b>	<b>(3.155.248)</b>
Fiscais, civis e trabalhistas		(2.338.189)	(2.607.320)	(2.338.189)	(2.607.320)
Outras		(1.133.126)	(547.923)	(1.133.126)	(547.923)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>3.304.139</b>	<b>2.935.269</b>	<b>4.627.311</b>	<b>4.110.694</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	31	<b>142.966</b>	<b>(217.235)</b>	<b>142.966</b>	<b>(186.555)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>3.447.105</b>	<b>2.718.034</b>	<b>4.770.277</b>	<b>3.924.139</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	20 (a)	<b>2.726.454</b>	<b>2.308.480</b>	<b>2.118.587</b>	<b>1.717.974</b>
<b>PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO</b>		<b>(872.878)</b>	<b>(808.581)</b>	<b>(878.140)</b>	<b>(808.581)</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES</b>				<b>(262.305)</b>	<b>(317.460)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>5.300.681</b>	<b>4.217.933</b>	<b>5.748.419</b>	<b>4.516.072</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR</b>	<b>5.300.681</b>	<b>4.217.933</b>	<b>5.748.419</b>	<b>4.516.072</b>
Participação de acionistas não controladores			262.305	317.460
<b>LUCRO LÍQUIDO TOTAL</b>	<b>5.300.681</b>	<b>4.217.933</b>	<b>6.010.724</b>	<b>4.833.532</b>
<b>ITENS QUE PODERÃO SER RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO</b>	<b>(246.599)</b>	<b>300.754</b>	<b>(273.877)</b>	<b>320.145</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>(128.140)</b>	<b>203.992</b>	<b>(128.140)</b>	<b>203.992</b>
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios	(244.344)	388.982	(244.344)	388.982
Efeito fiscal	116.204	(184.990)	116.204	(184.990)
<b>Participação no resultado abrangente de investimentos</b>	<b>(106.981)</b>	<b>93.228</b>	<b>(129.282)</b>	<b>99.436</b>
<b>Outros resultados abrangentes em investimentos</b>	<b>(11.478)</b>	<b>3.534</b>	<b>(16.455)</b>	<b>16.717</b>
<b>ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO</b>	<b>700.004</b>	<b>(2.317.900)</b>	<b>700.004</b>	<b>(2.317.900)</b>
Remensurações de obrigações de benefícios pós-emprego	511.439	(3.258.638)	511.439	(3.258.638)
Efeito fiscal	188.565	940.738	188.565	940.738
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>5.754.086</b>	<b>2.200.787</b>	<b>6.436.851</b>	<b>2.835.777</b>
Resultado abrangente atribuível ao controlador	5.754.086	2.200.787	6.198.387	2.537.708
Resultado abrangente atribuível aos não controladores			238.464	298.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	INDIVIDUAL						TOTAL
	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>68.851.000</b>	<b>224.426</b>	<b>5.525.555</b>	<b>18.110.964</b>	<b>(7.898.407)</b>		<b>84.813.538</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					(2.017.146)		(2.017.146)
Títulos disponíveis p/ venda líquidas de impostos					297.220		297.220
Avaliação atuarial líquida de impostos					(2.317.900)		(2.317.900)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					3.534		3.534
AUMENTO DE CAPITAL							
OUTROS		(4.667)				6.372	1.705
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						4.217.933	4.217.933
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Juros sobre o capital próprio propostos							
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023</b>	<b>68.851.000</b>	<b>219.759</b>	<b>5.525.555</b>	<b>18.110.964</b>	<b>(9.915.559)</b>	<b>4.224.305</b>	<b>87.016.030</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>81.858.410</b>	<b>215.884</b>	<b>6.112.182</b>	<b>14.213.726</b>	<b>(9.179.663)</b>		<b>93.220.539</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					453.405		453.405
Títulos disponíveis p/ venda líquidas de impostos					(235.121)		(235.121)
Avaliação atuarial líquida de impostos					700.004		700.004
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(11.478)		(11.478)
AUMENTO DE CAPITAL	937.116						937.116
OUTROS		(3.818)				3.865	47
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						5.300.681	5.300.681
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					(937.116)		(937.116)
Juros sobre o capital próprio propostos							
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024</b>	<b>82.795.526</b>	<b>212.066</b>	<b>6.112.182</b>	<b>13.276.610</b>	<b>(8.726.258)</b>	<b>5.304.546</b>	<b>98.974.672</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	CONSOLIDADO									
	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	SUBTOTAL	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>68.851.000</b>	<b>85.548.171</b>	<b>224.426</b>	<b>5.525.555</b>	<b>18.110.964</b>	<b>(7.898.407)</b>		<b>120.861.709</b>	<b>2.245.965</b>	<b>122.607.674</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						(2.017.146)		(2.017.146)		(2.017.146)
Títulos disponíveis p/ venda líquida de impostos						297.220		297.220		297.220
Avaliação atuarial líquida de impostos						(2.317.900)		(2.317.900)		(2.317.900)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						3.534		3.534		3.534
AUMENTO DE CAPITAL										
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL		(3.000.000)						(3.000.000)		(3.000.000)
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									101.228	101.228
OUTROS			(4.667)				6.371	1.704		1.704
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							4.516.072	4.516.072		4.516.072
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(298.138)	(298.138)		(298.138)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023</b>	<b>68.851.000</b>	<b>82.548.171</b>	<b>219.759</b>	<b>5.525.555</b>	<b>18.110.964</b>	<b>(9.915.558)</b>	<b>4.224.905</b>	<b>119.564.201</b>	<b>2.847.199</b>	<b>121.911.394</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>81.858.410</b>	<b>89.047.749</b>	<b>215.884</b>	<b>6.112.189</b>	<b>14.218.725</b>	<b>(9.179.669)</b>		<b>126.268.282</b>	<b>2.206.978</b>	<b>126.475.260</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						(453.405)		453.405		453.405
Títulos disponíveis p/ venda líquida de impostos						(235.121)		(235.121)		(235.121)
Avaliação atuarial líquida de impostos						700.004		700.004		700.004
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(11.478)		(11.478)		(11.478)
AUMENTO DE CAPITAL	937.116							937.116		937.116
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCID		1.280.221						1.280.221		1.280.221
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									14.051	14.051
OUTROS			(3.818)				3.865	47		47
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							5.748.419	5.748.419		5.748.419
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva de laterais (Reservas de Lucros)					(937.116)			(937.116)		(937.116)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(447.738)	(447.738)		(447.738)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024</b>	<b>82.795.526</b>	<b>84.827.964</b>	<b>212.066</b>	<b>5.175.067</b>	<b>14.218.725</b>	<b>(8.726.258)</b>	<b>5.804.546</b>	<b>199.802.696</b>	<b>2.221.029</b>	<b>185.529.665</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>17.071.657</b>	<b>12.157.196</b>	<b>17.757.254</b>	<b>12.742.587</b>
Lucro Líquido	5.300.681	4.217.933	5.748.419	4.516.072
Ajustes ao Lucro Líquido:	<u>11.770.976</u>	<u>7.939.263</u>	<u>12.008.835</u>	<u>8.226.515</u>
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	1.153.947	(2.661.144)	1.077.832	(2.770.650)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	4.983	769	4.983	769
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(643.972)	357.996	(643.972)	357.996
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	9.344.280	9.741.803	9.344.280	9.741.803
Ativa/Passiva Atuarial (Benefícios a empregados)	1.028.174	946.436	1.028.174	946.436
Depreciações e Amortizações	1.208.539	946.924	1.208.555	946.931
Impostos Diferidos	(2.768.352)	(2.707.213)	(2.764.818)	(2.703.469)
Despesas com provisões para causas judiciais e outras	3.496.514	2.607.320	3.496.514	2.607.320
Resultado de Participação em Coligadas	(1.976.597)	(2.010.566)	(1.218.435)	(1.319.420)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	923.460	716.938	475.722	418.799
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>17.809.579</b>	<b>60.239.905</b>	<b>19.232.277</b>	<b>61.371.939</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.144.753)	27.592	(1.144.753)	(185.659)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	19.425.694	(10.950.706)	19.416.883	(10.871.011)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(8.764.355)	3.070.065	(8.764.355)	3.070.065
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(63.023.458)	(55.324.842)	(63.021.944)	(54.549.304)
(Aumento) Redução em Outros Ativos financeiros	752.093	309.060	777.051	271.595
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	(526.635)	(1.789.681)	(525.195)	(1.799.858)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(2.316.513)	(3.276.776)	(1.396.781)	(2.118.805)
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	27.073.325	59.591.534	27.639.572	59.082.330
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	27.117.117	31.944.948	27.116.979	31.946.210
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	18.893.056	36.610.679	18.893.056	36.610.680
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos		18.570	(87)	18.570
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros	(1.939.906)	(2.765.806)	(1.940.183)	(2.765.803)
(Redução) Aumento em Provisões	(2.787.027)	(1.833.615)	(2.787.027)	(1.833.615)
(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	(1.028.376)	51.353	(1.024.833)	61.126
(Redução) Aumento em Passivos Atuariais	(824.541)	(43.243)	(824.541)	(43.243)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	6.890.867	4.174.366	6.805.444	4.052.254
Imposto de renda e contribuição social pagos	12.991	426.407	12.991	426.407
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>34.881.236</b>	<b>72.397.101</b>	<b>36.989.531</b>	<b>74.114.526</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(34.230.723)	(4.013.436)	(34.232.237)	(4.579.627)
Aquisição e Resgate de TVM mantidas até o vencimento	(69.408)	5.284.827	(69.408)	5.284.827
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	2.670.447	1.267.014	1.357.453	336.749
(Aumento) Redução em investimentos	2.076.232	572.847	1.268.394	250.893
Alienação de Imobilizado de Uso	21.580	550	21.580	550
Aquisição de Imobilizado de Uso	(655.203)	(261.109)	(655.216)	(261.109)
Alienação de Intangível	97.714	183	97.714	183
Aquisição de Intangível	(1.076.295)	(122.343)	(1.076.295)	(122.343)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(31.165.656)</b>	<b>2.728.533</b>	<b>(33.266.015)</b>	<b>910.123</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Remuneração de IHCD pagos	(604.232)		(604.232)	
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(2.792.629)		(2.792.629)	
Varição da participação dos acionistas não controladores			14.051	101.228
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(3.396.861)</b>		<b>(3.382.810)</b>	<b>101.228</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>318.719</b>	<b>75.125.634</b>	<b>318.706</b>	<b>75.125.877</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA</b>				
Caixa e Equivalentes no início do período	213.848.405	134.748.695	213.848.473	134.748.514
Caixa e Equivalentes no fim do período	214.167.124	209.874.329	214.167.179	209.874.391
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>318.719</b>	<b>75.125.634</b>	<b>318.706</b>	<b>75.125.877</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2024		2023		2024		2023	
	1º semestre		1º semestre		1º semestre		1º semestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>99.656.167</b>		<b>96.944.167</b>		<b>101.820.442</b>		<b>100.849.898</b>	
Intermediação financeira	91.752.027		92.781.695		91.828.292		92.900.953	
Prestação de serviços sem tarifas	11.312.005		10.704.091		13.382.980		12.544.276	
Provisão para devedores duvidosos	(9.344.280)		(9.741.803)		(9.344.280)		(9.741.803)	
Outras	5.936.435		5.200.184		5.952.350		5.145.972	
<b>2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>61.563.709</b>		<b>64.612.918</b>		<b>61.069.154</b>		<b>64.128.875</b>	
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>17.186.415</b>		<b>15.989.286</b>		<b>17.215.807</b>		<b>16.043.260</b>	
Materiais, energia e outros	1.549.019		1.407.471		1.599.747		1.453.561	
Processamento de dados e comunicações	1.348.087		1.272.833		1.355.664		1.281.047	
Propaganda, publicidade e promoções	183.154		74.137		183.254		74.139	
Serviços de terceiros e especializados	902.735		789.498		905.665		791.707	
Serviços de vigilância e segurança	483.269		383.274		483.269		383.274	
Outras	12.670.151		12.062.073		12.688.208		12.059.532	
Serviços delegados pelo Governo Federal	1.129.747		966.096		1.129.747		966.096	
Despesa com letiférico e parceiros comerciais	2.373.639		2.292.426		2.382.346		2.292.426	
Descontos de operações de crédito	180.210		131.669		180.210		131.669	
Despesas com cartão de crédito/débito	723.721		505.208		724.750		505.220	
Benefício pós-emprego	1.028.174		946.436		1.028.174		946.436	
Provisões operacionais diversas	3.955.096		4.100.463		3.955.096		4.100.463	
Diversos	3.279.570		3.119.775		3.288.085		3.117.212	
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>20.956.069</b>		<b>18.341.968</b>		<b>23.535.481</b>		<b>20.677.208</b>	
<b>5. RETENÇÕES</b>	<b>1.208.539</b>		<b>946.924</b>		<b>1.208.536</b>		<b>946.931</b>	
Depreciação, amortização e exatidão	1.208.539		946.924		1.208.536		946.931	
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)</b>	<b>19.747.530</b>		<b>17.395.044</b>		<b>22.326.925</b>		<b>19.730.272</b>	
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>1.976.397</b>		<b>2.010.566</b>		<b>1.218.435</b>		<b>1.319.420</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	1.976.397		2.010.566		1.218.435		1.319.420	
<b>8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>21.724.127</b>		<b>19.405.610</b>		<b>23.545.360</b>		<b>21.049.692</b>	
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>21.724.127</b>	<b>100,00</b>	<b>19.405.610</b>	<b>100,00</b>	<b>23.545.360</b>	<b>100,00</b>	<b>21.049.692</b>	<b>100,00</b>
<b>Pessoal</b>	<b>14.025.014</b>	<b>64,56</b>	<b>12.376.177</b>	<b>63,77</b>	<b>14.292.618</b>	<b>60,70</b>	<b>12.607.255</b>	<b>59,90</b>
Remuneração direta	10.405.092		8.952.506		10.473.700		9.021.795	
Benefícios	2.947.613		2.792.958		3.139.772		2.949.463	
FGTS	672.309		630.713		677.146		635.997	
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.995.087</b>	<b>6,42</b>	<b>1.648.185</b>	<b>8,47</b>	<b>2.288.673</b>	<b>9,51</b>	<b>2.440.590</b>	<b>11,59</b>
Federais	876.331		1.155.837		1.665.647		1.932.528	
Estaduais	894		889		894		889	
Municipais	517.862		486.459		572.132		507.173	
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>1.008.845</b>	<b>4,62</b>	<b>1.168.315</b>	<b>6,02</b>	<b>1.008.845</b>	<b>4,26</b>	<b>1.168.315</b>	<b>5,55</b>
Aluguéis	1.008.345		1.168.315		1.008.345		1.168.315	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>5.800.681</b>	<b>24,40</b>	<b>4.217.988</b>	<b>21,74</b>	<b>6.010.724</b>	<b>25,53</b>	<b>4.833.532</b>	<b>22,96</b>
Áreas sobre o capital próprio e dividendos	1.137.128		866.119		1.137.128		866.119	
Áreas sobre instrumentos de dívida e legíveis a capital					447.738		298.139	
Lucros retidos	4.763.553		3.351.874		4.763.553		3.351.874	
Participação dos não controladores nos lucros retidos					262.305		317.460	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira com 163 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Fazenda. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro. A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes Caixa Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão, agências-barco e contêiner automatizado. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes. Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; de infraestrutura; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e de agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias Caixa Cartões Holding e Caixa Asset. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada Caixa Seguridade Participações S.A. Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde. A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Minha Casa, Minha Vida. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio. Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial e aposentadoria e pensões vinculadas ao INSS. Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos. Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais

voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões. Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (FDPVAT), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Custeio do Ensino Médio (FIPEM), Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.

<b>Fundos e Programas Sociais</b>		
<b>Descrição</b>	<b>30/06/2024 (1)</b>	<b>31/12/2023</b>
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	731.226.963	687.004.937
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	20.907.732	25.957.799
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	20.605.641	19.961.810
Fundo de Custeio do Ensino Médio - FIPEM	4.799.916	6.105.337
Fundo de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres - FDPVAT	334.725	1.158.178
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	4.722.036	4.288.210
Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab	3.660.938	3.555.774
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM	941.144	1.193.956
Fundo de Garantia Para Construção Naval - FGCN	60.715	61.255
<b>Total</b>	<b>787.259.810</b>	<b>749.287.256</b>

(1) Os valores apresentados refletem a posição de fechamento mais atual do ativo dos Fundos.

## **Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis**

### **(a) Contexto**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 15/08/2024 e pelo Conselho de Administração em 19/08/2024.

### **(b) Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN nº 4.818/2020, do Banco Central do Brasil (Bacen) – Resolução BCB nº 2/2020, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

### **(c) Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e as entidades controladas: Caixa Loterias, Caixa Holding, Caixa Seguridade, Caixa Asset, o Fundo de Investimento Caixa Ibirapuera Renda Fixa e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR IV.

Entidades controladas são todas as entidades às quais a CAIXA está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2024, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando práticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

### **(d) Normas aplicáveis a períodos futuros**

#### **Normas a serem aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2025**

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) em busca da convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução CMN nº 4.858/2020 dispõe sobre o novo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Derivada da conversão da Medida Provisória nº 1.128, de 05 de julho de 2022, foi promulgada a lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com isso, a partir de 01 de janeiro de 2025, a CAIXA deverá estar preparada para a adoção de novos procedimentos para a dedução das comentadas perdas na apuração das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido, considerando: (i) a dedutibilidade de operações com atraso superior a noventa dias, observada a aplicação dos fatores para dedução contidos na norma; e (ii) que os créditos inadimplidos e não aproveitados até 31 de dezembro de 2024, somente poderão ser deduzidos à razão de um trinta e seis avos a partir de janeiro de 2025.

A avaliação dos impactos de implementação das normas supracitadas estão em andamento na CAIXA e deverão ser concluídas até a data de suas vigências.

### **Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis**

#### **(a) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a moeda funcional da CAIXA. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período

#### **(b) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

#### **(c) Caixa e equivalentes de caixa**

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo Bacen na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

#### **(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**



As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

- Compra com compromisso de revenda: Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 5.

#### (e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BCB nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos que não se enquadram nas categorias para negociação e mantidos até o vencimento. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

#### (f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BCB nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como *Hedge* de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.

#### (g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com a observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme circular BCB nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

Os valores de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor de mercado de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsas.

#### (h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, do “AA” ao “H”, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como “Operações de crédito”. Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são apresentadas na Nota Explicativa 9.

#### (i) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% para a Caixa Asset e 9% para as demais empresas do conglomerado.

- (2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota Explicativa 20.

#### (j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11 e 32.

#### (k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.

(l) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos logiciais – *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(m) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas é apresentada na Nota Explicativa 14.

(n) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos por dação em pagamento de empréstimos, bem como imóveis CAIXA que eram de uso e a entidade decidiu descontinuar o seu uso. São registrados pelo menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).

(o) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos financeiros e não financeiros no mínimo anualmente ou a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimado valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 4.924/2021).

(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15, 16 e 17 respectivamente.

Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas e das contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

- Passivos contingentes: conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais avaliadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas. Passivos contingentes cuja avaliação da probabilidade de perda é remota não requerem provisão nem tampouco divulgação. A análise e avaliação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.
- Provisões passivas: são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.
- Provisão para garantias financeiras prestadas: a provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.
- Ativos contingentes: a CAIXA não possui ativos contingentes.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 19.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações

contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local se apresentar em montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação se dá em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 21.

(s) Outros ativos e passivos financeiros e não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 10, 14, 18 e 22.

(t) Receitas antecipadas

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual. O detalhamento das receitas antecipadas é apresentado na Nota Explicativa 18.

(u) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34. (v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na database das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 36 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

#### Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor.

Descrição	INDIVIDUAL	
	30/06/2024	31/12/2023
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>10.256.457</b>	<b>10.384.753</b>
Disponibilidade em moeda nacional (1)	10.000.118	10.174.722
Disponibilidade em moeda estrangeira	256.339	210.031
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>181.010.669</b>	<b>178.663.652</b>
<b>Depósitos voluntários no Banco Central</b>	<b>22.899.998</b>	<b>24.800.000</b>
<b>Total</b>	<b>214.167.124</b>	<b>213.848.405</b>

(1) Os itens de caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 30/06/2024 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 10.000.173 (31/12/2023 – R\$ 10.174.790).

#### Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

##### (a) Composição e classificação da carteira por prazo

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			30/06/2024	31/12/2023
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias		
<b>Aplicações no mercado aberto – posição bancada</b>	<b>95.404.938</b>	-	-	<b>95.404.938</b>	<b>122.587.196</b>
Letras financeiras do tesouro	35.611.964	-	-	35.611.964	50.446.754
Letras do tesouro nacional	24.846.025	-	-	24.846.025	19.383.460
Notas do tesouro nacional	34.946.949	-	-	34.946.949	52.756.982
<b>Aplicações no mercado aberto – posição financiada</b>	<b>85.605.731</b>	-	-	<b>85.605.731</b>	<b>56.076.455</b>
Letras do tesouro nacional	39.529.338	-	-	39.529.338	28.902.560
Notas do tesouro nacional	46.076.393	-	-	46.076.393	27.173.895
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>3.271.608</b>	<b>83.417</b>	<b>105.042</b>	<b>3.460.067</b>	<b>2.315.315</b>
Depósitos interfinanceiros	507.526	83.417	-	590.943	613.186
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	2.764.464	-	105.272	2.869.736	1.702.565
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(382)	-	(230)	(612)	(436)
<b>Total</b>	<b>184.282.277</b>	<b>83.417</b>	<b>105.042</b>	<b>184.470.736</b>	<b>180.978.966</b>
Ativo circulante				184.365.694	180.874.931
Ativo não circulante				105.042	104.035



**(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações**

Os saldos das aplicações em depósitos interfinanceiros incluem os acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e os Bancos BMG e Banco Mercantil do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Descrição	INDIVIDUAL	
	30/06/2024	31/12/2023
BMG S.A	10.270	9.760
Banco Mercantil do Brasil	22.959	34.604
<b>Total</b>	<b>33.229</b>	<b>44.364</b>

**(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez**

Descrição	INDIVIDUAL	
	2024 1º semestre	2023 1º semestre
<b>Rendas de aplicações no mercado aberto</b>	<b>11.189.615</b>	<b>11.316.048</b>
Posição bancada (1)	6.715.149	3.636.784
Posição financiada	4.474.466	7.679.264
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>135.586</b>	<b>79.769</b>
<b>Total</b>	<b>11.325.201</b>	<b>11.395.817</b>

(1) Os itens do resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada" que no 1º semestre de 2024 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 6.715.174 (1º semestre de 2023 - R\$ 3.637.535).

**Nota 6 – Depósitos no Banco Central****(a) Créditos vinculados – depósitos no Bacen**

Descrição	Remuneração	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
		30/06/2024	31/12/2023
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	7.958.575	7.361.410
Compulsório sobre depósito de poupança	Índice da poupança	74.176.821	71.014.770
Compulsório sobre depósitos à prazo	Taxa SELIC	30.439.633	23.967.982
Conta de pagamentos instantâneos	Taxa SELIC	4.782.475	6.248.987
Depósitos voluntários	Taxa SELIC	22.899.998	24.800.000
<b>Total</b>		<b>140.257.502</b>	<b>133.393.149</b>
Ativo circulante		140.257.502	133.393.149
Ativo não circulante		-	-

**(b) Resultado das aplicações no Banco Central**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024 1º semestre	2023 1º semestre
Depósitos de poupança	2.434.435	2.328.219
Depósitos voluntários	471.058	688.076
Exigibilidade sobre recursos a prazo	1.381.481	1.094.786
<b>Total</b>	<b>4.286.974</b>	<b>4.111.081</b>

**Nota 7 – Títulos e valores mobiliários****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL				30/06/2024	31/12/2023
	Carteira Própria Livre	Compromisso de Recompra	Vinculados Prestação de Garantias	Banco Central		
<b>Títulos públicos</b>	<b>123.172.143</b>	<b>129.466.418</b>	<b>15.321.568</b>	<b>7.011.647</b>	<b>274.971.776</b>	<b>262.101.500</b>
Letras financeiras do tesouro	111.347.282	75.765.575	15.321.568	7.011.647	209.446.072	162.428.210
Letras do tesouro nacional	5.712.657	53.700.843	-	-	59.413.500	94.510.784
Notas do tesouro nacional	5.827.129	-	-	-	5.827.129	4.973.357
Tesouro nacional/securitização	285.075	-	-	-	285.075	189.149
<b>Títulos – empresas</b>	<b>10.023.535</b>	<b>7.906.597</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.930.132</b>	<b>17.159.081</b>
Debêntures	2.316.415	4.921.022	-	-	7.237.437	6.390.906
Notas Promissórias	240.620	-	-	-	240.620	225.261
Cotas de fundos (1)	2.644.761	-	-	-	2.644.761	2.258.254
Certificado de recebíveis imobiliários	494.510	2.985.575	-	-	3.480.085	3.551.964
Ações	16.718	-	-	-	16.718	30.482
Letras financeiras	3.791.649	-	-	-	3.791.649	4.702.214
Notas comerciais	518.862	-	-	-	518.862	-
<b>Total</b>	<b>133.195.678</b>	<b>137.373.015</b>	<b>15.321.568</b>	<b>7.011.647</b>	<b>292.901.908</b>	<b>279.260.581</b>
Ativo circulante					122.633.242	141.282.518
Ativo não circulante					170.268.666	137.978.063

Descrição	CONSOLIDADO					
	Carteira Própria – Livre	Vinculados			31/12/2023	31/12/2022
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
<b>Títulos públicos</b>	<b>72.197.302</b>	<b>166.905.467</b>	<b>17.337.696</b>	<b>6.656.561</b>	<b>263.097.026</b>	<b>219.769.805</b>
Letras financeiras do tesouro	57.370.871	82.058.608	17.337.696	6.656.561	163.423.736	121.065.241
Letras do tesouro nacional	9.663.925	84.846.859	-	-	94.510.784	88.682.698
Notas do tesouro nacional	4.973.357	-	-	-	4.973.357	9.801.760
Tesouro nacional/securitização	189.149	-	-	-	189.149	220.106
<b>Títulos – empresas</b>	<b>10.397.187</b>	<b>6.005.925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.403.112</b>	<b>17.888.981</b>
Debêntures	3.114.033	3.276.873	-	-	6.390.906	5.644.819
Notas Promissórias	225.261	-	-	-	225.261	213.050
Cotas de fundos (1)	1.502.285	-	-	-	1.502.285	3.246.432
Certificado de recebíveis imobiliários	822.912	2.729.052	-	-	3.551.964	3.411.361
Ações	30.482	-	-	-	30.482	32.745
Letras financeiras	4.702.214	-	-	-	4.702.214	5.340.574
<b>Total</b>	<b>82.594.489</b>	<b>172.911.392</b>	<b>17.337.696</b>	<b>6.656.561</b>	<b>279.500.138</b>	<b>237.658.786</b>
Ativo circulante					142.539.595	122.931.954
Ativo não circulante					136.960.543	114.726.832

(1) Os investimentos FGHAB e FGI possuem defasagem de atualização das cotas para a data-base de 30/11/2023.

**(b) Classificação da carteira por prazo**

INDIVIDUAL										
Posição em 30/06/2024										
Descrição	Custo	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Titulos públicos</b>	<b>276.035.546</b>	<b>(874.568)</b>	<b>(189.202)</b>	<b>274.971.776</b>	<b>274.976.129</b>	-	<b>2.447.039</b>	-	<b>1.530.563</b>	<b>270.994.174</b>
Letras financeiras do tesouro	209.271.246	105.525	69.301	209.446.072	209.446.072	-	-	-	-	209.446.072
Letras do tesouro nacional	60.503.595	(950.906)	(139.189)	59.413.500	59.413.500	-	2.447.039	-	-	56.966.461
Notas do tesouro nacional	5.962.551	(29.187)	(106.235)	5.827.129	5.831.482	-	-	-	1.530.563	4.296.566
Tesouro nacional/securitização	298.154	-	(13.079)	285.075	285.075	-	-	-	-	285.075
<b>Titulos – empresas</b>	<b>16.928.549</b>	<b>(100.458)</b>	<b>1.102.041</b>	<b>17.930.132</b>	<b>17.287.669</b>	<b>2.661.479</b>	<b>289.987</b>	<b>426.049</b>	<b>894.852</b>	<b>13.657.765</b>
Debêntures	7.186.460	(9.025)	60.002	7.237.437	6.439.527	-	-	-	25.149	7.212.288
Nota Promissória	239.467	-	1.153	240.620	240.620	-	-	-	-	240.620
Cotas de fundos	1.612.302	-	1.032.459	2.644.761	2.644.761	2.644.761	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.523.879	-	(43.794)	3.480.085	3.635.532	-	-	-	-	3.480.085
Ações	114.033	(91.433)	(5.882)	16.718	16.718	16.718	-	-	-	-
Letras financeiras	3.737.813	-	53.836	3.791.649	3.791.649	-	289.987	426.049	869.703	2.205.910
Notas comerciais	514.595	-	4.267	518.862	518.862	-	-	-	-	518.862
<b>Total – TVM</b>	<b>292.964.095</b>	<b>(975.026)</b>	<b>912.839</b>	<b>292.901.908</b>	<b>292.263.798</b>	<b>2.661.479</b>	<b>2.737.026</b>	<b>426.049</b>	<b>2.425.415</b>	<b>284.651.939</b>
Para negociação	117.814.353	(975.026)	-	116.839.327	116.839.327	9.015	2.447.039	-	-	114.383.273
Disponíveis para venda	170.155.688	-	912.839	171.068.527	171.068.527	2.652.464	289.987	426.049	894.852	166.805.175
Mantidas até o vencimento	4.994.054	-	-	4.994.054	4.355.944	-	-	-	1.530.563	3.463.491
<b>Total</b>	<b>292.964.095</b>	<b>(975.026)</b>	<b>912.839</b>	<b>292.901.908</b>	<b>292.263.798</b>	<b>2.661.479</b>	<b>2.737.026</b>	<b>426.049</b>	<b>2.425.415</b>	<b>284.651.939</b>

CONSOLIDADO										
Posição em 30/06/2024										
Descrição	Custo	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Títulos públicos</b>	<b>277.150.089</b>	<b>(807.945)</b>	<b>(189.202)</b>	<b>276.152.942</b>	<b>276.157.295</b>	-	<b>2.545.443</b>	-	<b>1.643.599</b>	<b>271.963.900</b>
Letras financeiras do tesouro	210.385.789	172.148	69.301	210.627.238	210.627.238	-	98.404	-	113.036	210.415.798
Letras do tesouro nacional	60.503.595	(950.906)	(139.189)	59.413.500	59.413.500	-	2.447.039	-	-	56.966.461
Notas do tesouro nacional	5.962.551	(29.187)	(106.235)	5.827.129	5.831.482	-	-	-	1.530.563	4.296.566
Tesouro nacional/securitização	298.154	-	(13.079)	285.075	285.075	-	-	-	-	285.075
<b>Títulos – empresas</b>	<b>16.079.894</b>	<b>(91.156)</b>	<b>1.086.036</b>	<b>17.074.774</b>	<b>16.432.311</b>	<b>1.806.121</b>	<b>289.987</b>	<b>426.049</b>	<b>894.852</b>	<b>13.657.765</b>
Debêntures	7.186.460	(9.025)	60.002	7.237.437	6.439.527	-	-	-	25.149	7.212.288
Notas promissórias	239.467	-	1.153	240.620	240.620	-	-	-	-	240.620
Cotas de fundos	763.647	9.302	1.016.454	1.789.403	1.789.403	1.789.403	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.523.879	-	(43.794)	3.480.085	3.635.532	-	-	-	-	3.480.085
Ações	114.033	(91.433)	(5.882)	16.718	16.718	16.718	-	-	-	-
Letras financeiras	3.737.813	-	53.836	3.791.649	3.791.649	-	289.987	426.049	869.703	2.205.910
Notas comerciais	514.595	-	4.267	518.862	518.862	-	-	-	-	518.862
<b>Total – TVM</b>	<b>293.229.983</b>	<b>(899.101)</b>	<b>896.834</b>	<b>293.227.716</b>	<b>292.589.606</b>	<b>1.806.121</b>	<b>2.835.430</b>	<b>426.049</b>	<b>2.538.451</b>	<b>285.621.665</b>
Para negociação	119.080.241	(899.101)	-	118.181.140	118.181.140	169.662	2.545.443	-	113.036	115.352.999
Disponíveis para venda	169.155.688	-	896.834	170.052.522	170.052.522	1.636.459	289.987	426.049	894.852	166.805.175
Mantidos até o vencimento	4.994.054	-	-	4.994.054	4.355.944	-	-	-	1.530.563	3.463.491
<b>Total</b>	<b>293.229.983</b>	<b>(899.101)</b>	<b>896.834</b>	<b>293.227.716</b>	<b>292.589.606</b>	<b>1.806.121</b>	<b>2.835.430</b>	<b>426.049</b>	<b>2.538.451</b>	<b>285.621.665</b>

**(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculadas pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

**(c.1) Categoria I - Títulos para negociação**

Os títulos da categoria "I – Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BCB nº 3.068/2001 e os respectivos ajustes a valor de mercado impactam diretamente o resultado da instituição.

Descrição	INDIVIDUAL								
	30/06/2024					31/12/2023			
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	<b>2.447.039</b>	<b>114.301.773</b>	<b>117.623.380</b>	<b>(874.568)</b>	<b>116.748.812</b>	<b>133.973.256</b>	<b>3.009.029</b>	<b>136.982.285</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	62.694.948	62.589.423	105.525	62.694.948	41.097.289	96.220	41.193.509
Letras do tesouro nacional	-	2.447.039	49.789.164	53.187.109	(950.906)	52.236.203	90.490.516	2.870.771	93.361.287
Notas do tesouro nacional	-	-	1.817.661	1.846.848	(29.187)	1.817.661	2.385.451	42.038	2.427.489
<b>Títulos - empresas</b>	<b>9.015</b>	-	<b>81.500</b>	<b>190.973</b>	<b>(100.458)</b>	<b>90.515</b>	<b>335.940</b>	<b>(78.178)</b>	<b>257.762</b>
Debêntures	-	-	81.500	90.525	(9.025)	81.500	235.492	5.832	241.324
Ações	9.015	-	-	100.448	(91.433)	9.015	100.448	(84.010)	16.438
<b>Total</b>	<b>9.015</b>	<b>2.447.039</b>	<b>114.383.273</b>	<b>117.814.353</b>	<b>(975.026)</b>	<b>116.839.327</b>	<b>134.309.196</b>	<b>2.930.851</b>	<b>137.240.047</b>

Descrição	CONSOLIDADO									
	30/06/2024					31/12/2023				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	<b>2.545.443</b>	<b>113.036</b>	<b>115.271.499</b>	<b>118.737.923</b>	<b>(807.945)</b>	<b>117.929.978</b>	<b>134.889.649</b>	<b>3.088.162</b>	<b>137.977.811</b>
Letras financeiras do tesouro	-	98.404	113.036	63.664.674	63.703.966	172.148	63.876.114	42.013.682	175.353	42.189.035
Letras do tesouro nacional	-	2.447.039	-	49.789.164	53.187.109	(950.906)	52.236.203	90.490.516	2.870.771	93.361.287
Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.817.661	1.846.848	(29.187)	1.817.661	2.385.451	42.038	2.427.489
<b>Títulos - empresas</b>	<b>169.662</b>	-	-	<b>81.500</b>	<b>342.318</b>	<b>(91.156)</b>	<b>251.162</b>	<b>497.259</b>	<b>22.054</b>	<b>519.313</b>
Debêntures	-	-	-	81.500	90.525	(9.025)	81.500	235.492	5.832	241.324
Cotas de fundos	160.647	-	-	-	151.345	9.302	160.647	161.319	100.232	261.551
Ações	9.015	-	-	-	100.448	(91.433)	9.015	100.448	(84.010)	16.438
<b>Total</b>	<b>169.662</b>	<b>2.545.443</b>	<b>113.036</b>	<b>115.352.999</b>	<b>119.080.241</b>	<b>(899.101)</b>	<b>118.181.140</b>	<b>135.386.908</b>	<b>3.110.216</b>	<b>138.497.124</b>

**(c.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda**

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BCB nº 3.068/2001 e os ajustes a valor de mercado impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

Os papéis que compõem a carteira de TVM disponíveis para venda sofreram ajustes por perda no valor recuperável no valor de R\$ 10.621 no 1º semestre de 2024 (não houve *Impairment* no 1º semestre de 2023).

Descrição	INDIVIDUAL										
	30/06/2024						31/12/2023				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	156.692.401	156.881.603	(189.202)	156.692.401	123.552.099	47.071	123.599.170
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	146.751.124	146.681.823	69.301	146.751.124	121.199.664	35.037	121.234.701
Letras do tesouro Nacional	-	-	-	-	7.177.297	7.316.486	(139.189)	7.177.297	1.149.723	(226)	1.149.497
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	2.478.905	2.585.140	(106.235)	2.478.905	1.008.253	17.570	1.025.823
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	-	285.075	298.154	(13.079)	285.075	194.459	(5.310)	189.149
<b>Títulos – empresas</b>	<b>2.652.464</b>	<b>289.987</b>	<b>426.049</b>	<b>894.852</b>	<b>10.112.774</b>	<b>13.274.085</b>	<b>1.102.041</b>	<b>14.376.126</b>	<b>12.386.605</b>	<b>1.110.113</b>	<b>13.496.718</b>
Debêntures	-	-	-	25.149	5.856.277	5.821.424	60.002	5.881.426	4.928.436	(2.511)	4.925.925
Nota Promissória	-	-	-	-	240.620	239.467	1.153	240.620	224.261	1.000	225.261
Cotas de fundos	2.644.761	-	-	-	-	1.612.302	1.032.459	2.644.761	1.270.709	987.545	2.258.254
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.291.105	1.334.899	(43.794)	1.291.105	1.317.659	53.361	1.371.020
Ações	7.703	-	-	-	-	13.585	(5.882)	7.703	24.206	(10.162)	14.044
Letras Financeiras	-	289.987	426.049	869.703	2.205.910	3.737.813	53.836	3.791.649	4.621.334	80.880	4.702.214
Notas comerciais	-	-	-	-	518.862	514.595	4.267	518.862	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.652.464</b>	<b>289.987</b>	<b>426.049</b>	<b>894.852</b>	<b>166.805.175</b>	<b>170.155.688</b>	<b>912.839</b>	<b>171.068.527</b>	<b>135.938.704</b>	<b>1.157.184</b>	<b>137.095.888</b>



Descrição	CONSOLIDADO										
	30/06/2024						31/12/2023				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	156.692.401	156.881.603	(189.202)	156.692.401	123.552.099	47.071	123.599.170
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	146.751.124	146.681.823	69.301	146.751.124	121.199.664	35.037	121.234.701
Letras do tesouro Nacional	-	-	-	-	7.177.297	7.316.486	(139.189)	7.177.297	1.149.723	(226)	1.149.497
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	2.478.905	2.585.140	(106.235)	2.478.905	1.008.253	17.570	1.025.823
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	-	285.075	298.154	(13.079)	285.075	194.459	(5.310)	189.149
<b>Títulos – empresas</b>	<b>1.636.459</b>	<b>289.987</b>	<b>426.049</b>	<b>894.852</b>	<b>10.112.774</b>	<b>12.274.085</b>	<b>1.086.036</b>	<b>13.360.121</b>	<b>11.386.605</b>	<b>1.092.593</b>	<b>12.479.198</b>
Debêntures	-	-	-	25.149	5.856.277	5.821.424	60.002	5.881.426	4.928.436	(2.511)	4.925.925
Nota Promissória	-	-	-	-	240.620	239.467	1.153	240.620	224.261	1.000	225.261
Cotas de fundos	1.628.756	-	-	-	-	612.302	1.016.454	1.628.756	270.709	970.025	1.240.734
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.291.105	1.334.899	(43.794)	1.291.105	1.317.659	53.361	1.371.020
Ações	7.703	-	-	-	-	13.585	(5.882)	7.703	24.206	(10.162)	14.044
Letras Financeiras	-	289.987	426.049	869.703	2.205.910	3.737.813	53.836	3.791.649	4.621.334	80.880	4.702.214
Notas comerciais	-	-	-	-	518.862	514.595	4.267	518.862	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.636.459</b>	<b>289.987</b>	<b>426.049</b>	<b>894.852</b>	<b>166.805.175</b>	<b>169.155.688</b>	<b>896.834</b>	<b>170.052.522</b>	<b>134.938.704</b>	<b>1.139.664</b>	<b>136.078.366</b>

**(c.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento**

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BCB nº 3.068/2001.

Os papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*) no 1º semestre de 2024 e 2023.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos desta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA com o seu valor de custo amortizado.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	30/06/2024			31/12/2023			
	Sem vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	<b>1.530.563</b>	-	<b>1.530.563</b>	<b>1.534.916</b>	<b>1.520.045</b>	<b>1.542.391</b>
Notas do tesouro nacional	-	1.530.563	-	1.530.563	1.534.916	1.520.045	1.542.391
<b>Títulos – empresas</b>	-	-	<b>3.463.491</b>	<b>3.463.491</b>	<b>2.821.028</b>	<b>3.404.601</b>	<b>2.996.058</b>
Debêntures	-	-	1.274.511	1.274.511	476.601	1.223.657	471.727
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	2.188.980	2.188.980	2.344.427	2.180.944	2.524.331
<b>Total</b>	-	<b>1.530.563</b>	<b>3.463.491</b>	<b>4.994.054</b>	<b>4.355.944</b>	<b>4.924.646</b>	<b>4.538.449</b>

**(d) Resultado com títulos e valores mobiliários**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.494.147	11.315.944	3.570.072	11.419.453
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.942.026	7.345.215	7.880.894	7.316.443
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	265.023	282.848	265.023	282.848
<b>Total</b>	<b>11.701.196</b>	<b>18.944.007</b>	<b>11.715.989</b>	<b>19.018.744</b>

## Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. *Hedge* de instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge account* de fluxo de caixa.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei nº 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998 e 649/2010.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.

Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer contabilmente nas demonstrações contábeis da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

#### **(a) Hedge Contábil**

A CAIXA estabeleceu estruturas de *hedge* de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e para proteção da variação da taxa de juros para as operações de crédito.

O *hedge* contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do *hedge*, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

✦ Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA +  
cupom; ✦ Ponta Passiva *Swap*: % da  
variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado Macro *Hedge* da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito:

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI;
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge*, no caso das letras financeiras, e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BCB nº 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no *hedge* das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap* e futuros DI.

**(a.1) Hedge Contábil**

Estratégia	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	30/06/2024				31/12/2023				
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		
	Valor Principal	Varição de Valor de Mercado	Valor de Mercado	Ajuste de Marcação a Mercado	Valor Principal	Varição de Valor de Mercado	Valor de Mercado	Ajuste de Marcação a Mercado	
<b>Risco de taxa de juros (1)</b>									
Hedge da carteira de crédito	Contrato futuro (2)	24.223.758	545.923	21.718.667	(516.811)	18.360.702	(77.309)	15.982.990	80.116
Hedge de letras financeiras	Swap (3)	10.650	22.328	32.978	32.978	210.650	482.687	693.337	(482.687)

(1) A efetividade verificada na carteira de hedge encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BCB nº 3.082/02.

(2) Instrumento liquidado em D+1.

(3) Ajuste a receber ou a pagar do instrumento é registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

**(a.2) Estrutura temporal do hedge**

Vencimento	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Hedge da Carteira Bancária		Hedge de Letras Financeiras	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
2024	2.360.623	8.569.139	3.450	203.450
2025	8.541.682	4.194.816	7.200	7.200
2026	7.790.008	3.594.046	-	-
2027	4.918.986	1.986.132	-	-
2028	596.699	-	-	-
2029	12.479	13.027	-	-
2031	3.281	3.542	-	-
<b>Total</b>	<b>24.223.758</b>	<b>18.360.702</b>	<b>10.650</b>	<b>210.650</b>

**(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação**

INDIVIDUAL						
Valor Referencial						
Descrição	30/06/2024				31/12/2023	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Contratos de futuros</b>						
<b>Compromissos de compra</b>	-	28.046	3.347.430	3.290.332	6.665.808	356.144
Mercado interfinanceiro	-	28.046	3.347.430	3.290.332	6.665.808	356.144
<b>Compromissos de venda</b>	4.228.294	950.441	3.712.510	60.742.582	69.633.827	113.188.649
Mercado interfinanceiro	3.884.974	950.441	3.712.510	60.742.582	69.290.507	112.796.692
Moeda estrangeira	343.320	-	-	-	343.320	391.957
<b>Contratos de Swaps</b>						
<b>Swaps</b>	3.450	-	7.200	-	10.650	210.650
Índices	3.450	-	7.200	-	10.650	210.650
<b>Outros derivativos</b>						
<b>Derivativo FGTS</b>	-	-	-	3.525.885	3.525.885	3.526.810
<b>CONSOLIDADO</b>						
Valor Referencial						
Descrição	30/06/2024				31/12/2023	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Contratos de futuros</b>						
<b>Compromissos de compra</b>	-	280.069	3.529.785	3.290.332	7.100.186	838.766
Mercado interfinanceiro	-	280.069	3.529.785	3.290.332	7.100.186	838.766
<b>Compromissos de venda</b>	4.228.294	950.441	3.712.510	60.742.582	69.633.827	113.188.649
Mercado interfinanceiro	3.884.974	950.441	3.712.510	60.742.582	69.290.507	112.796.692
Moeda estrangeira	343.320	-	-	-	343.320	391.957
<b>Contratos de Swaps</b>						
<b>Swaps</b>	801.432	210.236	20.652	-	1.032.320	892.701
Índices	801.432	210.236	20.652	-	1.032.320	892.701
<b>Outros derivativos</b>						
<b>Derivativo FGTS</b>	-	-	-	3.525.885	3.525.885	3.526.810

## (c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL							
Descrição	30/06/2024					31/12/2023	
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado	1 a 90 dias	181 a 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial	
Posição Ativa							
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Receber</b>	<b>6.936</b>	<b>312</b>	<b>2.071</b>	<b>5.177</b>	<b>7.248</b>	<b>163.206</b>	
Índices/B3	6.936	312	2.071	5.177	7.248	163.206	
Ativo circulante					7.248	157.809	
Ativo não circulante					-	5.397	
CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2024					31/12/2023	
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa							
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Receber</b>	<b>6.850</b>	<b>587</b>	<b>2.208</b>	<b>47</b>	<b>5.182</b>	<b>7.437</b>	<b>163.206</b>
Índices/B3	6.850	587	2.208	47	5.182	7.437	163.206
Ativo circulante						7.437	157.809
Ativo não circulante						-	5.397
Posição Passiva							
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	-	-	-	-	-	-	<b>87</b>
Índices/B3	-	-	-	-	-	-	87
Passivo circulante						-	87
Passivo não circulante						-	-

**(d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Swap	2.087	33.806	2.140	33.806
Futura	3.225.164	(3.165.216)	3.223.493	(3.165.216)
FGTS	-	(18.570)	-	(18.570)
<b>Total realizado</b>	<b>3.227.251</b>	<b>(3.149.980)</b>	<b>3.225.633</b>	<b>(3.149.980)</b>



## Nota 9 – Carteira de crédito

### (a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

A Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R\$ 1.046.077 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 1.047.591) decorrente das operações com Empréstimos e títulos descontados rating AA dos Fundos FIDC.

Carteira de crédito	INDIVIDUAL									30/06/2024	31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
<b>Operações de crédito</b>	<b>583.446.002</b>	<b>167.184.340</b>	<b>195.728.665</b>	<b>135.139.988</b>	<b>26.289.667</b>	<b>15.292.117</b>	<b>8.786.596</b>	<b>11.597.102</b>	<b>16.534.006</b>	<b>1.159.992.503</b>	<b>1.105.230.960</b>
Financiamentos imobiliários	521.235.434	71.373.993	93.233.991	62.887.083	9.797.676	7.307.660	2.572.938	4.920.623	4.123.757	777.453.155	727.800.413
Empréstimos e títulos descontados	14.485.000	19.719.022	83.035.336	55.098.498	13.763.834	6.489.978	5.855.196	1.809.416	10.396.621	210.652.901	212.529.231
Financiamentos de infraestrutura	28.526.509	57.664.000	4.722.034	3.930.814	1.041.366	75.973	-	4.702.176	1.040.386	101.703.258	98.232.241
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.093.854	15.719.592	12.236.196	12.236.258	1.315.437	1.138.469	216.118	113.805	612.847	58.682.576	56.071.207
Financiamentos	832.189	2.617.858	2.293.738	906.137	341.658	266.633	132.356	44.906	338.008	7.773.483	6.506.622
Cessão de créditos	3.273.016	89.875	207.390	81.198	23.696	13.404	9.988	6.176	22.387	3.727.130	4.091.246
<b>Outras créditos com característica de concessão de crédito</b>	<b>819.127</b>	<b>7.685.997</b>	<b>1.911.843</b>	<b>3.028.502</b>	<b>584.553</b>	<b>270.694</b>	<b>111.922</b>	<b>48.695</b>	<b>347.323</b>	<b>14.703.656</b>	<b>14.509.182</b>
Cartão de crédito	492.063	7.264.153	1.149.864	2.445.653	518.829	260.011	93.510	34.951	197.217	12.456.251	12.088.660
Antecipação de contratos de câmbio	294.071	333.374	748.801	273.682	14.120	8.526	17.586	12.296	3.458	1.705.914	1.738.220
Créditos adquiridos (1)	-	33.235	-	275.712	-	-	-	-	-	308.947	455.853
Diversos	32.993	5.235	13.178	28.455	1.604	2.157	826	1.448	146.648	232.544	226.449
<b>Subtotal</b>	<b>584.265.129</b>	<b>174.820.337</b>	<b>197.640.528</b>	<b>138.163.490</b>	<b>26.818.220</b>	<b>15.562.811</b>	<b>8.898.518</b>	<b>11.645.797</b>	<b>16.881.329</b>	<b>1.174.696.159</b>	<b>1.119.740.142</b>
Hedge da carteira de crédito										(516.811)	80.116
<b>Total</b>	<b>584.265.129</b>	<b>174.820.337</b>	<b>197.640.528</b>	<b>138.163.490</b>	<b>26.818.220</b>	<b>15.562.811</b>	<b>8.898.518</b>	<b>11.645.797</b>	<b>16.881.329</b>	<b>1.174.179.348</b>	<b>1.119.820.258</b>
Provisão mínima regulamentar	-	(674.101)	(1.976.405)	(4.144.904)	(2.681.823)	(4.668.843)	(4.449.259)	(8.152.056)	(16.881.329)	(43.828.720)	(43.268.244)
Provisão complementar (2)	(891.664)	(180.499)	(1.453.901)	(1.882.622)	(1.007.979)	(843.979)	(418.172)	(14.900)	-	(6.693.716)	(6.574.280)
<b>Total de provisões</b>	<b>(891.664)</b>	<b>(1.054.600)</b>	<b>(3.430.306)</b>	<b>(6.027.526)</b>	<b>(3.689.802)</b>	<b>(5.512.822)</b>	<b>(4.867.431)</b>	<b>(8.166.956)</b>	<b>(16.881.329)</b>	<b>(50.522.436)</b>	<b>(49.842.524)</b>
<b>Total líquido de provisões</b>	<b>583.373.465</b>	<b>173.765.737</b>	<b>194.210.222</b>	<b>132.135.964</b>	<b>23.128.418</b>	<b>10.049.989</b>	<b>4.031.087</b>	<b>3.478.841</b>	<b>-</b>	<b>1.123.656.912</b>	<b>1.069.977.734</b>
Ativo circulante										218.046.469	209.242.821
Ativo não circulante										956.132.879	910.577.437

(1) Créditos adquiridos com cobertura dos Bancos BMG e Mercantil.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

## (b) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Carteira de crédito em curso normal											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2024	31/12/2023
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>584.128.965</b>	<b>174.473.979</b>	<b>179.054.932</b>	<b>105.220.792</b>	<b>17.476.013</b>	<b>7.002.453</b>	<b>2.917.354</b>	<b>8.614.824</b>	<b>5.145.530</b>	<b>1.084.029.842</b>	<b>1.032.642.836</b>
01 a 30 dias	6.989.380	7.957.313	5.493.914	4.467.573	1.344.257	558.360	230.139	165.756	535.386	27.742.078	25.456.866
31 a 60 dias	6.942.187	4.275.105	3.703.526	2.748.177	684.779	240.650	90.047	89.598	150.770	18.924.839	16.182.292
61 a 90 dias	6.529.310	3.753.940	3.113.039	2.478.390	634.237	220.793	86.169	85.781	129.906	17.031.565	16.740.888
91 a 180 dias	18.047.171	8.633.957	8.520.478	5.979.580	1.547.200	510.857	228.905	256.882	315.853	44.040.883	48.209.753
181 a 360 dias	34.366.929	15.721.014	16.964.674	10.178.574	2.279.294	824.542	388.173	477.983	467.245	81.668.428	78.715.001
Acima de 360 dias	511.248.988	134.132.650	141.259.301	79.368.498	10.986.246	4.647.251	1.893.921	7.538.824	3.546.370	894.622.049	847.338.036
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>91.956</b>	<b>198.466</b>	<b>229.592</b>	<b>203.577</b>	<b>62.105</b>	<b>34.661</b>	<b>19.292</b>	<b>4.630</b>	<b>18.220</b>	<b>862.499</b>	<b>768.920</b>
01 a 14 dias	91.956	198.466	229.592	203.577	62.105	34.661	19.292	4.630	18.220	862.499	768.920
<b>Total</b>	<b>584.215.921</b>	<b>174.672.445</b>	<b>179.284.524</b>	<b>105.424.369</b>	<b>17.538.118</b>	<b>7.037.114</b>	<b>2.936.646</b>	<b>8.619.454</b>	<b>5.163.750</b>	<b>1.084.892.341</b>	<b>1.033.411.756</b>
Carteira de crédito em curso anormal											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2024	31/12/2023
<b>Parcelas vincendas</b>	-	-	<b>17.477.708</b>	<b>30.731.754</b>	<b>7.142.469</b>	<b>6.066.298</b>	<b>3.264.450</b>	<b>1.944.817</b>	<b>5.256.239</b>	<b>71.883.735</b>	<b>75.491.021</b>
01 a 30 dias	-	-	199.071	325.375	152.850	104.144	83.197	40.878	158.269	1.063.784	1.213.174
31 a 60 dias	-	-	191.310	296.594	147.718	95.515	78.605	36.385	143.199	989.326	1.095.032
61 a 90 dias	-	-	169.352	279.230	134.619	89.755	78.408	34.708	136.950	923.022	1.055.606
91 a 180 dias	-	-	499.840	802.329	343.321	248.480	211.293	95.006	371.171	2.571.440	3.127.843
181 a 360 dias	-	-	957.929	1.444.843	414.529	420.953	330.308	147.514	592.120	4.308.196	5.839.755
Acima de 360 dias	-	-	15.460.206	27.583.383	5.949.432	5.107.451	2.482.639	1.590.326	3.854.530	62.027.967	63.159.611
<b>Parcelas vencidas</b>	-	-	<b>1.075.396</b>	<b>2.007.367</b>	<b>2.137.633</b>	<b>2.459.399</b>	<b>2.697.422</b>	<b>1.081.526</b>	<b>6.461.340</b>	<b>17.920.083</b>	<b>10.837.365</b>
01 a 30 dias	-	-	794.135	898.307	761.421	645.621	597.084	129.641	671.488	4.497.697	2.446.902
31 a 60 dias	-	-	281.258	902.904	590.919	710.776	695.810	135.853	713.414	4.030.934	1.682.101
61 a 90 dias	-	-	3	164.812	624.380	445.312	394.582	107.307	574.908	2.311.304	1.162.926
91 a 180 dias	-	-	-	39.553	160.431	596.200	899.542	607.111	1.273.522	3.576.359	2.155.463
181 a 360 dias	-	-	-	1.791	482	61.490	110.404	101.614	2.912.853	3.188.634	3.038.355
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	315.155	315.155	351.618
<b>Total</b>	-	-	<b>18.553.104</b>	<b>32.739.121</b>	<b>9.280.102</b>	<b>8.525.697</b>	<b>5.961.872</b>	<b>3.026.343</b>	<b>11.717.579</b>	<b>89.803.818</b>	<b>86.328.386</b>

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	30/06/2024	%	31/12/2023	%
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>76.244.093</b>	<b>6,50</b>	<b>74.536.562</b>	<b>6,66</b>
Administração direta	66.064.757	5,63	62.655.778	5,60
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	6.556.184	0,56	6.481.045	0,58
Administração indireta – outros	3.623.152	0,31	5.399.739	0,48
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>1.097.935.255</b>	<b>93,50</b>	<b>1.045.283.696</b>	<b>93,34</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>118.793.654</b>	<b>10,10</b>	<b>120.719.779</b>	<b>10,77</b>
Comércio varejista	18.301.687	1,56	20.370.720	1,82
Construção civil	17.337.380	1,48	17.559.077	1,57
Energia elétrica	12.697.629	1,08	12.740.298	1,14
Comércio atacadista	12.447.485	1,06	12.369.007	1,10
Transporte	10.126.503	0,86	10.111.240	0,90
Saneamento e infraestrutura	8.015.446	0,68	7.760.305	0,69
Saúde	6.340.195	0,54	6.298.583	0,56
Agronegócio e extrativismo	4.695.701	0,40	4.646.013	0,41
Outras indústrias	4.388.624	0,37	4.594.062	0,41
Alimentação	3.074.401	0,26	3.321.471	0,30
Siderurgia e metalurgia	2.745.610	0,23	2.883.984	0,26
Petroquímica	1.593.646	0,14	1.800.436	0,16
Têxtil	1.427.554	0,12	1.637.433	0,15
Comunicação	1.113.720	0,09	1.161.492	0,10
Serviços financeiros	808.642	0,07	934.403	0,08
Serviços pessoais	258.582	0,02	287.740	0,03
Outros serviços	13.420.849	1,14	12.243.515	1,09
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>979.141.601</b>	<b>83,40</b>	<b>924.563.917</b>	<b>82,57</b>
<b>Total</b>	<b>1.174.179.348</b>	<b>100,00</b>	<b>1.119.820.258</b>	<b>100,00</b>

(d) Receita da carteira de crédito

A receita da Carteira de crédito apresentou variação entre o individual e o consolidado de R\$ 63.165 no 1º semestre de 2024 (R\$ 51.745 no 1º semestre de 2023):

Descrição	INDIVIDUAL	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
Financiamentos imobiliários	30.748.521	30.307.319
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	20.856.671	21.552.372
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	4.841.660	5.418.150
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.133.603	2.635.342
Resultado da venda ou transferência de ativos financeiros	12.101	25.360
Créditos por avais e fiança	2.848	3.503
<b>Total</b>	<b>59.595.404</b>	<b>59.942.046</b>

**(e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros**

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

**(e.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
Carteiras adquiridas com coobrigação	23.458	46.519
Carteiras adquiridas sem coobrigação	947.484	1.079.843

**(e.2) Resultado vinculado a cessão de carteiras de crédito**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
Receitas vinculadas à carteiras cedidas com coobrigação	171.515	235.305
Despesas vinculadas à carteiras cedidas com coobrigação	(182.872)	(256.464)
<b>Total</b>	<b>(11.357)</b>	<b>(21.159)</b>

**(f) Créditos recuperados e renegociados**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
<b>Créditos Recuperados</b>	<b>2.923.603</b>	<b>2.475.265</b>
Operações comerciais	1.219.775	1.134.343
Operações habitacionais	1.703.828	1.340.922
<b>Créditos Renegociados</b>	<b>33.650.954</b>	<b>21.646.588</b>
Operações comerciais	459.127	282.614
Operações habitacionais (1)	33.191.827	21.363.974

(1) Incremento de contratos renegociados decorrentes da calamidade do Rio Grande do Sul.

**(g) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(49.842.524)</b>	<b>(46.427.588)</b>
Constituição/Reversão de provisão no período	(9.344.280)	(9.741.803)
Transferência para prejuízo	8.664.368	5.888.991
<b>Saldo final</b>	<b>(50.522.436)</b>	<b>(50.280.400)</b>

**(h) Concentração dos principais devedores**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	30/06/2024	%	31/12/2023	%
Principal devedor	9.208.524	0,78	9.297.320	0,83
10 maiores devedores	35.827.783	3,05	35.128.250	3,14
20 maiores devedores	50.719.947	4,32	50.270.246	4,49
50 maiores devedores	68.915.329	5,87	68.649.276	6,13
100 maiores devedores	85.634.946	7,29	84.811.872	7,57

**(i) Programas Governamentais para a Concessão de Crédito**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023
Giro Caixa e microcrédito PRONAMPE	23.960.569	25.790.315
Giro Caixa FGI	9.240.545	8.896.668
Crédito especial empresa FAMPE	5.399.173	7.010.874
Microcrédito produtivo orientado - MPO	58.569	285.451
<b>Total</b>	<b>38.658.856</b>	<b>41.983.308</b>

**Nota 10 – Outros ativos financeiros****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Créditos vinculados ao SFH (c)	30.626.261	32.051.579	30.626.261	32.051.579
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19 (g))	21.123.125	20.751.842	21.123.125	20.751.842
Créditos por diferença de cessão (b)	2.289.271	2.315.019	2.289.271	2.315.019
Prêmio em aquisição de carteiras	1.745.784	2.268.334	1.745.784	2.268.334
Rendas a receber do setor público	1.931.032	1.911.136	1.931.032	1.911.136
Carteira de câmbio (d)	1.930.842	1.815.157	1.930.842	1.815.157
Cartão de crédito	217.353	962.105	217.353	962.105
Direitos sobre royalties	736.579	755.565	736.579	755.565
Rendas a receber do setor privado	311.528	262.808	438.348	389.665
Demais (1)	698.734	355.073	707.300	388.560
<b>Total</b>	<b>61.610.509</b>	<b>63.448.618</b>	<b>61.745.895</b>	<b>63.608.962</b>
Perdas por redução ao valor recuperável (b)	(2.715.444)	(2.741.191)	(2.715.444)	(2.741.191)
<b>Total líquido de provisão</b>	<b>58.895.065</b>	<b>60.707.427</b>	<b>59.030.451</b>	<b>60.867.771</b>
Ativo circulante	5.395.370	4.860.580	5.535.283	5.020.924
Ativo não circulante	53.499.695	55.846.847	53.495.168	55.846.847

(1) Inclui valores a receber de R\$ 192.081, referentes à subvenção econômica concedida às operações do PRONAMPE – Estado do Rio Grande do Sul, para auxílio às empresas da região atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos no estado em abril de 2024.

### **(b) Diferença de cessão**

Os contratos de cessão de carteiras imobiliárias cedidos à CAIXA por outros agentes financeiros possuem cláusula pró-solvendo, segundo a qual o agente cedente se compromete a ressarcir à CAIXA eventuais diferenças apuradas, resultantes do processo de depuração e validação dos contratos cedidos pelo Conselho Curador do FCVS.

Diferença de Cessão é o resultado apurado entre o valor informado por cada agente financeiro cedente no respectivo instrumento de cessão de contratos habitacionais com cobertura do FCVS à CAIXA, e o valor efetivamente apurado junto à Administradora do FCVS como passível de novação.

Após análise dos créditos FCVS relacionados a diferenças de cessão e sua recuperabilidade, conclui-se que tais valores representam direito da CAIXA com o Agente Financeiro cedente, contratualmente comprometido com o ressarcimento à CAIXA dos valores não cobertos pelo FCVS.

Desse modo, considerando que os ativos de diferença de cessão seriam separados dos créditos FCVS próprios, restou necessária sua reclassificação dentro de Outros ativos financeiros da rubrica "Créditos vinculados ao SFH (c)" para a rubrica "Créditos por diferença de cessão".

Assim, sopesando a baixa probabilidade de ressarcimentos desses valores pelos Agentes Financeiros cedentes, haja vista o tempo decorrido e o histórico de ações judiciais em andamento, decidiu-se pela aplicação do teste de *impairment* sobre a totalidade dos créditos R\$ 2.289.271 em 30/06/2024 (R\$ 2.315.019 em 31/12/2023).

### **(c) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)**

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Resolução nº 25 de 1967 do Conselho de Administração do BNH (Banco Nacional de Habitação).

A responsabilidade institucional do FCVS apresenta-se nas seguintes finalidades:

- Garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais, contraídos pelos mutuários no âmbito do SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado;
- Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação de regência;
- Assumir, em razão da Lei nº 12.409, de 2011, o saldo devedor de financiamento habitacional, total ou parcial, em caso de morte ou invalidez permanente, e assumir, também, as despesas de recuperação ou indenização decorrentes de danos físicos do imóvel e as perdas de responsabilidade civil do construtor; e
- Liquidar as operações remanescentes do extinto seguro de crédito ao adquirente.

Destaca-se que o FCVS se relaciona exclusivamente com o agente financeiro, visto que a habitação somente ocorre após cessada a relação do mutuário com a instituição financiadora do contrato. Assim, eventuais inconformidades relacionadas a um contrato habitacional com cobertura do FCVS, tais como a inobservância da legislação pertinente ou inconformidades identificadas na concessão ou manutenção do contrato, pelo agente financeiro, podem acarretar negativas de cobertura pelo agente operador do FCVS, o que implica em perdas para o agente financeiro.

O quadro abaixo inclui os status nas quais se encontram os processos, objeto de novação com o fundo, sendo que, a metodologia de provisão leva em consideração a probabilidade de eventuais sinistros na apresentação da documentação requerida:

- Habilitado - Cadastro do contrato pela CAIXA agente financeiro junto ao sistema do FCVS (CAIXA Agente Operador);
- Não habilitado - Contratos em análise pela CAIXA Agente Financeiro para os procedimentos de habilitação junto ao FCVS;
- Habilitado e não homologado - Contratos habilitados e ainda não analisados pelo FCVS;
- Homologada com recurso - Contratos com recurso emitido pela CAIXA agente financeiro e ainda não analisados pelo FCVS, com divergência de valores;
- Homologado sem recurso - Contratos em análise pela CAIXA agente financeiro para validação junto ao FCVS, para emissão ou não de recurso;
- Negativa de cobertura - Contempla contratos com negativa de cobertura com e sem recurso, e contratos que não cabem recurso pelo esgotamento das possibilidades de reversão da negativa, pelo FCVS.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido
<b>FCVS a receber</b>	<b>41.049.921</b>	<b>(10.449.791)</b>	<b>30.600.130</b>	<b>41.379.122</b>	<b>(9.363.775)</b>	<b>32.015.346</b>
Não habilitado	45.181	(22.812)	22.369	92.066	(18.447)	73.619
Habilitado e não homologado	399.955	(177.921)	222.034	525.259	(73.066)	452.193
Homologado com e sem recurso ou manifestação	6.797.688	(2.021.213)	4.776.475	7.072.961	(2.005.941)	5.067.019
Homologados validados e em novação	20.414.609	(236.848)	20.177.761	20.821.224	(315.937)	20.505.287
Negativa de cobertura (1)	13.392.488	(7.990.997)	5.401.491	12.867.612	(6.950.384)	5.917.228
<b>FGTS a ressarcir</b>	<b>26.131</b>	<b>-</b>	<b>26.131</b>	<b>36.233</b>	<b>-</b>	<b>36.233</b>
<b>Total (líquido de provisão)</b>	<b>41.076.052</b>	<b>(10.449.791)</b>	<b>30.626.261</b>	<b>41.415.355</b>	<b>(9.363.775)</b>	<b>32.051.579</b>

(1) Inclui o valor de negativa por multiplicidade de CADMUT no montante de R\$ 3.698.199.317 (31/12/2023 - R\$ 4.249.366.151) líquido de provisão. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A apuração da provisão para o ativo do FCVS é realizada por metodologia estatística, atualizada em janeiro de 2024, e baseada em conceitos de risco operacional, uma vez que a novação dos créditos depende da documentação dos contratos, e não há processo de crédito envolvido, ou seja, a constituição da provisão é para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição		30/06/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira		1.894.980	1.813.106
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))		81.708	77.160
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional		42.588	14.894
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional		(6.511)	(12.353)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira		(215)	(490)
<b>Ativo circulante</b>		<b>2.012.550</b>	<b>1.892.317</b>
<b>Passivo</b>			
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional		1.710.163	1.837.664
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira		42.794	14.724
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE (Nota 9 (a))		(1.624.206)	(1.661.060)
<b>Passivo circulante</b>		<b>128.751</b>	<b>191.328</b>
<b>Carteira líquida de câmbio</b>		<b>1.883.799</b>	<b>1.700.989</b>

(e) Resultado de outros ativos financeiros

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Créditos vinculados ao SFH	1.263.679	1.624.443	1.263.679	1.624.443
Resultado de câmbio	352.322	(85.719)	352.322	(93.694)
<b>Total</b>	<b>1.616.001</b>	<b>1.538.724</b>	<b>1.616.001</b>	<b>1.530.749</b>

Nota 11 – Investimentos

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas controladas, coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXA, Caixa Cartões, Caixa Loterias, Caixa Asset e a Caixa Seguridade exercem controle, influência significativa ou possuam controle compartilhado.

As participações na qual a CAIXA detenha o controle, direta ou indiretamente, são consolidadas na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado CAIXA.



A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	País de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
<b>CAIXA</b>	<b>Brasil</b>	<b>Brasília (DF)</b>	<b>Líder do Conglomerado</b>	<b>Caixa Econômica Federal</b>	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Birô de crédito	Sim
Galgo Sistemas de Informações	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
Núcleo	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
<b>Caixa Seguridade</b>	<b>Brasil</b>	<b>Brasília (DF)</b>	<b>Controlada</b>	<b> Holding</b>	<b> Sim</b>
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
X53 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
X54 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
X55 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
X56 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunta	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding X51	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
<b>Caixa Cartões</b>	<b>Brasil</b>	<b>Brasília (DF)</b>	<b>Subsidiária Integral</b>	<b> Holding</b>	<b> Sim</b>
Elo Serviços	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunta	Instituição de pagamento	Sim
Caixa Cartões Pré-Pagos	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	Sim
<b>Caixa Loterias</b>	<b>Brasil</b>	<b>Brasília (DF)</b>	<b>Subsidiária Integral</b>	<b> Holding</b>	<b> Sim</b>
<b>Caixa Asset</b>	<b>Brasil</b>	<b>Brasília (DF)</b>	<b>Subsidiária Integral</b>	<b>Distrib. de títulos e valores mobiliários</b>	<b> Sim</b>

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.

(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

## (a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

Empresa	INDIVIDUAL											
	% de participação				Patrimônio Líquido		Valor contábil	Movimentação			Valor contábil	Resultado MEP
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023	Resultado MEP	Dividendos e JCP (2)	Outros	30/06/2024	2023
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinárias	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023	Resultado MEP	Dividendos e JCP (2)	Outros	30/06/2024	1º semestre
Caixa Seguridade (1)	82,75%	82,75%	82,75%	82,75%	12.690.432	12.610.606	10.435.277	1.162.977	(982.555)	(114.367)	10.501.332	1.376.090
Caixa Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	894.935	829.861	829.861	243.769	(175.313)	(3.382)	894.935	100.248
Caixa Loterias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	22.585	335	335	22.250	-	-	22.585	(2.329)
Caixa Asset	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	583.441	859.063	859.063	523.434	(799.056)	-	583.441	523.462
TecBan	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	1.000.980	976.260	182.047	3.216	-	(791)	184.472	(6.392)
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	345.845	362.536	55.432	(2.552)	-	-	52.880	(3.611)
Galgo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	36.414	34.550	2.303	232	(107)	-	2.428	200
Núclea	8,17%	8,17%	8,17%	8,17%	2.060.356	1.783.796	145.833	23.271	48	(709)	168.443	22.898
Outras Investimentos	-	-	-	-	-	-	1.492	-	-	-	1.492	-
<b>Total</b>							<b>12.511.643</b>	<b>1.976.597</b>	<b>(1.956.983)</b>	<b>(119.249)</b>	<b>12.412.008</b>	<b>2.010.566</b>

(1) Inclui impacto negativo no resultado de equivalência da CAIXA em R\$ 101.940 (82,75% de R\$ 123.190 do MEP da Caixa Seguridade) decorrente dos acionamentos do seguro prestamista, no 2º trimestre de 2024, conforme Fato Relevante divulgado pela Caixa Seguridade em 08/07/2024 (Nota 35 (d)).

(2) Dividendos e JCP efetivamente recebidos no período totalizaram R\$ 2.670.447, sendo R\$ 1.405.937 da Caixa Seguridade; R\$ 1.075.787 da Caixa Asset; R\$ 177.677 da Caixa Cartões; R\$ 10.938 da Núclea; e R\$ 108 da Galgo.

CONSOLIDADO												
Empresa	% de participação (1)				Patrimônio Líquido		Valor contábil	Movimentação			Valor contábil	Resultado MEP
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023	Resultado MEP	Dividendos e JCP (4)	Outros	30/06/2024	2023
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinárias								1º semestre
Holding XS1	60,00%	49,00%	60,00%	49,00%	11.836.368	12.510.633	7.574.688	423.488	(763.245)	(61.218)	7.173.713	667.973
CNP Brasil	48,25%	48,25%	48,25%	48,25%	5.069.767	4.801.026	2.316.495	222.042	(203.566)	111.191	2.446.162	231.222
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	1.883.522	1.910.462	1.432.776	51.466	(71.670)	-	1.412.572	126.171
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	350.395	312.402	234.286	73.809	(29.933)	(15.382)	262.780	57.900
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	605.927	501.630	376.209	78.221	(3)	-	454.427	32.649
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	48.645	41.854	31.390	9.281	(4.187)	-	36.484	7.196
Elo Serviços	41,41%	0,01%	41,41%	0,01%	1.070.977	891.852	369.360	220.494	(146.310)	-	443.544	94.806
Caixa Cartões Pré-Pagos	75,00%	50%-1	75,00%	50%-1	406.013	400.310	300.233	7.710	-	(3.383)	304.560	(6.568)
Tao Seguros	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	956.089	909.513	443.179	94.525	(32.055)	(39.648)	466.001	81.232
PAN Corretora (2)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	73.748	61.900	30.331	13.232	(7.426)	-	36.137	(6.392)
Tecban	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	1.000.980	976.260	182.047	3.216	-	(791)	184.472	13.744
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	345.845	362.536	55.432	(2.552)	-	-	52.880	(3.611)
Galga Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	36.414	34.550	2.303	232	(107)	-	2.428	200
Núclea	8,17%	8,17%	8,17%	8,17%	2.060.356	1.783.796	145.833	23.271	48	(709)	168.443	22.898
Outros investimentos (3)			-	-	-	-	1.752	-	-	-	1.752	-
<b>Total</b>					<b>13.496.314</b>	<b>1.218.435</b>	<b>(1.258.454)</b>	<b>(9.940)</b>	<b>13.446.355</b>	<b>1.319.420</b>		

(1) O percentual de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Tao Seguros e Pan Corretora são demonstradas pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.

(2) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 30/06/2024 no valor de (R\$ 33) (31/12/2023 - (R\$ 33)).

(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, Caixa Cartões Adquirência, Caixa Cartões PAT, Caixa Cartões Fidelidade, Caixa Cartões Contas de Pagamento.

(4) Dividendos e JCP efetivamente recebidos no período totalizaram R\$ 1.357.453, sendo R\$ 551.084 da Holding XS1; R\$ 337.490 da CNP Brasil; R\$ 160.507 da XS3 Seguros; R\$ 146.310 da Elo Serviços; R\$ 61.837 da XS4 Capitalização; R\$ 55.456 da XS5 Consórcios; R\$ 19.784 da Tao Seguros; R\$ R\$ 10.938 da Núclea; R\$ 7.426 da Pan Corretora; R\$ 6.513 da XS6 Assistência; e R\$ 108 da Galga.

## (b) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição	30/06/2024							
	Holding XS1	CNP Brasil	XSS Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
<b>Ativo circulante</b>	<b>166.482.728</b>	<b>4.616.050</b>	<b>1.612.226</b>	<b>1.382.570</b>	<b>294.629</b>	<b>105.620</b>	<b>902.336</b>	<b>79.464</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>15.711.071</b>	<b>5.385.586</b>	<b>1.277.859</b>	<b>952.270</b>	<b>616.212</b>	<b>28.505</b>	<b>1.558.332</b>	<b>91</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>4.707.913</b>	<b>436.255</b>	<b>1.006.154</b>	<b>1.983.371</b>	<b>83.537</b>	<b>85.272</b>	<b>1.460.777</b>	<b>5.807</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>165.649.518</b>	<b>4.495.614</b>	<b>409</b>	<b>1.074</b>	<b>221.377</b>	<b>208</b>	<b>43.803</b>	<b>-</b>
Passivo contingente	904.506	-	409	636	-	-	13.673	-
Receitas	10.647.884	1.833.314	100.788	299.422	423.126	94.456	792.993	33.574
Despesas	(9.804.526)	(1.342.984)	(32.164)	(201.005)	(318.829)	(82.081)	(600.085)	(6.571)
<b>Lucro/ Prejuízo do período</b>	<b>843.358</b>	<b>490.330</b>	<b>68.624</b>	<b>98.417</b>	<b>104.297</b>	<b>12.375</b>	<b>192.908</b>	<b>27.003</b>
Outros resultados abrangentes	127.253	91.349	-	(16.464)	-	-	(80.913)	-
Resultado abrangente total	970.611	581.679	68.624	81.953	104.298	12.375	111.995	27.003
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11.836.368</b>	<b>5.069.767</b>	<b>1.883.522</b>	<b>350.395</b>	<b>605.927</b>	<b>48.645</b>	<b>956.088</b>	<b>73.748</b>
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
<b>Saldo do investimento</b>	<b>7.101.821</b>	<b>2.446.163</b>	<b>1.412.572</b>	<b>262.783</b>	<b>454.428</b>	<b>36.484</b>	<b>468.483</b>	<b>36.137</b>
Outros ajustes (1)	71.892	-	-	4	-	-	(2.482)	-

(1) Holding XS1: Valores relativos às operações de fusões/aquisições.

Descrição	31/12/2023							
	Holding XS1	CNP Brasil	XSS Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
<b>Ativo circulante</b>	<b>159.583.335</b>	<b>598.715</b>	<b>1.762.756</b>	<b>1.250.456</b>	<b>263.845</b>	<b>71.811</b>	<b>748.160</b>	<b>69.982</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>14.471.420</b>	<b>4.767.277</b>	<b>1.314.148</b>	<b>651.864</b>	<b>570.831</b>	<b>29.308</b>	<b>1.594.120</b>	<b>105</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>159.549.283</b>	<b>564.918</b>	<b>1.166.155</b>	<b>1.586.049</b>	<b>165.821</b>	<b>58.954</b>	<b>1.388.820</b>	<b>8.187</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.994.839</b>	<b>48</b>	<b>287</b>	<b>3.869</b>	<b>167.225</b>	<b>311</b>	<b>43.947</b>	<b>-</b>
Passivo contingente	870.635	-	387	360	-	-	14.324	-
Receitas	24.758.869	1.202.305	1.069.737	545.796	340.988	152.412	1.359.082	76.290
Despesas	(22.487.606)	(33.614)	(451.650)	(377.736)	(262.778)	(128.907)	(1.040.862)	(15.668)
<b>Lucro/ Prejuízo do período</b>	<b>2.271.263</b>	<b>1.168.691</b>	<b>618.087</b>	<b>168.060</b>	<b>78.210</b>	<b>23.505</b>	<b>318.220</b>	<b>60.622</b>
Outros resultados abrangentes	(96.046)	348.503	-	4.046	5	-	38.609	-
Resultado abrangente total	2.175.217	1.517.194	618.087	172.106	78.215	23.505	356.829	60.622
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12.510.633</b>	<b>4.801.026</b>	<b>1.910.462</b>	<b>312.402</b>	<b>501.630</b>	<b>41.854</b>	<b>909.513</b>	<b>61.900</b>
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
<b>Saldo do investimento</b>	<b>7.506.380</b>	<b>2.316.495</b>	<b>1.432.776</b>	<b>234.290</b>	<b>376.209</b>	<b>31.390</b>	<b>445.661</b>	<b>30.331</b>
Outros ajustes (1)	68.308	-	-	4	-	-	(2.481)	-

(1) Holding XS1: Valores relativos às operações de fusões/aquisições.

## (c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelas percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição	30/06/2024					
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núdea
<b>Ativo circulante</b>	<b>910.726</b>	<b>128.331</b>	<b>20.932</b>	<b>1.054.061</b>	<b>710.401</b>	<b>1.584.661</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.332.560</b>	<b>1.070.852</b>	<b>24.736</b>	<b>389.172</b>	<b>386.094</b>	<b>757.366</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>441.155</b>	<b>265.129</b>	<b>5.151</b>	<b>336.718</b>	<b>690.482</b>	<b>265.622</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.801.151</b>	<b>588.209</b>	<b>4.103</b>	<b>35.538</b>	-	<b>16.049</b>
Passivo contingente	-	-	-	17.012	-	2.110
Receitas	1.428.709	156.179	9.762	1.233.371	128.652	760.842
Despesas	(1.412.965)	(172.870)	(5.532)	(700.968)	(122.883)	(473.723)
<b>Lucro/ Prejuízo do período</b>	<b>15.744</b>	<b>(16.691)</b>	<b>4.230</b>	<b>532.403</b>	<b>5.769</b>	<b>287.119</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	-	-	-	532.403	5.770	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.000.980</b>	<b>345.845</b>	<b>36.414</b>	<b>1.070.977</b>	<b>406.013</b>	<b>2.060.356</b>
% de participação	13,01%	15,29%	6,67%	41,41%	75,00%	8,17%
<b>Saldo do investimento</b>	<b>130.227</b>	<b>52.880</b>	<b>2.428</b>	<b>443.544</b>	<b>304.510</b>	<b>168.443</b>
Outros ajustes (1)	54.245	-	-	-	50	-

(1) Valores referentes ao ágio/intangível sobre investimento na TecBan.

Descrição	31/12/2023					
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núdea
<b>Ativo circulante</b>	<b>938.384</b>	<b>153.360</b>	<b>27.885</b>	<b>852.864</b>	<b>660.292</b>	<b>1.459.969</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.300.906</b>	<b>1.092.647</b>	<b>15.735</b>	<b>417.818</b>	<b>393.926</b>	<b>685.157</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.156.384</b>	<b>269.606</b>	<b>5.804</b>	<b>339.749</b>	<b>653.908</b>	<b>345.255</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.106.646</b>	<b>613.865</b>	<b>3.266</b>	<b>39.081</b>	-	<b>16.075</b>
Passivo contingente	-	-	-	19.202	-	2.048
Receitas	2.924.727	284.062	2.942	1.630.137	193.175	1.577.597
Despesas	(2.886.935)	(322.634)	(1.198)	(1.120.451)	(192.551)	(988.754)
<b>Lucro/ Prejuízo do período</b>	<b>37.792</b>	<b>(38.572)</b>	<b>1.744</b>	<b>509.686</b>	<b>624</b>	<b>588.843</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	-	-	-	363.070	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>976.260</b>	<b>362.536</b>	<b>34.550</b>	<b>891.852</b>	<b>400.310</b>	<b>1.783.796</b>
% de participação	13,01%	15,29%	6,67%	41,41%	75,00%	8,17%
<b>Saldo do investimento</b>	<b>127.011</b>	<b>55.432</b>	<b>2.303</b>	<b>369.360</b>	<b>300.233</b>	<b>145.833</b>
Outros ajustes (1)	55.036	-	-	-	-	-

(1) Valores referentes ao ágio/intangível sobre investimento na TecBan.

**Nota 12 – Imobilizado de uso**

O índice de imobilização apurado foi de 9,26% em 30/06/2024 (31/12/2023 – 8,70%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 4.957/2021, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência.

**(a) Composição**

Descrição	Vida útil (em anos)	INDIVIDUAL				
		30/06/2024			31/12/2023	
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	-	<b>1.803.979</b>	<b>(871.117)</b>	<b>(90.245)</b>	<b>902.617</b>	<b>908.144</b>
Edificações	25	1.596.402	(871.117)	(28.500)	696.785	701.690
Terrenos	-	207.577	-	(1.745)	205.832	206.454
<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>5</b>	<b>2.464.955</b>	<b>(1.944.382)</b>	<b>(143)</b>	<b>520.430</b>	<b>499.576</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	-	<b>294.029</b>	-	-	<b>294.029</b>	<b>260.853</b>
<b>Móveis e equipamentos de uso</b>	-	<b>6.436.816</b>	<b>(5.310.861)</b>	-	<b>1.125.955</b>	<b>1.045.584</b>
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	857.193	(713.301)	-	143.892	135.168
Sistema de processamento de dados	5	5.579.623	(4.597.560)	-	982.063	910.416
<b>Móveis em estoque e outros equipamentos</b>	-	<b>787.309</b>	<b>(557.982)</b>	<b>(9.087)</b>	<b>220.240</b>	<b>188.569</b>
<b>Total</b>		<b>11.787.088</b>	<b>(8.684.342)</b>	<b>(99.475)</b>	<b>3.063.271</b>	<b>2.902.726</b>

Descrição	Vida útil (em anos)	CONSOLIDADO				
		30/06/2024			31/12/2023	
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	-	<b>1.803.979</b>	<b>(871.117)</b>	<b>(90.245)</b>	<b>902.617</b>	<b>908.144</b>
Edificações	25	1.596.402	(871.117)	(28.500)	696.785	701.690
Terrenos	-	207.577	-	(1.745)	205.832	206.454
<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>5</b>	<b>2.464.955</b>	<b>(1.944.382)</b>	<b>(143)</b>	<b>520.430</b>	<b>499.576</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	-	<b>294.029</b>	-	-	<b>294.029</b>	<b>260.853</b>
<b>Móveis e equipamentos de uso</b>	-	<b>6.436.875</b>	<b>(5.310.911)</b>	-	<b>1.125.964</b>	<b>1.045.595</b>
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	857.213	(713.321)	-	143.892	135.168
Sistema de processamento de dados	5	5.579.662	(4.597.590)	-	982.072	910.427
<b>Móveis em estoque e outros equipamentos</b>	-	<b>787.309</b>	<b>(557.982)</b>	<b>(9.087)</b>	<b>220.240</b>	<b>188.569</b>
<b>Total</b>		<b>11.787.147</b>	<b>(8.684.392)</b>	<b>(99.475)</b>	<b>3.063.280</b>	<b>2.902.737</b>

**(b) Movimentação**

Descrição	INDIVIDUAL					30/06/2024
	31/12/2023	Movimentação			Líquido	
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas		
<b>Imóveis de uso</b>	<b>908.144</b>	<b>19.322</b>	-	-	<b>(24.849)</b>	<b>902.617</b>
Edificações	701.690	19.944	-	-	(24.849)	696.785
Terrenos	206.454	(622)	-	-	-	205.832
<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>499.576</b>	<b>120.614</b>	-	<b>(166)</b>	<b>(99.594)</b>	<b>520.430</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>260.853</b>	<b>(140.782)</b>	<b>173.958</b>	-	-	<b>294.029</b>
<b>Móveis e equipamentos de uso</b>	<b>1.045.584</b>	<b>3.915</b>	<b>398.895</b>	<b>(56)</b>	<b>(322.383)</b>	<b>1.125.955</b>
Sistema de comunicação e de segurança	135.168	10.050	26.405	(11)	(27.720)	143.892
Sistema de processamento de dados	910.416	(6.135)	372.490	(45)	(294.663)	982.063
<b>Móveis em estoque e outros equipamentos</b>	<b>188.569</b>	<b>(27.479)</b>	<b>82.350</b>	<b>(1.931)</b>	<b>(21.269)</b>	<b>220.240</b>
<b>Total</b>	<b>2.902.726</b>	<b>(24.410)</b>	<b>655.203</b>	<b>(2.153)</b>	<b>(468.095)</b>	<b>3.063.271</b>

Descrição	CONSOLIDADO					30/06/2024
	31/12/2023	Movimentação			Líquido	
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas		
<b>Imóveis de uso</b>	<b>908.144</b>	<b>19.322</b>	-	-	<b>(24.849)</b>	<b>902.617</b>
Edificações	701.690	19.944	-	-	(24.849)	696.785
Terrenos	206.454	(622)	-	-	-	205.832
<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>499.576</b>	<b>120.614</b>	-	<b>(166)</b>	<b>(99.594)</b>	<b>520.430</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>260.853</b>	<b>(140.782)</b>	<b>173.958</b>	-	-	<b>294.029</b>
<b>Móveis e equipamentos de uso</b>	<b>1.045.595</b>	<b>3.915</b>	<b>398.889</b>	<b>(56)</b>	<b>(322.379)</b>	<b>1.125.964</b>
Sistema de comunicação e de segurança	135.168	10.050	26.405	(11)	(27.720)	143.892
Sistema de processamento de dados	910.427	(6.135)	372.484	(45)	(294.659)	982.072
<b>Móveis em estoque e outros equipamentos</b>	<b>188.569</b>	<b>(27.479)</b>	<b>82.350</b>	<b>(1.931)</b>	<b>(21.269)</b>	<b>220.240</b>
<b>Total</b>	<b>2.902.737</b>	<b>(24.410)</b>	<b>655.197</b>	<b>(2.153)</b>	<b>(468.091)</b>	<b>3.063.280</b>

**Nota 13 – Intangível****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	30/06/2024			31/12/2023	
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.234.444	(1.473.766)	-	1.760.678	1.164.663
Projetos logiciais – software	2.704.535	(1.834.375)	(26.551)	843.609	971.851
Outros intangíveis	1.729.914	(1.096.133)	-	633.781	863.417
<b>Total</b>	<b>7.668.893</b>	<b>(4.404.274)</b>	<b>(26.551)</b>	<b>3.238.068</b>	<b>2.999.931</b>

**(b) Movimentação**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	31/12/2023	Movimentação			30/06/2024
	Líquido	Adições	Baixas	Amortizações	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.164.663	832.759	(15.617)	(221.127)	1.760.678
Projetos logiciais – software	971.851	95.029	(58.435)	(164.836)	843.609
Outros intangíveis	863.417	148.507	(24.454)	(353.689)	633.781
<b>Total</b>	<b>2.999.931</b>	<b>1.076.295</b>	<b>(98.506)</b>	<b>(739.652)</b>	<b>3.238.068</b>

**Nota 14 – Outros ativos****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda e material de estoque (b) (1)	5.701.669	4.758.230	5.701.669	4.758.230
Relações interfinanceiras e interdependências	1.128.609	1.287.041	1.128.609	1.287.041
Antecipações salariais e outros adiantamentos	1.704.555	1.211.356	1.704.903	1.211.602
Valores a apropriar (2)	986.296	1.180.593	986.296	1.180.593
Dividendos e JCP a receber	695.100	1.358.422	351.950	621.236
Valores a receber – FND (3)	742.751	723.031	742.751	723.031
Despesas antecipadas	225.337	140.929	226.608	142.888
Créditos específicos	97.194	98.814	97.194	98.814
Valores a ressarcir – FGTS	15.048	33.803	15.048	33.803
Devedores diversos	779.553	890.897	772.696	884.228
<b>Total</b>	<b>12.076.112</b>	<b>11.683.116</b>	<b>11.727.724</b>	<b>10.941.466</b>
Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos	(1.145.677)	(1.042.719)	(1.145.677)	(1.042.719)
<b>Total líquido de provisão</b>	<b>10.930.435</b>	<b>10.640.397</b>	<b>10.582.047</b>	<b>9.898.747</b>
Ativo circulante	10.718.212	10.282.447	10.369.795	9.540.797
Ativo não circulante	212.223	357.950	212.252	357.950

(1) Variação decorrente, principalmente, da maior quantidade de imóveis retomados, no montante de R\$ 736.091.

(2) Representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário.

(3) Inclui créditos da CAIXA junto à União referentes a cotas e dividendos do FND no montante de R\$ 742.751, em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 723.021).



**(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2024	31/12/2023	
Ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidas	5.625.097	4.676.224	
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios	54.828	53.975	
Material de consumo	21.744	28.031	
<b>Total</b>	<b>5.701.669</b>	<b>4.758.230</b>	
Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos	(1.101.869)	(998.910)	
<b>Total líquido de provisão</b>	<b>4.599.800</b>	<b>3.759.320</b>	

**(c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2024		2023	
	1º semestre		1º semestre	
<b>Saldo inicial</b>	<b>(998.910)</b>		<b>(927.853)</b>	
Constituição	(363.440)		(377.492)	
Baixas	260.481		308.435	
<b>Saldo final</b>	<b>(1.101.869)</b>		<b>(996.910)</b>	

## Nota 15 – Recursos de clientes

### (a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>55.443.097</b>	-	-	-	<b>55.443.097</b>	<b>49.376.365</b>	<b>55.442.577</b>	<b>49.375.983</b>
Pessoas jurídicas	22.973.053	-	-	-	22.973.053	21.319.669	22.972.533	21.319.287
Pessoas físicas	26.383.891	-	-	-	26.383.891	22.133.720	26.383.891	22.133.720
Vinculados	2.787.766	-	-	-	2.787.766	2.372.703	2.787.766	2.372.703
Governo	2.118.875	-	-	-	2.118.875	2.133.798	2.118.875	2.133.798
Entidades públicas	96.568	-	-	-	96.568	345.807	96.568	345.807
Contas encerradas	274.829	-	-	-	274.829	281.859	274.829	281.859
Instituições do sistema financeiro	24.371	-	-	-	24.371	9.839	24.371	9.839
Outros	783.744	-	-	-	783.744	778.970	783.744	778.970
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>374.543.004</b>	-	-	-	<b>374.543.004</b>	<b>358.327.553</b>	<b>374.543.004</b>	<b>358.327.553</b>
Pessoas físicas	363.880.668	-	-	-	363.880.668	348.521.583	363.880.668	348.521.583
Contas encerradas	5.657.930	-	-	-	5.657.930	5.536.031	5.657.930	5.536.031
Pessoas jurídicas	5.004.406	-	-	-	5.004.406	4.268.029	5.004.406	4.268.029
Outros	-	-	-	-	-	1.910	-	1.910
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>119.458.340</b>	<b>7.753.301</b>	<b>29.727.707</b>	<b>117.126.316</b>	<b>274.065.664</b>	<b>274.997.042</b>	<b>274.065.664</b>	<b>274.997.042</b>
Depósitos Judiciais	119.458.340	-	-	-	119.458.340	153.221.059	119.458.340	153.221.059
CDB	-	7.753.301	29.727.707	117.126.316	154.607.324	121.775.983	154.607.324	121.775.983
<b>Depósitos especiais e de fundos e programas</b>	<b>37.139.811</b>	-	-	-	<b>37.139.811</b>	<b>31.373.499</b>	<b>37.139.811</b>	<b>31.373.499</b>
<b>Total</b>	<b>586.584.252</b>	<b>7.753.301</b>	<b>29.727.707</b>	<b>117.126.316</b>	<b>741.191.576</b>	<b>714.074.459</b>	<b>741.191.056</b>	<b>714.074.077</b>
Passivo circulante					624.065.260	619.101.241	624.064.740	619.100.859
Passivo não circulante					117.126.316	94.973.218	117.126.316	94.973.218

**(b) Depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (1)	10.256.369	7.754.634
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM (2)	10.147.275	6.100.000
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	4.795.856	5.794.215
Fundo Garantia Safrá – FGS	1.386.693	1.935.056
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	2.122.753	1.624.393
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	1.967.917	1.566.181
Garantia crédito hipotecária	1.295.731	1.479.573
Depósitos – PREVHAB	1.347.655	1.284.215
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	1.227.902	1.157.208
Depósitos especiais com remuneração – SRF	1.074.605	943.166
Incrá	852.736	810.454
Fundo de apoio e desenvolvimento PPP – FEP CAIXA	310.102	317.906
Outros	354.217	606.498
<b>Total</b>	<b>37.139.811</b>	<b>31.373.499</b>

(1) Variação decorrente do aporte de recursos ao Programa Minha Casa Minha Vida.

(2) Variação decorrente de aporte de recursos.

**(c) Despesas com recursos de clientes**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(11.383.949)	(13.220.536)	(11.383.949)	(13.220.536)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(7.001.580)	(5.606.155)	(7.001.580)	(5.592.603)
Depósitos judiciais	(4.413.606)	(4.338.134)	(4.413.606)	(4.338.134)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(1.736.737)	(1.160.835)	(1.736.737)	(1.160.835)
Outras captações	(428.281)	(343.200)	(428.281)	(343.200)
<b>Total</b>	<b>(24.964.153)</b>	<b>(24.668.860)</b>	<b>(24.964.153)</b>	<b>(24.655.308)</b>

**(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
Depósitos – FAR (1)	(457.285)	(58.350)
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	(344.246)	(314.073)
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM (2)	(313.481)	-
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	(122.733)	(86.211)
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	(88.098)	(72.781)
Fundo Garantia Safra – FGS	(80.584)	(82.509)
Depósitos – PREVHAB	(66.905)	(74.135)
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	(60.750)	(224.208)
Depósitos – Tesouro Nacional	(39.606)	(43.510)
Subsídios programas de habitação	(28.210)	(59.854)
FUNGETUR	(16.518)	(36.111)
Depósitos – Caução	(14.174)	(21.603)
Outros	(104.147)	(87.490)
<b>Total</b>	<b>(1.736.737)</b>	<b>(1.160.835)</b>

(1) Variação decorrente do aporte de recursos ao Programa Minha Casa Minha Vida.

(2) Aporte ao fundo social destinado à permanência de estudantes no ensino médio.

**Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>467.714.128</b>	<b>435.176.849</b>	<b>467.714.128</b>	<b>435.176.849</b>
FGTS	444.875.956	411.615.210	444.875.956	411.615.210
BNDES	17.895.471	18.582.325	17.895.471	18.582.325
Fundo da Marinha Mercante	2.255.631	2.232.712	2.255.631	2.232.712
Tesouro Nacional	19.253	13.666	19.253	13.666
Repasses do exterior	218.177	259.590	218.177	259.590
Empréstimos no exterior	1.525.370	1.428.282	1.525.370	1.428.282
Outras	924.270	1.045.064	924.270	1.045.064
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>222.339.919</b>	<b>227.605.105</b>	<b>222.004.338</b>	<b>226.703.277</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>136.734.203</b>	<b>171.528.658</b>	<b>136.398.622</b>	<b>170.626.830</b>
Letras Financeiras do Tesouro	75.537.371	81.738.480	75.537.371	81.738.480
Letras do Tesouro Nacional	53.267.905	83.834.036	52.932.324	82.932.208
Certificados de Recebíveis Imobiliários	3.052.173	2.705.989	3.052.173	2.705.989
Debêntures	4.876.754	3.250.153	4.876.754	3.250.153
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>85.605.716</b>	<b>56.076.447</b>	<b>85.605.716</b>	<b>56.076.447</b>
Letras do Tesouro Nacional	39.529.338	28.902.560	39.529.338	28.902.560
Notas do Tesouro Nacional	46.076.378	27.173.887	46.076.378	27.173.887
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>2.043.954</b>	<b>2.242.722</b>	<b>2.043.954</b>	<b>2.242.722</b>
<b>Total</b>	<b>692.098.001</b>	<b>665.024.676</b>	<b>691.762.420</b>	<b>664.122.848</b>
Passivo circulante	228.416.575	235.585.780	228.080.994	234.683.952
Passivo não circulante	463.681.426	429.438.896	463.681.426	429.438.896

**Repasses no país – FGTS**

Os recursos repassados pelo FGTS são destinados à aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 4,85% a.a. (habitação 4,77% a.a.; saneamento 5,61% a.a.; infraestrutura 5,86% a.a.; saúde 5,83% a.a.) e prazo médio de retorno de 272 meses (habitação – 284 meses; saneamento – 137 meses; infraestrutura – 156 meses; saúde – 74 meses).

**Repasses do exterior**

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de SOFR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

**Empréstimos no exterior**

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas à taxa de juros externa de até 6,92% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimento em até 2025.

**(b) Despesas com recursos de instituições financeiras e outras**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>Empréstimos e repasses</b>	<b>(14.176.772)</b>	<b>(15.217.838)</b>	<b>(14.176.772)</b>	<b>(15.122.099)</b>
FGTS	(13.010.496)	(14.211.471)	(13.010.496)	(14.211.471)
BNDÉS	(702.716)	(890.406)	(702.716)	(890.406)
Fundo Marinha Mercante	(121.750)	(30.948)	(121.750)	(30.948)
Repasses do exterior	(37.142)	(21.730)	(37.142)	18.961
Empréstimos no exterior	(249.091)	-	(249.091)	55.048
Outras	(55.577)	(63.283)	(55.577)	(63.283)
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>(12.572.294)</b>	<b>(17.447.886)</b>	<b>(12.525.483)</b>	<b>(17.371.278)</b>
Carteira própria	(8.101.073)	(9.776.752)	(8.054.262)	(9.776.752)
Carteira de terceiros	(4.471.221)	(7.671.134)	(4.471.221)	(7.594.526)
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>(116.909)</b>	<b>(178.710)</b>	<b>(116.909)</b>	<b>(178.710)</b>
<b>Total</b>	<b>(26.865.975)</b>	<b>(32.844.434)</b>	<b>(26.819.164)</b>	<b>(32.672.087)</b>

**Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Recursos aceitos e emissão de títulos (b)	184.816.760	165.377.995	184.816.760	165.377.995
Instrumentos financeiros subordinados (c)	36.160.668	36.706.423	36.160.668	36.706.424
IHCD – Principal autorizado (d)(1)	34.327.964	33.047.744	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida (2)	1.076.324	2.037.317	1.076.324	2.037.317
<b>Total</b>	<b>256.381.716</b>	<b>237.169.479</b>	<b>222.053.752</b>	<b>204.121.736</b>
Passivo circulante	38.819.981	38.122.429	38.819.981	38.122.429
Passivo não circulante	217.561.735	199.047.050	183.233.771	165.999.307

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizado a compor o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

(2) Composto por juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporado ao principal.

A CAIXA possui 13 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 5 Letras Financeiras Subordinadas – LFS, conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

**Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS**

A CAIXA possui 8 Instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.958/2021 que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

**Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)**

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R\$ 1.718.700, desse total R\$1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

**Letras Financeiras Subordinadas – Nível II**

A CAIXA possui 5 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 6.000 todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo Bacen.

**(b) Recursos de aceites e emissão de títulos**

Captações	Rem. a.a. /Indexador	Vencimento				30/06/2024	31/12/2023
		INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliária	CDI	6.353.979	13.836.059	14.496.120	127.831.428	162.517.586	146.535.425
Letra de crédito imobiliária	TR	-	-	-	16.379	16.379	19.591
Letra financeira	IPCA	10.779	-	3.631	2.510.449	2.524.859	1.782.637
Letra financeira	CDI	-	4.395.420	-	-	4.395.420	4.165.683
Letra de crédito do agronegócio	CDI	628.105	299.149	775.429	13.659.833	15.362.516	12.874.659
<b>Total</b>		<b>6.992.863</b>	<b>18.530.628</b>	<b>15.275.180</b>	<b>144.018.089</b>	<b>184.816.760</b>	<b>165.377.995</b>

**(c) Instrumentos Financeiros Subordinados**

Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Data da captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 30/06/2024	Saldo devedor 31/12/2023
<b>Nível I – Complementar (1)</b>								
Letras financeiras elegíveis								
Perpétua	114 % Selic	set/19	1.113.000	81.269	-	-	1.194.269	1.126.950
Perpétua	114 % Selic	out/19	4200	296	-	-	4.496	4.243
Perpétua	114 % Selic	nov/19	601.500	42.448	-	-	643.948	607.650
<b>Nível II (1)</b>								
Instrumento de dívida subordinada – FGTS								
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	2.832.007	-	-	6.832.007	6.648.042
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	2.068.616	-	-	6.068.616	5.906.494
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	1.873.177	-	-	5.873.177	5.713.245
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	1.864.280	-	-	4.864.280	4.734.400
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.876.639	(1.586.000)	-	3.290.639	3.482.107
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.312.060	(1.272.323)	-	3.039.737	3.188.667
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.119.293	(3.733.105)	-	1.386.188	1.758.184
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	944.712	-	-	2.944.712	2.858.874
Letras financeiras elegíveis (1)								
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	-	-	-	-	-	659.595
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	2.518	-	50	3.768	3.639
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	2.483	-	44	3.727	3.604
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	4.971	-	77	7.448	7.191
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	2.419	-	37	3.656	3.538
<b>Total</b>			<b>27.724.700</b>	<b>15.027.188</b>	<b>(6.591.428)</b>	<b>208</b>	<b>36.160.668</b>	<b>36.706.423</b>

(1) A composição do PR está detalhada na Nota Explicativa 33 (h).

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizam um montante de R\$ 124.013 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 20.143).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos IHCD somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

**(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2024	31/12/2023	
Contrato 348/2007	16.217.366	14.937.146	
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000	
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598	
Contratos 869/2013	5.000.000	5.000.000	
<b>Total</b>	<b>34.327.964</b>	<b>33.047.744</b>	

**(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>Recursos de emissões de Letras</b>	<b>(8.810.115)</b>	<b>(6.382.681)</b>	<b>(8.810.115)</b>	<b>(6.382.681)</b>
Letras de crédito imobiliário	(7.653.459)	(5.548.859)	(7.653.459)	(5.548.859)
Letras financeiras	(473.271)	(533.609)	(473.271)	(533.609)
Com subordinação	(131.312)	(172.409)	(131.312)	(172.409)
Sem subordinação	(341.959)	(361.200)	(341.959)	(361.200)
Letras de crédito do agronegócio	(683.385)	(300.213)	(683.385)	(300.213)
<b>Instrumentos híbridos de capital e dívida</b>	<b>(923.460)</b>	<b>(716.938)</b>	<b>(475.722)</b>	<b>(418.799)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.733.575)</b>	<b>(7.099.619)</b>	<b>(9.285.837)</b>	<b>(6.801.480)</b>



**Nota 18 – Outros passivos financeiros****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Recursos para destinação específica (b)	18.600.628	19.953.147	18.600.242	19.953.147
Receitas antecipadas (c)	8.716.208	8.969.708	8.716.208	8.969.708
Obrigações por operações vinculadas a cessão	3.682.695	4.043.693	3.682.695	4.043.693
Carteira de câmbio	1.752.957	1.852.388	1.752.957	1.852.388
Recursos do FGTS para amortização	1.093.739	1.063.116	1.093.739	1.063.116
Recursos vinculados a operações de crédito	1.115.008	1.051.931	1.115.008	1.051.931
Negociação e intermediação de valores	38.391	7.433	38.546	7.479
Obrigações por transações de pagamento	2.024	140	2.024	140
<b>Total</b>	<b>35.001.650</b>	<b>36.941.556</b>	<b>35.001.419</b>	<b>36.941.602</b>
Passivo circulante	26.272.217	27.829.414	26.271.986	27.829.460
Passivo não circulante	8.729.433	9.112.142	8.729.433	9.112.142

**(b) Recursos para destinação específica**

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Recursos para destinação específica apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R\$ 386 em 30/06/2024 no item Operações com loterias.

Descrição	INDIVIDUAL	
	30/06/2024	31/12/2023
<b>Fundos e programas sociais</b>	<b>16.347.790</b>	<b>15.582.421</b>
Remuneração do agente financeiro - FGTS	9.245.106	8.912.147
Programas habitacionais de interesse social	1.655.959	1.676.866
Programas de transferência de renda (1)	1.995.871	1.314.677
Minha Casa Minha Vida - MCMV	1.701.596	1.098.257
Remuneração do agente financeiro - OGU	675.534	832.418
Recursos do FGTS	254.313	815.405
FIES	529.437	654.482
Outros fundos e programas	289.974	278.169
<b>Fundos financeiros e de desenvolvimento</b>	<b>438.735</b>	<b>982.484</b>
FAT	437.254	981.003
FINSOCIAL	1.481	1.481
<b>Operações com loterias</b>	<b>1.814.103</b>	<b>3.388.242</b>
<b>Total</b>	<b>18.600.628</b>	<b>19.953.147</b>

(1) Inclui em 30/06/2024 o montante de R\$ 663.456 (31/12/2023 – R\$ 852.963), referente aos recursos destinados ao pagamento do Novo Boka Família.

**(c) Receitas antecipadas**

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 30/06/2024 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, no montante de R\$ 575.000 (31/12/2023 - R\$ 625.000) referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA.
- CNP (Holding XS1) no montante de R\$ 6.020.000 (31/12/2023 - R\$ 6.160.000) em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045.
- Tokio Marine (XS3) no montante de R\$ 1.254.000 (31/12/2023 - R\$ 1.292.000), CNP (XS5) no montante de R\$ 209.375 (31/12/2023 - R\$ 215.625), Icatu (XS4) no montante de R\$ 150.750 (31/12/2023 - R\$ 155.250) e Tempo (XS6) no montante de R\$ 24.750 (31/12/2023 - R\$ 25.500) em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade.
- FISERV, no montante de R\$ 134.000 (31/12/2023 - R\$ 138.000), buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões.
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR ("VR-FLEETCOR"), no montante de R\$ 348.333 (31/12/2023 - R\$ 358.333, para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento Pré-Pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões.

**Nota 19 – Provisões****(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhistas (b.2)	6.675.884	7.014.653
Cíveis (b.3)	4.183.292	3.927.938
Fiscais (b.4)	585.221	651.757
Pré-pagamento FGTS (c)	1.697.882	1.592.649
Balsa família (d)	-	322.230
Garantias financeiras prestadas (e)	63.427	80.244
Demais	24.042	27.703
<b>Total</b>	<b>13.229.748</b>	<b>13.617.174</b>
Passivo circulante	5.193.761	5.464.074
Passivo não circulante	8.035.987	8.153.100

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

**(b) Provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza as seguintes metodologias para calcular o valor provável de desembolso:

a) metodologia individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) metodologia massificada em que o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis;

c) metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas e habitacionais e de feitos diversos para 100% dos expedientes rotineiros em fase de conhecimento, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição.

#### (b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2023	Movimentação					30/06/2024
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões	Baixas por pagamento	
<b>Trabalhistas (b.2)</b>	<b>7.014.653</b>	<b>278.905</b>	<b>207.929</b>	<b>1.799.643</b>	<b>(608.472)</b>	<b>(2.016.774)</b>	<b>6.675.884</b>
<b>Cíveis (b.3)</b>	<b>3.927.938</b>	<b>176.710</b>	<b>62.359</b>	<b>1.167.768</b>	<b>(699.890)</b>	<b>(451.593)</b>	<b>4.183.292</b>
Feitos Diversos	1.436.313	142.905	25.401	748.738	(354.971)	(269.782)	1.728.604
Paupança - Planos Econômicos	765.770	7.047	5.373	83.409	(22.685)	(51.350)	787.564
Contingenciamento do FGTS	1.072.540	-	25.508	103.666	(233.695)	(14.620)	953.399
Habitacional	653.315	26.758	6.077	231.955	(88.539)	(115.841)	713.725
<b>Fiscais (b.4)</b>	<b>651.757</b>	<b>28.965</b>	<b>11.918</b>	<b>38.300</b>	<b>(111.234)</b>	<b>(34.485)</b>	<b>585.221</b>
ISSQN	424.872	22.189	9.156	17.330	(105.094)	(4.694)	363.759
INSS	21.313	-	634	825	(53)	(16.531)	6.188
IPTU	82.061	3.614	679	10.274	(3.973)	(2.228)	90.427
Outros	123.511	3.162	1.449	9.871	(2.114)	(11.032)	124.847
<b>Total</b>	<b>11.594.348</b>	<b>484.580</b>	<b>282.206</b>	<b>3.005.711</b>	<b>(1.419.596)</b>	<b>(2.502.852)</b>	<b>11.444.397</b>

#### (b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/06/2024, constavam 56.673 processos trabalhistas provisionados (57.791 em 31/12/2023), sendo 29.259 sujeitos à metodologia massificada (30.015 em 31/12/2023) e 27.414 sujeitos à metodologia individualizada (27.776 em 31/12/2023).

Visando a reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

**(b.3) Ações cíveis**

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/06/2024, constavam 366.598 processos cíveis provisionados (344.473 em 31/12/2023), sendo 336.692 sujeitos à metodologia massificada (315.161 em 31/12/2023) e 29.906 sujeitos à metodologia individualizada (29.312 em 31/12/2023).

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30/06/2024, foi provisionado R\$ 787.564 para estes processos (31/12/2023 – R\$ 765.771).

O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas ao Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017, FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site <https://portalaacordo.pagamentodapoupanca.com.br/> e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF uma prorrogação inicial de 30 meses e após analisados os resultados obtidos, em dezembro de 2022, o STF homologou uma segunda prorrogação de mais 30 meses.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/06/2024, para estes processos é de R\$ 953.398 (31/12/2023 – R\$ 1.072.538).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2024 a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 30/06/2024, realizou 29.759 acordos processuais (46% referente a ações indenizatórias e 54% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

**(b.4) Obrigações fiscais e previdenciárias**

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, repositados para 30/06/2024, correspondem ao total de R\$ 1.828.050 (31/12/2023 – R\$ 1.798.813), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 6.188 (31/12/2023 – R\$ 21.312).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação atuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/06/2024, corresponde ao montante de R\$ 1.426.857 (31/12/2023 – R\$ 1.389.251).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/06/2024, o valor da provisão constituída é de R\$ 363.762 (31/12/2023 – R\$ 424.873).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, as quais, em 30/06/2024, totalizam R\$ 24.010 (31/12/2023 – R\$ 23.364), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

#### **(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS**

Os financiamentos habitacionais, concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratada, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente a essa devolução de recursos ao FGTS, é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

#### **(d) Provisão para devolução de recursos do Programa Bolsa Família**

No âmbito da prestação de serviços regida por instrumento contratual, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) apresentou à CAIXA solicitação de restituição de valores referentes ao Programa Bolsa Família. Os valores provisionados foram restituídos ao MDS em 08/01/2024, conforme Negócio Jurídico Processual firmado entre a CAIXA e o ministério no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

**(e) Garantias financeiras prestadas**

Carteira	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Exposição de Garantias Prestadas			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Exposição	Provisão	Exposição	Provisão
Repasses – Entidades	30.505.800	(37.471)	30.770.079	(43.121)
FIES	136.456	(25.956)	164.344	(37.123)
PAR (Recursos FAR) (1)	5.030	(2.600)	7.081	(3.539)
<b>Total</b>	<b>30.647.286</b>	<b>(66.027)</b>	<b>30.941.504</b>	<b>(83.783)</b>

(1) Valor referente ao Programa de Arrendamento Residencial com recursos do FAR, classificado no ativo como perdas associadas ao risco de crédito.

Os repasses às outras entidades estão concentrados junto às Instituições Financeiras e Entidades Públicas, onde a CAIXA fornece ao FGTS garantia sobre os valores repassados. Dessa forma, o cálculo da provisão leva em consideração o rating das entidades tomadoras e a LGD (valor recuperável) das operações de crédito relacionadas às garantias sub-rogadas à instituição.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e avaliada conforme estabelecida na Resolução CMN nº 2.682/1999.

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo rating, tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

**(f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis****(f.1) Demandas fiscais**

A CAIXA mantém o acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 10.273.636 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 10.019.712), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R\$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R\$ 8.968.796 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 8.757.608). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o recurso sido distribuído por sorteio em 04/05/2023 à 8ª Turma daquele Tribunal, aguardando julgamento desde então;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 251.555 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 248.295), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R\$ 208.954 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 205.081), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 339.070 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 303.484), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 30/06/2024 a) Federais totalizam R\$1.486 (31/12/2023 – R\$ 1.467); b) Previdenciários somam R\$ 67.318 (31/12/2023 – R\$ 67.318); e c) Regionais correspondem a R\$ 436.457 (31/12/2023 – R\$ 436.457).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

## (f.2) Demandas cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 2.292.472 em 30/06/2024 (31/12/2023 – R\$ 2.236.008) refere-se a uma ação popular com probabilidade de perda possível, na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. Em junho foi publicada decisão monocrática negando provimento ao Recurso Especial da parte autora com expectativa de trânsito em julgado para o terceiro trimestre de 2024.

## (g) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2024	31/12/2023	
Demandas fiscais	13.795.532	13.414.537	
Demandas trabalhistas	6.414.577	6.426.404	
Demandas cíveis	913.016	910.901	
<b>Total</b>	<b>21.123.125</b>	<b>20.751.842</b>	

## Nota 20 – Tributos

### (a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>Tributos correntes</b>	<b>(41.898)</b>	<b>(398.733)</b>	<b>(646.232)</b>	<b>(985.495)</b>
<b>Tributos diferidos</b>	<b>2.768.352</b>	<b>2.707.219</b>	<b>2.764.819</b>	<b>2.703.469</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>729.959</b>	<b>(244.173)</b>	<b>726.166</b>	<b>(247.917)</b>
Títulos para negociação/Objeto de hedge	859.828	(217.084)	859.828	(217.084)
Depósito em garantia	(129.869)	(27.089)	(129.869)	(27.089)
Outras	-	-	(3.793)	(3.744)
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>2.038.393</b>	<b>2.951.386</b>	<b>2.038.653</b>	<b>2.951.386</b>
Diferenças temporárias - constituição/ realização	2.789.066	3.118.275	2.789.326	3.118.275
Prejuízo fiscal/Base negativa	(750.673)	(166.889)	(750.673)	(166.889)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>2.726.454</b>	<b>2.308.480</b>	<b>2.118.587</b>	<b>1.717.974</b>

### (b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>3.447.105</b>	<b>2.718.034</b>	<b>4.770.277</b>	<b>3.924.139</b>
Encargo IRPJ e CSLL	(1.551.197)	(1.223.115)	(2.146.625)	(1.765.863)
Efeitos tributários adições e exclusões	1.037.937	(313.056)	2.523.776	1.730.454
Juros sobre o capital própria	511.708	389.755	511.708	389.755
Participação em coligadas e controladas	889.469	904.755	273.405	(2.080)
Realização/apuração prejuízo fiscal e base negativa CSLL	14.215	149.605	14.215	149.605
Participação dos empregados nos lucros	(374.795)	(363.526)	(374.795)	(363.526)
Outras	(569.235)	56.849	(1.447.916)	(1.123.840)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	<b>(41.898)</b>	<b>(398.733)</b>	<b>(646.232)</b>	<b>(985.495)</b>

### (c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ajustes a valor de mercado de títulos para negociação	480.727	1.431.941	480.727	1.431.941
Atualização monetária de depósito em garantia	3.034.855	2.904.986	3.034.855	2.904.986
Outras	15.427	13.885	20.363	13.892
<b>Total do passivo fiscal diferido no resultado</b>	<b>3.531.009</b>	<b>4.350.812</b>	<b>3.535.945</b>	<b>4.350.819</b>
Marcação a mercado	434.123	550.328	434.123	550.328
Outras	51.252	54.461	51.252	54.461
<b>Total do passivo fiscal diferido no PL</b>	<b>485.375</b>	<b>604.789</b>	<b>485.375</b>	<b>604.789</b>
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>4.016.384</b>	<b>4.955.601</b>	<b>4.021.320</b>	<b>4.955.608</b>



**(d) Ativo fiscal diferido**

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	31/12/2023	Constituição	Reversão	30/06/2024	31/12/2023	Constituição	Reversão	30/06/2024
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>50.121.998</b>	<b>16.518.344</b>	<b>(13.746.045)</b>	<b>52.894.292</b>	<b>50.122.000</b>	<b>16.518.600</b>	<b>(13.746.045)</b>	<b>52.894.555</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.660.536	12.312.020	(10.497.466)	32.475.090	30.660.536	12.312.020	(10.497.466)	32.475.090
Passivos atuariais	4.231.814	318.021	(311.239)	4.238.596	4.231.814	318.021	(311.239)	4.238.596
Provisões trabalhistas	3.156.593	498.572	(651.018)	3.004.147	3.156.593	498.572	(651.018)	3.004.147
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	1.312.041	778.907	(1.313.031)	777.917	1.312.041	778.907	(1.313.031)	777.917
Provisão para Perdas – FCVS a receber	3.298.177	855.057	(366.350)	3.786.884	3.298.177	855.057	(366.350)	3.786.884
Provisões cíveis	1.767.571	114.936	(26)	1.882.481	1.767.571	114.936	(26)	1.882.481
Prov. para desvalorização - ativos mantidos para venda	449.511	69.769	(23.438)	495.842	449.511	69.769	(23.438)	495.842
Provisões fiscais	282.778	31.201	(61.433)	252.546	282.778	31.201	(61.433)	252.546
Despesas de captação não incorridas – IHCD	-	450.960	(14)	450.946	-	450.960	(14)	450.946
Outras	4.962.972	1.088.901	(522.030)	5.529.843	4.962.979	1.089.157	(522.030)	5.530.106
<b>Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL</b>	<b>4.334.768</b>	<b>-</b>	<b>(750.672)</b>	<b>3.584.096</b>	<b>4.334.768</b>	<b>-</b>	<b>(750.672)</b>	<b>3.584.096</b>
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL a realizar	4.334.768	-	(750.672)	3.584.096	4.334.768	-	(750.672)	3.584.096
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>54.456.761</b>	<b>16.518.344</b>	<b>(14.496.717)</b>	<b>56.478.388</b>	<b>54.456.768</b>	<b>16.518.600</b>	<b>(14.496.717)</b>	<b>56.478.651</b>
Passivos atuariais	6.314.306	979.701	(791.136)	6.502.871	6.314.306	979.701	(791.136)	6.502.871
Outras	915.522	-	-	915.522	915.522	-	-	915.522
<b>Total dos créditos com impacto no PL</b>	<b>7.229.828</b>	<b>979.701</b>	<b>(791.136)</b>	<b>7.418.393</b>	<b>7.229.828</b>	<b>979.701</b>	<b>(791.136)</b>	<b>7.418.393</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>61.686.589</b>	<b>17.498.045</b>	<b>(15.287.853)</b>	<b>63.896.781</b>	<b>61.686.596</b>	<b>17.498.301</b>	<b>(15.287.853)</b>	<b>63.897.044</b>
<b>Total dos créditos não constituídos</b>	<b>120.791</b>	<b>-</b>	<b>(106)</b>	<b>120.685</b>	<b>120.791</b>	<b>-</b>	<b>(106)</b>	<b>120.685</b>

**(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido**

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
2024	5.884.984	5.822.509	5.884.984	5.822.509
2025	7.411.730	6.727.566	7.411.730	6.727.566
2026	12.396.321	10.322.970	12.396.321	10.322.970
2027	6.554.619	5.030.713	6.554.619	5.030.713
2028	5.874.985	4.165.441	5.874.985	4.165.441
2029	5.847.680	3.856.820	5.847.680	3.856.820
2030	4.577.095	2.808.195	4.577.095	2.808.195
2031	2.193.679	1.251.993	2.193.679	1.251.993
2032	2.030.261	1.082.921	2.030.261	1.082.921
2033	8.117.793	4.046.684	8.117.793	4.046.684
2034	3.007.634	1.401.207	3.007.897	1.401.454
<b>Total</b>	<b>63.896.781</b>	<b>46.517.019</b>	<b>63.897.044</b>	<b>46.517.266</b>

**Nota 21 – Benefícios a empregados****(a) Benefícios de curto prazo**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

**(b) Benefícios pós-emprego**

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

**(c) Composição da provisão para benefícios a empregados**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>6.063.002</b>	<b>4.937.705</b>	<b>6.070.069</b>	<b>4.943.558</b>
Natureza salarial	5.196.307	3.597.313	5.196.307	3.597.313
Participação dos empregados no lucro	866.695	1.340.392	873.762	1.346.245
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>24.864.269</b>	<b>25.360.640</b>	<b>24.864.269</b>	<b>25.360.640</b>
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	11.889.250	12.088.211	11.889.250	12.088.211
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.875.375	1.934.048	1.875.375	1.934.048
<b>Planos de benefícios – Previdência Complementar</b>	<b>11.099.644</b>	<b>11.338.381</b>	<b>11.099.644</b>	<b>11.338.381</b>
REG/REPLAN	10.192.127	10.450.808	10.192.127	10.450.808
Novo Plano	907.517	850.995	907.517	850.995
REB	-	36.578	-	36.578
<b>Total</b>	<b>30.927.271</b>	<b>30.298.345</b>	<b>30.934.338</b>	<b>30.304.198</b>
Passiva circulante	13.637.669	12.333.101	13.644.736	12.338.954
Passiva não circulante	17.289.602	17.965.244	17.289.602	17.965.244

**(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa**

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economizadores Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa ([www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

A FUNCEF apresenta, na sua estrutura organizacional, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último, de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto, também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

#### **(e) Risco atuarial**

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência das premissas e/ou parâmetros adotadas no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, compromissando parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Resolução CVM nº 110/2022.

#### **(f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos**

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.661/2018, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para avaliação de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

## **(g) Planos de benefícios – detalhamento**

### **(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

### **(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação**

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial.

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R\$ 1.060,84 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R\$ 835,99 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

### **(g.3) Plano de benefícios – Assistidos EX-PREVHAB**

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, há assistidos que permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

#### **(g.4) Planos de previdência complementar**

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

##### **• REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definida como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

Déficit	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2014	208 meses	1.099.538	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.535.362	237 meses	235.093
Exercício 2016	221 meses	5.168.850	241 meses	153.285
<b>Total</b>		<b>9.803.750</b>		<b>388.378</b>

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 30/06/2024 o montante de R\$ 10.192.127 (31/12/2023 – R\$ 10.450.808), sendo R\$ 8.510.266 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R\$ 1.681.861 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, no 1º semestre de 2024, montam R\$ 577.166 (1º semestre 2023 – R\$647.461).

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovada por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definida como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observada o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

#### (h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	30/06/2024 (1)			31/12/2023 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	72.123	74.348	146.471	72.008	72.365	144.373
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	16.421	16.421	-	16.430	16.430
Assistidos EX-PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	53	53	-	53	53
REG/REPLAN salgado (3)	8.573	47.199	55.772	8.601	47.228	55.829
REG/REPLAN não salgado (3)	931	5.090	6.021	939	5.086	6.025
REB (3)	5.307	1.208	6.515	5.381	1.210	6.591
Novo Plano (3)	78.365	10.109	88.474	78.294	10.051	88.345

(1) Conforme posições de 31/03/2024.

(2) Conforme posições de 30/09/2023.

(3) Inclui participantes assistidos que estão recebendo o benefício por meio de decisões judiciais.

#### (i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.



A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

#### **(1.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. No período apresentado, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

#### **(1.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:**

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 30/06/2024 é de 3,21%.

**(1.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos EX-PREVHAB	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,66%	8,49%	9,68%	8,43%	9,69%	8,41%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,47%	5,33%	6,49%	5,27%	6,50%	5,25%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2023	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2023	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,66%	8,47%	9,66%	8,48%	9,65%	8,51%	9,64%	8,55%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,47%	5,31%	6,47%	5,32%	6,46%	5,35%	6,45%	5,39%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,26%	2,26%	3,06%	3,06%	2,99%	2,99%
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	0,35%	0,35%	0,35%	0,35%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF Novo Plano 2022	Experiência FUNCEF Novo Plano 2022
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023

**(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	6,47%	6,47%	6,46%	6,45%	4,5% para todos os planos
Avaliação de ativos – Títulos públicos	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados na curva/mercado
Regime de capitalização	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Método agregado

**(i.5) Mudança no valor presente da obrigação**

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos EX-PREVHAB		
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
VPO no início do período	(12.088.211)	(10.513.464)	(10.513.464)	(1.934.048)	(1.842.961)	(1.842.961)	(77.059)	(72.862)	(72.862)
Custo do serviço corrente	(123.240)	(223.271)	(103.060)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre VPO	(493.652)	(964.689)	(470.001)	(77.598)	(161.433)	(81.117)	(3.067)	(5.932)	(3.183)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	389.167	(1.182.805)	(1.556.175)	34.439	(133.298)	(211.472)	12.750	(5.510)	2.186
Ajuste de experiência	(946.598)	(120.959)	(72.170)	(138.312)	(9.958)	(67.852)	7.418	(5.111)	3.645
Alterações premissas demográficas	17.941	279.423	-	-	-	-	-	(197)	-
Alterações premissas financeiras	1.317.824	(1.341.269)	(1.484.005)	172.751	(123.340)	(143.620)	5.332	(202)	(1.459)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	3.687	7.245	3.557
Benefícios pagos diretamente pela empresa	426.686	796.018	386.482	101.832	203.644	101.287	-	-	-
VPO no final do período	(11.889.250)	(12.088.211)	(12.256.218)	(1.875.375)	(1.934.048)	(2.034.263)	(63.689)	(77.059)	(70.302)

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano			
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
VPO no início do período	(71.812.057)	(65.244.834)	(65.244.834)	(7.520.794)	(6.610.869)	(6.610.869)	(854.794)	(729.022)	(729.022)	(5.175.920)	(4.388.031)	(4.388.031)
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.864)	(97.676)	(42.138)
Custo de juros sobre VPO	(2.904.744)	(5.882.945)	(2.905.137)	(913.854)	(616.156)	(301.875)	(35.266)	(67.472)	(32.729)	(225.424)	(441.459)	(209.976)
Contribuições pagas de participantes	-	-	-	(18.877)	(35.958)	(18.380)	(5.353)	(13.215)	(7.294)	(816)	(12.454)	(3.798)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	6.680.586	(5.206.804)	(7.187.441)	710.585	(732.358)	(948.297)	124.144	(99.964)	(112.643)	867.095	(474.731)	(815.310)
Ajuste de experiência	(149.016)	(4.081.188)	(4.784.705)	(49.478)	(618.811)	(533.062)	5.053	(92.146)	(47.007)	(33.175)	(13.071)	(156.606)
Alterações premissas demográficas	-	85.034	-	-	2.504	-	-	17.281	-	-	(103.599)	-
Alterações premissas financeiras	6.829.602	(1.210.650)	(2.402.736)	760.063	(116.051)	(415.235)	119.091	(25.099)	(65.636)	900.270	(358.061)	(658.704)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	2.572.792	4.971.926	2.485.631	245.545	474.547	238.091	28.933	54.879	27.193	123.776	238.431	119.859
VPO no final do período	(64.963.423)	(71.812.057)	(72.851.781)	(6.897.395)	(7.520.794)	(7.641.330)	(742.336)	(854.794)	(854.495)	(4.468.153)	(5.175.920)	(5.389.394)

A Resolução nº 25, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

### (i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Assistidos EX-PREVIHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
VJA no início do período	77.059	72.862	72.862	51.273.376	49.811.650	49.811.650	6.775.916	6.422.722	6.422.722
Receitas de juros	3.067	5.932	3.183	2.104.392	4.210.533	2.236.782	282.495	551.737	293.547
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(12.750)	5.510	(2.186)	(3.396.593)	47.263	(1.665.692)	(568.265)	164.422	(244.625)
Contribuições do empregador	-	-	-	555.448	1.081.843	527.632	31.269	60.579	30.535
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	579.770	1.094.013	536.750	20.817	51.002	27.394
Benefícios pagos pelo plano	(3.687)	(7.245)	(3.557)	(2.572.792)	(4.971.926)	(2.485.631)	(245.545)	(474.546)	(238.091)
<b>VJA no final do período</b>	<b>63.689</b>	<b>77.059</b>	<b>70.302</b>	<b>48.543.601</b>	<b>51.273.376</b>	<b>48.961.491</b>	<b>6.296.687</b>	<b>6.775.916</b>	<b>6.291.482</b>

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	REB			Novo Plano			
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	
VJA no início do período	781.639	622.529	622.529	3.473.930	2.185.272	2.185.272	
Receitas de juros	32.648	58.443	28.322	145.905	294.038	100.432	
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(20.525)	131.416	95.826	(916.502)	1.076.773	2.350.397	
Contribuições do empregador	5.228	10.915	5.482	67.746	143.824	77.763	
Contribuições de participantes do plano	5.353	13.215	7.294	816	12.454	3.798	
Benefícios pagos pelo plano	(28.933)	(54.879)	(27.193)	(123.775)	(238.431)	(119.859)	
<b>VJA no final do período</b>	<b>775.410</b>	<b>781.699</b>	<b>732.260</b>	<b>2.648.120</b>	<b>3.473.930</b>	<b>4.597.803</b>	

### (i.7) Conciliação do ativo/ (passivo) dos planos reconhecidos no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/ passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos EX-PREVHAB			
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	
VPO no final do período	(11.889.250)	(12.088.211)	(12.256.218)	(1.875.375)	(1.934.048)	(2.034.263)	(63.689)	(77.059)	(70.302)	
VJA no final do período	-	-	-	-	-	-	63.689	77.059	70.302	
<b>Superávit/ (déficit) do plano</b>	<b>(11.889.250)</b>	<b>(12.088.211)</b>	<b>(12.256.218)</b>	<b>(1.875.375)</b>	<b>(1.934.048)</b>	<b>(2.034.263)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(11.889.250)</b>	<b>(12.088.211)</b>	<b>(12.256.218)</b>	<b>(1.875.375)</b>	<b>(1.934.048)</b>	<b>(2.034.263)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado					REB			Novo Plano	
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
VPO no final do período	(64.963.423)	(71.312.057)	(72.851.781)	(6.897.395)	(7.520.794)	(7.641.330)	(742.336)	(854.794)	(854.495)	(4.463.153)	(5.175.920)	(5.339.394)
VIA no final do período	48.543.601	51.273.376	48.961.491	6.296.687	6.775.916	6.291.482	775.410	781.639	732.260	2.648.120	3.473.930	4.597.803
<b>Superávit/ (déficit) do plano</b>	<b>(16.419.822)</b>	<b>(20.038.681)</b>	<b>(23.890.290)</b>	<b>(600.708)</b>	<b>(744.878)</b>	<b>(1.349.848)</b>	<b>33.074</b>	<b>(73.155)</b>	<b>(122.235)</b>	<b>(1.815.033)</b>	<b>(1.701.990)</b>	<b>(741.591)</b>
Efeito do limite de ativo	-	-	-	-	-	-	(33.074)	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (Risk Sharing)	8.209.911	10.019.340	11.945.145	300.354	372.439	674.924	-	35.578	61.118	907.516	850.995	370.795
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(8.209.911)</b>	<b>(10.019.341)</b>	<b>(11.945.145)</b>	<b>(300.354)</b>	<b>(372.439)</b>	<b>(674.924)</b>	<b>-</b>	<b>(37.577)</b>	<b>(61.117)</b>	<b>(907.517)</b>	<b>(850.995)</b>	<b>(370.796)</b>

#### (I.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-alimentação	Assistidos EX-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 30/06/2025	1.012.009	197.972	7.309	5.497.209	566.164	53.875	247.438
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 30/06/2026	930.225	180.317	6.672	5.117.458	527.662	50.913	241.409
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 30/06/2027	853.969	163.999	6.067	4.759.470	491.532	48.171	234.667
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 30/06/2028	802.083	148.921	5.493	4.422.549	457.776	45.491	227.384
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 30/06/2029 ou posterior	8.290.964	1.184.166	38.148	45.166.737	4.854.261	543.886	3.512.255
<b>Total</b>	<b>11.889.250</b>	<b>1.875.375</b>	<b>63.689</b>	<b>64.963.423</b>	<b>6.897.395</b>	<b>742.336</b>	<b>4.463.153</b>
Duration da passiva atuarial na data-base de 30/06/2024	9,34 anos	7,19 anos	6,37 anos	8,90 anos	9,15 anos	10,20 anos	12,18 anos



(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/ Cesta-alimentação			REG/REPLAN Saldado		
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
Custo do serviço corrente	(123.240)	(223.271)	(103.060)	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(493.652)	(964.689)	(470.001)	(77.598)	(161.433)	(81.117)	(1.452.372)	(2.916.173)	(1.452.569)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	-	-	-	-	1.052.196	2.105.267	1.118.391
<b>(Despesa)/Receita reconhecida no resultado</b>	<b>(616.892)</b>	<b>(1.187.960)</b>	<b>(573.061)</b>	<b>(77.598)</b>	<b>(161.433)</b>	<b>(81.117)</b>	<b>(400.176)</b>	<b>(810.906)</b>	<b>(334.178)</b>

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	-	(51.864)	(97.676)	(42.138)
Custo dos juros sobre VPO	(156.927)	(308.078)	(150.938)	(17.633)	(33.736)	(16.365)	(1.12.712)	(220.730)	(104.988)
Receita de juros sobre o ativo	141.248	275.869	146.774	16.324	29.222	14.161	72.953	147.019	50.216
<b>(Despesa)/Receita reconhecida no resultado</b>	<b>(15.679)</b>	<b>(32.209)</b>	<b>(4.164)</b>	<b>(1.309)</b>	<b>(4.514)</b>	<b>(2.204)</b>	<b>(91.623)</b>	<b>(171.387)</b>	<b>(96.910)</b>

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
	Saúde CAIXA		Auxílio/ Cesta-alimentação		REG/REPLAN Consolidado		REB		Novo Plano	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(2.688.704)</b>	<b>(1.627.418)</b>	<b>(774.135)</b>	<b>(691.970)</b>	<b>(5.795.902)</b>	<b>(5.719.015)</b>	<b>(11.599)</b>	<b>(17.247)</b>	<b>(371.963)</b>	<b>(524.834)</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	389.167	(1.182.804)	34.439	(133.297)	87.820	(139.794)	32.658	10.269	(32.644)	277.947
Efeitos fiscais	234.736	121.518	(6.646)	51.132	(39.519)	62.907	(14.696)	(4.621)	14.690	(125.076)
<b>Saldo final</b>	<b>(2.064.801)</b>	<b>(2.688.704)</b>	<b>(746.342)</b>	<b>(774.135)</b>	<b>(5.747.601)</b>	<b>(5.795.902)</b>	<b>6.363</b>	<b>(11.599)</b>	<b>(389.917)</b>	<b>(371.963)</b>

### (i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Renda fixa	36.830.415	37.400.390	4.913.650	5.222.991	565.493	580.713	1.953.178	2.575.845
Renda variável	5.469.125	7.818.991	696.908	893.156	124.129	135.777	395.687	560.444
Investimentos estruturados	308.337	352.763	55.093	61.501	4.094	4.490	10.288	15.653
Investimentos imobiliários	4.318.684	4.455.119	502.541	514.214	34.106	31.208	70.051	86.517
Operações com participantes	1.294.649	1.246.113	90.826	84.054	23.006	20.610	95.400	111.199
Investimentos no exterior	-	-	-	-	23.588	8.841	123.181	124.272
Precatórios	322.390	-	37.669	-	994	-	335	-
<b>Total</b>	<b>48.543.600</b>	<b>51.273.376</b>	<b>6.296.687</b>	<b>6.775.916</b>	<b>775.410</b>	<b>781.639</b>	<b>2.648.120</b>	<b>3.473.930</b>

### (i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Imóveis - Locados à CAIXA	256.355	319.361	27.452	34.199	3.395	4.229	2.989	3.723
<b>Total</b>	<b>256.355</b>	<b>319.361</b>	<b>27.452</b>	<b>34.199</b>	<b>3.395</b>	<b>4.229</b>	<b>2.989</b>	<b>3.723</b>

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC33 (R1), item 1.43).

**(i.13) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o próximo semestre**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Custo do serviço corrente	(109.619)	-	-	-	-	36.202
Custo de juros sobre a VPO	(550.044)	(86.019)	3.006.251	327.353	34.532	221.168
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	(2.267.723)	(298.395)	(36.642)	(125.040)
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	2.110	-
Juros sobre o efeito do Risk Sharing	-	-	(369.264)	(14.479)	-	(48.064)
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período</b>	<b>(659.663)</b>	<b>(86.019)</b>	<b>369.264</b>	<b>14.479</b>	<b>-</b>	<b>84.266</b>

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Benefícios	506.005	98.986	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	3.633	5.304	67.880
Contribuições extraordinárias	-	-	-	20.808	45	960
Contribuições de equacionamento	-	-	567.937	-	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>506.005</b>	<b>98.986</b>	<b>567.937</b>	<b>24.441</b>	<b>5.349</b>	<b>68.840</b>

**(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas**

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)					
	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
<b>Saúde CAIXA</b>						
Custo de juros	(564.895)	(541.552)	(552.094)	(547.863)	(577.477)	(527.454)
Valor presente da obrigação	(12.210.969)	(11.576.706)	(11.643.548)	(12.145.216)	(12.476.392)	(11.406.571)
<b>Auxílio/Cesta-alimentação</b>						
Custo de juros	(83.673)	(88.344)	(86.755)	(85.254)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.826.922)	(1.923.393)	(1.845.486)	(1.906.239)	Não aplicável	Não aplicável
<b>EX-PREVHAB</b>						
Custo de juros	(2.845)	(2.977)	(2.862)	(2.960)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(62.335)	(65.060)	(62.694)	(64.715)	Não aplicável	Não aplicável
<b>REG/REPLAN salgado</b>						
Custo de juros	(2.948.094)	(3.062.906)	(2.936.751)	(3.073.051)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(63.759.847)	(66.135.902)	(63.525.116)	(66.345.857)	Não aplicável	Não aplicável
<b>REG/REPLAN não salgado</b>						
Custo de juros	(313.652)	(325.445)	(312.146)	(327.017)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(6.774.161)	(7.018.220)	(6.742.997)	(7.050.747)	Não aplicável	Não aplicável
<b>REB</b>						
Custo de juros	(33.804)	(35.214)	(33.808)	(36.073)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(727.267)	(756.480)	(727.343)	(774.263)	Não aplicável	Não aplicável
<b>Novo Plano</b>						
Custo de juros	(205.396)	(212.713)	(200.403)	(217.827)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(4.383.490)	(4.535.257)	(4.279.958)	(4.641.309)	Não aplicável	Não aplicável

**(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
REB	28.355	53.175	27.378
Novo Plano	679.716	1.236.916	630.124
<b>Total</b>	<b>708.071</b>	<b>1.290.091</b>	<b>657.502</b>

**(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	1º semestre 2024	Exercício 2023	1º semestre 2023
Causas judiciais	234	523	373
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>523</b>	<b>373</b>

**Nota 22 – Outros passivos**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Relações Interfinanceiras e Interdependências	15.089.281	13.669.646	15.089.281	13.669.646
Credores por recursos a liberar	10.033.775	7.196.583	10.033.775	7.196.583
Credores diversos - país	7.054.164	6.322.522	7.071.133	6.327.152
Sociais e estatutárias	866.695	4.064.976	1.018.668	4.295.833
Provisão para pagamentos a efetuar	5.647.663	4.005.806	5.648.568	4.027.470
Valores a pagar a sociedades ligadas	499.904	598.430	501.786	598.430
Prestação de serviços de pagamentos	460.629	455.544	460.629	455.544
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.038.658	286.580	1.038.658	286.580
Obrigações diversas	549.147	493.469	549.147	493.469
<b>Total</b>	<b>41.239.916</b>	<b>37.093.556</b>	<b>41.411.645</b>	<b>37.350.707</b>
Passivo circulante	41.239.916	37.093.556	41.411.645	37.350.707
Passivo não circulante	-	-	-	-

**Nota 23 – Patrimônio Líquido****(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO**

Discriminação	30/06/2024	31/12/2023
<b>Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL</b>	<b>98.974.672</b>	<b>93.220.539</b>
IHCD – Elegíveis a Capital	34.327.964	33.047.743
Participação dos não controladores	2.221.029	2.206.978
<b>Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO</b>	<b>135.523.665</b>	<b>128.475.260</b>

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

**(b) Enquadramento nos níveis exigidos pelo Acordo de Basileia**

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência e da apuração dos níveis de capital para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta, em 30/06/2024, Índice de Basileia (PR/RWA) igual a 16,40 % (31/12/2023 – 16,68%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil, que é de 11,5%.

**(c) Reservas de lucros**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital própria, até o limite de 80% do capital social.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
<b>Reservas de reavaliação</b>	<b>212.066</b>	<b>215.884</b>
<b>Reservas de lucros</b>	<b>19.388.792</b>	<b>20.325.908</b>
Reserva legal	6.112.183	6.112.183
Reserva estatutária – loterias (1)	1	937.117
Reservas estatutária – margem operacional	13.276.608	13.276.608

(1) A variação decorre da incorporação da Reserva de loterias ao Capital Social ocorrida em março de 2024.

**(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

De acordo com o Estatuto Social e os parâmetros aprovados, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o parecer do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos, são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitada a 50% do lucro líquido do período.

Em 26/03/2024, a CAIXA efetuou o pagamento, à Secretaria do Tesouro Nacional, dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2023, totalizando o montante de R\$ 2.792.630.

**Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias**

Além dos serviços típicos de instituição financeira, por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e programas, destacando-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e, em regime de exclusividade, as Loterias Federais.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA recebe tarifas decorrentes da prestação do serviço de pagamento dos programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Nova Bolsa Família, Seguro Desemprego e Abono Salarial.

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Serviços de Governo	4.690.146	4.477.888	4.746.171	4.477.888
Administração e fomento de entidades e programas	3.740.647	3.650.182	3.796.672	3.650.182
FGTS	1.564.926	1.442.440	1.564.926	1.442.440
Loterias	1.317.273	1.133.241	1.373.298	1.133.241
FIES	214.860	219.107	214.860	219.107
Minha Casa Minha Vida	75.931	160.460	75.931	160.460
Programa Saneamento para todos	269.930	156.740	269.930	156.740
Outras entidades e programas	297.727	538.194	297.727	538.194
Transferência de Benefícios	724.652	637.740	724.652	637.740
Garantias prestadas - Agente operador	224.847	189.966	224.847	189.966
Conta corrente e tarifas bancárias	2.003.599	1.893.593	2.003.526	1.893.539
Convênio e cobrança	1.099.188	1.166.265	1.099.188	1.166.265
Cartões de débito e crédito	1.386.000	1.301.240	1.426.786	1.330.255
Operações de crédito	1.334.037	1.181.763	1.334.037	1.181.763
Fundos de investimento	263.072	245.630	1.222.886	1.166.990
Seguros, capitalização, previdência e consórcios	397.408	366.695	1.393.270	1.242.541
Outros	138.555	71.017	158.116	85.035
<b>Total</b>	<b>11.312.005</b>	<b>10.704.091</b>	<b>13.383.980</b>	<b>12.544.276</b>

## Nota 25 – Despesas de pessoal

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Salários	(8.552.310)	(8.041.447)	(8.617.656)	(8.110.736)
Benefícios	(2.033.595)	(1.947.010)	(2.211.194)	(2.095.992)
Indenizações trabalhistas (1)	(979.904)	(102.478)	(979.904)	(102.478)
Outros	(42.110)	(35.634)	(49.397)	(36.209)
Encargos sociais	(3.561.160)	(3.332.316)	(3.590.819)	(3.359.785)
Previdência social	(2.016.943)	(1.891.289)	(2.034.492)	(1.906.526)
FGTS	(672.309)	(630.713)	(677.146)	(635.997)
Previdência complementar	(662.649)	(615.379)	(668.611)	(620.803)
Outros encargos	(209.259)	(194.935)	(210.570)	(196.459)
<b>Total</b>	<b>(15.169.079)</b>	<b>(13.458.885)</b>	<b>(15.448.970)</b>	<b>(13.705.200)</b>

(1) Incremento de despesas com verbas indenizatórias e auxílios do Programa de Desligamento Voluntário 2024.

## Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Processamento de dados	(1.070.451)	(1.065.550)	(1.078.005)	(1.073.746)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.003.345)	(1.168.315)	(1.003.345)	(1.168.315)
Serviços de terceiros	(516.878)	(450.228)	(516.878)	(450.228)
Serviços de vigilância e segurança	(483.269)	(383.274)	(483.269)	(383.274)
Depreciação / Impairment	(468.095)	(439.740)	(468.111)	(439.747)
Manutenção e conservação de bens	(507.834)	(451.584)	(507.834)	(451.670)
Amortização / Impairment	(740.444)	(507.184)	(740.444)	(507.184)
Serviços de transporte	(319.364)	(301.697)	(319.364)	(301.697)
Serviços especializados	(385.857)	(339.270)	(388.787)	(341.479)
Comunicações	(277.636)	(207.283)	(277.659)	(207.301)
Água e energia	(275.881)	(256.972)	(275.881)	(256.972)
Serviços do sistema financeiro	(202.404)	(201.778)	(202.976)	(202.560)
Propaganda e publicidade	(143.616)	(60.570)	(143.716)	(60.570)
Material	(83.240)	(59.646)	(83.255)	(59.657)
Promoções e relações públicas	(39.538)	(13.567)	(39.538)	(13.569)
Outras	(160.296)	(135.794)	(210.438)	(181.005)
<b>Total</b>	<b>(6.678.148)</b>	<b>(6.042.452)</b>	<b>(6.739.500)</b>	<b>(6.098.974)</b>



**Nota 27 – Despesas tributárias**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
COFINS	(1.345.063)	(1.336.820)	(1.481.289)	(1.457.587)
ISS	(418.397)	(387.270)	(472.666)	(433.356)
PIS/PASEP	(218.594)	(217.254)	(245.806)	(241.052)
IPTU	(86.281)	(84.360)	(86.281)	(84.360)
Outras	(36.263)	(34.672)	(36.726)	(35.683)
<b>Total</b>	<b>(2.104.598)</b>	<b>(2.060.376)</b>	<b>(2.322.768)</b>	<b>(2.252.038)</b>

**Nota 28 – Outras receitas operacionais**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Recuperação de despesas	1.023.111	876.605	994.867	853.261
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.665.871	1.192.487	1.665.871	1.192.487
Atualização monetária sobre operações diversas	729.015	795.320	680.362	750.541
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	1.230.893	956.187	1.230.893	956.187
Recuperação de perdas operacionais	146.697	335.710	146.700	335.710
Direito de uso – Rede CAIXA	194.831	194.831	194.831	194.831
Créditos específicos	-	82.296	-	82.296
Cartão de crédito	84.602	73.036	84.602	73.036
Comissões e taxas sobre operações	58.789	20.613	151.411	99.225
Deságio na aquisição de royalties	8.265	8.265	8.265	8.265
Crédito comercial	7.219	6.783	7.219	6.783
Outras	166.750	119.279	166.937	23.838
<b>Total</b>	<b>5.316.043</b>	<b>4.661.412</b>	<b>5.331.958</b>	<b>4.576.460</b>

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em junho de 2024, registrou o montante de R\$ 9.458,43 reais (Em junho de 2023 - R\$ 9.241,72 reais) totalizando 160.255 contratações no 1º semestre de 2024 ( 129.033 contratações no 1º semestre de 2023).

## Nota 29 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Lotéricos e parceiros comerciais	(2.139.918)	(2.053.869)	(2.139.918)	(2.053.869)
Benefício pós-emprego	(1.028.174)	(946.436)	(1.028.174)	(946.436)
Perdas de risco operacional	(701.841)	(788.963)	(701.841)	(788.963)
Obrigações com fundos e programas	(523.835)	(306.624)	(523.835)	(306.624)
Cartão de crédito	(723.721)	(505.208)	(724.750)	(505.230)
Financiamento imobiliário	(500.430)	(537.152)	(500.430)	(537.152)
Benefícios sociais	(348.424)	(542.694)	(348.424)	(542.694)
Imóveis adjudicados e arrematados	(670.242)	(423.173)	(670.242)	(423.173)
Alavancagem de negócios	(420.931)	(351.181)	(420.931)	(351.181)
Serviços automatizados	(292.193)	(292.341)	(292.193)	(292.341)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(234.605)	(278.717)	(234.605)	(278.717)
Loterias	(233.715)	(238.557)	(242.228)	(238.557)
Descontos em operações de crédito	(180.210)	(131.669)	(180.210)	(131.669)
FGTS – arrecadação/pagamento	(105.482)	(122.320)	(105.482)	(122.320)
FCVS a receber – provisão/perdas	(6.355)	(189.213)	(6.355)	(189.213)
Outras	(611.334)	(442.706)	(619.849)	(440.143)
<b>Total</b>	<b>(8.721.410)</b>	<b>(8.150.823)</b>	<b>(8.739.467)</b>	<b>(8.148.282)</b>

## Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
Contingências Judiciais	(2.338.189)	(2.607.320)
Trabalhistas	(1.675.874)	(1.660.677)
Cíveis	(710.954)	(898.245)
Fiscais	48.639	(48.398)
Impairment valores a receber	25.748	-
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS	(1.086.016)	(858.512)
Pré-pagamento – FGTS	(78.229)	(47.436)
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(36.645)	(57.057)
Garantias financeiras prestadas	16.817	(13.211)
Outras (1) (2)	25.199	428.293
<b>Total</b>	<b>(3.471.315)</b>	<b>(3.155.243)</b>

(1) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar e custos relativos a manutenção de imóveis.

(2) Variação decorre, principalmente, da reversão da provisão de PLR constituída a maior considerando os pagamentos realizados aos empregados.

**Nota 31 – Resultado não operacional**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda	164.411	(72.915)	164.411	(72.915)
Constituição/Reversão de provisões (1)	(102.959)	(58.385)	(102.959)	(58.385)
Ganhos e perdas de capital (2)	250.832	(22.492)	250.832	(22.492)
Remensurações ao valor justo – participações	-	-	-	30.680
Outros	(169.318)	(63.443)	(169.318)	(63.443)
<b>Total</b>	<b>142.966</b>	<b>(217.235)</b>	<b>142.966</b>	<b>(186.555)</b>

(1) Variação decorre, principalmente, da desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) Inclui ganho de capital na baixa por desapropriação de imóvel próprio disponível para venda.

**Nota 32 – Partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

**(a) Controladora**

Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo, fundos de governo e demais órgãos.

No curso de suas operações, a CAIXA reconhece valores a receber de seu relacionamento com a União (Controlador e Fundos de Governo). Do montante apresentado em 30/06/2024, R\$ 742.751 (31/12/2023 – R\$ 723.030) está constituído por saldos relativos a operações de longa data, relativos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

**(b) Controladas**

Em consonância com sua estratégia, a CAIXA realiza negócios através de suas subsidiárias CAIXA Seguridade, CAIXA Cartões e CAIXA Asset, estando a CAIXA Loterias em fase pré-operacional.

**(c) Controladas em Conjunto**

São controladas em conjunto, via participação direta da CAIXA, as empresas Caixa Imóveis e Negócios Digitais.

Enquadram-se também como partes relacionadas, as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto indireto, por meio de suas controladas CAIXA Seguridade e CAIXA Cartões.

**(d) Coligadas**

São coligadas diretas da CAIXA a Galgo Sistemas de Informações, Núclea, Tecban e Quod.

Por meio da CAIXA Seguridade, é coligada a CNP Seguros Holding Brasil S.A. (antiga Caixa Seguros Holding S.A.), constituída para viabilizar a participação nas empresas do Grupo CNP Seguros, assim como a companhia Holding XS1, que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade Participações S.A., incluindo suas investidas.

**(e) Pessoal Chave da Administração**

Na CAIXA, integram o rol do pessoal chave os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, bem como os membros dos demais órgãos estatutários da CAIXA e dos órgãos estatutários das subsidiárias da CAIXA.

**(f) Outras entidades**

Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como Petrobrás, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea; além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FGTS, FAR, FCVS, FIES.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós-emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade daquela entidade.

Descrição	INDIVIDUAL						30/06/2024						31/12/2023					
	Controladora		Controlada		Controlada em conjunto		Controlada em conjunto		Controlada em conjunto		Controlada em conjunto		Controlada em conjunto		Controlada em conjunto			
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto			
<b>ATIVO:</b>	<b>275.827.558</b>	<b>2.081.880</b>	<b>14.090</b>	<b>1.921.871</b>	<b>80.029</b>	<b>87.676.687</b>	<b>264.905.417</b>	<b>2.400.292</b>	<b>1.794.798</b>	<b>142.497</b>	<b>88.948</b>	<b>36.521.142</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (1)	-	-	-	1.781.292	-	-	-	-	1.794.780	-	-	-						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	-	2.217.367	-	-	-	-	-	15.036						
Títulos e valores mobiliários (2)	274.971.776	1.361.724	-	-	-	1.299.756	262.101.501	1.017.521	-	-	-	1.271.216						
Rendimentos a receber (3)	185.809	695.100	14.037	140.577	-	604.967	600.645	1.358.422	-	84.039	-	186.307						
Carteira de crédito (4)	62	-	-	-	498.800	2.735.841	63	-	-	-	528.966	2.795.369						
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	(470.805)	(821)	-	-	-	-	(496.780)	(839)						
Outros créditos (5)	2.218.855	24.556	53	2	2.059	41.330.960	2.203.206	24.349	18	58.458	1.774	41.671.600						
Provisões para outros créditos (6)	(1.548.949)	-	-	-	(25)	(10.520.072)	-	-	-	-	(17)	(9.417.547)						
Outros investimentos, valores e bens	-	-	-	-	-	8.639	-	-	-	-	-	-						
<b>PASSIVO:</b>	<b>46.145.844</b>	<b>747</b>	<b>167.079</b>	<b>189.458</b>	<b>253.027</b>	<b>665.382.480</b>	<b>45.686.508</b>	<b>950</b>	<b>218.592</b>	<b>86.845</b>	<b>25.615</b>	<b>642.276.881</b>						
Depósitos à vista e poupança (7)	401.287	747	14.985	92.079	20.796	2.438.207	364.053	350	34.837	86.345	10.337	3.575.190						
Depósitos a prazo e letras	1.634.245	-	121.073	-	232.231	14.202.120	1.266.900	-	97.349	-	15.278	13.492.997						
Depósitos especiais de fundos e programas (8)	275.255	-	-	-	-	35.529.305	395.568	-	-	-	-	29.290.195						
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (9)	35.404.288	-	-	-	-	132.641.078	35.085.061	-	-	-	-	146.748.912						
Repassos do país - instituições oficiais (10)	19.261	-	-	-	-	465.952.091	13.674	-	-	-	-	433.480.389						
Recursos para destinação específica (11)	3.083.171	-	-	-	-	11.204.508	1.751.718	-	-	-	-	12.023.480						
Obrigações fiscais e previdenciárias (12)	5.090.157	-	-	-	-	-	6.215.075	-	-	-	-	-						
Obrigações diversas (13)	96.780	-	31.021	97.379	-	1.786.441	415.154	-	86.346	-	-	1.678.905						
Outros passivos financeiros (14)	141.400	-	-	-	-	1.628.680	129.305	-	-	-	-	1.986.263						
<b>Garantias recebidas (15)</b>	<b>11.798</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>284.627</b>	<b>7.196.854</b>	<b>110.202</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>298.010</b>	<b>8.468.572</b>						
<b>Garantias prestadas (16)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.647.287</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.941.504</b>						

(1) Valores por contratos com a Tecban, relativos à disponibilidade em caixa de atendimento da rede Ilumina 24Horas.

(2) Títulos Públicos Federais (Controladora), conforme Nota 7(a), e aplicações em cotas do FIDC ACR IV (Controlada), FIDT e FGI (Outras entidades).

(3) Em Controlada, corresponde a dividendos prospectos pelas subsidiárias e, em Coligada, à remuneração devida pelo grupo Caixa Seguridade, pela sua rede de distribuição CAIXA.

(4) Em Outras entidades, o valor apresentado refere-se ao saldo de operações de crédito com a Eletrobras.

(5) Os valores apresentados referem-se à haveres da União (Controladora) e a valores a serem ressarcidos pelo FGTS e FCV5 (Outras entidades), conforme Notas 10(b) e 14(a).

(6) Provisões para impairment em haveres da União (Nota CMN 162/95 e Bônus SNR) e, em Outras entidades, para penhas com a FCV5, conforme Nota 10.

(7) Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente a depósitos de fundos de investimento.

(8) A apresentação em Outras entidades corresponde aos depósitos especiais e de fundos e programas (FGTS, FAR, FDS, FGE, PIPEM e outros), conforme Nota 15(b).

(9) O saldo em Controladora é representado por IHCD, conforme Nota 17(a) e, em Outras entidades, por captações no mercado aberto.

(10) Em Outras entidades, o saldo apresentado decorre de obrigações por empréstimos e repasses às FGTS, BNDES, Fundo da Marinha Mercante, Tesouro Nacional e outras instituições, conforme Nota 16(b).

(11) Em Controladora, a variação refere-se à repasse no âmbito de programas federais como Auxílio Reconstrução e MCMV-Euro, em função da cadastrela pública no Rio Grande do Sul em 2024, com destaque também para o Novo Bolsa Família e o Programa Pê-de-Meia (incentivo financeiro-educacional para estudantes da Ensino Médio). Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente à remuneração do agente financeiro CAIXA, recebida em operações habitacionais com recursos da FGTS, conforme Nota 18(b).

(12) O saldo apresentado corresponde a obrigações fiscais e previdenciárias com a União, conforme Nota 20.

(13) Em Controladora, o saldo é composto principalmente por obrigações junto à União.

(14) Em Outras entidades, o saldo é constituído por recursos da FGTS, FAR e FDS para o amortização de contratos em programas habitacionais e respectivas juros remuneratórios devidos aos fundos, conforme Nota 18(b).

(15) Operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhas e garantias fiduciárias.

(16) Garantia financeira prestada pela CAIXA às operações de crédito com recursos da FGTS (cobrigação), FIES e FAR, conforme Nota 19(a).

Descrição	30/06/2024					31/12/2023				
	CONSOLIDADO					CONSOLIDADO				
	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades
<b>ATIVO:</b>	<b>276.698.838</b>	<b>14.090</b>	<b>2.076.673</b>	<b>30.029</b>	<b>37.678.618</b>	<b>264.905.417</b>	<b>1.794.798</b>	<b>277.430</b>	<b>33.943</b>	<b>37.371.973</b>
Caixa e equivalentes de caixa (1)	-	-	1.781.292	-	-	-	1.794.780	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	2.217.367	-	-	-	-	15.036
Títulos e valores mobiliários (2)	275.838.056	-	-	-	1.301.732	262.101.501	-	-	-	2.076.590
Rendimentos a receber (3)	185.809	14.037	295.379	-	604.967	600.645	-	218.972	-	186.319
Carteira de crédito (4)	62	-	-	498.800	2.735.841	63	-	-	528.966	2.793.269
Provisões para operações de crédito	-	-	-	(470.805)	(821)	-	-	-	(496.780)	(839)
Outras créditos (5)	2.218.855	53	2	2.059	41.330.960	2.203.208	18	58.458	1.774	41.717.043
Provisões para outras créditos (6)	(1.548.949)	-	-	(25)	(10.520.072)	-	-	-	(17)	(9.417.547)
Outras investimentos, valores e bens	-	-	-	-	8.639	-	-	-	-	-
<b>PASSIVO:</b>	<b>46.145.844</b>	<b>167.079</b>	<b>189.458</b>	<b>259.027</b>	<b>665.382.430</b>	<b>45.636.508</b>	<b>218.532</b>	<b>86.345</b>	<b>25.615</b>	<b>642.893.792</b>
Depósitos à vista e poupança (7)	401.287	14.985	92.079	20.796	2.438.207	364.053	34.837	86.345	10.337	3.575.190
Depósitos a prazo e letras	1.634.245	121.073	-	232.231	14.202.120	1.266.900	97.349	-	15.278	13.492.997
Depósitos especiais de fundos e programas (8)	275.255	-	-	-	35.529.305	395.568	-	-	-	29.347.649
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (9)	35.404.288	-	-	-	132.641.078	35.085.061	-	-	-	146.748.912
Reposos do país - instituições oficiais (10)	19.261	-	-	-	465.952.091	13.674	-	-	-	433.480.389
Recursos para destinação específica (11)	3.083.171	-	-	-	11.204.508	1.751.718	-	-	-	12.023.487
Obrigações fiscais e previdenciárias (12)	5.090.157	-	-	-	-	6.215.075	-	-	-	-
Obrigações diversas (13)	96.780	31.021	97.379	-	1.786.441	415.154	86.346	-	-	1.678.905
Outras passivas financeiras (14)	141.400	-	-	-	1.628.680	129.305	-	-	-	1.986.263
<b>Garantias recebidas (15)</b>	<b>11.758</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>284.627</b>	<b>7.196.854</b>	<b>110.202</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>298.010</b>	<b>3.468.572</b>
<b>Garantias prestadas (16)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.647.287</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.941.504</b>

(1) Valores por contratos com o TecBan, relativos à disponibilidade em contas de atendimento da rede Banco24Horas.

(2) Títulos Públicos Federais (Controladora), conforme Nota 7(a), e aplicações em cotas do FIDC ACE IV (Controlada), FGHIs e FGI (Outras entidades).

(3) Em Controlada, corresponde a dividendos propostos pelas subsidiárias e, em Coligada, à remuneração devida pelo grupo Caixa Seguridade, pelo uso da rede de distribuição CAIXA.

(4) Em Outras entidades, o valor apresentado refere-se ao saldo de operações de crédito com o Betsobra.

(5) Os valores apresentados referem-se a haveres da União (Controladora) e a valores a serem resarcidos pela FGTS e FCVS (Outras entidades), conforme Nota 10(b) e 14(a).

(6) Provisões para impairment em haveres da União (Nota CMN 162/95 e Bônus BNH) e, em Outras entidades, para perdas com o FCVS, conforme Nota 10.

(7) Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente a depósitos de fundos de investimentos.

(8) A apresentação em Outras entidades compreende aos depósitos especiais e de fundos e programas (FGTS, FAR, FDS, FGS, FIREM e outros), conforme Nota 15(b).

(9) O saldo em Controladora é representado por BHCD, conforme Nota 17(a) e, em Outras entidades, por captações no mercado aberto.

(10) Em Outras entidades, o saldo apresentado decorre de obrigações por empréstimos e repasses do FGTS, BNDES, Fundo da Marinha Mercante, Tesouro Nacional e outras instituições, conforme Nota 16(b).

(11) Em Controladora, a variação refere-se a repasses no âmbito de programas federais como Auxílio Reestruturação e MCMV-Rural, em função da calamidade pública no Rio Grande do Sul em 2024, com destaque também para o Novo Bolsa Família e o Programa Pê-dá-Meio (incentivo financeiro-educacional para estudantes do Ensino Médio). Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente à remuneração do agente financeiro CAIXA, recebido em operações habitacionais com recursos do FGTS, conforme Nota 18(b).

(12) O saldo apresentado corresponde a obrigações fiscais e previdenciárias com a União, conforme Nota 20.

(13) Em Controladora, o saldo é composto principalmente por obrigações junto à União.

(14) Em Outras entidades, o saldo é constituído por recursos do FGTS, FAR e FDS para sanarização de contratos em programas habitacionais e respectivas juras remuneratórias devidos aos fundos, conforme Nota 18(b).

(15) Operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fiduciárias.

(16) Garantia financeira prestada pela CAIXA às operações de crédito com recursos do FGTS (obrigação), FIES e FAR, conforme Nota 19(a).

Descrição	INDIVIDUAL									
	1º semestre - 2024					1º semestre - 2023				
	Controladora	Controlada	Controlado em conjunto	Coligada	Outras entidades	Controladora	Controlada	Controlado em conjunto	Coligada	Outras entidades
<b>RECEITAS</b>	<b>1.166.472</b>	<b>108.535</b>	<b>432.839</b>	<b>896.549</b>	<b>6.951.542</b>	<b>1.184.829</b>	<b>82.802</b>	<b>424.257</b>	<b>967.411</b>	<b>6.658.786</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	61.666	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas com prestação de serviços (1 a 4)	714.304	304	427.035	396.431	2.410.118	612.587	69	423.513	367.411	2.475.671
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	198.549	-	-	-	-	174.196
Outras receitas operacionais (5)	452.168	46.585	5.804	118	4.342.875	572.242	32.733	744	-	4.008.919
<b>DESPESAS</b>	<b>(1.839.001)</b>	<b>(75.289)</b>	<b>(237.015)</b>	<b>(820.957)</b>	<b>(18.050.288)</b>	<b>(1.286.965)</b>	<b>(191.245)</b>	<b>(415.589)</b>	<b>(12.855)</b>	<b>(18.614.973)</b>
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (6)	(967.465)	(75.289)	(9.439)	-	(480.935)	(765.089)	(131.245)	(8.689)	-	(246.635)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(662.649)	-	-	-	-	(615.379)
Administrativas (8)	-	-	-	-	(18.921)	-	-	-	-	(19.452)
Outras despesas operacionais (9)	(371.536)	-	(227.576)	(320.957)	(16.887.783)	(521.876)	-	(406.844)	(12.855)	(17.733.507)

(1) Em Controladora, compreende a renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasse do DGL.

(2) Em Controlado em conjunto, representa operações de cartões de débito e crédito contratadas com a Elo Serviços.

(3) Em Coligadas, trata-se de rendas provenientes da comercialização de produtos de coligadas do grupo Caixa Seguradora.

(4) Em Outras entidades, refere-se a rendas com prestação de serviços e tarifas sobre FGTS, PIS, fundos de investimento e outras entidades e programas governamentais, representadas na Nota 24.

(5) Em Controlado em conjunto, o saldo é composto por frações com a Elo Serviços e em Coligada, com a TecBar.

(6) Despesas com juros remuneratórios e atualização monetária provenientes dos IHCD (Controladora). Operações com a FGTS, FAR, FDS, FGS (Outras entidades).

(7) Despesa de previdência complementar com a Funcef, conforme Nota 25.

(8) Refere-se a despesas de aluguel de imóveis devidas à Funcef.

(9) Em Outras entidades, destacam-se as despesas com operações de repasse do FGTS, BNDES e outras, conforme Nota 16(b).

Descrição	CONSOLIDADO							
	1º semestre - 2024				1º semestre - 2023			
	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Outras entidades	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Outras entidades
<b>RECEITAS</b>	<b>1.166.472</b>	<b>482.889</b>	<b>477.855</b>	<b>7.002.588</b>	<b>1.184.829</b>	<b>424.257</b>	<b>444.278</b>	<b>6.658.786</b>
Rendas com prestação de serviços (1 a 4)	714.304	427.035	477.737	2.410.118	612.587	429.513	444.278	2.475.671
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	198.549	-	-	-	174.196
Outras receitas operacionais (5)	452.168	5.804	118	4.393.921	572.242	744	-	4.008.919
<b>DESPESAS</b>	<b>(1.899.001)</b>	<b>(287.015)</b>	<b>(824.079)</b>	<b>(18.056.250)</b>	<b>(1.286.965)</b>	<b>(415.538)</b>	<b>(12.855)</b>	<b>(18.620.997)</b>
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (6)	(967.465)	(9.439)	-	(480.935)	(765.089)	(8.689)	-	(246.625)
Pessoal (7)	-	-	-	(668.611)	-	-	-	(620.803)
Administrativas (8)	-	-	-	(18.921)	-	-	-	(19.452)
Outras despesas operacionais (9)	(371.536)	(227.576)	(324.079)	(16.887.783)	(521.876)	(406.844)	(12.855)	(12.733.507)

(1) Em Controladora, corresponde à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasse da OGU.

(2) Em Controlada em conjunto, representa operações de cartões de débito e crédito contratadas com a Ela Serviços.

(3) Em Coligada, trata-se de rendas provenientes da comercialização de produtos de coligadas do grupo Casa Seguridade.

(4) Em Outras entidades, refere-se a rendas com prestação de serviços e tarifas sobre FGTS, FIES, fundos de investimento e outras entidades e programas governamentais, representados na Nota 24.

(5) Em Controlada em conjunto, o saldo é composto por transações com a Ela Serviços e em Coligada, com a TecSas.

(6) Despesas com juros remuneratórios e atualizações monetárias provenientes dos JHCD (Controladora); Operações com o FGTS, FAR, FDS, FGS (Outras entidades).

(7) Despesas de previdência complementar com a Funcef, conforme Nota 25.

(8) Refere-se a despesas de aluguel de imóveis devidas à Funcef.

(9) Em Outras entidades, destacam-se as despesas com operações de repasse do FGTS, BNDES e outras, conforme Nota 16(a).



**(g) Média salarial (valores em R\$)**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	64.084	72.558	61.254	71.614
Salário médio	51.209	14.475	48.929	14.231
Menor salário	47.744	3.768	45.636	3.762
Benefícios	69.659	3.962	14.462	4.053

**(h) Remuneração do pessoal chave da administração**

O montante da remuneração global dos administradores, membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Risco e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração são apresentados como segue:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2024	2023
	1º semestre	1º semestre
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>36.617</b>	<b>21.615</b>
<b>Proventos</b>	<b>12.856</b>	<b>11.070</b>
Diretoria	10.864	9.608
Conselho de Administração	162	127
Conselho Fiscal	98	97
Comitê de Auditoria	952	750
Comitê Independente de Risco	728	448
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	52	40
<b>Remuneração variável</b>	<b>13.980</b>	<b>4.925</b>
Diretoria	13.980	4.925
<b>Benefícios</b>	<b>1.477</b>	<b>563</b>
Diretoria	1.477	563
<b>Treinamento</b>	<b>129</b>	<b>209</b>
<b>Encargos sociais</b>	<b>8.175</b>	<b>4.848</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>369</b>	<b>533</b>
<b>Benefícios pós emprego</b>	<b>1.040</b>	<b>854</b>
Previdência complementar	1.040	854

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

### Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, as estruturas de riscos e de capital são compostas pelo Conselho de Administração – CA; pelo Comitê Independente de Risco – CORIS, que subsidia o CA na tomada de decisões nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital; pelo Conselho Diretor – CD; pela Vice-Presidência de Riscos – VICOR e pelo Diretor Executivo de Riscos – DECOR como *Chief Risk Officer* – CRO.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR coordena as iniciativas de adequação da CAIXA ao Novo Acordo de Capitais de Basileia e é responsável por propor a política de gerenciamento de risco do conglomerado CAIXA, a política de gerenciamento de capital e de distribuição de resultados da CAIXA, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao gerenciamento de riscos e de capital do conglomerado.

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de riscos adequada à natureza das operações e à complexidade de seus produtos, serviços, atividades e processos compatíveis à sua exposição a cada modalidade de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam a identificação, mensuração, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

A CAIXA adota postura prospectiva segundo os níveis de riscos que está disposta a assumir, constantes na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.

A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, transferência ou assunção do risco tem atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante, toda decisão tem a anuência dos colegiados pertinentes.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela governança e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA estabelece, ainda, limites para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado. Tais limites são ajustados periodicamente, considerando a estratégia e o ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade de cada subsidiária assumir riscos e suportar perdas.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito, conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/2017, é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco de tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento, e sua gestão rigorosa e abrangente fornece estabilidade para os resultados financeiros, contribuindo na geração de valor e na consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A CAIXA possui políticas, normas e procedimentos, os quais estabelecem as diretrizes básicas de atuação relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito e asseguram que a Instituição mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

As regras aplicáveis aos limites internos associados ao risco de crédito estão alinhadas ao tratamento prudencial brasileiro e às recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária e levam em consideração os elementos críticos associados aos processos, sistemas e pessoas que trazem impacto direto na execução do plano estratégico e nos resultados da Instituição, vinculando-se diretamente à Declaração de Apetite por Riscos – RAS e à Política de Gerenciamento de Risco do Conglomerado CAIXA.

Ademais, as regras e os limites de exposição a riscos vigentes são revisados regularmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA possam trazer impactos significativos ao risco de crédito.

Assim, a diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito sem comprometer sua expansão, alinhada às políticas de risco e de crédito, exige aprimoramento contínuo dos processos relacionados à estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

**(c) Risco de mercado**

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA estava aderente às determinações das Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.557/2017 que revogou a Resolução CMN nº 3.464/2007, o gerenciamento de risco incorporou como premissa a visão prospectiva, com monitoramento contínuo e integrado dos riscos, considerando o apetite por riscos e a importância sistêmica da instituição, a compatibilidade com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e a resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A área de riscos faz a proposta para a revisão da estrutura de apetite por riscos e demais limites e submete à aprovação das instâncias internas de governança de riscos e, por fim, para aprovação do Conselho de Administração da CAIXA. A comunicação das propostas de revisão dos limites tramita em sistema informatizado interno construído para essa finalidade.

Os resultados dos indicadores de risco de mercado e seus limites são acompanhados diariamente pela área de riscos, pela tesouraria e pela área de finanças responsável pela gestão de ativos e passivos.

**(d) Risco de liquidez**

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos em conformidade ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.557/2017.

O risco de liquidez tem como objetivo demonstrar a liquidez da instituição. Os limites definidos para a gestão do risco de liquidez são acompanhados diariamente e, em caso de violação, o PCL pode ser acionado.

**(e) Risco operacional**

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de sistema corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em normativos internos.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crise, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente em possíveis interrupções nos serviços e atividades, como elemento fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Além dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, também são considerados relevantes os riscos de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação; de crédito de contraparte; de concentração; de estratégia; de imagem/reputação; atuarial; e social, ambiental e climático.

**(f) Riscos Social, Ambiental e Climático – RSAC**

A Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital da CAIXA contempla a atualização estabelecida na Resolução CMN nº 4.943/2021 para os Riscos Social, Ambiental e Climático, anteriormente disciplinado como Risco Socioambiental através da Resolução CMN nº 4.327/2014.

A Resolução 4.943/2021 alterou a Resolução nº 4.557/2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações, e estabeleceu os riscos Social, Ambiental e Climático – RSAC como riscos relevantes.

O Risco Social avalia a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.

No Risco Ambiental são verificadas as possibilidades de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O Risco Climático está dividido entre riscos físicos e de transição: a) Risco Climático de Transição – verifica-se possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono; b) Risco Climático Físico – é verificada a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A exposição da CAIXA ao Risco Social, Ambiental e Climático é evidenciada por eventos categorizados e definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, cujas regras estão internalizadas nos processos internos da CAIXA e em suas normas.

O gerenciamento desses riscos é melhor detalhado no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas, documento público disponibilizado no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/riscos-socioambientais/Paginas/default.aspx>).

### **(g) Estrutura de gerenciamento de capital**

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A CAIXA reconhece que o gerenciamento de capital é parte integrante e fundamental para o atingimento dos objetivos estratégicos, e possui compreensão abrangente e integrada dos riscos que podem impactar o capital. Considera o seu Plano Estratégico, a Declaração de Apetite por Riscos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência de capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP e da elaboração de Plano de Capital para um horizonte mínimo de 3 anos.

Os limites mínimos de capital e regras de distribuição de resultado aderentes ao planejamento de capital da CAIXA são formalizados em documentos específicos, como a Declaração de Apetite por Riscos e outras normas internas, aprovadas periodicamente pelo Conselho de Administração da CAIXA.

A CAIXA prioriza fontes de capital com características (fonte de recurso, prazo e taxas) compatíveis com seus objetivos estratégicos e sua necessidade de capital, visando a otimização da sua estrutura de capital e de sua eficiência operacional.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP está definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Os procedimentos e parâmetros relativos ao ICAAP estão normatizados na Circular BCB nº 3.846/2017.

O ICAAP foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na regulamentação e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da disponibilização ao Bacen.

A CAIXA acompanha a suficiência do seu capital por meio da avaliação e mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de crédito da contraparte e o risco de concentração), mercado, operacional, e de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; da avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, por meio da avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

A elaboração de cenários de estresse parte de uma discussão que visa identificar os eventos que poderiam caracterizar uma situação de estresse capaz de produzir efeitos significativos sobre a economia e sobre a CAIXA. Os eventos são selecionados com base tanto nas expectativas de impactos que esses poderão ter sobre a economia e sobre o negócio da CAIXA, quanto na sua probabilidade de ocorrência.

O resultado do último ICAAP considerando o cenário de normalidade, realizado para data-base dezembro de 2022, apontou que a CAIXA dispõe de capital para fazer frente a todos os riscos materiais e margem de capital relevante, refletindo a capacidade de garantir a solidez patrimonial da instituição.

#### (h) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>129.887.763</b>	<b>126.431.245</b>
<b>Nível I</b>	<b>113.714.892</b>	<b>107.020.333</b>
<b>Capital Principal – CP</b>	<b>112.001.650</b>	<b>105.307.092</b>
Patrimônio líquido prudencial (1)	133.532.510	126.458.588
Ajustes prudenciais	(21.530.860)	(21.151.496)
<b>Capital Complementar – CC</b>	<b>1.713.241</b>	<b>1.713.241</b>
<b>Nível II (2)</b>	<b>16.172.871</b>	<b>19.410.912</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco – RWA</b>	<b>792.216.916</b>	<b>757.921.788</b>
Risco de crédito – RWACPAD	694.956.868	668.681.422
Risco de mercado – RWAMPAD	17.775.311	13.748.115
Risco operacional – RWAOPAD	79.484.737	75.492.251
<b>Adicional de Capital Principal – ACP</b>	<b>27.727.592</b>	<b>26.527.263</b>
<b>Patrim. de Referência Mínimo Requerido – PRMR (RWA*Fator F) + ACP</b>	<b>91.104.945</b>	<b>87.161.006</b>
<b>Risco de mercado – carteira de não negociação – RBAN</b>	<b>4.722.769</b>	<b>2.400.587</b>
<b>Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)</b>	<b>34.060.048</b>	<b>36.869.652</b>
<b>Índice de capital principal (CP / RWA)</b>	<b>14,14%</b>	<b>13,89%</b>
<b>Índice de capital nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>14,35%</b>	<b>14,12%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>16,40%</b>	<b>16,68%</b>
<b>Fator F</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizadas conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

(2) Consoante ao disposto nos art. 29 e 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

#### (i) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso os instrumentos da carteira TVM classificados nas categorias I – Para negociação e II – Disponíveis para venda, conforme categorização da Circular BCB nº 3.068/2001, além dos derivativos financeiros que são avaliados ao valor de mercado conforme Circular BCB nº 3.082/2002.

As flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais, de preços de ações e preços de mercadorias podem trazer incertezas futuras aos preços dos ativos atrelados a esses fatores de risco contabilizados no balanço patrimonial. A volatilidade dos fatores de risco, portanto, ocasionam volatilidade nos valores contabilizados no balanço patrimonial.

O exercício de análise de sensibilidade captura possibilidades de volatilidade nos fatores de risco e prevê os impactos nos valores contabilizados nos instrumentos financeiros. Contudo, valem algumas ressalvas importantes quanto à metodologia do exercício: i – o exercício é aplicado considerando uma composição estática de balanço, ignorando a capacidade de gerenciamento das exposições da instituição. Principalmente para os títulos prefixados da carteira de negociação, a capacidade para proteção (hedge), com a utilização de instrumentos derivativos, é alta; ii – não foram aplicados choques ao spread de crédito dos instrumentos financeiros privados ou aos títulos públicos; iii – os instrumentos que são objeto de contabilidade de hedge (hedge accounting) e seus respectivos instrumentos de hedge não estão no escopo do exercício, pois a CAIXA acompanha sistematicamente a efetividade dessas estruturas que, de certa forma, estão imunes à choques nos fatores de risco.

Destaca-se que os instrumentos que não são avaliados ao valor justo no balanço patrimonial, como os instrumentos de TVM categoria III – Mantidos até o vencimento, as disponibilidades, as aplicações/captações interfinanceiras de liquidez, as operações de crédito, os depósitos bancários, os depósitos especiais, bem como outros instrumentos no balanço que são sujeitos ao risco de variação das taxas de juros, têm seus riscos identificados, mensurados, monitorados, mitigados e reportados à governança de riscos da CAIXA, em arcabouço próprio de gerenciamento de riscos, consubstanciados na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BCB nº 3.876/2019, e, portanto, não fazem parte do presente exercício. As sensibilidades desses instrumentos são analisadas e monitoradas e a instituição separa parte de seu capital para o enfrentamento das perdas decorrentes das variações desses fatores de risco. As informações para esses riscos constam do relatório de Pilar III, disponível no site da CAIXA na internet.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 25% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;
- Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;
- Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;
- Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;
- Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,5% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco; e

Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativa de 5% para os demais fatores de risco.

Os resultados dos instrumentos financeiros apurados em 30/06/2024 estão sintetizados no quadro a seguir:

Fator de Risco	Cenário I - MtM R\$ mil	Choque de Alta nas Taxas de Juros			Choque de Baixa nas Taxas de Juros		
		Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII
		Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil
CDI	48.910.103	(919.102)	(2.244.299)	(4.320.264)	949.112	2.432.060	5.074.241
Pré	20.884.196	(466.925)	(1.132.078)	(2.154.960)	486.995	1.257.738	2.660.763
Cupom IPCA	3.723.963	(225.023)	(512.373)	(894.575)	259.441	733.554	1.873.855
Cupom TR	1.476.353	(73.586)	(172.561)	(312.067)	80.508	216.105	490.343
Cupom SELIC	209.446.071	(355.712)	(710.534)	(1.064.469)	356.604	714.103	1.072.500
Cupom IGPM	12.006	(520)	(1.241)	(2.303)	555	1.456	3.174
<b>TAXA DE EXPOSIÇÃO</b>	<b>284.452.692</b>	<b>(2.040.868)</b>	<b>(4.773.086)</b>	<b>(8.748.698)</b>	<b>2.193.215</b>	<b>5.355.016</b>	<b>11.174.876</b>
<b>Varição %</b>		<b>(0,72%)</b>	<b>(1,68%)</b>	<b>(3,08%)</b>	<b>0,75%</b>	<b>1,88%</b>	<b>3,93%</b>

#### (j) Valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apuração praticada pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de um spread de crédito a partir do rating de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

Pelo método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os fluxos de juros, pagamento de principal e curvas de desconto.

O spread de crédito visa ajustar o preço com base na percepção de mercado ou interna sobre a situação do emissor de um determinado instrumento na data do balanço.

O modelo de construção de árvore binomial de probabilidade de Hull é utilizado para avaliar instrumentos privados com cláusula de resgate antecipado.

O IFRS 7 (CPC 46) especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.



- Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.
- Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

Os métodos e pressupostos descritos acima podem resultar em um valor justo que não indique o valor realizável líquido de um instrumento em uma operação específica, dadas as condições de mercado. No entanto, a CAIXA acredita que os métodos e pressupostos adotados são apropriados às características contratuais de cada instrumento e consistentes com as melhores práticas de mercado. Além disso, a aplicação de métodos ou o uso de pressupostos diferentes na apuração do valor justo pode gerar outros resultados de valor justo na data do balanço, dado que esses instrumentos são naturalmente sensíveis aos métodos e pressupostos assumidos dadas as suas características contratuais.

Os insumos para coleta de dados, que compõem o processo de formação de preço dos instrumentos, como fonte primária, são obtidos das seguintes fontes:

- Mercado secundários de títulos públicos federais: ANBIMA;
- Cotações de ações, preços e ajustes de contratos futuros, taxas de mercado para swap, taxa DI: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

#### (j.1) Hierarquia do valor justo

Descrição	INDIVIDUAL				
	30/06/2024		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo</b>					
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1.855.906.308</b>	<b>1.622.424.766</b>	<b>272.379.168</b>	<b>1.339.081.786</b>	<b>10.963.812</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	184.470.736	184.471.234	-	184.471.234	-
Depósitos no Banco Central	140.257.502	130.902.511	-	130.902.511	-
Títulos e Valores Mobiliários	295.380.965	285.831.129	272.379.168	2.488.149	10.963.812
Instrumentos financeiros derivativos	7.248	7.229	-	7.229	-
Carteira de crédito	1.174.179.348	965.911.522	-	965.911.522	-
Outros ativos financeiros	61.610.509	55.301.141	-	55.301.141	-
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>1.689.671.293</b>	<b>1.475.768.461</b>	<b>-</b>	<b>794.798.327</b>	<b>680.970.134</b>
Recursos de clientes	741.191.576	680.970.134	-	-	680.970.134
Recursos de instituições financeiras e outras	692.098.001	552.759.327	-	552.759.327	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	256.381.716	242.039.000	-	242.039.000	-

INDIVIDUAL					
Descrição	31/12/2023		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo</b>					
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1.779.520.873</b>	<b>1.617.776.979</b>	<b>261.941.909</b>	<b>1.342.426.424</b>	<b>13.408.646</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	180.978.966	180.980.309	-	180.980.309	-
Depósitos no Banco Central	133.393.149	126.694.762	-	126.694.762	-
Titulos e Valores Mobiliários	281.716.676	276.816.851	261.941.909	1.466.296	13.408.646
Instrumentos financeiros derivativos	163.206	163.154	-	163.154	-
Carteira de crédito	1.119.820.258	972.508.550	-	972.508.550	-
Outros ativos financeiros	63.448.618	60.613.353	-	60.613.353	-
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>1.616.268.614</b>	<b>1.438.657.556</b>	<b>-</b>	<b>777.298.799</b>	<b>661.358.757</b>
Recursos de clientes	714.074.459	661.358.757	-	-	661.358.757
Recursos de instituições financeiras e outras	665.024.676	548.055.892	-	548.055.892	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	237.169.479	229.242.907	-	229.242.907	-
<b>CONSOLIDADO</b>					
Descrição	30/06/2024		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo</b>					
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1.857.413.768</b>	<b>1.665.526.228</b>	<b>272.379.168</b>	<b>1.383.544.971</b>	<b>9.602.089</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	184.470.736	130.902.511	-	130.902.511	-
Depósitos no Banco Central	140.257.502	184.471.234	-	184.471.234	-
Titulos e Valores Mobiliários	295.706.773	284.469.406	272.379.168	2.488.149	9.602.089
Instrumentos financeiros derivativos	7.437	7.229	-	7.229	-
Carteira de crédito	1.175.225.425	1.009.446.728	-	1.009.446.728	-
Outros ativos financeiros	61.745.895	56.229.120	-	56.229.120	-
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>1.655.007.228</b>	<b>1.442.669.712</b>	<b>-</b>	<b>761.700.055</b>	<b>680.969.657</b>
Recursos de clientes	741.191.056	680.969.657	-	-	680.969.657
Recursos de instituições financeiras e outras	691.762.420	552.491.307	-	552.491.307	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	222.053.752	209.208.748	-	209.208.748	-

Descrição	CONSOLIDADO				
	31/12/2023		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo</b>					
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1.780.968.365</b>	<b>1.662.976.267</b>	<b>261.941.909</b>	<b>1.386.608.698</b>	<b>14.425.660</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	180.978.966	180.980.309	-	180.980.309	-
Depósitos no Banco Central	133.393.149	126.694.762	-	126.694.762	-
Títulos e Valores Mobiliários	281.956.233	277.833.865	261.941.909	1.466.296	14.425.660
Instrumentos financeiros derivativos	163.206	163.154	-	163.154	-
Carteira de crédito	1.120.867.849	1.017.929.624	-	1.017.929.624	-
Outros ativos financeiros	63.608.962	59.374.553	-	59.374.553	-
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>1.582.318.661</b>	<b>1.405.689.582</b>	<b>-</b>	<b>744.331.178</b>	<b>661.358.404</b>
Recursos de clientes	714.074.077	661.358.404	-	-	661.358.404
Recursos de instituições financeiras e outras	664.122.848	547.312.684	-	547.312.684	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	204.121.736	197.018.494	-	197.018.494	-

### Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
<b>Lucro Líquido Contábil (a)</b>	<b>5.300.681</b>	<b>4.217.933</b>	<b>5.748.419</b>	<b>4.516.072</b>
<b>Eventos Não Recorrentes (b)</b>	<b>(875.134)</b>	<b>-</b>	<b>(875.134)</b>	<b>-</b>
PDV 2024 (1)	(875.134)	-	(875.134)	-
<b>Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (2)</b>	<b>457.960</b>	<b>-</b>	<b>453.564</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Não Recorrente (d = b + c)</b>	<b>(417.174)</b>	<b>-</b>	<b>(421.570)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)</b>	<b>5.717.855</b>	<b>4.217.933</b>	<b>6.169.989</b>	<b>4.516.072</b>

(1) Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2024.

(2) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

### Nota 35 – Outras informações

#### (a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	30/06/2024	31/12/2023
Fundos de investimento financeiro	465.676.501	455.969.818
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	318.510.845	310.756.753
Fundos de ações	25.972.780	27.344.917
<b>Total</b>	<b>810.160.126</b>	<b>794.071.488</b>

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

**(b) Ativo problemático**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, ativo problemático é um ativo financeiro no qual é verificado que a respectiva obrigação está em atraso há mais de 90 dias e/ou há indicativos de que essa obrigação não será integralmente honrada, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Em 30/06/2024, a carteira problemática alcançou o montante de R\$ 70.870.654 (31/12/2023 - R\$ 88.577.816), sendo constituída provisão no montante de R\$ 31.803.906 (31/12/2023 - R\$ 30.247.431) para a referida carteira.

Destaca-se que o componente de maior relevância na carteira problemática decorre da reestruturação que responde por 38,53% (R\$ 27.309.192), seguido pelo componente Inadimplência com 36,48% (R\$ 25.854.211).

A carteira habitacional responde por 52,84% (R\$21.933.483) da carteira classificada como problemática, quando considerado todos os componentes de marcação.

**(c) Medidas de enfrentamento à Calamidade do Rio Grande do Sul (RS)**

A Medida Provisória nº 1.229/24 instituiu apoio financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo poder executivo federal.

A medida previu apoio financeiro de R\$ 5,1 mil, em parcela única, para cada família do Rio Grande do Sul afetada pelas recentes chuvas e enchentes. O apoio financeiro, batizado como Programa Auxílio Reconstrução, foi repassado pela Caixa Econômica Federal por meio de Pix para a conta dos beneficiários. É preciso, sob as penas da lei, que a pessoa se autodeclare atingida pelos recentes eventos.

Os pagamentos se iniciaram em 31 de maio de 2024, contemplando cerca de 235,8 mil beneficiários, totalizando um socorro de R\$ 1,2 bilhão para reposição de bens domésticos em razão da atual situação de calamidade pública. Ainda, foram disponibilizados R\$ 30 milhões do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA) para projetos com objetivo de recompor perdas materiais e capacidade produtiva das famílias. As ações devem ser executadas em até 30 meses, tendo foco em melhorias habitacionais, recuperação de micro empreendimentos e soluções para o pós-crise. Pretende-se constituir um banco de projetos aptos para receber recursos, entre R\$ 500 mil e R\$ 3 milhões.

Também foi iniciada a operação do Pronampe Solidário para empresas no Rio Grande do Sul, com crédito de até 60% do faturamento do ano anterior, limitado a R\$ 150 mil. A linha de crédito nos municípios com estado de calamidade pública é subsidiada pelo Governo Federal, com amortização de 40% na contratação dos recursos. Os valores podem ser acessados por micro, pequenas e médias empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões ao ano. Os recursos disponibilizados devem atenuar os prejuízos econômicos dos empresários locais, apoiando na reestruturação dos negócios e na manutenção dos empregos gerados.

O banco disponibilizou sua estrutura para instalação do escritório de monitoramento do Governo Federal, além de enviar especialistas de áreas como habitação, FGTS e governo para a região afetada. Destaca-se o reforço no atendimento da CAIXA durante a calamidade, com o direcionamento de caminhões agência, instalação de unidade contêiner e estrutura provisória, sendo designados 600 empregados adicionais para atendimento presencial ou por meio de agência digital.

Em junho, a CAIXA e o Governo do Rio Grande do Sul celebraram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para fornecimento de apoio logístico para infraestrutura, viabilizando a continuidade de execução das atividades do estado e o atendimento à população gaúcha, bem como auxiliar nas medidas de enfrentamento à calamidade pública. Está contemplada no acordo a doação de mobiliário e computadores não utilizados pelo banco. O conjunto de medidas anunciadas e a atuação do banco desde o início das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul ratificam o apoio e o compromisso da CAIXA com o povo gaúcho.

### Resoluções CMN

A Resolução CMN nº 5.132/24 estabelece que as instituições financeiras ficam autorizadas a prorrogar de forma automática, para 15 de agosto de 2024, o vencimento das parcelas de principal e juros das operações de crédito rural que tenham vencimento de 1º de maio de 2024 a 14 de agosto de 2024, de empreendimentos localizados em municípios do estado do Rio Grande do Sul.

A Resolução CMN nº 5.137/24 dispõe sobre os critérios a serem observados sobre os níveis mínimos de provisão diferenciados das operações de crédito, em decorrência ao enfrentamento das consequências econômicas derivadas de eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul.

### Medidas Caixa

Foram estabelecidas as seguintes condições especiais aos clientes Caixa:

- **Habitação:** Pausa de até 6 meses nos contratos de financiamento habitacional nas regiões atingidas e suporte para acionamento de seguro e pagamento de indenizações, de forma ágil;
- **CDC:** Pausa de até 6 meses nas prestações e carência de até 90 dias para pagamento da primeira prestação na linha de crédito;
- **Consignado:** Redução da taxa para 872 convênios de crédito consignado do Rio Grande do Sul com possibilidade de aumento do prazo de concessão;
- **Penhor:** Suspensão do leilão do penhor pelo prazo do decreto e dispensa de encargos por atraso na renovação dos contratos, de forma automática, por 90 dias;
- **Crédito especial Empresa Pós:** Pausa no pagamento por até 6 meses e contratação com taxas especiais;
- **Giro Caixa Empresarial:** Oferta de crédito solidário com 80% de garantia para as empresas que se enquadrarem nos critérios do programa e estejam localizadas em municípios do Rio Grande do Sul. Além da redução da taxa de juros, possibilidade de até 12 meses de carência na contratação e de até 60 meses para amortização;
- **Azulzinha:** Isenção de um mês no aluguel do produto azulzinha para os clientes das regiões afetadas.
- **Crédito Rural:** prorrogação de parcela de Investimento por até 12 meses, prorrogação do custeio em até 24 meses, com pagamento de 50% do saldo devedor em 12 meses e os 50% restantes ao fim dos 24 meses;
- **Renegociações PF e PJ:** Pausa no pagamento por até 6 prestações;
- **Operações de crédito para Municípios:** Prorrogação dos prazos de desembolso, utilização do crédito e comprovação por até 90 dias, dispensa de tarifa contratual;

- Hospitais filantrópicos e não filantrópicos e santas casas: Pausa de até 12 meses nas prestações e até 6 meses de carência nas novas contratações.

#### **Medidas CAIXA Seguridade**

A CAIXA Seguridade presta apoio aos moradores dos municípios atingidos pelas chuvas. Dentre as ações adotadas, destacam-se:

- Central de atendimento (sinistros e assistência) com equipe reforçada;
- Fluxo facilitado para acionamento de sinistro, com documentação simplificada, proporcionando celeridade no atendimento;
- Apoio técnico no atendimento aos beneficiários de seguros;
- Esteira ágil de sinistros: liberação de até R\$ 4 mil de forma antecipada, quando não foi possível a realização de vistoria para o Seguro Habitacional da Caixa Residencial;
- 1% do valor arrecadado com a contratação de seguro residencial em todo o país, no período de 3 a 10 de maio, foi direcionado para doação às famílias de baixa renda atingidas pelas chuvas;
- 1% do valor arrecadado com a contratação do Rapidex do Bem em todo o país foi direcionado para instituições sem fins lucrativos que prestam suporte às famílias atingidas.

Além disso, a Caixa Vida e Previdência, a Caixa Consórcio, a Caixa Capitalização e a CNP Seguros Holding realizaram doações à ONG Moradia e Cidadania, para apoiar as famílias atingidas.

#### **(d) Fato Relevante sobre o ramo de Seguridade**

Conforme Fato Relevante divulgado pela Caixa Seguridade em 08/07/2024, foi recebida da estipulante das apólices de seguros prestamista, a Caixa, base de dados contendo a relação de pessoas naturais falecidas, que figuravam como titulares de contratos de crédito, sem aviso de sinistro por parte do estipulante até então, assim, considerando a expectativa de desembolso a partir da análise da base de dados recebida, as Seguradoras realizaram, entre maio e junho de 2024, o provisionamento de sinistros no montante de R\$ 342.196.

#### **Nota 36 – Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes no período.

Carlos Antonio Vieira Fernandes  
Presidente

Adriano Assis Matias  
Vice-presidente

Francisco Egidio Pelúcio Martins  
Vice-presidente

Henriete Alexandra Sartori Bernabé  
Vice-presidente

Inês da Silva Magalhães  
Vice-presidente

Laércio Roberto Lemos de Souza  
Vice-presidente

Marconi Nogueira Plácido  
Vice-presidente em exercício

Marcos Brasiliano Rosa  
Vice-Presidente

Paulo Rodrigo De Lemos Lopes  
Vice-presidente

Saulo Farhat Paiva  
Vice-presidente em exercício

Tiago Cordeiro de Oliveira  
Vice-presidente em exercício

Juliana Grigol Fonsechi  
Diretora de Contadoria e Controladoria

Celio Cesario de Torres  
Superintendente Nacional  
Contador CRC/GO 009577/O-1-T-DF

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

### RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 30 DE JUNHO DE 2024

#### 1 Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA) e para as subsidiárias que adotaram o regime de COAUD único: CAIXA Loterias S.A. e CAIXA Asset. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas. Suas competências estão definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA e por seu próprio Regimento Interno, disponível no site [https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/Regimento\\_Comite\\_Auditoria.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/Regimento_Comite_Auditoria.pdf).

O Comitê é composto por quatro participantes independentes, nomeados pelo Conselho de Administração (CA), com mandatos de 3 anos, permitida uma recondução.

O COAUD tem como principais atribuições acompanhar e avaliar: (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Contábeis; (ii) a independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; (iii) o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes, auditores internos, órgão regulador e demais órgãos de controle; (iv) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos relevantes a eles associados; (v) os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares; (vi) a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos por parte da administração.





## 2 Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como atender às recomendações dos órgãos de supervisão, de auditoria e de controle.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. A Auditoria interna atua como terceira linha de defesa.

O controle interno e a função *compliance* atuam de forma continuada para monitoramento da efetividade dos controles internos, para a mitigação dos riscos relevantes e para avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares e das políticas e normativos internos, atuando como segunda linha de defesa.

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, bem como opina sobre matérias submetidas ao Conselho, em seu âmbito de atuação, de acordo com as atribuições das Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.926/2021.

O assessoramento desempenhado pelo COAUD baseia-se, principalmente: (i) nas informações recebidas da Administração, em apresentações realizadas pelas unidades negociais e funcionais, em especial, pelas áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, integridade, controles internos e conformidade;

(ii) no resultado dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) nas análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

### **3 Atividades do período**

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo, 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2024, em andamento, e considerando as responsabilidades e atribuições do Comitê, foram examinados e avaliados assuntos relacionados a contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, integridade, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, Tecnologia da Informação (TI), entre outros.

Conforme previsto no Art. 69, §2º, do Estatuto da CAIXA, o presidente, como membro do Conselho de Administração, participou também das reuniões do CA da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

### **4 Destaques**

Durante o primeiro semestre de 2024, o Comitê apreciou 142 matérias, sendo 18 para emissão de parecer enviados para o Conselho de Administração, e 124 para conhecimento.

Entre os assuntos apresentados destacam-se os seguintes: (i) adequação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (ii) adequação das demonstrações contábeis em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*; (iii) monitoramento dos ofícios recebidos dos órgãos reguladores, assim como o acompanhamento dos planos de ação para atender às respectivas demandas; (iv) provisões para devedores duvidosos, perdas operacionais e contingências judiciais; (v) gestão de riscos; (vi) conhecimento do Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI) da CAIXA; (vii) revisão da Política de Segurança e Informação; (viii) acompanhamento das temáticas relacionadas ao ecossistema Integridade, que inclui temas afetos à área de atuação da Corregedoria, da Ouvidoria e da área de controles internos, bem como o tratamento de denúncias vindas do canal de denúncias; (ix) monitoramento das políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP); (x) acompanhamento das ações



referentes à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Programa de Governança em Privacidade da CAIXA, conforme previsto na Lei nº 13.709, de 2018; (xi) acompanhamento do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, que trata de instrumentos financeiros; (xii) acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controles Internos CAIXA.

O Comitê de Auditoria avaliou e monitorou, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das Transações com Partes Relacionadas, verificando a conformidade aos princípios e diretrizes estabelecidos, na forma definida pelo Conselho de Administração.

O COAUD também se dedicou ao acompanhamento da evolução do ambiente de controle da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), aos temas de ambiência tecnológica e de Compras e Contratações na CAIXA, entre outros.

#### **4.1 Demonstrações Contábeis**

##### **4.1.1 CAIXA**

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2024, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes. Adicionalmente, examinou as demonstrações contábeis intermediárias em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Durante o primeiro semestre de 2024 e até a data de emissão deste relatório, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

E, tomou conhecimento da proposta da Reprogramação Orçamentária CAIXA para 2024, da Projeção Plurianual de Resultados para o período 2024-2033 e da Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário.



#### **4.1.2 Subsidiárias**

##### CAIXA LOTERIAS

O Comitê realizou três reuniões com a Caixa Loterias no primeiro semestre de 2024, nas quais opinou sobre proposições referente as Demonstrações Financeiras CAIXA Loterias referentes aos 1º, 2º e 3º Trimestres do ano anterior e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de sua respectiva destinação de resultados, acompanhadas do Relatório da Administração da CAIXA Loterias S.A.

Opinou referente proposta de autorização para contratação direta da empresa BDO RCS Auditores Independentes, para a prestação de serviços técnicos especializados referentes à análise das Demonstrações Financeiras de 2024.

##### CAIXA ASSET

O Comitê examinou as Demonstrações Financeiras da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (CAIXA ASSET) e o Relatório da Administração, relativas ao 1º semestre de 2024, com deliberação favorável à aprovação das referidas demonstrações.

#### **4.2 Auditorias**

##### **4.2.1 Auditoria Independente**

O Comitê avalia anualmente a objetividade e a independência dos auditores independentes, a qualidade e a efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Referente às Demonstrações Financeiras, foram ouvidos previamente às publicações do semestre.

##### **4.2.2 Auditoria Interna**

No período, o COAUD revalidou e acompanhou o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2024. Também acompanhou o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração,



a atuação da Auditoria Interna no processo de conciliação contábil e dos trabalhos de auditoria na Funcef.

Foram apreciados ainda os relatórios síntese e o resultado da avaliação da Auditoria Interna.

### **4.3 Controles**

#### **4.3.1 Controles internos**

O Comitê realizou reuniões com a Diretoria Executiva de Controle Interno e Integridade com o objetivo de acompanhar as avaliações, recomendações e ações realizadas, para assegurar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição, além de monitorar os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

#### **4.3.2 Órgãos Reguladores e de Controle**

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e com a área de Controles Internos.

A propósito do relacionamento do COAUD com o Regulador, pode-se destacar, além das ações de acompanhamento, a realização de reuniões para discussão de temas considerados relevantes pelo Banco Central.

Referente aos assuntos de Controle Externo, o Comitê tomou conhecimento dos temas relacionados à Caixa, acompanhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

### **4.4 Conformidade**

Os aspectos de conformidade são observados e acompanhados pelo COAUD nos diversos assuntos abordados nas reuniões. Não obstante o acompanhamento geral, pode-se destacar como ação específica em relação ao *compliance*, o monitoramento das ações apresentadas no Relatório de Compliance CAIXA, de forma a assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições quanto à Política de Conformidade, conforme previsto na Resolução CMN nº



4.595, de 2017.

#### **4.5 Gerenciamento de Riscos**

De forma análoga ao acompanhamento da função conformidade, os aspectos relativos ao gerenciamento de risco da CAIXA são examinados e acompanhados ao longo da execução do Plano de Trabalho do COAUD, mediante identificação dos fatores de risco inerentes a cada tema discutido no âmbito do Comitê. Não obstante o acompanhamento geral, o Comitê aloca tempo específico aos temas que, em função da relevância ou complexidade, demandam exame mais apurado.

#### **4.6 Integridade**

Em atenção ao Código de Ética, Conduta e Integridade da CAIXA, à Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da instituição e ao compromisso com a prevenção e o combate à corrupção e demais ilícitos previstos em lei, o COAUD acompanhou diversas ações no âmbito do Programa de Integridade CAIXA, que inclui assuntos relacionados à Ouvidoria, à Corregedoria, às Linhas de Defesa, à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP).

#### **4.7 Outros Temas**

Em complemento, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às vice-presidências responsáveis, de assuntos atinentes às carteiras de créditos, tecnologia da informação, compras e contratações, provisões judiciais, prevenção de fraudes, dentre outros temas.

### **5 Conclusão**

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas atribuições, responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam crescente nível de melhoria;



- ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;
- iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitida sem ressalva, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 20 de agosto de 2024.

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

LEONARDO BORDEAUX REGO MACHADO

EDMUNDO AUGUSTO CHAMON  
Presidente



## Parecer do Conselho Fiscal

**Parecer nº 087/2024, da Ata nº 874, de 20/08/2024**

**Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário e o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º semestre de 2024.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto nos incisos II, III, e XVI do Artigo 67, do Estatuto Social da CAIXA, **examinou** as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas, a revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário, e o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º semestre de 2024, aprovada pela Resolução nº 1598/2024 e Parecer nº 018/2024, da Ata 876, de 19/08/2024, ambos do Conselho de Administração e, considerando o Parecer do Comitê de Auditoria nº 116/2024 da Ata 487, de 15/08/2024, e a manifestação da empresa de auditoria independente, KPMG Auditores Independentes, bem como os subsídios e esclarecimentos obtidos durante a reunião, **opina favoravelmente** sobre as Demonstrações. Observado o exposto, o Colegiado não identifica óbices à divulgação da referida matéria.

Brasília, 20 de agosto de 2024.

GILSON ALCEU BITTENCOURT  
Membro Titular

MARCELO PEREIRA DE AMORIM  
Presidente





## Parecer do Conselho de Administração

### Parecer nº 018 – Ata nº 876, de 19/08/2024

**Assunto: Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas, Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário e acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º semestre de 2024.**

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 38, inciso XVI, alínea “c”, do Estatuto Social da CAIXA, considerando a manifestação da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria nº 116/2024 da Ata 487, de 15/08/2024, **aprovou: 1)** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício 1º semestre de 2024; **2)** a revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário referente ao 1º semestre de 2024; e **3)** o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA referente ao 1º semestre de 2024.

Brasília, 19 de agosto de 2024.

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES

EDMUNDO AUGUSTO CHAMON

FABIANA UEHARA PROSCHOLDT

JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO  
JÚNIOR

RAQUEL NADAL CESAR GONÇALVES

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA  
Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.

SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte

ParkShopping - Zona Industrial (Guará)

Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil Telefone +55 (61)

3362 3700 kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

Caixa Econômica Federal - CAIXA Brasília – DF

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal (“Instituição” e/ou “CAIXA”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caixa Econômica Federal em 30 de junho de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (h) e 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou, em 30 de junho de 2024, R\$ 50.522.436 mil (individual e consolidado) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que compreendem as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a CAIXA classifica as operações de crédito, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), do "AA" (risco mínimo) ao "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da CAIXA, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores, e aos garantidores. Adicionalmente, a CAIXA realiza provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da CAIXA.

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, às incertezas e o grau de julgamento inerentes à classificação das operações de crédito em níveis de riscos, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados na determinação da provisão complementar, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave, manuais e automatizados, relacionados aos processos de: (i) aprovação e registro das operações de crédito; e (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas e julgamentos utilizados na classificação das operações de crédito em níveis de risco ("ratings");
- Avaliação, com base em amostragem, se a CAIXA atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise dos dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes e operações pela CAIXA, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras e garantias, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da CAIXA, incluindo os ratings internos complementares aos indicados na referida Resolução; e (ii) análise do cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a aplicação pela CAIXA dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

## Reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (q) e 19 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios, com as respectivas provisões registradas no montante de R\$ 11.444.397 mil (individual e consolidado).

Parte dessas provisões foram constituídas considerando: (i) a análise individualizada realizada por advogados internos da CAIXA para as ações relevantes, baseada na repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, ponderada pela situação do expediente e jurisprudência predominante em causas similares, para determinar a probabilidade de perda e valor estimado de condenação; ou (ii) modelo estatístico massificado para ações trabalhistas e cíveis habitacionais e de feitos diversos, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à CAIXA.

Devido à relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas as ações trabalhistas e cíveis habitacionais e de feitos diversos, incluindo as divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos que este é assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade de certos controles internos relacionados a: (i) avaliação sobre os modelos massificados utilizados na mensuração da provisão para passivos contingentes; (ii) revisão da estimativa da probabilidade de perda e do valor atribuído às ações relevantes analisadas de forma individualizada pelos advogados internos da CAIXA; e (iii) análise retrospectiva sobre a suficiência de provisão pela CAIXA, bem como a avaliação dos métodos, dados e premissas que suportam as provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimentos em estatística, da metodologia estatística massificada utilizada na mensuração da provisão de ações trabalhistas e cíveis habitacionais e de feitos diversos, e recálculo da referida provisão de acordo com os critérios estabelecidos;
- Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos consultores jurídicos internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;
- Avaliação da suficiência de provisão para as ações fiscais, cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tenham divergido em relação ao valor provisionado; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do reconhecimento e da mensuração das provisões relacionadas as ações relevantes analisadas individualmente, e a avaliação da mensuração das ações trabalhistas e cíveis habitacionais e de feitos diversos analisadas por critério estatístico massificado, bem como as divulgações e mensuração dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

## Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (r) e 21 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas. Parte relevante destes planos são classificados como planos de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;
- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos os atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas; e
- Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente quanto à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

## Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (i) e 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários no valor de R\$ 63.896.781 e R\$ 63.897.044 mil (individual e consolidado, respectivamente) referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela CAIXA. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA na utilização de premissas.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes a elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;
- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; e (ii) recalculamos os valores incluído no estudo técnico de realização dos créditos tributários;
- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à expectativa de realização de créditos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de créditos tributários registrados, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

### **Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS**

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 (c) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante líquido de R\$ 30.600.130 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS a receber no montante de R\$ 10.449.791 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação específica e segue um processo de novação (emissão de títulos por parte da União). A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS visa capturar a possibilidade de eventuais sinistros para as operações, independentemente da sua fase no processo de novação (Habilitado, Não Habilitado, Habilitado e não homologado, Homologado com recursos, Homologado sem recursos e Negativa de cobertura), devido a insuficiência de documentação comprobatória, conforme requerido pelas regras em vigor.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, processamento e contabilização das provisões;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão para créditos junto ao FCVS;
- Avaliação, por meio de amostragem, das informações de fases do processo de novação utilizadas no cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de mensuração das provisões para créditos junto ao FCVS.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

## Ambiente de Tecnologia da Informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave de acesso a sistemas e aplicações, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; (ii) efetuamos testes, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e (iv) quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pela CAIXA.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em



relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 19 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-0



André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

**Demonstrações  
Contábeis**



**30 de junho de 2024**

 **BANCO DO BRASIL**



# Índice

<b>Índice</b> .....	<b>2</b>
<b>Demonstrações Contábeis</b> .....	<b>3</b>
Balanco patrimonial .....	3
Demonstração do resultado .....	4
Demonstração do resultado abrangente .....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Demonstração do valor adicionado .....	9
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b> .....	<b>10</b>
1 – O Banco e suas operações .....	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis .....	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis .....	16
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis .....	24
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias .....	27
6 – Informações por segmento .....	28
7 – Caixa e equivalentes de caixa .....	32
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil .....	33
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	34
10 – Títulos e valores mobiliários .....	35
11 – Instrumentos financeiros derivativos .....	42
12 – Carteira de crédito .....	49
13 – Outros ativos .....	58
14 – Investimentos .....	60
15 – Imobilizado de uso .....	65
16 – Intangível .....	66
17 – Recursos de clientes .....	68
18 – Recursos de instituições financeiras .....	70
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários .....	73
20 – Outros passivos .....	76
21 – Provisões e passivos contingentes .....	78
22 – Tributos .....	83
23 – Patrimônio líquido .....	86
24 – Receitas de prestação de serviços .....	93
25 – Despesas de pessoal .....	94
26 – Outras despesas administrativas .....	95
27 – Outras receitas e outras despesas .....	96
28 – Partes relacionadas .....	97
29 – Benefícios a empregados .....	102
30 – Gerenciamento de riscos e de capital .....	113
31 – Resultado recorrente e não recorrente .....	125
32 – Outras informações .....	126
33 – Eventos subsequentes .....	130
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b> .....	<b>131</b>
<b>Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</b> .....	<b>138</b>
<b>Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>140</b>
<b>Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes</b> .....	<b>141</b>
<b>Membros da Administração</b> .....	<b>142</b>



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## Balanco patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>					
<b>Disponibilidades</b>	7	<b>23.608.734</b>	<b>14.022.703</b>	<b>25.772.874</b>	<b>17.327.745</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>2.220.636.676</b>	<b>2.098.663.459</b>	<b>2.253.286.713</b>	<b>2.072.861.380</b>
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	120.745.272	101.805.900	120.745.272	101.805.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	421.727.980	484.532.603	413.463.838	432.160.990
Títulos e valores mobiliários	10	552.816.206	450.775.401	578.021.908	466.994.273
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.969.290	1.974.580	5.983.109	1.973.686
Carteira de crédito	12	1.010.578.047	964.925.057	1.024.415.979	975.349.358
Outros ativos financeiros	13	108.799.881	94.649.918	110.656.607	94.577.173
<b>Provisões para perdas associadas ao risco de crédito</b>		<b>(62.373.840)</b>	<b>(59.227.890)</b>	<b>(62.880.439)</b>	<b>(59.672.969)</b>
Carteira de crédito	12	(58.635.285)	(55.806.103)	(58.786.404)	(55.927.619)
Outros ativos financeiros	13	(3.738.555)	(3.421.787)	(4.094.035)	(3.745.350)
<b>Ativos fiscais</b>		<b>70.300.940</b>	<b>67.916.922</b>	<b>73.471.899</b>	<b>70.325.066</b>
Correntes		11.404.789	10.653.911	12.744.020	11.310.927
Diferidos (créditos tributários)	22	58.896.151	57.263.011	60.727.879	59.014.139
<b>Investimentos</b>		<b>41.119.912</b>	<b>37.044.909</b>	<b>22.764.427</b>	<b>21.081.796</b>
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	41.152.504	37.077.565	22.774.171	21.093.695
Outros investimentos		2.168	2.103	2.767	2.656
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.760)	(34.759)	(12.511)	(14.555)
<b>Imobilizado de uso</b>	15	<b>9.992.065</b>	<b>9.870.462</b>	<b>10.203.938</b>	<b>10.072.293</b>
Imobilizações de uso		23.779.662	23.409.291	24.214.753	23.814.084
Depreciação acumulada		(13.774.475)	(13.525.707)	(13.987.392)	(13.718.368)
Perdas por redução ao valor recuperável		(13.122)	(13.122)	(23.423)	(23.423)
<b>Intangível</b>	16	<b>10.386.145</b>	<b>10.762.606</b>	<b>10.422.933</b>	<b>10.800.779</b>
Ativos intangíveis		19.713.943	18.897.719	20.234.642	19.414.590
Amortização acumulada		(8.987.773)	(7.765.810)	(9.441.793)	(8.214.617)
Perdas por redução ao valor recuperável		(340.025)	(369.303)	(369.916)	(399.194)
<b>Outros ativos não financeiros</b>	13	<b>28.732.299</b>	<b>29.000.463</b>	<b>29.923.981</b>	<b>29.683.893</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.342.402.931</b>	<b>2.208.053.634</b>	<b>2.362.966.326</b>	<b>2.172.479.983</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivos financeiros</b>		<b>2.091.079.267</b>	<b>1.969.191.687</b>	<b>2.088.755.009</b>	<b>1.911.665.321</b>
Recursos de clientes	17	791.993.112	787.539.469	822.463.488	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	18	800.794.199	732.656.495	767.939.195	651.190.724
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	281.378.525	281.287.311	285.275.355	284.156.307
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.805.061	2.507.258	4.791.727	2.509.742
Outros passivos financeiros	20	212.108.370	165.201.154	208.285.244	161.864.745
<b>Provisões</b>	21	<b>28.166.715</b>	<b>25.869.509</b>	<b>29.156.495</b>	<b>26.748.479</b>
Cíveis, fiscais e trabalhistas		20.557.415	18.471.031	20.823.582	18.725.677
Outras provisões		7.609.300	7.398.478	8.332.913	8.022.802
<b>Passivos fiscais</b>		<b>12.965.780</b>	<b>14.821.119</b>	<b>16.428.498</b>	<b>19.028.667</b>
Correntes		2.704.639	3.768.292	5.631.669	7.719.945
Diferidos	22	10.261.141	11.052.827	10.796.829	11.308.722
<b>Outros passivos não financeiros</b>	20	<b>38.306.475</b>	<b>34.533.093</b>	<b>46.795.622</b>	<b>41.961.430</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.170.518.237</b>	<b>2.044.415.408</b>	<b>2.181.135.624</b>	<b>1.999.403.897</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	6.100.000	6.100.000
Reservas de capital	23.d	1.410.784	1.406.118	1.412.261	1.407.902
Reservas de lucros	23.d	71.584.749	61.526.683	71.161.077	61.154.159
Outros resultados abrangentes	23.h	(20.848.603)	(19.028.104)	(20.848.603)	(19.028.104)
Ações em tesouraria	23.i	(262.236)	(266.471)	(263.713)	(268.255)
Participação dos não controladores	23.j	--	--	4.269.680	3.710.384
<b>Total do patrimônio líquido</b>	23	<b>171.884.694</b>	<b>163.638.226</b>	<b>181.830.702</b>	<b>173.076.086</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.342.402.931</b>	<b>2.208.053.634</b>	<b>2.362.966.326</b>	<b>2.172.479.983</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>134.191.619</b>	<b>119.287.153</b>	<b>141.849.271</b>	<b>125.241.093</b>
Resultado da carteira de crédito	12.b	75.834.520	64.199.500	79.251.344	65.281.046
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	25.966.477	31.326.378	25.621.811	30.005.899
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	29.347.659	20.839.830	33.536.369	26.915.523
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	2.161.498	(463.772)	2.415.248	(640.613)
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	3.294.906	3.715.645	3.294.906	3.715.645
Resultado de outros ativos financeiros	13.e	(2.413.441)	(330.428)	(2.270.407)	(36.407)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(86.903.256)</b>	<b>(80.100.082)</b>	<b>(88.360.938)</b>	<b>(80.862.739)</b>
Recursos de instituições financeiras	18.d	(48.189.287)	(40.584.360)	(46.755.407)	(36.199.828)
Recursos de clientes	17.c	(25.278.083)	(27.519.814)	(27.915.428)	(32.448.918)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(11.619.854)	(11.345.176)	(12.002.735)	(11.683.770)
Outras despesas de captação	20.c	(1.816.032)	(650.732)	(1.687.368)	(530.223)
<b>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</b>		<b>(19.879.133)</b>	<b>(12.681.690)</b>	<b>(19.957.831)</b>	<b>(12.784.463)</b>
Carteira de crédito	12.f	(19.562.858)	(12.575.338)	(19.609.974)	(12.643.789)
Outros ativos financeiros	13.c	(316.275)	(106.352)	(347.857)	(140.674)
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>27.409.230</b>	<b>26.505.381</b>	<b>33.530.502</b>	<b>31.593.891</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(2.976.191)</b>	<b>(2.523.130)</b>	<b>(4.261.354)</b>	<b>(3.470.355)</b>
Receitas de prestação de serviços	24	10.408.184	10.358.821	17.189.035	16.417.629
Despesas de pessoal	25	(10.933.505)	(10.297.869)	(11.954.866)	(11.409.187)
Outras despesas administrativas	26	(7.425.946)	(7.025.446)	(7.120.386)	(6.801.607)
Despesas tributárias	22.c	(2.888.562)	(2.673.466)	(4.192.342)	(3.996.018)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	9.211.768	7.476.261	3.786.973	3.487.349
Outras receitas/despesas	27	(1.348.130)	(361.431)	(1.969.768)	(1.168.521)
<b>Provisões</b>	<b>21.d</b>	<b>(5.125.682)</b>	<b>(3.593.804)</b>	<b>(5.152.334)</b>	<b>(3.667.783)</b>
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(5.075.252)	(3.652.873)	(5.099.071)	(3.726.596)
Outras		(50.430)	59.069	(53.263)	58.813
<b>Resultado operacional</b>		<b>19.307.357</b>	<b>20.388.447</b>	<b>24.116.814</b>	<b>24.455.753</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(20.763)</b>	<b>30.682</b>	<b>103.620</b>	<b>158.089</b>
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>19.286.594</b>	<b>20.419.129</b>	<b>24.220.434</b>	<b>24.613.842</b>
<b>Imposto de renda e contribuição Social</b>	<b>22.a</b>	<b>646.247</b>	<b>(1.860.954)</b>	<b>(2.320.071)</b>	<b>(4.266.027)</b>
<b>Participação de empregados e administradores no lucro</b>		<b>(2.263.054)</b>	<b>(2.113.818)</b>	<b>(2.272.100)</b>	<b>(2.121.383)</b>
<b>Participação dos não controladores</b>	<b>23.j</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>(1.880.960)</b>	<b>(1.665.563)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>17.669.787</b>	<b>16.444.357</b>	<b>17.747.303</b>	<b>16.560.869</b>
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas</b>					
Controladores		17.669.787	16.444.357	17.747.303	16.560.869
Não controladores		--	--	1.880.960	1.665.563
<b>Lucro por ação</b>	<b>23.e</b>				
Número médio ponderado de ações - básico		5.708.392.262	5.707.985.480		
Número médio ponderado de ações - diluído		5.707.782.679	5.707.374.860		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		3,10	2,88		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>17.669.787</b>	<b>16.444.357</b>	<b>17.747.303</b>	<b>16.560.869</b>
Participação dos acionistas não controladores	--	--	1.880.960	1.665.563
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas</b>	<b>17.669.787</b>	<b>16.444.357</b>	<b>19.628.263</b>	<b>18.226.432</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado</b>				
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>(926.779)</b>	<b>940.215</b>	<b>(1.104.137)</b>	<b>991.790</b>
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(1.199.587)	378.652	(1.284.070)	643.937
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	(74.937)	815.797	(198.619)	638.657
Efeito tributário	347.745	(254.234)	378.552	(290.804)
<b>Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto</b>	<b>(883.308)</b>	<b>221.546</b>	<b>(1.029.985)</b>	<b>304.709</b>
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	82.328	273.839	433.741	259.775
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	32.271	(190.367)	32.271	(190.367)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(856.608)	191.932	(1.239.001)	298.294
Efeito tributário	(141.299)	(53.858)	(256.996)	(62.993)
<b>Hedge de investimento líquido no exterior</b>	<b>(101.011)</b>	<b>38.065</b>	<b>(101.011)</b>	<b>38.065</b>
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido no exterior	(183.824)	72.583	(183.824)	72.583
Efeito tributário	82.813	(34.518)	82.813	(34.518)
<b>Ajustes de conversão de investimentos no exterior</b>	<b>206.008</b>	<b>(1.600.506)</b>	<b>228.638</b>	<b>(1.969.877)</b>
<b>Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado</b>				
<b>Planos de benefício definido</b>	<b>(115.409)</b>	<b>(6.228.159)</b>	<b>(115.409)</b>	<b>(6.228.159)</b>
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(474.396)	(11.843.190)	(474.396)	(11.843.190)
Efeito tributário	358.987	5.615.031	358.987	5.615.031
<b>Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários</b>	<b>(1.820.499)</b>	<b>(6.628.839)</b>	<b>(2.121.904)</b>	<b>(6.863.472)</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>15.849.288</b>	<b>9.815.518</b>	<b>17.506.359</b>	<b>11.362.960</b>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	15.849.288	9.815.518	15.926.804	10.038.392
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	1.579.555	1.324.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
<b>Saldo em 31/12/2022</b>		<b>90.000.023</b>	<b>1.402.523</b>	<b>11.777.636</b>	<b>58.732.780</b>	<b>(8.224.561)</b>	<b>(270.840)</b>	<b>421.758</b>	<b>153.839.319</b>
Aumento de capital - capitalização de reservas		29.999.977	--	--	(29.999.977)	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	1.072.802	--	--	1.072.802
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(6.228.159)	--	--	(6.228.159)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(1.600.506)	--	--	(1.600.506)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(104.702)	--	--	(104.702)
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	38.065	--	--	38.065
Variação de participação no capital de coligadas/controladas		--	--	--	--	(830)	--	--	(830)
Outros		--	--	--	--	194.481	--	5.422	199.903
Transações com pagamento baseado em ações		--	3.595	--	--	--	4.369	--	7.964
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	16.444.357	16.444.357
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	822.218	14.704.846	--	--	(15.527.064)	--
- Dividendos	21.f	--	--	--	(351.037)	--	--	(410.149)	(761.186)
- Juros sobre o capital próprio	21.f	--	--	--	(4.772.429)	--	--	(934.324)	(5.706.753)
<b>Saldo em 30/06/2023</b>		<b>120.000.000</b>	<b>1.406.118</b>	<b>12.599.854</b>	<b>38.314.183</b>	<b>(14.853.400)</b>	<b>(266.471)</b>	<b>--</b>	<b>157.200.284</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>29.999.977</b>	<b>3.595</b>	<b>822.218</b>	<b>(20.418.597)</b>	<b>(6.628.839)</b>	<b>4.369</b>	<b>(421.758)</b>	<b>3.360.965</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>		<b>120.000.000</b>	<b>1.406.118</b>	<b>13.458.379</b>	<b>48.068.304</b>	<b>(19.028.104)</b>	<b>(266.471)</b>	<b>--</b>	<b>163.638.226</b>
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(971.993)	--	--	(971.993)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(115.409)	--	--	(115.409)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	206.008	--	--	206.008
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	-17.749	--	--	-17.749
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	(101,011)	--	--	(101,011)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(2)	--	--	(2)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(652.254)	--	--	(652.254)
Outros		--	--	--	--	(203.587)	--	22	(203.565)
Transações com pagamento baseado em ações		--	4.666	--	--	--	4.235	--	8.901
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	17.669.787	17.669.787
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	883.489	14.975.232	--	--	(15.858.721)	--
- Dividendos	21.f	--	--	--	(940.587)	--	--	(866.815)	(1.807.402)
- Juros sobre o capital próprio	21.f	--	--	--	(4.860,068)	--	--	(944.273)	(5.804.341)
<b>Saldo em 30/06/2024</b>		<b>120.000.000</b>	<b>1.410.784</b>	<b>14.341.868</b>	<b>57.242.881</b>	<b>(20.848.603)</b>	<b>(262.236)</b>	<b>--</b>	<b>171.884.694</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>--</b>	<b>4.666</b>	<b>883.489</b>	<b>9.174.577</b>	<b>(1.820.499)</b>	<b>4.235</b>	<b>--</b>	<b>8.246.468</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
<b>Saldos em 31/12/2022</b>		<b>90.000.023</b>	<b>7.100.000</b>	<b>1.404.253</b>	<b>11.777.636</b>	<b>58.364.537</b>	<b>(8.224.561)</b>	<b>(272.570)</b>	<b>421.758</b>	<b>3.457.767</b>	<b>164.028.843</b>
Aumento de capital - capitalização de reservas		29.999.977	--	--	--	(29.999.977)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	1.072.802	--	--	28.376	1.101.178
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(6.228.159)	--	--	--	(6.228.159)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.600.506)	--	--	(369.371)	(1.969.877)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(104.702)	--	--	--	(104.702)
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	38.065	--	--	--	38.065
Varição de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(820)	--	--	--	(820)
Outros	--	--	--	--	--	--	194.481	--	5.422	106.362	306.265
Varição de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.562)	(3.562)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	16.560.869	1.665.563	18.226.432
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	(120.529)	--	(120.529)
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	(4.017)	--	--	4.017	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	822.218	14.704.846	--	--	(15.527.064)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(351.037)	--	--	(410.149)	(1.133.186)	(1.894.372)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(4.772.429)	--	--	(934.324)	--	(5.706.753)
<b>Saldos em 30/06/2023</b>		<b>120.000.000</b>	<b>7.100.000</b>	<b>1.407.902</b>	<b>12.599.854</b>	<b>37.941.923</b>	<b>(14.853.400)</b>	<b>(268.255)</b>	--	<b>3.752.223</b>	<b>167.680.247</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>29.999.977</b>	--	<b>3.649</b>	<b>822.218</b>	<b>(20.422.614)</b>	<b>(6.628.839)</b>	<b>4.315</b>	<b>(421.758)</b>	<b>294.456</b>	<b>3.651.404</b>
<b>Saldos em 31/12/2023</b>		<b>120.000.000</b>	<b>6.100.000</b>	<b>1.407.902</b>	<b>13.458.379</b>	<b>47.695.780</b>	<b>(19.028.104)</b>	<b>(268.255)</b>	--	<b>3.710.384</b>	<b>173.076.086</b>
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(971.993)	--	--	62.238	(909.755)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(115.409)	--	--	--	(115.409)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	206.008	--	--	22.630	228.638
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	17.749	--	--	--	17.749
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(701.011)	--	--	--	(701.011)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não-consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(2)	--	--	--	(2)
Varição de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(652.254)	--	--	(294.314)	(946.568)
Outros	--	--	--	--	--	--	(203.587)	--	22	(91.955)	(295.520)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	--	4.359	--	--	--	4.542	--	--	8.901
Varição de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(82.005)	(82.005)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	17.747.303	1.880.960	19.628.263
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	(128.664)	--	(128.664)
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	(51.148)	--	--	51.148	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	883.489	14.975.252	--	--	(15.858.721)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(940.587)	--	--	(866.815)	(938.258)	(2.745.660)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(4.860.068)	--	--	(944.273)	--	(5.804.341)
<b>Saldos em 30/06/2024</b>		<b>120.000.000</b>	<b>6.100.000</b>	<b>1.412.261</b>	<b>14.341.868</b>	<b>56.819.209</b>	<b>(20.848.603)</b>	<b>(263.713)</b>	--	<b>4.269.680</b>	<b>181.830.702</b>
<b>Mutações do período</b>		--	--	<b>4.359</b>	<b>883.489</b>	<b>9.123.429</b>	<b>(1.820.499)</b>	<b>4.542</b>	--	<b>559.296</b>	<b>8.754.616</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Operações</b>					
<b>Lucro líquido</b>		<b>17.669.787</b>	<b>16.444.357</b>	<b>17.747.303</b>	<b>16.360.869</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>19.025.415</b>	<b>10.166.236</b>	<b>27.988.144</b>	<b>18.475.141</b>
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	13	19.879.133	12.681.690	19.957.831	12.784.463
Depreciações e amortizações		2.043.580	1.933.538	2.069.406	1.964.820
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		8.683.991	(4.586.412)	8.610.547	(6.839.087)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(5.181)	–	(5.181)	–
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(9.211.768)	(7.476.261)	(3.786.973)	(3.487.349)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(1.814)	(23.283)	(2.527)	(24.556)
(Ganho) Perda de capital		37.928	(6.365)	(85.949)	(130.618)
Despesas com provisões fiscais, civis e trabalhistas e outras provisões	21.d	5.125.682	3.593.804	5.152.334	3.667.783
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d,4,f	(1.089.962)	(1.668.698)	(1.089.962)	(1.668.698)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.409.129)	3.824.449	(6.775.111)	5.956.499
Resultado dos não controladores		–	–	1.880.960	1.665.563
Imposto de Renda e Contribuição Social		(846.247)	1.860.954	2.320.071	4.266.027
Outros ajustes		619.202	32.820	(257.302)	320.294
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>36.695.202</b>	<b>26.610.593</b>	<b>45.735.447</b>	<b>35.036.010</b>
<b>Variações Patrimoniais</b>		<b>49.803.686</b>	<b>(39.711.008)</b>	<b>56.641.808</b>	<b>(37.613.242)</b>
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		(12.049.373)	(1.316.144)	(12.049.373)	(1.316.144)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		73.947.388	(19.681.628)	32.132.858	(24.435.608)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		(3.421.387)	(3.075.237)	(3.126.555)	(1.294.508)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(1.797.919)	(1.448.422)	(1.828.450)	(1.138.277)
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(58.133.575)	(46.473.838)	(60.014.247)	(47.455.542)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(9.791.117)	(6.287.781)	(11.514.444)	(8.866.661)
(Aumento) Redução em outros ativos		(1.161.017)	5.066.172	424.689	7.416.673
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.457.301)	(1.079.879)	(6.453.619)	(4.798.686)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		4.394.495	13.912.339	10.460.536	16.907.351
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		62.233.028	4.808.839	109.593.864	14.924.971
(Redução) Aumento em recursos de emissões de TVM		6.018.797	47.733.878	7.275.210	46.577.615
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(7.040.286)	(26.006.859)	(7.522.493)	(28.708.252)
(Redução) Aumento em outros passivos		(938.047)	(5.862.448)	(736.168)	(5.428.182)
<b>CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES</b>		<b>86.498.888</b>	<b>(13.100.415)</b>	<b>102.377.255</b>	<b>(2.579.232)</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento</b>					
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(176.616.312)	(57.870.006)	(184.024.135)	(74.242.327)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		133.865.207	91.010.793	140.783.838	102.974.570
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(17.845.539)	(986.096)	(27.038.474)	(1.061.226)
Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		4.090.593	368.580	4.090.593	368.580
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		6.774.028	6.684.913	2.215.579	2.610.730
Aquisição de imobilizado de uso		(1.010.788)	(1.490.914)	(1.037.658)	(1.478.117)
Alienação de imobilizado de uso		1.392	135	1.392	1.162
Aquisição de intangíveis		(858.293)	(1.095.438)	(860.974)	(1.099.828)
Aporte de capital na Broto S.A.		–	(31.200)	–	(31.200)
(Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior		–	(52.871)	–	–
<b>CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(51.599.712)</b>	<b>36.637.896</b>	<b>(65.869.839)</b>	<b>28.042.344</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento</b>					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(2.933.690)	(6.927.646)	(2.933.690)	(6.916.721)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		(3.424.591)	(7.702.707)	(3.424.591)	(7.683.411)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		–	–	(822.187)	(1.274.231)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(7.331.227)	(6.498.168)	(7.331.227)	(6.498.168)
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(13.689.508)</b>	<b>(21.128.521)</b>	<b>(14.511.695)</b>	<b>(22.372.531)</b>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>21.209.668</b>	<b>2.408.960</b>	<b>21.995.721</b>	<b>3.090.581</b>
Início do período		60.177.697	67.891.204	56.999.814	68.826.279
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.409.129	(3.824.449)	6.775.111	(5.956.499)
Fim do período		87.796.494	66.475.715	85.770.646	65.960.361
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>21.209.668</b>	<b>2.408.960</b>	<b>21.995.721</b>	<b>3.090.581</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Receitas</b>		<b>119.742.782</b>	<b>114.901.727</b>	<b>133.578.248</b>	<b>126.062.233</b>
Receitas da intermediação financeira		134.191.619	119.287.153	141.849.271	125.241.093
Receitas de prestação de serviços		10.408.184	10.358.821	17.189.035	16.417.629
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(19.879.133)	(12.681.690)	(19.957.831)	(12.784.463)
Ganhos de capital		6.238	46.369	130.570	170.700
Outras receitas/(despesas)		(4.984.126)	(2.108.926)	(5.632.797)	(2.982.726)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(86.903.256)</b>	<b>(80.100.082)</b>	<b>(88.360.938)</b>	<b>(80.862.739)</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		<b>(4.396.052)</b>	<b>(4.107.169)</b>	<b>(4.029.930)</b>	<b>(3.821.127)</b>
Materiais, água, energia e gás	26	(274.419)	(247.724)	(288.515)	(263.663)
Serviços de terceiros	26	(521.348)	(485.462)	(471.094)	(442.272)
Comunicações	26	(234.478)	(230.744)	(265.595)	(260.600)
Processamento de dados	26	(826.018)	(746.426)	(512.365)	(437.190)
Transporte	26	(43.202)	(32.454)	(72.473)	(62.113)
Serviços de vigilância e segurança	26	(671.619)	(641.921)	(685.324)	(660.492)
Serviços do sistema financeiro	26	(241.179)	(340.159)	(284.744)	(390.291)
Propaganda e publicidade	26	(228.642)	(203.048)	(240.051)	(214.235)
Manutenção e conservação de bens	26	(628.404)	(584.286)	(393.166)	(385.907)
Perdas por redução ao valor recuperável		5.381	--	5.181	--
Outras		(731.924)	(594.945)	(821.784)	(704.364)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>28.443.474</b>	<b>30.694.476</b>	<b>41.187.380</b>	<b>41.378.367</b>
Despesas de amortização/depreciação		(2.043.580)	(1.933.538)	(2.069.406)	(1.964.820)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>		<b>26.399.894</b>	<b>28.760.938</b>	<b>39.117.974</b>	<b>39.413.547</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		<b>9.211.768</b>	<b>7.476.261</b>	<b>3.786.973</b>	<b>3.487.349</b>
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		9.211.768	7.476.261	3.786.973	3.487.349
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>		<b>35.611.662</b>	<b>36.237.199</b>	<b>42.904.947</b>	<b>42.900.896</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>35.611.662</b>	<b>36.237.199</b>	<b>42.904.947</b>	<b>42.900.896</b>
<b>Pessoal</b>		<b>13.685.402</b>	<b>13.310.588</b>	<b>14.659.392</b>	<b>14.383.352</b>
Salários e honorários		6.614.937	6.252.558	7.365.307	7.102.388
Participação de empregados e administradores no lucro		2.263.054	2.113.818	2.272.100	2.121.383
Benefícios e treinamentos		1.960.030	1.826.751	2.059.225	1.921.902
FGTS		436.025	409.383	452.381	424.457
Outros encargos		2.411.356	2.708.078	2.510.379	2.813.222
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>3.579.721</b>	<b>5.790.487</b>	<b>7.905.804</b>	<b>9.568.424</b>
Federais		2.989.819	5.204.787	6.674.794	8.239.214
Estaduais		520	589	520	589
Municipais		589.382	585.111	1.230.490	1.328.621
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		<b>676.752</b>	<b>691.767</b>	<b>711.488</b>	<b>722.688</b>
Aluguéis	26	676.752	691.767	711.488	722.688
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		<b>17.669.787</b>	<b>16.444.357</b>	<b>19.628.263</b>	<b>18.226.432</b>
Juros sobre capital próprio da União		2.902.171	2.853.377	2.902.171	2.853.377
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		2.902.170	2.853.376	2.902.170	2.853.376
Dividendos da União		903.701	380.593	903.701	380.593
Dividendos de outros acionistas		903.701	380.593	903.701	380.593
Dividendos de acionistas não controladores		--	--	938.258	1.133.186
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--	--	128.664	120.529
Lucro retido		10.058.044	9.976.418	10.006.896	9.972.401
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--	--	942.702	532.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 215 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



## 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil "Cosif", conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas "adicionalmente" às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 06/08/2024.

### b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

### c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

### d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

### e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:**

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	30/06/2024	31/12/2023
				% de Participação	
<b>Segmento bancário</b>					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
<b>Segmento investimentos</b>					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
<b>Segmento gestão de recursos</b>					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
<b>Segmento seguros, previdência e capitalização</b>					
BB Seguridade Participações S.A. <sup>1</sup>	Holding	Brasil	Real	68,26%	67,03%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. <sup>1</sup>	Corretora	Brasil	Real	68,26%	67,03%
BB Seguros Participações S.A. <sup>1</sup>	Holding	Brasil	Real	68,26%	67,03%
<b>Segmento meios de pagamento</b>					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
<b>Outros segmentos</b>					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços <sup>1</sup>	Tecnologia da Informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
<b>Fundos de investimento</b>					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bancos Emissores de Cartão de Crédito V <sup>2</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	77,57%	90,42%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior <sup>3</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Investimento no Exterior <sup>3</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias <sup>3</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	54,42%	54,67%
BB Multimercado High Alpha LP FIC FI <sup>1</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	91,47%
BB Asset MM High Alpha FIC FI <sup>1</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	95,64%	99,93%
BB Asset Seleção Fatorial FIC FI <sup>1</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	95,65%	99,76%
BB RF Simples Investback FIC FI <sup>1</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	70,48%
BB Asset RF Simples FIC FIF Responsabilidade Ltda <sup>3</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	99,94%	--
BB RF Simples Reserva FIC FIF Responsabilidade Ltda <sup>3</sup>	Fundos de Investimento	Brasil	Real	99,75%	--

<sup>1</sup> - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

<sup>2</sup> - Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

<sup>3</sup> - Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimentos de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

#### Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

#### Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

#### Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, reclassificações de despesas, principalmente, com serviços de terceiros e transporte de valores, do grupamento outras despesas administrativas para o grupamento outras receitas/despesas, para evidenciar melhor a essência das transações.

Demonstramos abaixo os efeitos dos ajustes na Demonstração do resultado. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos da Demonstração do valor adicionado, bem como das respectivas notas explicativas.

#### Demonstração do resultado

1º Semestre/2023	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados (não auditados)	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados (não auditados)
Outras receitas/despesas operacionais	(2.523.130)	--	(2.523.130)	(3.470.355)	--	(3.470.355)
Outras despesas administrativas	(7.356.603)	331.157	(7.025.446)	(7.258.611)	457.004	(6.801.607)
Outras receitas/despesas	(30.274)	(331.157)	(361.431)	(711.517)	(457.004)	(1.168.521)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

#### f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45

Além disso, foi editada a Resolução CMN nº 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

### Normas a serem aplicadas em períodos futuros

**Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021.** A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Essa Resolução entra em vigor em 01/01/2025, exceto para os artigos 24, 76 e 77, cuja vigência iniciou-se em 01/01/2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01/01/2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 78 dessa Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76, sendo divulgado nas Demonstrações Contábeis do Exercício/2022.

**Resolução CMN Nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021.** A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 entra em vigor em 01/01/2025.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024.





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

### 3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

#### a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

#### b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

#### e) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001:

**Títulos para negociação:** títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

**Títulos disponíveis para venda:** títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

**Títulos mantidos até o vencimento:** títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários são apropriados no resultado do período, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

#### **f) Instrumentos financeiros derivativos – IFD**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período; e

Hedge de investimento líquido no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

### g) Carteira de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito é composta pelas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, os quais são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

### h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL <sup>1</sup>	20,00%
PIS/Pasep <sup>2</sup>	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins <sup>2</sup>	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

### **i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível**

**Investimentos:** os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

**Imobilizado de uso:** o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

**Intangível:** o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

### **j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

#### Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

#### Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

#### Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

#### **k) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

3 –



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

#### **l) Depósitos e captações no mercado aberto**

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

#### **m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

#### **n) Despesas associadas a captações de recursos**

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

#### **o) Ativos mantidos para venda**

##### Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

##### Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

#### **p) Outros ativos e passivos**

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

#### q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

#### r) Conversão de operações em moeda estrangeira

**Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

#### s) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

### a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na Nota 30.a.

### b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

### c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

#### **d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

#### **e) Impostos sobre os lucros**

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

#### **f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos**

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

Os ativos



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

#### g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

#### h) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

### a) Constituição da Broto

Em 04/01/2023, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta por meio da BB Seguridade Participações S.A., foi aprovada a constituição da Broto S.A. (Broto), após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade. A Broto passou a conduzir os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, anteriormente, desenvolvida pela Brasilseg.

O Banco possui 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela. Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, coube à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estavam associados à Plataforma Broto, anteriormente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor foi aportado pelo Banco para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao Banco sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

A partir da sua constituição, o valor do investimento foi reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

### a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

### b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

### c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

### d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

#### e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

#### f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

#### g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Semestre/2024		1º Semestre/2023	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
<b>Receitas com clientes externos</b>	<b>156.244.092</b>	<b>12.307.928</b>	<b>141.616.109</b>	<b>9.587.800</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>130.358.015</b>	<b>11.491.256</b>	<b>116.575.608</b>	<b>8.665.485</b>
Resultado da carteira de crédito	75.148.795	4.102.549	64.539.063	741.983
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	22.749.496	2.872.315	27.732.149	2.273.750
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.163.318	4.373.051	21.769.597	5.145.926
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.816.048	599.200	(740.515)	99.902
Resultado das aplicações compulsórias	3.294.906	--	3.715.645	--
Resultado de outros ativos financeiros	(1.814.548)	(455.859)	(440.331)	403.924
<b>Outras receitas</b>	<b>25.886.077</b>	<b>816.672</b>	<b>25.040.501</b>	<b>922.315</b>
Receitas de prestação de serviços	16.614.401	574.634	15.640.702	776.927
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.786.973	--	3.487.349	--
Demais receitas	5.484.703	242.038	5.912.450	145.388
<b>Ativo não-circulante<sup>1</sup></b>	<b>43.296.193</b>	<b>95.105</b>	<b>40.373.196</b>	<b>130.566</b>

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul no 1º Semestre/2024 e no 1º Semestre/2023.



h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Semestre/2024								
	Informações Gerenciais por Segmento								
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado	
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>141.339.166</b>	<b>611.632</b>	<b>140.706</b>	<b>84.804</b>	--	<b>317.557</b>	<b>(644.594)</b>	<b>141.849.271</b>	
Resultado da carteira de crédito	79.257.931	--	--	--	--	--	(6.587)	79.251.344	
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	25.833.316	195	110.100	--	--	316.207	(638.007)	25.621.811	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	33.005.360	414.424	30.433	84.804	--	1.348	--	33.536.369	
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.218.233	197.013	--	--	--	2	--	2.415.248	
Resultado das aplicações compulsórias	3.294.906	--	--	--	--	--	--	3.294.906	
Resultado de outros ativos financeiros	(2.270.580)	--	173	--	--	--	--	(2.270.407)	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(88.856.166)</b>	<b>(211.504)</b>	--	--	--	<b>(382.213)</b>	<b>1.088.945</b>	<b>(88.360.938)</b>	
Recursos de instituições financeiras	(47.632.848)	(211.504)	--	--	--	--	1.088.945	(46.755.407)	
Recursos de clientes	(27.915.428)	--	--	--	--	--	--	(27.915.428)	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(11.620.522)	--	--	--	--	--	(382.213)	(12.002.735)	
Outras despesas de captação	(1.687.368)	--	--	--	--	--	--	(1.687.368)	
<b>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(19.927.293)</b>	<b>(12.794)</b>	--	--	--	<b>(17.744)</b>	--	<b>(19.957.831)</b>	
Carteira de crédito	(19.609.974)	--	--	--	--	--	--	(19.609.974)	
Outros ativos financeiros	(317.319)	(12.794)	--	--	--	(17.744)	--	(347.857)	
<b>Outras receitas</b>	<b>16.627.879</b>	<b>366.991</b>	<b>1.803.705</b>	<b>5.423.519</b>	<b>1.206.462</b>	<b>3.221.911</b>	<b>(1.947.718)</b>	<b>26.702.749</b>	
Receitas de prestação de serviços	10.928.442	253.057	1.799.352	2.680.741	21.298	2.403.804	(897.659)	17.189.035	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	401.375	20.665	--	2.525.437	839.496	--	--	3.786.973	
Demais receitas	5.298.062	93.269	4.353	217.341	345.668	818.107	(1.050.059)	5.726.741	
<b>Outras despesas</b>	<b>(29.660.320)</b>	<b>(106.280)</b>	<b>(286.585)</b>	<b>(533.426)</b>	<b>(96.231)</b>	<b>(1.681.008)</b>	<b>1.503.367</b>	<b>(30.860.483)</b>	
Despesas de pessoal	(11.565.333)	(18.783)	(75.696)	(44.222)	(2.342)	(251.552)	3.062	(11.954.866)	
Outras despesas administrativas	(5.534.851)	(21.187)	(41.690)	(70.145)	(598)	(238.193)	855.684	(5.050.980)	
Amortização	(1.224.781)	--	--	(448)	--	(1.951)	--	(1.227.180)	
Depreciação	(823.748)	--	--	(7)	--	(18.471)	--	(842.226)	
Despesas tributárias	(3.303.816)	(45.620)	(126.301)	(324.746)	(42.702)	(349.157)	--	(4.192.342)	
Demais despesas	(7.207.791)	(20.690)	(42.898)	(93.858)	(50.589)	(821.684)	644.621	(7.592.889)	
<b>Provisões</b>	<b>(5.131.798)</b>	<b>524</b>	<b>(1.938)</b>	<b>(11.326)</b>	<b>(10)</b>	<b>(7.786)</b>	--	<b>(5.152.334)</b>	
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.078.535)	524	(1.938)	(11.326)	(10)	(7.786)	--	(5.099.071)	
Outras	(53.263)	--	--	--	--	--	--	(53.263)	
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>14.391.468</b>	<b>648.569</b>	<b>1.655.888</b>	<b>4.963.571</b>	<b>1.110.221</b>	<b>1.450.717</b>	--	<b>24.220.434</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	86.452	(279.538)	(658.826)	(828.500)	(166.692)	(472.967)	--	(2.320.071)	
Participação de empregados e administradores no lucro	(2.263.054)	--	(1.567)	--	--	(7.479)	--	(2.272.100)	
Participação dos não controladores	(538.520)	--	--	(1.327.512)	--	(14.928)	--	(1.880.960)	
<b>Lucro líquido</b>	<b>11.676.346</b>	<b>369.031</b>	<b>995.495</b>	<b>2.807.559</b>	<b>943.529</b>	<b>955.343</b>	--	<b>17.747.303</b>	
<b>Saldos patrimoniais</b>									
Aplicações interfinanceiras de liquidez	418.361.478	--	2.582.277	4.283.339	4.150.467	7.529.322	(23.443.045)	413.463.838	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	577.446.503	4.893.912	349.994	1.694.136	673	526.064	(906.265)	584.005.017	
Carteira de crédito líquida de provisões	965.733.971	--	--	--	--	--	(104.396)	965.629.575	
Investimentos	28.360.699	1.157.297	--	9.283.044	5.952.455	--	(21.989.068)	22.764.427	
Demais Ativos	372.660.329	1.098.270	515.224	3.245.109	706.925	9.338.056	(10.460.444)	377.103.469	
<b>Total do ativo</b>	<b>2.362.562.980</b>	<b>7.149.479</b>	<b>3.447.495</b>	<b>18.505.628</b>	<b>10.810.520</b>	<b>17.393.442</b>	<b>(56.903.218)</b>	<b>2.362.966.326</b>	
<b>Passivo</b>	<b>2.183.168.537</b>	<b>6.291.397</b>	<b>2.017.844</b>	<b>9.034.530</b>	<b>259.306</b>	<b>13.556.870</b>	<b>(33.192.860)</b>	<b>2.181.135.624</b>	
Recursos de clientes	822.555.141	--	--	--	--	--	(91.653)	822.463.488	
Recursos de instituições financeiras	786.322.276	5.059.901	--	--	--	104.396	(23.547.378)	767.939.195	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	275.230.199	--	--	--	--	10.045.156	--	285.275.355	
Provisões	28.723.019	1.615	46.334	44.417	256	386.254	(45.400)	29.156.495	
Demais Passivos	270.337.902	1.229.881	1.971.510	8.990.113	259.050	3.021.064	(9.508.429)	276.301.091	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>179.394.443</b>	<b>858.082</b>	<b>1.429.651</b>	<b>9.471.098</b>	<b>10.551.214</b>	<b>3.836.572</b>	<b>(23.710.358)</b>	<b>181.830.702</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.362.562.980</b>	<b>7.149.479</b>	<b>3.447.495</b>	<b>18.505.628</b>	<b>10.810.520</b>	<b>17.393.442</b>	<b>(56.903.218)</b>	<b>2.362.966.326</b>	



	1º Semestre/2023							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>124.658.819</b>	<b>628.644</b>	<b>164.742</b>	<b>58.229</b>	<b>238.597</b>	<b>283.091</b>	<b>(791.029)</b>	<b>125.241.093</b>
Resultado da carteira de crédito	65.290.036	--	--	--	--	--	(8.990)	65.281.046
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	30.391.114	202	110.535	--	--	286.087	(782.039)	30.005.899
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	25.745.679	821.831	54.203	58.229	238.597	(3.016)	--	26.915.523
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(447.408)	(193.389)	--	--	--	184	--	(640.613)
Resultado das aplicações compulsórias	3.715.645	--	--	--	--	--	--	3.715.645
Resultado de outros ativos financeiros	(36.247)	--	4	--	--	(164)	--	(36.407)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(81.339.795)</b>	<b>(397.299)</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>(320.179)</b>	<b>1.194.534</b>	<b>(80.862.739)</b>
Recursos de instituições financeiras	(36.997.063)	(397.299)	--	--	--	--	1.194.534	(36.199.828)
Recursos de clientes	(32.448.918)	--	--	--	--	--	--	(32.448.918)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(11.363.591)	--	--	--	--	(320.179)	--	(11.683.770)
Outras despesas de captação	(530.223)	--	--	--	--	--	--	(530.223)
<b>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(12.751.256)</b>	<b>(12.649)</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>(630)</b>	<b>(19.928)</b>	<b>--</b>	<b>(12.784.463)</b>
Carteira de crédito	(12.643.789)	--	--	--	--	--	--	(12.643.789)
Outros ativos financeiros	(107.467)	(12.649)	--	--	(630)	(19.928)	--	(140.674)
<b>Outras receitas</b>	<b>17.034.001</b>	<b>162.528</b>	<b>1.642.378</b>	<b>4.987.609</b>	<b>1.203.824</b>	<b>2.761.216</b>	<b>(1.828.740)</b>	<b>25.962.816</b>
Receitas de prestação de serviços	11.052.482	106.427	1.636.471	2.400.442	24.167	2.001.499	(803.859)	16.417.629
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	279.242	--	--	2.293.453	927.487	--	--	3.487.349
Demais receitas	5.702.277	68.934	5.907	293.714	252.170	759.717	(1.024.881)	6.057.838
<b>Outras despesas</b>	<b>(28.206.653)</b>	<b>(95.129)</b>	<b>(266.405)</b>	<b>(542.208)</b>	<b>(125.814)</b>	<b>(1.464.108)</b>	<b>1.425.235</b>	<b>(29.275.082)</b>
Despesas de pessoal	(11.053.555)	(13.280)	(71.721)	(41.458)	(3.172)	(229.147)	3.146	(11.409.187)
Outras despesas administrativas	(5.355.136)	(20.083)	(32.893)	(58.867)	(672)	(181.602)	812.466	(4.836.787)
Amortização	(1.166.797)	--	--	(415)	--	(2.214)	--	(1.169.426)
Depreciação	(777.001)	--	--	(10)	--	(18.383)	--	(795.394)
Despesas tributárias	(3.232.989)	(24.700)	(117.991)	(295.915)	(38.702)	(285.721)	--	(3.996.018)
Demais despesas	(6.621.175)	(37.066)	(43.800)	(145.543)	(83.268)	(747.041)	609.623	(7.068.270)
<b>Provisões</b>	<b>(3.623.214)</b>	<b>(4)</b>	<b>(14.104)</b>	<b>(11.065)</b>	<b>(118)</b>	<b>(19.278)</b>	<b>--</b>	<b>(3.667.783)</b>
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.682.428)	(4)	(14.104)	(11.065)	(118)	(18.877)	--	(3.726.596)
Outras	59.214	--	--	--	--	(401)	--	58.813
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>15.771.902</b>	<b>286.091</b>	<b>1.526.611</b>	<b>4.492.565</b>	<b>1.315.859</b>	<b>1.220.814</b>	<b>--</b>	<b>24.613.842</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.234.653)	(133.654)	(601.325)	(740.123)	(167.658)	(388.614)	--	(4.266.027)
Participação de empregados e administradores no lucro	(2.113.818)	--	(1.211)	--	--	(6.354)	--	(2.121.383)
Participação dos não controladores	(397.823)	--	--	(1.255.808)	--	(11.932)	--	(1.665.563)
<b>Lucro líquido</b>	<b>11.025.608</b>	<b>152.437</b>	<b>924.075</b>	<b>2.496.634</b>	<b>1.148.201</b>	<b>813.914</b>	<b>--</b>	<b>16.560.869</b>
<b>Saldos patrimoniais</b>								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	436.877.453	2.051	1.138.063	4.353.880	1.728.273	6.332.542	(17.919.761)	432.512.501
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	435.998.807	4.299.721	1.663.931	1.401.822	3.502.809	484.766	(939.974)	446.411.882
Carteira de crédito líquida de provisões	871.002.899	--	--	--	--	--	(119.604)	870.883.295
Investimentos	26.950.622	1.032.991	--	7.970.209	4.880.597	23	(20.823.221)	20.011.221
Demais Ativos	329.597.548	932.710	782.544	2.744.989	723.999	8.585.904	(10.034.250)	333.333.444
<b>Total do ativo</b>	<b>2.100.427.329</b>	<b>6.267.473</b>	<b>3.584.538</b>	<b>16.470.900</b>	<b>10.835.678</b>	<b>15.403.235</b>	<b>(49.836.810)</b>	<b>2.103.152.343</b>
<b>Passivo</b>	<b>1.935.020.122</b>	<b>5.382.554</b>	<b>2.154.185</b>	<b>8.121.013</b>	<b>231.006</b>	<b>11.917.174</b>	<b>(27.353.958)</b>	<b>1.935.472.096</b>
Recursos de clientes	768.604.126	--	--	--	--	--	(73.400)	768.530.726
Recursos de instituições financeiras	675.630.042	4.593.792	--	--	--	119.604	(18.038.679)	662.304.759
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	252.793.641	--	--	--	--	9.218.916	--	262.012.557
Provisões	26.007.185	804	56.902	27.355	173	373.332	(45.235)	26.420.516
Demais Passivos	211.985.128	787.958	2.097.283	8.093.658	230.833	2.205.322	(9.196.644)	216.203.538
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>165.407.207</b>	<b>884.919</b>	<b>1.430.353</b>	<b>8.349.887</b>	<b>10.604.672</b>	<b>3.486.061</b>	<b>(22.482.852)</b>	<b>167.680.247</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.100.427.329</b>	<b>6.267.473</b>	<b>3.584.538</b>	<b>16.470.900</b>	<b>10.835.678</b>	<b>15.403.235</b>	<b>(49.836.810)</b>	<b>2.103.152.343</b>





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Disponibilidades</b>	<b>23.608.734</b>	<b>14.022.703</b>	<b>25.772.874</b>	<b>17.327.745</b>
Disponibilidades em moeda nacional	12.300.192	9.834.960	12.303.035	9.894.579
Disponibilidades em moeda estrangeira	11.308.542	4.187.743	13.469.839	7.433.166
<b>Depósitos no Banco Central do Brasil</b>	<b>8.889.999</b>	<b>1.999.999</b>	<b>8.889.999</b>	<b>1.999.999</b>
Aplicações voluntárias no Banco Central	8.889.999	1.999.999	8.889.999	1.999.999
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>1</sup></b>	<b>55.297.761</b>	<b>44.154.995</b>	<b>51.107.773</b>	<b>37.672.070</b>
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	--	--	3.275.581	6.457.559
Aplicações em depósitos interfinanceiros	54.048.241	42.398.623	46.582.672	29.458.139
Aplicações em moeda estrangeira	1.249.520	1.756.372	1.249.520	1.756.372
<b>Total</b>	<b>87.796.494</b>	<b>60.177.697</b>	<b>85.770.646</b>	<b>56.999.814</b>

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



## 8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

### a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos de poupança	42.229.178	40.905.905	42.229.178	40.905.905
Depósitos à vista	22.406.789	6.999.866	22.406.789	6.999.866
Depósitos a prazo	39.273.473	35.616.486	39.273.473	35.616.486
Conta de pagamento instantâneo	7.651.534	15.946.221	7.651.534	15.946.221
Depósitos de moeda eletrônica	207.776	260.638	207.776	260.638
Recursos de microfinanças	86.523	76.785	86.523	76.785
Aplicações voluntárias no Banco Central	8.889.999	1.999.999	8.889.999	1.999.999
Ativo circulante	120.745.272	101.805.900	120.745.272	101.805.900
Ativo não circulante	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>120.745.272</b>	<b>101.805.900</b>	<b>120.745.272</b>	<b>101.805.900</b>

### b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Depósitos de poupança	1.403.540	1.593.809	1.403.540	1.593.809
Exigibilidade sobre recursos a prazo	1.891.366	2.121.836	1.891.366	2.121.836
<b>Total</b>	<b>3.294.906</b>	<b>3.715.645</b>	<b>3.294.906</b>	<b>3.715.645</b>



## 9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

### a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto	347.720.090	387.601.515	350.740.200	393.782.839
Revendidas a liquidar - posição bancada	--	88.408.902	3.395.519	95.066.521
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	3.192	3.099
Letras do Tesouro Nacional	--	45.124.763	--	45.467.277
Notas do Tesouro Nacional	--	43.284.139	375.408	43.417.921
Outros títulos	--	--	3.016.919	6.178.224
Revendidas a liquidar - posição financiada	347.720.090	299.192.613	347.344.681	298.716.318
Notas do Tesouro Nacional	216.116.444	273.346.620	215.741.035	273.212.638
Letras Financeiras do Tesouro	57.929.658	--	57.929.658	--
Letras do Tesouro Nacional	70.767.165	25.128.176	70.767.165	24.785.663
Outros títulos	2.906.823	717.817	2.906.823	717.817
Aplicações em depósitos interfinanceiros <sup>1</sup>	74.007.890	96.931.088	62.723.638	38.378.151
<b>Total</b>	<b>421.727.980</b>	<b>484.532.603</b>	<b>413.463.838</b>	<b>432.160.990</b>
Ativo circulante	412.185.821	447.791.719	408.809.653	428.963.795
Ativo não circulante	9.542.159	36.740.884	4.654.185	3.197.195

1 - Inclui no Consolidado, o montante de R\$ 3.563.493 mil (R\$ 2.632.274 mil em 31/12/2023) referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

### b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Rendas de aplicações no mercado aberto	21.999.643	27.326.228	23.599.503	28.640.497
Posição financiada	21.979.201	27.288.406	21.979.201	27.288.406
Posição bancada	20.442	37.822	1.620.302	1.352.091
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.966.834	4.000.150	2.022.308	1.365.402
<b>Total</b>	<b>25.966.477</b>	<b>31.326.378</b>	<b>25.621.811</b>	<b>30.005.899</b>



## 10 – Títulos e valores mobiliários

### a) Carteira de títulos e valores mobiliários por categoria de classificação, montante, tipo de papel e faixas de vencimento:

#### a.1) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	Banco Múltiplo							
	30/06/2024				31/12/2023			
	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação <sup>1</sup>	9.148.513	--	9.148.513	2%	5.727.346	--	5.727.346	1%
2 - Títulos disponíveis para venda	11.538.312	467.665.913	479.204.225	87%	19.470.751	374.396.508	393.867.259	87%
3 - Mantidos até o vencimento	25.699.881	38.763.587	64.463.468	11%	24.443.503	26.737.293	51.180.796	12%
<b>Valor contábil da carteira</b>	<b>46.386.706</b>	<b>506.429.500</b>	<b>552.816.206</b>	<b>100%</b>	<b>49.641.600</b>	<b>401.133.801</b>	<b>450.775.401</b>	<b>100%</b>
Marcação a mercado da categoria 3	79.302	335.884	415.186		116.888	(283.114)	(166.226)	
<b>Valor de mercado da carteira</b>	<b>46.466.008</b>	<b>506.765.384</b>	<b>553.231.392</b>		<b>49.758.488</b>	<b>400.850.687</b>	<b>450.609.175</b>	

1 - Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	30/06/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
<b>1 - Títulos para negociação</b>	<b>3.729</b>	<b>236.944</b>	<b>281.811</b>	<b>8.626.029</b>	<b>9.301.598</b>	<b>9.148.513</b>	<b>(153.085)</b>	<b>5.699.346</b>	<b>5.727.346</b>	<b>28.000</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>3.566</b>	<b>235.834</b>	<b>281.444</b>	<b>8.149.398</b>	<b>8.812.944</b>	<b>8.670.242</b>	<b>(142.702)</b>	<b>4.867.521</b>	<b>4.895.318</b>	<b>27.797</b>
Letras Financeiras do Tesouro	--	32.206	104.432	783.290	919.509	919.928	419	1.869.562	1.870.135	573
Letras do Tesouro Nacional	3.566	21.784	71.558	6.458.601	6.673.474	6.555.509	(117.965)	934.699	940.490	5.791
Notas do Tesouro Nacional	--	181.844	105.454	907.507	1.219.961	1.194.805	(25.156)	2.063.260	2.084.693	21.433
<b>Títulos privados</b>	<b>163</b>	<b>1.110</b>	<b>367</b>	<b>476.631</b>	<b>488.654</b>	<b>478.271</b>	<b>(10.383)</b>	<b>831.825</b>	<b>832.028</b>	<b>203</b>
Debêntures	--	9	--	330.600	339.310	330.609	(8.701)	459.642	459.084	(558)
Cotas de fundos de investimento	82	--	--	--	1	82	81	1	85	84
Certificados de Recebíveis Imobiliários	81	--	--	42.773	43.119	42.854	(265)	105.542	106.602	1.060
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	1.101	367	103.258	106.224	104.726	(1.498)	266.640	266.257	(383)
<b>2 - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>3.510.927</b>	<b>5.060.088</b>	<b>2.967.297</b>	<b>467.665.913</b>	<b>482.861.857</b>	<b>479.204.225</b>	<b>(3.657.632)</b>	<b>396.284.088</b>	<b>393.867.259</b>	<b>(2.416.829)</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>3.125.513</b>	<b>328.808</b>	<b>921.172</b>	<b>416.826.226</b>	<b>424.682.521</b>	<b>421.201.719</b>	<b>(3.480.802)</b>	<b>342.369.095</b>	<b>341.590.798</b>	<b>(778.297)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	--	72.084	284.962	360.302.478	360.412.431	360.659.524	247.093	293.578.439	293.743.349	164.910
Letras do Tesouro Nacional	2.998.814	--	--	14.817.761	18.195.247	17.816.575	(378.672)	11.616.904	11.670.952	54.048
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	27.346.817	29.242.125	27.346.817	(1.895.308)	23.411.943	23.328.403	(83.540)
Títulos da Dívida Agrária	--	--	--	--	--	--	--	36	15	(21)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	636.204	10.733.784	12.700.163	11.369.988	(1.330.175)	10.155.195	9.343.182	(812.013)
Títulos de Governos Estrangeiros	126.699	256.724	--	3.562.369	4.066.537	3.945.792	(120.745)	3.564.294	3.463.744	(100.550)
Outros	--	--	6	63.017	66.018	63.023	(2.995)	42.284	41.153	(1.131)
<b>Títulos privados</b>	<b>385.414</b>	<b>4.731.280</b>	<b>2.046.125</b>	<b>50.839.687</b>	<b>58.179.336</b>	<b>58.002.506</b>	<b>(176.830)</b>	<b>53.914.993</b>	<b>52.276.461</b>	<b>(1.638.532)</b>
Debêntures	8.352	850.656	613.403	41.067.097	42.533.290	42.539.508	6.218	41.826.417	40.545.181	(1.281.236)
Notas Promissórias	--	--	155.279	5.358.589	5.514.837	5.513.868	(969)	4.927.521	4.799.441	(128.080)
Cotas de fundos de investimento	201.564	--	980.729	600.031	1.839.080	1.782.324	(56.756)	1.937.774	1.855.043	(82.731)
Ações	175.498	--	--	--	105.484	175.498	70.014	92.591	130.247	37.656
Certificadas de Depósito Bancário	--	3.841.442	--	--	3.763.938	3.841.442	77.504	1.212.249	1.235.548	23.299
Eurobonds	--	39.182	296.714	3.662.617	4.269.051	3.998.513	(270.538)	3.752.074	3.541.851	(210.223)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	52.325	50.616	52.325	1.709	65.193	66.174	981
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	--	99.028	103.040	99.028	(4.012)	101.174	102.976	1.802



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	30/06/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
<b>3 - Mantidos até o vencimento</b>	<b>4.500.763</b>	<b>10.226.471</b>	<b>11.051.949</b>	<b>39.099.471</b>	<b>64.463.468</b>	<b>64.878.654</b>	<b>415.186</b>	<b>51.180.796</b>	<b>51.014.570</b>	<b>(166.226)</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>2.998.814</b>	--	--	<b>2.681.934</b>	<b>5.709.025</b>	<b>5.680.748</b>	<b>(28.277)</b>	<b>9.485.201</b>	<b>9.524.001</b>	<b>38.800</b>
Letras do Tesouro Nacional	2.998.814	--	--	1.199.191	4.235.295	4.198.005	(37.290)	7.058.959	7.054.682	(4.277)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	1.482.743	1.473.730	1.482.743	9.013	2.426.242	2.469.319	43.077
<b>Títulos privados</b>	<b>1.501.949</b>	<b>10.226.471</b>	<b>11.051.949</b>	<b>36.417.537</b>	<b>58.754.443</b>	<b>59.197.906</b>	<b>443.463</b>	<b>41.695.595</b>	<b>41.490.569</b>	<b>(205.026)</b>
Debêntures	--	258.779	63.506	7.211.289	8.081.047	7.533.574	(547.473)	6.456.096	5.962.616	(493.480)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	1.330.726	9.487.552	10.604.737	8.260.187	29.311.961	29.683.202	371.241	23.894.770	24.328.967	434.217
Certificados de Depósito Bancário	146.175	434.220	--	--	568.020	580.395	12.375	196.609	199.647	3.038
Eurobonds e assemelhados	--	--	--	10.356.647	9.826.101	10.356.647	530.546	--	--	--
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	25.048	45.920	75.904	10.142.769	10.228.737	10.289.641	60.904	11.148.117	10.999.317	(148.800)
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Doutros	--	--	307.802	446.643	738.574	754.445	15.871	--	--	--
<b>Total</b>	<b>8.015.419</b>	<b>15.523.503</b>	<b>14.301.057</b>	<b>515.391.413</b>	<b>556.626.923</b>	<b>553.231.392</b>	<b>(3.395.531)</b>	<b>453.164.230</b>	<b>450.609.175</b>	<b>(2.555.055)</b>

### a.3) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	30/06/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
<b>Por Carteira</b>	<b>8.015.419</b>	<b>15.523.503</b>	<b>14.301.057</b>	<b>515.391.413</b>	<b>556.626.923</b>	<b>553.231.392</b>	<b>(3.395.531)</b>	<b>453.164.230</b>	<b>450.609.175</b>	<b>(2.555.055)</b>
Carteira própria	7.869.242	14.571.832	13.109.479	149.184.131	187.261.576	184.734.684	(2.526.892)	153.056.997	151.253.058	(1.803.939)
Vinculados a compromissos de recompra	--	517.451	906.616	353.987.527	356.304.823	355.411.594	(893.229)	294.383.427	293.629.634	(753.793)
Vinculados à prestação de garantias	146.177	434.220	284.962	12.219.755	13.060.524	13.085.114	24.590	5.723.806	5.726.483	2.677



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**a.4) Resumo da carteira consolidada por categoria e prazo de realização**

Categoria de Classificação	Consolidado							
	30/06/2024				31/12/2023			
	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação <sup>1</sup>	15.171.283	--	15.171.283	4%	12.045.093	--	12.045.093	2%
2 - Títulos disponíveis para venda	15.605.855	473.559.070	489.164.925	85%	22.912.893	378.683.966	401.596.859	86%
3 - Mantidos até o vencimento	28.861.080	44.824.620	73.685.700	11%	25.982.096	27.370.225	53.352.321	12%
<b>Valor contábil da carteira</b>	<b>59.638.218</b>	<b>518.383.690</b>	<b>578.021.908</b>	<b>100%</b>	<b>60.940.082</b>	<b>406.054.191</b>	<b>466.994.273</b>	<b>100%</b>
Marcação a mercado da categoria 3	79.301	337.417	416.718		116.889	(283.114)	(166.225)	
<b>Valor de mercado da carteira</b>	<b>59.717.519</b>	<b>518.721.107</b>	<b>578.438.626</b>		<b>61.056.971</b>	<b>405.771.077</b>	<b>466.828.048</b>	

1 - Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**a.5) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

Vencimento em Dias	Consolidado									
	30/06/2024				Total			31/12/2023		
	Valor de Mercado				Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360				Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
<b>1 - Títulos para negociação</b>	<b>592.999</b>	<b>420.367</b>	<b>387.352</b>	<b>13.770.565</b>	<b>14.974.589</b>	<b>15.171.283</b>	<b>196.694</b>	<b>11.600.391</b>	<b>12.045.093</b>	<b>444.702</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>267.905</b>	<b>407.627</b>	<b>340.692</b>	<b>8.708.279</b>	<b>9.512.714</b>	<b>9.724.503</b>	<b>211.789</b>	<b>7.063.774</b>	<b>7.399.824</b>	<b>336.050</b>
Letras Financeiras do Tesouro	--	51.206	104.432	1.208.841	1.362.914	1.364.479	1.565	3.671.131	3.825.564	154.433
Letras do Tesouro Nacional	3.556	21.784	71.558	6.458.601	6.673.474	6.355.499	(117.975)	934.699	940.490	5.791
Notas do Tesouro Nacional	--	181.844	105.454	907.507	1.219.961	1.194.805	(25.156)	2.063.260	2.084.693	21.433
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	59.241	121.519	183.242	180.760	(2.482)	163.239	162.113	(1.126)
Títulos de Governos Estrangeiros	264.349	152.793	7	11.811	73.123	428.960	355.837	231.445	386.964	155.519
<b>Títulos privados</b>	<b>325.094</b>	<b>12.740</b>	<b>46.660</b>	<b>5.062.286</b>	<b>5.461.875</b>	<b>5.446.780</b>	<b>(15.095)</b>	<b>4.536.617</b>	<b>4.645.269</b>	<b>108.652</b>
Debêntures	--	9	--	3.806.448	3.869.319	3.806.457	(62.862)	2.216.939	2.233.415	16.476
Cotas de fundos de investimento	208.614	--	--	--	156.484	208.614	52.130	343.397	423.553	80.156
Ações	65.391	--	--	--	65.320	65.391	71	62.318	62.351	33
Certificados de Depósito Bancário	6.590	--	--	--	6.590	6.590	--	--	--	--
Eurobonds	11.108	11.630	46.293	326.046	395.108	395.077	(31)	174.557	178.228	3.671
Certificados de Recebíveis Imobiliários	81	--	--	449.929	455.027	450.010	(5.017)	705.105	687.834	(17.271)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	1.101	367	301.541	302.395	303.009	614	1.034.301	1.059.888	25.587
Outros	33.310	--	--	178.322	211.632	211.632	--	--	--	--
<b>2 - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>4.715.328</b>	<b>7.064.574</b>	<b>3.825.953</b>	<b>473.559.070</b>	<b>492.934.362</b>	<b>489.164.925</b>	<b>(3.769.437)</b>	<b>403.866.978</b>	<b>401.596.859</b>	<b>(2.270.119)</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>4.012.997</b>	<b>2.160.730</b>	<b>1.490.923</b>	<b>417.343.749</b>	<b>428.548.868</b>	<b>425.008.399</b>	<b>(3.540.469)</b>	<b>345.198.120</b>	<b>344.530.659</b>	<b>(667.461)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	--	297.300	359.288	360.302.478	360.711.901	360.959.066	247.165	294.576.316	294.741.498	165.182
Letras do Tesouro Nacional	2.998.814	--	--	14.817.761	18.195.247	17.816.575	(378.672)	11.616.904	11.670.952	54.048
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	27.346.817	29.242.125	27.346.817	(1.895.308)	23.411.943	23.328.403	(83.540)
Títulos da Dívida Agrária	--	--	--	--	--	--	--	36	15	(21)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	989.274	10.911.564	13.273.533	11.900.838	(1.372.695)	10.682.435	9.825.821	(856.614)
Títulos de Governos Estrangeiros	1.014.183	1.863.430	142.354	3.902.092	7.060.023	6.922.059	(137.964)	4.868.184	4.922.799	54.615
Outros	--	--	7	63.037	66.039	63.044	(2.995)	42.302	41.171	(1.131)
<b>Títulos privados</b>	<b>702.331</b>	<b>4.903.844</b>	<b>2.335.030</b>	<b>56.215.321</b>	<b>64.385.494</b>	<b>64.156.526</b>	<b>(228.968)</b>	<b>58.668.858</b>	<b>57.066.200</b>	<b>(1.602.658)</b>
Debêntures	23.895	871.888	687.892	41.509.773	43.084.678	43.093.448	8.770	41.992.859	40.711.705	(1.281.154)
Notas Promissórias	--	--	155.279	5.359.701	5.515.948	5.514.980	(968)	4.928.489	4.800.409	(128.080)
Cotas de fundos de investimento	479.052	97.080	980.729	37.615	1.511.687	1.594.476	82.789	1.431.118	1.512.147	81.029
Ações	196.097	--	--	--	145.850	196.097	50.247	131.933	155.011	23.078
Certificados de Depósito Bancário	--	3.893.825	--	--	3.816.321	3.893.825	77.504	1.246.552	1.269.851	23.299
Eurobonds	--	39.182	296.714	3.835.424	4.463.196	4.171.320	(291.876)	3.921.157	3.690.738	(230.419)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	52.325	50.616	52.325	1.709	65.193	66.174	981
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	--	99.028	103.040	99.028	(4.012)	101.174	102.976	1.802
Outros	3.287	1.869	214.416	5.321.455	5.694.158	5.541.027	(153.131)	4.850.383	4.757.189	(93.194)





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	Consolidado									
	30/06/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
<b>3 - Mantidos até o vencimento</b>	<b>5.684.098</b>	<b>10.928.485</b>	<b>12.327.798</b>	<b>45.162.037</b>	<b>73.685.700</b>	<b>74.102.418</b>	<b>416.718</b>	<b>53.352.321</b>	<b>53.186.096</b>	<b>(166.225)</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>4.182.146</b>	<b>702.016</b>	<b>1.275.849</b>	<b>8.744.500</b>	<b>14.931.256</b>	<b>14.904.511</b>	<b>(26.745)</b>	<b>11.656.725</b>	<b>11.695.526</b>	<b>38.801</b>
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	1.670.240	1.668.707	1.670.240	1.533	--	--	--
Letras do Tesouro Nacional	2.998.814	--	--	1.199.191	4.235.295	4.198.005	(37.290)	7.058.959	7.054.682	(4.277)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	1.482.743	1.473.731	1.482.743	9.012	2.426.242	2.469.320	43.078
Títulos de Governos Estrangeiros	1.183.332	702.016	1.275.849	4.392.326	7.553.523	7.553.523	--	2.171.524	2.171.524	--
<b>Títulos privados</b>	<b>1.501.952</b>	<b>10.226.469</b>	<b>11.051.949</b>	<b>36.417.537</b>	<b>58.754.444</b>	<b>59.197.907</b>	<b>443.463</b>	<b>41.695.596</b>	<b>41.490.570</b>	<b>(205.026)</b>
Debêntures	--	258.779	63.506	7.211.289	8.081.047	7.533.574	(547.473)	6.456.096	5.962.616	(493.480)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	1.330.728	9.487.550	10.604.736	8.260.188	29.311.961	29.683.202	371.241	23.894.770	24.328.987	434.217
Certificados de Depósito Bancário	146.176	434.220	--	--	568.021	580.396	12.375	196.610	199.648	3.038
Eurobonds e assemelhados	--	--	--	10.356.647	9.826.101	10.356.647	530.546	--	--	--
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	25.048	45.920	75.904	10.142.769	10.228.737	10.289.641	60.904	11.148.117	10.999.317	(148.800)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Outros	--	--	307.803	446.642	738.574	754.445	15.871	--	--	--
<b>Total</b>	<b>10.992.425</b>	<b>18.413.426</b>	<b>16.541.103</b>	<b>532.491.672</b>	<b>581.594.651</b>	<b>578.438.626</b>	<b>(3.156.025)</b>	<b>468.819.690</b>	<b>466.828.048</b>	<b>(1.991.642)</b>

**a.6) Composição da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento**

Vencimento em Dias	Consolidado									
	30/06/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
<b>Por Carteira</b>	<b>10.992.425</b>	<b>18.413.426</b>	<b>16.541.103</b>	<b>532.491.672</b>	<b>581.594.651</b>	<b>578.438.626</b>	<b>(3.156.025)</b>	<b>468.819.690</b>	<b>466.828.048</b>	<b>(1.991.642)</b>
Carteira própria	10.835.018	17.443.843	15.018.704	188.744.180	234.331.069	232.041.745	(2.289.324)	192.143.196	190.901.573	(1.241.623)
Vinculados a compromissos de recompra	--	517.451	1.203.173	331.088.851	333.702.703	332.809.475	(893.228)	270.336.676	269.582.883	(753.793)
Vinculados à prestação de garantias	157.407	452.132	319.226	12.658.641	13.560.879	13.587.406	26.527	6.339.818	6.343.592	3.774



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Títulos de renda fixa	23.831.252	21.996.186	28.067.984	28.146.545
Títulos de renda variável	5.516.407	(1.156.356)	5.468.385	(1.231.022)
<b>Total</b>	<b>29.347.659</b>	<b>20.839.830</b>	<b>33.536.369</b>	<b>26.915.523</b>

**c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários**

No 1º Semestre/2024, foi realizada a reclassificação de títulos da BB Corretora (Letras Financeiros do Tesouro - LFT) da categoria "Títulos para negociação" para a categoria "Títulos mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 1.668.707 mil.

Não ocorreram reclassificações de títulos e valores mobiliários no 1º Semestre/2023.



## 11 – Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 30/06/2024, foi de R\$ 529.340 mil (R\$ 379.218 mil em 31/12/2023). A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 2.356.790 mil em 30/06/2024 (R\$ 941.228 mil em 31/12/2023).

## a) Composições

## a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo						Consolidado					
	30/06/2024			31/12/2023			30/06/2024			31/12/2023		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
<b>Contratos de Futuros</b>												
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>34.596.699</b>	--	--	<b>28.516.653</b>	--	--	<b>34.709.361</b>	--	--	<b>28.550.980</b>	--	--
DI	27.328.023	--	--	8.512.528	--	--	27.328.023	--	--	8.512.528	--	--
Moedas	3.062.474	--	--	19.388.018	--	--	3.175.136	--	--	19.422.345	--	--
Commodities	248.296	--	--	427.329	--	--	248.296	--	--	427.329	--	--
Cupom cambial	3.957.906	--	--	188.778	--	--	3.957.906	--	--	188.778	--	--
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>36.469.181</b>	--	--	<b>19.843.267</b>	--	--	<b>36.588.671</b>	--	--	<b>19.872.132</b>	--	--
DI	1.497.780	--	--	10.305.191	--	--	1.497.780	--	--	10.305.191	--	--
Moedas	12.187.501	--	--	5.493.673	--	--	12.306.991	--	--	5.522.538	--	--
Commodities	3.624.499	--	--	1.201.924	--	--	3.624.499	--	--	1.201.924	--	--
Cupom cambial	19.159.401	--	--	2.358.349	--	--	19.159.401	--	--	2.358.349	--	--
T-Note	--	--	--	484.130	--	--	--	--	--	484.130	--	--
<b>Contratos a termo</b>												
<b>Posição Ativa</b>	<b>40.188.310</b>	<b>2.586.410</b>	<b>3.399.879</b>	<b>13.981.469</b>	<b>876.906</b>	<b>613.971</b>	<b>40.346.479</b>	<b>2.600.229</b>	<b>3.413.698</b>	<b>14.030.620</b>	<b>881.898</b>	<b>618.963</b>
Termo de título	454.282	454.282	454.282	--	--	--	454.282	454.282	454.282	--	--	--
Termo de moeda	36.592.860	1.921.680	2.723.443	11.593.074	647.237	431.376	36.751.029	1.935.499	2.737.262	11.642.225	652.229	436.368
Termo de mercadoria	3.141.168	210.448	222.154	2.388.395	229.669	182.595	3.141.168	210.448	222.154	2.388.395	229.669	182.595
<b>Posição Passiva</b>	<b>14.182.630</b>	<b>(1.446.324)</b>	<b>(1.432.657)</b>	<b>17.028.088</b>	<b>(1.165.354)</b>	<b>(819.353)</b>	<b>14.182.630</b>	<b>(1.446.324)</b>	<b>(1.432.657)</b>	<b>17.063.538</b>	<b>(1.167.816)</b>	<b>(821.815)</b>
Termo de título	454.282	(454.282)	(454.282)	--	--	--	454.282	(454.282)	(454.282)	--	--	--
Termo de moeda	12.478.354	(927.875)	(920.585)	16.264.127	(1.143.475)	(795.113)	12.478.354	(927.875)	(920.585)	16.299.577	(1.145.937)	(797.575)
Termo de mercadoria	1.249.994	(64.167)	(57.790)	763.961	(21.879)	(24.240)	1.249.994	(64.167)	(57.790)	763.961	(21.879)	(24.240)
<b>Contratos de opções</b>												
<b>De compra - posição comprada</b>	<b>15.526.446</b>	<b>544.975</b>	<b>1.053.229</b>	<b>4.361.521</b>	<b>219.907</b>	<b>85.460</b>	<b>15.526.446</b>	<b>544.975</b>	<b>1.053.229</b>	<b>4.361.521</b>	<b>219.907</b>	<b>85.460</b>
Moeda estrangeira	15.526.446	544.975	1.053.229	4.361.521	219.907	85.460	15.526.446	544.975	1.053.229	4.361.521	219.907	85.460
<b>De venda - posição comprada</b>	<b>2.496.661</b>	<b>232.495</b>	<b>129.677</b>	<b>699.339</b>	<b>20.927</b>	<b>24.694</b>	<b>2.496.661</b>	<b>232.495</b>	<b>129.677</b>	<b>699.339</b>	<b>20.927</b>	<b>24.694</b>
Moeda estrangeira	2.496.661	232.495	129.677	699.339	20.927	24.694	2.496.661	232.495	129.677	699.339	20.927	24.694
<b>De compra - posição vendida</b>	<b>3.109.050</b>	<b>(313.252)</b>	<b>(596.845)</b>	<b>1.055.165</b>	<b>(33.374)</b>	<b>(37.706)</b>	<b>3.109.050</b>	<b>(313.252)</b>	<b>(596.845)</b>	<b>1.055.165</b>	<b>(33.374)</b>	<b>(37.706)</b>
Moeda estrangeira	2.778.046	(304.075)	(587.228)	820.500	(26.268)	(28.989)	2.778.046	(304.075)	(587.228)	820.500	(26.268)	(28.989)
Índice Bovespa	128.383	(4.886)	(4.993)	36.115	(1.770)	(2.808)	128.383	(4.886)	(4.993)	36.115	(1.770)	(2.808)
Índice DI	64.626	(269)	(272)	59.708	(247)	(2.657)	64.626	(269)	(272)	59.708	(247)	(2.657)
Commodities	137.995	(4.022)	(4.352)	138.842	(5.089)	(3.252)	137.995	(4.022)	(4.352)	138.842	(5.089)	(3.252)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Indexador	Banco Múltiplo						Consolidado					
	30/06/2024			31/12/2023			30/06/2024			31/12/2023		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
<b>De Venda - Posição Vendida</b>	<b>15.353.995</b>	<b>(576.275)</b>	<b>(293.048)</b>	<b>4.705.134</b>	<b>(268.706)</b>	<b>(433.224)</b>	<b>15.353.995</b>	<b>(576.275)</b>	<b>(293.048)</b>	<b>4.705.134</b>	<b>(268.706)</b>	<b>(433.224)</b>
Moeda estrangeira	14.902.335	(560.154)	(279.033)	4.258.845	(243.849)	(420.314)	14.902.335	(560.154)	(279.033)	4.258.845	(243.849)	(420.314)
Índice Bovespa	48.363	(1.005)	(804)	13.001	(283)	(118)	48.363	(1.005)	(804)	13.001	(283)	(118)
Índice DI	3.318	(19)	(18)	1.584	(10)	(14)	3.318	(19)	(18)	1.584	(10)	(14)
Commodities	399.979	(15.097)	(13.193)	431.704	(24.564)	(12.778)	399.979	(15.097)	(13.193)	431.704	(24.564)	(12.778)
<b>Contratos de Swap</b>												
<b>Posição Ativa</b>	<b>19.112.586</b>	<b>1.075.802</b>	<b>1.266.947</b>	<b>16.537.484</b>	<b>1.110.225</b>	<b>1.218.228</b>	<b>19.112.586</b>	<b>1.075.802</b>	<b>1.266.947</b>	<b>16.537.484</b>	<b>1.110.225</b>	<b>1.218.228</b>
DI	3.584.635	92.778	171.860	11.585.186	932.068	920.736	3.584.635	92.778	171.860	11.585.186	932.068	920.736
Moeda estrangeira	15.454.917	982.243	1.093.798	3.702.171	145.283	254.586	15.454.917	982.243	1.093.798	3.702.171	145.283	254.586
Pré-fixados	73.034	781	1.289	1.250.127	32.874	42.906	73.034	781	1.289	1.250.127	32.874	42.906
<b>Posição Passiva</b>	<b>25.640.495</b>	<b>(2.325.370)</b>	<b>(2.458.365)</b>	<b>13.434.545</b>	<b>(942.735)</b>	<b>(1.098.468)</b>	<b>25.640.495</b>	<b>(2.325.370)</b>	<b>(2.458.365)</b>	<b>13.434.545</b>	<b>(942.735)</b>	<b>(1.098.468)</b>
DI	655.331	(33.014)	(55.924)	5.557.544	(332.663)	(302.978)	655.331	(33.014)	(55.924)	5.557.544	(332.663)	(302.978)
Moeda estrangeira	23.868.149	(2.167.235)	(2.266.046)	5.577.463	(431.698)	(562.461)	23.868.149	(2.167.235)	(2.266.046)	5.577.463	(431.698)	(562.461)
Pré-fixados	179.980	450	(8.351)	1.362.503	(38.811)	(59.341)	179.980	450	(8.351)	1.362.503	(38.811)	(59.341)
IPCA	937.035	(125.571)	(128.044)	937.035	(139.563)	(173.688)	937.035	(125.571)	(128.044)	937.035	(139.563)	(173.688)
<b>Outros Derivativos <sup>1</sup></b>												
<b>Posição Ativa</b>												
Moeda estrangeira	7.028.634	154.977	119.558	2.053.845	33.238	32.227	7.028.634	153.804	119.558	1.796.868	33.238	26.341
<b>Posição Passiva</b>												
Moeda estrangeira	2.167.906	(20.407)	(24.146)	5.726.707	(100.347)	(118.507)	1.657.466	(7.191)	(10.812)	5.442.909	(100.369)	(118.529)

1 - Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

## a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2024	31/12/2023	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2024	31/12/2023
Contratos de futuros	5.636.230	23.413.243	23.198.695	18.817.712	71.065.880	48.359.920	5.849.258	23.432.367	23.198.695	18.817.712	71.298.032	48.423.112
Contratos a termo	7.572.952	21.144.721	16.409.922	9.243.345	54.370.940	31.009.557	7.731.121	21.144.721	16.409.922	9.243.345	54.529.109	31.094.158
Contratos de opções	1.895.440	7.415.031	5.306.354	21.869.327	36.486.152	10.821.159	1.895.440	7.415.031	5.306.354	21.869.327	36.486.152	10.821.159
Contratos de swap	7.492.483	6.395.690	8.068.165	22.796.743	44.753.081	29.972.029	7.492.483	6.395.690	8.068.165	22.796.743	44.753.081	29.972.029
Outros	2.209.440	5.588.663	1.398.437	--	9.196.540	7.780.552	1.961.991	5.325.672	1.398.437	--	8.686.100	7.239.777



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)**

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
<b>Bolsa</b>										
B3	66.213.213	--	537.974	--	--	66.213.213	--	537.974	--	--
Exterior	4.852.667	--	--	--	--	5.084.819	--	--	--	--
<b>Balcão</b>										
Instituições financeiras	--	908.564	--	30.202.016	9.196.540	--	1.066.733	--	30.202.016	8.686.100
Clientes	--	53.462.376	35.948.178	14.551.065	--	--	53.462.376	35.948.178	14.551.065	--

**a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos**

	Banco Múltiplo		Consolidado		
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	
Letras Financeiras do Tesouro		10.222.635	3.167.240	10.222.635	3.167.240

**a.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante**

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>								
Contratos a termo	3.036.321	363.558	443.057	170.914	3.050.140	363.558	448.049	170.914
Contratos de opções	853.460	329.446	116.611	(6.457)	853.460	329.446	116.611	(6.457)
Contratos de swap	468.492	798.455	723.244	494.984	468.492	798.455	723.244	494.984
Outros derivativos	119.558	--	32.227	--	119.558	--	26.341	--
<b>Total</b>	<b>4.477.831</b>	<b>1.491.459</b>	<b>1.315.139</b>	<b>659.441</b>	<b>4.491.650</b>	<b>1.491.459</b>	<b>1.314.245</b>	<b>659.441</b>
<b>Passivo</b>								
Contratos a termo	(1.273.621)	(159.036)	(498.328)	(321.025)	(1.273.621)	(159.036)	(500.790)	(321.025)
Contratos de opções	(683.539)	(206.354)	(128.877)	(342.053)	(683.539)	(206.354)	(128.877)	(342.053)
Contratos de swap	(1.060.905)	(1.397.460)	(226.005)	(872.463)	(1.060.905)	(1.397.460)	(226.005)	(872.463)
Outros derivativos	(24.146)	--	(117.866)	(641)	(10.812)	--	(117.888)	(641)
<b>Total</b>	<b>(3.042.211)</b>	<b>(1.762.850)</b>	<b>(971.076)</b>	<b>(1.536.182)</b>	<b>(3.028.877)</b>	<b>(1.762.850)</b>	<b>(973.560)</b>	<b>(1.536.182)</b>

**b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

	Banco Múltiplo		Consolidado		
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	
Contratos de futuro		(1.290.486)	841.938	(1.052.608)	645.509
Contratos a termo		2.375.127	(1.039.211)	2.361.850	(1.014.100)
Contratos de opções		682.085	(475.403)	682.085	(460.335)
Contratos de swap		(174.700)	-168.306	(174.700)	168.310
Derivativos de crédito		--	11	--	11
Outros derivativos		569.472	40.587	598.621	19.992
<b>Total</b>		<b>2.161.498</b>	<b>(463.772)</b>	<b>2.415.248</b>	<b>(640.613)</b>



### c) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



### c.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos Federais (LTN) classificados como disponíveis para venda. Para gerenciar este risco, contrata futuros de DI e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

### Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Instrumentos de hedge <sup>1</sup></b>				
<b>Ativo</b>	<b>1.591.976</b>	<b>--</b>	<b>1.591.976</b>	<b>--</b>
Contratos de swap	1.591.976	--	1.591.976	--
<b>Passivo</b>	<b>(3.046.922)</b>	<b>(6.185.280)</b>	<b>(3.046.922)</b>	<b>(6.185.280)</b>
Contratos de swap	--	(287.888)	--	(287.888)
Contratos de futuro	(3.046.922)	(5.897.392)	(3.046.922)	(5.897.392)
<b>Itens objeto de hedge</b>				
<b>Ativo</b>	<b>5.775.971</b>	<b>8.298.827</b>	<b>5.775.971</b>	<b>8.298.827</b>
Títulos e valores mobiliários	2.998.813	5.852.224	2.998.813	5.852.224
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.729.160	2.396.937	2.729.160	2.396.937
Operações de crédito	47.998	49.666	47.998	49.666
<b>Passivo</b>	<b>(4.299.557)</b>	<b>(2.090.360)</b>	<b>(4.299.557)</b>	<b>(2.090.360)</b>
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(4.299.557)	(2.090.360)	(4.299.557)	(2.090.360)

<sup>1</sup> – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.





### Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	448.333	188.684	448.333	188.684
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(452.683)	(155.101)	(452.683)	(155.101)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(4.350)</b>	<b>33.583</b>	<b>(4.350)</b>	<b>33.583</b>

### c.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

### Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Instrumentos de hedge</b>				
<b>Passivo</b>	<b>(1.549.843)</b>	<b>(1.233.083)</b>	<b>(1.549.843)</b>	<b>(1.233.083)</b>
Contrato de futuro	(1.549.843)	(1.233.083)	(1.549.843)	(1.233.083)
<b>Itens objeto de hedge</b>				
<b>Ativo</b>	<b>1.536.447</b>	<b>1.225.924</b>	<b>1.536.447</b>	<b>1.225.924</b>
Investimento líquido no exterior	1.536.447	1.225.924	1.536.447	1.225.924

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

### Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	183.824	(72.583)	183.824	(72.583)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(183.824)	72.583	(183.824)	72.583
<b>Efeito líquido<sup>1</sup></b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>

1 – No 1º Semestre/2024 foi reconhecida a perda de R\$ 4.804 mil (ganho de R\$ 14.331 mil no 1º Semestre/2023) no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



## 12 – Carteira de crédito

### a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Operações de crédito</b>	<b>911.845.967</b>	<b>865.652.310</b>	<b>923.739.410</b>	<b>874.683.503</b>
Empréstimos e direitos creditórios descontados	360.205.958	351.450.680	364.070.014	354.455.324
Financiamentos	167.025.721	147.427.572	167.350.979	147.778.172
Financiamentos rurais	334.105.717	317.277.404	334.105.717	317.277.404
Financiamentos imobiliários	50.389.205	49.364.542	58.093.334	55.040.491
Operações de crédito vinculadas a cessão <sup>1</sup>	119.366	132.112	119.366	132.112
<b>Outros créditos com características de concessão de crédito</b>	<b>98.732.080</b>	<b>99.272.747</b>	<b>100.187.313</b>	<b>100.171.008</b>
Operações com cartão de crédito	48.702.052	51.285.816	50.157.285	52.184.077
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	30.755.488	24.924.882	30.755.488	24.924.882
Aquisição de recebíveis	6.887.027	9.165.690	6.887.027	9.165.690
Outros créditos vinculados a operações adquiridas <sup>2</sup>	9.139.681	10.539.278	9.139.681	10.539.278
Avais e fianças honrados	107.696	93.927	107.696	93.927
Diversos	3.140.136	3.263.154	3.140.136	3.263.154
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>489.256</b>	<b>494.847</b>
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>1.010.578.047</b>	<b>964.925.057</b>	<b>1.024.415.979</b>	<b>975.349.358</b>
Ativo circulante	414.505.043	407.564.569	419.835.204	411.308.919
Ativo não circulante	596.073.004	557.360.488	604.580.775	564.040.439
<b>Provisões para perdas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(58.635.285)</b>	<b>(55.806.103)</b>	<b>(58.786.404)</b>	<b>(55.927.619)</b>
Provisão para operações de crédito	(56.895.486)	(53.443.096)	(57.024.023)	(53.551.011)
Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito	(1.739.799)	(2.363.007)	(1.755.727)	(2.372.767)
Provisão para arrendamento mercantil	--	--	(6.654)	(3.841)
<b>Total da carteira de crédito líquido de provisões</b>	<b>951.942.762</b>	<b>909.118.954</b>	<b>965.629.575</b>	<b>919.421.739</b>

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**b) Resultado da carteira de crédito**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Resultado de operações de crédito</b>	<b>75.770.807</b>	<b>63.802.957</b>	<b>79.126.317</b>	<b>64.875.799</b>
Empréstimos e direitos creditórios descontados	38.682.171	36.854.299	41.389.532	37.324.499
Financiamentos rurais	15.339.642	12.945.189	15.339.642	12.945.189
Financiamentos	10.133.426	2.763.777	10.161.463	2.791.269
Recuperação de créditos baixados como prejuízo <sup>1</sup>	4.648.565	3.675.922	4.974.453	4.038.966
Financiamentos imobiliários	1.864.333	2.015.134	2.156.077	2.201.450
Financiamentos à exportação	1.969.495	1.768.734	1.969.495	1.768.734
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.797.261	2.767.185	1.797.261	2.767.185
Aquisição de recebíveis	509.454	904.290	509.454	904.290
Financiamentos em moedas estrangeiras	484.591	(147.971)	481.509	(145.654)
Adiantamentos a depositantes	209.556	162.445	215.118	185.918
Avais e fianças honrados	8.453	926	8.453	926
Demais	123.860	93.027	123.860	93.027
<b>Resultado de arrendamento mercantil</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>45.932</b>	<b>47.533</b>
<b>Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros <sup>2</sup></b>	<b>63.713</b>	<b>396.543</b>	<b>79.095</b>	<b>357.714</b>
<b>Total</b>	<b>75.834.520</b>	<b>64.199.500</b>	<b>79.251.344</b>	<b>65.281.046</b>

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 445.227 mil no 1º semestre/2024 (com impacto no resultado de R\$ 244.875 mil, líquido de tributos), e R\$ 479.371 mil no 1º semestre/2023 (com impacto no resultado de R\$ 263.653 mil, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 613.152 mil e R\$ 803.968 mil, respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 477.918 mil (R\$ 249.497 mil, líquido de tributos) no 1º semestre/2024 e R\$ 243.829 mil (R\$ 128.911 mil, líquido de tributos) no 1º semestre/2023, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 195.429 mil no 1º semestre/2024 (R\$ 4.827 mil no 1º semestre/2023), líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 1.230.241 mil e R\$ 308.528 mil respectivamente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2024	%	31/12/2023	%	30/06/2024	%	31/12/2023	%
<b>Setor público</b>	<b>77.354.694</b>	<b>7,6</b>	<b>66.786.053</b>	<b>6,9</b>	<b>77.354.774</b>	<b>7,5</b>	<b>66.944.273</b>	<b>6,9</b>
Administração pública	66.405.363	6,5	59.013.058	6,0	66.405.363	6,4	59.171.278	6,0
Petroleiro	8.607.263	0,8	5.614.664	0,6	8.607.263	0,8	5.614.664	0,6
Energia Elétrica	818.070	0,1	827.534	0,1	818.070	0,1	827.534	0,1
Serviços	643.550	0,1	538.178	0,1	643.550	0,1	538.178	0,1
Demais atividades	880.448	0,1	792.619	0,1	880.528	0,1	792.619	0,1
<b>Setor privado</b>	<b>933.223.353</b>	<b>92,4</b>	<b>898.139.004</b>	<b>93,1</b>	<b>947.061.205</b>	<b>92,5</b>	<b>908.405.085</b>	<b>93,1</b>
<b>Pessoa física</b>	<b>642.735.991</b>	<b>63,6</b>	<b>619.527.098</b>	<b>64,2</b>	<b>647.098.513</b>	<b>63,2</b>	<b>622.587.204</b>	<b>63,8</b>
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>290.487.362</b>	<b>28,8</b>	<b>278.611.906</b>	<b>28,9</b>	<b>299.962.692</b>	<b>29,3</b>	<b>285.817.881</b>	<b>29,3</b>
Agronegócio de origem vegetal	44.741.722	4,4	39.475.706	4,1	45.187.681	4,4	39.821.090	4,1
Serviços	33.310.174	3,3	30.262.457	3,1	35.813.659	3,5	32.193.075	3,3
Mineração e metalurgia	22.041.613	2,2	21.289.369	2,2	22.410.490	2,2	21.795.732	2,2
Transportes	18.125.194	1,8	15.836.723	1,6	18.344.332	1,8	15.972.120	1,6
Comércio varejista	15.703.399	1,6	16.902.526	1,8	16.030.547	1,6	17.124.898	1,8
Energia elétrica	14.100.816	1,4	16.650.988	1,7	14.241.281	1,4	16.671.505	1,7
Agronegócio de origem animal	15.161.272	1,5	15.011.605	1,6	15.514.682	1,5	15.279.754	1,6
Automotivo	14.389.458	1,4	13.855.848	1,4	14.541.822	1,4	13.988.224	1,4
Insumos agrícolas	12.752.673	1,3	12.078.854	1,3	12.759.840	1,2	12.087.264	1,2
Instituições e serviços financeiros	9.399.177	0,9	11.129.254	1,2	9.967.214	1,0	11.573.988	1,2
Combustíveis	11.482.832	1,1	10.414.202	1,1	11.831.607	1,2	10.801.251	1,1
Atividades específicas da construção	11.180.092	1,1	10.539.621	1,1	11.214.721	1,1	10.592.627	1,1
Eletroeletrônico	10.921.277	1,1	10.917.901	1,1	10.951.734	1,1	10.932.898	1,1
Imobiliário	9.394.163	0,9	8.631.524	0,9	10.966.486	1,1	9.673.061	1,0
Químico	10.070.147	1,0	9.467.478	1,0	10.250.980	1,0	9.678.146	1,0
Comércio atacadista e indústrias diversas	8.935.896	0,9	9.082.677	0,9	9.856.654	1,0	9.767.942	1,0
Têxtil e confecções	8.349.839	0,8	7.865.809	0,8	8.415.137	0,8	7.908.143	0,8
Madeireiro e moveleiro	6.109.697	0,6	5.761.040	0,6	6.130.643	0,6	5.777.525	0,6
Papel e celulose	4.132.642	0,4	4.074.806	0,4	4.335.053	0,4	4.125.946	0,4
Construção pesada	3.841.823	0,4	3.330.853	0,3	4.359.601	0,4	3.820.603	0,4
Telecomunicações	2.932.504	0,3	2.686.932	0,3	3.173.472	0,3	2.774.081	0,3
Demais atividades	3.410.952	0,4	3.345.733	0,4	3.665.056	0,3	3.458.008	0,4
<b>Total</b>	<b>1.010.578.047</b>	<b>100,0</b>	<b>964.925.057</b>	<b>100,0</b>	<b>1.024.415.979</b>	<b>100,0</b>	<b>975.349.358</b>	<b>100,0</b>



**d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento**

	Banco Múltiplo										30/06/2024	31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
<b>Operações em curso normal</b>												
<b>Parcelas vencidas</b>												
01 a 30	38.097.582	12.835.250	11.344.033	9.999.646	348.153	602.486	67.764	232.220	553.689	74.080.823	64.122.119	
31 a 60	28.931.126	7.217.100	5.780.813	3.798.926	342.182	687.704	70.895	76.961	279.438	47.185.145	33.429.947	
61 a 90	22.932.849	5.740.425	4.606.678	3.091.742	322.319	616.423	72.874	53.369	257.936	37.694.615	28.557.814	
91 a 180	61.654.420	14.035.491	9.798.701	7.291.703	999.326	1.419.989	197.898	151.172	946.534	96.495.234	94.606.297	
181 a 360	80.694.580	21.304.921	15.660.252	11.098.067	1.521.487	1.587.846	421.982	215.673	891.784	133.396.592	164.608.318	
Acima de 360	349.892.026	89.404.504	54.797.488	45.346.364	8.436.491	6.640.917	2.217.004	1.901.051	15.139.479	573.775.324	538.688.770	
<b>Parcelas vencidas</b>												
Até 14 dias	905.623	174.607	301.521	386.213	68.133	114.147	31.186	10.015	69.715	2.061.160	1.390.442	
<b>Subtotal</b>	<b>583.108.206</b>	<b>150.712.298</b>	<b>102.289.486</b>	<b>81.012.661</b>	<b>12.038.091</b>	<b>11.669.512</b>	<b>3.079.603</b>	<b>2.640.461</b>	<b>18.138.575</b>	<b>964.688.893</b>	<b>925.403.707</b>	
<b>Operações em curso anormal</b>												
<b>Parcelas vencidas</b>												
01 a 30	--	--	78.490	405.320	205.865	175.690	117.155	104.763	406.611	1.493.894	1.447.477	
31 a 60	--	--	35.120	124.468	99.943	103.040	58.531	58.881	203.201	683.184	601.674	
61 a 90	--	--	27.735	107.798	95.658	94.912	60.641	47.181	201.613	635.538	558.984	
91 a 180	--	--	64.652	259.285	249.612	296.343	157.783	122.124	568.883	1.718.682	1.548.400	
181 a 360	--	--	161.204	502.807	485.594	492.541	280.206	249.274	1.087.550	3.259.176	2.842.382	
Acima de 360	--	--	1.082.749	3.235.703	2.977.432	3.690.508	1.933.293	1.857.176	7.520.819	22.297.680	18.671.718	
<b>Parcelas vencidas</b>												
01 a 14	--	--	11.911	56.415	45.084	74.305	29.932	22.969	107.160	347.776	278.430	
15 a 30	--	--	305.800	360.255	115.324	119.440	46.685	35.489	152.732	1.135.725	914.372	
31 a 60	--	--	47.949	996.206	200.736	254.121	106.438	74.738	411.359	2.091.547	1.539.932	
61 a 90	--	--	933	210.488	843.165	320.746	169.012	101.315	422.114	2.067.773	1.381.786	
91 a 180	--	--	--	25.290	104.170	807.615	875.735	930.781	1.204.772	3.948.363	3.454.935	
181 a 360	--	--	--	--	1.259	143.403	145.463	180.818	4.975.275	5.446.218	5.561.353	
Acima de 360	--	--	120	624	186	35.783	16.074	2.464	708.347	763.598	719.907	
<b>Subtotal</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>1.816.663</b>	<b>6.284.659</b>	<b>5.424.028</b>	<b>6.608.447</b>	<b>3.996.948</b>	<b>3.787.973</b>	<b>17.970.436</b>	<b>45.889.154</b>	<b>39.521.350</b>	
<b>Total</b>	<b>583.108.206</b>	<b>150.712.298</b>	<b>104.106.149</b>	<b>87.297.320</b>	<b>17.462.119</b>	<b>18.277.959</b>	<b>7.076.551</b>	<b>6.428.434</b>	<b>36.109.011</b>	<b>1.010.578.047</b>	<b>964.925.057</b>	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado										30/06/2024	31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
<b>Operações em curso normal</b>												
<b>Parcelas vencidas</b>												
01 a 30	38.123.825	14.750.412	12.922.260	10.000.609	348.840	602.585	67.799	232.231	554.452	77.603.013	66.147.635	
31 a 60	28.932.240	7.402.629	5.807.203	3.799.032	342.235	687.722	70.903	76.963	279.478	47.398.405	33.940.858	
61 a 90	22.931.197	6.092.034	4.615.140	3.091.846	322.375	616.438	72.888	53.407	258.112	38.053.437	28.804.709	
91 a 180	61.651.502	14.204.089	9.835.355	7.292.197	999.457	1.420.079	197.963	151.287	946.852	96.698.781	94.950.034	
181 a 360	80.713.768	21.619.251	15.909.411	11.099.086	1.521.899	1.588.079	422.193	215.786	892.403	133.981.876	165.034.186	
Acima de 360	350.074.233	90.131.647	62.378.177	45.350.312	8.438.139	6.642.085	2.218.593	1.901.746	15.142.631	582.277.563	545.367.661	
<b>Parcelas vencidas</b>												
Até 14 dias	905.623	180.595	566.298	386.419	68.199	114.214	31.204	10.015	69.722	2.332.289	1.502.845	
<b>Subtotal</b>	<b>583.332.388</b>	<b>154.380.657</b>	<b>112.033.844</b>	<b>81.019.501</b>	<b>12.041.144</b>	<b>11.671.202</b>	<b>3.081.543</b>	<b>2.641.435</b>	<b>18.143.650</b>	<b>978.345.364</b>	<b>935.747.928</b>	
<b>Operações em curso anormal</b>												
<b>Parcelas vencidas</b>												
01 a 30	--	--	78.490	405.383	205.908	175.843	117.217	104.763	406.698	1.494.302	1.447.564	
31 a 60	--	--	35.120	124.531	99.985	103.191	58.593	58.881	203.287	683.588	601.760	
61 a 90	--	--	27.735	107.860	95.699	95.060	60.702	47.181	201.699	635.936	559.069	
91 a 180	--	--	64.652	259.470	249.732	296.773	157.962	122.124	569.140	1.719.853	1.548.656	
181 a 360	--	--	161.204	503.164	485.762	493.342	280.547	249.274	1.088.057	3.261.350	2.842.885	
Acima de 360	--	--	1.082.749	3.237.634	2.977.498	3.692.729	1.934.026	1.857.176	7.521.400	22.303.212	18.672.778	
<b>Parcelas vencidas</b>												
01 a 14	--	--	11.911	56.415	45.127	74.456	29.995	22.969	107.160	348.033	278.430	
15 a 30	--	--	418.514	361.150	115.730	119.673	46.765	35.504	152.913	1.250.249	940.429	
31 a 60	--	--	47.949	1.017.941	201.479	254.526	106.700	74.830	411.627	2.115.052	1.550.982	
61 a 90	--	--	933	210.488	849.224	321.472	169.197	101.430	422.887	2.075.631	1.397.037	
91 a 180	--	--	--	25.290	104.170	812.316	879.502	934.735	1.205.956	3.961.969	3.471.201	
181 a 360	--	--	--	--	1.259	143.403	145.463	180.818	4.984.098	5.455.041	5.568.265	
Acima de 360	--	--	120	624	186	35.783	16.074	2.464	711.148	766.399	722.374	
<b>Subtotal</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>1.929.377</b>	<b>6.309.950</b>	<b>5.431.759</b>	<b>6.618.567</b>	<b>4.002.743</b>	<b>3.792.149</b>	<b>17.986.070</b>	<b>46.070.615</b>	<b>39.601.430</b>	
<b>Total</b>	<b>583.332.388</b>	<b>154.380.657</b>	<b>113.963.221</b>	<b>87.329.451</b>	<b>17.472.903</b>	<b>18.289.769</b>	<b>7.084.286</b>	<b>6.433.584</b>	<b>36.129.720</b>	<b>1.024.415.979</b>	<b>975.349.358</b>	



**e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco**

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Banco Múltiplo							
		30/06/2024				31/12/2023			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar <sup>1</sup>	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar <sup>1</sup>	Total
AA		583.108.206	--	--	--	578.325.293	--	--	--
A	0,5	150.712.298	(753.561)	(71.663)	(825.224)	105.755.477	(528.777)	(40.960)	(569.737)
B	1,0	104.106.149	(1.041.061)	(406.685)	(1.447.746)	108.037.031	(1.080.370)	(359.892)	(1.440.252)
C	3,0	87.297.320	(2.618.920)	(1.924.756)	(4.543.676)	93.600.022	(2.808.001)	(2.621.624)	(5.429.625)
D	10,0	17.462.119	(1.746.212)	(398.881)	(2.145.093)	18.235.283	(1.823.528)	(348.134)	(2.171.662)
E	30,0	18.277.959	(5.483.388)	--	(5.483.388)	14.267.052	(4.280.116)	--	(4.280.116)
F	50,0	7.076.551	(3.538.276)	(2)	(3.538.278)	6.244.317	(3.122.159)	(2)	(3.122.161)
G	70,0	6.428.434	(4.499.904)	(42.965)	(4.542.869)	6.005.148	(4.203.604)	(133.512)	(4.337.116)
H	100,0	36.109.011	(36.109.011)	--	(36.109.011)	34.455.434	(34.455.434)	--	(34.455.434)
<b>Total</b>		<b>1.010.578.047</b>	<b>(55.790.333)</b>	<b>(2.844.952)</b>	<b>(58.635.285)</b>	<b>964.925.057</b>	<b>(52.301.989)</b>	<b>(3.504.114)</b>	<b>(55.806.103)</b>

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Consolidado							
		30/06/2024				31/12/2023			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar <sup>1</sup>	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar <sup>1</sup>	Total
AA		583.332.388	--	--	--	578.933.384	--	--	--
A	0,5	154.380.657	(771.903)	(71.889)	(843.792)	108.379.162	(541.896)	(41.154)	(583.050)
B	1,0	113.963.221	(1.139.632)	(406.831)	(1.546.463)	115.110.597	(1.151.106)	(360.157)	(1.511.263)
C	3,0	87.329.451	(2.619.884)	(1.924.824)	(4.544.708)	93.630.961	(2.808.929)	(2.621.979)	(5.430.908)
D	10,0	17.472.903	(1.747.290)	(398.881)	(2.146.171)	18.269.813	(1.826.981)	(348.134)	(2.175.115)
E	30,0	18.289.769	(5.486.931)	--	(5.486.931)	14.280.860	(4.284.258)	--	(4.284.258)
F	50,0	7.084.286	(3.542.143)	(2)	(3.542.145)	6.266.037	(3.133.019)	(2)	(3.133.021)
G	70,0	6.433.584	(4.503.509)	(42.965)	(4.546.474)	6.006.840	(4.204.788)	(133.512)	(4.338.300)
H	100,0	36.129.720	(36.129.720)	--	(36.129.720)	34.471.704	(34.471.704)	--	(34.471.704)
<b>Total</b>		<b>1.024.415.979</b>	<b>(55.941.012)</b>	<b>(2.845.392)</b>	<b>(58.786.404)</b>	<b>975.349.358</b>	<b>(52.422.681)</b>	<b>(3.504.938)</b>	<b>(55.927.619)</b>

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

**a) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	Banco Múltiplo			
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(55.806.103)</b>	<b>(50.513.636)</b>	<b>(55.927.619)</b>	<b>(50.697.155)</b>
(Constituição)/reversão	(19.562.858)	(12.575.338)	(19.609.974)	(12.643.789)
Provisão mínima requerida	(20.222.020)	(13.035.198)	(20.269.520)	(13.103.289)
Provisão complementar <sup>1</sup>	659.162	459.860	659.546	459.500
Variação cambial - provisões no exterior	(107.353)	31.621	(96.975)	85.777
Baixas para prejuízo	16.841.029	12.567.308	16.848.164	12.580.215
<b>Saldo final</b>	<b>(58.635.285)</b>	<b>(50.490.045)</b>	<b>(58.786.404)</b>	<b>(50.674.952)</b>

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

**b) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Até 1 ano <sup>1</sup>	--	--	187.019	184.780
De 1 a 5 anos	--	--	302.194	306.515
acima de 5 anos	--	--	43	3.552
<b>Total a valor presente</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>489.256</b>	<b>494.847</b>

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

**c) Concentração das operações de crédito**

	30/06/2024	% da Carteira	31/12/2023	% da Carteira
Maior Devedor	9.192.896	0,9	8.548.212	0,9
10 Maiores devedores	55.411.391	5,4	50.993.522	5,2
20 Maiores devedores	78.549.390	7,7	73.938.496	7,6
50 Maiores devedores	114.271.246	11,2	108.233.474	11,1
100 Maiores devedores	138.372.408	13,5	131.541.573	13,5



**d) Créditos renegociados**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Créditos renegociados no período</b>	<b>66.670.843</b>	<b>48.830.573</b>	<b>66.670.843</b>	<b>48.830.573</b>
Renegociados por atraso <sup>1</sup>	13.763.647	11.189.315	13.763.647	11.189.315
Renovados <sup>2</sup>	52.907.196	37.641.258	52.907.196	37.641.258
<b>Movimentação dos créditos renegociados por atraso</b>				
<b>Saldo inicial</b>	<b>38.325.348</b>	<b>32.689.826</b>	<b>38.325.348</b>	<b>32.689.826</b>
Contratações <sup>1</sup>	13.763.647	11.189.315	13.763.647	11.189.315
(Recebimento) e apropriação de juros <sup>3</sup>	(5.961.789)	(7.763.521)	(5.961.789)	(7.763.521)
Baixas para prejuízo	(3.381.292)	(1.997.184)	(3.381.292)	(1.997.184)
<b>Saldo final <sup>4</sup></b>	<b>42.745.914</b>	<b>34.118.436</b>	<b>42.745.914</b>	<b>34.118.436</b>
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	20.402.516	17.241.876	20.402.516	17.241.876
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	47,7%	50,5%	47,7%	50,5%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	7.298.463	4.439.171	7.298.463	4.439.171
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	17,1%	13,0%	17,1%	13,0%

1 - Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

2 - Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

3 - Inclui, no 1º Semestre/2023, créditos renegociados convertidos em títulos e valores mobiliários, no âmbito de recuperação judicial.

4 - Inclui o valor de R\$ 333 mil (R\$ 994 mil em 30/06/2023) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 31.098.078 mil (R\$ 16.747.613 mil em 30/06/2023) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

**e) Informações Complementares**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Créditos contratados a liberar	204.687.511	196.287.118	204.795.158	196.313.674
Garantias prestadas <sup>1</sup>	13.813.757	11.707.326	13.720.496	11.462.562
Créditos abertos para importação contratados	1.682.337	989.402	1.752.846	1.013.011
Créditos de exportação confirmados	669.233	675.243	669.462	675.243
Recursos vinculados	4.669.858	3.183.293	4.669.858	3.183.293

1 - O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.c).

**f) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT**

	TADE <sup>1</sup>	30/06/2024	31/12/2023
<b>Empréstimos e direitos creditórios descontados</b>		<b>11</b>	<b>207</b>
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	11	207
<b>Financiamentos</b>		<b>233.142</b>	<b>254.083</b>
Proger Urbano Investimento	18/2005	223.921	240.308
FAT Taxista	02/2009	9.221	13.775
<b>Financiamentos rurais</b>		<b>195</b>	<b>192</b>
Pronaf Investimento	05/2005	49	41
Pronaf Custeio	04/2005	146	151
<b>Total</b>		<b>233.348</b>	<b>254.482</b>

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.



### g) Programas instituídos para enfrentamento dos efeitos da Covid-19

Por meio da Resolução CMN nº 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), nos termos da Lei nº 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplimento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Instituído pela Lei nº 14.042/2020, o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhos) é destinado à concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis. Nesta modalidade as operações serão realizadas integralmente com recursos da União.

Conforme Resolução CMN nº 4.855/2020, apresentamos os saldos das operações de crédito contratadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30/06/2024				31/12/2023			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar <sup>1</sup>	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar <sup>1</sup>	Total
AA <sup>2</sup>		137.770	--	--	--	141.422	--	--	--
A	0,5	--	--	--	--	--	--	--	--
B	1,0	--	--	--	--	--	--	--	--
C	3,0	--	--	--	--	1	--	--	--
D	10,0	--	--	--	--	3	--	--	--
E	30,0	2	(1)	--	(1)	5	(2)	--	(2)
F	50,0	1	(1)	--	(1)	20	(10)	--	(10)
G	70,0	9	(6)	--	(6)	19	(13)	--	(13)
H	100,0	41	(41)	--	(41)	374	(374)	--	(374)
<b>Total</b>		<b>137.823</b>	<b>(49)</b>	<b>--</b>	<b>(49)</b>	<b>141.844</b>	<b>(399)</b>	<b>--</b>	<b>(399)</b>

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

2 - Refere-se basicamente às operações cujo risco de crédito é assumido pela União.

## 13 – Outros ativos

## a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Financeiros</b>	<b>108.799.881</b>	<b>94.649.918</b>	<b>110.656.607</b>	<b>94.577.173</b>
Devedores por depósitos em garantia	37.294.363	36.153.206	38.239.471	37.024.098
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	41.444.470	28.254.834	41.444.539	28.254.834
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	11.873.612	11.608.853	11.873.612	11.608.853
Rendas a receber	8.072.643	10.021.656	6.799.617	6.728.644
Títulos e créditos a receber <sup>1</sup>	3.167.386	2.713.910	4.867.451	4.360.473
Fundo de Compensação de Variações Salariais	2.845.733	3.381.724	2.845.733	3.381.724
Demais	4.101.674	2.515.735	4.586.184	3.218.547
Ativo circulante	76.076.623	63.491.482	75.256.632	61.020.202
Ativo não circulante	32.723.258	31.158.436	35.399.975	33.556.971
<b>Não financeiros</b>	<b>28.732.299</b>	<b>29.000.463</b>	<b>29.923.981</b>	<b>29.683.893</b>
Ativos atuariais (Nota 29.e)	23.584.204	23.851.683	23.584.204	23.851.683
Devedores diversos	3.416.252	3.545.981	3.854.822	3.893.504
Mantidos para venda – Recebidos	365.819	389.285	366.368	390.260
Despesas Antecipadas	525.301	571.866	632.679	611.913
Mantidos para venda – Próprios	29.325	27.845	38.416	28.417
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	3.870	3.587	45.454	39.371
Demais	807.528	610.216	1.402.038	868.745
Ativo circulante	5.065.549	5.068.126	6.073.030	5.619.911
Ativo não circulante	23.666.750	23.932.337	23.850.951	24.063.982

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 433.636 mil (R\$ 485.225 mil em 31/12/2023), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 1.005.605 mil (R\$ 1.214.457 mil em 31/12/2023).

## b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber	(1.616.117)	(1.567.375)	(1.971.388)	(1.890.732)
Devedores diversos	(733.929)	(710.539)	(734.139)	(710.744)
Rendas a receber	(1.345.793)	(1.102.050)	(1.345.793)	(1.102.050)
Demais	(42.716)	(41.823)	(42.715)	(41.824)
<b>Total</b>	<b>(3.738.555)</b>	<b>(3.421.787)</b>	<b>(4.094.035)</b>	<b>(3.745.350)</b>



### c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(3.421.787)</b>	<b>(3.088.514)</b>	<b>(3.745.350)</b>	<b>(3.351.308)</b>
(Constituição)/reversão	(316.275)	(106.352)	(347.857)	(140.674)
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	(252)	1.525
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(493)	30.233	(576)	30.839
<b>Saldo final</b>	<b>(3.738.555)</b>	<b>(3.164.633)</b>	<b>(4.094.035)</b>	<b>(3.459.618)</b>

### d) Carteira de câmbio

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Posição ativa</b>				
Câmbio comprado a liquidar	36.899.809	26.238.256	36.899.878	26.238.256
Direitos sobre vendas de câmbio	57.896.365	32.727.251	57.896.365	32.727.251
Valores em moedas estrangeiras a receber (Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	1.133 (53.352.837)	1.117 (30.711.790)	1.133 (53.352.837)	1.117 (30.711.790)
<b>Total</b>	<b>41.444.470</b>	<b>28.254.834</b>	<b>41.444.539</b>	<b>28.254.834</b>
Ativo circulante	39.761.326	27.039.931	39.761.395	27.039.931
Ativo não circulante	1.683.144	1.214.903	1.683.144	1.214.903
<b>Posição passiva</b>				
Obrigações por compras de câmbio	33.939.116	26.923.381	33.939.127	26.923.381
Câmbio vendido a liquidar	63.712.669	32.272.564	63.712.726	32.272.564
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.529	1.481	63.477	56.131
<b>Subtotal (Nota 20.a)</b>	<b>97.653.314</b>	<b>59.197.426</b>	<b>97.715.330</b>	<b>59.252.076</b>
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(30.755.488)	(24.924.882)	(30.755.488)	(24.924.882)
<b>Total</b>	<b>66.897.826</b>	<b>34.272.544</b>	<b>66.959.842</b>	<b>34.327.194</b>
Passivo circulante	52.649.610	19.626.071	52.711.626	19.680.721
Passivo não circulante	14.248.216	14.646.473	14.248.216	14.646.473
<b>Carteira de câmbio líquida</b>	<b>(25.453.356)</b>	<b>(6.017.710)</b>	<b>(25.515.303)</b>	<b>(6.072.360)</b>
<b>Contas de compensação</b>				
Créditos abertos para importação	2.278.772	1.344.852	2.349.280	1.368.461
Créditos de exportação confirmados	669.233	675.243	669.462	675.243

### e) Resultado de outros ativos financeiros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Resultado de operações de câmbio	(2.550.584)	(463.406)	(2.407.550)	(169.385)
Demais	137.143	132.978	137.143	132.978
<b>Total</b>	<b>(2.413.441)</b>	<b>(330.428)</b>	<b>(2.270.407)</b>	<b>(36.407)</b>



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 14 – Investimentos

### a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado <sup>1</sup>	Lucro/(Prejuízo) líquido <sup>1</sup>		Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 31/12/2023	Movimentações – 1º Semestre/2024			Saldo contábil 30/06/2024	Resultado de equivalência 1º Semestre/2023
			1º Semestre/2024	Ordinárias	Preferenciais	Dividendos/JCP			Outros eventos <sup>2</sup>	Resultado de equivalência			
<b>No país</b>								<b>31.369.972</b>	<b>(4.155.031)</b>	<b>(788.138)</b>	<b>6.490.426</b>	<b>32.917.229</b>	<b>5.915.566</b>
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.510.567	927.216	17.703	--	100,00%	9.586.699	--	(249)	924.117	10.510.567	1.131.433	
BB Seguridade Participações S.A. <sup>3 4</sup>	6.269.692	9.471.159	4.113.204	1.325.000	--	68,26%	6.178.236	(1.842.954)	(678.090)	2.807.559	6.464.751	2.496.635	
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.823.194	142.846	3.000	--	100,00%	4.816.052	(135.703)	--	142.845	4.823.194	176.268	
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.613.313	678.855	1.096.653	600.952	50,00%	6.712.366	(191.550)	(53.588)	339.428	6.806.656	264.289	
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	858.082	464.114	3.790	--	100,00%	873.991	(464.114)	(15.909)	464.114	858.082	231.755	
BB Tecnologia e Serviços <sup>4</sup>	300.040	489.812	93.231	248.458	248.586	99,95%	414.958	--	(21.743)	93.183	486.398	70.977	
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.093.220	692.125	14	--	100,00%	927.110	(526.015)	--	692.125	1.093.220	580.597	
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.191.207	1.429.652	994.695	100.000	--	100,00%	1.430.505	(994.695)	(853)	994.695	1.429.652	923.903	
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	40.647	16.314	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	16.314	40.647	16.767	
Outras participações							405.722	--	(17.706)	16.046	404.062	22.942	
<b>No exterior <sup>5</sup></b>							<b>5.707.593</b>	<b>(332.861)</b>	<b>139.201</b>	<b>2.721.342</b>	<b>8.235.275</b>	<b>1.560.695</b>	
Banco Patagonia S.A.	4.386	5.210.162	2.746.069	578.117	--	80,39%	2.309.800	(332.861)	3.929	2.207.549	4.188.417	1.630.790	
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.300.231	74.970	211.023	--	100,00%	1.063.308	--	161.953	74.970	1.300.231	26.007	
Banco do Brasil AG	403.143	826.037	(5.737)	638	--	100,00%	746.147	--	85.627	(5.737)	826.037	(43.725)	
BB Securities LLC	27.903	416.129	2.935	5.000	--	100,00%	368.020	--	45.174	2.935	416.129	8.629	
Banco do Brasil Americas	1.064.529	1.451.511	134.204	36.250	--	100,00%	1.166.698	--	150.609	134.204	1.451.511	112.968	
BB USA Holding Company	--	827	--	--	--	100,00%	720	--	107	--	827	(46)	
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							52.900	--	(777)	--	52.123	--	
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas <sup>5</sup>							--	--	(307.421)	307.421	--	(173.928)	
<b>Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto</b>							<b>37.077.565</b>	<b>(4.487.892)</b>	<b>(648.937)</b>	<b>9.211.768</b>	<b>41.152.504</b>	<b>7.476.261</b>	
(Provisão para perdas)							(34.743)	--	--	--	(34.743)		

1 – Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 – Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

3 – O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 43.632.250 mil (R\$ 44.586.250 mil em 31/12/2023).

4 – Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 – O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras (Nota 18.d.) no processo de consolidação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado <sup>1</sup>	Lucro/(Prejuízo) líquido <sup>1</sup>		Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 31/12/2023	Movimentações – 1º Semestre/2024			Saldo contábil 30/06/2024	Resultado de equivalência 1º Semestre/2023
			1º Semestre/2024	Ordinárias	Preferenciais	Dividendos/JCP			Outros eventos <sup>2</sup>	Resultado de equivalência			
<b>Coligadas <sup>3</sup> e controladas em conjunto <sup>4</sup></b>													
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.613.313	678.856	1.096.653	600.952	50,00%	6.712.366	(191.550)	(53.588)	339.428	6.806.656	264.289	
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. <sup>5</sup>	414.000	9.036.130	499.904	1.800.941	900.471	30,00%	2.711.004	(149.971)	(165)	149.971	2.710.839	201.085	
Cielo S.A. <sup>6</sup>	5.700.000	12.357.588	887.783	778.320	--	28,80%	3.536.849	(230.695)	(3.182)	255.655	3.558.627	332.032	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. <sup>7</sup>	3.529.257	8.513.293	1.264.873	879	1.759	74,99%	5.695.325	(209.986)	(49.386)	948.592	6.384.545	862.860	
BB Mapfre Participações S.A. <sup>7</sup>	1.469.848	3.194.061	2.019.081	944.858	1.889.339	74,99%	2.244.984	(1.345.321)	(18.546)	1.514.109	2.395.226	1.337.019	
Brasilcap Capitalização S.A. <sup>7</sup>	354.398	724.678	141.110	107.989	159.308	66,77%	511.587	(127.653)	5.700	94.216	483.850	84.213	
Elo Participações Ltda. <sup>8</sup>	347.309	4.153.468	867.912	173.620	--	49,99%	1.426.638	--	215.812	433.869	2.076.319	394.369	
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.537.273	38.663	1.954.245	--	49,99%	750.265	--	(1.110)	19.328	768.483	(9.165)	
Outras participações							492.279	(27.923)	339	31.805	496.500	20.647	
Resultado não realizado <sup>9</sup>							(2.987.602)	--	80.728	--	(2.906.874)	--	
<b>Total</b>							<b>21.093.695</b>	<b>(2.283.099)</b>	<b>176.602</b>	<b>3.786.973</b>	<b>22.774.171</b>	<b>3.487.349</b>	
(Provisão para perdas)							(14.539)	--	2.046	--	(12.493)	--	

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,16 %, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00 % de participação direta na Cateno.

6 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria. O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 4.381.941 mil (R\$ 3.650.321 mil em 31/12/2023).

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



## b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica <sup>1</sup>
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco**

30/06/2024	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	59.648.394	396.250.765	95.890.760	1.836.802	11.765	2.282.240	336.136	5.876.094
Ativos não circulantes	72.053.295	20.877.108	9.442.497	8.127.849	3.547.518	2.140.309	1.341.309	7.377.126
Passivos circulantes	79.987.307	50.952.566	89.615.529	924.376	147	48.224	140.172	11.257.115
Passivos não circulantes	38.095.215	357.644.851	3.360.140	4.145	--	89.474	--	1.271.427
Passivos contingentes	595.407	19.462	288.153	303	--	64.817	--	1.260.552
<b>Lucro líquido – 1º Semestre/2024</b>	<b>677.986</b>	<b>1.263.884</b>	<b>888.657</b>	<b>499.904</b>	<b>2.019.081</b>	<b>925.105</b>	<b>38.663</b>	<b>141.110</b>
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	870	989	(874)	--	--	(57.193)	--	--
<b>Lucro líquido ajustado – 1º Semestre/2024</b>	<b>678.856</b>	<b>1.264.873</b>	<b>887.783</b>	<b>499.904</b>	<b>2.019.081</b>	<b>867.912</b>	<b>38.663</b>	<b>141.110</b>
% de participação	50,00%	74,99%	28,80%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
<b>Resultado de equivalência</b>	<b>339.428</b>	<b>948.592</b>	<b>255.655</b>	<b>149.971</b>	<b>1.514.109</b>	<b>433.869</b>	<b>19.328</b>	<b>94.216</b>
Outros resultados abrangentes	(107.122)	(65.854)	109	--	(14.581)	--	(2.222)	19.710
Resultado abrangente total	571.734	1.199.019	887.892	499.904	2.004.500	867.912	36.441	160.820
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>13.619.167</b>	<b>8.530.456</b>	<b>12.357.588</b>	<b>9.036.130</b>	<b>3.559.136</b>	<b>4.284.851</b>	<b>1.537.273</b>	<b>724.678</b>
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(5.854)	(17.163)	--	--	(365.075)	(131.383)	--	--
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>13.613.313</b>	<b>8.513.293</b>	<b>12.357.588</b>	<b>9.036.130</b>	<b>3.194.061</b>	<b>4.153.468</b>	<b>1.537.273</b>	<b>724.678</b>
% de participação	50,00%	74,99%	28,80%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
<b>Saldo do investimento</b>	<b>6.806.656</b>	<b>6.384.545</b>	<b>3.558.627</b>	<b>2.710.839</b>	<b>2.395.226</b>	<b>2.076.319</b>	<b>768.483</b>	<b>483.850</b>
Resultado não realizado	--	--	--	(2.393.329)	--	--	(513.545)	--





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2023	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.613.530	378.684.860	106.002.209	1.909.830	11.864	1.023.780	333.733	9.387.969
Ativos não circulantes	82.242.849	20.251.955	9.096.226	8.317.054	3.347.091	2.627.543	1.371.220	4.108.791
Passivos circulantes	94.068.118	55.376.466	99.481.192	1.187.231	170	563.008	204.122	11.484.438
Passivos não circulantes	33.356.859	335.947.924	3.358.439	2.973	--	103.085	--	1.246.101
Passivos contingentes	605.072	23.427	303.436	2.973	--	68.021	366	1.235.341
<b>Lucro líquido – 1º Semestre/2023</b>	<b>564.748</b>	<b>876.727</b>	<b>1.149.362</b>	<b>670.281</b>	<b>1.782.930</b>	<b>860.785</b>	<b>(18.334)</b>	<b>125.926</b>
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(36.177)	273.907	--	--	--	(71.890)	--	--
<b>Lucro líquido ajustado – 1º Semestre/2023</b>	<b>528.571</b>	<b>1.150.634</b>	<b>1.149.362</b>	<b>670.281</b>	<b>1.782.930</b>	<b>788.895</b>	<b>(18.334)</b>	<b>125.926</b>
% de participação	50,00%	74,99%	28,89%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
<b>Resultado de equivalência</b>	<b>264.289</b>	<b>862.860</b>	<b>332.032</b>	<b>201.085</b>	<b>1.337.019</b>	<b>394.369</b>	<b>(9.165)</b>	<b>84.213</b>
Outros resultados abrangentes	(84.151)	12.202	(2.560)	--	39.867	--	(2.406)	23.287
Resultado abrangente total	444.420	1.162.836	1.146.802	670.281	1.822.797	788.895	(20.740)	149.213
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>13.431.402</b>	<b>7.612.425</b>	<b>12.258.804</b>	<b>9.036.680</b>	<b>3.358.785</b>	<b>2.985.230</b>	<b>1.500.831</b>	<b>766.221</b>
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(6.670)	(18.151)	--	--	(365.074)	(131.383)	--	--
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>13.424.732</b>	<b>7.594.274</b>	<b>12.258.804</b>	<b>9.036.680</b>	<b>2.993.711</b>	<b>2.853.847</b>	<b>1.500.831</b>	<b>766.221</b>
% de participação	50,00%	74,99%	28,85%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
<b>Saldo do investimento</b>	<b>6.712.366</b>	<b>5.695.325</b>	<b>3.536.849</b>	<b>2.711.004</b>	<b>2.244.984</b>	<b>1.426.638</b>	<b>750.265</b>	<b>511.587</b>
Resultado não realizado	--	--	--	(2.451.233)	--	--	(536.369)	--



## 15 - Imobilizado de uso

	Banco Múltiplo							
	Taxa anual de depreciação	31/12/2023	1º Semestre/2024		30/06/2024			Saldo contábil
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	
Edificações	4 a 10%	3.479.056	472.481	(198.013)	9.736.388	(5.974.834)	(8.030)	3.753.524
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.285.768	115.457	(186.051)	4.620.410	(2.405.199)	(37)	2.215.174
Equipamentos de processamento de dados	10%	2.302.020	380.052	(401.085)	6.221.591	(3.940.604)	--	2.280.987
Imobilizações em curso	--	1.115.425	(67.400)	--	1.048.025	--	--	1.048.025
Terrenos	--	313.183	(1.385)	--	311.798	--	--	311.798
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	273.747	24.826	(24.992)	781.717	(503.081)	(5.055)	273.581
Instalações	10%	99.374	12.561	(9.999)	1.044.767	(942.831)	--	101.936
Veículos	10%	1.084	5.411	(253)	14.168	(7.926)	--	6.242
Imobilizado em estoque	--	805	(7)	--	798	--	--	798
<b>Total</b>		<b>9.870.462</b>	<b>941.996</b>	<b>(820.393)</b>	<b>23.779.662</b>	<b>(13.774.475)</b>	<b>(13.122)</b>	<b>9.992.065</b>

	Consolidado							
	Taxa anual de depreciação	31/12/2023	1º Semestre/2024		30/06/2024			Saldo contábil
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	
Edificações	4 a 10%	3.489.871	474.165	(198.872)	9.776.003	(6.000.494)	(10.345)	3.765.164
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.403.407	123.070	(197.040)	4.838.329	(2.500.869)	(8.023)	2.329.437
Equipamentos de processamento de dados	10%	2.362.738	394.408	(410.065)	6.373.419	(4.026.338)	--	2.347.081
Imobilizações em curso	--	1.116.084	(62.405)	--	1.053.679	--	--	1.053.679
Terrenos	--	315.455	(1.375)	--	314.080	--	--	314.080
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	276.105	26.992	(25.426)	788.752	(506.026)	(5.055)	277.671
Instalações	10%	105.716	13.008	(10.408)	1.053.577	(945.261)	--	108.316
Veículos	10%	2.112	6.015	(415)	16.116	(8.404)	--	7.712
Imobilizado em estoque	--	805	(7)	--	798	--	--	798
<b>Total</b>		<b>10.072.293</b>	<b>973.871</b>	<b>(842.226)</b>	<b>24.214.753</b>	<b>(13.987.392)</b>	<b>(23.423)</b>	<b>10.203.938</b>



## 16 – Intangível

### a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>6.020.093</b>	<b>4.742.513</b>	<b>10.762.606</b>	<b>6.020.093</b>	<b>4.765.920</b>	<b>13.257</b>	<b>1.509</b>	<b>10.800.779</b>
<b>Movimentações</b>								
Adições	5.020	853.273	858.293	5.020	855.954	--	--	860.974
Variação cambial	--	5.678	5.678	--	10.829	256	27	11.112
Baixas	--	(23.541)	(23.541)	--	(27.933)	--	--	(27.933)
Amortização	(950.757)	(271.315)	(1.222.072)	(950.757)	(275.308)	(1.115)	--	(1.227.180)
(Constituição)/ reversão de perdas	--	5.181	5.181	--	5.181	--	--	5.181
<b>Saldos em 30/06/2024</b>	<b>5.074.356</b>	<b>5.311.789</b>	<b>10.386.145</b>	<b>5.074.356</b>	<b>5.334.643</b>	<b>12.398</b>	<b>1.536</b>	<b>10.422.933</b>
Valor de custo	9.931.398	9.782.545	19.713.943	9.931.398	9.887.561	414.147	1.536	20.234.642
Amortização acumulada	(4.584.275)	(4.403.498)	(8.987.773)	(4.584.275)	(4.485.660)	(371.858)	--	(9.441.793)
Perdas por redução ao valor recuperável	(272.767)	(67.258)	(340.025)	(272.767)	(67.258)	(29.891)	--	(369.916)
<b>Estimativa de amortização</b>	<b>5.074.356</b>	<b>5.311.789</b>	<b>10.386.145</b>	<b>5.074.356</b>	<b>5.334.643</b>	<b>12.398</b>	<b>--</b>	<b>10.421.397</b>
2024	914.320	265.589	1.179.909	914.320	266.732	1.098	--	1.182.150
2025	1.471.306	531.179	2.002.485	1.471.306	533.464	2.196	--	2.006.966
2026	1.372.787	531.179	1.903.966	1.372.787	533.464	2.196	--	1.908.447
2027	1.082.099	531.179	1.613.278	1.082.099	533.464	2.196	--	1.617.759
2028	141.265	531.179	672.444	141.265	533.464	2.010	--	676.739
Após 2028	92.579	2.921.484	3.014.063	92.579	2.934.055	2.702	--	3.029.336

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



## b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. <sup>1</sup>	Taxa de desconto a.a. <sup>2</sup>
Banco Patagônia	32,50 %	112,61 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 17 – Recursos de clientes

### a) Depósitos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Depósitos à vista</b>	<b>98.796.049</b>	<b>101.695.288</b>	<b>106.834.290</b>	<b>109.118.616</b>
Pessoas físicas	48.304.951	48.001.363	53.366.191	53.343.821
Pessoas jurídicas	31.199.121	38.925.282	34.163.651	41.080.260
Vinculados <sup>1</sup>	15.202.068	8.376.887	15.316.614	8.433.601
Ligadas	311.661	293.465	287.990	279.027
Governos	2.450.839	4.344.803	2.450.839	4.344.804
Moedas estrangeiras	392.434	442.501	392.434	442.501
Instituições do sistema financeiro	560.614	887.400	484.736	779.095
Especiais do Tesouro Nacional	140.728	51.421	140.728	51.421
Domiciliados no exterior	129.254	204.279	126.728	196.199
Outros	104.379	167.887	104.379	167.887
<b>Depósitos de poupança</b>	<b>212.664.316</b>	<b>206.915.086</b>	<b>212.664.316</b>	<b>206.915.086</b>
Pessoas físicas	204.267.276	198.855.934	204.267.276	198.855.934
Pessoas jurídicas	8.041.704	7.661.137	8.041.704	7.661.137
Ligadas	340.262	383.242	340.262	383.242
Instituições do sistema financeiro	15.074	14.773	15.074	14.773
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>480.327.129</b>	<b>478.689.476</b>	<b>502.759.264</b>	<b>495.670.482</b>
Judiciais	256.646.543	272.216.976	256.758.485	272.294.475
Moeda nacional	198.299.023	181.662.633	198.365.898	181.696.742
Moedas estrangeiras	13.822.448	13.876.982	36.075.766	30.746.380
Regime especial <sup>2</sup>	6.415.213	6.086.206	6.415.213	6.086.206
Garantias de terceiros <sup>3</sup>	3.012.147	2.692.631	3.012.147	2.692.631
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	300.664	330.405	300.664	330.405
Funproger (Nota 17.e)	684.889	653.690	684.889	653.690
Outros	1.146.202	1.169.953	1.146.202	1.169.953
<b>Outros depósitos</b>	<b>205.618</b>	<b>239.619</b>	<b>205.618</b>	<b>239.619</b>
<b>Total</b>	<b>791.993.112</b>	<b>787.539.469</b>	<b>822.463.488</b>	<b>811.943.803</b>
Passivo circulante	780.692.182	627.183.127	810.472.169	650.934.045
Passivo não circulante	11.300.930	160.356.342	11.991.319	161.009.758

1 - Inclui o montante de R\$ 3.216.550 mil (R\$ 3.364.361 mil em 31/12/2023), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

### b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo					30/06/2024	31/12/2023
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
Depósitos a prazo <sup>1</sup>	257.057.860	17.207.116	23.500.827	106.615.959	75.945.367	480.327.129	478.689.476
Depósitos de poupança	212.664.316	--	--	--	--	212.664.316	206.915.086
Depósitos à vista	98.796.049	--	--	--	--	98.796.049	101.695.288
Outros depósitos	205.618	--	--	--	--	205.618	239.619
<b>Total</b>	<b>568.723.843</b>	<b>17.207.116</b>	<b>23.500.827</b>	<b>106.615.959</b>	<b>75.945.367</b>	<b>791.993.112</b>	<b>787.539.469</b>

1 - Inclui o valor de R\$ 116.464.363 mil (R\$ 114.634.355 mil em 31/12/2023), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado					30/06/2024	31/12/2023
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
Depósitos a prazo <sup>1</sup>	257.057.860	34.720.793	27.728.896	107.109.214	76.142.501	502.759.264	495.670.482
Depósitos de poupança	212.664.316	--	--	--	--	212.664.316	206.915.086
Depósitos à vista	106.834.290	--	--	--	--	106.834.290	109.118.616
Outros depósitos	205.618	--	--	--	--	205.618	239.619
<b>Total</b>	<b>576.762.084</b>	<b>34.720.793</b>	<b>27.728.896</b>	<b>107.109.214</b>	<b>76.142.501</b>	<b>822.463.488</b>	<b>811.943.803</b>

1 - Inclui o valor de R\$ 116.464.363 mil (R\$ 114.634.355 mil em 31/12/2023), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.



### c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Depósitos de poupança	(6.648.508)	(7.888.202)	(6.648.508)	(7.888.202)
Depósitos a prazo	(18.629.575)	(19.631.612)	(21.266.920)	(24.560.716)
Judiciais	(11.177.308)	(11.676.241)	(11.179.242)	(11.680.739)
Demais	(7.452.267)	(7.955.371)	(10.087.678)	(12.879.977)
<b>Total</b>	<b>(25.278.083)</b>	<b>(27.519.814)</b>	<b>(27.915.428)</b>	<b>(32.448.918)</b>

### d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução /TADE <sup>1</sup>	Devolução de Recursos		30/06/2024			31/12/2023		
		Forma <sup>2</sup>	Data Inicial	Disponível TMS <sup>3</sup>	Aplicado T.JLP e TLP <sup>4</sup>	Total	Disponível TMS <sup>3</sup>	Aplicado T.JLP e TLP <sup>4</sup>	Total
<b>Proger Rural e Pronaf</b>				<b>4</b>	<b>64</b>	<b>68</b>	<b>4</b>	<b>75</b>	<b>79</b>
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	2	64	66	3	69	72
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	2	--	2	1	6	7
<b>Proger Urbano</b>				<b>29.993</b>	<b>256.372</b>	<b>286.365</b>	<b>43.930</b>	<b>266.593</b>	<b>310.523</b>
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	29.942	256.372	286.314	43.629	266.353	309.982
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	51	--	51	301	240	541
<b>Outros</b>				<b>2.964</b>	<b>11.267</b>	<b>14.231</b>	<b>4.029</b>	<b>15.774</b>	<b>19.803</b>
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	2.964	11.267	14.231	4.029	15.774	19.803
<b>Total</b>				<b>32.961</b>	<b>267.703</b>	<b>300.664</b>	<b>47.963</b>	<b>282.442</b>	<b>330.405</b>

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (T.JLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e T.JLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

### e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a T.JLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 18 – Recursos de instituições financeiras

### a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	696.932.209	589.803.028	673.939.178	565.293.587
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	80.133.358	118.471.195	70.874.520	62.038.075
Depósitos interfinanceiros	23.608.751	24.249.941	23.005.616	23.726.731
Obrigações por operações vinculadas a cessão	119.881	132.331	119.881	132.331
<b>Total</b>	<b>800.794.199</b>	<b>732.656.495</b>	<b>767.939.195</b>	<b>651.190.724</b>
Passivo circulante	750.242.576	658.582.771	727.279.073	615.311.496
Passivo não circulante	50.551.623	74.073.724	40.660.122	35.879.228

### b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Carteira própria</b>	<b>352.118.989</b>	<b>291.328.264</b>	<b>329.501.367</b>	<b>267.295.119</b>
Letras Financeiras do Tesouro	317.444.812	270.739.667	299.444.865	250.702.691
Títulos privados	14.627.278	7.447.800	14.627.278	7.447.800
Títulos no exterior	8.897.596	7.957.482	4.279.921	3.961.313
Letras do Tesouro Nacional	10.240.550	3.725.483	10.240.550	3.725.483
Notas do Tesouro Nacional	908.753	1.457.832	908.753	1.457.832
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>344.813.220</b>	<b>298.474.764</b>	<b>344.437.811</b>	<b>297.998.468</b>
Notas do Tesouro Nacional	216.116.415	273.346.591	215.741.006	272.870.295
Letras do Tesouro Nacional	70.767.155	25.128.173	70.767.155	25.128.173
Letras Financeiras do Tesouro	57.929.650	--	57.929.650	--
<b>Total</b>	<b>696.932.209</b>	<b>589.803.028</b>	<b>673.939.178</b>	<b>565.293.587</b>
Passivo circulante	676.676.045	569.771.945	658.308.931	549.258.673
Passivo não circulante	20.256.164	20.031.083	15.630.247	16.034.914

### c) Obrigações por empréstimos e repasses

#### Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					30/06/2024	31/12/2023
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos		
Tomados junto ao Grupo BB	243.713	90.542	390.401	--	--	724.656	32.377.814
Tomados junto a banqueiros	3.612.303	13.580.572	5.781.354	3.990.086	--	26.964.315	19.590.802
Importação	184.271	88.845	36.317	20.153	994	330.580	443.818
Exportação	--	--	--	--	--	--	36.478
<b>Total</b>	<b>4.040.287</b>	<b>13.759.959</b>	<b>6.208.072</b>	<b>4.010.239</b>	<b>994</b>	<b>28.019.551</b>	<b>52.448.912</b>
Passivo circulante						17.800.246	30.154.435
Passivo não circulante						10.219.305	22.294.477

	Consolidado					30/06/2024	31/12/2023
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos		
Tomados junto a banqueiros	3.923.382	13.674.483	6.186.920	3.990.086	--	27.774.871	19.966.423
Importação	184.271	88.845	36.317	20.153	994	330.580	443.818
Exportação	--	--	--	--	--	--	36.478
<b>Total</b>	<b>4.107.653</b>	<b>13.763.328</b>	<b>6.223.237</b>	<b>4.010.239</b>	<b>994</b>	<b>28.105.451</b>	<b>20.446.719</b>
Passivo circulante						17.870.981	14.326.330
Passivo não circulante						10.234.470	6.120.389



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## Obrigações por repasses

### Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Tesouro Nacional - Crédito Rural</b>		<b>274.332</b>	<b>139.309</b>	<b>274.332</b>	<b>139.309</b>
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	98.031	7.293	98.031	7.293
Cacau	IGP-M + 8,00% ou TJLP + 0,60% ou Pré 6,35% ou TMS	119.945	108.125	119.945	108.125
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845	9.845	9.845
Outros		46.511	14.046	46.511	14.046
<b>BNDES</b>	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,05% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% IGP-M 6,00% a 6,64% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 2,30% TFBD 0,95% a 6,25%	<b>12.075.402</b>	<b>11.894.921</b>	<b>12.075.402</b>	<b>11.894.921</b>
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	26.644.206	26.978.628	26.644.206	26.978.628
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 0,90% a 1,60% Selic + 1,15% a 1,70% TFBD + 0,95% a 6,47%	3.475.763	2.221.148	3.475.763	2.221.148
<b>Outras Instituições Oficiais</b>		<b>299.366</b>	<b>357.350</b>	<b>299.366</b>	<b>357.350</b>
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00% e 11,00% Funding 8,00%	299.338	357.324	299.338	357.324
Outros		28	26	28	26
<b>Total</b>		<b>42.769.069</b>	<b>41.591.356</b>	<b>42.769.069</b>	<b>41.591.356</b>
Passivo circulante		30.028.031	30.176.070	30.028.031	30.176.070
Passivo não circulante		12.741.038	11.415.286	12.741.038	11.415.286

### Do exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	9.344.738	24.430.927	--	--
<b>Total</b>	<b>9.344.738</b>	<b>24.430.927</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
Passivo circulante	4.059.058	6.533.582	--	--
Passivo não circulante	5.285.680	17.897.345	--	--





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**d) Despesas com recursos de instituições financeiras**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>(35.540.885)</b>	<b>(41.153.125)</b>	<b>(34.430.290)</b>	<b>(40.071.241)</b>
Carteira de terceiros	(21.916.453)	(27.286.319)	(21.669.149)	(27.131.177)
Carteira própria	(13.624.432)	(13.866.806)	(12.761.141)	(12.940.064)
<b>Depósitos interfinanceiros <sup>1</sup></b>	<b>(824.393)</b>	<b>156.109</b>	<b>(2.369.406)</b>	<b>1.290.034</b>
<b>Obrigações por Empréstimos <sup>1</sup></b>	<b>(7.403.145)</b>	<b>2.220.773</b>	<b>(7.053.253)</b>	<b>3.339.177</b>
<b>Obrigações por repasses</b>	<b>(6.350.029)</b>	<b>(820.456)</b>	<b>(5.139.043)</b>	<b>403.791</b>
Do exterior <sup>1</sup>	(4.962.774)	743.227	(3.751.788)	1.967.474
Caixa Econômica Federal	(767.393)	(951.604)	(767.393)	(951.604)
BNDES	(424.094)	(515.987)	(424.094)	(515.987)
Finame	(148.852)	(43.213)	(148.852)	(43.213)
Tesouro Nacional	(6.300)	(4.551)	(6.300)	(4.551)
Outras	(40.616)	(48.328)	(40.616)	(48.328)
<b>Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior <sup>2</sup></b>	<b>1.929.165</b>	<b>(987.661)</b>	<b>2.236.585</b>	<b>(1.161.589)</b>
<b>Total</b>	<b>(48.189.287)</b>	<b>(40.584.360)</b>	<b>(46.755.407)</b>	<b>(36.199.828)</b>

1 - As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

2 - Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 19 - Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

### a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19.b)	242.098.625	236.863.387	252.095.455	245.832.383
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	39.279.900	44.423.924	33.179.900	38.323.924
<b>Total</b>	<b>281.378.525</b>	<b>281.287.311</b>	<b>285.275.355</b>	<b>284.156.307</b>
Passivo circulante	110.286.600	117.993.784	110.286.600	117.993.784
Passivo não circulante	171.091.925	163.293.527	174.988.755	166.162.523

### b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
<b>Banco Múltiplo</b>						<b>242.098.625</b>	<b>236.863.387</b>
<b>Programa "Global Medium - Term Notes" <sup>1</sup></b>						<b>23.026.524</b>	<b>20.331.168</b>
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	5.674.392	4.939.435
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	290.463	307.604
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	201.134	199.944
	USD	740.000	4,75%	2019	2024	--	3.630.032
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	392.438	404.600
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	578.582	550.329
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	656.804	627.883
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.067.605	3.579.794
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.831.760	2.465.089
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.168.583	3.626.458
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.164.763	--
<b>Certificados de Depósitos <sup>2</sup></b>						<b>7.868.181</b>	<b>8.309.565</b>
Curto prazo			0 a 6,70%			7.450.908	7.239.820
Longo prazo			4,30% a 6,57%		2027	417.273	1.069.745
<b>Certificados de operações estruturadas</b>						<b>242.267</b>	<b>96.929</b>
Curto prazo			5,58% a 11,88% DI		2025	242.267	95.610
Longo prazo			9,53% a 11,33% do DI		2026	--	1.319
<b>Letras de Crédito Imobiliário</b>						<b>14.238.704</b>	<b>14.760.631</b>
Curto prazo			69,00% a 97,50% do DI TR + 7,7151%		2026	3.035.742	3.151.480
Longo prazo					2027	11.202.962	11.609.151
<b>Letras de Crédito do Agronegócio</b>						<b>188.586.757</b>	<b>183.753.790</b>
Curto prazo			10,87% a 100,00% DI 8,88% a 12,64% a.a.		2025	90.583.330	83.106.694
Longo prazo					2027	98.003.427	100.647.096
<b>Letras financeiras</b>						<b>8.136.192</b>	<b>9.611.304</b>
Curto prazo			100,00% do DI + 0,55% a 100,00% do DI + 0,83%		2025	2.422.264	5.104.859
Longo prazo					2026	5.713.928	4.506.445
<b>Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior <sup>3</sup></b>						<b>10.045.157</b>	<b>9.009.049</b>
<b>Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior <sup>4</sup></b>							
	USD	200.000	Sofr 3m + 1,46%	2019	2024	--	165.292
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	445.316	480.527
	USD	750.000	Sofr 3m + 1,75%	2022/2023	2029	4.164.646	3.628.138
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	833.022	725.317
<b>Notas Estruturadas <sup>3</sup></b>							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014/2015	2034	2.817.609	2.454.389
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.784.564	1.555.386
<b>Valor Eliminado na Consolidação <sup>4</sup></b>						<b>(48.327)</b>	<b>(40.053)</b>
<b>Total</b>						<b>252.095.455</b>	<b>245.832.383</b>
Passivo circulante						110.286.600	102.880.182
Passivo não circulante						141.808.855	142.952.201

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD.

3 - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido <sup>1</sup>	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2024	31/12/2023
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste <sup>2</sup>						14.668.449	17.602.139
Letras Financeiras Subordinadas						8.624.514	5.399.804
		20.000	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	20.992	21.148
		2.328.600	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.581.012	2.421.774
		199.800	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	228.863	214.855
		1.983.200	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.917.363	2.742.027
		2.750.700	100% do CDI + 1,90%	2024	Perpétuo	2.876.284	--
Bônus Perpétuos						15.986.937	21.421.981
	USD	1.723.600	8,75%	2013	Perpétuo	9.758.271	8.453.290
	BRL	6.100.000	5,50% <sup>3</sup>	2012	Perpétuo	6.228.666	6.308.379
	USD	1.371.338	9,00%	2014	Perpétuo	--	6.660.312
<b>Total - Banco Múltiplo</b>						<b>39.279.900</b>	<b>44.423.924</b>
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(6.100.000)	(6.100.000)
<b>Total Consolidado</b>						<b>33.179.900</b>	<b>38.323.924</b>
Passivo circulante						--	15.113.602
Passivo não circulante						33.179.900	23.210.322

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 17.408.842 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 20.074.697 mil em 31/12/2023), vide Nota 30.c.

Em junho de 2024, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2014.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate pelo Banco.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2034 para os bônus emitidos em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2034 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount.



Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013, contam com mecanismos de "absorção de perdas" (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

#### d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>(10.401.468)</b>	<b>(10.257.427)</b>	<b>(10.913.013)</b>	<b>(10.716.551)</b>
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(8.978.967)	(8.173.948)	(8.978.967)	(8.173.948)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(339.200)	(761.592)	(850.745)	(1.220.716)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(624.339)	(660.331)	(624.339)	(660.331)
Letras Financeiras	(445.523)	(659.927)	(445.523)	(659.927)
Certificados de operações estruturadas	(13.439)	(1.629)	(13.439)	(1.629)
<b>Dívidas subordinadas</b>	<b>(1.218.386)</b>	<b>(1.087.749)</b>	<b>(1.089.722)</b>	<b>(967.219)</b>
Bônus e letras financeiras perpétuos	(1.218.386)	(1.076.156)	(1.089.722)	(955.627)
Demais	--	(11.593)	--	(11.592)
<b>Total</b>	<b>(11.619.854)</b>	<b>(11.345.176)</b>	<b>(12.002.735)</b>	<b>(11.683.770)</b>



## 20 – Outros passivos

### a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>212.108.370</b>	<b>165.201.154</b>	<b>208.285.244</b>	<b>161.864.745</b>
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	97.653.314	59.197.426	97.715.330	59.252.076
Operações com cartão de crédito/débito	47.625.815	-49.899.892	48.300.891	50.252.583
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	48.614.414	42.423.047	48.614.414	42.423.047
Negociação e intermediação de valores	6.034.724	5.124.571	1.474.505	1.380.820
Demais	12.180.103	8.556.218	12.180.104	8.556.219
Passivo circulante	146.960.201	105.481.200	147.691.779	106.580.679
Passivo não circulante	65.148.169	59.719.954	60.593.465	55.284.066
<b>Outros passivos não financeiros</b>	<b>38.306.475</b>	<b>34.533.093</b>	<b>46.795.622</b>	<b>41.961.430</b>
Passivos atuariais (Nota 29.e)	12.125.472	13.586.739	12.125.472	13.586.739
Cretores diversos	6.421.184	8.535.121	7.048.515	9.130.795
Obrigações sociais e estatutárias	5.061.580	4.712.983	5.959.161	5.535.437
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.298.418	572.003	6.308.455	586.546
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.360.220	4.193.750	5.360.221	4.193.751
Comissões a apropriar	--	--	5.318.336	4.687.622
Obrigações por convênios oficiais	1.307.656	1.003.031	1.307.656	1.003.031
Rendas antecipadas	45.609	48.993	1.600.647	1.282.524
Demais	1.686.336	1.880.473	1.767.159	1.954.985
Passivo circulante	38.220.158	34.446.838	42.404.855	38.208.212
Passivo não circulante	86.317	86.255	4.390.767	3.753.218

### b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO <sup>1</sup>	37.068.066	31.542.412	37.068.066	31.542.412
Marinha Mercante	5.538.782	5.118.286	5.538.782	5.118.286
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	4.486.634	4.314.441	4.486.634	4.314.441
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	984.329	1.008.722	984.329	1.008.722
Pasep	92.207	76.983	92.207	76.983
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	150.953	176.322	150.953	176.322
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	90.958	88.307	90.958	88.307
Outros	202.485	97.574	202.485	97.574
<b>Total</b>	<b>48.614.414</b>	<b>42.423.047</b>	<b>48.614.414</b>	<b>42.423.047</b>
Passivo circulante	5.871.094	5.518.086	5.871.094	5.518.086
Passivo não circulante	42.743.320	36.904.961	42.743.320	36.904.961

1 – A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 35.939.550 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 1.128.516 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## c) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento <sup>1</sup>	(1.258.093)	(146.293)	(1.258.093)	(146.293)
Demais	(557.939)	(504.439)	(429.275)	(383.930)
<b>Total</b>	<b>(1.816.032)</b>	<b>(650.732)</b>	<b>(1.687.368)</b>	<b>(530.223)</b>

1 - Inclui a remuneração pelo agenciamento financeiro do FCO, conforme Lei nº 7.827/1989 (Nota 20.b) no montante de R\$ 1.493.915 mil no 1º Semestre/2024 (R\$ 1.949.819 mil no 1º Semestre/2023).



## 21 – Provisões e passivos contingentes

### a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Cíveis, fiscais e trabalhistas</b>	<b>20.557.415</b>	<b>18.471.031</b>	<b>20.823.582</b>	<b>18.725.677</b>
Demandas cíveis	12.462.374	10.786.800	12.614.200	10.925.549
Demandas trabalhistas	7.075.499	6.661.124	7.122.033	6.710.432
Demandas fiscais	1.019.542	1.023.107	1.087.349	1.089.696
<b>Outras Provisões</b>	<b>7.609.300</b>	<b>7.398.478</b>	<b>8.332.913</b>	<b>8.022.802</b>
Pagamentos a efetuar	5.081.542	4.910.575	5.804.055	5.533.829
Garantias financeiras prestadas	519.338	477.841	519.576	478.049
Outras	2.008.420	2.010.062	2.009.282	2.010.924
<b>Total</b>	<b>28.166.715</b>	<b>25.869.509</b>	<b>29.156.495</b>	<b>26.748.479</b>

### b) Provisões, ativos e passivos contingentes

#### Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

#### Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

#### Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

#### Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas, propostas por clientes, para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.



As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil. Em 22/06/2021, o recurso extraordinário foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ acolheu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023 esse recurso foi autuado sob o nº 1.445.162 e encontra-se pendente de julgamento. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou a questão como constitucional e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso decretou a suspensão nacional do processamento de todas as matérias pendentes que tratem desse mesmo assunto, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP Rural nº 94.008514-1.

### **Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis**

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.





### Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Demandas cíveis</b>				
<b>Saldo inicial</b>	<b>10.786.800</b>	<b>11.918.781</b>	<b>10.925.549</b>	<b>12.015.464</b>
Constituição	5.214.391	2.392.137	5.265.887	2.470.269
Reversão da provisão	(2.058.182)	(950.144)	(2.078.543)	(976.912)
Baixa por pagamento	(1.768.434)	(2.132.230)	(1.788.981)	(2.139.396)
Atualização monetária e variação cambial	287.799	260.051	290.288	254.090
<b>Saldo final</b>	<b>12.462.374</b>	<b>11.488.595</b>	<b>12.614.200</b>	<b>11.623.515</b>
<b>Demandas trabalhistas</b>				
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.661.124</b>	<b>5.350.814</b>	<b>6.710.432</b>	<b>5.431.614</b>
Constituição	1.900.630	2.377.717	1.906.938	2.389.392
Reversão da provisão	(678.226)	(764.432)	(686.487)	(778.218)
Baixa por pagamento	(1.107.886)	(906.183)	(1.110.762)	(934.197)
Atualização monetária e variação cambial	299.857	248.389	301.912	246.404
<b>Saldo final</b>	<b>7.075.499</b>	<b>6.306.305</b>	<b>7.122.033</b>	<b>6.354.995</b>
<b>Demandas fiscais</b>				
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.023.107</b>	<b>862.268</b>	<b>1.089.696</b>	<b>925.627</b>
Constituição	110.602	76.482	112.534	119.306
Reversão da provisão	(51.575)	(43.218)	(55.309)	(72.836)
Baixa por pagamento	(112.942)	(38.793)	(112.942)	(39.051)
Atualização monetária e variação cambial	50.350	55.566	53.370	56.703
<b>Saldo final</b>	<b>1.019.542</b>	<b>912.305</b>	<b>1.087.349</b>	<b>989.749</b>
<b>Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais</b>	<b>20.557.415</b>	<b>18.707.205</b>	<b>20.823.582</b>	<b>18.968.259</b>



### Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	12.136.712	6.328.893	614.057	12.195.407	6.519.399	378.648
Acima de 5 anos	325.662	746.606	405.485	418.793	602.634	708.701
<b>Total</b>	<b>12.462.374</b>	<b>7.075.499</b>	<b>1.019.542</b>	<b>12.614.200</b>	<b>7.122.033</b>	<b>1.087.349</b>

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.

### Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

### Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Demandas fiscais <sup>1</sup>	15.988.353	15.411.365	17.084.805	16.413.903
Demandas cíveis	1.583.313	2.742.044	2.339.655	3.465.133
Demandas trabalhistas	73.693	88.350	91.774	93.262
<b>Total</b>	<b>17.645.359</b>	<b>18.241.759</b>	<b>19.516.234</b>	<b>19.972.298</b>

1 - As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando ao recolhimento de contribuições previdenciárias sobre participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.530.452 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 3.144.912 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.448.124 mil.

### Depósitos em garantia de recursos

#### Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Demandas Cíveis	19.838.153	19.296.486	19.892.542	19.354.704
Demandas Fiscais	9.299.501	8.893.218	10.108.267	9.660.392
Demandas Trabalhistas	8.179.809	7.953.269	8.206.550	7.979.556
<b>Total</b>	<b>37.317.463</b>	<b>36.142.973</b>	<b>38.207.359</b>	<b>36.994.652</b>



## c) Garantias financeiras prestadas

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Outras garantias financeiras prestadas <sup>1</sup>	1.682.781	253.333	2.451.450	220.227	1.681.383	253.571	2.225.604	220.434
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	333.560	131.429	339.288	91.625	204.494	131.429	210.222	91.625
Outras fianças bancárias	9.360.878	100.269	6.772.278	109.439	9.395.938	100.269	6.878.039	109.440
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.001.793	376	1.688.355	478	1.001.793	376	1.688.355	478
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	140.360	33.023	208.234	55.547	140.360	33.023	208.234	55.547
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	1.294.385	908	247.721	525	1.294.385	908	247.721	525
Outros avals	--	--	--	--	2.143	--	4.387	--
<b>Total</b>	<b>13.813.757</b>	<b>519.338</b>	<b>11.707.326</b>	<b>477.841</b>	<b>13.720.496</b>	<b>519.576</b>	<b>11.462.562</b>	<b>478.049</b>

1 – Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN nº 2.682 e nº 2.697, divulgadas em 21/12/1999 e 24/02/2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

## d) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Cíveis, fiscais e trabalhistas</b>	<b>(5.075.252)</b>	<b>(3.652.873)</b>	<b>(5.099.071)</b>	<b>(3.726.596)</b>
Cíveis	(3.443.614)	(1.702.369)	(3.466.113)	(1.765.845)
Trabalhistas	(1.522.261)	(1.861.674)	(1.522.363)	(1.857.578)
Fiscais	(109.377)	(88.830)	(110.595)	(103.173)
<b>Outras</b>	<b>(50.430)</b>	<b>59.069</b>	<b>(53.263)</b>	<b>58.813</b>
Garantias financeiras prestadas	(40.731)	112.708	(43.564)	112.853
Outras	(9.699)	(53.639)	(9.699)	(54.040)
<b>Total</b>	<b>(5.125.682)</b>	<b>(3.593.804)</b>	<b>(5.152.334)</b>	<b>(3.667.783)</b>



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 22 – Tributos

### a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Valores Correntes</b>	<b>(1.392.451)</b>	<b>(356.351)</b>	<b>(4.014.767)</b>	<b>(2.731.773)</b>
IR e CSLL no país	(1.346.224)	(312.512)	(3.939.308)	(2.437.361)
Imposto de renda no exterior	(46.227)	(43.839)	(75.459)	(294.412)
<b>Valores diferidos</b>	<b>2.038.698</b>	<b>(1.504.603)</b>	<b>1.694.696</b>	<b>(1.534.254)</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>	<b>168.035</b>	<b>(2.052.608)</b>	<b>(286.278)</b>	<b>(2.070.365)</b>
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(8.769)	(12.076)
Marcação a mercado	(653.380)	172.509	(1.103.140)	159.465
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(657.724)	(887.866)	(657.724)	(887.866)
Lucros do exterior	(654.027)	(827.817)	(654.027)	(827.817)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	38.007	--	38.007
Créditos recuperados a prazo <sup>1</sup>	2.133.166	(547.441)	2.133.166	(547.441)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	10.271	10.271
Outros	--	--	(6.055)	(2.908)
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>1.870.663</b>	<b>548.005</b>	<b>1.980.974</b>	<b>536.111</b>
Diferenças temporárias	3.135.928	570.142	3.243.830	618.255
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL <sup>1</sup>	(1.355.726)	70.485	(1.370.297)	70.485
Marcação a mercado	18.708	(92.622)	35.688	(152.629)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	71.753	--	71.753	--
<b>Total</b>	<b>646.247</b>	<b>(1.860.954)</b>	<b>(2.320.071)</b>	<b>(4.266.027)</b>

<sup>1</sup> - Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos - Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

### b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>19.286.594</b>	<b>20.419.129</b>	<b>24.220.434</b>	<b>24.613.842</b>
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(8.678.967)	(9.188.608)	(10.899.195)	(11.076.228)
Encargos JCP	2.611.953	2.568.039	2.611.953	2.568.039
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	4.145.296	3.438.687	1.704.309	1.572.900
Participação de empregados no lucro	-1.018.374	945.406	1.022.476	947.789
Outros valores <sup>1</sup>	-1.549.591	375.522	3.240.386	1.721.473
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do período</b>	<b>646.247</b>	<b>(1.860.954)</b>	<b>(2.320.071)</b>	<b>(4.266.027)</b>

<sup>1</sup> - Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO e aos efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos - Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

### c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Cofins	(1.977.215)	(1.795.859)	(2.528.983)	(2.278.591)
ISSQN	(483.374)	(492.188)	(703.212)	(677.392)
PIS/Pasep	(321.446)	(291.908)	(432.349)	(388.218)
Outras	(106.527)	(93.511)	(527.798)	(651.817)
<b>Total</b>	<b>(2.888.562)</b>	<b>(2.673.466)</b>	<b>(4.192.342)</b>	<b>(3.996.018)</b>



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	8.081.100	8.071.159	8.081.100	8.071.159
Créditos recuperados a prazo <sup>1</sup>	--	2.133.166	--	2.133.166
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.303.503	588.563	1.375.114	690.683
Decorrentes de lucros do exterior	654.027	--	654.027	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	--	--	71.928	63.160
Dependências no exterior	35.826	32.977	405.973	109.461
Outros	52.541	92.818	74.543	106.949
<b>Total dos passivos fiscais diferidos</b>	<b>10.261.141</b>	<b>11.052.827</b>	<b>10.796.829</b>	<b>11.308.722</b>
Imposto de Renda	5.359.345	5.841.142	5.685.557	6.006.301
Contribuição Social	4.299.295	4.664.772	4.496.740	4.742.304
Cofins	517.862	470.043	528.016	481.276
PIS/Pasep	84.639	76.870	86.516	78.841

1 - Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

## e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	31/12/2023	1º Semestre/2024		30/06/2024
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	54.633.558	15.399.197	(12.410.331)	57.622.424
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	33.789.860	10.121.253	(8.511.856)	35.399.257
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	671.090	4.148	(1.612)	673.626
Provisões passivas – outras	14.983.950	4.250.822	(3.227.305)	16.007.467
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.150.705	--	--	2.150.705
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.354.984	909.755	(547.857)	1.716.882
Outras provisões	1.682.969	113.219	(121.701)	1.674.487
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa <sup>1</sup>	1.992.915	103.542	(1.459.268)	637.189
<b>Total dos ativos fiscais diferidos</b>	<b>57.263.011</b>	<b>15.502.739</b>	<b>(13.869.599)</b>	<b>58.896.151</b>
Imposto de Renda	31.831.839	8.537.655	(7.681.240)	32.688.254
Contribuição Social	25.300.027	6.829.126	(6.133.158)	25.995.995
Cofins	112.813	103.995	(47.485)	169.323
PIS/Pasep	18.332	31.963	(7.716)	42.579

1 - Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

	Consolidado			
	31/12/2023	1º Semestre/2024		30/06/2024
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	56.333.333	15.747.527	(12.668.216)	59.412.644
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	33.930.933	10.135.128	(8.522.354)	35.543.707
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	695.660	5.689	(3.029)	698.320
Provisões passivas – outras	15.060.830	4.253.258	(3.191.202)	16.122.886
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.150.706	--	--	2.150.706
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.529.265	945.854	(663.018)	1.812.101
Outras provisões	2.965.939	407.598	(288.613)	3.084.924
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa <sup>1</sup>	2.044.268	116.902	(1.482.473)	678.697
<b>Total dos ativos fiscais diferidos</b>	<b>59.014.139</b>	<b>15.864.429</b>	<b>(14.150.689)</b>	<b>60.727.879</b>
Imposto de Renda	33.077.193	8.770.558	(7.854.465)	33.993.286
Contribuição Social	25.698.307	6.906.013	(6.221.688)	26.382.632
Cofins	201.282	146.789	(63.427)	284.644
PIS/Pasep	37.357	41.069	(11.109)	67.317

1 - Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)**

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Créditos tributários no exterior	1.356.603	1.012.129	1.356.603	1.012.129
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	23.548	23.441
Diferenças temporárias	--	--	4.691	4.578
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>1.356.603</b>	<b>1.012.129</b>	<b>1.384.842</b>	<b>1.040.148</b>
Imposto de Renda	753.668	562.294	769.362	582.896
Contribuição Social	602.935	449.835	615.480	457.252

**Expectativa de realização**

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30/06/2024, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2024	15.029.896	13.686.445	15.007.171	13.316.383
Em 2025	13.460.718	12.099.740	13.907.233	12.203.529
Em 2026	12.920.651	12.218.590	13.365.822	12.326.420
Em 2027	11.940.462	10.286.454	12.361.155	10.385.703
Em 2028	4.823.258	2.641.294	4.983.673	2.671.986
Em 2029	594.128	452.195	635.680	468.477
Em 2030	14.967	10.888	38.050	23.291
Em 2031	81.953	56.988	85.426	57.779
Em 2032	30.118	20.018	32.274	20.699
Em 2033	--	--	311.395	133.131
<b>Total de créditos tributários em 31/12/2023</b>	<b>58.896.151</b>	<b>51.472.612</b>	<b>60.727.879</b>	<b>51.607.398</b>

No 1º semestre/2024, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 13.869.599 mil (R\$ 14.150.689 mil no Consolidado), correspondente a 73,80% da respectiva projeção de utilização para o período de 2024, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2023.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30/06/2024, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar <sup>1</sup>	Diferenças temporárias <sup>2</sup>	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar <sup>1</sup>	Diferenças temporárias <sup>2</sup>
Em 2024	30%	32%	30%	32%
Em 2025	6%	34%	6%	34%
Em 2026	0%	15%	0%	15%
A partir de 2027	64%	19%	64%	19%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



## 23 – Patrimônio líquido

### a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	171.884.694	163.638.226
Valor patrimonial por ação (R\$) <sup>1</sup> 2	30,11	28,67
Valor de mercado por ação (R\$) <sup>2</sup>	26,71	27,70
Patrimônio líquido consolidado	181.830.702	173.076.086

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

2 - Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

### b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2023) está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

Em 15/04/2024, foi efetivado o desdobramento de 100% das ações do Banco, atribuindo uma nova ação para cada ação emitida, sem alteração do patrimônio e da participação percentual dos acionistas, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/02/2024 e autorização do Bacen em 03/04/2024.

Dessa forma, para fins de comparabilidade, o número de ações dos períodos anteriores e os cálculos que dependem desses valores, apresentados nestas demonstrações contábeis, foram ajustados para contemplar o desdobramento das ações na proporção de 1:2.

### c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.



Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029.

#### d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Reservas de capital	1.410.784	1.406.118	1.412.261	1.407.902
Reservas de lucros	71.584.749	61.526.683	71.161.077	61.154.159
Reserva legal	14.341.868	13.458.379	14.341.868	13.458.379
Reservas estatutárias	57.242.881	48.068.304	56.819.209	47.695.780
Margem operacional	50.480.600	42.244.223	49.871.843	41.708.123
Equalização de remuneração do capital	6.762.281	5.824.081	6.947.366	5.987.657

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

#### e) Lucro por ação

	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Lucro líquido (R\$ mil)	17.669.787	16.444.357
Número médio ponderado de ações (básico) <sup>1</sup>	5.708.392.262	5.707.985.480
Número médio ponderado de ações (diluído) <sup>1*</sup>	5.707.782.679	5.707.374.860
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	3,10	2,88

1 - No 1º Semestre de 2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Notas 23.m), sendo respectivamente 609.583 e 610.620 em cada um dos períodos apresentados.

#### f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.





Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo</b>	<b>17.669.787</b>	<b>16.444.357</b>
No País	14.903.321	13.979.538
No Exterior	2.766.466	2.464.819
(±) Lucros/Prejuízos acumulados	22	427.181
(-) Reserva legal	(883.489)	(822.218)
<b>2) Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>16.786.320</b>	<b>16.049.320</b>
<b>3) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal</b>	<b>128.664</b>	<b>120.529</b>
<b>4) Base de cálculo dos dividendos (item 2 + item 3)</b>	<b>16.914.984</b>	<b>16.169.849</b>
<b>5) Destinações</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio - Payout	7.611.743	6.467.939
Dividendo mínimo obrigatório	4.196.580	4.012.330
Dividendo adicional	2.544.512	1.599.596
IRRF sobre JCP imputado aos dividendos <sup>1</sup>	870.651	856.013
Reservas estatutárias	14.975.232	14.704.846
Utilização de reservas estatutárias para equalização de dividendos	(5.800.655)	(5.123.466)

1 - Imposto de renda retido na fonte incidente sobre o JCP imputado aos dividendos, com exceção aos acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2024	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
<b>1º Trimestre</b>				
Dividendos	940.587	0,165	11/06/2024	21/06/2024
Juros sobre o capital próprio <sup>1,2</sup>	1.170.153	0,410	11/03/2024	27/03/2024
Juros sobre o capital próprio complementares <sup>2</sup>	1.673.349	0,293	11/06/2024	21/06/2024
<b>2º Trimestre</b>				
Dividendos	866.815	0,152	21/08/2024	30/08/2024
Juros sobre o capital próprio <sup>2</sup>	1.165.792	0,204	13/06/2024	28/06/2024
Juros sobre o capital próprio complementares <sup>2</sup>	1.795.047	0,314	21/08/2024	30/08/2024
<b>Total destinado aos acionistas</b>	<b>7.611.743</b>	<b>1,538</b>		
Dividendos	1.807.402	0,317		
Juros sobre o capital próprio <sup>2</sup>	5.804.341	1,221		

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2023	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
<b>1º Trimestre</b>				
Dividendos <sup>1</sup>	351.037	0,123	01/06/2023	12/06/2023
Juros sobre o capital próprio <sup>1,2</sup>	1.004.568	0,352	13/03/2023	31/03/2023
Juros sobre o capital próprio complementares <sup>1,2</sup>	1.867.568	0,654	01/06/2023	12/06/2023
<b>2º Trimestre</b>				
Dividendos <sup>1</sup>	410.149	0,144	21/08/2023	30/08/2023
Juros sobre o capital próprio <sup>1,2</sup>	966.378	0,339	12/06/2023	30/06/2023
Juros sobre o capital próprio complementares <sup>1,2</sup>	1.868.239	0,655	21/08/2023	30/08/2023
<b>Total destinado aos acionistas</b>	<b>6.467.939</b>	<b>2,267</b>		
Dividendos <sup>1</sup>	761.186	0,267		
Juros sobre o capital próprio <sup>1,2</sup>	5.706.753	2,000		

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



### g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Banco Múltiplo</b>	<b>17.669.787</b>	<b>16.444.357</b>	<b>171.884.694</b>	<b>163.638.226</b>
Instrumento elegível a Capital Principal <sup>1</sup>	128.664	120.529	6.100.000	6.100.000
Resultado não realizado <sup>2</sup>	(51.148)	(4.017)	(423.672)	(372.524)
Participação de não controladores	--	--	4.269.680	3.710.384
<b>Consolidado</b>	<b>17.747.303</b>	<b>16.560.869</b>	<b>181.830.702</b>	<b>173.076.086</b>

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

### h) Outros resultados abrangentes

	30/06/2024	31/12/2023
<b>Banco do Brasil</b>		
Títulos Disponíveis para Venda	(2.750.510)	(1.823.731)
Hedge de investimentos no exterior	(56.596)	44.415
Variação cambial de investimentos no exterior	(9.000.137)	(9.206.145)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(7.909.409)	(7.794.000)
<b>Controladas, coligadas e controladas em conjunto</b>		
Títulos Disponíveis para Venda	157.129	202.343
Hedge de fluxo de caixa	(17.697)	(35.446)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	859	861
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(941.617)	(289.363)
Outros resultados abrangentes	(330.625)	(127.038)
<b>Total</b>	<b>(20.848.603)</b>	<b>(19.028.104)</b>

### i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	30/06/2024	31/12/2023
BB Tecnologia e Serviços	12	9	64	55
Fundos de Investimento	14.916	11.923	241.484	107.329
Banco Patagonia S.A.	538.521	397.823	1.021.744	563.465
BB Seguridade S.A.	1.327.511	1.255.808	3.006.388	3.039.535
<b>Participação dos não controladores</b>	<b>1.880.960</b>	<b>1.665.563</b>	<b>4.269.680</b>	<b>3.710.384</b>

### j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30/06/2024		31/12/2023	
	Ações	% Total	Ações <sup>1</sup>	% Total
União Federal – Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	258.184.510	4,5	204.417.348	3,6
Ações em tesouraria <sup>2</sup>	22.892.564	0,4	23.281.960	0,4
Outros acionistas	2.584.339.882	45,1	2.637.717.648	46,0
<b>Total</b>	<b>5.730.834.040</b>	<b>100,0</b>	<b>5.730.834.040</b>	<b>100,0</b>
Residentes no país	4.308.666.850	75,2	4.225.739.888	73,7
Residentes no exterior	1.422.167.190	24,8	1.505.094.152	26,3

1 - Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Inclui, em 30/06/2024, 89.466 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (100.500 em 31/12/2023).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON <sup>1</sup> e	
	30/06/2024	31/12/2023
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	2.000	2.000
Diretoria Executiva (Inclui o Presidente do Banco)	264.282	186.850
Conselho Fiscal	22.576	21.678
Comitê de Auditoria	4.808	4.808

1 - Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

#### k) Movimentação de ações em circulação/free float

	30/06/2024		31/12/2023	
	Quantidade <sup>1</sup>	% Total	Quantidade <sup>1</sup>	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.841.946.128	49,6	2.841.491.502	49,6
Outras movimentações <sup>2</sup>	311.964		454.626	
Ações em circulação (free float) no fim do período <sup>3</sup>	2.842.258.092	49,6	2.841.946.128	49,6
<b>Total emitido</b>	<b>5.730.834.040</b>	<b>100,0</b>	<b>5.730.834.040</b>	<b>100,0</b>

1 - Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

3 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

#### l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	Ações	% Total	Ações <sup>1</sup>	% Total	Ações	% Total	Ações <sup>1</sup>	% Total
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>22.803.098</b>	<b>100,0</b>	<b>23.181.460</b>	<b>100,0</b>	<b>22.892.564</b>	<b>100,0</b>	<b>23.281.960</b>	<b>100,0</b>
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	70,8	16.150.700	69,7	16.150.700	70,5	16.150.700	69,4
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.987.066	26,3	6.290.952	27,1	5.987.066	26,2	6.290.952	27,0
Programa de Remuneração Variável	665.206	2,9	739.682	3,2	754.672	3,3	840.182	3,6
Incorporações	126	--	126	--	126	--	126	--
<b>Valor Contábil</b>	<b>(262.236)</b>		<b>(266.471)</b>		<b>(263.713)</b>		<b>(268.255)</b>	

1 - Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).



### m) Pagamento baseado em ações

#### Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 12.473 mil no 1º semestre/2024 (R\$ 12.915 mil no 1º semestre/2023).

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Total de Ações do Programa <sup>1</sup>	Custo Médio <sup>1</sup>	Ações Distribuídas <sup>1</sup>	Ações a Distribuir <sup>1,2</sup>	Cronograma Estimado de Transferências
<b>Programa 2020</b>					
Banco do Brasil	328.292	14,83	256.950	65.618	03/2025
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>65.618</b>	
BB Asset	59.170	14,83	47.342	11.828	03/2025
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>11.828</b>	
<b>Programa 2021</b>					
Banco do Brasil	386.054	16,76	231.714	77.170	03/2025
				77.170	03/2026
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>154.340</b>	
BB Asset	56.604	16,76	33.968	11.318	03/2025
				11.318	03/2026
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>22.636</b>	
<b>Programa 2022</b>					
Banco do Brasil	353.284	19,58	141.418	70.622	03/2025
				70.622	03/2026
				70.622	03/2027
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>211.866</b>	
BB Asset	46.182	19,58	18.810	9.124	03/2025
				9.124	03/2026
				9.124	03/2027
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>27.372</b>	
<b>Programa 2023</b>					
Banco do Brasil	271.012	29,01	54.160	81.258	03/2025
				54.160	03/2026
				37.890	03/2027
				27.058	03/2028
				16.486	03/2029
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>216.852</b>	
BB Asset	34.534	29,01	6.904	10.358	03/2025
				6.904	03/2026
				4.834	03/2027
				3.454	03/2028
				2.080	03/2029
<b>Total de ações a distribuir</b>				<b>27.630</b>	

1 - Valores ajustados devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Administração de fundos	2.724.974	2.470.180	4.510.355	4.091.321
Conta corrente	3.190.913	3.200.593	3.191.278	3.201.289
Comissões de seguros, previdência e capitalização	213.044	187.046	2.893.785	2.587.487
Taxas de Administração de Consórcios	--	--	1.421.102	1.178.919
Operações de crédito e garantias prestadas	1.246.507	1.188.813	1.248.225	1.189.259
Rendas de cartões	898.340	1.038.069	1.053.207	1.291.762
Cobrança	589.539	696.208	606.460	729.519
Arrecadações	517.529	522.773	502.232	507.016
Rendas do mercado de capitais	77.343	73.574	344.084	197.222
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais <sup>1</sup>	159.458	169.813	159.458	169.813
Interbancária	52.633	77.316	52.633	77.316
Outras	737.904	734.436	1.206.216	1.196.706
<b>Total</b>	<b>10.408.184</b>	<b>10.358.821</b>	<b>17.189.035</b>	<b>16.417.629</b>

1 - Inclui o montante de R\$ 35.132 mil no 1º Semestre/2024 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 30.190 mil no 1º Semestre/2023).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 25 – Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Proventos	(5.391.815)	(5.130.801)	(6.129.177)	(5.959.290)
Benefícios	(1.869.089)	(1.739.356)	(1.964.698)	(1.830.602)
Encargos sociais	(1.732.897)	(1.630.946)	(1.894.486)	(1.795.359)
Provisões administrativas de pessoal	(1.419.328)	(1.320.610)	(1.424.108)	(1.327.039)
Previdência complementar	(478.361)	(436.739)	(487.204)	(444.493)
Honorários de diretores e conselheiros	(22.640)	(21.287)	(32.232)	(30.369)
Treinamentos	(19.375)	(18.130)	(22.961)	(22.035)
<b>Total</b>	<b>(10.933.505)</b>	<b>(10.297.869)</b>	<b>(11.954.866)</b>	<b>(11.409.187)</b>



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 26 – Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Amortização	(1.223.187)	(1.163.497)	(1.227.180)	(1.169.426)
Depreciação	(820.393)	(770.041)	(842.226)	(795.394)
Aluguéis	(676.752)	(691.767)	(711.488)	(722.688)
Serviços de vigilância e segurança	(671.619)	(641.921)	(685.324)	(660.492)
Processamento de dados	(826.018)	(746.426)	(512.365)	(437.190)
Serviços de terceiros	(521.348)	(485.462)	(471.094)	(442.272)
Manutenção e conservação de bens	(628.404)	(584.286)	(393.166)	(385.907)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(304.381)	(292.972)	(304.381)	(292.972)
Serviços do sistema financeiro	(241.179)	(340.159)	(284.744)	(390.291)
Água, energia e gás	(266.662)	(238.671)	(274.345)	(245.830)
Serviços técnicos especializados	(221.719)	(171.297)	(266.920)	(222.735)
Comunicações	(234.478)	(230.744)	(265.595)	(260.600)
Propaganda e publicidade	(228.642)	(203.048)	(240.051)	(214.235)
Promoções e relações públicas	(116.805)	(97.211)	(144.065)	(109.070)
Transporte	(43.202)	(32.454)	(72.473)	(62.113)
Viagem no país	(48.785)	(35.524)	(63.800)	(49.706)
Material	(7.757)	(9.053)	(14.170)	(17.833)
Outras	(344.615)	(290.913)	(346.999)	(322.853)
<b>Total</b>	<b>(7.425.946)</b>	<b>(7.025.446)</b>	<b>(7.120.386)</b>	<b>(6.801.607)</b>





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 27 – Outras receitas e outras despesas

### a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Atualização de ativo atuarial	1.248.393	1.794.318	1.248.393	1.794.318
Atualização de depósitos em garantia	1.179.758	1.340.202	1.129.642	1.359.809
Recuperação de encargos e despesas	1.250.223	1.067.681	970.513	792.389
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	583.808	570.660	583.808	570.660
Operações com cartões	462.500	197.355	559.167	223.394
Clube de Benefícios BB	222.453	192.351	222.453	192.351
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	141.842	157.511
Reversão de provisões - outras	69.813	13.749	135.693	48.976
Atualização de impostos a compensar	130.341	117.994	130.341	117.994
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	43.109	64.122	43.109	64.122
Rendas de títulos e créditos a receber	25.895	30.201	25.895	30.201
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	20.861	14.437	20.861	14.437
Dividendos recebidos	126.435	191.347	282	766
Outras	158.892	211.622	288.839	310.453
<b>Total</b>	<b>5.522.481</b>	<b>5.806.039</b>	<b>5.500.838</b>	<b>5.677.381</b>

### b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Operações com cartões	(935.291)	(1.082.326)	(1.036.499)	(1.180.083)
Serviços de terceiros	(682.924)	(681.529)	(881.172)	(803.464)
Descontos concedidos em renegociação	(740.689)	(660.296)	(740.689)	(660.296)
Atualização das obrigações atuariais	(669.981)	(631.858)	(669.981)	(631.858)
Bônus de relacionamento negocial	(655.776)	(633.013)	(655.776)	(633.013)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(380.901)	(477.080)
Convênio INSS	(302.192)	(248.167)	(302.192)	(248.167)
Transporte de valores	(279.639)	(257.047)	(279.639)	(257.047)
Autoatendimento	(256.995)	(203.557)	(256.995)	(203.557)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(232.589)	(176.434)	(232.589)	(176.434)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(176.818)	(152.620)	(176.818)	(152.620)
Falhas/fraudes e outras perdas	(107.045)	(127.111)	(111.545)	(135.762)
Outras despesas de provisões operacionais	(321)	(1.631)	(27.318)	(10.455)
Outras	(1.830.351)	(1.311.881)	(1.718.492)	(1.276.066)
<b>Total</b>	<b>(6.870.611)</b>	<b>(6.167.470)</b>	<b>(7.470.606)</b>	<b>(6.845.902)</b>



## 28 – Partes relacionadas

### a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>33.778</b>	<b>24.023</b>
Honorários e encargos sociais	16.960	14.018
Diretoria Executiva	16.753	13.877
Conselho de Administração	207	141
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	13.576	6.979
Outros <sup>1</sup>	3.242	3.026
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>296</b>	<b>2.057</b>
Remuneração baseada em ações	13.476	8.595
<b>Total</b>	<b>47.550</b>	<b>34.675</b>

<sup>1</sup> - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

### b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Semestre/2024, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 492.835 mil no Banco Múltiplo (R\$ 449.834 mil no 1º Semestre/2023) e R\$ 212.152 mil no Consolidado (R\$ 170.312 mil no 1º Semestre/2023). Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2024, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.830.000 mil (de até R\$ 1.650.000 mil em 2023).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das transações com partes relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Semestre/2024, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 119.041 mil (R\$ 82.595 mil no 1º Semestre/2023).

#### c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	2.211.190	6.154.581



#### d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador:** União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Controladas:** Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- Coligadas e controladas em conjunto:** Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração:** Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas:** Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2024
<b>Ativos</b>	<b>2.828.040</b>	<b>17.892.748</b>	<b>10.526.085</b>	<b>7.838</b>	<b>11.878.838</b>	<b>43.133.549</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	15.514.002	331.211	--	2.121.377	17.966.590
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	--	197.600	--	861.389	1.058.989
Carteira de crédito <sup>1</sup>	--	137.048	9.140.148	7.838	8.600.602	17.885.636
Outros ativos <sup>2</sup>	2.828.040	2.241.698	857.126	--	295.470	6.222.334
<b>Passivos</b>	<b>12.440.045</b>	<b>38.743.149</b>	<b>12.937.873</b>	<b>27.971</b>	<b>62.194.061</b>	<b>126.343.099</b>
Recursos de clientes	4.186.501	178.050	535.615	2.551	11.955.954	16.858.671
Recursos de instituições financeiras	274.332	32.974.287	104.629	--	48.708.329	82.061.577
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	6.599.618	48.328	33.711	25.420	140.798	6.847.875
Outros passivos <sup>3</sup>	1.379.594	5.542.484	12.263.918	--	1.388.980	20.574.976
Garantias prestadas e outras coobrigações	327.491	350.227	5.000.721	--	--	5.678.439
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>1º Semestre/2024</b>					
Receitas da intermediação financeira	1.855.885	2.370.666	590.694	396	430.871	5.248.512
Despesas da intermediação financeira	(234.711)	(2.964.458)	(20.933)	(1.146)	(1.878.970)	(5.100.218)
Receitas de prestação de serviços	67.776	21.382	314.602	--	332.737	736.497
Outras receitas	10.550	407.026	212.092	--	5.625	635.293
Outras despesas	(596.575)	(1.072.024)	(382.857)	--	(260.967)	(2.312.423)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 71 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 28 mil no 1º Semestre/2024.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
<b>Ativos</b>	<b>2.218.804</b>	<b>62.021.880</b>	<b>14.311.122</b>	<b>5.744</b>	<b>8.666.762</b>	<b>87.224.312</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	61.369.168	2.264.354	--	2.024.499	<b>65.658.021</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	5.886	172.092	--	750.192	<b>928.170</b>
Carteira de crédito <sup>1</sup>	--	330.997	11.052.095	5.744	5.598.011	<b>16.986.847</b>
Outros ativos <sup>3</sup>	2.218.804	315.829	822.581	--	294.060	<b>3.651.274</b>
<b>Passivos</b>	<b>11.328.301</b>	<b>86.967.143</b>	<b>14.295.350</b>	<b>24.240</b>	<b>64.201.350</b>	<b>176.816.384</b>
Recursos de clientes	3.335.799	831.058	476.907	1.574	17.437.737	<b>22.083.075</b>
Recursos de instituições financeiras	139.308	81.057.750	100.039	--	45.220.590	<b>126.517.687</b>
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	6.632.317	40.053	38.634	22.666	168.318	<b>6.901.988</b>
Outros passivos <sup>3</sup>	1.220.877	5.038.282	13.679.770	--	1.374.705	<b>21.313.634</b>
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	520.404	5.000.023	--	30.864	<b>5.844.331</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>1º Semestre/2023</b>					
Receitas da intermediação financeira	2.782.740	2.946.462	705.647	361	239.536	<b>6.674.746</b>
Despesas da intermediação financeira	(219.027)	(3.503.213)	(22.649)	(1.102)	(2.099.979)	<b>(5.845.970)</b>
Receitas de prestação de serviços	62.299	22.225	279.664	--	355.820	<b>720.008</b>
Outras receitas	18.293	470.161	285.747	--	11.109	<b>785.310</b>
Outras despesas	(486.296)	(931.002)	(393.750)	--	(284.757)	<b>(2.095.805)</b>

1 - A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 13 mil no 1º Semestre/2023.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2024
<b>Ativos</b>	<b>2.828.040</b>	<b>10.686.810</b>	<b>7.838</b>	<b>11.881.485</b>	<b>25.404.173</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	331.211	--	2.121.377	<b>2.452.588</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	198.001	--	862.201	<b>1.060.202</b>
Carteira de crédito <sup>1</sup>	--	9.140.148	7.838	8.600.602	<b>17.748.588</b>
Outros ativos <sup>3</sup>	2.828.040	1.017.450	--	297.305	<b>4.142.795</b>
<b>Passivos</b>	<b>6.340.046</b>	<b>18.192.277</b>	<b>27.971</b>	<b>62.194.061</b>	<b>86.754.355</b>
Recursos de clientes	4.186.502	535.615	2.551	11.955.954	<b>16.680.622</b>
Recursos de instituições financeiras	274.332	104.629	--	48.708.329	<b>49.087.290</b>
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	499.618	33.711	25.420	140.798	<b>699.547</b>
Outros passivos <sup>3</sup>	1.379.594	17.518.322	--	1.388.980	<b>20.286.896</b>
Garantias prestadas e outras coobrigações	327.491	5.000.721	--	--	<b>5.328.212</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>1º Semestre/2024</b>				
Receitas da intermediação financeira	1.855.885	590.865	396	432.038	<b>2.879.184</b>
Despesas da intermediação financeira	(106.047)	(20.933)	(1.146)	(1.878.970)	<b>(2.007.096)</b>
Receitas de prestação de serviços	71.566	3.405.708	8	353.814	<b>3.831.096</b>
Outras receitas	10.550	336.424	--	5.625	<b>352.599</b>
Outras despesas	(596.575)	(382.857)	--	(263.218)	<b>(1.242.650)</b>

1 - A carteira de crédito possui R\$ 71 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 28 mil no 1º Semestre/2024.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
<b>Ativos</b>	<b>2.218.804</b>	<b>14.639.113</b>	<b>5.744</b>	<b>8.672.109</b>	<b>25.535.770</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	2.264.354	--	2.024.499	4.288.853
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	172.092	--	750.827	922.919
Carteira de crédito <sup>1</sup>	--	11.052.095	5.744	5.598.011	16.655.850
Outros ativos <sup>2</sup>	2.218.804	1.150.572	--	298.772	3.668.148
<b>Passivos</b>	<b>5.232.256</b>	<b>18.923.689</b>	<b>24.240</b>	<b>64.201.350</b>	<b>88.381.535</b>
Recursos de clientes	3.339.754	476.907	1.574	17.437.737	21.255.972
Recursos de instituições financeiras	139.308	100.039	--	45.220.590	45.459.937
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	532.317	38.634	22.666	168.318	761.935
Outros passivos <sup>3</sup>	1.220.877	18.308.109	--	1.374.705	20.903.691
Garantias prestadas e outras cobrições	293.040	5.000.023	--	30.864	5.323.927
<b>Demonstração do resultado</b>			<b>1º Semestre/2023</b>		
Receitas da intermediação financeira	2.782.740	944.324	361	240.527	3.967.952
Despesas da intermediação financeira	(98.498)	(22.649)	(1.102)	(2.099.979)	(2.222.228)
Receitas de prestação de serviços	65.325	3.007.454	39	375.730	3.448.548
Outras receitas	18.293	410.079	--	11.109	439.481
Outras despesas	(486.296)	(398.040)	--	(285.123)	(1.169.459)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 13 mil no 1º Semestre/2023.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



## 29 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

### Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/06/2024			31/12/2023		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total
<b>Planos de Aposentadoria e Pensão</b>	<b>88.525</b>	<b>122.185</b>	<b>210.710</b>	<b>87.633</b>	<b>122.428</b>	<b>210.061</b>
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.936	99.655	102.591	3.111	99.991	103.102
Plano Previ Futuro	75.391	4.330	79.721	74.259	4.123	78.382
Plano Informal	--	1.847	1.847	--	1.916	1.916
Outros Planos	10.198	16.353	26.551	10.263	16.398	26.661
<b>Planos de Assistência Médica</b>	<b>90.210</b>	<b>106.145</b>	<b>196.355</b>	<b>89.336</b>	<b>106.502</b>	<b>195.838</b>
Cassi	81.661	100.829	182.490	80.681	101.054	181.735
Outros Planos	8.549	5.316	13.865	8.655	5.448	14.103



### Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Planos de Aposentadoria e Pensão</b>	<b>1.026.605</b>	<b>960.497</b>
Plano de Benefícios 1 - Previ <sup>1</sup>	319.049	306.420
Plano Previ Futuro	505.949	455.825
Plano Informal	61.501	64.554
Outros Planos	140.106	133.698
<b>Planos de Assistência Médica</b>	<b>1.070.152</b>	<b>1.011.378</b>
Cassi	958.638	902.105
Outros Planos	111.514	109.273
<b>Total</b>	<b>2.096.757</b>	<b>1.971.875</b>

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2024, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.132.163 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.116.016 mil para os próximos 12 meses.

### Valores reconhecidos no resultado

	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Planos de Aposentadoria e Pensão</b>	<b>589.773</b>	<b>1.193.357</b>
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.221.231	1.757.217
Plano Previ Futuro	(505.949)	(455.825)
Plano Informal	(52.064)	(54.137)
Outros Planos	(73.445)	(53.898)
<b>Planos de Assistência Médica</b>	<b>(1.199.569)</b>	<b>(1.126.673)</b>
Cassi	(1.084.922)	(1.021.568)
Outros Planos	(114.647)	(105.105)
<b>Total</b>	<b>(609.796)</b>	<b>66.684</b>

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

#### a) Planos de aposentadoria e pensão

##### Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

##### Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.



**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

**Prevmás (Economus)**

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

**Regulamento Geral (Economus)**

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

**Regulamento Complementar 1 (Economus)**

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

**Grupo B' (Economus)**

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

**Plano Multifuturo I (Fusesc)**

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

**Plano de Benefícios I (Fusesc)**

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

**Plano BEP (Prevbep)**

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



## **b) Planos de assistência médica**

### **Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

### **Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)**

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

### **Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)**

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

### **Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)**

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos "B" (Regulamento Complementar 1) e "C" (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

### **Plano SIM Saúde (SIM)**

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

## **c) Fatores de risco**

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**d) Avaliações atuariais**

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30/06/2024 e 31/12/2023.

**d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido**

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2024	Exercício/2023	1º Semestre/2024	Exercício/2023	1º Semestre/2024	Exercício/2023	1º Semestre/2024	Exercício/2023
Saldo inicial	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
Custo de juros	(8.377.013)	(16.592.450)	(38.209)	(81.290)	(542.181)	(1.054.064)	(495.442)	(981.052)
Custo do serviço corrente	(19.859)	(45.096)	--	--	(47.327)	(83.398)	(2.292)	(3.671)
Custo do serviço passado	--	--	(13.856)	(25.880)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.275.703	16.101.165	61.501	134.995	463.225	926.175	434.684	916.460
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	19.660.048	(28.921.336)	92.567	(91.617)	1.169.044	(1.892.492)	1.123.946	(1.587.747)
Ajuste de experiência	(2.528.712)	(1.197.402)	15.345	637	(21.769)	(189.334)	(18.054)	(55.461)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	38	--	--	--	1.411	--	284
Alterações premissas financeiras	22.188.760	(27.723.972)	77.222	(92.254)	1.190.813	(1.704.569)	1.142.000	(1.532.570)
<b>Saldo final</b>	<b>(150.645.541)</b>	<b>(170.184.420)</b>	<b>(713.960)</b>	<b>(815.963)</b>	<b>(9.869.910)</b>	<b>(10.912.671)</b>	<b>(8.947.723)</b>	<b>(10.008.619)</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(150.645.541)	(170.184.420)	--	--	--	--	(7.642.074)	(8.065.338)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano**

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos <sup>1</sup>	
	1º Semestre/2024	Exercício/2023	1º Semestre/2024	Exercício/2023	1º Semestre/2024	Exercício/2023	1º Semestre/2024	Exercício/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>217.226.231</b>	<b>197.539.033</b>	--	--	--	--	<b>8.065.338</b>	<b>7.476.638</b>
Receita de juros	10.839.333	22.398.163	--	--	--	--	406.421	867.019
Contribuições recebidas	630.144	1.321.070	61.501	134.995	463.225	926.175	225.740	482.664
Participantes	311.095	660.535	--	--	--	--	86.973	185.238
Empregador	319.049	660.535	61.501	134.995	463.225	926.175	138.767	297.426
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.275.703)	(16.101.165)	(61.501)	(134.995)	(463.225)	(926.175)	(434.684)	(916.460)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(23.405.206)	12.069.130	--	--	--	--	(620.741)	155.477
<b>Saldo final</b>	<b>197.014.799</b>	<b>217.226.231</b>	--	--	--	--	<b>7.642.074</b>	<b>8.065.338</b>

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

**d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial**

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
1) Valor justo dos ativos do plano	197.014.799	217.226.231	--	--	--	--	7.642.074	8.065.338
2) Valor presente das obrigações atuariais	(150.645.541)	(170.184.420)	(713.960)	(815.963)	(9.869.910)	(10.912.671)	(8.947.723)	(10.008.619)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	46.369.258	47.041.811	(713.960)	(815.963)	(9.869.910)	(10.912.671)	(1.305.649)	(1.943.281)
<b>4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado <sup>1</sup></b>	<b>23.184.629</b>	<b>23.520.905</b>	<b>(713.960)</b>	<b>(815.963)</b>	<b>(9.869.910)</b>	<b>(10.912.671)</b>	<b>(1.142.026)</b>	<b>(1.527.327)</b>

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido**

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Custo do serviço corrente	(9.930)	(10.836)	--	--	(47.328)	(40.724)	(1.146)	(813)
Custo dos juros	(4.188.506)	(4.092.947)	(38.209)	(42.088)	(542.181)	(515.600)	(274.892)	(271.660)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	5.419.667	5.861.000	--	--	--	--	202.533	223.755
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(13.855)	(12.049)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(495.413)	(465.244)	(116.349)	(111.919)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	1.762	1.654
<b>(Despesa)/receita reconhecida na DRE</b>	<b>1.221.231</b>	<b>1.757.217</b>	<b>(52.064)</b>	<b>(54.137)</b>	<b>(1.084.922)</b>	<b>(1.021.568)</b>	<b>(188.092)</b>	<b>(159.003)</b>

**d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido**

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(5.208.015)</b>	<b>(789.156)</b>	<b>(155.684)</b>	<b>(105.295)</b>	<b>(1.679.860)</b>	<b>(638.989)</b>	<b>(750.441)</b>	<b>(312.637)</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.876.556)	(8.426.102)	92.567	(91.617)	1.169.044	(1.892.492)	320.042	(802.450)
Efeitos fiscais	892.444	4.007.243	(41.656)	41.228	(526.069)	851.621	(145.225)	364.646
<b>Saldo final</b>	<b>(6.192.127)</b>	<b>(5.208.015)</b>	<b>(104.773)</b>	<b>(155.684)</b>	<b>(1.036.885)</b>	<b>(1.679.860)</b>	<b>(575.624)</b>	<b>(750.441)</b>



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido – Posição 30/06/2024**

	Duration <sup>1</sup>	Pagamentos de benefícios esperados <sup>2</sup>				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,85	17.120.368	16.309.552	16.054.675	317.410.609	366.895.204
Plano Informal (Previ)	5,90	127.256	113.113	101.877	924.779	1.267.025
Plano de Associados (Cassi)	9,95	1.052.236	1.038.238	1.019.706	25.867.416	28.977.596
Regulamento Geral (Economus)	8,65	725.671	722.296	716.219	13.793.058	15.957.244
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10,55	3.781	3.926	4.124	136.033	147.864
Plus I e II (Economus)	12,16	50.297	51.755	53.660	2.376.857	2.532.569
Grupo B' (Economus)	7,54	25.023	24.761	24.385	360.595	434.764
Prevmais (Economus)	9,88	33.287	33.402	33.559	863.627	963.875
Multifuturo I (Fusesc)	9,87	9.330	8.983	8.979	229.819	257.111
Plano I (Fusesc)	7,19	56.312	53.129	51.653	694.812	855.906
Plano BEP (Prevbep)	9,17	7.810	7.772	7.717	164.359	187.658

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

**d.7) Composição dos ativos dos planos**

	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Renda fixa	121.518.728	127.077.345	6.986.624	7.276.657
Renda variável <sup>1</sup>	56.385.635	70.598.525	195.780	294.801
Investimentos imobiliários	11.328.351	12.142.946	208.457	221.915
Empréstimos e financiamentos	5.930.145	5.669.605	149.685	156.858
Outros	1.851.940	1.737.810	101.528	115.107
<b>Total</b>	<b>197.014.799</b>	<b>217.226.231</b>	<b>7.642.074</b>	<b>8.065.338</b>
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.816.112	9.384.173	--	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.300.298	1.390.248	32.107	35.153

1 - No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 4.502.863 mil (R\$ 5.586.966 mil em 31/12/2023), referente a ativos não cotados em mercado ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período**

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Taxa de inflação (a.a.)	3,51%	3,55%	3,51%	3,57%	3,51%	3,55%	3,51%	3,55%
Taxa real de desconto (a.a.)	8,44%	6,81%	8,45%	6,64%	8,43%	6,86%	8,45%	6,80%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,25%	10,60%	--	--	--	--	12,25%	10,59%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,91%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / AT-83 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.



#### d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ – Posição 30/06/2024

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	8,44%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado <sup>1</sup>
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

<sup>1</sup> - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

#### d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Valor apurado - Previ</b>	<b>213.664.308</b>	<b>222.368.862</b>	<b>(210.693.227)</b>	<b>(208.014.404)</b>	<b>2.971.081</b>	<b>14.354.458</b>
Ajuste no valor dos ativos do plano <sup>1</sup>	(16.649.509)	(5.142.631)	--	--	(16.649.509)	(5.142.631)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	60.047.686	37.829.984	60.047.686	37.829.984
<b>Valor apurado - Banco</b>	<b>197.014.799</b>	<b>217.226.231</b>	<b>(150.645.541)</b>	<b>(170.184.420)</b>	<b>46.369.258</b>	<b>47.041.811</b>

<sup>1</sup> - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

#### d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2024.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.733.362)	2.832.199	2.360.951	(2.415.829)	3.347	(3.341)
Plano Informal (Previ)	(8.761)	8.998	19.405	(19.306)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(164.553)	170.762	122.163	(124.255)	650	(636)
Regulamento Geral (Economus)	(120.808)	125.006	106.289	(110.069)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.266)	1.313	(1.929)	1.982	--	--
Plus I e II (Economus)	(17.184)	17.974	20.892	(20.423)	--	--
Grupo B <sup>1</sup> (Economus)	(2.582)	2.654	4.466	(4.638)	--	--
Prevmais (Economus)	(7.091)	7.370	1.751	(1.747)	941	(929)
Multifuturo I (Fusesc)	(2.067)	2.196	970	(1.004)	355	(324)
Plano I (Fusesc)	(6.527)	6.722	8.489	(8.640)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.453)	1.507	1.009	(1.051)	--	--





Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco**

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Plano 1 (Previ)	23.184.629	23.520.905	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(713.960)	(815.963)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(9.869.910)	(10.912.671)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(630.870)	(816.905)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10.924	7.928	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(697.490)	(802.397)
Grupo B' (Economus)	--	--	(213.241)	(238.803)
Prevmais (Economus)	159.890	133.637	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	79.049	69.919	--	--
Plano I (Fusesc)	116.995	96.072	--	--
Plano BEP (Prevbep)	32.717	23.222	--	--
<b>Total</b>	<b>23.584.204</b>	<b>23.851.683</b>	<b>(12.125.471)</b>	<b>(13.586.739)</b>

**f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ**

	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Fundo de Utilização <sup>1</sup></b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>11.608.853</b>	<b>11.315.371</b>
Contribuição ao Plano 1	(319.049)	(306.420)
Atualização	583.808	570.660
<b>Saldo final</b>	<b>11.873.612</b>	<b>11.579.611</b>

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



### 30 – Gerenciamento de riscos e de capital

#### a) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação e avaliação dos riscos que resulta no conjunto corporativo de riscos relevantes, realizado a partir de metodologia que considera insumos externos, tais como diretrizes regulatórias, preocupações relevantes da indústria financeira mundial e benchmark com outras instituições. Como insumos internos, são avaliados os riscos incorridos pelas ELBBs, os fatores de risco divulgados no Formulário de Referência (FR), os riscos identificados pelos gestores, em primeira linha, e os direcionadores estratégicos. Os riscos identificados têm sua classificação de relevância definida com base em critérios quantitativos e qualitativos.

A definição dos riscos é realizada considerando critérios quantitativos e qualitativos, e resulta nos seguintes riscos relevantes:

- a) Risco de estratégia;
- b) Risco social, ambiental e climático;
- c) Risco de crédito
- d) Risco atuarial;
- e) Risco de taxa de juros da carteira bancária;
- f) Risco de mercado;
- g) Risco de liquidez;
- h) Risco de contágio;
- i) Risco operacional;
- j) Risco de reputação.

O Banco revisa periodicamente o Conjunto Corporativo dos Riscos Relevantes. Para os riscos relevantes, são estabelecidas etapas da implementação de estrutura e processos de gestão, com as atividades mínimas a serem consideradas para tratamento dos riscos.

O processo de identificação e avaliação da relevância dos riscos foi aprimorado, permanece com a participação da 1ª primeira linha de defesa nas discussões da avaliação qualitativa dos riscos. A participação dos gestores específicos aprimora o processo de avaliação dos riscos, permitindo capturar as percepções dos envolvidos e disseminar a cultura de gestão de riscos.

A metodologia de 2023 foi aprimorada com a elaboração de escalas específicas para a relevância do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e Risco de Reputação, em função da natureza transversal desses riscos. Além de revisão das categorias do Risco de Crédito.

No Banco, a gestão dos riscos e do capital é realizada de forma segregada das unidades de negócio e de auditoria interna. A política específica de Gestão de Riscos e de Capital é aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer dos Comitês de Assessoramento. O gerenciamento dos riscos é realizado conforme as políticas e estratégias da Alta Administração do Banco.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website [bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri).

**Instrumentos financeiros - Valor justo**

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	25.772.874	25.772.874	17.327.745	17.327.745
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.745.272	120.745.272	101.805.900	101.805.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	413.463.838	413.342.673	432.160.990	432.160.990
Títulos e valores mobiliários	578.021.908	578.438.626	466.994.273	466.828.048
Instrumentos financeiros derivativos	5.983.109	5.983.109	1.973.686	1.973.686
Carteira de crédito	1.024.415.979	1.029.300.953	975.349.358	968.308.823
Outros ativos financeiros	110.656.607	110.656.607	94.577.173	94.577.173
<b>Passivos</b>				
Recursos de clientes	822.463.488	822.841.086	811.943.803	811.903.547
Recursos de instituições financeiras	767.939.195	769.834.666	651.190.724	651.460.774
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	285.275.355	285.275.355	284.156.307	284.156.307
Instrumentos financeiros derivativos	4.791.727	4.791.727	2.509.742	2.509.742
Outros passivos financeiros	208.285.244	208.285.244	161.864.745	161.864.745

**Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros**

**Aplicações interfinanceiras de liquidez:** O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

**Títulos e valores mobiliários:** Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

**Operações de crédito:** Para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

**Depósitos interfinanceiros:** O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

**Depósitos a prazo:** Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

**Obrigações por operações compromissadas:** Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

**Obrigações por empréstimos e repasses:** Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

**Outras obrigações:** O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

**Demais instrumentos financeiros:** Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

#### Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

**Nível 1** – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

**Nível 2** – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

**Nível 3** – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

#### Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	30/06/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>	<b>513.096.475</b>	<b>439.472.050</b>	<b>72.219.797</b>	<b>1.404.628</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.729.160	--	2.729.160	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	15.171.283	10.165.175	4.980.692	25.416
Instrumentos financeiros derivativos	5.983.109	--	5.983.109	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	489.164.925	429.306.875	58.526.836	1.331.214
Operações de crédito	47.998	--	--	47.998
<b>Passivos</b>	<b>(9.091.284)</b>	<b>--</b>	<b>(9.091.284)</b>	<b>--</b>
Captação com hedge	(4.299.557)	--	(4.299.557)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(4.791.727)	--	(4.791.727)	--

	31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>	<b>418.062.241</b>	<b>355.949.157</b>	<b>59.591.364</b>	<b>2.521.720</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.396.937	--	2.396.937	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	12.045.093	7.619.623	4.399.477	25.993
Instrumentos financeiros derivativos	1.973.686	--	1.973.686	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	401.596.859	348.329.534	50.821.264	2.446.061
Operações de crédito	49.666	--	--	49.666
<b>Passivos</b>	<b>(4.600.102)</b>	<b>--</b>	<b>(4.600.102)</b>	<b>--</b>
Captação com hedge	(2.090.360)	--	(2.090.360)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(2.509.742)	--	(2.509.742)	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo:

Descrição	Valor Justo em 31/12/2023	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2024
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	26.857	(1.000)	--	(6.061)	--	5.620	25.416
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	2.439.437	62.766	--	(1.239.802)	(157.351)	226.164	1.331.214
Operações de crédito	49.666	(1.668)	--	--	--	--	47.998
<b>Total</b>	<b>2.515.960</b>	<b>60.098</b>	<b>--</b>	<b>(1.245.863)</b>	<b>(157.351)</b>	<b>231.784</b>	<b>1.404.628</b>

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
<b>Ativo</b>		
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB
Operações de crédito	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB e taxa média ponderada

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado para alguns deles. Assim, a classificação em Nível 3 considera o rating do emissor do instrumento financeiro e compara o resultado entre os valores observados e os valores apurados por modelos internos.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A análise de sensibilidade é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.



## Análise de sensibilidade

### Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

### Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

### Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

### Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

#### Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco / Exposição	30/06/2024			31/12/2023		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(120.488)	(324.590)	(634.911)	(36.529)	(95.707)	(212.816)
Cupons de taxas de juros	(6.610)	(53)	(106)	(11.872)	(259)	(518)
Cupons de índices de preços	(308.419)	(473.460)	(889.976)	(306.701)	(391.514)	(740.582)
Cupons de moedas estrangeiras	(430.481)	(573.170)	(1.207.360)	(158.376)	(189.337)	(398.177)
<b>Total</b>	<b>(865.998)</b>	<b>(1.371.273)</b>	<b>(2.732.353)</b>	<b>(513.478)</b>	<b>(676.817)</b>	<b>(1.352.093)</b>



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e bancária**

Fatores de risco / Exposição	30/06/2024			31/12/2023		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(13.487.157)	(36.685.609)	(69.615.610)	(12.657.515)	(29.315.468)	(56.110.520)
Cupons de taxas de juros	(10.951.765)	(23.702.392)	(50.511.702)	(11.489.079)	(22.102.323)	(46.674.809)
Cupons de índices de preços	(461.885)	(625.120)	(1.189.070)	(457.960)	(528.871)	(1.011.996)
Cupons de moedas estrangeiras	(3.919.632)	(2.667.463)	(5.513.583)	(2.810.805)	(720.280)	(1.481.739)
<b>Total</b>	<b>(28.820.439)</b>	<b>(63.680.584)</b>	<b>(126.829.965)</b>	<b>(27.415.359)</b>	<b>(52.666.942)</b>	<b>(105.279.064)</b>

**b) Gerenciamento de capital**Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

**Integração:**

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta <sup>1</sup>	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA	VIGILÂNCIA	
Apetite <sup>2</sup>	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA	VIGILÂNCIA		
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA	VIGILÂNCIA		

<sup>1</sup>nível de capital desejado pela Instituição

<sup>2</sup>nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos





A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

#### Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.



### c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 6.100.000 mil (R\$ 7.100.000 mil até junho/2023), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30/06/2024	31/12/2023
<b>PR - Patrimônio de Referência</b>	<b>175.348.301</b>	<b>174.033.091</b>
<b>Nível I</b>	<b>160.679.852</b>	<b>156.430.952</b>
<b>Capital Principal (CP)</b>	<b>143.271.010</b>	<b>136.356.255</b>
Patrimônio líquido	172.481.160	163.827.386
Instrumento elegível a Capital Principal	6.100.000	6.100.000
Ajustes Prudenciais	(35.310.150)	(33.571.131)
<b>Capital Complementar</b>	<b>17.408.842</b>	<b>20.074.697</b>
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	9.470.142	14.886.697
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	7.938.700	5.188.000
<b>Nível II</b>	<b>14.668.449</b>	<b>17.602.139</b>
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) – Recursos captados do FCO (Nota 19.c) <sup>1</sup>	14.668.449	17.602.139
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>1.235.313.322</b>	<b>1.124.754.293</b>
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.008.383.486	938.286.509
Risco de Mercado (RWAMPAD)	47.429.366	28.285.378
Risco Operacional (RWAOPAD)	179.500.470	158.182.406
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) <sup>2</sup></b>	<b>98.825.066</b>	<b>89.980.343</b>
<b>Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) <sup>3</sup></b>	<b>76.523.235</b>	<b>84.052.748</b>
<b>Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) <sup>3</sup></b>	<b>13,01%</b>	<b>13,91%</b>
Índice de Capital Principal (CP/RWA) <sup>3</sup>	11,60%	12,12%
<b>Índice de Basileia (PR/RWA) <sup>3</sup></b>	<b>14,19%</b>	<b>15,47%</b>

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2024, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 50% (60% em 2023) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

#### Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(12.828.341)	(12.962.189)
Ativos intangíveis	(10.409.696)	(10.787.014)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(8.216.553)	(4.687.150)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) <sup>1</sup>	(2.113.801)	(2.345.383)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(1.312.257)	(2.663.255)
Participação de não controladores <sup>2</sup>	(419.922)	(121.206)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(7.704)	(2.870)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(1.876)	(2.064)
<b>Total</b>	<b>(35.310.150)</b>	<b>(33.571.131)</b>

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



#### d) Limite de imobilização e margem

	30/06/2024	31/12/2023
Situação do limite de imobilização	16,35%	16,36%
Margem em relação ao limite de imobilização	59.006.358	58.550.324

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

#### e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	30/06/2024
Índice de Capital Principal (ICP) <sup>1</sup>	8,00%	11,60%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) <sup>1</sup>	9,50%	13,01%
Índice de Basileia (IB) <sup>1</sup>	11,50%	14,19%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	16,35%

<sup>1</sup> - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 30/06/2024, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

#### f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
  - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
  - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
  - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
  - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses



do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

### 31 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Semestre/2024
Resultado recorrente	17.747.303
Resultado não recorrente	--

	1º Semestre/2023
Resultado recorrente	16.560.869
Resultado não recorrente	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 32 – Outras informações

### a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Patrimônio Administrado</b>	<b>1.208</b>	<b>1.216</b>	<b>1.630.426.467</b>	<b>1.516.914.893</b>
Fundos de investimentos	1.202	1.210	1.610.066.822	1.497.980.573
Carteiras administradas	6	6	20.359.645	18.934.320

### b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>				
Grupo BB	72.084.068	72.558.303	71.333.931	71.868.934
Terceiros	117.824.311	78.461.205	160.480.172	111.917.209
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>189.908.379</b>	<b>151.019.508</b>	<b>231.814.103</b>	<b>183.786.143</b>
<b>Passivo</b>				
Grupo BB	61.463.778	31.268.014	60.761.091	30.624.208
Terceiros	114.099.786	107.201.060	147.919.429	134.761.363
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14.344.815</b>	<b>12.550.434</b>	<b>23.133.583</b>	<b>18.400.572</b>
Atribuível à controladora	14.344.815	12.550.434	22.111.839	17.837.107
Participação dos não controladores	--	--	1.021.744	563.465
<b>Total do passivo</b>	<b>189.908.379</b>	<b>151.019.508</b>	<b>231.814.103</b>	<b>183.786.143</b>

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
<b>Lucro líquido</b>	<b>355.480</b>	<b>738.825</b>	<b>3.304.987</b>	<b>2.862.642</b>
Atribuível à controladora	355.480	738.825	2.766.466	2.464.819
Participações dos não controladores	--	--	538.521	397.823

### c) Recursos de consórcios

	30/06/2024	31/12/2023
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.043.560	999.808
Obrigações do grupo por contribuições	73.389.176	67.323.125
Consoiciados - bens a contemplar	68.739.329	63.290.816
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	435	434
Quantidade de consorciados ativos	1.825.086	1.851.352
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	232.203	222.102
	1º Semestre/2024	1º Semestre/2023
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	138.381	140.291



#### d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Semestre/2024		1º Semestre/2023	
	Quantidade de Empregados Cedidos <sup>1</sup>	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos <sup>1</sup>	Custo no Período
<b>Com ônus para o Banco</b>				
Entidades sindicais	212	28.709	215	25.371
Outros órgãos/entidades	8	3.074	7	3.099
<b>Sem ônus para o Banco<sup>2</sup></b>				
Governos Federal, Estadual e Municipal	222	--	168	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	569	--	543	--
Entidades dos funcionários	67	--	67	--
Entidades controladas e coligadas	783	--	701	--
<b>Total</b>	<b>1.861</b>	<b>31.783</b>	<b>1.701</b>	<b>28.470</b>

1 - Posição no último dia do período.

2 - No 1º Semestre/2024, o Banco foi ressarcido em R\$ 345.678 mil (R\$ 297.611 mil no 1º Semestre/2023), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

#### e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	30/06/2024	31/12/2023
Menor Salário	3.788,13	3.788,13
Maior Salário	63.382,12	63.382,12
Salário Médio	10.872,53	10.921,12
Valor médio dos benefícios oferecidos	4.657,12	4.568,34
Presidente	78.435,95	74.972,23
Vice-presidente	70.205,94	67.105,66
Diretor	59.500,97	56.873,42
Comitê de Auditoria - Titular	53.550,87	51.186,08
Comitê de Riscos e de Capital	53.550,87	51.186,08
Conselho Fiscal	6.824,38	6.523,02
Conselho de Administração	6.824,38	6.523,02

#### f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

##### Seguros vigentes em 30/06/2024

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	754.789	6.915
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva <sup>1</sup>	131.950	333
Demais	535	--
<b>Total</b>	<b>887.274</b>	<b>7.248</b>

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



**g) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas**

Em 16/11/2022, a Medida Provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

O Banco está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01/01/2025.

**h) Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Cielo S.A.**

Em 05/02/2024, o Conselho de Administração do Banco do Brasil autorizou a aquisição de até a totalidade das ações em circulação da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”), via realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) e consequente aumento de participação acionária indireta do Banco, por meio da BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”) e Elo Participações Ltda. (“Elo Participações”) na Cielo, para até 49,99%.

Nesta mesma data, a BB Elo e Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (“Quixaba” e, em conjunto com BB Elo, “Acionistas Controladores” da Cielo) encaminharam comunicado à Cielo, informando-lhe a decisão de realizarem, juntamente com o Grupo Elopap, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na CVM, da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A., de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo.

Em 05/07/2024, a CVM deferiu o registro da oferta pública e, em 10/07/2024, foi publicado o Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Cielo.

A OPA foi lançada pelos (i) Acionistas Controladores, (ii) Elo Participações, (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. e (iv) Livel S.A., qualificados em conjunto como “Ofertantes” para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto aquelas detidas pelos próprios Ofertantes, pessoas a eles vinculadas e as mantidas em tesouraria. O leilão da OPA ocorrerá em 14/08/2024.

O preço ofertado de cada ação objeto da OPA é de R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos), a ser (i) deduzido do valor correspondente aos dividendos, juros sobre capital próprio ou outros proventos que vierem a ser futuramente declarados (a partir do momento em que as ações ficarem ex-proventos) pela Companhia entre 02/04/2024 e a data do leilão da OPA (mas sem a dedução do valor correspondente aos juros sobre capital próprio pagos em 30 de abril de 2024); (ii) ajustado pela variação acumulada da taxa média diária de juros de Certificados de Depósito Interbancário – CDI desde a data de 01/04/2024 até a data de liquidação da OPA; e (iii) ajustado proporcionalmente em razão de quaisquer grupamentos ou desdobramentos de ações de emissão da Companhia, nos termos do edital da OPA.

**i) Programa de autorregularização incentivada de tributos**

Em 28/03/2024, o Banco do Brasil S.A. aderiu ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 14.740, de 29/11/2023 e regulamentado pela IN RFB nº 2.168, de 28/12/2023, o qual possibilitou o pagamento de débitos fiscais com redução de 100% das multas de mora e de ofício e dos juros de mora, permitindo-se como forma de pagamento a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), limitada a 50% do valor da dívida consolidada (Nota 22).

**j) Evento climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul**

O período de chuvas intensas e prolongadas que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul (RS), no 1º semestre/2024, foi caracterizado como evento climático adverso de grande magnitude e intensidade, com danos humanos, materiais e ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais, levando o Governo local a declarar estado de calamidade pública no território do Estado.

No Banco do Brasil, alguns imóveis localizados nas áreas atingidas pelas enchentes sofreram danos físicos em sua infraestrutura devido aos alagamentos. Dependências localizadas nesses imóveis e outras em funcionamento foram impactadas ainda com o desabastecimento de água, serviços e dificuldade de acesso, sendo acionado aporte orçamentário extraordinário para amparar o dispêndio com as despesas administrativas decorrentes das enchentes, com objetivo de minimizar o impacto no atendimento bancário e promover a recuperação rápida e eficaz dos pontos de atendimento. Não foram identificados impactos nos valores recuperáveis desses imóveis.



O Estado do Rio Grande do Sul possui atividade econômica dinâmica e diversificada, com destaque para o agronegócio, notadamente pelos cultivos de arroz, soja, milho, trigo e fumo; e na agropecuária de corte, leite, suínos e aves. Na indústria, os principais setores são: construção, indústria de alimentos, químicos, máquinas e equipamentos. Além disso, algumas indústrias, alinhadas com a representatividade na economia brasileira possuem exposição na carteira PJ do Banco, como é o caso das indústrias moveleira, calçadista e de máquinas e implementos agrícolas.

Nesse contexto, o Banco instituiu monitoramento diário da Carteira de Crédito e de sua exposição bem como destacou profissionais para atuação focada no Estado. Em relação à Carteira de Crédito no RS, em 30/06/2024, a exposição atingiu 6,0% da Carteira de Crédito BB no país, ou seja, R\$ 59,0 bilhões, considerando-se apenas os municípios que decretaram emergência ou calamidade pública.

Tanto no Estado quanto nos municípios atingidos, as operações de maior participação ocorrem pelo segmento de Agronegócios em linhas de custeio, investimento agropecuário e Pronaf.

Em virtude das consequências econômicas derivadas dos eventos climáticos no RS, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 5.133/2024 estabeleceu critérios temporários para a dispensa ou reversão da caracterização como ativo problemático das operações tituladas por contrapartes afetadas e reestruturadas no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2024; e por meio da Resolução CMN nº 5.134/2024 permitiu a reclassificação das operações tituladas por contrapartes afetadas e renegociadas no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2024, para o risco observado em 31 de março de 2024, não havendo impacto relevante no resultado para o período.



### 33 – Eventos subsequentes

#### a) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 21/06/2024, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da terceira parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota Explicativa 23 – Patrimônio Líquido, item “c”.

Em 29/07/2024, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à referida parcela.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte

ParkShopping - Zona Industrial (Guará)

Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil

Telefone +55 (61) 3362 3700

kpmg.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos**  
**Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do**  
**Banco do Brasil S.A.**  
Brasília - DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Brasil S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco do Brasil e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(g) e 12 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 30 de junho de 2024 provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que é composta pelas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica a carteira de crédito de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, às incertezas, grau de julgamento e complexidade das premissas utilizadas na classificação da carteira de crédito em níveis de riscos, consideramos esse assunto como um principal assunto para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) revisão das informações cadastrais dos clientes e suas respectivas operações; e (ii) definição, aprovação, aplicação e aderência das principais premissas e julgamentos utilizados na atribuição dos níveis de risco ("ratings") da carteira de crédito;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise dos dados que suportam a definição e revisão dos ratings das operações pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, avaliando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas do Banco e requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (ii) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a aplicação pelo Banco dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito sob os quais não tenha sido observada amortização significativa ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco;
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.



### **Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (h) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos "Individualizado" e "Massificado", bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, tais como: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação dos métodos e premissas utilizadas para determinar a probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão dos dados relevantes dos processos que suportam o método massificado; (iii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; e (iv) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliamos os parâmetros estatísticos utilizados para a apuração do método "Massificado" e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação do método "Individualizado" com base nas premissas utilizadas, por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais; e
- Avaliação da suficiência de provisão para contingências, com base na análise do histórico de desembolsos quando comparado com os respectivos valores provisionados.
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

#### **Mensuração dos passivos atuariais de benefícios pós-emprego**

Conforme descrito na nota explicativa nº 3(k) e 29 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos não financeiros, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.



### Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; e
- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideraram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

### Ambiente de Tecnologia da Informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

### Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:
  - I. testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
  - II. efetuamos testes, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
  - III. nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e
  - IV. quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações contábeis individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Demonstrações contábeis consolidadas**

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A. nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão independente, não contendo qualquer modificação, com data de 06 de agosto de 2024.

### **Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre/exercício anterior**

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas, para o semestre findo em 30 de junho de 2023, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 7 de fevereiro de 2024 e 8 de agosto de 2023, respectivamente, ambos sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.



## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

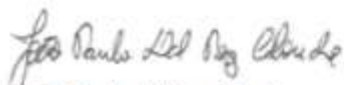
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 06 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-0



João Paulo dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2



## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

### Primeiro semestre de 2024

#### Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

#### Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2024, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 07/12/2023, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos ao Conselho de Administração de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



### Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 30/06/2024, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 06 de agosto de 2024.

**Egídio Otmar Ames**  
(Coordenador)

**Aramis Sá de Andrade**

**Marcelo Gasparino Da Silva**

**Rachel de Oliveira Maia**

**Vera Lucia de Almeida Pereira Elias**



## Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2024 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 05 de agosto de 2024.

Felipe Guimarães Geissler Prince  
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos no exercício das atribuições de Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia  
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi  
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia  
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron  
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage  
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva  
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos  
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



## Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 05 de agosto de 2024.

Felipe Guimarães Geissler Prince  
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de  
Riscos no exercício das atribuições de Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia  
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi  
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia  
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron  
Vice-Presidência de Negócios Governo e  
Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage  
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura  
Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva  
Vice-Presidência de Gestão Financeira e  
Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos  
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



## Membros da Administração

### PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

### VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia

Carla Nesi

Felipe Guimarães Geissler Prince

Francisco Augusto Lassalvia

José Ricardo Sasseron

Luiz Gustavo Braz Lage

Marco Geovanne Tobias da Silva

Marisa Reghini Ferreira Mattos

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida

Dario Carnevalli Durigan

Elisa Vieira Leonel

Kelly Tatiane Martins Quirino

Marcelo Gasparino da Silva

Paulo Roberto Simão Bijos

Robert Juenemann

Tarciana Paula Gomes Medeiros

### DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira

Alberto Martinhago Vieira

Antonio Carlos Wagner Chiarello

Carlos Eduardo Guedes Pinto

Eduardo Cesar Pasa

Euler Antonio Luz Mathias

Everton Luís Kapfenberger

João Francisco Fruet Júnior

João Vagnes de Moura Silva

Julio César Vezzano

Kamillo Tononi Oliveira Silva

Larissa da Silva Novais Vieira

Luciano Matarazzo Regno

Lucinéia Possar

Mariana Pires Dias

Neudson Peres de Freitas

Paula Sayão Carvalho Araujo

Pedro Bramont

Rafael Machado Giovanella

Rodrigo Costa Vasconcelos

Rodrigo Mulinari

Rosiane Barbosa Laviola

Thiago Affonso Borsari

### CONSELHO FISCAL

Bernard Appy

Fernando Florêncio Campos

Gileno Gurjão Barreto

Renato da Motta Andrade Neto

Tatiana Rosito

### COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade

Egídio Otmar Ames

Marcelo Gasparino da Silva

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

### CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017601/O-5

CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira

Contador CRC-DF 023407/O-3

CPF 955.476.143-00



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2T24



## Sumário

Relatório da Administração .....	3
Destaques.....	3
Estrutura de Atendimento.....	13
Estratégia .....	13
Sustentabilidade.....	14
Pagamento de Benefícios Sociais .....	17
Apoio aos Programas de Governo.....	19
Análise de Desempenho e Resultado .....	20
Loterias.....	26
Conglomerado CAIXA .....	26
Governança Corporativa .....	28
Gestão de Pessoas.....	30
Integridade, Riscos e Controles Internos .....	32
Distribuição de Dividendos .....	35
Auditoria Independente .....	35
Agradecimentos .....	36
Glossário .....	37

## Relatório da Administração

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes, a CAIXA apresenta o Relatório da Administração relativo ao segundo trimestre de 2024, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no país, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Destaques

A CAIXA mantém seu papel como principal parceira estratégica do governo na operacionalização de políticas públicas e gerenciamento de programas sociais, realizando diversas ações que impactam positivamente a vida dos brasileiros.

Destaca-se a atuação no estado do Rio Grande do Sul, visando mitigar os efeitos das enchentes, abrangendo diversas ações de crédito, incluindo o início das contratações do Pronampe Solidário. Também houve reforço no atendimento, com empregados destacados e direcionamento de caminhões agência, além da disponibilização de R\$ 30 milhões do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA) para projetos de reconstrução. Adicionalmente, o banco realizou os pagamentos do Programa Auxílio Reconstrução no valor total de R\$ 1,2 bilhão, distribuídos a 235,8 mil pessoas.

A CAIXA obteve relevantes avanços institucionais em sua agenda de transparência, alcançando 100% de cumprimento dos itens monitorados pela Controladoria Geral da União (CGU).

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram realizados 1,1 mil novos contratos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), totalizando R\$ 6,0 bilhões. Em paralelo, a partir da expertise da CAIXA em estruturação de Parcerias PúblicoPrivadas (PPPs), foi lançado um curso em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em junho, contribuindo para a formação de agentes públicos municipais e estaduais de todo o país.

A CAIXA continua avançando na agenda de modernização tecnológica e transformação digital. Destaca-se a disponibilização de jornada de abertura de conta digital no aplicativo com biometria facial, aprimorando a experiência do usuário. Adicionalmente, no projeto piloto do Drex, o Real Digital, o consórcio firmado com a Elo e a Microsoft encerrou a primeira fase de testes de pagamento *offline*.

A implementação de melhorias na jornada do cliente e a qualificação do atendimento resultaram em uma redução de 6,2 milhões de atendimentos físicos em comparação ao 1S23. Dentre as ações realizadas, destaca-se a expansão dos produtos e serviços

disponibilizados de forma 100% digital, além da possibilidade de saque sem cartão em agências e lotéricas.

Reforçando seu papel no acesso à moradia digna para a população brasileira, a CAIXA participou do início das contratações do programa Periferia Viva, ao passo que ampliou sua liderança no segmento, registrando a marca de R\$ 783,6 bilhões na carteira imobiliária, alcançando 68,0% de participação de mercado.

Enquanto agente operador das Loterias Federais, no 2T24 a CAIXA promoveu mudanças estruturais no conglomerado, visando à potencialização da exploração do negócio de loterias por meio da diversificação de produtos, modernização da cadeia de negócios e prospecção de novas parcerias.

O banco também investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. No 2T24 houve o retorno do Circuito de Corridas CAIXA. Na agenda cultural, no 1S24 os espaços CAIXA Cultural tiveram aumento de 80,5% de visitantes em relação ao mesmo período do ano passado, democratizando o acesso à cultura para a população brasileira.

## Apoio ao Rio Grande do Sul

No contexto da calamidade no estado do Rio Grande do Sul, a CAIXA vem atuando desde o primeiro dia com medidas de apoio ao povo gaúcho, contemplando ações de crédito e institucionais.

A CAIXA disponibilizou condições especiais como pausa, redução de taxas, carência e prorrogação de prazos para linha habitacional, rural, PF, PJ, municípios e hospitais filantrópicos.

O banco está operacionalizando os pagamentos do Auxílio Reconstrução, programa instituído pela MP nº 1.219, em 15 de maio de 2024, destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas no Estado do Rio Grande do Sul, com estado de calamidade pública ou emergência reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

O apoio financeiro é pago pela CAIXA com recursos do Governo Federal em parcela única de R\$ 5.100, com 235,8 mil pessoas beneficiadas, atingindo um valor total de R\$ 1,2 bilhão. Os pagamentos iniciaram em 31 de maio de 2024.

O crédito do benefício é realizado em conta corrente ou poupança na CAIXA. Caso o beneficiário não possua conta na CAIXA, é realizada abertura de conta pelo banco no Aplicativo CAIXA Tem.

Ainda, foram disponibilizados R\$ 30 milhões do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA) para projetos com objetivo de recompor perdas materiais e capacidade produtiva das famílias. As ações devem ser executadas em até 30 meses, tendo foco em melhorias habitacionais, recuperação de micro empreendimentos e soluções para o pós-crise. Pretende-se constituir um banco de projetos aptos para receber recursos, entre R\$ 500 mil e R\$ 3 milhões.

Também foi iniciada a operação do Pronampe Solidário para empresas no Rio Grande do Sul, com crédito de até 60% do faturamento do ano anterior, limitado a R\$ 150 mil. A linha de crédito nos municípios com estado



de calamidade pública é subsidiada pelo Governo Federal, com amortização de 40% na contratação dos recursos. Os valores podem ser acessados por micro, pequenas e médias empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões ao ano. Os recursos disponibilizados devem atenuar os prejuízos econômicos dos empresários locais, apoiando na reestruturação dos negócios e na manutenção dos empregos gerados.

O banco disponibilizou sua estrutura para instalação do escritório de monitoramento do Governo Federal, além de enviar especialistas de áreas como habitação, FGTS e governo para a região afetada.



Destaca-se o reforço no atendimento da CAIXA durante a calamidade, com o direcionamento de caminhões agência, instalação de unidade contêiner e estrutura provisória, sendo designados 600 empregados adicionais para atendimento presencial ou por meio de agência digital.

Em junho, a CAIXA e o Governo do Rio Grande do Sul celebraram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para fornecimento de apoio logístico para infraestrutura, viabilizando a continuidade de execução das atividades do estado e o atendimento à população gaúcha, bem como auxiliar nas medidas de enfrentamento à calamidade pública. Está contemplada no acordo a doação de mobiliário e computadores não utilizados pelo banco.

O conjunto de medidas anunciadas e a atuação do banco desde o início das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul ratificam o apoio e o compromisso da CAIXA com o povo gaúcho.

## CAIXA atinge 100% em Transparência Pública nos quesitos monitorados pela Controladoria Geral da União (CGU)

A Transparência Ativa se apresenta como um dos pilares fundamentais para a construção de uma gestão pública eficiente e responsável. Por meio da divulgação proativa e espontânea de informações relevantes sobre suas atividades, as instituições promovem o aumento da confiança pública, o estímulo ao controle social, a promoção da boa governança, o combate à corrupção e principalmente a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

Portanto, trata-se de tema necessário para todos os órgãos do Governo Federal. Ainda, é possível concluir que a Transparência Ativa é instituto fundamental para oferecer acesso à informação para toda a população brasileira, propiciando conhecimento sobre as iniciativas, estratégias e resultados da CAIXA. Logo, representa também oportunidade de proporcionar maior visibilidade aos projetos e ações que contribuem para o fomento à inclusão, à cidadania financeira, ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento do papel transformador do banco na vida das pessoas.

O fomento da Transparência Ativa no Banco também se traduz em melhoria da imagem da empresa, aumento da efetividade na comunicação com os cidadãos e clientes, e fortalecimento dos canais digitais como principal ferramenta de atendimento.

Entre 2011 e 2022, o processo de transparência ativa foi gerido de forma descentralizada na CAIXA, sendo que a performance naquele momento com relação aos itens monitorados pela CGU era de 4% (atendimento integral de 02 de um total de 49 monitorados).

A partir de março de 2023, com a instituição do mandato na CAIXA, iniciou-se uma série de estudos sobre o tema, inclusive com *benchmarking*, bem como intensificou-se a interlocução junto às demais áreas do banco, com o intuito de posicionar o banco como instituição aderente aos requisitos de Transparência.

Em decorrência da execução do planejamento e coordenação das melhorias necessárias à transparência ativa da CAIXA, no 2T24 a CAIXA alcançou 100% de cumprimento dos itens da transparência ativa monitorados pela CGU, sendo o mais alto nível de avaliação para uma empresa estatal.

Os avanços implementados refletem o compromisso da CAIXA com o tema, disponibilizando informações qualificadas ao mercado e à sociedade.

## Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Desenvolvimento e Sustentabilidade

No 1S24, foram realizados 1,1 mil novos contratos de obras do Novo PAC com recurso do OGU, totalizando R\$ 6,0 bilhões.

O Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. O esforço conjunto visa acelerar o crescimento econômico e inclusão social, gerando emprego e renda, reduzindo desigualdades sociais e regionais.



A CAIXA possui contratos do Novo PAC celebrados junto ao Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério do Esporte e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao todo, a CAIXA fará a gestão operacional de aproximadamente 4 mil projetos, com repasse de mais de R\$ 35 bilhões em investimentos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

O Novo PAC foi estruturado em medidas institucionais e nove eixos de investimento, contemplando as grandes áreas de organização do programa, que reúne todas as obras e serviços destinados à população. A previsão é que o programa tenha R\$ 1,7 trilhão em investimentos entre recursos públicos e privados até 2026, com geração de 4 milhões de empregos em todo país.

No contexto do Programa, a CAIXA exerce atuação de destaque, seja por meio dos repasses de recurso do Orçamento Geral da União (OGU), na aplicação de recursos próprios, operações de financiamento com recursos do FGTS e pelo assessoramento técnico aos estados e cidades.



## Parcerias Público-Privadas (PPP)

A carteira de PPPs e Concessões da CAIXA possui 76 projetos<sup>1</sup> distribuídos em setores como saneamento, habitação, iluminação pública, educação, resíduos sólidos. Desse total, 49 estão em fase de estruturação e 27 já foram leiloados.

Os projetos em carteira possuem perspectiva de investimentos privados na ordem de R\$ 32,5 bilhões, impactando mais de 26,8 milhões de habitantes em 353 municípios brasileiros.

As PPPs possuem importante papel ao fomentar e viabilizar projetos estratégicos para o Brasil, promovendo o desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, além de proporcionar melhora na qualidade de vida da população. A capilaridade, capacidade técnica e relacionamento com o ente público são diferenciais da CAIXA em sua experiência na modelagem e estruturação dessas parcerias.

Tendo em vista a expertise e relevância do banco nesse segmento, destaca-se a formalização de parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em junho de 2024, em que a CAIXA idealizou e iniciou o curso de Estruturação e Gestão de Parcerias Público-Privadas de Infraestrutura Social, voltado para agentes públicos municipais e estaduais de todo o país. O objetivo do curso é abordar aspectos práticos e conceituais da estrutura e gestão de projetos de PPPs nos setores de habitação de interesse social e unidades educacionais.

Ainda em junho de 2024, o Ministério da Educação, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a CAIXA e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil (SEPMI) publicou o edital do primeiro chamamento público destinado a cidades e consórcios intermunicipais interessados em desenvolver projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) para serviços de suporte à educação infantil. O edital e período de inscrição estão disponíveis no sítio eletrônico <http://www.concessoes.caixa.gov.br>.



A CAIXA é referência no desenvolvimento de projetos de PPP e Concessão para modernização da infraestrutura econômica e social. O banco presta assessoramento aos municípios durante todo o processo de estruturação, desde a fase inicial dos estudos técnicos, jurídicos e fiscais, passando pelas etapas de desenvolvimento do edital até a realização do leilão e assinatura do contrato do município com o parceiro privado.

<sup>1</sup> Informações considerando a data-base 01/07/2024

## Programa TEIA

Por meio do Programa TEIA (representado pelo acrônimo dos princípios de Transformação, Engajamento, Inovação e Aprendizado), a CAIXA promoveu relevantes avanços para modernização tecnológica e transformação digital do banco, visando promover a oferta de soluções inovadoras em negócios e a geração de valor no relacionamento com clientes.

Em junho, a CAIXA iniciou a disponibilização do novo aplicativo CAIXA 5.0, oferecendo mais modernidade, usabilidade, segurança e desempenho. A principal novidade é a abertura de conta digital utilizando biometria facial.

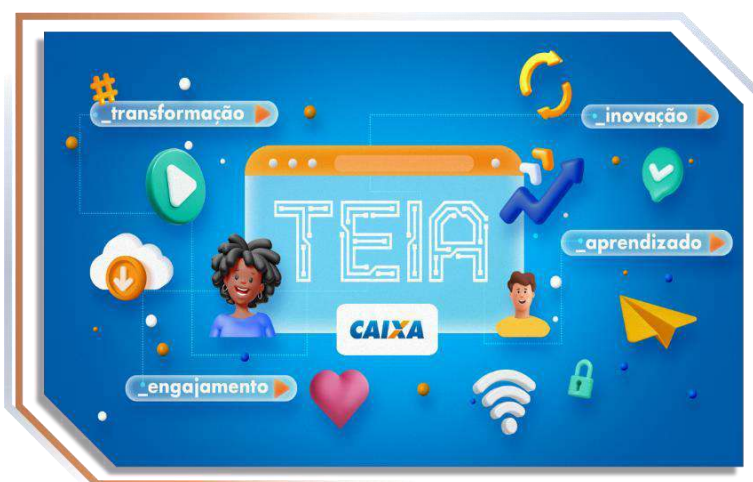
No trimestre, a CAIXA ainda firmou contrato de parceria com a empresa Cesar, para prestação de serviços técnicos especializados na cocriação de novos modelos de negócios para a esteira de experimentação das ações do TEIA. A Cesar é um centro de inovação, pesquisa e experimentação na área de tecnologia, que atua na prestação de serviços e soluções tecnológicas para várias empresas de grande porte e expressão nacional e internacional.

Em aderência ao contexto de transformação digital, o TEIA acelera o movimento de modernização do banco, com investimentos contínuos em capacitação de pessoal e ampliação do uso de competências digitais, como experiência do cliente (CX), inteligência artificial (IA) e inteligência de dados. [Apoio à criação do Real digital - Drex](#)

No projeto piloto da nova moeda digital brasileira, a CAIXA iniciou os testes de privacidade, conduzidos com o propósito de validar as soluções de mercado, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Por meio do consórcio firmado com ELO e Microsoft, a condução dos testes envolve análises detalhadas dos protocolos de segurança e das salvaguardas de dados, visando assegurar não apenas a eficácia técnica, mas também o cumprimento de todas as diretrizes e regulamentações de privacidade. Este marco representa um compromisso contínuo em garantir a proteção e a integridade dos dados, em linha com as melhores práticas de mercado e aderente aos mais altos padrões de segurança.

Recentemente, o consórcio finalizou em laboratório a primeira fase de testes de pagamento *offline*, uma das tecnologias mais disruptivas para a tokenização da economia. Esta solução é crucial para beneficiar brasileiros em regiões com baixa conectividade à internet, facilitando o acesso aos benefícios sociais em áreas remotas. Os testes incluíram dispositivos com tecnologia de pagamento *offline*, carteiras em *blockchain* e simulações de transferência de recursos financeiros, permitindo transações seguras sem necessidade de conexão à internet ou rede móvel.





Esse projeto, em conjunto com a proposta “Tokenização de habitação”, foi inscrito na segunda fase do piloto BACEN. Essas iniciativas visam modernizar o Sistema Financeiro Nacional, promovendo maior eficiência, segurança e inclusão financeira para a população brasileira.

A expectativa com o Drex e o uso de *blockchain* e “tokenização” é de que os serviços financeiros possam ser melhorados, barateados e democratizados.

Com a iniciativa, a CAIXA reitera seu compromisso com a inovação e a modernização do Sistema Financeiro Nacional (SFN), para liderar o movimento de transformação digital que beneficiará a população brasileira e a economia como um todo, ao agregar eficiência nas transações financeiras.

## Habitação



O financiamento habitacional desempenha papel fundamental no desenvolvimento do país por meio da geração de emprego e renda. No 1S24, a CAIXA foi responsável pela criação de mais de 803,9 mil empregos diretos e indiretos, por meio da originação de crédito para o segmento imobiliário. Esses financiamentos também impactam positivamente diversos setores, gerando demanda por materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, estimulando a construção civil, impulsionando o crescimento das cidades e a economia.

A CAIXA ampliou em 1,36 p.p. sua liderança no segmento habitacional em comparação a junho de 2023, alcançando 68,0% de participação de mercado. Ao final de junho de 2024, o banco registrou a marca de R\$ 783,6

bilhões na carteira de crédito imobiliária.

No 1S24, foram realizados 406,4 mil contratos habitacionais, originando R\$ 112,6 bilhões em crédito, beneficiando 1,6 milhão de pessoas com acesso à moradia.

Destaca-se ainda que, em junho de 2024, a CAIXA participou do início das contratações do programa de regularização fundiária e de melhoria habitacional Periferia Viva, regulamentado pelo Ministério das Cidades. A iniciativa tem como objetivo principal consolidar as famílias no seu local de moradia com financiamento subsidiado, visando mitigar carências sociais por meio de moradia adequada à população de baixa renda residente em núcleos urbanos informais.

Como representante do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), a CAIXA e o Governo Federal realizaram o pagamento dos primeiros acordos de indenização de proprietários de imóveis em prédios-caixão do estado de Pernambuco. Prédios-caixão são edificações construídas a partir da década de 70 as quais usam alvenaria resistente na função estrutural, em vez de concreto armado. Nesse modelo, as próprias paredes sustentam a estrutura, sem o uso de vigas ou pilares. O acordo prevê que 431 prédios do tipo “caixão” no estado estão habilitados para receber as indenizações, totalizando cerca de R\$ 1,7 bilhão.

A CAIXA reforça sua atuação como principal parceira do Governo Federal para ampliar o acesso à moradia digna e auxiliar na redução do déficit habitacional no país, fomentando a melhora na qualidade de vida da população, principalmente de baixa renda.

## Migração do Negócio Loterias para a subsidiária CAIXA Loterias

Foi aprovada pelo Conselho de Administração, em abril de 2024, proposta de Reestruturação do Negócio Loterias, mediante migração da administração das Loterias Federais para a subsidiária CAIXA Loterias S.A., com celebração de Instrumento de Outorga à CAIXA Loterias S.A., definição de Modelo de Negócios, ajustes na estrutura organizacional da CAIXA Loterias S.A. e ajustes na estrutura organizacional da VicePresidência Agente Operador, com a consequente revisão do Estatuto Social da referida subsidiária.

A reestruturação do Negócio Loterias, por meio da sua migração para a CAIXA Loterias, potencializará os resultados e reforçará a estrutura patrimonial do Conglomerado, na medida em que proporcionará a modernização desse negócio, a expansão do mercado de jogos, a diversificação dos produtos, o incremento do resultado e a construção de novas parcerias.

Essa migração visa, ainda, proporcionar efeitos positivos principalmente na autonomia e agilidade na tomada de decisão e execução das iniciativas necessárias para sustentação e expansão do negócio loterias, considerando a dedicação exclusiva da estrutura organizacional e o foco dos fóruns de governança, viabilizando a maximização na geração de valor.

## Patrocínios e Investimento no Esporte

Destaca-se a relevância dos repasses sociais realizados para o esporte por meio das apostas lotéricas e a atuação da CAIXA como agente pagador do Bolsa Atleta, programa de patrocínio individual ao atleta brasileiro mantido pelo Governo Federal.

Em 2024, foram contemplados 8.716 atletas no Bolsa Atleta, o maior número da história do programa. A operacionalização de políticas públicas destinadas a este segmento ratifica o compromisso do banco com o desenvolvimento do esporte nacional.

O Bolsa Atleta é um dos maiores programas de patrocínio individual a atletas no mundo, permitindo que representantes de modalidades olímpicas e paralímpicas se dediquem com exclusividade ao treinamento.

Ampliando as modalidades que a CAIXA patrocina, no 2T24 foi anunciada a parceria com o Campeonato Brasileiro de Futsal. Outros campeonatos da modalidade também foram patrocinados, trazendo mais aproximação e identificação com o público apaixonado pelo esporte.

Adicionalmente, o banco possui patrocínio vigente com à Liga de Basquete Feminino (LBF), Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o Novo Basquete Brasil (NBB), além de projetos sociais e eventos esportivos.

Salienta-se ainda o retorno do Circuito de Corridas CAIXA após 6 anos de inatividade. O calendário do circuito percorrerá 10 capitais durante o segundo semestre. A CAIXA também estará presente no Circuito das Estações. Somando a outros eventos, o calendário de corridas patrocinadas pela CAIXA tem mais de 50 corridas, presente em todas as regiões do Brasil.

Ao investir no esporte brasileiro, a CAIXA reforça seu compromisso com a inclusão e a promoção do esporte, consolidando sua imagem como um banco que busca servir à sociedade brasileira e impactar positivamente a vida de todos os brasileiros.

## Patrocínios e Investimento em Cultura

A CAIXA Cultural apresentou ampla atuação no território nacional ao longo do 1S24, oferecendo programação de qualidade, com ingressos a preços acessíveis ou gratuitos, iniciando restaurações dos prédios históricos, novidades na programação *on-line* e divulgação de mais projetos selecionados para programação de suas sete unidades.

Durante o 1S24, os espaços da CAIXA Cultural receberam mais de 343 mil visitantes, aumento de 80,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em junho, foi lançado o programa Seleção CAIXA Cultural para compor a programação de 2025, quando será celebrado o aniversário de 45 anos da CAIXA Cultural. Os projetos nas áreas de artes visuais, cinema, dança, música, teatro e vivências vão ocupar a agenda das unidades em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

A CAIXA ratifica seu compromisso com a preservação do patrimônio histórico e nacional do país, contribuindo para democratizar o acesso à cultura para a população brasileira.



## Estrutura de Atendimento

Para melhor atender seus 151,1 milhões de clientes, dos quais 149,1 milhões são pessoas físicas e 2,0 milhões de pessoas jurídicas, a rede da CAIXA está presente em 99% dos municípios do país, com 26,3 mil pontos de atendimento. São 4,2 mil agências e postos de atendimento, 22,1 mil lotéricos e correspondentes CAIXA Aqui, 10 agências-caminhão e 2 agências-barco. Ainda, a CAIXA disponibiliza à população 25,4 mil Terminais de Autoatendimento (ATM's) disponíveis nos postos e salas de autoatendimento, além de 23,9 mil terminais da Rede Banco 24 horas.

A ampla rede de atendimento e capilaridade sem igual da CAIXA apresentam aderência à atuação do banco, visando o fortalecimento nas relações com o cliente e alcance para operacionalização das políticas públicas do governo.

## Estratégia

A estratégia da CAIXA, delineada para o período de 2023-2028, demonstra o avanço que se deseja imprimir para ocupar o protagonismo como a principal parceira do Estado e agente transformador para uma sociedade mais justa e menos desigual. Traz como principais direcionadores sete objetivos institucionais, abordados em grandes temas: Pessoas, Clientes, Habitação, Governo, Governança, Sustentabilidade e Tecnologia.

A fim de alcançar os objetivos estratégicos e impulsionar sua vocação histórica de gerar valor à sociedade, a estratégia de longo prazo projeta grandes avanços institucionais, a fim de traduzi-los em respostas efetivas às oportunidades de evoluir e de consolidar cada vez mais a CAIXA como Instituição Financeira pública e sólida, em pleno desenvolvimento, diversificação e ampliação de sua atuação.

Dessa forma, para o período de 2023-2028, revitalizou-se a identidade estratégica institucional, mediante aprovação em seu Conselho de Administração, com a definição de novo Propósito, Visão de Futuro, Valores Empresariais, Objetivos Estratégicos e Posicionamentos de Negócios e Corporativos, que representam as diretrizes e prioridades na condução dos negócios.

O Propósito de “Ser a instituição financeira pública que fomenta a inclusão e o desenvolvimento sustentável, transformando a vida das pessoas” constitui a razão de existir da CAIXA e expressa a história construída ao longo de seus mais de cento e sessenta anos, por meio da realização de sonhos dos brasileiros.

A Visão de Futuro de “Ser referência para a sociedade brasileira pelo relacionamento social e comercial, viabilizando cidadania financeira, desenvolvimento sustentável e excelência na execução de políticas públicas, com eficiência e rentabilidade” fortalece a atuação da CAIXA como importante agente promotor da integração social e da construção de um mercado financeiro inclusivo, com respeito à natureza e à eficiência empresarial.

Buscando uma conexão duradoura com os clientes, conforme suas necessidades e preferências, objetivando garantir relevância em todos os seus momentos de vida, o exercício de 2023 materializou importantes diretrizes institucionais. Em dezembro, a partir da centralidade do cliente, foram definidas declarações de ambições mercadológicas e objetivos táticos que orientarão, ao longo de 2024, a execução de ações essenciais para a transformação da CAIXA, para estimular a inovação, o pensamento ao futuro e a adaptação dinâmica dos negócios.

## Sustentabilidade

### Carteira de Finanças Sustentáveis

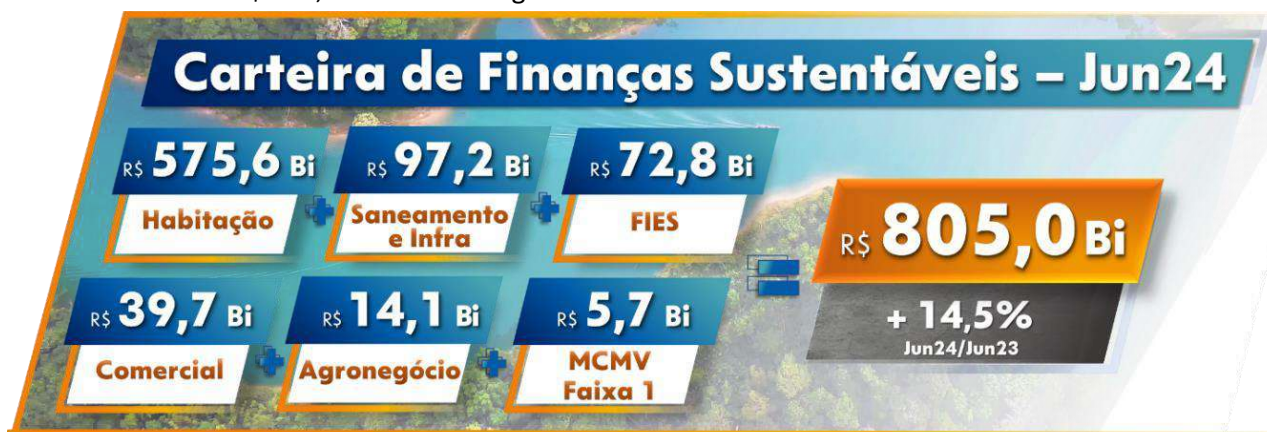
A CAIXA identifica em seu portfólio de produtos e serviços o montante e percentual de recursos alocados em iniciativas e setores que promovam a transição para uma sociedade mais justa e sustentável, classificando seu portfólio e volume de negócios a partir da colaboração com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o que, conseqüentemente, causa impacto positivo no meio ambiente, na sociedade e no clima.

A metodologia utilizada considerou como produtos e serviços sustentáveis aqueles que beneficiam socialmente a população e/ou diretamente o meio ambiente, e contribuem para o alcance de metas de dois ou mais ODS e não são destinados a setores com alta exposição a riscos sociais, ambientais e climáticos.

Foram considerados os produtos de crédito em sentido amplo dos segmentos Habitação, Comercial, Agro, Saneamento e Infra, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 1.

Os produtos FIES e MCMV Faixa 1 foram incluídos, pois a CAIXA é responsável pela gestão dos contratos e seus desdobramentos, e ambos os produtos têm impactos sociais altamente relevantes.

Após levantamento do volume de negócios dos produtos identificados, a Carteira de Finanças Sustentáveis da CAIXA soma mais de R\$ 805,0 bilhões em negócios ao final de Jun24.



## Publicação do primeiro *Framework* de Finanças Sustentáveis da CAIXA

Em maio de 2024, a CAIXA publicou seu primeiro *Framework* de Finanças Sustentáveis, instrumento que integra considerações ambientais, sociais e de governança nas práticas financeiras, demonstrando compromissos com a sustentabilidade, cidadania e redução das desigualdades e vulnerabilidades sociais.

O *Framework* está alinhado com padrões e taxonomias internacionais, como Princípios para Títulos Verdes (*Green Bonds Principles*), Princípios para Títulos Sociais (*Social Bonds Principles*) e Diretrizes para Títulos de Sustentabilidade (*Sustainable Business Guide*) da Associação Internacional do Mercado de Capitais (International Capital Market Association - ICMA).

Em observância às melhores práticas internacionais, o *Framework* foi submetido à Opinião de Segunda Parte (*Second Party Opinion*), conduzida pela Moody's Investors Service. A avaliação concedida para a CAIXA foi "SQS2 – Muito Boa" com destaque para a contribuição significativa para a Sustentabilidade.

A publicação do *Framework*, desenvolvido por meio de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contribui para a ampliação da atuação da CAIXA nas agendas sociais e ambientais, além de demonstrar seu comprometimento e alinhamento com a temática ASG (Ambiental, Social e Governança), bem como para sua contribuição com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O instrumento qualifica a CAIXA a emitir títulos verdes, sociais e de sustentabilidade, vinculados às suas carteiras de crédito. Foram eleitas 12 categorias passíveis de financiamento através deste instrumento, entre elas: transporte limpo, gestão sustentável do saneamento e eficiência energética.

Com a publicação, o banco amplia as possibilidades para financiamento de projetos e linhas de crédito que abordem as principais questões socioeconômicas e ambientais do país.

## CAIXA coloca à venda mais de 1 milhão de toneladas de créditos de carbono

Em maio, a CAIXA abriu consulta pública para comercialização de mais de 1 milhão de toneladas de créditos de carbono, provenientes de um dos projetos do Programa de Atividades para Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos: a Central de Tratamento de Resíduos de Santa Rosa (CTR), localizada em Seropédica (RJ).

Os créditos de carbono são certificados emitidos para uma pessoa ou empresa para compensação de sua emissão de gases de efeito estufa. Cada tonelada de dióxido de carbono que deixa de ser emitida corresponde a um crédito de carbono.

Por meio do programa, criado em 2012, o banco incentiva o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, apoiando soluções ambientalmente viáveis e o encerramento de lixões. Atualmente, o programa é registrado nas Nações Unidas e possui três projetos para aterros sanitários.

## Selo CAIXA Gestão Sustentável

O Selo CAIXA Gestão Sustentável é um reconhecimento concedido pela CAIXA para municípios que apresentam indicadores públicos que denotam a aplicação de boas práticas de Governança e

Responsabilidade Socioambiental (ASG) na gestão pública local, propiciando aumento do bem-estar e qualidade de vida aos cidadãos, associado ao desenvolvimento urbano sustentável.

O selo reconhece ações vinculadas a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, por meio de uma avaliação ampla acerca da gestão municipal contando com vinte e um indicadores de avaliação, classificados sob quatro aspectos: Ambiental, Social, Governança e Climático.

Considerando a relevância da temática ASG para a CAIXA e para a sociedade, a ação, além de fomentar e reconhecer as boas práticas de sustentabilidade dos municípios avaliados, possibilita aos certificados acesso a condições diferenciadas na contratação de serviços e produtos da CAIXA. Da mesma forma, a CAIXA pode auxiliar os municípios a melhorarem os resultados dos seus indicadores com produtos e soluções associados a cada indicador, apoiando entes públicos na qualificação da sua gestão.

Até o final do 2T24, foram certificados 149 municípios, aumento de 32 municípios em relação ao trimestre anterior.



## Pagamento de Benefícios Sociais

Por meio dos canais de atendimento físicos e digitais e da rede parceira, no 2T24 a CAIXA realizou o pagamento de benefícios no montante de R\$ 118,4 bilhões, distribuídos em 124,8 milhões de parcelas de programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do INSS em todos os municípios brasileiros. No acumulado do ano, foram 226,2 milhões de parcelas, totalizando R\$ 211,5 bilhões em benefícios pagos.



Destaca-se o pagamento total de R\$ 81,1 bilhões do Bolsa Família, distribuídos em 123,6 milhões de parcelas para 21,7 milhões de famílias; o pagamento de R\$ 80,0 bilhões do INSS, distribuídos em 40,0 milhões de parcelas para 6,5 milhões de beneficiários; e o pagamento de R\$ 27,4 bilhões em Seguro Desemprego, distribuídos em 16,6 milhões de parcelas para 5,8 milhões de beneficiários.

A CAIXA iniciou em fevereiro de 2024 o pagamento do Abono Salarial, onde foram pagos R\$ 16,8 bilhões para 15,5 milhões de beneficiários no 1S24 e, adicionalmente ao longo do 1S24, houve pagamentos do programa Pé-de-Meia, Auxílio Gás e outros programas sociais e regionais no valor de R\$ 6,2 bilhões.

### Apoio às regiões atingidas por calamidades

No 2T24 a CAIXA apoiou 512 municípios de diversas regiões do país que foram atingidos por calamidades por meio do Saque Calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O banco enviou empregados especialistas para prestar apoio técnico às prefeituras da região e realizar atendimento e suporte à população afetada. Ainda, destaca-se que a CAIXA possui Caminhões-Agência, que podem ser utilizados para oferecer apoio às populações dos municípios afetados.

O banco mobilizou equipe especializada na liberação do Saque Calamidade do FGTS, possibilitando o saque de até R\$ 6.220,00 para o trabalhador, limitado ao saldo disponível na sua conta vinculada ao FGTS. No 2T24 foram realizados 1,5 milhão de pagamentos do saque calamidade, totalizando o valor de R\$ 2,9 bilhões.

A equipe da CAIXA também presta orientação aos municípios quanto ao preenchimento dos documentos que tornam o município elegível para essa modalidade de saque do FGTS.

As unidades da CAIXA também deram suporte aos clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações de forma imediata. Além disso, foram enviadas equipes de engenharia do banco às regiões para prestar apoio às habitações sociais atingidas.



No apoio aos governos locais, a CAIXA ofereceu assessoria técnica para operacionalização de repasses de recursos. As prefeituras contam com o apoio para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas que têm grande impacto para a população dos municípios, como pontes, vias de acesso, equipamentos de abastecimento de água, postos de saúde e escolas, dentre outras.

## Apoio aos Programas de Governo

### Programas de Crédito para Entes Públicos

Em relação à carteira de crédito com os Entes Públicos (Estados, Distrito Federal e Municípios), no 2T24 foram celebrados 29 novos contratos, totalizando R\$ 4,1 bilhões. No acumulado do ano, foram celebrados 54 contratos, totalizando o valor de R\$ 4,3 bilhões.

No 2T24, a carteira de crédito com os Entes Públicos totalizou 4,2 mil operações ativas, com saldo de R\$ 66,6 bilhões, atendendo a 1,7 mil clientes do segmento Governo em todo o Brasil.

### Contratos de Repasse do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados e Municípios

A CAIXA atua como mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse do Orçamento Geral, permitindo que municípios de todo o país tenham acesso aos recursos públicos por meio de assistência técnica de engenharia e social adequadas à realidade de cada município, além de garantir a aplicação do recurso público dentro dos parâmetros técnicos e orçamentários regulamentados pelos ministérios gestores das políticas públicas e órgãos fiscalizadores.

No 2T24, foram concluídas 500 obras, totalizando o valor de R\$ 622,1 milhões em contratos de repasse. No mesmo período foram celebrados 1,6 mil novos contratos, totalizando R\$ 6,5 bilhões em investimentos. No acumulado de 2024, foram realizados 1,7 mil novos contratos de obras, totalizando R\$ 7,0 bilhões. Ainda em 2024, foram concluídas mais de 900 obras de contratos de repasse do OGU no valor total de R\$ 1,1 bilhão.

Destaca-se também a retomada de 382 obras de financiamento e de repasse que estavam paralisadas, com investimentos de R\$ 2,9 bilhões. No acumulado de 2024 houve a retomada de 1,3 mil obras de financiamento e de repasse do Orçamento Geral da União, com investimentos de R\$ 7,0 bilhões.

## Análise de Desempenho e Resultado<sup>2</sup>

### Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente da CAIXA foi de R\$ 3,3 bilhões no 2T24, aumentos de 27,3% em relação ao apresentado no 2T23 e 14,0% quando comparado ao 1T24. No 1S24, o lucro alcançou R\$ 6,2 bilhões, 36,6% maior que em 1S23.

Em R\$ milhões	2T24	1T24	Δ%	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Margem Financeira	15.481	15.278	1,3	14.874	4,1	30.759	28.772	6,9
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.399)	(4.946)	-11,1	(4.751)	-7,4	(9.344)	(9.742)	-4,1
Resultado Intermediação Financeira	11.082	10.333	7,3	10.124	9,5	21.415	19.030	12,5
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	6.755	6.629	1,9	6.342	6,5	13.384	12.544	6,7
Despesas Administrativas	(10.769)	(11.419)	-5,7	(9.856)	9,3	(22.188)	(19.804)	12,0
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.845)	(1.563)	18,0	(1.794)	2,8	(3.408)	(3.572)	-4,6
Despesas Tributárias	(1.080)	(1.243)	-13,1	(1.095)	-1,4	(2.323)	(2.252)	3,1
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	541	677	-20,1	661	-18,1	1.218	1.319	-7,7
Constituição e reversão de provisões	(1.758)	(1.713)	2,6	(1.647)	6,8	(3.471)	(3.155)	10,0
Resultado Operacional	2.926	1.701	72,0	2.735	7,0	4.627	4.111	12,6
Resultado Não Operacional	19	124	-84,5	(130)	-	143	(187)	-
IR, CSLL, Part. nos Lucros e Part. dos Controladores	342	637	-46,3	(23)	-	978	592	65,2
Lucro Líquido Contábil Consolidado	3.287	2.462	33,5	2.582	27,3	5.748	4.516	27,3
Eventos não recorrentes	-	(422)	-	-	-	(422)	-	-
Lucro Líquido Recorrente	3.287	2.883	14,0	2.582	27,3	6.170	4.516	36,6

A margem financeira alcançou R\$ 15,5 bilhões no 2T24, crescimentos de 4,1% em 12 meses e 1,3% no trimestre. No semestre, a margem totalizou R\$ 30,8 bilhões, aumento de 6,9% em comparação ao 1S23, influenciado pela redução nas despesas financeiras, especificamente com recursos de instituições financeiras e oficiais em 17,9%.

No 2T24, as receitas de intermediação financeira somaram R\$ 46,2 bilhões, redução de 3,0% em 12 meses e aumento de 1,3% no trimestre. No 1S24 as receitas foram de R\$ 91,8 bilhões, redução de 1,2% em relação ao 1S23, impactadas principalmente pela redução de 0,6% nas receitas de carteira de crédito.

As despesas de intermediação financeira alcançaram R\$ 30,7 bilhões no 2T24, redução de 6,2% em relação ao 2T23 e crescimento de 1,2% em comparação ao 1T24. No 1S24 as despesas totalizaram R\$ 61,1 bilhões no 1S24, redução de 4,8% em relação ao 1S23.

<sup>2</sup> Informações com maior nível de detalhamento acerca do desempenho operacional e financeiro da CAIXA no período estão disponíveis no Relatório de Análise de Desempenho, podendo ser acessado no sítio eletrônico: <https://ri.caixa.gov.br/informacoesfinanceiras/central-de-resultados/>.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa alcançaram o valor de R\$ 4,4 bilhões no 2T24, reduções de 7,4% em relação ao 2T23 e 11,1% quando comparado ao 1T24. No 1S24 as provisões foram de R\$ 9,3 bilhões, redução de 4,1% em relação ao 1S23, o que contribuiu para que o resultado da intermediação financeira obtivesse um crescimento de 12,5% na variação 12 meses, alcançando R\$ 21,4 bilhões.

As receitas de prestação de serviços (RPS) alcançaram o valor de R\$ 6,8 bilhões no 2T24, crescimentos de 6,5% em 12 meses e 1,9% no trimestre. As receitas totalizaram R\$ 13,4 bilhões no 1S24, alta de 6,7% em relação ao 1S23, destaque para o aumento de 21,2% em receitas com loterias, além do crescimento de 12,9% em serviços de operações de crédito, 12,1% em receitas de produtos de seguridade e 7,3% em receitas com cartões.

As despesas administrativas (despesas de pessoal e outras despesas administrativas) totalizaram R\$ 10,8 bilhões no 2T24 crescimento de 9,3% em 12 meses e redução de 5,7% no trimestre. Essas despesas, no 1S24, foram de R\$ 22,2 bilhões, aumento de 12,0% em relação ao 1S23, impactadas pelos crescimentos de 12,7% em despesas de pessoal e 10,5% em outras despesas administrativas. **Ativos**



Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,9 trilhão em Jun24, aumentos de 10,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e 1,5% em relação a Mar24. O crescimento em 12 meses foi influenciado pelo aumento de 10,6% na carteira de crédito, representando 61,5% do total de ativos.

A carteira de TVM e derivativos cresceu 16,5% nos últimos 12 meses, representando 15,5% dos ativos CAIXA, enquanto os Outros Ativos aumentaram 7,3%, representando 23,0% do total de ativos.

### Carteira de Crédito

A carteira de crédito encerrou Jun24 com um saldo de R\$ 1,175 trilhão, crescimento de 10,6% em relação a Jun23 e 2,7% quando comparado a Mar24. Destaque para os

aumentos em doze meses de 14,8% no setor imobiliário, 19,5% em agronegócio e 3,4% no saneamento e infraestrutura.



\*Inclui cartões, crédito adquiridos e créditos securitizados

No 2T24, foram concedidos R\$ 159,1 bilhões em crédito total, aumento de 20,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior e 11,3% em comparação com o 1T24. No acumulado do 1S24, foram R\$ 302,1 bilhões concedidos, aumento de 16,7% na comparação com o 1S23.

A CAIXA é o banco que apoia o brasileiro no sonho da conquista da casa própria, mantendo-se líder de mercado no segmento imobiliário, apresentando 68,0% de *market share* em financiamentos imobiliários totais e principal operador do Programa MCMV, com 99,5% de *share*.

Também se destaca a qualidade da carteira imobiliária, com 96,6% dos contratos com *rating* entre AA-C, além do índice de inadimplência da carteira em 1,5%.



O saldo da carteira imobiliária finalizou Jun24 com o valor de R\$ 783,6 bilhões, crescimento de 14,8% em relação a Jun23 e 3,9% quando comparado a Mar24. No 2T24 foram R\$ 61,3 bilhões em contratações (considerando recursos SBPE e FGTS), crescimento de 38,9% em relação ao 2T23 e 19,4% quando comparado ao 1T24.

O segmento de crédito comercial PF encerrou o trimestre com R\$ 132,4 bilhões de saldo em carteira, reduções de 2,5% em relação a Jun23 e de 1,2% quando comparado a Mar24. O destaque permanece sendo o crédito consignado, com R\$ 101,2 bilhões de saldo (76,5% da carteira comercial PF). Com relação às contratações no segmento PF, no 2T24 estas alcançaram o valor de R\$ 63,2 bilhões, aumentos de 17,3% na comparação com o 2T23 e 0,9% em relação ao 1T24.

Em relação ao crédito comercial PJ, o saldo da carteira encerrou Jun24 com R\$ 97,9 bilhões, crescimento de 2,9% em relação a Jun23 e redução de 0,1% quando comparado a Mar24. Referente às contratações do 2T24, estas somaram R\$24,0 bilhões, aumentos de 11,6% em comparação com o 2T23 e 4,7% em relação ao 1T24.

Mantendo o foco nas Micro e Pequenas Empresas, a CAIXA operacionalizou a linha de crédito referente ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), com R\$ 1,6 bilhão em recursos contratados no 2T24. Salienta-se que a CAIXA possui 28,3% de participação em volume concedido para o PRONAMPE desde a criação da linha.

As operações de infraestrutura alcançaram saldo de R\$ 101,8 bilhões ao final de Jun24, crescimento de 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e 1,6% quando comparado a Mar24. Pela grande relevância e protagonismo que possuem, e por estarem intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico nacional, essas operações estão inseridas no escopo de atuação estratégica da CAIXA.

No agronegócio, o saldo da carteira atingiu R\$ 59,0 bilhões ao final de Jun24, aumento de 19,5% em comparação com Jun23 e 2,1% em relação a Mar24. No segmento Pessoa Física (PF), os crescimentos, em 12 meses e no trimestre, foram de 24,2% e 0,3%, respectivamente, totalizando R\$ 47,4 bilhões.

O 2T24 apresentou contratações agro no valor de R\$ 6,5 bilhões, desse total, foram destinados R\$ 3,4 bilhões para custeio, R\$ 775,4 milhões para investimento, R\$ 1,2 bilhão para comercialização e R\$ 1,2 bilhão para industrialização.

## Qualidade da Carteira

A inadimplência da carteira de crédito total fechou Jun24 em 2,20%, reduções de 0,59 p.p. em relação a Jun23 e 0,14 p.p. quando comparado a Mar24. A cobertura da provisão finalizou o trimestre em 195,3%, crescimentos de 25,4 p.p. em comparação a Jun23 e 6,0 p.p. em relação a Mar24.

O *rating* da carteira total possui 93,8% das operações classificadas em níveis de riscos entre AA e C, crescimentos de 1,20 p.p. em 12 meses e 0,25 p.p. no trimestre, demonstrando qualidade e solidez dos empréstimos concedidos.

A carteira de crédito total da CAIXA possui 92,5% de seu saldo com garantias, com grande concentração em operações de longo prazo, principalmente por conta da carteira imobiliária, que corresponde a 66,7% da carteira total. Os demais itens que compõem a carteira garantida estão no segmento de infraestrutura e saneamento e na carteira agro, assim como o crédito consignado PF e créditos vinculados ao PRONAMPE, FGI, penhor e CAIXA Hospitais.

O banco apresenta R\$ 1,839 trilhão em garantias avaliadas na data de concessão do crédito, ou seja, sem considerar eventual valorização destas frente ao saldo da carteira de R\$ 1,175 trilhão, representando uma relação de 156,5% do valor da garantia sobre o saldo devedor.

## Captações

As captações encerraram Jun24 com um saldo de R\$ 1,530 trilhão, crescimento de 20,2% em relação a Jun23 e 0,6% em relação a Mar24, com destaque para a poupança, que representa R\$ 374,5 bilhões, aumentos de 6,0% na variação 12 meses e 4,4% na trimestral. A CAIXA se mantém líder no segmento de poupança, aumentando sua participação de mercado de 36,4% em Jun23 para 37,0% em Jun24.

Ao final de Jun24, as letras da CAIXA alcançaram saldo de R\$ 184,8 bilhões, crescimento de 50,1% sobre Jun23 e 3,2% em relação a Mar24, impulsionadas pelo cenário favorável à rentabilidade em produtos de renda fixa isentos de imposto de renda. Especificamente para as letras imobiliárias, houve crescimento de 48,7% em relação a Jun23 e 2,7% quando comparado a Mar24, finalizando Jun24 com um saldo de R\$ 162,5 bilhões.

Em depósitos a prazo, os CDBs apresentaram o maior crescimento no período, com variação positiva de R\$ 48,7% em 12 meses e 10,7% na comparação com Mar24, tendo finalizado Jun24 com o saldo de R\$ 154,6 bilhões.

## Patrimônio Líquido

A CAIXA encerrou o Jun24 com um patrimônio líquido de R\$ 135,5 bilhões, crescimento de 11,2% em 12 meses e 2,4% no trimestre.

## Liquidez

No 2T24, a CAIXA totalizou um Índice de liquidez de curto prazo (LCR<sup>3</sup>) de 209,1%, aumento de 13,7 p.p. em 12 meses. O índice relaciona os ativos livres de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias.

---

<sup>3</sup> Conforme Resolução BACEN nº 54, os indicadores de liquidez de curto prazo são calculados a partir da média simples dos valores diários observados no trimestre referente à data-base informada.

## Basileia

A CAIXA registrou o Índice de Basileia de 16,4% ao final de Jun24, superior em 4,9 p.p. ao mínimo de 11,5% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.955 e nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.

Destaca-se a boa estrutura de capital, reforçando a capacidade da CAIXA executar seu planejamento estratégico de maneira sustentável.

## Gestão de Depósitos Judiciais da Justiça Federal

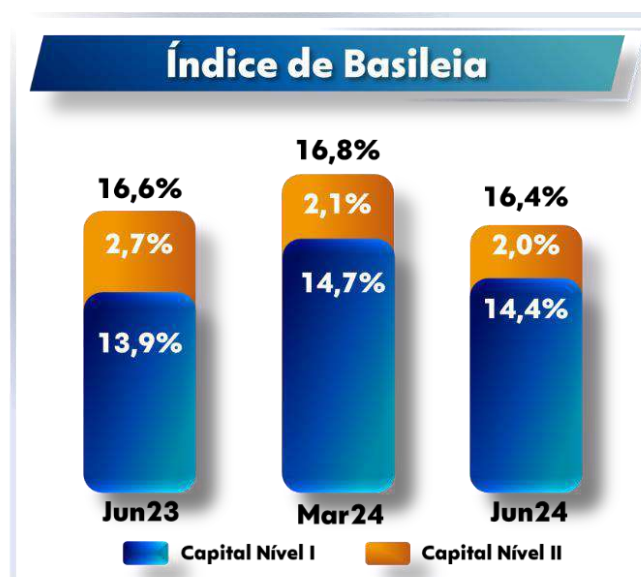
A CAIXA participa de agendas com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Receita Federal do Brasil (RFB) e Advocacia-Geral da União (AGU), no sentido de identificar e regularizar o enquadramento dos depósitos judiciais previstos nas Leis 9.703/98 e 12.099/09 realizados indevidamente pelos depositantes no ato de efetivação do depósito. A relação das contas com indícios de enquadramento nas respectivas Leis foi compartilhada com PGFN/AGU para avaliação do enquadramento.

Desde o início das ações de regularização, a CAIXA promoveu, aproximadamente, R\$ 6,2 bilhões em transferências judiciais de depósitos de contas identificadas pela PGFN/AGU com enquadramento nas referidas leis, para a conta única do Tesouro Nacional.

A partir da identificação de novos depósitos pela PGFN/AGU, a CAIXA realizará as ações de regularização e repasse do valor à União.

## Circular BACEN nº 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a CAIXA declarou ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III (mantida até o vencimento), os quais totalizaram R\$ 5,0 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.





## Loterias

No 1S24, as Loterias CAIXA arrecadaram R\$ 12,3 bilhões, valor 19,0% maior que o apurado no mesmo período do ano anterior. O total de premiação líquida entregue aos apostadores no período foi de R\$ 4,0 bilhões.

Em R\$	2T24	1T24	Δ %	2T23	Δ %	1S24	1S23	Δ %
Prêmio Líquido	1.977	1.977	0,0	1.782	11,0	3.954	3.244	21,9
Destinação Social	2.439	2.353	3,7	2.084	17,0	4.792	4.049	18,3
Seguridade	1.055	1.038	1,6	908	16,2	2.093	1.754	19,4
Segurança	628	620	1,3	540	16,3	1.247	1.046	19,3
Esporte	445	431	3,2	378	17,5	875	743	17,9
Educação	133	88	50,5	104	27,6	221	208	5,8
Cultura	177	174	1,7	152	16,3	351	293	19,5
Saúde	1	2	-37,7	1	49,9	3	3	8,6
Outros	1	1	91,2	1	10,0	2	3	-39,7
Tributos (IR sobre prêmio)	481	624	-22,9	438	9,9	1.106	1.072	3,2
Custeio e Manutenção	1.284	1.171	9,6	1.017	26,3	2.455	1.977	24,2
Total Arrecadado*	6.181	6.126	0,9	5.321	16,2	12.307	10.342	19,0

\*Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas.

As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para fomentar o desenvolvimento social do Brasil. No 1S24, foram destinados R\$ 4,8 bilhões, o equivalente a 38,9% do total arrecadado, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde, valor este 18,3% superior ao destinado no 1S23, além do retorno à sociedade via pagamentos de imposto de renda.

## Conglomerado CAIXA

### CAIXA Seguridade

No 2T24 o desempenho do segmento de seguros da CAIXA Seguridade, que contempla também os serviços de assistência, apresentou crescimento de 8,6% em relação ao mesmo período de 2023, com crescimento para todos os ramos entre os períodos. Destaque para os ramos Habitacional (+10,4%), Residencial (+18,2%), Prestamista (+11,2%) e Assistência (+36,2%).

Nos negócios de acumulação, as reservas de Previdência cresceram 12,8% entre Jun24 e Jun23. Para Capitalização, a arrecadação no 2T24 representou um crescimento de 6,7% em relação ao 2T23. Em Consórcio, houve crescimento de 2,2% em cartas de crédito em relação ao 2T23.

Em decorrência das chuvas e enchentes que atingiram os municípios do Rio Grande do Sul, a CAIXA Seguridade prestou 8.468 atendimentos relacionados a apólices de seguros, sendo que a sinistralidade dos ramos Habitacional e Residencial foram as mais afetadas, com um volume de sinistros no montante de R\$ 461,3 milhões, dos quais R\$ 349,7 milhões foram cobertos pelo resseguro, o que gerou um impacto sobre o lucro líquido da Companhia de R\$ 34,7 milhões, já descontando os efeitos tributários e percentual de participação da Companhia nas seguradoras.

A sinistralidade do trimestre também foi impactada pelas informações de titulares falecidos de apólices de seguros, que figuravam como titulares de contratos de crédito, sem que houvesse a comunicação do sinistro. Essa base de dados gerou o provisionamento de sinistros no montante de R\$ 342,2 milhões, conforme Fato Relevante divulgado em 08/07/2024, com impacto de R\$ 123,2 milhões no lucro líquido da Companhia do 2T24.

A CAIXA Seguridade mantém o compromisso com a Sustentabilidade e continua atuando proativamente para que a sua agenda seja incorporada à estratégia da Companhia. Em termos de gestão do impacto climático, a Companhia conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, reconhecimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), concedido a organizações que alcançaram o mais alto nível de qualificação e transparência para o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) referente ao ano de 2023, por meio do Registro Público de Emissões (RPE).

A categoria ouro é o reconhecimento máximo concedido às organizações que apresentam, de forma completa e auditada, o balanço de suas emissões devidamente verificado, comprovando seus esforços na redução dos impactos ambientais.

## CAIXA Asset

Ao final do 1S24, a CAIXA Asset alcançou um total de R\$ 531,21 bilhões de ativos sob gestão, o que representa um crescimento de 1,70% no ano.

A CAIXA Asset encerrou o mês de junho com 5,69% de *market share*, e manteve o 4º lugar no *ranking* das maiores gestoras de recursos de terceiros do país, sendo a 2ª maior gestora nos segmentos Varejo, Setor Público e em Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Em relação à quantidade de cotistas, no 1S24 os fundos geridos pela CAIXA Asset encerraram o período com 2,3 milhões de investidores, por meio dos 444 produtos sob gestão e distribuídos na CAIXA.

Desde o início do ano, a CAIXA Asset lançou 8 novos fundos de investimento com captação líquida total de R\$ 743 milhões. Com esses novos fundos busca-se complementação do portfólio com lançamentos focados em atender principalmente os segmentos RPPS, Private e Varejo Alta Renda. Dentre os destaques, a Companhia possui 4 fundos de vértice destinados ao segmento de RPPS com captação líquida total de R\$ 670 milhões.

Em abril de 2024, a Moody's Local atribuiu o *rating* MQ1.br à CAIXA Asset. A avaliação foi baseada principalmente em: (i) processo disciplinado de gestão de investimentos da gestora; (ii) forte cultura fiduciária e procedimentos de gestão de risco bem estruturados; (iii) relevante posição de mercado, entre as maiores gestoras do país, com considerável diversificação de produtos e investidores; e (iv) suporte e supervisão da sua controladora CAIXA (AAA.br estável).

## CAIXA Cartões

A CAIXA Cartões apresentou evolução no faturamento da vertical adquirência em 21% no comparativo semestral (1S24 x 1S23), e 28% no comparativo trimestral (2T24 x 2T23), tendo com o mês de Jun24 o melhor mês da história da operação com R\$ 1,78 bilhão de faturamento. Foi observado também aumento nos credenciamentos em 144% (2T24 x 1T24) evoluindo de 8.506 (1T24) para 20.806 (2T24).

Para a vertical de Pré-Pagos, houve evolução no faturamento de 47% no comparativo semestral (1S24 x 1S23), e 38% no comparativo trimestral (2T24 x 2T23). Destaca-se o início da comercialização em âmbito nacional dos novos produtos da vertical no 1T24, quais sejam: (i) vtCAIXA – produto que permite a unificação de todos os pedidos de valetransporte, centralizando as compras para diversas regiões em um único fornecedor; (ii) frotaCAIXA – solução para gestão do abastecimento de veículos de empresas e (iii) tagCAIXA – solução que facilita o pagamento em pedágios e estacionamentos.

Com o objetivo de incrementar ainda mais o portfólio da vertical Pré-Pagos, ocorreu em Jun24 o início do piloto do cartão CAIXA Multi, que consiste na disponibilização de único plástico contendo o saldo unificado dos benefícios de Alimentação e Refeição dos clientes. O novo produto tem a previsão de lançamento no 3T24.

No aspecto de Responsabilidade Socioambiental, a Companhia realizou a adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol, entidade ligada ao Centro de Estudo em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), ao World Resources Institute (WRI) e World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), utilizada como base metodológica para estimativas de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

## Governança Corporativa

A Governança Corporativa da CAIXA é o sistema formado por princípios, regras, estruturas, instrumentos e processos pelo qual a organização é dirigida e monitorada, com vistas à proteção dos direitos de todas as partes interessadas e à geração de valor sustentável para a CAIXA.

A ética, enquanto conjunto de princípios morais que se deve observar no exercício de uma profissão, embasa os cinco princípios de governança corporativa a seguir – integridade, transparência, responsabilização (*accountability*), equidade e sustentabilidade - e as melhores práticas para alcançá-los:

- **Integridade:** praticar e promover o contínuo aprimoramento da cultura ética na CAIXA, evitando decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantendo a coerência entre discurso e ação, preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a sociedade em geral e com o meio ambiente;

- **Transparência:** disponibilizar para as partes interessadas informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas, e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos;
- **Responsabilização:** desempenhar suas funções com diligência, independência e com vistas à geração de valor sustentável no longo prazo, assumindo a responsabilidade pelas consequências de seus atos e omissões;
- **Equidade:** tratar o controlador único e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente, pressupondo uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas de cada parte interessada com a CAIXA, motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades;
- **Sustentabilidade:** zelar pela viabilidade econômico-financeira da CAIXA, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e operações, e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, natural, reputacional) no curto, médio e longo prazos, compreendendo que a CAIXA atua em uma relação de interdependência com os ecossistemas social, econômico, climático e ambiental.

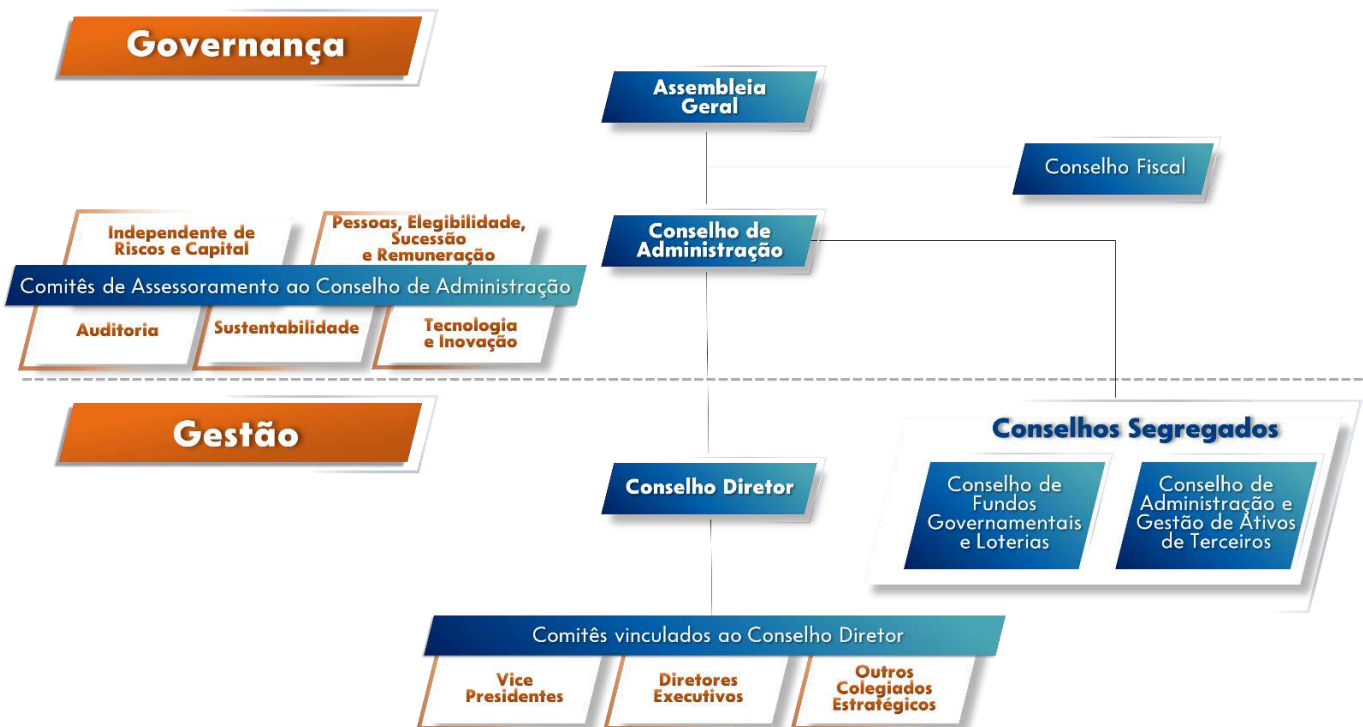
Destacam-se os principais instrumentos de Governança Corporativa da CAIXA, que norteiam a atuação dos agentes de governança para garantir a qualidade e efetividade do processo decisório:

- Estatuto Social;
- Políticas;
- Modelo de tomada de decisão;
- Manuais Normativos;
- Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Regime de Alçadas;
- Arquitetura Organizacional.

## Estrutura de Órgãos Colegiados da Alta Administração

A administração da CAIXA está estruturada de forma a privilegiar a deliberação colegiada, ágil e descentralizada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, como forma de propiciar a necessária sinergia entre as áreas, evitar conflitos de interesses e resguardar os interesses da CAIXA e das subsidiárias.

Apresenta-se, a seguir, a configuração dos Órgãos Colegiados da Alta Administração da CAIXA, os quais possuem competências e funcionamento regulamentados por Regimentos Internos:



## Gestão de Pessoas

As atividades na área de pessoas perpassam por toda a estratégia para que a CAIXA se mantenha como a principal parceira da União, estados e municípios na execução de políticas públicas, além de humanizar relações de trabalho, fortalecer o relacionamento com os clientes, viabilizar o acesso à moradia digna, fortalecer a governança e a eficiência operacional, promover políticas de sustentabilidade e gerar valor nos relacionamentos ao ofertar soluções inovadoras em negócios, tecnologia e ambiência.

Em Jun24, a CAIXA contava com 86,7 mil empregados atuando nas agências, filiais e matriz; sendo 47,7 mil homens e 39,0 mil mulheres. Desse total 4,4 mil são empregados Pessoa com Deficiência (PcD), o que corresponde a 5,1% do quadro do banco.

Com relação à distribuição entre homens e mulheres nas funções gerenciais do banco, são 14,6 mil homens e 10,7 mil mulheres.

Adicionalmente, destacam-se as oportunidades disponibilizadas aos jovens: são 8,5 mil novos profissionais que atuam como estagiários e aprendizes em todas as regiões do Brasil.

Tendo em vista que as ações de treinamento e desenvolvimento são fundamentais para a transformação digital no banco, a CAIXA atua continuamente na qualificação de seus empregados, ofertando soluções educacionais que propiciam o desenvolvimento de capacidades digitais, por meio de:

- Disponibilização da trilha e certificação Caixa Digital, com materiais de estudo referentes aos temas: Transformação Digital, Intraempreendedorismo e Inovação, Experiência do Usuário (UX), Metodologia Ágil e Tecnologia Digital;
- Construção de jornadas de capacitação considerando os diferentes papéis para execução das estratégias digitais, como por exemplo: Administrador de Banco de Dados, Agente de Acessibilidade, Analista de Dados, *Customer Experience*, Especialista em Agilidade e Inteligência Artificial;
- Capacitação, *on-line* e presencial, para os líderes da empresa em temas relacionados à liderança, inovação e transformação digital com intuito de fomentarem o *mindset* digital na organização;
- Disponibilização da plataforma Coursera que possibilita o acesso a um rol de cursos que versam sobre as competências digitais, com livre acesso para todos os empregados e licença ampliada para públicos específicos, permitindo acesso a mais 8 mil cursos e 30 certificações profissionais desenvolvidas pelas melhores instituições de ensino e corporações do mundo.

## Liderança Feminina

As ações de equidade de gênero têm como um dos seus principais objetivos promover e articular adequações em práticas de gestão de pessoas, quando necessário, visando à igualdade de condições e oportunidades para mulheres e homens em sua atuação profissional, bem como desmistificar estereótipos de gênero e fomentar o aumento de mulheres em posições de liderança.

Nesse sentido, seguem as principais ações realizadas no 2T24:

- Programa Mentoria

O Programa Mentoria CAIXA é um programa de orientação profissional, no qual um(a) empregado(a), com experiência e formação (mentor/mentora), auxilia outro(a) para o seu desenvolvimento profissional e pessoal - mentoreado/mentoreada. A ação é uma forma de instrumentalizar e potencializar a atuação da mulher em sua trajetória.

- Adesão à 7ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

A CAIXA aderiu à 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pelo Ministério das Mulheres, formalizando termo de compromisso público para fomentar medidas de equidade entre mulheres e homens no mundo do trabalho formal, com enfrentamento às discriminações de gênero e raciais. Para integrar o programa, comprometeu-se a cumprir Plano de Ação voltado para a promoção da pauta, podendo habilitar-se a receber o Selo ao final da edição, certificando que a empresa tem compromisso com a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho.

## Integridade, Riscos e Controles Internos

A CAIXA adota processo de melhoria contínua em seu ambiente anticorrupção e antiassédio por meio de mecanismos, procedimentos e ações que orientam seus empregados, líderes, terceirizados e fornecedores, em comprometimento com as boas práticas de governança corporativa, transparência, integridade e promoção de conduta ética e responsável na condução de suas atividades.

O banco possui Programa de Integridade, que tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos praticados, na forma ativa ou passiva, garantindo a aplicação efetiva dos códigos de Ética, de Conduta, Políticas e Diretrizes, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltados à gestão de riscos de integridade.

O Programa está alinhado aos princípios e às diretrizes da Política de Controle Interno, *Compliance* e Integridade da CAIXA, observando também as diretrizes da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços CAIXA (disponíveis para acesso no link: <https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/estatutopoliticas>).

Salienta-se que o Programa está estruturado em cinco pilares: (i) Comprometimento da Alta Administração; (ii) Gestão Adequada de Riscos; (iii) Protocolos de Integridade; (iv) Comunicação e Treinamento; e (v) Monitoramento e Medidas Disciplinares, que funcionam de forma conjunta e sistêmica, interrelacionando-se e possibilitando o aperfeiçoamento contínuo do Programa de Integridade CAIXA.

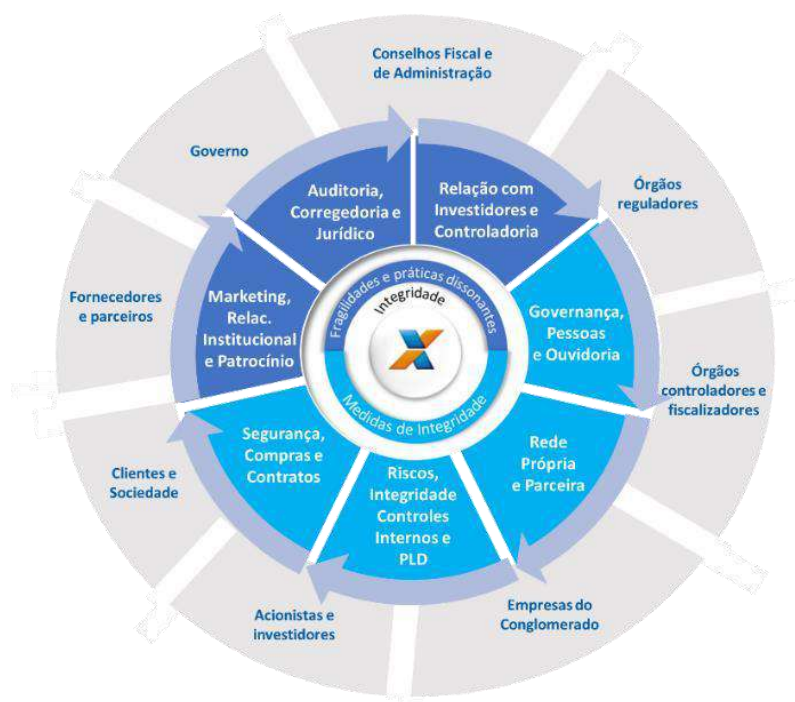


Esses pilares perpassam os três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correição, de acordo com as orientações emanadas pela Controladoria Geral da União.

O modelo de gestão do Programa ocorre por meio da coordenação, monitoramento, controle e avaliação de instrumentos e mecanismos transversais sob responsabilidade dos atores do Ecosistema de Integridade, que contribuem para mitigar o risco à integridade em suas respectivas áreas de atuação, à medida em que identificam fragilidades e práticas contrárias à integridade.

Assim, é um processo dinâmico, em que os principais atores do Ecosistema trabalham juntos e de forma coordenada, a fim de garantir a efetividade do

Programa, o aprimoramento dos mecanismos de controles internos e uma atuação pautada em relacionamentos éticos e na sustentabilidade dos negócios e resultados CAIXA.



A articulação centralizada pela Vice-Presidência de Riscos/Diretoria de Controles Internos e Integridade confere maior transparência e celeridade na atuação da CAIXA para contribuir com os procedimentos adotados pelos atores do Ecossistema, visando fortalecer a imagem e reputação da empresa em patamares de excelência e de reconhecimento pela sociedade e pelo mercado.



## Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

A CAIXA adota o Modelo das Três Linhas para o gerenciamento de riscos, que atribui papéis e responsabilidades a todos os níveis da organização para além da área de riscos e auditoria. Esse modelo fortalece a governança e contribui para o alcance dos objetivos organizacionais, minimizando perdas.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da CAIXA possui modelos, metodologias, sistemas, rotinas e indicadores que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e reporte para a mitigação de efeitos adversos resultantes dos riscos incorridos, inclusive em cenários de normalidade e de estresse.

A CAIXA monitora e avalia periodicamente o seu modelo de gestão de riscos, com objetivo de elevar a maturidade da sua estrutura, em aderência às melhores práticas e em conformidade às normas internas.

### Principais Riscos



Adicionalmente, o banco implementa o Sistema de Controles Internos (SCI), uma importante ferramenta de gestão, composto por um conjunto de políticas, metodologias, procedimentos e atores institucionais em busca de um interesse comum: a consecução dos objetivos estratégicos da organização.

A importância do SCI é corroborada pela publicação da Resolução CMN nº 4.968/2021, que, dentre as principais disposições, destaca o foco no monitoramento contínuo das atividades de controle, a adequada avaliação da segregação de funções e a independência das áreas com vistas a evitar situações de conflito de interesses e assegurar o envolvimento ativo da Alta Administração no fortalecimento do SCI CAIXA.

## Canal de Denúncias

O Canal de Denúncias é um mecanismo da empresa para recebimento de denúncias internas e externas, anônimas ou não, sobre a colaboração ou a prática de atos suspeitos de corrupção ou de outros atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira, e com o estabelecimento de regras de não retaliação e proteção ao denunciante de boa fé.

## Ouvidoria

O *feedback* dos clientes e dos órgãos reguladores em números:

- 32,7 mil demandas de clientes tratadas nos canais da Ouvidoria CAIXA, PROCON e BACEN, de abril a junho, representando um aumento de 3% no volume de reclamações em relação ao mesmo período do ano anterior.
- A CAIXA ocupou a 8ª colocação no *Ranking* de Reclamações do BACEN do 2T24, com um índice de 35,5 infrações por milhão de clientes. O *ranking* é formado a partir das reclamações do público, registradas nos canais de atendimento do BACEN, e a classificação das instituições se dá em ordem decrescente do índice reclamações, ou seja, da mais reclamada para a menos reclamada.

Rotineiramente são produzidas informações quantitativas e qualitativas pela Ouvidoria com relação às reclamações registradas, as quais são encaminhadas aos principais Comitês, além de todos os dirigentes e gestores de produtos e serviços para avaliação e desenvolvimento de ações que visem aprimorar a jornada dos clientes com a CAIXA.

## Distribuição de Dividendos

A CAIXA, conforme disposto no Decreto nº 2.673/1998 e no seu Estatuto Social (Art 86), distribui à União no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social.

No 1S24, a título de distribuição de resultados ao controlador, a CAIXA pagou à União o valor de R\$ 2,8 bilhões, na forma de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2023.

## Auditoria Independente

A CAIXA possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são publicadas no Diário Oficial a cada contrato ou aditivo.

## Agradecimentos

O desempenho alcançado no período reflete a estratégia corporativa alinhada ao engajamento e trabalho de todos os empregados e colaboradores, aos quais a CAIXA agradece o empenho e comprometimento. A CAIXA agradece também a todos os clientes e parceiros pela confiança e fidelidade que a impulsionam nesta constante busca pelo aprimoramento tão essencial ao seu desenvolvimento e do Brasil.

Administração.

## Glossário

**Adquirência:** Atividade de intermediação de pagamentos realizados por meio de cartões de crédito e de débito, conectando negócios, bandeiras dos cartões e bancos emissores.

**Blockchain:** Encadeamento de blocos de informações criptografadas e validadas de forma compartilhada, sincronizada e consensual nos múltiplos nós de uma mesma rede.

**Cobertura da Provisão:** Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa dividido pelo saldo inadimplente.

**Derivativos:** Contratos financeiros em que seu valor deriva de um ativo subjacente, taxa ou índice de referência.

**Framework:** Conjunto estruturado de diretrizes, normas e procedimentos estabelecidos para orientar e padronizar a emissão de títulos financeiros sustentáveis, assegurando que os recursos captados sejam destinados a projetos com impactos ambientais e sociais positivos.

**Inadimplência:** Relação percentual do somatório do saldo das operações de crédito com atraso acima de 90 dias e não baixado em prejuízo pelo saldo total da carteira de crédito.

**Índice de Basileia:** Índice que permite avaliar a capacidade de uma instituição financeira para enfrentamento aos riscos de crédito, mercado e operacional.

**Juros sobre Capital Próprio (JCP):** É um mecanismo de distribuição de lucros para os acionistas. Diferentemente dos dividendos, no qual o valor recebido é isento de imposto de renda, no JCP o investidor pessoa física tem de arcar com uma alíquota de 15%.

**Margem financeira:** Diferença entre receitas e despesas de intermediação financeira, antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

**Market Share:** Participação de mercado.

**Memorando de Entendimentos (MoU):** Contrato preliminar que funciona entre duas ou mais partes, com objetivo de alinhar expectativas, direitos e deveres das partes envolvidas, formalizando o que foi acordado.

**Modelo das Três Linhas:** Modelo de gerenciamento de riscos adotado pela CAIXA organizado em três linhas que possuem papéis e responsabilidades específicas sobre gestão de riscos e ambiente de controle.

**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** Representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

**Opinião de Segunda Parte:** Avaliação independente fornecida por uma organização especializada que verifica se o *Framework* está alinhado com os padrões internacionais de sustentabilidade, garantindo transparência e credibilidade à sociedade e aos investidores.

**Rating:** Nota de classificação do risco de crédito, funcionando como um indicador do nível de qualidade de um crédito, título ou emissor.

**Saque Calamidade:** O Saque Calamidade do FGTS é uma modalidade em que o trabalhador tem direito a sacar o saldo da conta do FGTS por necessidade pessoal, urgente e grave decorrente de desastre natural que tenha atingido a sua área de residência.

**Títulos Sociais:** Instrumentos financeiros emitidos para captar recursos destinados a financiar linhas e projetos que promovam benefícios sociais, como moradia acessível, saúde, educação e inclusão financeira.

**Títulos Verdes:** Instrumentos financeiros emitidos para captar recursos destinados a financiar projetos que trazem benefícios ambientais, como energia renovável, eficiência energética, transporte limpo, agricultura sustentável, água e esgoto.

**Tokenização:** Processo que transforma um bem ou direito em uma representação digital. Chamada de token digital, ela é registrada e negociada na rede *blockchain*.

**CAIXA**

**CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
**(CNPJ: 42.040.639/0001-40)**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações financeiras**  
**Em 30 de junho de 2024**

# **CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Demonstrações financeiras**

**Em 30 de junho de 2024**

## **Conteúdo**

**Relatório da Administração**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

**Balanço patrimonial**

**Demonstração do resultado**

**Demonstração do resultado abrangente**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstração dos fluxos de caixa**

**Demonstração do valor adicionado**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**



Relatório da Administração  
1º Semestre 2024

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes.

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“CAIXA ASSET” ou “Companhia”) relativos ao 1º semestre de 2024, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no País, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## DESTAQUES DO 1º SEMESTRE DE 2024

Ao final do 1º semestre de 2024, a CAIXA ASSET alcançou um total de R\$ 531,21 bilhões de ativos sob gestão, o que representa um crescimento de 1,70% no ano.

A CAIXA ASSET encerrou o mês de junho com 5,69% de *market share*, e manteve o 4º lugar no ranking das maiores gestoras de recursos de terceiros do país, sendo a 2ª maior gestora nos segmentos Varejo, Setor Público e em Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

Em relação à quantidade de cotistas, no 1º semestre de 2024, os fundos geridos pela CAIXA ASSET encerraram o período com 2,3 milhões de investidores, por meio dos 444 produtos sob gestão e distribuídos na Caixa Econômica Federal (“CAIXA”).

Neste semestre, a CAIXA ASSET lançou 8 novos fundos de investimento com captação líquida total de R\$ 743 milhões. Com esses novos fundos busca-se complementação do portfólio com lançamentos focados em atender principalmente os segmentos RPPS, Private e Varejo Alta Renda. Dentre os destaques, temos 04 fundos de vértice destinados ao segmento de RPPS com captação líquida total de R\$ 670 milhões.

A Companhia encerrou o mesmo período com um quadro de pessoal de 192 empregados concursados da CAIXA, 1 diretor-presidente, 3 diretores executivos e 12 conselheiros, todos com custos pagos pela CAIXA ASSET.

## A CAIXA ASSET

A Companhia é subsidiária integral da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, tem sede em São Paulo/SP e suas atividades tiveram início em setembro de 2021, após ser habilitada perante o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários.

Em novembro de 2021, a CAIXA e a CAIXA ASSET firmaram um acordo comercial por meio do qual a CAIXA cedeu o direito de exclusividade na prestação de serviços de gestão de recursos em veículos de investimento em que a CAIXA seja Administradora Fiduciária e Distribuidora e, do mesmo modo, tem a exclusividade na prestação dos serviços de administração fiduciária e de distribuição de veículos de investimento no âmbito da Rede de Distribuição CAIXA para os veículos de investimento geridos pela CAIXA ASSET.

Em janeiro de 2022, a CAIXA e a CAIXA ASSET concluíram a Migração de todos os Fundos de Investimentos para a CAIXA ASSET, concluindo assim o processo de implantação e criando a quarta maior gestora de recursos do país.

## AMBIENTE MACROECONÔMICO

No âmbito internacional, após a consolidação do processo de desaceleração no crescimento global, a dinâmica heterogênea da atividade econômica e as incertezas quanto à intensidade do processo de desinflação e ao ritmo de flexibilização monetária no mundo desenvolvido seguirão como importantes vetores para as perspectivas macroeconômicas.

Nos Estados Unidos, apesar de apresentar alguma resiliência, a atividade econômica segue dando sinais de arrefecimento, o que, associado à continuidade do processo de desinflação, reforça a expectativa de que um ciclo parcimonioso de flexibilização da política monetária terá início ao longo do 2º semestre deste ano. Diante de um contexto marcado por um mercado de trabalho mais equilibrado, pela persistência do núcleo da inflação e por grandes incertezas provocadas pelas eleições gerais em novembro, espera-se que a Fed Funds Rate se mantenha em patamar restritivo por período suficientemente longo visando garantir a convergência da inflação para a meta, o que deverá promover a inflexão do ciclo econômico e resultar em perspectivas mais moderadas para o crescimento nos próximos anos.

Na Zona do Euro deverá ser observada a continuidade de um período prolongado de baixo crescimento devido aos efeitos deletérios e permanentes decorrentes da Guerra da Ucrânia, mesmo que exista alguma perspectiva de aceleração na margem nos próximos meses por conta de um mercado de trabalho robusto oferecendo alguma sustentação ao consumo. Nesse contexto, a melhora do quadro inflacionário permitirá a continuidade de um ciclo parcimonioso de flexibilização da política monetária por parte do Banco Central Europeu (BCE), com as taxas de juros diretoras alcançando o patamar neutro em meados do próximo ano.

Já a China seguirá com a perspectiva de desaceleração estrutural na atividade econômica. No curto prazo, os desafios impostos pela carência de demanda doméstica e externa em um contexto de inflação em patamares historicamente baixos permitirão o uso parcimonioso de estímulos econômicos de natureza monetária, fiscal ou creditícia visando alcançar a meta de crescimento de cerca de 5% no ano corrente. Entretanto, no médio prazo, os desafios estruturais, como a redução do crescimento potencial decorrente da cunha demográfica e as dificuldades no setor imobiliário denotando exaustão do modelo de crescimento, deverão se mostrar permanentes, de forma a corroborar a perspectiva de desaceleração da atividade econômica ao longo dos próximos anos.

Assim, a avaliação geral é que as dinâmicas heterogêneas tanto da atividade quanto do processo de desinflação nas economias avançadas permitirão um ciclo parcimonioso de flexibilização monetária, o que irá melhorar a percepção para a econômica global no médio prazo mesmo em um contexto de desaceleração estrutural da economia chinesa.

No âmbito doméstico, o início do ano foi marcado pela atividade econômica surpreendentemente forte, reforçando uma perspectiva mais favorável para a expansão do PIB sustentada pelo consumo das famílias.

Apesar da expectativa de crescimento numericamente mais baixo em relação ao ano anterior, o cenário será caracterizado pela criação de um número significativo de vagas de trabalho, que manterá a taxa de desemprego em patamares historicamente baixos, e pela expansão muito pronunciada da renda das famílias, que deverão se apresentar como os principais vetores de sustentação do consumo tanto no setor de serviços quanto no varejo. Por outro lado, os setores mais sensíveis à política monetária, como a indústria de transformação, deverão seguir evidenciando um desempenho mais modesto. Adicionalmente, há incertezas sobre o avanço da agropecuária ao longo do próximo ano em virtude dos impactos negativos das enchentes no Rio Grande do Sul, enquanto a indústria extrativa deverá ter um crescimento mais moderado devido à acomodação nos preços das commodities.

No âmbito da política fiscal, ao avanço do gasto público decorrente da expansão de benefícios sociais e do pagamento antecipado tanto de precatórios quanto do 13º salário de aposentados e pensionistas deverão seguir oferecendo alguma sustentação adicional à demanda. Entretanto, dúvidas quanto à trajetória das contas públicas devido à alteração das metas de resultado primário poderão representar riscos à sustentabilidade do endividamento público e à manutenção de um ambiente mais favorável aos negócios.

No que diz respeito à inflação, a conjuntura seguirá marcada por grande incerteza, com o risco de que a continuidade da desinflação de bens industriais possa ser comprometida pela depreciação da taxa de câmbio. Adicionalmente, segue incerta a dinâmica dos preços de alimentos em decorrência das enchentes no sul do país e dos potenciais impactos do fenômeno climático La Niña, enquanto o mercado de trabalho apertado seguirá representando pressões altistas adicionais sobre os preços de serviços. Com relação às expectativas de inflação mais longas, a avaliação é que a persistência da desancoragem conjuntamente com a inflação corrente mais elevada forçou o Banco Central do Brasil (BCB) a interromper o ciclo de corte de juros, que deverá ser retomado apenas ao final de 2025, mas sem convergência para o nível neutro. Dessa forma, a política monetária seguirá restritiva e se manterá dessa forma até que seja observada a convergência das expectativas de inflação para patamares compatíveis com a meta contínua de 3% a.a.

Assim, a avaliação geral é que a dinâmica da renda e do consumo das famílias irá garantir a sustentação do crescimento no curto prazo, mesmo em um contexto menos favorável para a dinâmica da inflação, com dúvidas relevantes sobre os próximos passos da política monetária e sobre os resultados fiscais. Por fim, avalia-se que a continuidade da agenda de reformas institucionais seguirá como um importante vetor positivo, dada a perspectiva de ganhos relevantes de produtividade devido à melhor eficiência alocativa proporcionada no longo prazo, entretanto, por conta das eleições municipais em outubro, esse processo de ajustes estruturais deverá ser retomado apenas a partir de 2025.

## INDÚSTRIA DE FUNDOS E DESTAQUES DO MERCADO NO PERÍODO

Segundo Boletim ANBIMA de junho de 2024, no primeiro semestre de 2024 a indústria de fundos registrou a captação líquida acumulada positiva de R\$ 159 bilhões. Ainda de acordo com o mesmo documento, no primeiro semestre do ano anterior, foi registrada a captação líquida negativa de R\$ 124 bilhões. O patrimônio líquido dos fundos também cresceu neste primeiro semestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, de R\$ 8 trilhões para R\$ 9 trilhões, um aumento de 13%.

Cabe destacar que a classe renda fixa foi que a mais captou no 1º semestre de 2024, alcançando o montante de R\$ 192,5 bilhões em captação líquida positiva.

Entretanto a classe Multimercados apresentou pior desempenho em termos de captação, registrando uma captação negativa de 81 bilhões.

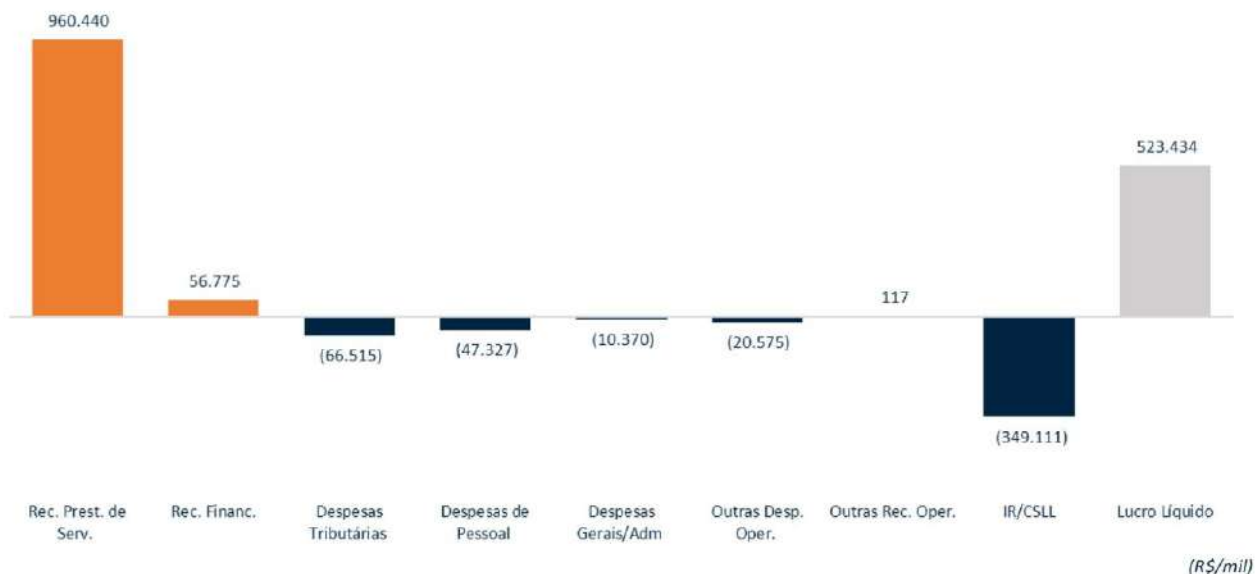
Segundo dados do Ranking de Gestores da ANBIMA, o volume de recursos geridos pela indústria passou de R\$ 8,3 trilhões em dezembro de 2023 para R\$ 9,0 trilhões em junho de 2024, um crescimento de 7,9% no ano.

A respeito da indústria de fundos, acreditamos que as mudanças estruturais da indústria de fundos no Brasil remetem, de forma geral, às tendências globais, especialmente relacionadas (i) pressão por preços, (ii) aumento do número de gestores independentes, (iii) rebalanceamento das carteiras e (iv) a popularização das plataformas de investimento. Adicionalmente, cabe destacar que as recentes mudanças a partir das Resoluções do CMN 5.118 e 5.119, incentivaram a demanda por outros tipos de ativos ligado ao crédito privado.

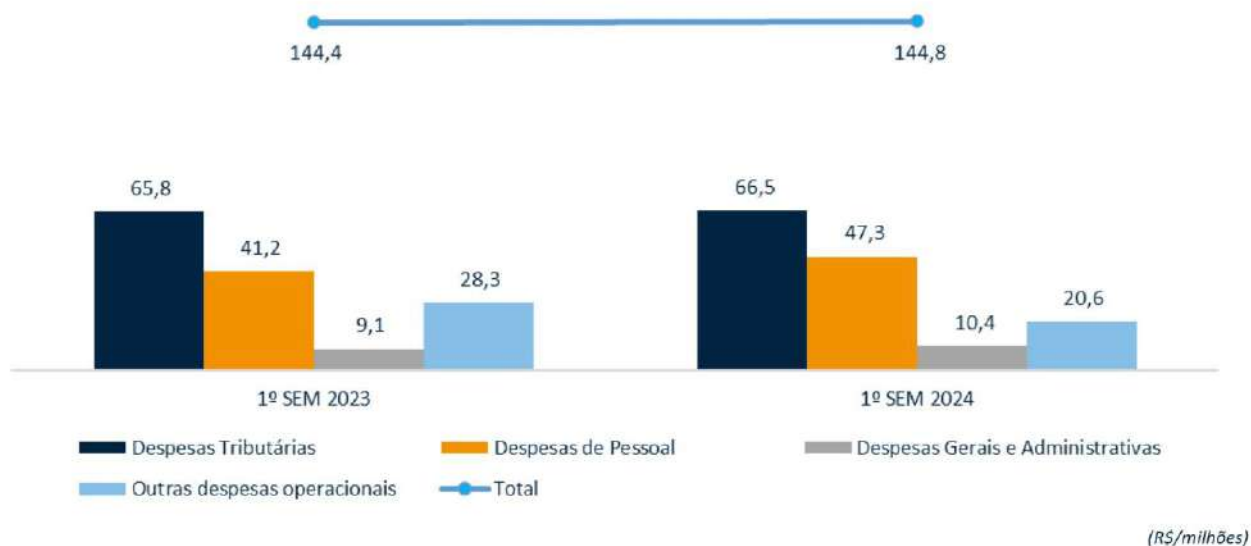
O movimento do 1º semestre de 2024 na indústria de fundos, indica a preferência de alocação em carteiras de renda fixa, com destaque para os fundos de crédito privado e de infraestrutura, ancorada pela perspectiva da manutenção em patamares elevados de taxa de juros até o final do ano, permitindo oportunidades de investimento com menor risco e maior retorno.

### ANÁLISE DE DESEMPENHO - RESULTADO

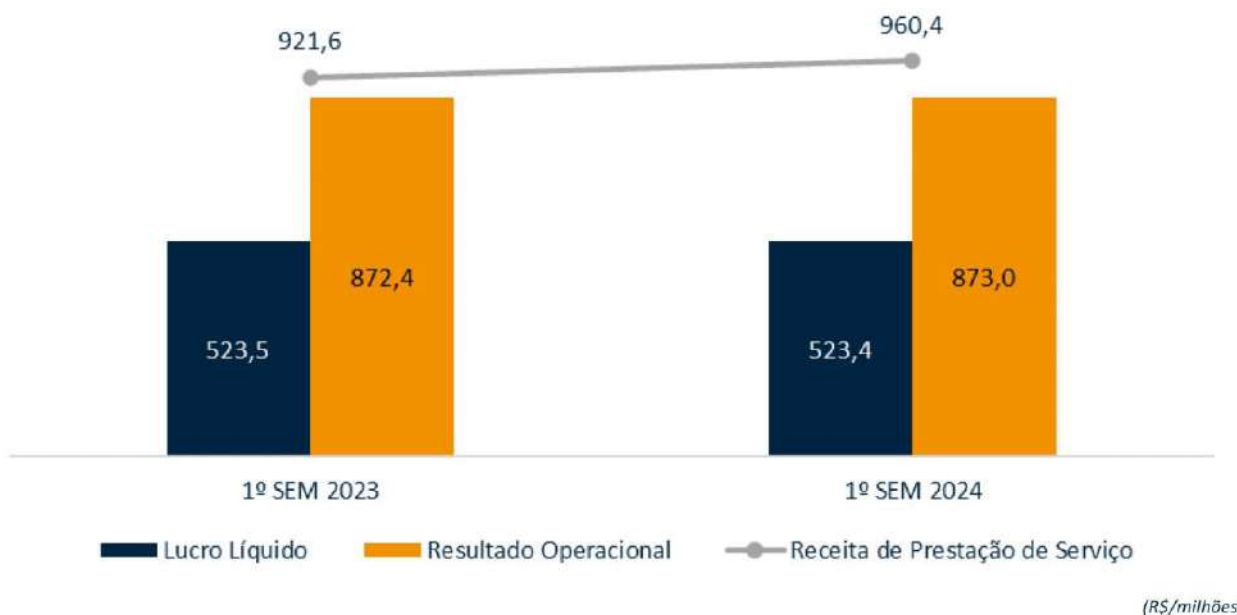
No 1º semestre de 2024 o lucro líquido da CAIXA ASSET foi de R\$ 523,4 milhões, ante R\$ 523,5 milhões no mesmo período de ano anterior. As receitas totais somaram R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$ 960,4 milhões referentes à prestação de serviços de gestão de fundos de investimento e carteiras administradas, R\$ 56,8 milhões de receita financeira em razão da aplicação das disponibilidades da Companhia no FI Ibirapuera e R\$ 117 mil relativas a outras receitas operacionais.



As despesas operacionais englobam os gastos da Companhia para manter sua estrutura administrativa, sua operação e remunerar seus empregados. No 1º semestre de 2024, as despesas operacionais totalizaram R\$ 144,4 milhões, sendo especialmente impactadas pelos valores correspondentes as despesas com tributos sobre as receitas (PIS, COFINS e ISS) no valor de R\$ 66,5 milhões e despesas com pessoal de R\$ 46,9 milhões.



O lucro líquido corresponde a soma dos resultados operacionais e não operacionais da Companhia, após o desconto de impostos. O resultado operacional apresenta o lucro da Companhia com a sua atividade fim, ou seja, com a gestão de recursos de terceiros, deduzidos as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.



## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA ASSET adota as melhores práticas de governança corporativa, dispondo de Conselho de Administração próprio, com membros independentes em sua composição, e de Conselho Fiscal, para assegurar a fiscalização dos atos de gestão.

Além disso, utiliza, via convênio de compartilhamento, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração de sua controladora, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

A Diretoria Colegiada da Companhia é formada pelo Diretor-Presidente, responsável por dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da CAIXA ASSET, e por três Diretores Executivos, sendo um Diretor responsável pelas atividades de gestão de recursos; um Diretor responsável pela Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento e um Diretor responsável pelas atividades de gerenciamento de riscos e controles internos perante a CVM.

A CAIXA ASSET conta ainda com Comitê de Riscos e de Capital, órgão que assessoria o Conselho de Administração em questões relacionadas à gestão de riscos e de capital da Companhia, e com o Comitê de Governança Digital, responsável pelos temas relacionados à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Além dos órgãos colegiados citados acima, em seus processos decisórios a CAIXA ASSET utiliza comitês internos de caráter deliberativo, constituídos por representantes das unidades que compõem a Companhia, para tratar de temas sob sua responsabilidade, tais como políticas de investimento e estratégias de gestão dos portfólios de fundos de investimento, gestão de riscos, *compliance* e governança, viabilidade de produtos e sua estratégia de colocação.

Ainda em relação às melhores práticas de governança, é importante destacar que a CAIXA ASSET utiliza, via convênio de compartilhamento, as estruturas de ouvidoria e corregedoria instaladas em sua controladora.

### **GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE**

O gerenciamento de riscos é um processo importante para a estratégia da Companhia, no qual a correta identificação e gestão de riscos se traduz em importante vetor de governança e aumenta a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização de seus resultados. Todos os seus processos e atividades ocorrem no estrito cumprimento das normas internas e externas e melhores práticas do mercado com as quais se relacionam.

Destacam-se, para o negócio da CAIXA ASSET, os riscos: (i) de crédito, concentração e contraparte; (ii) de mercado; (iii) de liquidez; (iv) operacional; (v) ambientais e climáticos e; (vi) de imagem/reputação. A Gestão de Riscos envolve a identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, estabelecimento de limites, controle, reporte, proposição de ações de mitigação e simulação da exposição em cenários de normalidade e de estresse, abrangendo todas as fontes relevantes de risco.

A CAIXA ASSET tem como diretriz a elaboração e execução do processo de gerenciamento de riscos, pautada no atendimento às regulamentações internas e externas, de acordo com o apetite a risco e complexidade do negócio ou produto, com execução tempestiva de ações preventivas e corretivas e de forma estruturada e abrangente, de modo que a gestão de riscos contribua para resultados consistentes.

Tais riscos são monitorados e geridos por meio de políticas próprias de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, onde as unidades responsáveis pela monitoração das rotinas operacionais da Companhia atuam como 1ª Linha de Defesa. A 2ª Linha de Defesa é exercida internamente pelas unidades vinculadas à Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e *Compliance*, sendo complementada pela atuação da Auditoria Interna da CAIXA, mediante convênio de compartilhamento de atividades, como 3ª Linha de Defesa, última instância do processo de monitoramento e gestão de riscos no âmbito do Conglomerado.

A gestão de riscos operacionais nas atividades mandatórias compreende estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das unidades subordinadas, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas. O Plano de Resposta a Emergências é definido para garantir a continuidade das atividades em situação de contingência.

As atividades de *compliance* e controles internos têm como objetivo promover as condições para assegurar a efetividade dos controles e o estado de *compliance* para o atendimento às normas, políticas, regulamentações vigentes, melhores práticas de mercado e aos padrões éticos que norteiam a Companhia e à gestão de ativos de terceiros.

As atividades desempenhadas pelo *compliance* da CAIXA ASSET possuem natureza técnica de monitoramento, acompanhamento e controle dos procedimentos e documentos. Além disso, têm como finalidade identificar as ocorrências de inconformidade por meio de processos de avaliação, recomendação, monitoramento e reporte, com atuação em conjunto com as demais unidades da CAIXA ASSET. Essa atuação visa agregar valor aos processos, políticas e diretrizes, instâncias decisórias e atividades da empresa mediante a orientação e conscientização, detecção e prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos de não conformidade.

As rotinas e os procedimentos englobam identificação e monitoramento de possíveis riscos operacionais, manutenção da conformidade da CAIXA ASSET em relação às normas e regulamentos internos e externos, decisões em comitês, manuais de alçadas e operacionais, incluindo também ações para revisão sistemática de processos, adoção de políticas internas e programas de disseminação e fortalecimento da cultura de controles internos, *compliance* e integridade, de modo a endereçar o alcance dos objetivos da Companhia.

### **RATING DE QUALIDADE DE GESTÃO E PREMIAÇÕES**

Em 09 de agosto de 2023, a *Fitch Ratings* afirmou o *rating* de Qualidade de Gestão de Investimentos ‘EXCELENTE’ à CAIXA ASSET, com perspectiva estável, o maior nível existente na escala da agência.

O *rating* ‘Excelente’ reflete a opinião da *Fitch* de que a gestora tem capacidade de investimento e características operacionais muito fortes em relação às estratégias de investimento. O *rating* considera o processo de investimento bem disciplinado, a estrutura organizacional bem segmentada e robusta, a equipe experiente e qualificada, além de sólidos recursos tecnológicos.

A agência de *rating* também destacou como principais desafios os de manter o desenvolvimento e a diversificação em estratégias de maior valor agregado, ao mesmo tempo em que desenvolve proporcionalmente as capacidades de sua equipe de investimento, além de ampliar a cobertura do universo de investimentos pela área de pesquisa, principalmente nas estratégias de maior valor agregado.

Em 30 de abril de 2024, a *Moody’s* Local atribuiu o *rating* MQ1.br à CAIXA ASSET.

A avaliação MQ1.br da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CAIXA Asset) é baseada principalmente em: (i) processo disciplinado de gestão de investimentos da gestora; (ii) forte cultura fiduciária e procedimentos de gestão de risco bem estruturados; (iii) relevante posição de mercado, entre as maiores gestoras do país, com considerável diversificação de produtos e investidores; e (iv) suporte e supervisão da sua controladora CAIXA Econômica Federal (CAIXA, AAA.br estável).

A agência destacou, como principais desafios para a CAIXA ASSET, (i) expandir seu total de ativos sob gestão em estratégias mais sofisticadas, como ações e multimercado; e (ii) melhora do desempenho ajustado ao risco relativo dos fundos de renda fixa, renda fixa curto prazo e previdência renda fixa.

A Companhia foi destaque na Revista Investidor Institucional, principal publicação brasileira voltada aos profissionais de fundos de pensão e mercado de investimentos, ficando em 2º lugar geral como melhor gestora do mercado, com 37 fundos classificados como EXCELENTE nos períodos avaliados, no *ranking* da revista Os Melhores Fundos de Institucionais publicado na edição de março/2024.

No ranking Prisma Fiscal, elaborado pelo Ministério da Fazenda, a CAIXA ASSET apareceu com posição de destaque em 2023, figurando ao longo do ano em diversos rankings que somaram 17 posições nos pódios. Em 2024, a CAIXA Asset apareceu em duas colocações nos pódios do ranking mensal, e alcançou posição de 2º lugar em pódio do ranking anual.

A CAIXA ASSET foi também destaque na edição de fevereiro de 2024 do *ranking* Focus Top 5 divulgado pelo Banco Central, com participação no Top 5 Mensal de Curto Prazo para a Selic, ocupando o primeiro lugar.

A empresa foi ainda escolhida como a 2ª melhor gestora do Brasil na categoria Money Market no ranking Melhor Banco e Plataforma para Investir (MBPI) 2023, uma iniciativa do Centro de Estudos em Finanças da FGV/SP e da revista Isto é Dinheiro, divulgado no mesmo mês.

### **PRI – Principles for Responsible Investment**

O PRI é uma iniciativa global liderada pela ONU, que fomenta o desenvolvimento dos investimentos responsáveis junto aos signatários representados por investidores, gestores de investimentos e prestadores de serviços no mercado financeiro.

Em alinhamento com o planejamento estratégico da Companhia, a CAIXA ASSET aderiu ao PRI em 2023, assumindo o compromisso público com os princípios que norteiam as ações da iniciativa e busca desenvolver a integração de fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) nas análises e processos de investimentos.



### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos funcionários da CAIXA ASSET pela dedicação e empenho na obtenção dos resultados do 1º semestre de 2024, à CAIXA, pela busca incessante por soluções e, principalmente, aos nossos clientes, a principal razão de estarmos aqui.

A Administração



**CAIXA** Asset

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Caixa Asset” ou “Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Caixa Asset, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos:

### **Reconhecimento das receitas e contas a receber**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 e 10.a, a Caixa Asset possui o montante a receber de R\$ 62.067 mil referentes a receita de prestação de serviço de gestão de carteiras de fundo de investimento, que para o semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 960.440 mil. Os valores são apurados, tomando por base os sistemas de controles e apuração do patrimônio líquido dos fundos, considerando seu percentual de remuneração sobre o patrimônio líquido diário de cada fundo gerido. Em função do grande volume de transações que podem impactar as demonstrações financeiras da Caixa Asset, consideramos como sendo estas operações relevantes para nossa auditoria.

### **Resposta da auditoria sobre o assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros o entendimento dos controles internos chaves existentes voltados para confronto dos fundos base para receitas e recebimentos, incluindo com base amostral o confronto com regulamentos, valores patrimoniais e forma de cálculo de gestão, periodicidade do cálculo e liquidação, captura dos valores a serem registrados como receitas e a receber, titularidade dos valores a receber, análise do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal sendo esta Administradora dos fundos objeto da receita contabilizada, testes de conciliações entre posição contábil e recebimentos subsequentes.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar os montantes contabilizados, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

As demonstrações financeiras acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024, que foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Caixa Asset é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Caixa Asset são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC 2 SP 013846/O-1

**Paulo Sérgio Barbosa**  
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

# Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2024

**Balanco Patrimonial**

<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>ATIVO</b>		<b>659.216</b>	<b>1.201.396</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	(Nota 3)	1	-
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	(Nota 4)	597.188	1.146.662
Títulos e Valores Mobiliários		597.188	1.146.662
<b>OUTROS ATIVOS</b>	(Nota 5)	62.027	54.734
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>659.216</b>	<b>1.201.396</b>
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>65.560</b>	<b>66.948</b>
Correntes	(Nota 8b)	65.560	66.948
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	(Nota 6)	<b>10.215</b>	<b>275.385</b>
Obrigações com Partes Relacionadas		10.215	275.385
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>583.441</b>	<b>859.063</b>
Capital Social	(Nota 7a)	50.000	50.000
Reserva de Capital	(Nota 7b)	7	7
Reservas de Lucros	(Nota 7c)	10.000	10.000
Dividendos Adicionais Propostos	(Nota 7d)	-	799.056
Lucros Acumulados	(Nota 7e)	523.434	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado	1S24	1S23
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>	<b>56.775</b>	<b>94.962</b>
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros	56.775	94.962
<b>Resultado de Intermediação Financeira</b> (Nota 9)	<b>56.775</b>	<b>94.962</b>
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b> (Nota 10)	<b>816.189</b>	<b>777.456</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 10a)	960.440	921.604
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10c)	(57.278)	(50.274)
Despesas Tributárias (Nota 10b)	(66.515)	(65.847)
Outras Receitas Operacionais (Nota 10e)	117	283
Outras Despesas Operacionais (Nota 10d)	(20.575)	(28.310)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>872.964</b>	<b>872.418</b>
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre Lucro e Participações</b>	<b>872.964</b>	<b>872.418</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b> (Nota 8a)	<b>(349.111)</b>	<b>(348.955)</b>
Imposto sobre a Renda	(218.229)	(218.092)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(130.882)	(130.863)
<b>Lucro Antes das Participações</b>	<b>523.853</b>	<b>523.463</b>
<b>Participações sobre o Resultado - Dirigentes</b>	<b>(419)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>523.434</b>	<b>523.463</b>
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>50.000.000</b>	<b>50.000.000</b>
<b>Lucro Líquido por Ação (em R\$)</b>	<b>R\$ 10,47</b>	<b>R\$ 10,47</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração de Resultado Abrangente**

<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>	<b>1S24</b>	<b>1S23</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>523.434</b>	<b>523.463</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>523.434</b>	<b>523.463</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos			
Em 31 de dezembro de 2022	50.000	7	10.000	824.497	-	884.504	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO	-	-	-	-	523.463	523.463	
Em 30 de junho de 2023	50.000	7	10.000	824.497	523.463	1.407.967	
Em 31 de dezembro de 2023	50.000	7	10.000	799.056	-	859.063	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO	(Nota 7e)	-	-	-	523.434	523.434	
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:							
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	(799.056)	-	(799.056)	
Em 30 de junho de 2024	50.000	7	10.000	-	523.434	583.441	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	1S24	1S23
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Líquido</b>	<b>523.434</b>	<b>523.463</b>
<b>Ajustes ao Resultado</b>	<b>(56.775)</b>	<b>(94.962)</b>
Ajuste ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação (Nota 9)	(56.775)	(94.962)
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>466.659</b>	<b>428.501</b>
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>959.486</b>	<b>(74.997)</b>
(Aumento)/Redução de Instrumentos Financeiros	606.249	(426.172)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	(7.292)	1.983
Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Previdenciárias	348.968	348.542
Aumento/(Redução) de Obrigações com a Controladora	11.561	1.116
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações	-	(466)
<b>Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(350.357)</b>	<b>(353.606)</b>
<b>Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<b>1.075.788</b>	<b>(102)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.075.787)	-
<b>Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>(1.075.787)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1</b>	<b>(102)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>-</b>	<b>103</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b> (Nota 3)	<b>1</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Valor Adicionado		1S24	1S23
<b>1. Receitas</b>		<b>1.017.327</b>	<b>1.016.769</b>
Resultado de Intermediação Financeira	(Nota 9)	56.775	94.962
Receitas de prestação de Serviços	(Nota 10a)	960.440	921.604
Outras Receitas Operacionais	(Nota 10e)	112	203
<b>2. Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		<b>20.565</b>	<b>19.535</b>
Convênio com a Controladora	(Nota 10c)	9.053	8.745
Serviços Técnicos Especializados	(Nota 10c)	1.178	288
Outras Despesas Operacionais	(Nota 10d)	10.195	10.450
Outras Despesas Administrativas	(Nota 10c)	139	52
<b>3. Valor Adicionado Bruto (1 - 2)</b>		<b>996.762</b>	<b>997.234</b>
<b>4. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		<b>5</b>	<b>80</b>
Receitas de Variação Cambial	(Nota 10e)	5	80
<b>5. Valor Adicionado Total a Distribuir (3 + 4)</b>		<b>996.767</b>	<b>997.314</b>
<b>6. Distribuição do Valor Adicionado</b>		<b>996.767</b>	<b>997.314</b>
<b>Pessoal</b>	(Nota 10c)	<b>47.327</b>	<b>41.189</b>
Remuneração Direta		29.094	26.999
Benefícios e Encargos Sociais		9.592	6.061
FGTS		1.535	1.987
Previdência Social		6.687	6.142
Participações sobre o Resultado - Dirigentes		419	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>415.626</b>	<b>414.802</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(Nota 8a)	349.111	348.955
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	(Nota 10b)	66.515	65.847
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	(Nota 10d)	<b>10.380</b>	<b>17.860</b>
Despesa de Atualização Monetária de Dividendos		10.380	17.860
<b>Remuneração de Capital Próprio</b>	(Nota 7e)	<b>523.434</b>	<b>523.463</b>
Lucros Retidos		523.434	523.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Nota 1 - Contexto Operacional

A Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“CAIXA ASSET” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/ME sob n.º 42.040.639/0001-40, é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em São Paulo, Brasil. Foi constituída em 14 de abril de 2021 como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Controladora). Este ato está amparado legalmente pelo Art. 1º, da Lei n.º 11.908, de 3 de março de 2009, e normativamente pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 5.008, de 24 de março de 2022.

A CAIXA ASSET é regida por seu Estatuto Social, adequado à Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado.

A CAIXA ASSET tem, como objeto social, a prática de operações inerentes à compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, a operação de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, a prestação de serviços de intermediação e de assessoria em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia não emprega, de forma direta, recursos para custeio de Políticas Públicas, já que, atualmente, não oferece incentivos a beneficiários de programas ofertados pelo Governo Federal e não possui programas governamentais específicos aos quais atenda. Portanto, não promove ou realiza contabilização, segregada, de receitas e custos decorrentes das políticas públicas diante da realidade dos seus serviços prestados – gestão de carteiras de veículos de investimento (*asset management*).

## Nota 2 - Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras e principais práticas contábeis

### (a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da CAIXA ASSET foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, as quais compreendem a Lei n.º 4.595/1964, Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, observando-se as diretrizes contábeis emanadas da Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas, são de responsabilidade e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão, foram apreciadas pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2024, e observam as determinações do Art. 8º, do Estatuto Social, e do Art. 86, § 1º, da Lei 13.303/2016 quanto à sua publicação.

#### **(b) Estimativas contábeis**

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; e determinação da vida útil de alguns ativos, de acordo com a Resolução BCB 120/21. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

#### **(c) Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da CAIXA ASSET.

#### **(d) Principais Práticas Contábeis**

- (i) Disponibilidades – São representadas por registros e saldos envolvendo caixa, depósitos à vista e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- (ii) Instrumentos Financeiros – Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição da carteira própria são registrados pelos valores efetivamente pagos, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração e Política de Investimento da Companhia:
  - Títulos para Negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.
  - Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários mantidos por prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
  - Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelo custo de aquisição atualizado em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pela CAIXA ASSET foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e, portanto, foram avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Valor Justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, acredita-se que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

(iii) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes – Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias. Os passivos são demonstrados pelos valores reconhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias.

(iv) Tributos Correntes e Diferidos – Imposto de Renda e contribuição social – A CAIXA ASSET adota como regime de tributação o lucro real, optando pela apuração anual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Em decorrência dessa opção, a CAIXA ASSET está sujeita a pagamentos mensais dos tributos sobre uma base de cálculo estimada, com a possibilidade de adoção do balancete de suspensão, preenchidos os requisitos constantes do Decreto n.º 9.580, de 22 de novembro de 2018, e demais legislações aplicáveis. Desta forma a provisão para tributos correntes e diferidos, estes quando aplicáveis, é calculada sobre o lucro líquido: i) IRPJ: à alíquota de 15%, com adicional de 10% sobre o lucro líquido anual excedente à R\$ 240 mil conforme Art. 225, do Anexo do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; e ii) CSLL: à alíquota de 15%, conforme Inciso I do Art. 3º, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

Não foram apurados créditos tributários no trimestre findo em 30 de junho de 2024.



(v) Provisões e Contingências Ativas e Passivas – As provisões passivas são reconhecidas, ordinariamente com base em obrigações trabalhistas apropriadas pelo regime de competência ou extraordinariamente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou extrajudicial com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As contingências ativas e passivas são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, sendo quantificadas pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, considerando ainda:

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

**Provisão para riscos:** é reconhecida, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

**Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos:** são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os montantes registrados são atualizados de acordo com a legislação vigente. A CAIXA ASSET, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer processos administrativos ou judiciais que justifiquem a constituição de provisões ou a divulgação de contingências ativas e/ou passivas.

(vi) Resultado (Receitas e Despesas) – As receitas e despesas são computadas no resultado do período em que ocorrerem, independentemente do recebimento ou desembolso financeiro, observado o regime de competência.

**(e) Benefícios à empregados Planos de previdência complementar e ativos e passivo relacionados a benefícios pós-emprego**

A CAIXA ASSET não concede benefícios de curto ou longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações, não possuindo passivos atrelados a estes.

**(f) Resultado recorrente e não recorrente**

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrente de forma segregada. De acordo com o § 4º, do Art. 34, para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No curso do semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram identificados itens não recorrentes.

**(g) Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros**

**Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023:** A Resolução dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumento financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas, possuindo vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

**Nota 3 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
<b>Disponibilidades</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Depósitos Bancários	1	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>-</b>

**Nota 4 - Instrumentos Financeiros****(a) Instrumentos Financeiros – Títulos para Negociação**

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de títulos para negociação são representados pela aplicação mantida no Fundo de Investimento CAIXA Ibirapuera Renda Fixa, inscrito no CNPJ/ME sob n.º 41.738.863/0001-48, fundo exclusivo constituído em 08 de julho de 2021, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e sem carência para resgate, administrado pela Caixa Econômica Federal, na forma do seu Regulamento. Sendo um fundo com característica de longo prazo, não foi considerado como equivalentes de caixa.

As demonstrações financeiras do FI CAIXA Ibirapuera Renda Fixa exercício 2023, foram emitidas em 29 de janeiro de 2024, de forma adequada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimentos Financeiro, conforme opinião da empresa de auditoria independente.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
<b>Instrumentos Financeiros - Títulos para Negociação</b>	<b>597.188</b>	<b>1.146.662</b>
Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa	597.188	1.146.662
<b>Total</b>	<b>597.188</b>	<b>1.146.662</b>

Os instrumentos financeiros estão classificados como ativos de Nível 1, no qual as informações aplicadas nas técnicas de avaliação correspondem a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

**Nota 5 - Outros Ativos**

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Taxa de Gestão - a receber - Fundos de Investimento	60.613	53.766
Taxa de Gestão - a receber - Carteiras Administradas	43	42
Taxa de Performance - a receber	228	10
Taxa de Saída - a receber	1	7
Outros créditos	348	246
Despesas antecipadas	794	663
<b>Total</b>	<b>62.027</b>	<b>54.734</b>

O montante correspondente aos “Outros créditos” engloba os valores destinados a composição de saldo dos cartões pré-pagos da Companhia e utilizados para despesas de pronto pagamento: R\$15 e das despesas pré-operacionais para lançamento de novos fundos de investimentos e/ou operações: R\$ 333.

**Nota 6 - Outros Passivos**

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
<b>Obrigações com a Controladora</b>	<b>10.215</b>	<b>275.385</b>
Sociais e Estatutárias	-	266.351
Operacionais/ Infraestrutura	3.188	2.052
Despesas de Pessoal	7.027	6.982
<b>Total</b>	<b>10.215</b>	<b>275.385</b>

## Nota 7 - Patrimônio Líquido

### (a) Capital Social

O capital social da CAIXA ASSET é representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscrito integralmente pela CAIXA, atendendo ao disposto no Art. 182, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e integralizado por meio de títulos públicos federais de sua titularidade.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Capital Autorizado	100.000	100.000
Capital a Integralizar (-)	(50.000)	(50.000)
<b>Capital Social</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>

### (b) Reserva de Capital

A reserva de capital da CAIXA ASSET, na forma estabelecida no § 1º, do Art. 182, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no valor de R\$ 7 corresponde ao ágio obtido sobre os títulos públicos na data de disponibilização da Controladora para a integralização do Capital, uma vez que o preço unitário de fechamento atribuído aos títulos teve variação.

Foi realizado, em 14 de abril de 2021, o aporte de R\$ 50.000, correspondentes à 4.624 Letras Financeiras do Tesouro - LFT 210100, vencimento em 1º de março de 2022, em conta especial de constituição de capital da CAIXA ASSET, apresentando Preço Unitário (PU) de fechamento, conforme quadro abaixo:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
PU fechamento em 14/04/2021 (em reais)	10.814,699653	10.814,699653
Quantidade	4.624	4.624
Valor Atualizado dos títulos públicos federais	50.007	50.007
Capital Social Integralizado (-)	(50.000)	(50.000)
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

### (c) Reserva Legal

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Não houve destinação para a Reserva Legal, tendo em vista o atingimento do montante de R\$ 10.000, o que representa o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Art. 193, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**(d) Dividendos Adicionais Propostos**

Conforme estabelecido na Política de Distribuição de dividendos, a CAIXA ASSET, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE, aprovou em 25 de abril de 2024 a distribuição dos dividendos adicionais à Caixa Econômica Federal (Controladora Integral) no montante de R\$ 799.056. Os dividendos obrigatórios e adicionais, devidamente atualizados pela taxa SELIC, foram pagos à Controladora em 30 de abril de 2024.

**(e) Destinação do lucro Líquido**

O lucro líquido apurado no semestre findo em 30 de junho de 2024 foi mantido em Lucros Acumulados e será destinado quando do encerramento do exercício vigente.

**Nota 8 - Tributos****(a) Apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Corrente**

Descrição	1S24	1S23
Resultado Antes dos Tributos sobre Lucro e Participações	872.964	872.418
Encargos com IRPJ(15% + Adicional de 10%) e CSLL (15%)	(349.111)	(348.955)
<b>Taxa Efetiva - Tributos</b>	<b>40%</b>	<b>40%</b>

**(b) Passivo Fiscal Corrente**

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
<b>Valores Correntes</b>	<b>65.438</b>	<b>66.817</b>
Apuração de IRPJ e CSLL sobre Resultado Tributável	349.111	710.381
Compensação de IRPJ e CSLL com Antecipações e Retenções	(294.100)	(654.124)
PIS/PASEP (0,65%) e COFINS(4%) a pagar	7.358	7.528
Apuração de ISSQN sobre Serviços Prestados (Até 5%)	19.209	37.612
Compensação de ISSQN	(16.140)	(34.580)
<b>Impostos e Contribuições a Recolher</b>	<b>122</b>	<b>131</b>
<b>Passivo Fiscal Corrente</b>	<b>65.560</b>	<b>66.948</b>

**Nota 9 - Resultado de Intermediação Financeira**

Em consonância com a Política de Investimento da Companhia, a gestão de investimento dos Recursos Próprios pode ser realizada por investimentos diretos ou por meio de fundos de investimento exclusivos.

<b>Resultado de Intermediação Financeira</b>	<b>1 S24</b>	<b>1 S23</b>
<b>Receitas de Instrumentos Financeiros</b>	<b>56.775</b>	<b>94.962</b>
Rendas de Cotas de Fundos de Investimento	56.775	94.962
<b>Total</b>	<b>56.775</b>	<b>94.962</b>

**Nota 10 - Outras Receitas e Despesas Operacionais**

<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>1 S24</b>	<b>1 S23</b>
<b>Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>960.440</b>	<b>921.604</b>
<b>Despesas de Tributos</b> (Nota 10b)	<b>(66.515)</b>	<b>(65.847)</b>
Despesa de Tributos - COFINS (4%)	(40.693)	(40.674)
Despesa de Tributos - PIS/PASEP (0,65%)	(6.613)	(6.610)
Despesa de Tributos - ISS (Até 5%)	(19.209)	(18.563)
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(57.278)</b>	<b>(50.274)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>117</b>	<b>283</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(20.575)</b>	<b>(28.310)</b>
<b>Total</b>	<b>816.189</b>	<b>777.456</b>

**(a) Receitas de Prestação de Serviços**

Em 30 de junho de 2024 a Companhia tinha 444 produtos sob sua gestão, compostos pelos produtos estabelecidos no Acordo Firmado entre a CAIXA e a CAIXA ASSET.

As receitas de prestação de serviços contemplam as taxas de gestão e performance dos fundos de investimento e carteiras administradas, bem como as comissões de estruturação de Fundos de Investimentos, segregadas conforme quadro abaixo:

<b>Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>1 S24</b>	<b>1 S23</b>
Taxa de Gestão - Fundos de Investimentos	959.645	921.364
Taxa de Gestão - Carteiras Administradas	261	238
Taxa de Performance - Fundos de Investimentos	534	2
<b>Total</b>	<b>960.440</b>	<b>921.604</b>

#### (b) Despesas de Tributos

As despesas de contribuição ao COFINS e ao PIS/PASEP foram apuradas pela CAIXA ASSET pelo regime cumulativo, atribuído conforme Inciso I do Art. 10 da Lei nº 10.833/2003 e inciso I do Art. 8º da Lei nº 10.637/2002, obrigatório para as pessoas jurídicas de direito privado sujeitas a tributação pelo lucro real. O fato gerador da contribuição é o faturamento, com incidência das alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e de 4% para a COFINS, conforme preceitua a IN RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022 e demais legislações correlatas.

Em relação ao ISSQN, a CAIXA ASSET aplicou a alíquota de 2% e 5% (Município de São Paulo) sobre as receitas de prestação dos serviços (base de cálculo) de administração e estruturação de fundos, respectivamente, conforme determina a Lei Complementar nº 116 de 31 de julho de 2003 e demais legislações correlacionadas.

<b>Despesas de Tributos</b>	<b>1 S24</b>	<b>1 S23</b>
COFINS	40.693	40.674
PIS	6.613	6.610
ISSQN	19.209	18.563
<b>Total</b>	<b>66.515</b>	<b>65.847</b>

**(c) Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas Gerais e Administrativas incluem as despesas oriundas do Convênio de Compartilhamento de Serviços firmado entre a CAIXA ASSET e a CAIXA (i), despesas com serviços técnicos especializados (ii) e outras despesas administrativas (iii):

<b>Despesas</b>	<b>1S24</b>	<b>1S23</b>
<b>Despesas de Convênio de Compartilhamento</b>	<b>55.961</b>	<b>49.934</b>
Operacionais/ Infraestrutura	9.053	8.744
Despesas de Pessoal	46.908	41.190
<b>Despesas de Serviços Técnicos Especializados</b>	<b>1.178</b>	<b>288</b>
<b>Outras Despesas Administrativas</b>	<b>139</b>	<b>52</b>
<b>Total</b>	<b>57.278</b>	<b>50.274</b>

**(i) Despesas de Convênio de Compartilhamento de Serviços – CAIXA ASSET E CAIXA**

Em 7 de junho de 2021, a CAIXA ASSET e a CAIXA, por meio de Instrumento Particular, celebraram um Convênio de Compartilhamento de Estrutura e de Execução de Atividades Operacionais. Foram submetidas ao regime de compartilhamento as seguintes estruturas e atividades de suporte, demonstradas abaixo por eixos:

- a) Pessoas: disponibilização de pessoal, remuneração, benefícios, relações trabalhistas, capacitação e avaliação de desempenho, que abarca as atividades de distribuição de Deltas; apoio ao Programa de Bônus da demandante e a negociação, apuração e pagamento da Participação dos Lucros e Resultados – PLR. A disponibilização de pessoal não contempla a assunção de passivos relacionados ao pós-emprego.
- b) Tecnologia da Informação e Comunicação: prospecção de soluções, desenvolvimento e/ manutenção de sistemas, e infraestrutura tecnológica;
- c) Infraestrutura e Segurança: limpeza, conservação, brigada de incêndio, transporte de pessoas e de materiais, impressão, postagem de documentos, malotes empresariais (entre Unidades CAIXA e CAIXA ASSET), agenciamento de passagens aéreas e hospedagem, infraestrutura para realização de reuniões corporativas, mudança de empregado, materiais, mobiliários, manutenção predial, climatização, engenharia e arquitetura, segurança empresarial;
- d) Compras e Contratações: assessoramento na elaboração de demandas, instrução de processos de contratações, elaboração de editais e minutas de contratos, condução dos certames, controle dos prazos de vigência;
- e) Jurídicas: Atuação no contencioso administrativo, judicial e extrajudicial e assessoramento técnico-jurídico;
- f) Marketing e Comunicação: ações de comunicação e marketing, físico, na internet e meios digitais;
- g) Auditoria: auditoria interna (operacional, financeira, contábil e de tecnologia da informação);



- h) Corregedoria: Apuração de infrações éticas e disciplinares cometidas por empregados CAIXA em disponibilidade, Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês Estatutários;
- i) Controles Internos: Disponibilização de canal para registro e tratamento de denúncias; assessoramento em normativos e disponibilização de ferramentas para Gestão de Normativos; padrões e metodologias para Gestão de Continuidade de Negócios, Gestão de Crise e para construção de Plano Diretor e Política de Segurança da informação; adesão à Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.
- j) Riscos Corporativos: assessoramento na realização de metodologias de políticas e risco operacional;
- k) Apoio Institucional: assessoramento institucional e de agenda pública dos dirigentes;
- l) Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da CAIXA ASSET: compartilhamento de Comitê de Auditoria e o Comitê de Pessoas, Indicação, Remuneração e Elegibilidade, ou outros que venham a substituí-los;
- m) Governança e Estratégia: Assessoramento no que refere a modelagem da governança corporativa, modelagem organizacional e assessoria quanto à arquitetura e mapeamento de processos, BPM e disponibilização de ferramentas e capacitação em gestão/mapeamento de processos.

O fluxo de cobrança dos serviços prestados pela Controladora, conforme contrato mencionado, foi iniciado em novembro/2021.

#### **(ii) Despesas de Serviços Técnicos Especializados**

Correspondem as despesas relacionadas a prestação de serviços técnicos especializados: auditoria das Demonstrações Financeiras da CAIXA ASSET; consultoria e assessoria empresarial; contabilidade e classificação de *rating*.

#### **(iii) Outras Despesas Administrativas**

Foram reconhecidas, em outras despesas administrativas, as despesas de emolumentos judiciais e cartorários, tarifas bancárias e despesas com marketing e comunicação.

#### **(d) Outras Despesas Operacionais**

Além das despesas usualmente agrupadas como “Outras Despesas Operacionais”, é preciso destacar o reconhecimento das despesas no valor de R\$ 8.454 relativas a disponibilidade de soluções tecnológicas para manutenção do negócio.

Foram reconhecidas como outras despesas operacionais, também, as atualizações monetárias pela taxa SELIC dos dividendos obrigatórios, conforme estabelecido em seu Estatuto Social e em consonância com o Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998 no montante de R\$ 10.380, e demais despesas como serviços do sistema financeiro (custódia qualificada, CETIP, SELIC, CVM), despesas tributárias e outros perfazendo um total de R\$ 1.741.

Descrição	1S24	1S23
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>10.195</b>	<b>10.450</b>
Desenv Manutenção de Sistemas	8.454	9.127
Outras Despesas	1.741	1.323
<b>Despesas Atualização Monetária</b>	<b>10.380</b>	<b>17.860</b>
<b>Total</b>	<b>20.575</b>	<b>28.310</b>

#### (e) Outras Receitas Operacionais

Foram reconhecidas, como outras receitas operacionais, as taxas de saída recebidas dos fundos de investimento (R\$ 110) e a variação cambial identificada entre a data do reconhecimento da despesa e do pagamento das faturas relativas ao contrato comercial firmado entre a CAIXA ASSET e a empresa Bloomberg S.A.

A taxa de saída não se enquadra como uma renda de serviços, pois se refere a uma penalidade aplicada em caso de resgate antecipado dos recursos, sem conexão com o serviço efetivamente prestado.

Outras Receitas Operacionais	1S24	1S23
Outras Rendas Taxa de Saída - Fundos Investimento	110	203
Receita de Variação Cambial	5	80
Recuperação de Perda	3	-
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>283</b>

## Nota 11 - Partes Relacionadas

#### (a) Controladora

A Caixa Econômica Federal, controladora integral da CAIXA ASSET, é instituição financeira, tendo sido constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e com sede em Brasília, Distrito Federal.

**(b) Partes Relacionadas**

O quadro a seguir evidencia as principais empresas do conglomerado que figuram como partes relacionadas da CAIXA ASSET e a natureza do relacionamento entre as entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Caixa Econômica Federal	Controladora Integral
CAIXA Cartões Holding S.A.	Entidade sob Controle Comum
CAIXA Loterias S.A.	Entidade sob Controle Comum
CAIXA Seguridade Participações S.A.	Entidade sob Controle Comum

**(c) Principais Transações com Partes Relacionadas**

Atualmente a CAIXA ASSET possui duas transações com partes relacionadas identificadas, celebradas e divulgadas com sua Controladora Integral, que trata de (a) contrato que concede à CAIXA ASSET o direito de exclusividade na prestação de serviços de gestão de recursos em veículos de investimento junto à CAIXA, conforme Fato Relevante da Controladora divulgado em 29 de setembro de 2021; e (b) do Convênio de Compartilhamento de Estrutura e de Execução de Atividades Operacionais entre a CAIXA e a CAIXA ASSET, celebrado em 2021, em linha com o Art. 14 do Decreto 8.945/2016.

Os quadros abaixo apresentam as variações patrimoniais e no resultado das principais transações com as partes relacionadas da CAIXA ASSET ao semestre e exercício findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

**No patrimônio:**

Descrição			30/06/2024	31/12/2023
<b>Ativos</b>		<b>Entidade</b>		
Cotas de Fundos de Investimento	(Nota 4)	FI Ibirapuera	597.188	1.146.662
<b>Passivos</b>		<b>Entidade</b>		
Obrigações com a Controladora	(Nota 6)	CAIXA	10.215	275.385

**No resultado:**

Descrição			1S24	1S23
<b>Receitas</b>			<b>56.775</b>	<b>94.962</b>
Rendas de Cotas de Fundos de Investimento	(Nota 9)	FI Ibirapuera	56.775	94.962
<b>Despesas</b>			<b>66.546</b>	<b>68.039</b>
Despesas de Convênio de Compartilhamento	(Nota 10c)	CAIXA	55.961	49.934
Despesa de Atualização Monetária de Dividendos	(Nota 10d)	CAIXA	10.380	17.860
Despesa Custódia Qualificada	(Nota 10d)	CAIXA	205	245

**(d) Pessoal-Chave da Administração**

Enquadram-se como pessoal chave da Administração as pessoas que detêm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente.

Na CAIXA ASSET, se enquadram como pessoal chave aqueles com responsabilidade direta e/ou indireta em suas atividades, tais como: membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital.

**(e) Remuneração do pessoal-chave da administração**

O montante da remuneração global dos administradores é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA ASSET, sendo composta pela remuneração fixa, pela remuneração variável dos dirigentes (RVD) e por benefícios aos dirigentes.

Conforme previsão estatutária, será devida ainda remuneração compensatória ao ex-membro da diretoria a título de benefício pós-gestão, equivalente ao honorário mensal, durante o período no qual estiver impedido de retornar ao desempenho de função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura.

**(f) Remuneração de Empregados e Dirigentes**

Conforme determina a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, bem como em função das disposições constantes no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a seguir são apresentadas informações relativas à remuneração de pessoal, inclusive dirigentes e conselheiros:

Descrição	MÉDIA SALARIAL (Valores em R\$)		
	Individual/ Consolidado		
	30/06/2024		
	Dirigentes	Conselheiros	Empregados
Maior Salário	57.291,84	5.430,87	49.911,00
Salário Médio	49.625,94	5.335,10	19.821,46
Menor Salário	45.635,77	5.191,04	7.730,00
Benefícios	15.407,47	-	6.282,08

**Nota 12 - Gerenciamento de Riscos**

Na CAIXA ASSET, o gerenciamento de riscos e a governança corporativa são processos importantes para a estratégia da Companhia. Diante disso, a Companhia apresenta o comprometimento em manter a conformidade com a regulamentação vigente e as boas práticas de governança corporativa.

A CAIXA ASSET está exposta a riscos de mercado e liquidez relativos aos recursos aplicados em tesouraria, os quais possuem perfil de risco baixo por estarem alocados integralmente em cotas de Fundo de Investimento de renda fixa, conforme mencionado na Nota 4 – Instrumentos Financeiros, que, de acordo com a sua política de investimento, permite alocação somente em títulos públicos federais com exposição direta, ou através do uso de derivativos, ao risco das variações das taxas de juros pós-fixadas (SELIC/CDI).

Com relação ao risco de liquidez, conceituado como a possibilidade de descumprimento de obrigações contratuais nas datas previstas, devido a restrições de liquidez no mercado, o processo de gerenciamento da exposição a tal risco está disciplinado em regra interna, e é realizado pelo planejamento anual da gestão do fluxo de caixa, reporte mensal à diretoria apresentando o executado e as projeções, além de um acompanhamento diário das movimentações financeiras.

A CAIXA ASSET, como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, faz-se valer de declaração de apetite a riscos da Controladora, uma prática importante e necessária no suporte a uma gestão prudente do negócio, na medida em que permite aprimorar o ambiente e a cultura de gerenciamento de riscos e auxilia na preservação de níveis adequados de capital e de liquidez.

Dado o contexto e perfil de atuação da CAIXA ASSET, não há registro de eventos de exposição relevante a riscos operacionais, de liquidez, de crédito e de mercado. Tais riscos, juntamente com os riscos legais e de estratégia, são monitorados e geridos por meio de políticas próprias de Gerenciamento de Riscos, de Controles Internos e de Compliance, nas respectivas unidades responsáveis pelas rotinas operacionais da Companhia, que atuam como 1ª e 2ª Linha de Defesa.

A 2ª Linha é exercida internamente, pelas unidades vinculadas à Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance, sendo complementada pela atuação da Auditoria Interna da CAIXA, mediante convênio de compartilhamento de atividades, como 3ª Linha e, portanto, última instância do processo de monitoramento e gestão de riscos no âmbito do Conglomerado.

A CAIXA ASSET conta, ainda, com um Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, compartilhado com a Controladora CAIXA, e com um Conselho Fiscal próprio.

### **Nota 13 - Prestação de outros serviços e política de independência do auditor**

A CAIXA ASSET, em atendimento à Resolução nº 4.910 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., relacionados a Companhia, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

### **Nota 14 - Eventos Subsequentes**

Não foram identificados eventos subsequentes no período de 30 de junho de 2024 e a data de divulgação destas demonstrações financeiras que requeressem ajustes ou divulgação.

Igor Macedo Laino  
Diretor Executivo

Pablo Costa Sarmento  
Diretor Presidente

Marciano Aparecido Viana  
Gerente Executivo  
CRC 256619/O-0 SP

**CAIXA** Asset



Relatório da **Administração**

**1S24**







## Caro leitor,

No primeiro semestre de 2024, registramos lucro líquido de R\$ 17,7 bilhões, evolução de 7,2% comparado ao 1S23, amparado pela execução bem-sucedida do nosso planejamento estratégico. Temos trabalhado continuamente para entregar um Banco do Brasil para cada um de nossos clientes, com relacionamento próximo e experiência digital. Desta forma, a geração de negócios é feita de forma sustentável e o retorno aos nossos acionistas e à sociedade é uma consequência orgânica do nosso jeito de ser BB.

Além de um resultado forte que remunera acionistas e sustenta o crescimento do crédito, alcançamos R\$ 42,9 bilhões em valor adicionado à sociedade, quando consideramos impostos, salários, dividendos e demais componentes. A carteira classificada superou R\$ 1,0 trilhão, com evoluções importantes em todos os segmentos em que atuamos.

Na carteira PF, destaque para as operações de crédito consignado, que alcançaram R\$ 133,7 bilhões. Na PJ, tanto MPME quanto grandes empresas e o segmento governo apresentaram crescimento, demonstrando o nosso compromisso junto a esses segmentos.

No agronegócio, destacamos o desempenho positivo da carteira ampliada (+16,6%), comparando com o mesmo período do ano anterior. No Plano Safra 2023/2024, desembolsamos 160,7 bilhões, aumento de 8,4% em relação ao mesmo período da safra anterior. Anunciamos o Plano Safra 2024/2025, renovando o recorde de disponibilização de recursos em R\$ 260 bilhões para este ciclo.

Continuamos solidários com a população do Rio Grande do Sul pela calamidade que atingiu o estado. As nossas ações

priorizaram oferecer assistência imediata e eficaz para a população afetada, fazendo valer o propósito de “Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos”.

Inicialmente, recolhemos doações de suprimentos de primeira necessidade, bem como doações financeiras, no sentido de prestar apoio emergencial ainda durante as chuvas. Além disso, aprovamos aporte de mais de R\$ 50 milhões na Fundação BB e distribuição de R\$ 10 milhões adicionais, provenientes de doações de empresas e da sociedade, com objetivo de somar esforços ao cuidado da população gaúcha.

Visando apoiar a transição dos clientes, funcionários e parceiros o nosso Conglomerado flexibilizou condições negociais de produtos e serviços tais como tarifas, consórcios e meios de pagamentos. Ainda, no segmento de seguridade, disponibilizamos um canal exclusivo para comunicação para acionamento de seguros e pagamento de indenizações.

No crédito, implementamos condições especiais, trabalhando com repactuações e readequações de cronogramas de pagamentos, além da disponibilização de limites e desembolso de crédito para pessoas físicas, empresas, setor público e produtores rurais, seja por meio de linhas próprias ou governamentais.

Para saber mais detalhes sobre as medidas de apoio do Banco do Brasil ao Rio Grande do Sul acesse <https://www.bb.com.br/nao-temos-uma-ultima-oportunidade>.

Convidamos você a conhecer mais sobre as nossas entregas nas próximas páginas.

Boa leitura!



## Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Alcançamos o lucro líquido de R\$ 17,7 bilhões no 1524, reflexo do bom desempenho no crédito, nas captações, serviços e controle de custos. A nossa carteira de crédito classificada atingiu R\$ 1,0 trilhão, crescimento de 11,2% em relação a junho/23. A carteira para pessoas físicas cresceu 5,7%. Já a carteira PJ, sem empresas do agro, cresceu 10,9% com destaque para o saldo com clientes Grandes Empresas que avançou para R\$ 135,1 bilhões. As operações de crédito no agronegócio, com os produtores rurais de pequeno, médio e grande porte e com as empresas que atuam no segmento, apresentaram crescimento de 14,9% no mesmo período. O Índice de Basileia alcançou 14,20% e o Índice de Capital Principal finalizou junho em 11,60%.

Pa saber mais detalhes sobre os itens de resultado e patrimoniais do período, consulte as Notas Explicativas constantes das Demonstrações Contábeis e o Relatório Análise do Desempenho.

**Lucro Líquido**  
de R\$ 17,7 bilhões  
crescimento de 7,2%  
em relação a junho/23

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1524	1523	1524	1523
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	17.670	16.444	17.747	16.561
Resultado da Intermediação Financeira	27.409	26.505	33.531	31.594
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(19.879)	(12.682)	(19.958)	(12.784)
Receita de Prestação de Serviços	10.408	10.359	17.189	16.418
Despesas Administrativas e de Pessoal	(18.359)	(17.323)	(19.075)	(18.211)
Patrimoniais (R\$ milhões)				
	Jun/24	Dez/23	Jun/24	Dez/23
Ativos	2.342.403	2.208.054	2.362.966	2.172.480
Carteira de Crédito Classificada	1.010.578	964.925	1.024.416	975.349
Recursos de Clientes	791.993	787.539	822.463	811.944
Patrimônio Líquido	171.885	163.638	181.831	173.076



## Acionistas

Contamos com uma base de mais de um milhão de acionistas, sendo 98,8% de pessoas físicas, 1,1% de pessoas jurídicas e 0,12% de capital estrangeiro. Ao final de junho, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em *free float* e 0,4% em tesouraria. Os investidores locais detinham 75,2% das ações, e os estrangeiros 24,8%. Nossas ações (BBAS3) representaram 3,680% do Ibovespa no último quadrimestre. Nos últimos 12 meses (junho/23 a junho/24), as nossas ações se valorizaram 18,6%.

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02.02.2024, o desdobramento ("split") de 100% das ações do BB (BBAS3), atribuindo-se, dessa forma, 01 (uma) nova ação para cada ação emitida. A data-base para a efetivação do split foi 15.04.2024.

### Remuneração aos Acionistas

Para o exercício de 2024, o Conselho de Administração do Banco do Brasil aprovou a proposta de elevação da distribuição de seu lucro, de 40% para 45%, na forma de dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP). A decisão foi tomada com base nos balizadores constantes na Política Específica de Remuneração aos Acionistas, em especial, os resultados futuros do Banco, sua condição financeira e necessidade de caixa, a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, suas metas e projeções de capital, perspectivas dos mercados de atuação presentes e potenciais, oportunidades de investimento existentes e a capacidade operacional. O total destinado aos acionistas no 1S24 foi de R\$ 7,6 bilhões e o valor por ação foi de R\$ 3,10.

## Estratégia Corporativa

Nossa Estratégia Corporativa (ECBB) tem um horizonte temporal de cinco anos e é revisada a cada ano.

A ECBB 2024-2028, tem como objetivos estratégicos: (a) proporcionar a melhor experiência aos clientes em todos os momentos; (b) criar valor e gerar resultados sustentáveis; (c) ser protagonista em sustentabilidade e na promoção de negócios e práticas ASG; (d) evoluir nosso jeito de trabalhar para acelerar a transformação digital e a inovação; e (e) ter as pessoas engajadas com os valores do BB e promotoras da colaboração, respeito e inclusão.

Temos como propósito "Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos".

Alinhados ao nosso propósito e reforçando a identidade organizacional da Empresa, aprimoramos nossos valores para deixar ainda mais claros os princípios que orientam a

nossa atuação e inspiram as entregas do nosso time, com destaque para a diversidade. Assim, nossos valores são: Proximidade, Inovação, Integridade, Eficiência, Compromisso com a Sociedade e Diversidade.

Em desdobramento à ECBB, foram priorizadas, em fevereiro de 2024, iniciativas distribuídas em nove grandes frentes, denominadas Movimentos Estratégicos, que, além de acelerar o atingimento dos objetivos, diferenciam o BB em relação ao mercado para alcançar sucesso no longo prazo.

Esses movimentos endereçam grandes desafios que circundam o Sistema Financeiro Nacional relacionados a temas como ativos digitais, *bank as a service*, atuação em cadeias de valor, hiperpersonalização, meios de pagamento, negócios ASG entre outros.



## Clientes

O cliente está no centro da nossa estratégia e estamos focados na hiperpersonalização dos nossos relacionamentos com o objetivo de entregar um banco para cada cliente e consideramos a visão 360° de cada um deles.

A fim de ampliar a hiperpersonalização, incorporamos a solução de CRM *on premise*, uma ferramenta líder de mercado, e a integramos com inteligência analítica. Com isso, temos retroalimentado os modelos analíticos de forma escalável e em tempo real.

A nossa estratégia de indução digital considera, além dos modelos analíticos de CRM e propensão, a jornada do cliente e seu momento de vida. Com isso, temos analisado diariamente mais de 118 milhões de clientes e prospects, resultando em mais de 2,2 bilhões de possibilidades de ofertas, distribuídas em mais de 38 categorias de sugestões negociais.

A cada atendimento prestado, avançamos na integração de dados e informações, aperfeiçoando a experiência omnicanal. Além disso, temos expandido a solução Contact Center as a Service (CCaaS), que é uma solução baseada em nuvem e que revoluciona a forma como as empresas gerenciam suas interações com os clientes.

Para as micro e pequenas empresas, temos expandido os serviços da nossa ferramenta conciliadora dentro do Painel PJ. Atualmente, oferecemos em um só lugar, todas as informações de pagamentos e recebimentos, tanto do BB quanto de outras instituições, incluindo vendas por Cartões e PIX, que permite fazer a conciliação das transações de qualquer maquininha do mercado. Tudo isso com a assessoria da ARI (Área de Recomendações Inteligentes), que traz insights que apoiam o dia-dia da gestão das MPE.

O relacionamento negocial com as empresas Corporate e Large Corporate é realizado de forma especializada. Atualmente, são mais de 1.300 grupos empresariais com mais de 480 funcionários direcionados para atendimento a esses clientes, atuando em 20 pontos no país, sendo 19 Plataformas e em um Escritório de Negócios para esses perfis.

O nosso Private continua apresentando relevante crescimento na participação no market share de gestão de ativos. Em 2023, crescemos o dobro do mercado e, em 2024, evoluímos nosso saldo em 6% frente a 0,5% da Indústria (Anbima - maio/24).

Além disso, continuamos evoluindo na plataforma Liga PJ ([ligapj.com.br](http://ligapj.com.br)), um local onde qualquer empreendedor, correntista BB ou não, conta com conteúdos que vão desde informações para iniciar o negócio até um momento mais maduro da empresa, de ampliação nas vendas. Registramos mais de 1,8 milhão de usuários, sendo cerca de 93 mil destes, com cadastro, e contamos com um espaço dedicado às mulheres. Em junho, incluímos a educação financeira na palma da mão: a Liga PJ está dentro do App BB PJ.

Lançamos a nossa loja na plataforma Brasil Exportação, oferecendo soluções voltadas para apoiar a jornada dos exportadores brasileiros, desde o planejamento, até o financiamento e recebimento das vendas realizadas no exterior. A Plataforma, iniciativa liderada pela ApexBrasil, já se tornou o maior "marketplace" de entidades que apoiam os exportadores brasileiros. Além disso, o BB se torna a primeira instituição financeira a disponibilizar produtos e serviços na plataforma, reforçando seu protagonismo no apoio ao comércio exterior brasileiro.

## Tecnologia que Transforma

Somos uma startup de 215 anos. A nossa capacidade de inovar ao longo dos anos é, sem dúvida, um dos fatores que contribui para a construção da nossa história e dos resultados sustentáveis que temos alcançado.

Temos picos de 15 bilhões de transações tecnológicas em um único dia, que viabilizam, com excelência, os grandes movimentos do BB e do mercado, como o Pix, Open Finance, as aplicações de Inteligência Artificial e os Apps PF e PJ, dentre muitos outros.



Estamos implementando um novo jeito de trabalhar, evoluindo a mentalidade de agilidade nos negócios e o foco no cliente. Nove linhas de Negócios/Plataformas habilitadoras, três linhas de Estratégia de Clientes e cinco Centros de Excelência estão sendo implementados, todos alinhados à estratégia de crescimento e principais direcionadores do BB.

### Estratégia Digital

Testamos, experimentamos e adotamos, com uma estratégia digital robusta, o que há de mais moderno em soluções tecnológicas, sempre com o compromisso de oferecer um atendimento de excelência aos clientes BB.

Somos comprometidos com a nossa Estratégia Corporativa, que tem a centralidade no cliente e a transformação digital como pilares importantes. Exemplos desse compromisso se materializam no direcionadores para impulsionar a entrega de valor, através da experiência digital e da cultura da

inovação, e para oferecer uma plataforma omnichannel personalizada ao contexto do cliente.

### Inteligência Artificial e Analítica

Viabilizamos novos negócios e inovações por meio de soluções de Inteligência Artificial.

Lançamos, em junho, o Academia BB, programa de capacitação que tem o objetivo de mostrar, de forma simples e descomplicada, que Inteligência Artificial e Analítica é para todos. O programa já conta com mais de 20 mil inscritos.

Desenvolvemos a Área de Recomendações Inteligentes – ARI, uma solução para auxiliar clientes micro e pequenas empresas na interpretação de dados financeiros, oferecendo insights valiosos sobre vendas, concentração de recebimentos, fluxo de caixa e despesas. As recomendações encaminhadas aos clientes passam por curadoria humana. Até o final do 1S24, 35% da carteira MPE já contava com a ARI.

Somos pioneiros no mercado bancário ao entregar uma solução data-driven com uso de inteligência artificial generativa para empreendedores, micro e pequenas empresas.

### Blockchain

Adotamos a tecnologia blockchain para as bases de CPF, CNPJ e Simples Nacional recebidas da Receita Federal. Esse novo processo envolve aproximadamente 9,5 milhões de registros e atualizações por mês de maneira segura e confiável. A utilização de blockchain na solução oferece vantagens significativas na atualização dos dados cadastrais dos clientes, garantindo a integridade das informações compartilhadas. Os dados são imutáveis e protegidos contra adulterações.

### Cloud



Investimos em uma arquitetura composta por nuvens públicas e privada que atende à velocidade e às necessidades dos negócios. Com isso, cerca de 50% das implantações em produção já são em cloud. Soluções como Pix, Open Banking, Chatbots e Monitoramento de Fraudes estão sendo executadas nesse tipo de arquitetura. São mais de 6.000 aplicações/serviços executando milhões de operações por dia, um crescimento de 200% em relação a 2021. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, houve um crescimento de mais de 20%, tanto dos sistemas utilizando nuvem quanto das implantações diárias.

#### Canais Digitais

Permanecemos como um dos Apps mais bem avaliados da indústria financeira nas lojas de Apps, com avaliação de 4,6 no Google Play (avaliado por mais de 6,7 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (com 3,2 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas.

Alcançamos, no 1S24, o recorde de 25,1 milhões de usuários no App e um pico de audiência de 11,1 milhões de usuários que transacionaram por meio do aplicativo em um único dia. Apenas no 1S24, 30,4% de operações de serviços (tais como investimento, solicitação de cartão, abertura de contas e negócios com capitalização, seguros e consórcios) foram realizadas por meio de solução digital.

Atuamos, no campo dos assistentes virtuais, em diversas plataformas como WhatsApp, Instagram, Facebook, autoatendimento pela Internet e Portal BB, e vem se destacando pela quantidade de serviços e produtos em seu assistente virtual. No canal de maior preferência dos clientes, o WhatsApp, registramos um crescimento de

57,3% em relação a junho/23, alcançando 30,2 milhões de usuários em junho/24. Além disso, a satisfação dos clientes com o canal aumentou em relação ao junho/23, com resultado de 4,13, em escala de 1 a 5.

#### Open Finance

Atingimos, nesse trimestre, R\$ 1,4 bilhão de volume contratado por meio da portabilidade de crédito com uso de dados compartilhados. Essa solução torna o processo de portabilidade mais eficiente e está disponível para clientes BB nas agências e no App.

Geramos resultados, também, por meio de outros modelos analíticos que utilizam dados do Open Finance para ofertas personalizadas aos nossos clientes. São R\$ 3,4 bilhões em desembolso acumulado de Crédito PJ (Capital de Giro) e R\$ 2,3 bilhões em Captação (Investimentos), considerando apenas o período após a inclusão dos dados de investimento no Open Finance, a partir de 29/09/2023.

#### Segurança Digital

Utilizamos ferramentas com Inteligência Artificial (IA) para fortalecer nossas defesas e promover um ambiente digital mais seguro para os nossos clientes. A IA tem revolucionado a forma como as ameaças são prevenidas, detectadas e respondidas.

Acreditamos que a segurança cibernética e da informação são cruciais na experiência e confiança dos nossos clientes, uma vez que atuam como um escudo protetor, defendendo ativos digitais, processos de produção e propriedade intelectual contra as ameaças virtuais que estão em constante evolução.

## Ponto BB

Alinhados à estratégia digital, no final de março, inauguramos no Marco Zero de Recife, Pernambuco, a primeira unidade do Ponto BB, um novo modelo de agência que leva para o mundo físico funcionalidades do atendimento digital, trazendo novo significado ao conceito de agência bancária e aprimorando a gestão da rede física

do Banco do Brasil. Em três meses de início da operação, temos aprendido com nossos clientes, praticando a escuta ativa, interagindo com a cultura local, promovido eventos sobre inovação, esportes, educação financeira, entre outros, e com isso, já observamos a ampliação de negócios e a melhoria nas métricas de satisfação.

## Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Somos referência na adoção das melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança, estabelecendo ações de identificação e gerenciamento de riscos e oportunidades. Os nossos compromissos em ASG estão materializados no Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB, que desde 2005 é o nosso principal instrumento fomentador de práticas sociais, ambientais e climáticas, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Acordo de Paris. O Plano foi revisado em agosto de 2023 e inclui 47 ações e 100 indicadores para o período 2023-2025.

O desenvolvimento de soluções negociais com aspectos sociais, ambientais e climáticos é orientado e declarado em nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Tem suporte também nas Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito. Com destaque nacional no desenvolvimento de soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma economia sustentável e inclusiva, o BB considera as mudanças climáticas no planejamento e investe nas oportunidades de

negócios para uma economia de baixo carbono. O cumprimento dos indicadores e metas de sustentabilidade são refletidos na remuneração de todo o corpo funcional, incluindo a alta administração, o que garante o alinhamento entre negócios, pessoas e questões sociais, ambientais e climáticas.



Os Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável trazem objetivos em quatro frentes de atuação, incluindo o crédito sustentável e o investimento responsável e abrangendo nossa atuação na gestão ASG e climática e buscando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

## Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável

Crédito Sustentável	Investimento Responsável	Gestão ASG e Climática	Impactos Positivos na Cadeia de Valor
<p><b>Carteira de Crédito Sustentável</b></p> <p><b>R\$ 500 bilhões até 2030.</b> Saldo em Jun/24: R\$ 358,4 bilhões</p>	<p><b>Produtos de Investimento Sustentável</b></p> <p><b>R\$ 22 bilhões em fundos de investimentos sustentáveis<sup>1</sup> até 2030.</b> FL em Jun/24: R\$ 2,4 bilhões</p>	<p><b>Emissões Diretas de CO<sub>2</sub>e</b></p> <p>Compensar <b>100%</b> dos escopos 1 e 2. Jun/24: <b>100%</b></p> <p><b>100%</b> de utilização de energia renovável<sup>2</sup> a partir de 2023. Jun/24: <b>100%</b></p> <p>Reduzir em <b>42%</b> as emissões diretas (escopo 1) até 2030<sup>1</sup>. Jun/24: redução de <b>28%</b></p>	<p><b>Inclusão Financeira</b></p> <p>Renegociar dívidas de <b>2,5 milhões</b> até 2025. Jun/24: <b>2,2 milhões</b></p> <p>Alcançar <b>1 milhão</b> de empreendedores com crédito até 2025. Jun/24: <b>999,4 mil</b></p>
<p><b>Energia Renovável</b></p> <p><b>R\$ 30 bilhões até 2030.</b> Saldo em Jun/24: R\$ 15,4 bilhões</p>	<p><b>Recursos Sustentáveis</b></p> <p><b>R\$ 100 bilhões em recursos sustentáveis para o BB e seus clientes.</b> Jun/24: R\$ 41,5 bilhões</p>	<p><b>Diversidade</b></p> <p><b>30%</b> de mulheres em cargo de liderança até 2025. <b>26,8%</b> em Jun/24</p> <p><b>30%</b> de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2025. <b>28,2%</b> em Jun/24</p>	<p><b>Investimento Social Privado</b></p> <p>Investir <b>1 bilhão</b> em educação, cuidado com meio ambiente, inclusão, ajuda humanitária, incentivo ao voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação BB até 2030. Jun/24: R\$ 499,5 milhões</p>
<p><b>Agricultura Sustentável</b></p> <p><b>R\$ 200 bilhões até 2030.</b> Saldo em Jun/24: R\$ 155,0 bilhões</p>		<p><b>Maturidade Digital</b></p> <p>Alcançar <b>17 milhões</b> de clientes até 2025. Jun/24: <b>13,36 milhões</b></p>	<p><b>Reflorestamento e Conservação Florestal</b></p> <p><b>1 milhão</b> de hectares conservados e/ou de reflorestamento até 2025. Jun/24: <b>665 mil hectares</b></p> <p>Reforçar práticas que promovam a recuperação de pastagens e áreas degradadas e assegurem o desmatamento ilegal zero nos financiamentos BB.</p>
<p><b>Eficiência Municipal e Estadual</b></p> <p><b>Desembolsar<sup>3</sup> R\$ 40 bilhões até 2030.</b> Jun/24: R\$ 30,0 bilhões</p>			

(1) Agricultura, cultura, infraestrutura, educação, eficiência energética e iluminação pública, esportividade, infraestrutura urbana, Empreendedorismo, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança pública, serviços; (2) 100% de utilização de energia renovável a partir de 2023; (3) Utilizar práticas, inovadoras e éticas. (4) 100% de redução de emissões até 2030.

## Negócios Sustentáveis

Em linha com os nossos compromissos de longo prazo e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, ao final de junho de 2024, atingimos R\$ 358,4 bilhões em operações de crédito sustentáveis, um crescimento de 11,5% em 12 meses, sendo 155,0 bilhões destinados à agricultura. Este montante foi contratado em linhas de crédito com grande enfoque ambiental e/ou social ou para financiar atividades e/ou segmentos que tragam impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de

resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, para assim reforçar o papel transformador no desenvolvimento do país e na construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e agregar os novos produtos com atributos ASG.



## Adicionalidade/Contribuição da Carteira de Negócios Sustentáveis



## Captações Sustentáveis

Em março/2024, emitimos o terceiro bond temático (Sustainability Bond), no valor de US\$ 750 milhões, cujos recursos serão aplicados em micro e pequenas empresas lideradas por mulheres e em energia renovável no varejo (pessoas físicas e micro e pequenas empresas). O papel tem vencimento em sete anos, com cupom de 6% ao ano e um retorno ao investidor de 6,30% ao ano.

Em abril, lançamos nosso *framework* para captações vinculadas a metas de sustentabilidade, incluindo 4 objetivos: carteira de crédito sustentável, carteira agro sustentável, intensidade de emissões financiadas e diversidade na liderança.

Atento às oportunidades no mercado global de finanças sustentáveis, realizamos uma captação de tesouraria denominada "Triple Sustainable Repo" no valor de US\$ 100 milhões. A operação inaugura a atuação do Banco sob o novo *Framework* de Dívidas Vinculadas à Sustentabilidade e enfatiza o papel significativo do Brasil no cenário de finanças sustentáveis globais. Ela foi realizada junto ao banco de investimento francês Natixis Corporate & Investment Banking (Natixis CIB) e é a primeira operação desse tipo no mundo, combinando três elementos sustentáveis em uma única transação.

## Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando os clientes na elaboração de projetos geradores de créditos de carbono com relevante adicionalidade ambiental, oferecendo assessoria para realização de inventários de emissões de GEE e planos de descarbonização e ofertando créditos de carbono de

projetos de alta integridade para compensação das emissões não mitigadas.

Além da comercialização de créditos de carbono para serem utilizados na compensação das emissões dos clientes, oferecemos oportunidades de intermediação entre quem precisa e quem dispõe de créditos de carbono.



Ainda, possuímos linhas específicas para fomentar projetos que contribuam para a descarbonização, como as de energia renovável e eficiência energética.

No primeiro semestre de 2024, atingimos mais de 670 mil hectares preservados em projetos de carbono, na metodologia de desmatamento evitado - REDD+. São projetos que aliam preservação ambiental e geração de renda para os proprietários, além de projetos sociais

## Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, linhas de crédito com condições favoráveis, serviços de consultoria financeira especializada para auxiliar associações e cooperativas na otimização de suas finanças, na elaboração de planos de negócios.

Além disso, utilizamos a expertise e conexões para impulsionar o crescimento sustentável nos biomas, especialmente o Bioma Amazônico, atuando como facilitador de parcerias entre os diferentes atores do setor, desde pequenos produtores, organizações comunitárias até agentes responsáveis pelo processamento, comercialização e exportação dos produtos da biodiversidade.

Para aumentar o acesso ao crédito na região amazônica, o BB criou o Hub Financeiro em Belém/PA, que contará inicialmente com a estrutura do próprio Banco e

## Ecoeficiência Energética

Considerando o compromisso “BB 2030 para um mundo mais sustentável”, estamos investindo em descarbonização e garantimos que 100% da energia elétrica consumida pelo BB provém de fontes renováveis. Migramos 76 prédios administrativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantindo o consumo de energia limpa e obtendo uma economia acumulada de R\$ 90 milhões. Em 2024, já inauguramos mais uma usina no estado de São Paulo, alcançando um total de 16 construídas desde 2020. Neste momento, temos mais 11 usinas em construção e duas em contratação, totalizando 29 até o final de 2025.

As usinas solares do BB já geraram cerca de 80,9 GWh, deixando de emitir mais de 30 mil toneladas de CO<sub>2</sub> na atmosfera, equivalente ao plantio de uma floresta de duzentos e dez mil árvores. Além dos ganhos ambientais, poupamos R\$ 21,9 milhões, uma economia de 35% em relação ao mercado cativo.

voltados para comunidades ribeirinhas, tradicionais e indígenas localizadas dentro e no entorno desses projetos.

Visando a diversificação das fontes de geração de créditos de carbono, iniciamos, em março desse ano, o Programa de Biogás, que apoia o desenvolvimento de projetos a partir da geração de biogás e biometano na agropecuária. Também, temos prospectado novos projetos a partir de metodologias como reflorestamento e carbono no solo.

futuramente servirá como base para agentes de crédito e correspondentes bancários especializados. Este hub foi implementado em maio e possui atendimento “figital” que vai centralizar todas as iniciativas relacionadas à bioeconomia, ofertar o produto financeiro adequado para os públicos de relacionamento do BB e disponibilizar assistência técnica, sempre que necessário.

Também, firmamos um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente para estimular o desenvolvimento socioeconômico sustentável de comunidades da região amazônica. O objetivo é promover o fortalecimento e a inclusão produtiva de associações e cooperativas a partir de projetos de bioeconomia.

Essas medidas visam ampliar ainda mais a nossa presença e impacto nos biomas brasileiros e reforça o nosso compromisso com o desenvolvimento econômico e sustentável do país.



Lançamos um novo ativo financeiro sustentável, um modelo de negócio inédito no mercado. Trata-se da venda de imóveis não de uso do BB com a possibilidade de pagamento em créditos de carbono. Realizamos venda de 58 imóveis rurais e urbanos nesta nova modalidade de pagamento.

## Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, mantendo nosso compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa.

As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis. Assim, a administração conta com uma estrutura de comitês, subcomitês e comissões estratégicas que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração conta ainda com o assessoramento da Auditoria Interna e de uma Auditoria Independente.

O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem, na forma prevista em Lei e no Estatuto Social, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo, 30% dos membros são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Destacamos que, em fevereiro de 2024, o CA aprovou a revisão da Política de Indicação e Sucessão de Administradores, incluindo critérios ASG para composição do quadro da Diretoria Executiva (Direx). As indicações de pelo menos metade de membros da Direx devem respeitar os seguintes critérios: mínimo de 30% de mulheres, conforme gênero declarado no momento da indicação; e de 20% para autodeclarados "pretos", "pardos" ou "indígenas", LGBTQIAPN+ e PcD. A totalidade dos referidos percentuais deverá ser preenchida quando da eleição para a Direx até 31.12.2027.

A utilização de critérios ASG na indicação da Alta Administração eleva o patamar do Banco no cenário mundial, alinhado às mais inspiradoras práticas de governança corporativa, capazes de impulsionar mudanças perenes e consideráveis na nossa cultura organizacional.

## Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade e temos orgulho de declarar que elevamos a quantidade de mulheres em posição de lideranças.

Atualmente, estamos com 44,4% de mulheres no nosso Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros no âmbito do CD e dois no CA. Dois membros do CD e dois do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+.

Possuimos um dos quadros mais diversos do mercado, recentemente cancelado pela B3, por meio do iDiversa, índice que reconhece companhias que se destacam pela diversidade e pela representatividade desses grupos.

Assumimos o compromisso de promover um ambiente de trabalho colaborativo, inclusivo e equitativo. Assim, investimos cada vez mais em ações que promovam o incremento da quantidade de mulheres em cargos de liderança.

Há mais de cinco anos, criamos o Programa Liderança Feminina com o objetivo de aumentar o número de mulheres em cargos de liderança. Nesse período, entre 2018 e 2024, passamos de 18,88% para 26,79% de mulheres ocupando funções de liderança que requerem senioridade.

Firmamos o compromisso público, por meio do Pacto Global da ONU - Rede Brasil, de aumentarmos a participação das mulheres na liderança para 30% até 2025, compromisso reafirmado também nos 12 Compromissos BB 2030 para um Mundo Mais Sustentável. Somos embaixadores do Movimento Elas Lideram do Pacto Global. Essa meta se desdobra em todos os níveis da organização e são acompanhadas mensalmente, com revisão contínua desses indicadores.

Para isso, desenvolvemos soluções com o objetivo de esclarecer, estimular e empoderar mulheres para se candidatarem a cargos de liderança. Por meio da Universidade Corporativa Banco do Brasil, a UniBB, está disponível a todos os funcionários o Espaço Liderança Feminina, que contém ações educacionais com conteúdo relevante sobre equidade de gênero e para o desenvolvimento dos funcionários.

Contamos também com os programas de ascensão corporativos e as seleções internas conduzidas pela área de Gestão de Pessoas do Banco adotam vagas afirmativas para gênero. Como exemplo, lançamos, em abril, programa de ascensão para um cargo chave dentro da empresa (Superintendentes comerciais), em nível nacional, onde 70% das vagas de recrutamento são reservadas para mulheres. E esse percentual será mantido nas demais etapas do processo, que está em andamento.



Em abril, lançamos o primeiro cartão totalmente impresso em braile do Brasil. Esta iniciativa destaca o compromisso contínuo da instituição em tornar seus serviços mais acessíveis, garantindo que todos os clientes, especialmente aqueles com deficiência visual, possam desfrutar de uma experiência bancária mais autônoma e inclusiva.

Ainda no mês de abril, sediamos, pela segunda vez, o espaço Women in Tech no Web Summit Rio. O enfoque do BB no evento foram os temas Mulheres na TI e Corporate Venture Capital, com promoção de bate-papos com e entre startups, masterclasses com especialistas, discussões sobre a importância da atuação feminina no mercado de TI, além de encontros com serviços e soluções do Banco. A Tarciana Medeiros marcou presença com o painel Next-gen banking: The intersection of tradition and innovation.

No final de maio e início de junho, marcamos presença, pela segunda vez, na Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo. Além disso, patrocinamos a 23ª Feira Cultural da Diversidade. Assinamos um protocolo de intenções com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para fortalecimento das medidas intersetoriais de promoção e defesa de pessoas LGBTQIAPN+, com destaque para o estímulo da ocupação de espaços de liderança no banco considerando questões de gênero e orientação sexual.

Relançamos o Cartão Ourocard Orgulho, onde firmamos o compromisso de repassar R\$ 1 milhão e doar um centavo adicional por transação, com a Visa, além de R\$ 14,00 a cada cartão emitido, para estruturação de projetos sociais voltados para esse público em 2024.

Promovendo o engajamento da nossa rede de relacionamentos na pauta de Direitos Humanos e Diversidade, Equidade & Inclusão (DE&I), elaboramos e disseminamos as diretrizes de DE&I para atuação de terceiros, incluindo fornecedores, correspondentes bancários e parceiros comerciais, e para as Entidades Ligadas ao BB.





## Prêmios e Reconhecimentos

### Janeiro

Fomos certificados como **Top Employer**, pelo 11º ano consecutivo. Essa certificação reconhece as empresas com as melhores práticas de RH, promovida pelo Top Employers Institute.

A Presidenta Tarciana Medeiros aparece em segundo lugar no ranking **CEOs Change Makers Brasil**, avaliado por Inteligência Artificial sobre os 100 CEO's brasileiros que têm grande impacto no país.

A nossa marca foi considerada a mais forte do país. A empresa Brand Finance nomeou as **500 marcas mais fortes e mais valiosas do mundo** no Fórum Econômico de Davos na Suíça. Mais uma vez, o BB esteve no ranking e com avanço de 50 posições no ranking em relação a 2023.

Conquistamos duas categorias do **Banking Transformation**. O prêmio busca evidenciar as melhores práticas em inovação, contribuindo para o aprimoramento do setor financeiro. Fomos premiados nas categorias Inovação com IA e Eficiência Operacional.

O BB Private foi listado no Ranking 2024 da Leaders League, na categoria Wealth Management - Private Bank Brasil, que reconhece as melhores estratégias do Brasil em gestão patrimonial e de fortunas para clientes Private.

### Fevereiro

Fomos reconhecidos pelo **Bacen no Ranking Bacen e Broadcast Projeções da Agência Estado**, listado em 1º lugar na projeção da Taxa Selic de curto prazo e em 4º lugar nas projeções do IPCA de curto prazo. Além disso, fomos listados pelo Broadcast Projeções da Agência Estado do 4T23. Ocupamos o 2º lugar no Top 10 Básico, que classifica as instituições de acordo com suas projeções para um conjunto de quatro indicadores (taxa Selic, taxa de câmbio, IPCA e IGP-M).

A **Blomberg Línea** apresentou a nova edição das 50 Mulheres de Impacto da América Latina. A lista reconhece líderes que servem de inspiração e estão transformando os negócios na região. Pelo segundo ano consecutivo, a presidenta Tarciana Medeiros integra a lista.

### Março

Pela 11ª vez, vencemos o **Prêmio Ouvidorias Brasil**, que reconhece o trabalho de organizações e ouvidores para fortalecer e expandir o instituto da ouvidoria no Brasil e no mundo.

No **Prêmio Movimentos Elas Lideram 2030 e Raça é Prioridade – Pacto Global da ONU**, vencemos a premiação nas categorias “30% de pessoas negras ou indígenas em posição de liderança até 2025”; e “Apoio ao empreendedorismo de mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing, com implementação de práticas de desenvolvimento empresarial que empoderem as mulheres” e a Presidenta Tarciana Medeiros foi indicada em duas categorias: CEO “Raça é prioridade”. e CEO “Elas Lideram”.

**Reconhecimentos em Tecnologia:** Prêmio Agile Trends 2024; Prêmio Celent Model Risk Manager; Prêmio The Innovators 2024 – Best info Security & Fraud Management; Índice de Maturidade do Open Finance 2024 – “Empresa que tem ou teve o melhor caso de Open Finance no Brasil”.

### Abril

Alcançou o **1º lugar no Ranking Broadcast Projeções no Top 10 Geral** referente ao 4T23. Esse ranking, que contou com a participação de 50 instituições financeiras, envolveu estimativas para uma gama de indicadores econômicos, incluindo IPCA, IGP-M, taxa Selic, dólar, PIB, saldo da balança comercial e relação dívida líquida/PIB.

Conquistamos o prêmio **Stevie Awards for Sales & Customer Service**, que reconhece os canais de apoio ao



cliente, vendas e desenvolvimento empresarial. Contamos com três cases finalistas para categorias de treinamento, inovação e relacionamento.

Fomos premiados pelo Celent Model Risk Manager 2024, na categoria de **combate ao crime financeiro**, pela utilização de solução tecnológica para a otimização das operações de identificação de potenciais clientes que estejam submetidos a sanções.

Fomos reconhecidos pelos prêmios **International Business Magazine Awards 2024 e World Business Outlook Awards 2024**, nas seguintes categorias:

- Melhor Private Bank - Brasil
- Melhor Private Bank em Assessoria para Agribusiness – Brasil
- Melhor Private Bank em Integração ASG – Brasil
- Melhor Private Bank para Mulheres – Brasil
- Melhor Private Bank para Planejamento Sucessório – Brasil
- Private Bank com Maior Crescimento em 2024 – Brasil

## Maio

O nosso Private foi reconhecido como **o melhor da América Latina na categoria Tecnologia ASG** da premiação PWM Wealth Tech Awards 2024.

Na avaliação de 2024, pelo MSCI ESG Rating mantivemos a classificação rating "A", com pontuação 5,3, evoluindo 6% em sua nota em relação ao resultado de 2023.

Vencemos a 11ª edição do **Prêmio Global Finance: The Innovators 2024**. Fomos reconhecidos na categoria de

Solução de Empréstimo Mais Inovadora. O case "Compliance Digital: Empréstimo para Antecipação de Restituição de Imposto de Renda" foi o vencedor do prêmio. O compliance digital é uma iniciativa para desenvolver e implementar serviços de verificação automatizada de documentos digitalizados, visa a conformidade dos processos e reduz a dependência de verificações manuais.

## Junho

Conquistamos o 1º lugar na categoria Prêmio de Satisfação de Atendimento aos Clientes, Reconhecimento BNDES na categoria **Agentes Financeiros de Destaque 2023**.

Ganhamos o prêmio bronze no Smart Customer na categoria "**Responsabilidade Social e Diversidade**", com o case da autodeclaração de pessoa com deficiência no App BB.

Recebemos, pelo segundo ano consecutivo, prêmio internacional no evento Nice Interactions, realizado em Las Vegas (EUA), que reconhece as **principais inovações e tendências em experiência de clientes**. O case vencedor na categoria Outstanding Cloud Realization trata do pioneirismo do BB na adaptação e uso, em larga escala, de soluções de Contact Center em nuvem para áreas de relacionamento.

Pela oitava vez consecutiva, estamos na melhor posição entre os 5 maiores conglomerados financeiros do país no **ranking de reclamações do Bacen**.



## Auditoria Independente

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, e para evitar conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Estes princípios são os seguintes: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover os interesses do cliente. No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Informamos que a partir de 23.03.2024, a nossa auditoria independente deixou de ser a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. e passou a ser a KPMG Auditores Independentes Ltda. Ambas não prestaram serviços que pudessem afetar suas independências, nos seus respectivos períodos da contratação.

## Esclarecimentos Adicionais Relativos ao Padrão Bacen/Cosif

### Títulos e Valores Mobiliários e Informações de Coligadas e Controladas

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos nossa intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. Nossa capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 10 – Títulos e Valores Mobiliários.

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

### Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R\$ 1,4 bilhão (individual e consolidado) de créditos tributários não ativados, apresentados na nota explicativa 22 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (subitem “f”). Mantemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 25,1 bilhões decorrentes de coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.

Publicamos anualmente os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso site ([ri.bb.com.br](http://ri.bb.com.br)).

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.





Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site de Relações com Investidores ([ri.bb.com.br](http://ri.bb.com.br)).

## Consulta de Formulário de Informações Complementares

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

<b>Competência</b>	<input type="text" value="Exibir"/>	<input type="text" value="28/09/2018"/>
<b>Nome do Fundo</b>	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	
<b>CNPJ do Fundo</b>	18.598.288/0001-03	
<b>Tipo do Fundo</b>	FDOS DE INVESTIMENTO	
<b>Cód. CVM</b>	221260	
<b>Administrador</b>	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
<b>CNPJ do Administrador</b>	00.360.305/0001-04	

## Formulário de Informações Complementares

**Informações Complementares de código:** 35685

**CNPJ do fundo:**  
18.598.288/0001-03

**Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:**  
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência, por tipo de ativo e emissor, podendo haver defasagem em tal divulgação, nos termos da legislação vigente.

**Local, Meio ou forma de divulgação**  
**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**  
O valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:** Diariamente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

O balancete, a composição da carteira, o perfil mensal e a lâmina de informações essenciais (se houver) do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações de desempenho do FUNDO relativas aos 12 meses findos em 31 de dezembro e aos 12 meses findos em 30 de junho, serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, até o último dia útil dos meses de fevereiro e de agosto de cada ano

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

O formulário de informações complementares do FUNDO será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver alteração do seu conteúdo

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações contábeis do FUNDO serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, em até 90 dias após o encerramento do exercício social

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

Qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira, será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver qualquer ato ou fato relevante

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O extrato mensal de conta, contendo as informações previstas na legislação vigente, será disponibilizado por canais eletrônicos da ADMINISTRADORA

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

A convocação de assembleia geral de cotistas do FUNDO será realizada por meios eletrônicos, conforme Regulamento, e disponibilizada na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). O resumo das deliberações será disponibilizado por meios eletrônicos

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, no caso de assembleia ordinária, e eventualmente, no caso de assembleia extraordinária

**Local, Meio ou forma de divulgação cotista**

**Tipo do meio de divulgação:** Físico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Diretamente nas Agências ou na sede da ADMINISTRADORA

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Central de Atendimento ao Cotista: 0800-726-0101;

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Ouvidoria: 0800-725-7474; Atendimento a Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala:  
0800-726-2492

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo**

O cotista está sujeito aos seguintes riscos inerentes aos mercados nos quais o FUNDO aplica seus recursos: Risco de mercado: variação dos preços e cotações de mercado dos ativos que compõem a carteira do FUNDO. Risco de liquidez: dificuldade em honrar com os pagamentos de resgates solicitados, nos prazos legais e/ou no montante solicitado, além da possibilidade de venda de ativos com pouca demanda a preço abaixo do contabilizado. Risco de concentração: eventual concentração dos investimentos em determinados emissores, setores ou prazo de vencimento do ativo, pode aumentar a exposição aos riscos já mencionados, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas. Risco sistêmico e de regulação: motivos exógenos, que afetam os investimentos financeiros como um todo e cujo risco não é eliminado através de diversificação, e mudanças nas regulamentações e/ou legislação. Risco de crédito: inadimplemento de principal ou juros por parte de empresa emissora de títulos de dívida em que o FUNDO invista. Eventualmente os contratos de derivativos poderão estar sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da

instituição garantidora não poder honrar sua liquidação. Risco operacional: Consiste na possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de fatores exógenos diversos. Risco de contraparte: Relacionado à possibilidade de uma ou mais partes de um negócio não cumprir suas obrigações contratuais, podendo assim, advir de uma contraparte com a qual não existe uma operação de financiamento ou empréstimo. Nos fundos de investimento, o risco de contraparte também pode estar relacionado ao risco de crédito.

## **Informações Políticas sobre o gestor**

**Informar se o gestor vota ou não em assembléias dos ativos que compõem a carteira:**

**Não Descrição da política relativa ao exercício de direito do voto:**

A gestora deste FUNDO não exerce política de exercício do direito de voto em assembleias gerais convocadas para deliberar sobre ativos financeiros dos quais o FUNDO seja titular.

## **Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido**

As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas ao Imposto de Renda (IR) e sujeitam-se a alíquota zero de IOF-Títulos e Valores Mobiliários, salvo aquelas realizadas nos termos do Decreto nº 6.306/2007 e alterações posteriores, que poderão estar sujeitas a incidência de IOF. Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas. O cotista está sujeito a seguinte tributação: A) Se o prazo da carteira do FUNDO for superior a 365 dias, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do FUNDO, por ocasião do resgate, em função do prazo de permanência, às seguintes alíquotas de longo prazo: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias de permanência III-17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias de permanência IV-15% em aplicações com prazo acima de 720 dias de permanência B) Se o prazo da carteira do FUNDO for igual ou inferior a 365 dias, são aplicáveis as seguintes alíquotas de curto prazo, por ocasião do resgate, conforme prazo de permanência no FUNDO: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de acima de 180 dias de permanência. C) Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos, de acordo com o prazo da carteira do FUNDO. D) Por ocasião do resgate das cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a III do item A e inciso I do item B. E) Incidirá IOF à alíquota de 1% ao dia, limitado aos rendimentos do FUNDO, de acordo com tabela decrescente em função do prazo, disponível no site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). F) O disposto acima não se aplica aos cotistas que não estão sujeitos à tributação, conforme legislação tributária e fiscal vigente, desde que apresentada documentação comprobatória, se for o caso.

## **Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez**

A ADMINISTRADORA possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os fundos de investimento. Para o gerenciamento do risco de mercado é utilizado modelo estatístico VaR (Value at Risk), que mensura a perda máxima

esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de Stress que é utilizada para estimar a perda potencial, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de stress. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do FUNDO. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades, o gerenciamento de liquidez no FUNDO utiliza modelo que contempla projeção de fluxo de caixa, histórico de aplicações e resgate, classificação de liquidez dos ativos baseada no histórico de negociação no mercado secundário e acompanhamento de concentração por vencimentos, por prazo e por cotistas. OS MÉTODOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRADORA PARA GERENCIAR OS RISCOS A QUE O FUNDO SE ENCONTRA SUJEITO NÃO CONSTITUEM GARANTIA CONTRA EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS QUE POSSAM SER INCORRIDAS PELO FUNDO.

## **Informações de Risco**

**Informação se existe ou não agência de classificação de rating** Não

### **CNPJ**

**Nome do Prestador**

N/A

**Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada** N/A

**Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM** N/A

## **Detalhamento do administrador**

### **Apresentação do administrador**

A Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira sob a forma de empresa pública, por meio de sua Vice-Presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (VIART), encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº. 3.241, de 04 de janeiro de 1995. A atividade de administração e gestão de recursos de terceiros iniciou-se na CAIXA em 1991 e, desde 1998, a VIART atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na gestão de recursos de terceiros. Buscando sempre se adequar às melhores práticas de mercado, a VIART possui estrutura técnica qualificada, formada pelas áreas de: administração, produto, estratégia e inteligência de mercado, gestão de ativos, estudos econômicos e análise setorial, pesquisa quantitativa, fundos estruturados e gerenciamento de risco. A VIART possui, ainda, área de compliance, responsável por acompanhar a conformidade técnica das operações de gestão e conta com suporte jurídico da CAIXA na prestação de assessoria especializada. Como parte do aprimoramento das técnicas de gestão, utiliza-se de

consultorias internas e externas. A CAIXA é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para: - Ética; - Negociação de Instrumentos Financeiros; - Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo - Processos da Regulação e Melhores Práticas; - Fundos de Investimento; Programa de Certificação Continuada; - Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e - Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais;

### **Apresentação do gestor de recursos**

A CAIXA também é responsável pela gestão do FUNDO.

## **Detalhamento do Serviço Prestado**

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Administração

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Gestão da Carteira

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Distribuição de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Custódia, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Escrituração de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Auditoria Independente

**Nome do Prestador:**

KPMG Auditores Independentes - CNPJ: 57.755.217/0001-29

## **Detalhamento de Distribuição**

**Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico:** Sim



### Descrição detalhada

As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela CAIXA, que oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado somente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional por serviços de terceiros.

<https://sistemas.cvm.gov.br>

7/8

## Outras Informações

### Informações sobre autorregulação anbima:

ESTE FORMULÁRIO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, ASSIM COMO COM AS NORMAS EMANADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E A ANBIMA NÃO GARANTEM A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. O INVESTIMENTO EM FUNDO NÃO É GARANTIDO PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO, QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO. A PRESENTE INSTITUIÇÃO ADERIU AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

### Demais informações relevantes ao investidor

Tipo ANBIMA: RENDA FIXA DURAÇÃO LIVRE SOBERANO - Fundos que têm como objetivo buscar retorno por meio de investimentos em ativos e derivativos de renda fixa, sem compromisso de manter limites mínimo ou máximo para a duration média ponderada da carteira. O hedge cambial da parcela de ativos no exterior é facultativo. Fundos devem manter 100% (cem por cento) em títulos públicos federais. Parâmetros de Movimentações: Investimento inicial mínimo: R\$ 300.000,00; Investimento Adicional mínimo: R\$ 0,00; Resgate mínimo: R\$ 0,00; Valor mínimo de permanência: R\$ 0,00; Horário para aplicação e resgate: 15:00(i) A integralização do valor das cotas deve ser realizada em moeda corrente nacional, sendo o valor da cota o resultado, da divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas existentes, inteiras e fracionárias. A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO. (ii) Não se admite a cessão ou transferência de cotas do FUNDO, salvo por decisão judicial ou arbitral,

operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência. (iii) Somente poderá votar na Assembleia Geral o cotista do FUNDO inscrito no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Os representantes legais e os procuradores dos cotistas deverão comprovar essa qualidade por ocasião da Assembleia Geral. (iv) Os investimentos dos cotistas, por sua própria natureza e em função da política de investimento do FUNDO, estarão sempre sujeitos à perda do capital investido, em decorrência de, mas não se limitando a flutuações de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, não podendo a ADMINISTRADORA, em hipótese alguma, ser responsabilizada por eventual depreciação dos ativos financeiros da carteira, salvo em caso de dolo ou má-fé. (v) A ADMINISTRADORA é obrigada a adotar as normas de conduta previstas na legislação vigente.

[Fale com a CVM](#)

## Consulta Pública de Lâmina de Fundo

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Jun/2024	Exibir
Nome do Fundo: FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	CNPJ: 18.598.288/0001-03
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 221260
Administrador: CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CNPJ: 00.360.305/0001-04

### LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O FI BRASIL 2024 I TP RF

Informações referentes a 07/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA, administrado por CAIXA ECONOMICA FEDERAL e gerido por CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

- 1. PÚBLICO-ALVO:** Investidores que buscam retorno por meio de investimentos em fundos de renda fixa

Restrições de Investimento: O FUNDO destina-se a acolher investimentos dos RPPS<sub>2</sub> das Entidades Públicas da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas, Entidades Fechadas de Previdência Complementar e/ou Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento destinados às Entidades Fechadas de Previdência Complementar .

- 2. OBJETIVOS DO FUNDO:** Proporcionar rentabilidade por meio de títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, tendo como parâmetro de rentabilidade o subíndice Índice de Mercado ANBIMA série B - IMA-B

- 3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**

- a.** Investir em carteira composta por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, estando exposto ao risco das variações das taxas prefixadas, pós fixadas e/ou índices de preços.

- b.** O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0%
Aplicar em crédito privado até o limite de	0%
Aplicar em um só fundo até o limite de	0%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	N
Alavancar-se até o limite de	0%

Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

- c.** A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.
- d.** As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

#### 4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

<b>Investimento inicial mínimo</b>	<b>R\$ 300.000,00</b>
<b>Investimento adicional mínimo</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Resgate mínimo</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Horário para aplicação e resgate</b>	<b>15:00</b>
<b>Observação sobre horário para aplicação e resgate</b>	
<b>Valor mínimo para permanência</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Prazo de carência</b>	<b>Não há.</b>
<b>Condições de carência</b>	<b>Não há.</b>
<b>Conversão das cotas</b>	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas <b>no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.</b>  <b>No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.</b>
<b>Pagamento dos resgates</b>	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de <b>0</b> dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
<b>Taxa de administração</b>	<b>0,2%</b> Comentários/Esclarecimentos por parte do fundo: <b>0,20% ao ano</b>
<b>Taxa de entrada</b>	Não há taxa fixada.  Outras condições de entrada: Não há.

<b>Taxa de saída</b>	Para resgatar suas cotas do <b>fundo</b> o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido.  Outras condições de saída: Não há.
<b>Taxa de desempenho/performance</b>	<b>Não há.</b>
<b>Taxa total de despesas</b>	As despesas pagas pelo fundo representaram <b>0,2341%</b> do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de <b>01/08/2023</b> a <b>31/07/2024</b> . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em <b>www.caixa.gov.br</b> .

## 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 518.001.300,26 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos públicos federais	99,77%
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	0,22%

**6. RISCO:** o Administrador CAIXA ECONOMICA FEDERAL classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 3

Menor Risco					Maior Risco
1	2	3	4	5	

## 7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

- A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
- Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: **44,9659%**. No mesmo período o índice de referência [IMA-B 100%] variou **37,9804%**.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

### Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas	Varição percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de

	não de impostos)		referência [IMA-B 100%]
2024	6,6%	0,97%	678,63%
2023	10,81%	16,05%	67,34%
2022	8,73%	6,37%	137,09%
2021	2,79%	-1,26%	-220,68%
2020	8,51%	6,41%	132,93%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses

foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [IMA-B 100%]
8	0,9%	-0,38%	-238,03%
9	1,1%	-0,95%	-116,02%
10	0,44%	-0,66%	-66,43%
11	0,79%	2,62%	29,94%
12	0,92%	2,75%	33,52%
1	1,11%	-0,45%	-246,04%
2	0,73%	0,55%	131,99%
3	0,92%	0,08%	1176,61%
4	0,79%	-1,61%	-48,86%
5	0,88%	1,33%	66,53%
6	1,16%	-0,97%	-119,56%
7	0,97%	2,09%	46,49%

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

**a.** Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024, você poderia resgatar R\$ 1.091,83, já deduzidos impostos no valor de R\$ 19,48.

A taxa de ingresso teria custado R\$ 0,00. A taxa de saída teria custado R\$ 0,00. O ajuste sobre performance individual teria custado R\$ 0,00.

**b.** Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 2,29.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 7,74	R\$ 14,27
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 323,26	R\$ 596,24

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

#### 10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

##### a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através da sua rede de agências e canais eletrônicos

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

Não se aplica

**11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:**

- a. Telefone 08007260101
- b. Página na rede mundial de computadores [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)
- c. Reclamações: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:**

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são: Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas



Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

- [iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.
- [vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.
- [viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

## Consulta de Formulário de Informações Complementares

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

<b>Competência</b>	<input type="text" value="Exibir"/>	<input type="text" value="28/09/2018"/>
<b>Nome do Fundo</b>	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS	
<b>CNPJ do Fundo</b>	RENDA FIXA	
<b>Tipo do Fundo</b>	19.769.135/0001-44	
<b>Cód. CVM</b>	FDOS DE INVESTIMENTO	
<b>Administrador</b>	223832	
<b>CNPJ do Administrador</b>	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
<b>CNPJ do Administrador</b>	00.360.305/0001-04	

## Formulário de Informações Complementares

**Informações Complementares de código:** 35673

**CNPJ do fundo:**  
19.769.135/0001-44

**Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:**  
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência, por tipo de ativo e emissor, podendo haver defasagem em tal divulgação, nos termos da legislação vigente.

**Local, Meio ou forma de divulgação**  
**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**  
O valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:** Diariamente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

O balancete, a composição da carteira, o perfil mensal e a lâmina de informações essenciais (se houver) do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações de desempenho do FUNDO relativas aos 12 meses findos em 31 de dezembro e aos 12 meses findos em 30 de junho, serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, até o último dia útil dos meses de fevereiro e de agosto de cada ano

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

O formulário de informações complementares do FUNDO será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver alteração do seu conteúdo

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações contábeis do FUNDO serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, em até 90 dias após o encerramento do exercício social

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico**Descrição do local de divulgação:**

Qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira, será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver qualquer ato ou fato relevante

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O extrato mensal de conta, contendo as informações previstas na legislação vigente, será disponibilizado por canais eletrônicos da ADMINISTRADORA

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

A convocação de assembleia geral de cotistas do FUNDO será realizada por meios eletrônicos, conforme Regulamento, e disponibilizada na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). O resumo das deliberações será disponibilizado por meios eletrônicos

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, no caso de assembleia ordinária, e eventualmente, no caso de assembleia extraordinária

**Local, Meio ou forma de divulgação cotista**

**Tipo do meio de divulgação:** Físico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Diretamente nas Agências ou na sede da ADMINISTRADORA

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Central de Atendimento ao Cotista: 0800-726-0101;

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Ouvidoria: 0800-725-7474; Atendimento a Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala:

0800-726-2492

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo**

O cotista está sujeito aos seguintes riscos inerentes aos mercados nos quais o FUNDO aplica seus recursos: Risco de mercado: variação dos preços e cotações de mercado dos ativos que compõem a carteira do FUNDO. Risco de liquidez: dificuldade em honrar com os pagamentos de resgates solicitados, nos prazos legais e/ou no montante solicitado, além da possibilidade de venda de ativos com pouca demanda a preço abaixo do contabilizado. Risco de concentração: eventual concentração dos investimentos em determinados emissores, setores ou prazo de vencimento do ativo, pode aumentar a exposição aos riscos já mencionados, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas. Risco sistêmico e de regulação: motivos exógenos, que afetam os investimentos financeiros como um todo e cujo risco não é eliminado através de diversificação, e mudanças nas regulamentações e/ou legislação. Risco de crédito: inadimplemento de principal ou juros por parte de empresa emissora de títulos de dívida em que o FUNDO invista. Eventualmente os contratos de derivativos poderão estar sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação. Risco operacional: Consiste na possibilidade de perdas

resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de fatores exógenos diversos. Risco de contraparte: Relacionado à possibilidade de uma ou mais partes de um negócio não cumprir suas obrigações contratuais, podendo assim, advir de uma contraparte com a qual não existe uma operação de financiamento ou empréstimo. Nos fundos de investimento, o risco de contraparte também pode estar relacionado ao risco de crédito.

## **Informações Políticas sobre o gestor**

**Informar se o gestor vota ou não em assembleias dos ativos que compõem a carteira:**

**Não Descrição da política relativa ao exercício de direito do voto:**

A gestora deste FUNDO não exerce política de exercício do direito de voto em assembleias gerais convocadas para deliberar sobre ativos financeiros dos quais o FUNDO seja titular.

## **Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido**

As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas ao Imposto de Renda (IR) e sujeitam-se a alíquota zero de IOF-Títulos e Valores Mobiliários, salvo aquelas realizadas nos termos do Decreto nº 6.306/2007 e alterações posteriores, que poderão estar sujeitas a incidência de IOF. Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas. O cotista está sujeito a seguinte tributação: A) Se o prazo da carteira do FUNDO for superior a 365 dias, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do FUNDO, por ocasião do resgate, em função do prazo de permanência, às seguintes alíquotas de longo prazo: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias de permanência III-17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias de permanência IV-15% em aplicações com prazo acima de 720 dias de permanência B) Se o prazo da carteira do FUNDO for igual ou inferior a 365 dias, são aplicáveis as seguintes alíquotas de curto prazo, por ocasião do resgate, conforme prazo de permanência no FUNDO: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de acima de 180 dias de permanência. C) Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos, de acordo com o prazo da carteira do FUNDO. D) Por ocasião do resgate das cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a III do item A e inciso I do item B. E) Incidirá IOF à alíquota de 1% ao dia, limitado aos rendimentos do FUNDO, de acordo com tabela decrescente em função do prazo, disponível no site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). F) O disposto acima não se aplica aos cotistas que não estão sujeitos à tributação, conforme legislação tributária e fiscal vigente, desde que apresentada documentação comprobatória, se for o caso.

## **Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez**

A ADMINISTRADORA possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os fundos de investimento. Para o gerenciamento do risco de mercado é utilizado modelo estatístico VaR (Value at Risk), que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de Stress que é utilizada para estimar a perda potencial, sob as condições mais adversas de

mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de stress. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do FUNDO. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades, o gerenciamento de liquidez no FUNDO utiliza modelo que contempla projeção de fluxo de caixa, histórico de aplicações e resgate, classificação de liquidez dos ativos baseada no histórico de negociação no mercado secundário e acompanhamento de concentração por vencimentos, por prazo e por cotistas. OS MÉTODOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRADORA PARA GERENCIAR OS RISCOS A QUE O FUNDO SE ENCONTRA SUJEITO NÃO CONSTITUEM GARANTIA CONTRA EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS QUE POSSAM SER INCORRIDAS PELO FUNDO.

## Informações de Risco

**Informação se existe ou não agência de classificação de rating** Não

### CNPJ

**Nome do Prestador**

N/A

**Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada** N/A

**Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM** N/A

## Detalhamento do administrador

### Apresentação do administrador

A Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira sob a forma de empresa pública, por meio de sua Vice-Presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (VIART), encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº. 3.241, de 04 de janeiro de 1995. A atividade de administração e gestão de recursos de terceiros iniciou-se na CAIXA em 1991 e, desde 1998, a VIART atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na gestão de recursos de terceiros. Buscando sempre se adequar às melhores práticas de mercado, a VIART possui estrutura técnica qualificada, formada pelas áreas de: administração, produto, estratégia e inteligência de mercado, gestão de ativos, estudos econômicos e análise setorial, pesquisa quantitativa, fundos estruturados e gerenciamento de risco. A VIART possui, ainda, área de compliance, responsável por acompanhar a conformidade técnica das operações de gestão e conta com suporte jurídico da CAIXA na prestação de assessoria especializada. Como parte do aprimoramento das técnicas de gestão, utiliza-se de consultorias internas e externas. A CAIXA é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para: - Ética; - Negociação de Instrumentos Financeiros; - Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo - Processos da Regulação e Melhores Práticas; - Fundos de Investimento; Programa de Certificação Continuada; - Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e - Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais;

### Apresentação do gestor de recursos

A CAIXA também é responsável pela gestão do FUNDO.

## Detalhamento do Serviço Prestado

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Administração

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Gestão da Carteira

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Distribuição de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Custódia, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Escrituração de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Auditoria Independente

**Nome do Prestador:**

KPMG Auditores Independentes - CNPJ: 57.755.217/0001-29

## Detalhamento de Distribuição

**Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico:** Sim

**Descrição detalhada**

As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela CAIXA, que oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado somente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros.

## Outras Informações

**Informações sobre autorregulação anbima:**



ESTE FORMULÁRIO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, ASSIM COMO COM AS NORMAS EMANADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E A ANBIMA NÃO GARANTEM A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. O INVESTIMENTO EM FUNDO NÃO É GARANTIDO PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO, QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO. A PRESENTE INSTITUIÇÃO ADERIU AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

### **Demais informações relevantes ao investidor**

Tipo ANBIMA: RENDA FIXA DURAÇÃO LIVRE SOBERANO - Fundos que têm como objetivo buscar retorno por meio de investimentos em ativos e derivativos de renda fixa, sem compromisso de manter limites mínimo ou máximo para a duration média ponderada da carteira. O hedge cambial da parcela de ativos no exterior é facultativo. Fundos devem manter 100% (cem por cento) em títulos públicos federais. Parâmetros de Movimentações: Investimento inicial mínimo: R\$ 300.000,00; Investimento Adicional mínimo: R\$ 0,00; Resgate mínimo: R\$ 0,00; Valor mínimo de permanência: R\$ 0,00; Horário para aplicação e resgate: 15:00(i) A integralização do valor das cotas deve ser realizada em moeda corrente nacional, sendo o valor da cota o resultado, da divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas existentes, inteiras e fracionárias. A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO. (ii) Não se admite a cessão ou transferência de cotas do FUNDO, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência. (iii) Somente poderá votar na Assembleia Geral o cotista do FUNDO inscrito no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Os representantes legais e os procuradores dos cotistas deverão comprovar essa qualidade por ocasião da Assembleia Geral. (iv) Os investimentos dos cotistas, por sua própria natureza e em função da política de investimento do FUNDO, estarão sempre sujeitos à perda do capital investido, em decorrência de, mas não se limitando a flutuações de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, não podendo a ADMINISTRADORA, em hipótese alguma, ser responsabilizada por eventual depreciação dos ativos financeiros da carteira, salvo em caso de dolo ou má-fé. (v) A ADMINISTRADORA é obrigada a adotar as normas de conduta previstas na legislação vigente.

[Fale com a CVM](#)

## Consulta Pública de Lâmina de Fundo

**Atenção:** Estas informações têm por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Jun/2024	Exibir	
Nome do Fundo: FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	CNPJ: 19.769.135/0001-44	
Tipo: FUNDOS DE INVESTIMENTO	Cód. CVM: 223832	
Administrador: CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CNPJ: 00.360.305/0001-04	

### LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O FI BRASIL 2024 III TP RF

Informações referentes a 07/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o FUNDO

DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA, administrado por CAIXA ECONOMICA FEDERAL e gerido por CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

- 1. PÚBLICO-ALVO:** Investidores que buscam retorno por meio de investimentos em fundos de renda fixa

Restrições de Investimento: O FUNDO destina-se a acolher investimentos dos RPPS, das Entidades Públicas da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas, Entidades Fechadas de Previdência Complementar e/ou Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento destinados às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

- 2. OBJETIVOS DO FUNDO:** Proporcionar rentabilidade por meio de títulos públicos federais e operações compromissadas, tendo como parâmetro de rentabilidade o subíndice Índice de Mercado ANBIMA série B - IMA-B

- 3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**

- a.** Investir em carteira composta por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, estando exposto ao risco das variações das taxas prefixadas, pós fixadas e/ou índices de preços.

**b.** O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0%
Aplicar em crédito privado até o limite de	0%
Aplicar em um só fundo até o limite de	0%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	N
Alavancar-se até o limite de	0%

Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

- c.** A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3\_b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.
- d.** As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

**4.** CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	R\$ 300.000,00
Investimento adicional mínimo	R\$ 0,00
Resgate mínimo	R\$ 0,00
Horário para aplicação e resgate	15:00
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	R\$ 0,00
Prazo de carência	Não há.
Condições de carência	Não há.
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.  No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.

Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de 0 dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	0,2% Comentários/Esclarecimentos por parte do fundo: 0,20% ao ano
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do fundo o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: Não há.
Taxa de desempenho/performance	Não há.
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram 0,2601% do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de 01/08/2023 a 31/07/2024 . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a> .

##### 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 58.428.991,93 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos públicos federais	99,74%
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	0,23%

**6. RISCO:** o Administrador CAIXA ECONOMICA FEDERAL classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 3

Menor Risco				Maior Risco
1	2	3	4	5

**7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])**

**a.** A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

- b.** Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 47,2941%. No mesmo período o índice de referência [IMA-B 100%] variou 37,9804%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

#### Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [IMA-B 100%]
2024	6,59%	0,97%	677,77%
2023	10,79%	16,05%	67,24%
2022	8,71%	6,37%	136,76%
2021	2,77%	-1,26%	-218,83%
2020	10,85%	6,41%	169,41%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses

foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [IMA-B 100%]
8	0,89%	-0,38%	-237,58%
9	1,1%	-0,95%	-115,91%
10	0,44%	-0,66%	-66,34%
11	0,78%	2,62%	29,91%
12	0,92%	2,75%	33,49%
1	1,1%	-0,45%	-245,71%
2	0,72%	0,55%	131,9%
3	0,91%	0,08%	1175,84%
4	0,79%	-1,61%	-48,77%
5	0,88%	1,33%	66,42%
6	1,16%	-0,97%	-119,56%
7	0,97%	2,09%	46,44%

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

- a.** Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024 , você poderia resgatar R\$ 1.091,69, já deduzidos impostos no valor de R\$ 19,45.

A taxa de ingresso teria custado R\$ 0,00. A taxa de saída teria custado R\$ 0,00.  
O ajuste sobre performance individual teria custado R\$ 0,00.

- b.** Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 2,64.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 8,60	R\$ 15,86
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 322,40	R\$ 594,65

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

- a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através da sua rede de agências e canais eletrônicos

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

Não se aplica

#### 11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

- a. Telefone 08007260101
- b. Página na rede mundial de computadores [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)
- c. Reclamações: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

#### 12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são: Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor

Operações comprometidas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

- [iv]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [v]** Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.
- [vi]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [vii]** Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.
- [viii]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [ix]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Fale com a CVM



## Consulta de Formulário de Informações Complementares

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

<b>Competência</b>	<input type="text" value="Exibir"/>	<input type="text" value="28/09/2018"/>
<b>Nome do Fundo</b>	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	
<b>CNPJ do Fundo</b>	20.139.595/0001-78	
<b>Tipo do Fundo</b>	FDOS DE INVESTIMENTO	
<b>Cód. CVM</b>	239666	
<b>Administrador</b>	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
<b>CNPJ do Administrador</b>	00.360.305/0001-04	

### Formulário de Informações Complementares

**Informações Complementares de código:** 35682

**CNPJ do fundo:**  
20.139.595/0001-78

**Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:**  
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência, por tipo de ativo e emissor, podendo haver defasagem em tal divulgação, nos termos da legislação vigente.

#### Local, Meio ou forma de divulgação

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO serão disponibilizados na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:** Diariamente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O balancete, a composição da carteira, o perfil mensal e a lâmina de informações essenciais (se houver) do FUNDO serão disponibilizados na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações de desempenho do FUNDO relativas aos 12 meses findos em 31 de dezembro e aos 12 meses findos em 30 de junho, serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, até o último dia útil dos meses de fevereiro e de agosto de cada ano

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O formulário de informações complementares do FUNDO será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver alteração do seu conteúdo

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações contábeis do FUNDO serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, em até 90 dias após o encerramento do exercício social

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

Qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira, será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver qualquer ato ou fato relevante

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O extrato mensal de conta, contendo as informações previstas na legislação vigente, será disponibilizado aos cotistas na página da ADMINISTRADORA na internet [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), por meio do Internet Banking CAIXA

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

A convocação de assembleia geral de cotistas do FUNDO será realizada eletronicamente por meio do Internet Banking CAIXA. O resumo das deliberações será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, no caso de assembleia ordinária, e eventualmente, no caso de assembleia extraordinária

## Local, Meio ou forma de divulgação cotista

**Tipo do meio de divulgação:** Físico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Diretamente nas Agências ou na sede da ADMINISTRADORA

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Central de Atendimento ao Cotista: 0800-726-0101;

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Ouvidoria: 0800-725-7474; Atendimento a Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala:  
0800-726-2492

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo**

O cotista está sujeito aos seguintes riscos inerentes aos mercados nos quais o FUNDO aplica seus recursos: Risco de mercado: variação dos preços e cotações de mercado dos ativos que compõem a carteira do FUNDO. Risco de liquidez: dificuldade em honrar com os pagamentos de resgates solicitados, nos prazos legais e/ou no montante solicitado, além da possibilidade de venda de ativos com pouca demanda a preço abaixo do contabilizado. Risco de concentração: eventual concentração dos investimentos em determinados emissores, setores ou prazo de vencimento do ativo, pode aumentar a exposição aos riscos já mencionados, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas. Risco sistêmico e de regulação: motivos exógenos, que afetam os investimentos financeiros como um todo e cujo risco não é eliminado através de diversificação, e mudanças nas regulamentações e/ou legislação. Risco de crédito: inadimplemento de principal ou juros por parte de empresa emissora de títulos de dívida em que o FUNDO invista. Eventualmente os contratos de derivativos poderão estar sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação. Risco operacional: Consiste na possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de

fatores exógenos diversos. Risco de contraparte: Relacionado à possibilidade de uma ou mais partes de um negócio não cumprir suas obrigações contratuais, podendo assim, advir de uma contraparte com a qual não existe uma operação de financiamento ou empréstimo. Nos fundos de investimento, o risco de contraparte também pode estar relacionado ao risco de crédito.

## **Informações Políticas sobre o gestor**

**Informar se o gestor vota ou não em assembleias dos ativos que compõem a carteira:**

**Não Descrição da política relativa ao exercício de direito do voto:**

A gestora deste FUNDO não exerce política de exercício do direito de voto em assembleias gerais convocadas para deliberar sobre ativos financeiros dos quais o FUNDO seja titular.

## **Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido**

As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas ao Imposto de Renda (IR) e sujeitam-se a alíquota zero de IOF-Títulos e Valores Mobiliários, salvo aquelas realizadas nos termos do Decreto nº 6.306/2007 e alterações posteriores, que poderão estar sujeitas a incidência de IOF. Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas. O cotista está sujeito a seguinte tributação: A) Se o prazo da carteira do FUNDO for superior a 365 dias, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do FUNDO, por ocasião do resgate, em função do prazo de permanência, às seguintes alíquotas de longo prazo: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias de permanência III-17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias de permanência IV-15% em aplicações com prazo acima de 720 dias de permanência B) Se o prazo da carteira do FUNDO for igual ou inferior a 365 dias, são aplicáveis as seguintes alíquotas de curto prazo, por ocasião do resgate, conforme prazo de permanência no FUNDO: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de acima de 180 dias de permanência. C) Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos, de acordo com o prazo da carteira do FUNDO. D) Por ocasião do resgate das cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a III do item A e inciso I do item B. E) Incidirá IOF à alíquota de 1% ao dia, limitado aos rendimentos do FUNDO, de acordo com tabela decrescente em função do prazo, disponível no site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). F) O disposto acima não se aplica aos cotistas que não estão sujeitos à tributação, conforme legislação tributária e fiscal vigente, desde que apresentada documentação comprobatória, se for o caso.

## **Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez**

A ADMINISTRADORA possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os fundos de investimento. Para o gerenciamento do risco de mercado é utilizado modelo estatístico VaR (Value at Risk), que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de Stress que é utilizada para estimar a perda potencial, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de stress. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do FUNDO. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades, o gerenciamento de liquidez no FUNDO utiliza modelo que contempla projeção de fluxo de caixa, histórico de aplicações e resgate, classificação de liquidez dos ativos baseada no histórico de negociação no mercado secundário e acompanhamento de concentração por vencimentos, por prazo e por cotistas. OS MÉTODOS UTILIZADOS PELA

ADMINISTRADORA PARA GERENCIAR OS RISCOS A QUE O FUNDO SE ENCONTRA SUJEITO NÃO CONSTITUEM GARANTIA CONTRA EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS QUE POSSAM SER INCORRIDAS PELO FUNDO.

## Informações de Risco

**Informação se existe ou não agência de classificação de rating** Não

### CNPJ

**Nome do Prestador**

N/A

**Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada** N/A

**Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM** N/A

## Detalhamento do administrador

### Apresentação do administrador

A Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira sob a forma de empresa pública, por meio de sua Vice-Presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (VIART), encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº. 3.241, de 04 de janeiro de 1995. A atividade de administração e gestão de recursos de terceiros iniciou-se na CAIXA em 1991 e, desde 1998, a VIART atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na gestão de recursos de terceiros. Buscando sempre se adequar às melhores práticas de mercado, a VIART possui estrutura técnica qualificada, formada pelas áreas de: administração, produto, estratégia e inteligência de mercado, gestão de ativos, estudos econômicos e análise setorial, pesquisa quantitativa, fundos estruturados e gerenciamento de risco. A VIART possui, ainda, área de compliance, responsável por acompanhar a conformidade técnica das operações de gestão e conta com suporte jurídico da CAIXA na prestação de assessoria especializada. Como parte do aprimoramento das técnicas de gestão, utiliza-se de consultorias internas e externas. A CAIXA é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para: - Ética; - Negociação de Instrumentos Financeiros; - Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo - Processos da Regulação e Melhores Práticas; - Fundos de Investimento; Programa de Certificação Continuada; - Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e - Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais;

### Apresentação do gestor de recursos

A CAIXA também é responsável pela gestão do FUNDO.

## Detalhamento do Serviço Prestado

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Administração

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Gestão da Carteira

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Distribuição de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Custódia, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Escrituração de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Auditoria Independente

**Nome do Prestador:**KPMG Auditores Independentes - CNPJ: 57.755.217/0001-29

## Detalhamento de Distribuição

**Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico:** Sim

### Descrição detalhada

As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela CAIXA, que oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado somente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros.

## Outras Informações

### Informações sobre autorregulação anbima:

ESTE FORMULÁRIO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, ASSIM COMO COM AS NORMAS EMANADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E A ANBIMA NÃO GARANTEM A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA

POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. O INVESTIMENTO EM FUNDO NÃO É GARANTIDO PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. AS

INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO, QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO. A PRESENTE INSTITUIÇÃO ADERIU AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

### **Demais informações relevantes ao investidor**

Tipo ANBIMA: RENDA FIXA DURAÇÃO LIVRE SOBERANO - Fundos que têm como objetivo buscar retorno por meio de investimentos em ativos e derivativos de renda fixa, sem compromisso de manter limites mínimo ou máximo para a duration média ponderada da carteira. O hedge cambial da parcela de ativos no exterior é facultativo. Fundos devem manter 100% (cem por cento) em títulos públicos federais. Parâmetros de Movimentações: Investimento inicial mínimo: R\$ 300.000,00; Investimento Adicional mínimo: R\$ 0,00; Resgate mínimo: R\$ 0,00; Valor mínimo de permanência: R\$ 0,00; Horário para aplicação e resgate: 15:00(i) A integralização do valor das cotas deve ser realizada em moeda corrente nacional, sendo o valor da cota o resultado, da divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas existentes, inteiras e fracionárias. A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO. (ii) Não se admite a cessão ou transferência de cotas do FUNDO, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência. (iii) Somente poderá votar na Assembleia Geral o cotista do FUNDO inscrito no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Os representantes legais e os procuradores dos cotistas deverão comprovar essa qualidade por ocasião da Assembleia Geral. (iv) Os investimentos dos cotistas, por sua própria natureza e em função da política de investimento do FUNDO, estarão sempre sujeitos à perda do capital investido, em decorrência de, mas não se limitando a flutuações de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, não podendo a ADMINISTRADORA, em hipótese alguma, ser responsabilizada por eventual depreciação dos ativos financeiros da carteira, salvo em caso de dolo ou má-fé. (v) A ADMINISTRADORA é obrigada a adotar as normas de conduta previstas na legislação vigente.

Fale com a CVM



## Consulta Pública de Lâmina de Fundo

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência:	Jul/2024	Exibir	
Nome do Fundo/Classe:	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA		CNPJ: 20.139.595/0001-78
Tipo:	FDOS DE INVESTIMENTO		Cód. CVM: 239666
Subclasse (se aplicável):			
Administrador:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		CNPJ: 00.360.305/0001-04

### LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O FI BRASIL 2024 IV TP RF

#### Informações referentes a 07/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA, administrado por CAIXA ECONOMICA FEDERAL e gerido por CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

- 1. PÚBLICO-ALVO:** Para investidores que pretendam priorizar a preservação de seus recursos e evitar, ao máximo, correr riscos que possam comprometer, ainda que momentaneamente, o seu patrimônio

Restrições de Investimento: O FUNDO destina-se a acolher investimentos dos RPPS<sub>2</sub> das Entidades Públicas da Administração Direta, Autarquias<sub>2</sub> Fundações Públicas<sub>2</sub> Entidades Fechadas de Previdência Complementar e/ou Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento destinados às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

- 2. OBJETIVOS DO FUNDO:** é proporcionar ao Cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços (IPCA), não constituindo em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA

- 3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**

**a.** Investir em carteira composta por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, estando exposto ao risco das variações das taxas prefixadas, pós fixadas e/ou índices de preços.

**b.** O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0%
Aplicar em crédito privado até o limite de	0%
Aplicar em um só fundo até o limite de	0%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	N
Alavancar-se até o limite de	0%

Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

**c.** A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3\_b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.

**d.** As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

#### 4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	R\$ 300.000,00
Investimento adicional mínimo	R\$ 0,00
Resgate mínimo	R\$ 0,00
Horário para aplicação e resgate	15:00
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	R\$ 0,00
Prazo de carência	Não há.
Condições de carência	Não há.

Conversão das cotas	<p><b>Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.</b></p> <p>No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.</p>
Pagamento dos resgates	<b>O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de 0 dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.</b>
Taxa de administração	0,2% <b>Comentários/Esclarecimentos por parte do fundo:</b> 0,20% ao ano
Taxa de entrada	Não há taxa fixada.  Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	<b>Para resgatar suas cotas do fundo o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido.</b>  <b>Outras condições de saída: Não há.</b>
Taxa de desempenho/performance	Não há.
Taxa total de despesas	<b>As despesas pagas pelo fundo representaram 0,2166% do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de 01/08/2023 a 31/07/2024 . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a> .</b>

## 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 4.077.447.814,11 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos públicos federais	99,77%
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	0,22%

**6. RISCO:** o Administrador CAIXA ECONOMICA FEDERAL classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 3

Menor Risco					Maior Risco
1	2	3	4	5	

**7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])**

- a.** A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
- b.** Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 44,7991%. No mesmo período o índice de referência [IMA-B 100%] variou 37,9804%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

**Tabela de Rentabilidade Anual**

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [IMA-B 100%]
<b>2024</b>	<b>6,61%</b>	<b>0,97%</b>	<b>679,79%</b>
<b>2023</b>	<b>10,82%</b>	<b>16,05%</b>	<b>67,4%</b>
<b>2022</b>	<b>8,67%</b>	<b>6,37%</b>	<b>136,18%</b>
<b>2021</b>	<b>2,8%</b>	<b>-1,26%</b>	<b>-221,16%</b>
<b>2020</b>	<b>8,52%</b>	<b>6,41%</b>	<b>133,02%</b>

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [IMA-B 100%]
<b>8</b>	<b>0,9%</b>	<b>-0,38%</b>	<b>-238,05%</b>
<b>9</b>	<b>1,1%</b>	<b>-0,95%</b>	<b>-116,13%</b>
<b>10</b>	<b>0,44%</b>	<b>-0,66%</b>	<b>-66,52%</b>
<b>11</b>	<b>0,79%</b>	<b>2,62%</b>	<b>29,97%</b>
<b>12</b>	<b>0,92%</b>	<b>2,75%</b>	<b>33,56%</b>
<b>1</b>	<b>1,11%</b>	<b>-0,45%</b>	<b>-246,28%</b>
<b>2</b>	<b>0,73%</b>	<b>0,55%</b>	<b>132,3%</b>
<b>3</b>	<b>0,92%</b>	<b>0,08%</b>	<b>1178,79%</b>
<b>4</b>	<b>0,79%</b>	<b>-1,61%</b>	<b>-48,93%</b>
<b>5</b>	<b>0,89%</b>	<b>1,33%</b>	<b>66,6%</b>

<b>6</b>	<b>1,16%</b>	<b>-0,97%</b>	<b>-119,81%</b>
<b>7</b>	<b>0,98%</b>	<b>2,09%</b>	<b>46,58%</b>

**8. EXEMPLO COMPARATIVO:**[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

**a. Rentabilidade:** Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024, você poderia resgatar R\$ 1.091,91, já deduzidos impostos no valor de R\$ 19,50.

A taxa de ingresso teria custado R\$ 0,00. A taxa de saída teria custado R\$ 0,00. O ajuste sobre performance individual teria custado R\$ 0,00.

**b. Despesas:** As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 2,16.

**9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:**[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

<b>Simulação das Despesas</b>	<b>[+3 anos]</b>	<b>[+5 anos]</b>
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 7,16	R\$ 13,21
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 323,84	R\$ 597,30

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

**10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:**

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através da sua rede de agências e canais eletrônicos

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

Não se aplica

**11.SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:**

- a. Telefone 08007260101**
- b. Página na rede mundial de computadores [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**
- c. Reclamações: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

**12.SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:**

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM**
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.**

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são:Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações em compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor

Operações lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

- [iv]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [v]** Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.
- [vi]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [vii]** Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.
- [viii]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [ix]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[Fale com a CVM](#)

## Consulta de Formulário de Informações Complementares

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

<b>Competência</b>	<input type="text" value="Exibir"/>	<input type="text" value="28/09/2018"/>
<b>Nome do Fundo</b>	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	
<b>CNPJ do Fundo</b>	19.768.682/0001-05	
<b>Tipo do Fundo</b>	FDOS DE INVESTIMENTO	
<b>Cód. CVM</b>	240303	
<b>Administrador</b>	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
<b>CNPJ do Administrador</b>	00.360.305/0001-04	

## Formulário de Informações Complementares

**Informações Complementares de código:** 35681

**CNPJ do fundo:**  
19.768.682/0001-05

**Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:**  
Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência, por tipo de ativo e emissor, podendo haver defasagem em tal divulgação, nos termos da legislação vigente.

### Local, Meio ou forma de divulgação

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Diariamente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**



O balancete, a composição da carteira, o perfil mensal e a lâmina de informações essenciais (se houver) do FUNDO serão disponibilizados por meios eletrônicos e/ou na página da Comissão de Valores Mobiliários - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao de referência

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações de desempenho do FUNDO relativas aos 12 meses findos em 31 de dezembro e aos 12 meses findos em 30 de junho, serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, até o último dia útil dos meses de fevereiro e de agosto de cada ano

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O formulário de informações complementares do FUNDO será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver alteração do seu conteúdo

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

As demonstrações contábeis do FUNDO serão disponibilizadas na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, em até 90 dias após o encerramento do exercício social

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

Qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira, será disponibilizado na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Descrição da forma de Divulgação:**

Sempre que houver qualquer ato ou fato relevante

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

O extrato mensal de conta, contendo as informações previstas na legislação vigente, será disponibilizado por canais eletrônicos da ADMINISTRADORA

**Descrição da forma de Divulgação:**

Mensalmente

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**

A convocação de assembleia geral de cotistas do FUNDO será realizada por meios eletrônicos, conforme Regulamento, e disponibilizada na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). O resumo das deliberações será disponibilizado por meios eletrônicos

**Descrição da forma de Divulgação:**

Anualmente, no caso de assembleia ordinária, e eventualmente, no caso de assembleia extraordinária

**Local, Meio ou forma de divulgação cotista**

**Tipo do meio de divulgação:** Físico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Diretamente nas Agências ou na sede da ADMINISTRADORA

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Na página da ADMINISTRADORA na internet - [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Central de Atendimento ao Cotista: 0800-726-0101;

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**

Informações adicionais sobre o FUNDO podem ser solicitadas à ADMINISTRADORA e serão disponibilizadas, a seu exclusivo critério, desde que de forma equânime aos cotistas e demais interessados.

**Descrição do local de divulgação**

Ouvidoria: 0800-725-7474; Atendimento a Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala: 0800-726-2492

**Descrição da forma de divulgação**

A qualquer tempo

**Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo**

O cotista está sujeito aos seguintes riscos inerentes aos mercados nos quais o FUNDO aplica seus recursos: Risco de mercado: variação dos preços e cotações de mercado dos ativos que compõem a carteira do FUNDO. Risco de liquidez: dificuldade em honrar com os pagamentos de resgates solicitados, nos prazos legais e/ou no montante solicitado, além da possibilidade de venda de ativos com pouca demanda a preço abaixo do contabilizado. Risco de concentração: eventual concentração dos investimentos em determinados emissores, setores ou prazo de vencimento do ativo, pode aumentar a exposição aos riscos já mencionados, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas. Risco sistêmico e de regulação: motivos exógenos, que afetam os investimentos financeiros como um todo e cujo risco não é eliminado através de diversificação, e mudanças nas regulamentações e/ou legislação. Risco de crédito: inadimplemento de principal ou juros por parte de empresa emissora de títulos de dívida em que o FUNDO invista. Eventualmente os contratos de derivativos poderão estar sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação. Risco operacional: Consiste na possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de fatores exógenos diversos. Risco de contraparte: Relacionado à possibilidade de uma ou mais partes de um negócio não cumprir suas obrigações contratuais, podendo assim, advir de uma contraparte com a qual não existe uma operação de financiamento ou empréstimo. Nos fundos de investimento, o risco de contraparte também pode estar relacionado ao risco de crédito.

**Informações Políticas sobre o gestor**

**Informar se o gestor vota ou não em assembléias dos ativos que compõem a carteira:** Não

**Descrição da política relativa ao exercício de direito do voto:**

A gestora deste FUNDO não exerce política de exercício do direito de voto em assembleias gerais convocadas para deliberar sobre ativos financeiros dos quais o FUNDO seja titular.

**Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido**

As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas ao Imposto de Renda (IR) e sujeitam-se a alíquota zero de IOF-Títulos e Valores Mobiliários, salvo aquelas realizadas nos termos do Decreto nº 6.306/2007 e alterações posteriores, que poderão estar sujeitas a incidência de IOF. Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas. O cotista está sujeito a seguinte tributação: A) Se o prazo da carteira do FUNDO for superior a 365 dias, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do FUNDO, por ocasião do resgate, em função do prazo de permanência, às seguintes alíquotas de longo prazo: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias de permanência III-17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias de permanência IV-15% em aplicações com prazo acima de 720 dias de permanência B) Se o prazo da carteira do FUNDO for igual ou inferior a 365 dias, são aplicáveis as seguintes alíquotas de curto prazo, por ocasião do resgate, conforme prazo de permanência no FUNDO: I-22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias de permanência II-20% em aplicações com prazo de acima de 180 dias de permanência. C) Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro, incidirá imposto de renda na fonte sobre os rendimentos, de acordo com o prazo da carteira do FUNDO. D) Por ocasião do resgate das cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a III do item A e inciso I do item B. E) Incidirá IOF à alíquota de 1% ao dia, limitado aos rendimentos do FUNDO, de acordo com tabela decrescente em função do prazo, disponível no site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). F) O disposto acima não se aplica aos cotistas que não estão sujeitos à tributação, conforme legislação tributária e fiscal vigente, desde que apresentada documentação comprobatória, se for o caso.

**Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez**

A ADMINISTRADORA possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os fundos de investimento. Para o gerenciamento do risco de mercado é utilizado modelo estatístico VaR (Value at Risk), que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de Stress que é utilizada para estimar a perda potencial, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de stress. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do FUNDO. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades, o gerenciamento de liquidez no FUNDO utiliza modelo que contempla projeção de fluxo de caixa, histórico de aplicações e resgate, classificação de liquidez dos ativos baseada no histórico de negociação no mercado secundário e acompanhamento de concentração por vencimentos, por prazo e por cotistas. OS MÉTODOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRADORA PARA GERENCIAR OS RISCOS A QUE O FUNDO SE ENCONTRA SUJEITO NÃO CONSTITUEM GARANTIA CONTRA EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS QUE POSSAM SER INCORRIDAS PELO FUNDO.

**Informações de Risco**

**Informação se existe ou não agência de classificação de rating** Não

**CNPJ**

**Nome do Prestador**

N/A

**Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada**

N/A

**Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM**

N/A

**Detalhamento do administrador****Apresentação do administrador**

A Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira sob a forma de empresa pública, por meio de sua Vice-Presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (VIART), encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº. 3.241, de 04 de janeiro de 1995. A atividade de administração e gestão de recursos de terceiros iniciou-se na CAIXA em 1991 e, desde 1998, a VIART atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na gestão de recursos de terceiros. Buscando sempre se adequar às melhores práticas de mercado, a VIART possui estrutura técnica qualificada, formada pelas áreas de: administração, produto, estratégia e inteligência de mercado, gestão de ativos, estudos econômicos e análise setorial, pesquisa quantitativa, fundos estruturados e gerenciamento de risco. A VIART possui, ainda, área de compliance, responsável por acompanhar a conformidade técnica das operações de gestão e conta com suporte jurídico da CAIXA na prestação de assessoria especializada. Como parte do aprimoramento das técnicas de gestão, utiliza-se de consultorias internas e externas. A CAIXA é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para: - Ética; - Negociação de Instrumentos Financeiros; - Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo - Processos da Regulação e Melhores Práticas; - Fundos de Investimento; Programa de Certificação Continuada; - Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e - Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais;

**Apresentação do gestor de recursos**

A CAIXA também é responsável pela gestão do FUNDO.

**Detalhamento do Serviço Prestado**

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Administração

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Gestão da Carteira

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Distribuição de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Custódia, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Escrituração de Cotas

**Nome do Prestador:**

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Auditoria Independente**Nome do Prestador:**

KPMG Auditores Independentes - CNPJ: 57.755.217/0001-29

**Detalhamento de Distribuição****Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico:** Sim**Descrição detalhada**

As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela CAIXA, que oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado somente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros.

**Outras Informações****Informações sobre autorregulação anbima:**

ESTE FORMULÁRIO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, ASSIM COMO COM AS NORMAS EMANADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E A ANBIMA NÃO GARANTEM A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. O INVESTIMENTO EM FUNDO NÃO É GARANTIDO PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE FORMULÁRIO, QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO. A PRESENTE INSTITUIÇÃO ADERIU AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

**Demais informações relevantes ao investidor**

Tipo ANBIMA: RENDA FIXA DURAÇÃO LIVRE SOBERANO - Fundos que têm como objetivo buscar retorno por meio de investimentos em ativos e derivativos de renda fixa, sem compromisso de manter limites mínimo ou máximo para a duration média ponderada da carteira. O hedge cambial da parcela de ativos no exterior é facultativo. Fundos devem manter 100% (cem por cento) em títulos públicos federais. Parâmetros de

Movimentações: Investimento inicial mínimo: R\$ 300.000,00; Investimento Adicional mínimo: R\$ 0,00; Resgate mínimo: R\$ 0,00; Valor mínimo de permanência: R\$ 0,00; Horário para aplicação e resgate: 15:00(i) A integralização do valor das cotas deve ser realizada em moeda corrente nacional, sendo o valor da cota o resultado, da divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas existentes, inteiras e fracionárias. A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO. (ii) Não se admite a cessão ou transferência de cotas do FUNDO, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência. (iii) Somente poderá votar na Assembleia Geral o cotista do FUNDO inscrito no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Os representantes legais e os procuradores dos cotistas deverão comprovar essa qualidade por ocasião da Assembleia Geral. (iv) Os investimentos dos cotistas, por sua própria natureza e em função da política de investimento do FUNDO, estarão sempre sujeitos à perda do capital investido, em decorrência de, mas não se limitando a flutuações de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, não podendo a ADMINISTRADORA, em hipótese alguma, ser responsabilizada por eventual depreciação dos ativos financeiros da carteira, salvo em caso de dolo ou má-fé. (v) A ADMINISTRADORA é obrigada a adotar as normas de conduta previstas na legislação vigente.

[Fale com a CVM](#)

## Consulta Pública de Lâmina de Fundo

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Jul/2024	Exibir	
Nome do Fundo/Classe: FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA		CNPJ: 19.768.682/0001-05
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO		Cód. CVM: 240303
Subclasse (se aplicável):		
Administrador: CAIXA ECONOMICA FEDERAL		CNPJ: 00.360.305/0001-04

### LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O FI BRASIL 2024 V TP RF

Informações referentes a 07/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA, administrado por CAIXA ECONOMICA FEDERAL e gerido por CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

- 1. PÚBLICO-ALVO:** Investidores que buscam retorno por meio de investimentos em fundos de renda fixa

Restrições de Investimento: O FUNDO destina-se a acolher investimentos dos RPPS<sub>2</sub> das Entidades Públicas da Administração Direta, Autarquias<sub>2</sub>, Fundações Públicas<sub>2</sub>, Entidades Fechadas de Previdência Complementar e/ou Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento destinados às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

- 2. OBJETIVOS DO FUNDO:** Proporcionar rentabilidade por meio de títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, tendo como parâmetro de rentabilidade o subíndice Índice de Mercado ANBIMA série B - IMA-B

- 3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**



- a.** Investir em carteira composta por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, estando exposto ao risco das variações das taxas prefixadas, pós fixadas e/ou índices de preços.

- b.** O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0%
Aplicar em crédito privado até o limite de	0%
Aplicar em um só fundo até o limite de	0%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	N
Alavancar-se até o limite de	0%

Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

- c.** A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3\_b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.

#### 4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

Investimento inicial mínimo	R\$ 300.000,00
Investimento adicional mínimo	R\$ 0,00
Resgate mínimo	R\$ 0,00
Horário para aplicação e resgate	15:00
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	R\$ 0,00
Prazo de carência	Não há.
Condições de carência	Não há.

Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.  No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de 0 dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	0,2%  Comentários/Esclarecimentos por parte do fundo: 0,20% ao ano
Taxa de entrada	Não há taxa fixada.  Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do fundo o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido.  Outras condições de saída: Não há.
Taxa de desempenho/performance	Não há.
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram 0,2473% do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de 01/08/2023 a 31/07/2024 . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a> .

## 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 200.348.669,40 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos públicos federais	99,76%
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	0,23%

**6. RISCO:** o Administrador CAIXA ECONOMICA FEDERAL classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 3

Menor Risco					Maior Risco
1	2	3	4	5	

**7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])**

- a.** A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
- b.** Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 44,8852%. No mesmo período o índice de referência [IMA-B 100%] variou 37,9804%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

**Tabela de Rentabilidade Anual**

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [IMA-B 100%]
2024	6,59%	0,97%	677,95%
2023	10,8%	16,05%	67,29%
2022	8,71%	6,37%	136,78%
2021	2,77%	-1,26%	-219,39%
2020	8,5%	6,41%	132,67%

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [IMA-B 100%]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [IMA-B 100%]
8	0,89%	-0,38%	-237,66%
9	1,1%	-0,95%	-115,88%
10	0,43%	-0,66%	-66,3%
11	0,78%	2,62%	29,89%
12	0,92%	2,75%	33,47%
1	1,1%	-0,45%	-245,73%
2	0,72%	0,55%	131,9%
3	0,91%	0,08%	1175,96%
4	0,79%	-1,61%	-48,78%

5	0,88%	1,33%	66,43%
6	1,16%	-0,97%	-119,57%
7	0,97%	2,09%	46,45%

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

- a.** Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024, você poderia resgatar R\$ 1.091,76, já deduzidos impostos no valor de R\$ 19,46.

A taxa de ingresso teria custado R\$ 0,00. A taxa de saída teria custado R\$ 0,00. O ajuste sobre performance individual teria custado R\$ 0,00.

- b.** Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 2,47.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 8,18	R\$ 15,09
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 322,82	R\$ 595,42

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

- a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através da sua rede de agências e canais eletrônicos

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

Não se aplica

### 11.SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

- a. Telefone 08007260101
- b. Página na rede mundial de computadores [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)
- c. Reclamações: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

### 12.SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são: Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações em compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor

Operações lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

- [iv]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [v]** Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.
- [vi]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [vii]** Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.
- [viii]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.
- [ix]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

Fale com a CVM

## Consulta Pública de Lâmina de Fundo

**Atenção:** Estas informações têm por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

Competência: Jun/2024	Exibir	
Nome do Fundo: BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FUNDO DE INVESTIMENTO		CNPJ: 49.964.484/0001-88
Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO		Cód. CVM: 490334
Administrador: BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A		CNPJ: 30.822.936/0001-69

## LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB Previdenciario Vertice Renda Fixa TP 2024

### Informações referentes a 06/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FUNDO DE INVESTIMENTO, administrado por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A e gerido por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no [www.bb.com.br/bbasset](http://www.bb.com.br/bbasset). As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

- 1. PÚBLICO-ALVO:** O fundo é destinado a investidores que pretendam: O FUNDO recebe recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou União, Governos Estaduais, Distrito Federal ou Prefeituras e EFPCs - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Fundo de Investimento exclusivos das EFPC e Fundos de Investimento administrados pela BB ASSET.

Restrições de Investimento: .

- 2. OBJETIVOS DO FUNDO:** O FUNDO tem como objetivo buscar a rentabilidade de suas cotas, mediante aplicação de seus recursos em carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa, obtendo níveis de rentabilidade compatíveis com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA + 5,0% ao ano, não constituindo em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA.

**3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**

- a.** Para alcançar seus objetivos, o FUNDO aplicará seus recursos, exclusivamente, em Títulos Públicos Federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e ou Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O FUNDO deverá manter, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua carteira em ativos financeiros cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços, buscando alocar preponderantemente nos títulos públicos ligados à inflação - NTN-B com vencimento em 2024.

- b.** O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0%
Aplicar em crédito privado até o limite de	0%
Aplicar em um só fundo até o limite de	0%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	N
Alavancar-se até o limite de	0%

Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

- c.** A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.

- d.** As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

**4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO**

Investimento inicial mínimo	R\$ 100.000,00
Investimento adicional mínimo	R\$ 100.000,00
Resgate mínimo	R\$ 100.000,00
Horário para aplicação e resgate	15:00
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	R\$ 100.000,00



Prazo de carência	Os recursos investidos no fundo não podem ser resgatados antes de 461 dias contados da data da aplicação.
Condições de carência	Os recursos investidos não podem ser resgatados antes de 461 dias N contados da data do início do fundo.
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.  No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de 0 dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	0,1%
Taxa de entrada	Não há taxa fixada.  Outras condições de entrada: Não há.
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do fundo o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido.  Outras condições de saída: Não há.
Taxa de desempenho/performance	Não há.
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram 0,0316% do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de 01/07/2023 a 28/06/2024 . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em <a href="http://www.bb.com.br/bbasset">www.bb.com.br/bbasset</a> .

## 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 3.477.615.018,87 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos Públicos Federais	99%
Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais	1%
Outras Aplicações	0%

**6. RISCO:** o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 3

Menor Risco					Maior Risco
1	2	3	4	5	

**7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])**

- a.** A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
- b.** Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 12,25%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

A rentabilidade acumulada não engloba os últimos 5 anos porque o fundo não existia antes de 12/05/2023.

Não foram apresentados dados de rentabilidade passada relativos a 2022, 2021, 2020 porque o fundo ainda não existia.

#### Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência []	Desempenho do fundo como % do índice de referência []
2024	5,78%	-	-
2023	6,12%	-	-

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência []	Desempenho do fundo como % do índice de referência []
7	1,07%	-	-
8	0,91%	-	-
9	1,11%	-	-
10	0,44%	-	-
11	0,79%	-	-
12	0,93%	-	-
1	1,12%	-	-

2	0,74%	-	-
3	0,93%	-	-
4	0,8%	-	-
5	0,89%	-	-
6	1,17%	-	-

**a.** Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho: Não se aplica

**b.** Exemplo do desempenho do fundo: Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

Varição do desempenho do Fundo	Fórmula de cálculo da rentabilidade	Valores dos cenários/gatilhos que afetam a rentabilidade	Esclarecimentos sobre como o cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo
0%	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

**a.** Rentabilidade: Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024, você poderia resgatar R\$ 1.048,95, já deduzidos impostos no valor de R\$ 12,24.

A taxa de saída teria custado R\$ 0,00.

**b.** Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 0,23.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 1,15	R\$ 2,12

Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 329,85	R\$ 608,39
--	------------	------------

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

#### 10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

##### a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

##### b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

##### c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

#### 11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

- a. Telefone 08007293886
- b. Página na rede mundial de computadores [www.bb.com.br/bbasset](http://www.bb.com.br/bbasset)
- c. Reclamações: [bbasset@bb.com.br](mailto:bbasset@bb.com.br) - Av. Chile, 330, T Oeste - 7 e

#### 12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.

**[i]** Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

**[ii]** Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

<b>[iii]</b> Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são: Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, commercial paper, export note, CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	Swaps, opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

**[iv]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

**[v]** Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

**[vi]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

**[vii]** Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

**[viii]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

**[ix]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

## Consulta de Formulário de Informações Complementares

---

**Atenção:** Estas informações têm por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

**Competência**

06/08/2018

Exibir

**Nome do Fundo** BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI

**CNPJ do Fundo** 13.077.418/0001-49

**Tipo do Fundo** FDOS DE INVESTIMENTO

**Cód. CVM** 159581

**Administrador** BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A

**CNPJ do Administrador** 30.822.936/0001-69

### Formulário de Informações Complementares

**Informações Complementares de código:**34191

**CNPJ do fundo:**13.077.418/0001-49

**Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:** A composição da carteira do Fundo será disponibilizada aos cotistas em até 10 (dez) dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:** A Demonstração de Desempenho do Fundo no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br).

**Descrição da forma de Divulgação:** Nos prazos previstos na Instrução CVM 555/14.

**Tipo do meio de divulgação:** físico

**Descrição do local de divulgação:** Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas nas agências do Banco do Brasil

**Descrição da forma de Divulgação:** No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:** O valor da cota e do patrimônio líquido, no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br) e/ou na página da internet da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

**Descrição da forma de Divulgação:** Diariamente para fundos com liquidez diária ou periodicidade compatível com a liquidez do fundo

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:** Demonstrações Contábeis do Fundo, devidamente acompanhadas do parecer do auditor independente, no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br).

**Descrição da forma de Divulgação:** No prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social.

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:** Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

**Descrição da forma de Divulgação:** No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação cotista

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**Banco do Brasil S.A.

**Descrição do local de divulgação:**Central de Atendimento Banco do Brasil S.A. nos telefones 4004 0001 ou 0800 729 0001.

**Descrição da forma de divulgação:**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**Banco do Brasil S.A.

**Descrição do local de divulgação:**Suporte Técnico no telefone 0800 729 0200

**Descrição da forma de divulgação:**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**Banco do Brasil S.A.

**Descrição do local de divulgação:**Deficiente Auditivo ou de Fala no telefone 0800 729 0088

**Descrição da forma de divulgação:**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

**Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo:**Risco de Crédito, Risco de Concentração , Risco de juros posfixados (CDI, TMS), Risco de Taxa de Juros, Risco de Conjuntura , Risco de Liquidez, Risco Proveniente do uso de Derivativos, Risco Sistêmico, Risco Regulatório,

Informações Políticas sobre o gestor

**Informar se o gestor vota ou não em assembleias dos ativos que compõem a carteira:** Sim

**Descrição da política relativa ao exercício de direito do voto:**Ao adotar Política de Exercício de Direito de Voto, conforme indicado no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), a Gestora comparecerá às assembleias em que o Fundo seja detentor de ativos financeiros, sempre que identificar tal necessidade, a fim de resguardar os direitos e interesses dos cotistas.

**Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido:**As operações da carteira do Fundo não estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda e IOF. Os rendimentos auferidos pelo cotista estão dispensados de retenção de imposto de renda na fonte, conforme legislação aplicável ao investidor. Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão



modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas. Não se aplica o disposto nos parágrafos anteriores aos cotistas sujeitos a regras de tributação específica, atendida a legislação pertinente.

**Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez**

Para gerenciamento dos riscos a que o Fundo se encontra sujeito, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A. observará, na seleção dos FIs, a exigência de que os métodos abaixo descritos sejam utilizados: Para o gerenciamento do risco de mercado, utiliza-se o Valor em Risco (Value-at-Risk ? VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima dentro de dado horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado são realizados testes de estresse que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. As métricas acima são calculadas para todos os fundos. No gerenciamento do risco de liquidez, aplicamos metodologia para avaliação da liquidez de cada ativo do Fundo e da carteira como um todo. Para tanto utilizamos séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimação consistente de seus históricos diários de negociação. No caso do passivo (resgates líquidos) utilizamos a métrica LVaR que, semelhante ao VaR, estima uma probabilidade de resgate líquido, considerando-se um intervalo de tempo, uma série histórica móvel e um intervalo de confiança. A avaliação do risco de liquidez do ativo e do passivo é efetuada diariamente, em condições normais e de estresse. Como forma de reduzir o risco de liquidez, podem ser mantidas posições em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que são os ativos com maior volume de negociação no mercado. A política utilizada pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. para gerenciar os riscos a que o Fundo e seus cotistas estão sujeitos, não constitui garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo e/ou pelos seus cotistas, especialmente em situações anormais de mercado, quando a referida política de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida.

## Informações de Risco

### Informação se existe ou não agência de classificação de rating

### CNPJ

### Nome do Prestador

### Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada

### Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM

### Detalhamento do administrador

**Apresentação do administrador** Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB

DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos, macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody's América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

**Apresentação do gestor de recursos** Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos, macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody's América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

## Detalhamento do Serviço Prestado

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Controle e Processamento

**Nome do Prestador:**Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Registro Escritural de Cotas e Tesouraria

**Nome do Prestador:**Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Distribuição

**Nome do Prestador:**Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Custodia

**Nome do Prestador:**Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Auditor Independente

**Nome do Prestador:**Nome: KPMG Auditores Independentes Cnpj: 57755217000129

## Detalhamento de Distribuição

**Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico:** Sim

**Descrição detalhada**O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes. O único Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM. O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de

afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

## Outras Informações

**Informações sobre autorregulação anbima:** Tipo Anbima: Renda Fixa Duração Baixa Grau de Investimento Classificação Anbima: Fundos que objetivam buscar retornos em ativos e derivativos de renda fixa, com duration média ponderada da carteira inferior a 21 (vinte e um) dias úteis, procurando minimizar a oscilação nos retornos promovida por alterações nas taxas de juros futuros, investindo, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido em títulos públicos federais ou ativos com baixo risco de crédito do mercado doméstico ou externo. Classe Cvm: Fundo de Renda Fixa Sub Classe Cvm: Não se Aplica ESTE FORMULÁRIO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO BEM COMO DAS NÓRMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDOS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇO. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. ESTE FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS FGC. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES FORMULÁRIOS QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO AS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

**Demais informações relevantes ao investidor** Aplicação Inicial: R\$1000,00 Aplicação Subsequente: R\$0,01 Resgate Mínimo: R\$0,01 Saldo Mínimo: R\$0,01 Horário de Movimentação do Fundo: 17:00h(horário de Brasília - DF)

[Fale com a CVM](#)

## Consulta Pública de Lâmina de Fundo

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

<b>Competência:</b> Set/2024 <input type="button" value="Exibir"/>	
<b>Nome do Fundo/Classe:</b> BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	<b>CNPJ:</b> 13.077.418/0001-49
<b>Tipo:</b> FDOS DE INVESTIMENTO	<b>Cód. CVM:</b> 159581
<b>Subclasse (se aplicável):</b>	
<b>Administrador:</b> BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	<b>CNPJ:</b> 30.822.936/0001-69

### LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB Previd Renda Fixa Ref DI LP Perfil FIC FI

#### Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI, administrado por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A e gerido por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no [www.bb.com.br/bbasset](http://www.bb.com.br/bbasset). As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. **PÚBLICO-ALVO:** O fundo é destinado a investidores que pretendam: investir em cotas de FIs com prazo médio da carteira superior a 365 dias e que sejam recursos dos RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais, pelo Distrito Federal ou por Prefeituras e Investidores Institucionais, EFPC, FIs e FICs exclusivos das EFPC.

**Restrições de Investimento:** .

**2. OBJETIVOS DO FUNDO:** O FUNDO tem como objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas, através da diversificação dos ativos financeiros que compõem sua carteira, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento, doravante denominados FIs.

**3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**

a. O FUNDO aplicará seus recursos em cotas de Fundos de Investimento que apresentem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de seu patrimônio líquido representado, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou ativos financeiros de renda fixa considerados de baixo risco de crédito, não sendo permitidas estratégias que impliquem em risco de moeda estrangeira, risco de renda variável ou alavancagem.

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0%
Aplicar em crédito privado até o limite de	50%
Aplicar em um só fundo até o limite de	100%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	S
Alavancar-se até o limite de	0%

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão. Este fundo de investimento em cotas de fundos de investimento não realiza depósito de margem de garantia junto às centrais depositárias, mas pode investir em fundos de investimento que podem estar expostos aos riscos decorrentes de aplicações em ativos que incorram em depósito de margem de garantia. As informações apresentadas são provenientes dos fundos investidos geridos por instituições ligadas.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

**4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO**

<b>Investimento inicial mínimo</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
<b>Investimento adicional mínimo</b>	<b>R\$ 0,01</b>
<b>Resgate mínimo</b>	<b>R\$ 0,01</b>
<b>Horário para aplicação e resgate</b>	<b>17:00</b>
<b>Observação sobre horário para aplicação e resgate</b>	
<b>Valor mínimo para permanência</b>	<b>R\$ 0,01</b>
<b>Prazo de carência</b>	<b>Não há.</b>
<b>Condições de carência</b>	<b>Não há.</b>
<b>Conversão das cotas</b>	<p>Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas <b>no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.</b></p> <p><b>No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.</b></p>
<b>Pagamento dos resgates</b>	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de <b>0 dia(s)</b> útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
<b>Taxa de administração</b>	<b>A taxa de administração pode variar de 0,2% a 0,3% do patrimônio líquido ao ano.</b>
<b>Taxa de entrada</b>	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: <b>Não há.</b>
<b>Taxa de saída</b>	Para resgatar suas cotas do <b>fundo</b> o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: <b>Não há.</b>
<b>Taxa de desempenho/performance</b>	<b>Não há.</b>
<b>Taxa total de despesas</b>	As despesas pagas pelo fundo representaram <b>0,0062%</b> do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de <b>01/10/2023</b> a <b>30/09/2024</b> . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em <b>www.bb.com.br/bbasset</b> .

## 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 20.065.228.623,01 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Títulos Públicos Federais	51%
Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais	23%
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	17%
Títulos de Crédito Privado	10%
Outras Aplicações	0%

6. RISCO: o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 2

Menor Risco Maior Risco				
1	2	3	4	5

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

- a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
- b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 47,33%. No mesmo período o índice de referência [CDI252] variou 47,21%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
2024	8,11%	7,99%	101,59%
2023	12,98%	13,04%	99,53%
2022	12,59%	12,39%	101,58%
2021	4,62%	4,42%	104,53%
2020	2,4%	2,76%	87%



**C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]**

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
10	0,99%	1%	99,06%
11	0,91%	0,92%	99,83%
12	0,9%	0,89%	100,86%
1	0,97%	0,97%	100%
2	0,8%	0,8%	100,36%
3	0,85%	0,83%	102,54%
4	0,88%	0,89%	99,61%
5	0,83%	0,83%	100,17%
6	0,79%	0,79%	100,1%
7	0,97%	0,91%	107,18%
8	0,89%	0,87%	102,8%
9	0,84%	0,84%	100,79%

a. **Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho:** Não se aplica

b. **Exemplo do desempenho do fundo:** Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

Varição do desempenho do Fundo	Fórmula de cálculo da rentabilidade	Valores dos cenários/gatilhos que afetam a rentabilidade	Esclarecimentos sobre como o cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo
0%	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

8. **EXEMPLO COMPARATIVO:[viii]** utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. **Rentabilidade:** Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante

o ano, no primeiro dia útil de 2024, você poderia resgatar R\$ 1.107,07, já deduzidos impostos no valor de R\$ 22,71.

A taxa de saída teria custado R\$ 0,00.

- b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 0,05.

9. **SIMULAÇÃO DE DESPESAS:**[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 0,23	R\$ 0,42
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 330,77	R\$ 610,09

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

#### 10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

#### 11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

- a. Telefone 08007293886
- b. Página na rede mundial de computadores [www.bb.com.br/bbasset](http://www.bb.com.br/bbasset)
- c. Reclamações: [bbasset@bb.com.br](mailto:bbasset@bb.com.br) - Av. Chile, 330, T Oeste - 7 e

#### 12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas – FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são: Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor

Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, <b>commercial paper, export note</b> , CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	<b>Swaps</b> , opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

[iv] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[v] Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

[vi] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[vii] Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

[viii] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ix] Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[Fale com a CVM](#)

## Consulta de Formulário de Informações Complementares

---

**Atenção:** Estas informações têm por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

**Competência**

28/12/2015

Exibir

**Nome do Fundo**

BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

**CNPJ do Fundo**

04.857.834/0001-79

**Tipo do Fundo**

FDOS DE INVESTIMENTO

**Cód. CVM**

50199

**Administrador**

BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A

**CNPJ do**

**Administrador**

30.822.936/0001-69

### Formulário de Informações Complementares

**Informações Complementares de código:**29878

**CNPJ do fundo:**04.857.834/0001-79

**Periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo:**A composição da carteira do Fundo será disponibilizada aos cotistas em até 10 (dez) dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:**A Demonstração de Desempenho do Fundo no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br).

**Descrição da forma de Divulgação:** Nos prazos previstos na Instrução CVM 555/14.

**Tipo do meio de divulgação:** físico

**Descrição do local de divulgação:** Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas nas agências do Banco do Brasil

**Descrição da forma de Divulgação:** No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:** O valor da cota e do patrimônio líquido, no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br) e/ou na página da internet da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

**Descrição da forma de Divulgação:** Diariamente para fundos com liquidez diária ou periodicidade compatível com a liquidez do fundo

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:** Demonstrações Contábeis do Fundo, devidamente acompanhadas do parecer do auditor independente, no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br).

**Descrição da forma de Divulgação:** No prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social.

**Tipo do meio de divulgação:** eletrônico

**Descrição do local de divulgação:** Informações sobre rentabilidade, composição da carteira, contemplando nome/classe dos ativos financeiros e percentual em relação ao patrimônio líquido do Fundo serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

**Descrição da forma de Divulgação:** No prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem.

Local, Meio ou forma de divulgação cotista

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**Banco do Brasil S.A.

**Descrição do local de divulgação**Central de Atendimento Banco do Brasil S.A. nos telefones 4004 0001 ou 0800 729 0001.

**Descrição da forma de divulgação**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**Banco do Brasil S.A.

**Descrição do local de divulgação**Suporte Técnico no telefone 0800 729 0200

**Descrição da forma de divulgação**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

**Tipo do meio de divulgação:** Eletrônico

**Descrição de texto enviada pela instituição:**Banco do Brasil S.A.

**Descrição do local de divulgação**Deficiente Auditivo ou de Fala no telefone 0800 729 0088

**Descrição da forma de divulgação**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

**Exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo**Risco de Taxa de Juros, Risco de juros posfixados (CDI, TMS), Risco Proveniente do uso de Derivativos, Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação, Risco de Liquidez, Risco de Conjuntura , Risco Sistêmico, Risco Regulatório,

Informações Políticas sobre o gestor

**Informar se o gestor vota ou não em assembleias dos ativos que compõem a carteira:** Não

**Descrição da política relativa ao exercício de direito do voto:**O Fundo não adotará política de direito de voto pela Gestora em assembleias gerais de companhias, tendo em vista a natureza dos seus investimentos

**Descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido**As operações da carteira do Fundo não estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda - IR e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. Haverá cobrança de IOF de acordo com tabela decrescente para os resgates ocorridos nos primeiros trinta dias, a contar da data de cada aplicação no Fundo, conforme legislação vigente. Não há garantia de que os cotistas receberão o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Por tratar-se de fundo de investimento fechado, não

haverá incidência de come-cotas semestral. Os rendimentos auferidos pelo cotista serão tributados pelo Imposto de Renda na Fonte (IRRF), à alíquota de 20% ou de 15%, conforme o prazo médio da carteira por ocasião do encerramento do FUNDO, quando ocorrerá o resgate total das cotas emitidas pelo FUNDO, salvo a ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, quando deverá ser aplicada a regra abaixo: Caso a carteira do FUNDO esteja composta por ativos financeiros cujo prazo médio seja inferior a trezentos e sessenta e cinco dias (apurada conforme metodologia divulgada pela Secretaria da Receita Federal), os cotistas serão tributados conforme a tabela a seguir: IRRF - CURTO PRAZO ALÍQUOTA PRAZO DE PERMANÊNCIA 22,5% Até 180 dias 20% Acima de 180 dias Caso a carteira do FUNDO esteja composta por ativos financeiros, cujo prazo médio seja igual ou superior a trezentos e sessenta e cinco dias (apurado conforme metodologia divulgada pela Secretaria da Receita Federal), o cotista será tributado conforme a tabela abaixo: IRRF - FUNDOS DE LONGO PRAZO ALÍQUOTA PRAZO DE PERMANÊNCIA 22,5% Até 180 dias 20% De 181 dias a 360 dias 17,5% De 361 dias a 720 dias 15% Acima de 720 dias Alterações na legislação fiscal vigente acarretarão modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao Fundo e aos cotistas.

**Descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez**

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A. deverá observar os métodos abaixo: Para o gerenciamento do risco de mercado, utiliza-se o Valor em Risco (Value-at-Risk ? VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima dentro de dado horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado são realizados testes de estresse que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. As métricas acima são calculadas para todos os fundos. No gerenciamento do risco de liquidez, aplicamos metodologia para avaliação da liquidez de cada ativo do Fundo e da carteira como um todo. Para tanto utilizamos séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimação consistente de seus históricos diários de negociação. No caso do passivo (resgates líquidos) utilizamos a métrica LVaR que, semelhante ao VaR, estima uma probabilidade de resgate líquido, considerando-se um intervalo de tempo, uma série histórica móvel e um intervalo de confiança. A avaliação do risco de liquidez do ativo e do passivo é efetuada diariamente, em condições normais e de estresse. Como forma de reduzir o risco de liquidez, podem ser mantidas posições em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que são os ativos com maior volume de negociação no mercado. A política utilizada pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. para gerenciar os riscos a que o Fundo e seus cotistas estão sujeitos, não constitui garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo e/ou pelos seus cotistas, especialmente em situações anormais de mercado, quando a referida política de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida.

## Informações de Risco

### Informação se existe ou não agência de classificação de rating

### CNPJ

### Nome do Prestador

### Classificação obtida pela agência de classificação de risco de crédito contratada



## Padronização do disclaimer relativo a advertência da manutenção do serviço pela CVM

### Detalhamento do administrador

**Apresentação do administrador** Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos, macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody's América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

**Apresentação do gestor de recursos** Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Aderente ao(s) Código(s) ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança e experiência aos mais modernos conceitos de gestão de ativos financeiros do mercado, para oferecer soluções aos mais diversos segmentos de investidores. Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos. A gestão dos recursos do Fundo é realizada por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos, macroeconomia, pesquisa e análise de empresas. A administração do Fundo é realizada por equipes responsáveis pelo seu funcionamento, pelo controle de todos os prestadores de serviços, pela defesa dos interesses dos cotistas e pela representação do Fundo perante os órgãos reguladores. A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Conformidade que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do Fundo e a sua aderência à política de investimento estabelecida no regulamento. Possui também uma equipe responsável pela Gestão de Risco de Mercado a que estão expostos os ativos financeiros. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os investidores, estas duas equipes estão subordinadas diretamente ao Diretor Presidente, não exercendo portanto, influência sobre as diretrizes de investimento dos fundos. A BB DTVM possui o Rating MQ1,

nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody's América Latina, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atestando o alto grau de autonomia na realização de seus processos e o seu excelente ambiente de gestão e controle. Outro diferencial é a certificação ISO 9001-08 ? Qualidade Total no Processo de Risco de Crédito, um dos mais renomados títulos internacionais em qualidade de serviços, produtos e processos. Concedido em 2012, pela Fundação Vanzolini, qualifica a BB DTVM no processo de diversificação de estratégias e ativos.

## Detalhamento do Serviço Prestado

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Controle e Processamento

**Nome do Prestador:**Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Registro Escritural de Cotas e Tesouraria

**Nome do Prestador:**Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Distribuição

**Nome do Prestador:**Nome: BANCO DO BRASIL S/A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Custodia

**Nome do Prestador:**Nome: Banco do Brasil S.A Cnpj: 00000000000191

**Descrição do serviço prestado nos termos do artigo X, inciso 41:** Auditor Independente

**Nome do Prestador:**Nome: KPMG Auditores Independentes Cnpj:  
57755217000129

## Detalhamento de Distribuição

**Indicação se o distribuidor oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos por um único gestor ou por gestoras ligadas a um mesmo grupo econômico:** Sim

**Descrição detalhada**O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao

Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes. O único Distribuidor do fundo é a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela própria Gestora. O Administrador, o Gestor, ou partes a ele relacionadas podem receber remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, bem como pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o Fundo venha a investir.

## Outras Informações

**Informações sobre autorregulação anbima:** Tipo Anbima: Renda Fixa Duração Média Soberano Classificação Anbima: Fundos que objetivam buscar retornos em ativos e derivativos de renda fixa, com duration média ponderada da carteira inferior ou igual à apurada no IRF-M do último dia útil de junho, procurando limitar oscilação nos retornos decorrentes das alterações nas taxas de juros futuros, investindo 100% (cem por cento) em títulos públicos federais. Classe Cvm: Fundo de Renda Fixa Sub Classe Cvm: Não se Aplica ESTE FORMULÁRIO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO BEM COMO DAS NÓRMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTA FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇO. O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE FORMULÁRIO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. ESTE FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS ? FGC. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE FORMULÁRIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTA FORMULÁRIO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO AS DISPOSIÇÕES DO FORMULÁRIO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

**Demais informações relevantes ao investidor** Aplicação Inicial: R\$0.01 Aplicação Subsequente: R\$0.01 Resgate Mínimo: R\$0.01 Saldo Mínimo: R\$0.01 Horário de Movimentação do Fundo: 17h00h(horário de Brasília - DF)

[Fale com a CVM](#)

## Consulta Pública de Lâmina de Fundo

**Atenção:** Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

<b>Competência:</b> <div style="text-align: right;">Set/ 2024 <input type="button" value="Exibir"/></div>	
<b>Nome do Fundo/Classe:</b> BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	<b>CNPJ:</b> 04.857.834/0001-79
<b>Tipo:</b> FDOS DE INVESTIMENTO	<b>Cód. CVM:</b> 50199
<b>Subclasse (se aplicável):</b>	
<b>Administrador:</b> BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	<b>CNPJ:</b> 30.822.936/0001-69

### LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB Renda Fixa LP Tesouro Selic

#### Informações referentes a 09/2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, administrado por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A e gerido por BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no [www.bb.com.br/bbasset](http://www.bb.com.br/bbasset). As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

- PÚBLICO-ALVO:** O fundo é destinado a investidores que pretendam obter retorno no longo prazo e rentabilidade que acompanhe a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, por meio de investimento em diversas classes de ativos financeiros, exceto renda variável e que sejam clientes do Banco do Brasil.

Restrições de Investimento: .

**2. OBJETIVOS DO FUNDO:** acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, por meio de investimento em diversas classes de ativos financeiros, exceto renda variável.

**3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**

a. O fundo aplicará seus recursos em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Deverá manter, no mínimo, 80% do seu patrimônio líquido representado por ativos de renda fixa relacionados diretamente ou sintetizados via derivativos, à taxa de juros doméstica e sua carteira deverá ter o prazo médio superior a 365 dias.

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0%
Aplicar em crédito privado até o limite de	0%
Aplicar em um só fundo até o limite de	100%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	N
Alavancar-se até o limite de	0%

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão. Este fundo de investimento em cotas de fundos de investimento não realiza depósito de margem de garantia junto às centrais depositárias, mas pode investir em fundos de investimento que podem estar expostos aos riscos decorrentes de aplicações em ativos que incorram em depósito de margem de garantia. As informações apresentadas são provenientes dos fundos investidos geridos por instituições ligadas.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

**4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO**

Investimento inicial mínimo	R\$ 0,01
Investimento adicional mínimo	R\$ 0,01
Resgate mínimo	R\$ 0,01
Horário para aplicação e resgate	17:00
Observação sobre horário para aplicação e resgate	
Valor mínimo para permanência	R\$ 0,01
Prazo de carência	Não há.
Condições de carência	Não há.
Conversão das cotas	<p>Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas <b>no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação.</b></p> <p><b>No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate.</b></p>
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de <b>0</b> dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	<b>A taxa de administração pode variar de 0,2% a 0,3% do patrimônio líquido ao ano.</b>
Taxa de entrada	Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: <b>Não há.</b>
Taxa de saída	Para resgatar suas cotas do <b>fundo</b> o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: <b>Não há.</b>
Taxa de desempenho/performance	<b>Não há.</b>
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram <b>0,0503%</b> do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de <b>01/10/2023</b> a <b>30/09/2024</b> . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em <b>www.bb.com.br/bbasset</b> .

## 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 11.688.156.356,11 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

Operações lastreadas em Federais	Compromissadas em títulos públicos	59%
Títulos Públicos Federais		41%
Outras Aplicações		0%

6. RISCO: o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 2

Menor RiscoMaior Risco				
1	2	3	4	5

7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])

- a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
- b. Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 45,3%. No mesmo período o índice de referência [CDI252] variou 47,21%.

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
2024	7,8%	7,99%	97,66%
2023	12,75%	13,04%	97,75%
2022	12,16%	12,39%	98,16%
2021	4,16%	4,42%	94,15%
2020	2,32%	2,76%	84,25%

**C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]**

Mês [vii]	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do índice de referência [CDI252]	Desempenho do fundo como % do índice de referência [CDI252]
10	0,96%	1%	96,27%
11	0,89%	0,92%	96,95%
12	0,88%	0,89%	98,22%
1	0,95%	0,97%	97,78%
2	0,79%	0,8%	98,15%
3	0,82%	0,83%	98,02%
4	0,86%	0,89%	97,36%
5	0,81%	0,83%	96,85%
6	0,77%	0,79%	97,66%
7	0,89%	0,91%	97,91%
8	0,85%	0,87%	98,19%
9	0,82%	0,84%	97,74%

a. **Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho:** Não se aplica

b. **Exemplo do desempenho do fundo:** Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

Varição do desempenho do Fundo	Fórmula de cálculo da rentabilidade	Valores dos cenários/gatilhos que afetam a rentabilidade	Esclarecimentos sobre como o cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo
0%	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

8. **EXEMPLO COMPARATIVO:[viii]** utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. **Rentabilidade:** Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante



o ano, no primeiro dia útil de 2024, você poderia resgatar R\$ 1.105,16, já deduzidos impostos no valor de R\$ 22,31.

A taxa de saída teria custado R\$ 0,00.

- b. Despesas: As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 0,41.

9. **SIMULAÇÃO DE DESPESAS:**[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação das Despesas	[+3 anos]	[+5 anos]
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 1,83	R\$ 3,37
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 329,17	R\$ 607,14

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

#### 10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

#### 11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

- a. Telefone 21494300
- b. Página na rede mundial de computadores [www.bb.com.br/bbasset](http://www.bb.com.br/bbasset)
- c. Reclamações: [bbasset@bb.com.br](mailto:bbasset@bb.com.br) - Av. Chile, 330, T Oeste - 7 e

#### 12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas – FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

[iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são: Espécie de ativo	Descrição
Títulos públicos federais	LTN; LFT; todas as séries de NTN
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor

Operações compromissadas lastreadas em títulos privados	Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor
Ações	Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI
Cotas de fundos de investimento 409	Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004
Outras cotas de fundos de investimento	Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM.
Títulos de crédito privado	Debêntures, notas promissórias, <b>commercial paper</b> , <b>export note</b> , CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA
Derivativos	<b>Swaps</b> , opções, operações a termo e operações no mercado futuro
Investimento no exterior	Ativos financeiros adquiridos no exterior
Outras aplicações	Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores

**[iv]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

**[v]** Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.

**[vi]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

**[vii]** Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.

**[viii]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

**[ix]** Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[Fale com a CVM](#)

## 1. Informações cadastrais

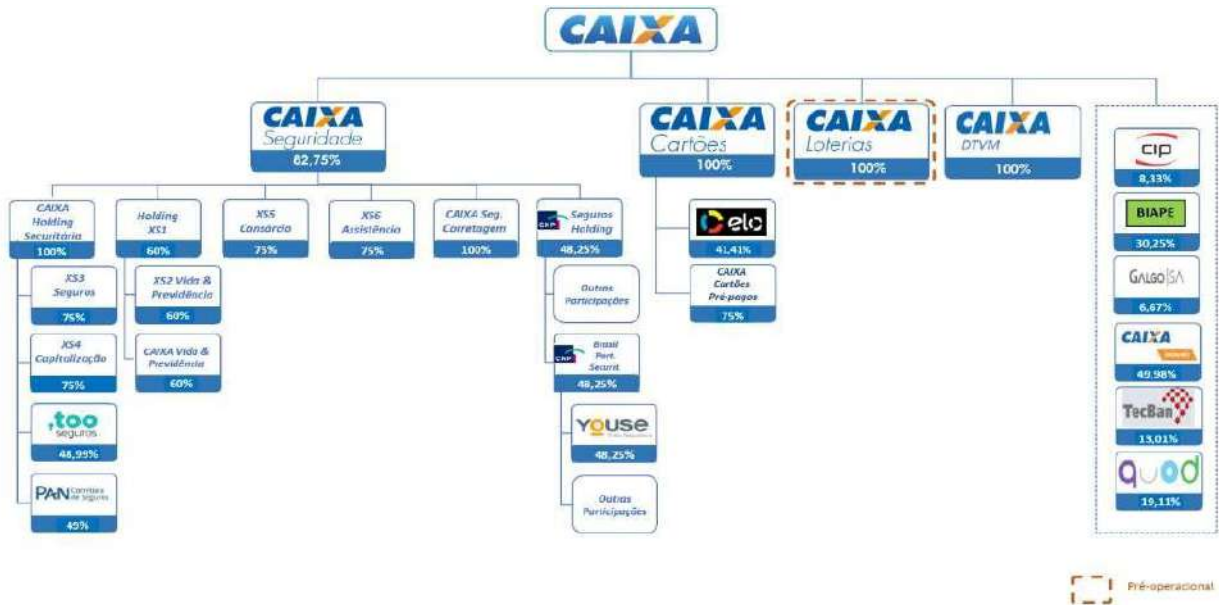
1.1	Razão social
CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES S.A.	
1.2	Nome fantasia
CAIXA DTVM.	
1.3	É instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB")?
A CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (CAIXA DTVM) é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e autorizada a funcionar pelo BCB conforme item 1.4.	
1.4	Quais são as autoridades regulatórias em que a gestora possui registro? Fornecer detalhe sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
CVM - Ato Declaratório CVM nº 19.043, de 31 de agosto de 2021. Banco Central do Brasil – BACEN, conforme decisão publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2021.	
1.5	Membro de associações de classe e/ou autorreguladoras? Quais?
Sim. A CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (CAIXA DTVM) possui adesão aos códigos da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, por meio da sua controladora (CAIXA).	
1.6	É instituição nacional ou estrangeira?
Nacional.	
1.7	Possui filial? Em caso positivo, quantas e onde estão localizadas?
N/A.	
1.8	Endereço
Av. Paulista, 750, 7º e 8º andares, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310980.	
1.9	CNPJ
42.040.639/0001-40.	
1.10	Data de Constituição
14 de abril de 2021.	
1.11	Telefones
(11)3572-4552	
1.12	Website
<a href="https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/">https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/</a>	
1.13	Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do questionário
GERDI - Gerência Nacional Relacionamento e Distribuição	
1.14	Telefone para contato
(11)3572-4600	
1.15	E-mail para contato

## 2. Informações institucionais

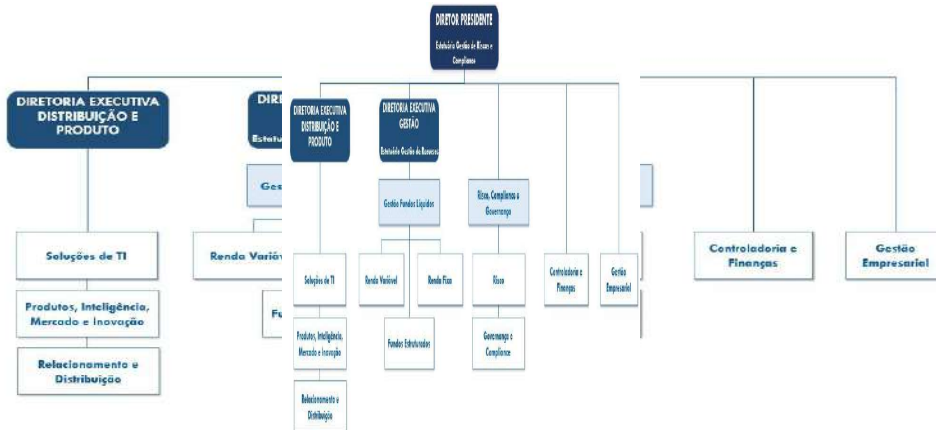
2.1	Informar o quadro societário da gestora, incluindo os nomes dos principais sócios e respectivas participações (informar no mínimo, os sócios que possuem percentual de participação acima de 5%).
-----	---

A CAIXA DTVM é subsidiária integral da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL é uma empresa 100% pública, controlada pelo Governo Federal.

2.2 Qual a estrutura empresarial do conglomerado ou grupo econômico? (Quando aplicável)



2.3 Fornecer o organograma da gestora (anexar resumo profissional dos principais executivos).



2.4 A gestora é signatária dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).

Sim. A CAIXA DTVM é signatária dos seguintes Códigos da ANBIMA:  
 Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE;  
 Código de Administração de Recursos de Terceiros;  
 Código de Ética;  
 Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas;  
 Código para o Programa de Certificação Continuada.

2.5 A gestora é signatária do Código de Ética da ANBIMA?

Sim.

2.6 A gestora é signatária do PRI – Principles for Responsible Investment?

Sim.

<b>2.7</b>	A gestora é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.
N/A.	
<b>2.8</b>	Os principais executivos, conforme o item 2.3, detêm participação em outros negócios no mercado financeiro e de capitais ou atividades relacionadas à gestora? (Exceto no caso de participação em empresas ligadas). Em caso positivo, informar: I. CNPJ da empresa; II. percentual detido pelo executivo na empresa; e III. qual a atividade por ele desempenhada. III. qual a atividade por ele desempenhada.
N/A.	
<b>2.9</b>	Informar se o conglomerado ou grupo econômico da gestora presta serviços de administração fiduciária, distribuição, consultoria, controladoria e custódia. Em caso positivo, descrever: I. a estrutura funcional de segregação e II. o relacionamento com a gestora.
<p>Os serviços de administração fiduciária, distribuição de fundos de investimento e custódia e controladoria são exercidos dentro da estrutura da controladora, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme abaixo:</p> <p><b>ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA E CUSTÓDIA E CONTROLADORIA:</b></p> <p>A VIART (VP Fundos de Investimento) é responsável pelos serviços de administração fiduciária e de custódia e controladoria. Trata-se de uma Vice-presidência inserida na estrutura organizacional da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que é segregada das demais e que não integra o Conselho Diretor, conforme artigo 13, § 4º e artigo 28 do Estatuto da CAIXA.</p> <p>Dentro da Vice-presidência, as duas atividades são segregadas por Gerências Nacionais, sendo a atividade de Administração Fiduciária exercida pela GN Administração Fiduciária (GEAFI) e as atividades de custódia e controladoria exercidas pela GN Serviços Qualificados (GESEQ).</p> <p><b>DISTRIBUIÇÃO:</b></p> <p>A distribuição de fundos de investimento é realizada pela controladora, por meio da sua rede de agências e conta com áreas especializadas no relacionamento e atendimento para nichos específicos.</p>	
<b>2.10</b>	Outras informações institucionais que a gestora julgue relevante (opcional).
N/A	

### 3. Receitas e dados financeiros

3.1	Preencha a tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da gestora. Informar os últimos 5(cinco) anos.			
	Ano	Patrimônio sob gestão	Número de pessoas que trabalham na gestora	Número de portfólios sob gestão
	2023	522.349,24	189	436
	Ano	Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez MM)	Número de pessoas que trabalham na gestora	Número de portfólios sob gestão
	2022	501.114,84	188	406
	2021	453.030,63	187	383
	2020	412.100,49	237	301
	2019	374.738,64	187	303
2018	334.368,52	224	301	
3.2	Tipologia dos portfólios sob gestão (sem dupla contagem – excluir estrutura Master Feeder).			
	Fundos		Nº	% Carteira
	Domicílio local		431	100
	Domicílio em outro país		N/A	N/A
	Clubes de Investimento		Nº	% Carteira
			N/A	N/A
	Carteiras		Nº	% Carteira
	Domicílio Local		5	100
Carteira de Investidor Não Residente		N/A	N/A	
3.3	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento:			
	Tipo	Nº	Exclusivos/Reservados	% Total
	Renda Fixa	264	163	60,55%
	Multimercado	109	79	25,00%
	Cambial	2	1	0,46%
	Ações	50	6	11,47%
	FIDC	1	1	0,23%
	FIP	1	1	0,23%
	FIEE	0	0	0,00%
FII	3	0	0,69%	

	Fundo de Índice (ETF)	1	0	0,23%
	Outras categorias	5	5	1,15%

**3.4** Atualmente, qual é o percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?

0,22%

## 4. Recursos humanos

**4.1** Quais são as regras de remuneração ou comissionamento dos profissionais e associados?

Os empregados da CAIXA Asset recebem remuneração fixa e participação nos lucros e resultados, e ainda há um programa de bonificação aos empregados ocupantes de função gerencial vinculado ao atingimento de metas corporativas, departamentais e individuais. A remuneração fixa é composta pelo salário padrão e gratificação, de acordo com a função exercida, podendo ocorrer dispensa da função gratificada caso o desempenho não seja satisfatório, ou em caso de descumprimento dos Códigos de Ética e de Conduta.

Os dirigentes recebem remuneração fixa e variável, vinculada ao atingimento de metas e avaliação de desempenho, de acordo com regras estabelecidas pelo Banco Central e demais órgãos reguladores.

**4.2** Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela gestora?

Como integrante do Conglomerado da CAIXA, a CAIXA Asset oferece um dos melhores pacotes de valor aos empregados entre os participantes do mercado, razão pela qual temos um turnover baixíssimo entre os colaboradores. São oferecidos benefícios legais ampliados (aqueles cujas vantagens previstas em lei são ampliadas); benefícios estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e/ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT); e benefícios oferecidos por iniciativa exclusiva CAIXA, por decisão estratégica da empresa. Há aproximadamente mais de 60 benefícios, que incluem prorrogação de licenças maternidade/paternidade; ausências permitidas por interesse particular e acompanhamento de familiares; programas de incentivo a nutrição e atividade física, como o Gympass; programas de incentivo a educação; um dos melhores planos de saúde do país, previdência complementar com contribuição paritária, entre outros.

Os empregados da CAIXA Asset continuam fazendo parte do quadro de empregados da CAIXA, e portanto há estabilidade de emprego e plano de funções gratificadas que viabilizam a progressão na carreira. Para algumas funções a jornada de trabalho é de 30 horas semanais de forma a respeitar e permitir ainda mais o equilíbrio entre vida e trabalho. Destaca-se que em 2023 a CAIXA Asset foi reconhecida com o selo GPTW (Great Place to Work), em reconhecimento às condições de trabalho e benefícios oferecidos.

**4.3** Existe programa para treinamento, desenvolvimento e certificação profissional dos profissionais/associados? Descreva, de forma sucinta, inclusive, com relação ao controle e monitoramento dos profissionais certificados.

Sim. A empresa compartilha o ambiente de Universidade Corporativa com a Controladora CAIXA, oferecendo diversos cursos de aperfeiçoamento pessoal e corporativo. Também são incentivadas a obtenção de certificações externas de mercado e capacitações adicionais, através do reembolso das taxas de inscrição e disponibilização de plataforma educacional com cursos online aderentes às atividades executadas. Ainda são realizados processos seletivos para o pagamento de cursos de pós-graduação stricto e lato sensu, além de cursos de idiomas.

São exigidas certificações específicas a depender da função gratificada e departamento no qual o empregado trabalha, e o reporte é realizado periodicamente à ANBIMA.

**4.4** De que forma o desempenho dos gestores é avaliado?



Os gestores da CAIXA Asset, de forma geral, são avaliados através de indicadores aprovados pela Diretoria e Conselho de Administração – que são definidos conforme responsabilidades e atribuições - e avaliações individuais de seus superiores imediatos.

Para os gestores de ativos, especificamente, os indicadores são essencialmente relacionados a:

- (i) Desempenho absoluto dos fundos sob sua gestão – refere-se à comparação com seus respectivos benchmarks e rentabilidades alvo;
- (ii) Desempenho relativo dos fundos sob sua gestão – refere-se à comparação com amostras de fundos concorrentes;
- (iii) objetivos corporativos, previstos no Planejamento Estratégico de Longo Prazo da Companhia; (iv) outros indicadores relacionados à prospecção de ativos e novas estratégias de investimento.

**4.5** A instituição adota treinamento dos colaboradores e empregados em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (“PLDFT”)? Em caso positivo, descreva a metodologia e periodicidade aplicadas.

Sim. Por meio de treinamento fornecido pela Universidade Corporativa com revalidação anual e acompanhamento pela área de Compliance da CAIXA DTVM.

**4.6** Descreva os treinamentos elaborados junto aos colaboradores para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

A área de Compliance elabora e divulga regularmente materiais de orientação para os empregados acerca de temas relacionados a ética e conduta profissional.

## 5. Informações gerais

**5.1** Existem planos de expansão ou mudança de estratégia? Descreva.

A CAIXA Asset revisa anualmente sua estratégia de longo prazo, identificando potenciais ajustes a partir da análise do cenário econômico e setorial. Os objetivos estratégicos da Companhia envolvem aumentar a satisfação do cliente com atendimento, produtos e educação financeira; intensificar o uso de dados na tomada de decisões; ter processos e governança robustos; um ambiente que estimule a alta performance dos empregados; além de garantir a rentabilidade do negócio. O Plano Estratégico e de Negócios é elaborado e monitorado periodicamente pelo Conselho de Administração e órgãos reguladores.

**5.2** Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora (instalações, profissionais hardware e software).

Levando em consideração a atual estrutura, a expectativa é a de que o PL sob gestão de fundos seja de aproximadamente R\$ 615 bi em 2025.

**5.3** A gestora é objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída? (Anexar relatório mais recente).

A CAIXA DTVM possui classificação EXCELENTE no rating de qualidade de gestão de investimentos atribuída pela agência Fitch Rating.

**5.4** Com base nos últimos 05 (cinco) anos, a gestora já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?

Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional.

Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias: Maior Gestor de FIPs Maior Gestor de RPPS;  
Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018;  
Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;  
Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;  
Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes; Ranking Exame – Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;  
Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 2ª melhor gestor em Fundos Money Market e 2ª melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;  
Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março/2019) –9 Fundos classificados como excelentes;  
Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 317 –Agosto/2019) – CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;  
Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas – CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019;  
Ranking Exame – Onde Investir 2020 – 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;  
Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 1ª melhor gestor de fundos multimercados, 1ª melhor gestor de fundos de ações, 2ª melhor gestor em Fundos Money Market e 2ª melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;  
Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes;  
Valor Investe – Julho/2020 - A CAIXA teve 3 fundos de renda fixa listados pelo Valor Investe dentre os melhores do semestre. No grupo “Renda Fixa Ativa”: CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica RF e o CAIXA FIC; Objetivo Prefixado RF LP. No grupo “Juro Real”: CAIXA FIC Foco Índice de Preços RF LP;  
Ratings Morningstar - Agosto/2020: CAIXA Alocação Macro FIC FIM LP considerado 5 estrelas no ranking; Premiação Valor – Agosto/Setembro/2020;  
Fundos CAIXA listados no Ranking do Guia de Fundos Valor entre os 10 fundos com melhor retorno do mercado: CAIXA FIC Alocação Macro Multimercado LP, CAIXA FIC Pré Objetivo RF LP, CAIXA FI Fidelidade RF LP; CAIXA FI Ações BDR nível I e CAIXA FI FIDELIDADE II Crédito Privado LP;  
Os Melhores Fundos Para Institucionais - Ranking – Revista Investidor Institucional – Agosto/Setembro;  
A CAIXA teve 16 fundos premiados como EXCELENTES pelo ranking “Os Melhores Fundos para Institucionais”, da revista Investidor Institucional em agosto/20;  
Além do destaque positivo no Ranking Os Melhores Fundos Para Institucionais, a edição de setembro da publicação consolida a liderança CAIXA no segmento RPPS, através do Ranking TOP Asset;  
2022 – Destaque no Guia de Previdência Valor/FGV, 2º lugar no Ranking Valor Econômico de Previdência, 2º Melhor Renda Fixa Guia Fundos FGV, 3º Melhor Money Market Guia Fundos FGV, Top Asset Investidor; Institucional com 20 fundos excelentes, Guia Valor com fundos destaques em diversas classes, 3º Melhor gestora do ano Guia Fundos FGV.  
2023: Top Asset Investidor Institucional, com 36 fundos excelentes; Guia Valor com fundos destaques em diversas classes.

## 6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito

6.1	Descreva a estrutura de análise econômica, de pesquisa e de crédito da gestora, conforme segmento, quando aplicável (anexar resumo profissional).
<p>A CAIXA DTVM possui unidade exclusivamente dedicada à pesquisa econômica, setorial e quantitativa, diretamente ligada à Diretoria Gestão Fundos de Investimento (DITER), contando atualmente com uma equipe que totaliza 18 integrantes, sendo esta responsável pelo atendimento dos times de gestão, distribuição e risco.</p>	
6.2	A estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui pesquisa de temas ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa? Como estas questões são consideradas durante o processo de decisão de investimento? Descreva.
<p>Sim, a estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui a temática ASG em seus processos. A temática ASG se faz presente no processo de investimento da CAIXA Asset em 3 vertentes: i) Integração, onde aspectos ASG quantitativos e qualitativos são incorporados pela pesquisa na análise econômico-financeira dos ativos de crédito e equity, incluindo atribuição de rating ASG pelo risco para os emissores dos ativos; ii) Incorporação, que consiste no processo de levar em consideração dados e informações ambientais, sociais e de governança na tomada de decisão de investimento, de acordo com o perfil de cada fundo em relação à temática; iii) Engajamento, que consiste na prática de monitorar o comportamento das empresas e estabelecer um diálogo com elas, bem como com outros participantes de mercado, com o objetivo de melhorar o grau de transparência e promover mudanças em termos de estratégia, gestão de riscos, desempenho ASG, entre outros.</p>	
6.3	Descreva as principais mudanças na equipe de análise nos últimos 05 (cinco) anos.
<p>A equipe de análise e pesquisa passou por reestruturações e ajustes entre os anos de 2019 e 2022. Em 2019 a equipe teve aumento no número de integrantes, passando de 7 para 10 profissionais. Em 2020 foram recebidos três novos colaboradores, passando para 13. Em 2021, tivemos movimento de adequação do quadro de colaboradores, com o recebimento de 6 colaboradores, totalizando 19. Já em 2022 foi feito um ajuste no quadro, com redução de uma posição e atingimento do quadro atual com 18 colaboradores no time de pesquisa, que se mantém atualmente.</p>	
6.4	Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?
<p>A unidade de pesquisa desenvolve o Research próprio, mas também temos acesso a Research externo. Toda a pesquisa relacionada à economia e ativos domésticos é feita internamente, embora, também tenhamos acesso à relatórios de terceiros.</p>	
6.5	Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o <i>buy side</i> ou também produz relatórios e informações para outros ( <i>sell side</i> )?
<p>No Research próprio, são desenvolvidas pesquisas e análises no âmbito macro, micro/setorial e quantitativo. Como ferramentas de análise são utilizados modelos de projeção de indicadores macroeconômicos para a fundamentação da análise da conjuntura doméstica e internacional, modelos financeiros e estatísticos utilizados para identificar oportunidades de mercado, seja no âmbito tático ou no estratégico, e modelos de análise econômico-financeira de empresas com o objetivo de balizar a expectativa de valor intrínseco. Estas atividades estão diretamente ligadas ao processo de investimento da gestão de fundos líquidos. A equipe tem dedicação exclusiva à CAIXA DTVM, sendo estritamente um Research de <i>buy side</i>.</p>	
6.6	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Para apoio a análise são contratados sistemas de monitoramento de mercados, acompanhamento de notícias em alta frequência e bancos de dados. Dentre estes, destacamos: Bloomberg, Broadcast, CEIC Data (Internet Securities) e Monitor da Inflação da FGV.

## 7. Gestão de recursos

**7.1** Descreva as principais mudanças na equipe de gestão nos últimos 05 (cinco) anos.

As principais mudanças na equipe de gestão foram: Foi designado como Diretor Executivo da Diretoria de Gestão de Fundos de Investimento (DITER), o Sr. Álvaro Cunha Matos Lessa de Oliveira; foi designado como Superintendente da Superintendência Nacional de Gestão de Fundos Líquidos (SUGET) o Sr. Vitor Hugo Falcao Marcondes Sodre; foi designado como Gerente Nacional da Gerência Nacional Fundos de Renda Variável (GEVAR), o Sr. Mauricio Vendruscolo; foi designado como Gerente Nacional da Gerência Nacional Fundos de Renda Fixa (GEFIX), o Sr. Daniel Cunha Gracio.

**7.2** Descreva procedimentos e/ou políticas formais de seleção e acompanhamento de fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição, incluindo as corretoras.

As corretoras podem se habilitar a qualquer tempo para prestação de serviços de corretagem à CAIXA Asset. Para que seja iniciado o relacionamento e a prestação de serviços, as corretoras habilitadas passam por processos de Due Dilligence que avaliam aspectos reputacionais e operacionais. Uma vez aprovadas nesse processo, as corretoras podem assinar contrato e iniciar a prestação do serviço.

Anualmente, é estabelecido um limite máximo do total da corretagem paga pela CAIXA Asset que pode ser alocado em cada corretora, com base na qualidade e na abrangência dos serviços prestados. Continuamente, os serviços de corretagem são monitorados de acordo com modelo de Supervisão Baseada em Risco proposto pela ANBIMA.

**7.3** Descreva o processo de investimento.

O processo de investimento é dividido nas seguintes etapas:

- 1) Teses de investimento: apresentação das principais teses de investimento apresentadas pelo time de pesquisa macroeconômica, com base nos cenários prospectivos.
- 2) Impacto nos Ativos: os times de Pesquisa e Gestão, conjuntamente e com base nas discussões dos Grandes Temas, discutem e definem os impactos esperados nos preços das diversas classes de ativos (câmbio, juros, bolsa etc.)
- 3) Visão estratégica: os gestores de portfólio e suas equipes elaboram estratégias propositivas para cada um dos mercados acompanhados (Juros e Inflação, Crédito Privado, Câmbio e Commodities, Equities), que serão submetidas ao Comitê de Investimento.
- 4) Comitê de Investimento: formado pelos membros mais seniores do time de Gestão, discute e aprova as estratégias propostas.
- 5) Execução das estratégias: os gestores de portfólio e suas equipes executam as estratégias aprovadas pelo Comitê de Investimento.
- 6) Acompanhamento de Resultados: os resultados dos fundos, decorrentes das estratégias implementadas, são avaliados em reuniões mensais de desempenho entre os gestores de portfólio e os heads dos times de Gestão.

**7.4** Como é controlado o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?

O prazo médio para fins de enquadramento e classificação tributária é controlado diariamente em sistema proprietário ou através de sites de bancos custodiantes. As operações para fins de ajuste de prazo médio são realizadas conforme necessário.

7.5	Descreva os critérios adotados para distribuição do envio de ordens entre as corretoras aprovadas, incluindo o limite de concentração de volume de operações por corretora, se houver.
A distribuição das ordens entre as corretoras é feita de forma que nenhuma delas ultrapasse, ao final do ano, o limite máximo de corretagem atribuído, conforme descrito no item 7.2.	
7.6	Como são avaliados ativos no exterior, quando aplicável? Descrever como é realizado o controle e o processo de acompanhamento.
Não são realizadas estratégias que envolvam aquisição de ativos no exterior.	

## 8. Distribuição

8.1	<p>A gestora realiza distribuição dos fundos sob sua responsabilidade? Se sim, descreva os procedimentos adotados referentes aos processos de:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>I. verificação dos produtos ao perfil do cliente (Suitability);</li><li>II. conheça seu cliente (KYC);</li><li>III. PLDFT; e</li><li>IV. cadastro de cliente.</li></ol>
<p>Os fundos de investimento geridos pela CAIXA DTVM são distribuídos pelas Unidades de Negócio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representadas pelas Agências, Postos de Atendimento (PA) e Postos de Atendimento Eletrônicos (PAE), todas vinculadas diretamente às vice-presidências de Rede de Varejo, Atacado e Governo.</p> <p>A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL possui Política Institucional de relacionamento com clientes e usuários dos produtos e serviços fornecidos pela Instituição. Nessa política são estabelecidos princípios e diretrizes que norteiam o relacionamento com o cliente desde o seu primeiro atendimento na Caixa.</p> <p>O 9º PRINCÍPIO da política mencionada versa sobre a adequação de produtos, serviços e canais ao perfil do cliente e usuário. Abaixo segue o descritivo:</p> <p>Os produtos e serviços comercializados pela Caixa, assim como a sua estrutura de canais, guardam aderência com o perfil de seus clientes e usuários.</p> <p>DIRETRIZES:</p> <p>A CAIXA, no lançamento e manutenção do portfólio de produtos e serviços, considera: Estratégias alinhadas ao perfil dos clientes e usuários;</p> <p>Estratégias direcionadas aos parceiros comerciais e aos parceiros institucionais; Os canais adequados;</p> <p>Simplicidade nos processos de atendimento, pós-venda e reclamação; Feedback dos clientes e usuários sobre os produtos e serviços.</p> <p>A Caixa faz uso de instrumentos que auxiliam na identificação do perfil do cliente de modo a ofertar os produtos e serviços mais adequados às suas expectativas e necessidades.</p> <p>Na criação e comercialização dos produtos que integram seu portfólio, a Caixa atua com legítimo interesse na satisfação de seus clientes e alcance dos seus resultados estratégicos.</p> <p>A Caixa valoriza a experiência do cliente em todas as suas interações com a personalização nos relacionamentos. A política completa está disponível para consulta em: <a href="https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/Politica_Relacionamento_Clientes_Usuarios_Produtos_Servicos_Caixa.pdf">https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/Politica_Relacionamento_Clientes_Usuarios_Produtos_Servicos_Caixa.pdf</a></p>	

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL também possui Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Esta Política contempla os procedimentos de PLDFT no Relacionamento com o Cliente, conforme abaixo:

A CAIXA adota procedimentos de "Conheça seu Cliente" desde a solicitação de início de relacionamento e durante todo o seu ciclo para evitar constituição ou manutenção de vínculos com pessoas com provável envolvimento em práticas de LDFT - Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;

Os procedimentos incluem a coleta, verificação, validação e atualização de informações cadastrais;

As informações relativas aos dados cadastrais de clientes são atualizadas com periodicidade definida a partir da análise da legislação vigente e de critérios de riscos estabelecidos pela Avaliação Interna de Risco;

A CAIXA classifica seus clientes em níveis de risco, considerando aspectos de PLDFT - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao

Financiamento do Terrorismo e adota tratamento diferenciado na condução dos negócios, conforme o risco relacionado.;

Os dados relativos à capacidade financeira do cliente são coletados e validados de acordo com o perfil de risco do cliente e com a natureza da relação e da evolução dos negócios mantidos com a CAIXA;

A CAIXA não realiza negócios com Shell Banks (banco constituído em uma jurisdição sem qualquer presença física e que não se encontra integrado em um grupo financeiro regulamentado) e com pessoas relacionadas nas listas restritivas internacionais referentes à LDFT;

A CAIXA não admite a movimentação de recursos por meio de conta corrente anônima ou vinculada a titular(es) fictício(s);

A CAIXA realiza monitoramento das transações financeiras dos clientes de modo a capturar situações que possam apresentar indícios de LDFT e a comunicá-las ao órgão regulador, em conformidade com as regulações vigentes;

São adotadas medidas de caráter restritivo para o início e para manutenção de relacionamento com clientes em situações de possível envolvimento em práticas de LDFT;

A CAIXA adota procedimentos de especial atenção no monitoramento de clientes classificados como entes públicos, PEP - Pessoas

Expostas Politicamente e em situações de impossibilidade de verificação do Beneficiário Final;

A política completa está disponível para consulta em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-PrevencaoLavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> .

<b>8.2</b>	A gestora terceiriza alguma atividade relacionada à distribuição? Se sim, descreva as atividades, bem como o nome e o CNPJ do(s) terceiro(s) contratado(s).
N/A	
<b>8.3</b>	Como é feita a prospecção de clientes/distribuição de fundos? Detalhar o processo de captação realizado pela instituição. Exemplos: Indicação de clientes, prospecção. Qual o perfil dos clientes? (segmento e categoria do investidor). Exemplo: Varejo, Corporate, PJ, Investidor profissional, Qualificado?
A prospecção de clientes/distribuição de fundos é realizada pelas unidades de negócio pertencentes à estrutura organizacional da Instituição nos segmentos Varejo, Atacado e Governo e em consonância com as normas vigentes de regulação e autorregulação para Distribuidores de Fundos de Investimento.	
<b>8.4</b>	Descreva a estrutura operacional da gestora, voltada para a atividade de distribuição, incluindo sistemas de controle de movimentação (aplicação e resgate), critérios para execução das ordens e registro das solicitações, bem como o seu arquivamento e forma de proteção.

A GERDI - Gerência Nacional Relacionamento e Distribuição é a unidade responsável, dentro da estrutura operacional CAIXA DTVM, pelo suporte técnico às áreas negociais sobre fundos de investimento. As movimentações em fundos de investimentos (aplicações e resgates) são preponderantemente realizadas pelas unidades vinculadas às Redes de Varejo, Atacado e Governo da Instituição em sistemas informatizados e específicos para tal finalidade e aderentes às disposições da ICVM 175. Os arquivamentos seguem o disposto no Art.205 da Lei nº 10.406/2002

## 9. Risco

9.1	Descreva as principais mudanças na equipe de risco nos últimos 05 (cinco) anos.
<p>A unidade de riscos foi redimensionada em 2020, com integração de novos empregados com atuação dedicada, fortalecendo e aprimorando o gerenciamento de riscos para os ativos de terceiros na CAIXA ASSET.</p>	
9.2	Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados e o que contêm estes relatórios?
<p>Diariamente, são elaborados e disponibilizados às áreas envolvidas relatórios de Risco de Mercado, Crédito e Liquidez com informações de nível de exposição aos riscos e comprometimento de limites de exposição para os Fundos de Investimento sob gestão da CAIXA ASSET. Mensalmente é apresentado nas instâncias de governança e para a Alta Administração relatório consolidado do monitoramento realizado pela unidade de riscos para o Risco de Crédito, Mercado e Liquidez.</p>	
9.3	Descreva como cada operação de crédito é analisada, aprovada e monitorada? Descreva a segregação entre as atividades.
<p>A análise de risco de crédito é realizada pela unidade de riscos de ativos de terceiros que, por estar segregada das unidades de negócios, possui independência e autonomia para o exercício de suas atividades, em observância ao regime de responsabilidades da Resolução CVM nº 21/2021 e a estruturação de linhas de defesa da CAIXA ASSET. A equipe técnica responsável pela análise de risco de crédito, realiza a avaliação do emissor e/ou emissão e atribui nota de risco, utilizando-se de modelos internos para a mensuração deste risco. O rating atribuído é homologado em decisão colegiada por equipe técnica e em níveis de alçada, conforme volume e/ou maior grau de risco. Todas as avaliações de risco de crédito de emissor e de emissão possuem prazo de validade, que visam promover a integridade dos resultados gerados pelos modelos e análises de risco de crédito e mitigação de riscos. O risco de crédito é reavaliado periodicamente em observância às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, contemplando a natureza, nível de risco, prazo, situação do contrato e relevância da operação.</p>	
9.4	Como são analisadas as garantias das operações e quais os critérios utilizados (análise de formalização, execução, etc)? Há reavaliação periódica da qualidade do crédito e de suas garantias? Qual sua periodicidade?
<p>A periodicidade da reavaliação de operações, e conseqüentemente as garantias e covenants que estão vinculadas a elas, segue orientação da CVM e obedece a diretrizes atreladas e proporcionais à qualidade de crédito e ocorre também quando do recebimento de informações que possam ser relevantes para a operação. A unidade de riscos monitora periodicamente as garantias e covenants da operação, e verifica se os controles realizados são adequados e eficazes, e caso sejam identificadas deficiências ou vulnerabilidades, são feitas recomendações para aperfeiçoamento dos mecanismos e ferramentas de controle das garantias.</p>	
9.5	As questões e riscos ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa – são considerados na análise de risco de crédito? (Exemplos: perda de licença ambiental, corrupção, envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, etc.).
<p>Sim, as questões de ASG são consideradas no processo de análise de risco de crédito realizada pela unidade de riscos.</p>	



**9.6** A gestora, independentemente do critério de apreçamento, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência? Descreva.

Sim, a unidade de riscos possui autonomia para suspender limites de alocação em ativos privados quando identificado aumento potencial do seu risco de crédito.

**9.7** A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

A DTVM utiliza a estrutura de tecnologia da informação da controladora, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme CAIXA organograma abaixo:



As atividades atuais contemplam construção e manutenção de soluções de TI; arquitetura e padrões tecnológicos; soluções digitais para negócios; inovação tecnológica; arquitetura de projetos de TI; projetos de desenvolvimento e/ou aquisição de software; planejamento e gestão da capacidade das esteiras de desenvolvimento das soluções tecnológicas no âmbito de seu núcleo de atuação; relacionamento com as áreas para alinhamento de diretrizes e prioridades estratégicas, estruturação das necessidades em soluções tecnológicas e direcionamento do atendimento da TI; desenvolvimento e manutenção de soluções.

**9.8** Descreva os procedimentos de verificação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras.

Uma vez que uma ordem é executada, é feito um primeiro batimento dos parâmetros da ordem com a contraparte de execução. Confirmados os parâmetros, um empregado realiza o registro dessa operação nos sistemas de custódia e um segundo empregado confere o registro e confirma o boletamento da operação (sistema de dupla conferência). No dia seguinte, é feita a conciliação entre a posição em carteira de cada fundo esperada pelo sistema de gerenciamento de ordens do Gestor (conforme operações realizadas no dia anterior) e o demonstrativo de patrimônio informado pelo custodiante. Caso sejam verificadas diferenças, são apuradas as causas e realizadas as correções, quando cabíveis. Cabe destacar ainda que o sistema de Front Office da Caixa DTVM, utilizado pelos gestores e operadores, é o sistema AIM (Asset and Investment Manager), fornecido pela Bloomberg. Este sistema tem como principal funcionalidade o módulo de gerenciamento de ordens (OMS - Ordem Management System) que permite o registro e a evolução da ordem desde a sua elaboração pela gestão até sua liquidação pelas custódias, passando pelo roteamento da ordem para contrapartes, acompanhamento de quantidades e preços de execução e distribuição conforme parâmetros preestabelecidos, com todas as informações de cada um destes processos registradas e passíveis de recuperação por função de trilha de auditoria. O sistema também conta com módulo de gerenciamento de posições, onde é feita a gestão dos portfólios, elaboração e acompanhamento de estratégias e simulação de cenários considerando operações e movimentos de mercado.

**9.9** Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Em caso positivo, qual a política de escuta das gravações?

Sim, todos os operadores de mesa têm seus ramais telefônicos gravados. A escuta das gravações é realizada sempre que houver dúvida sobre o entendimento de conversas realizadas. O acesso às gravações é autorizado somente a gestores e pela área de Compliance. Ainda, os operadores da área também utilizam os sistemas BBG e INOVAX.

**9.10** Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).

A Gestora conta com equipe destinada exclusivamente para a realização de back-up, com periodicidade diária de todos os documentos produzidos e inseridos no servidor da gestora. Esses documentos são armazenados em servidor alternativo por um período de 15 dias. As Informações e documentos imprescindíveis à realização das atividades são disponibilizadas também em servidor de contingência.

**9.11** Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico)

O acesso físico e lógico do Data Center da instituição é realizado apenas por empregados e colaboradores credenciados e autorizados, que atuam na área de Tecnologia da empresa.

**9.12** Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.

A capacidade de processamento e armazenamento do Parque Tecnológico da CAIXA é de:

- 8 mainframes (2 do modelo Z14 e 6 do modelo Z15)
- 390.612 MIPS (milhões de instruções por Segundo) no ambiente mainframe;
- 20.115 Terabytes de Armazenamento OPEN;
- 2.240 Terabytes de Armazenamento Mainframe;
- 811 servidores físicos de plataforma baixa;
- 17.358 servidores lógicos de plataforma baixa;
- 23 Servidores físicos de plataforma intermediária;
- 06 Silos Robóticos;
- 07 Virtual Storage Manager (VSM);
- 4.969 Roteadores;
- 638 Switches (Centralizado).
- 4 circuitos de internet de 10Gbps com dupla abordagem

**9.13** A gestora possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

Sim.

**9.14** São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?

Sim, a frequência de realização dos testes para verificação de segurança e integridade de sistemas é de no mínimo de 02 (duas) vezes ao ano, com a participação das áreas envolvidas executando as atividades críticas da unidade e documentando os testes realizados.

## 10. Compliance e controles internos

**10.1** A gestora adota procedimentos de monitoramento contínuo das regulamentações e autorregulamentação aplicáveis ao seu segmento de atuação com execução de ações preventivas e corretivas? Em caso positivo, descreva os procedimentos adotados.

Sim. Diariamente a área de Compliance acessa diversas fontes de informação e sites de reguladores e autorreguladores (CVM, BACEN, ANBIMA, DOU, PREVIC, entre outras) e realiza buscas por novas normas e divulgações além de consultas a palavras-chave relacionadas aos mandatos exercidos pelas unidades, divulgando oportunamente para cada unidade. Além disso, o Compliance acompanha as ações de aprimoramento e/ou ajustes nas atividades, processos e formalização dos procedimentos em normas internas. Caso seja constatada ausência de aplicação de norma por determinada unidade o Compliance fará o enforcement e orientará abertura de plano de ação a ser monitorado até sua conclusão.

**10.5** Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da gestora?

Não.

**10.2** Descreva os procedimentos adotados pela gestora para controlar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos de investimento sob sua gestão.

O Compliance monitora, semanalmente, as operações realizadas pelos fundos de investimento e carteiras administradas, realizadas pelo Gestor através de sistema de front-office utilizando os respectivos registros das operações nos Custodiantes, no qual é verificado se as taxas e os preços negociados correspondem ao praticado no mercado.

Em caso de negociações efetuadas fora do túnel de preços, o gestor é questionado sobre a ocorrência e deve encaminhar esclarecimento sobre o apontamento.

**10.3** Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas profissionais que trabalham na gestora.

O processo de assinatura e adesão aos Códigos de Ética e de Conduta da CAIXA DTVM são feitos por meio de plataforma SAP, com controle de validade das assinaturas (necessária renovação anual). Além disso, os novos empregados da gestora são alertados sobre os procedimentos a serem adotados e as regras de Compliance a que estão sujeitos todos os colaboradores da companhia.

**10.4** Descreva como é realizado o monitoramento da política de investimentos pessoais.

As Diretrizes de Investimento Pessoal são parte integrante do Código de Conduta dos empregados da CAIXA DTVM. Trimestralmente a unidade de Compliance monitora a aderência de tais diretrizes. A identificação de descumprimentos às Diretrizes pode ensejar a aplicação de medidas disciplinares, sem prejuízo das sanções administrativas ou criminais que, no caso, também possam decorrer das atitudes de descumprimento.

**10.6** Descreva os procedimentos de monitoramento implementados para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

O processo de investimento e negociação de ativos seguem o Regulamento ou mandatos dos produtos de investimento e as estratégias de alocação a serem adotadas são aprovadas em instâncias de governança internas que contam com a participação ativa da unidade de Compliance, seja pela emissão de Pareceres prévios à reunião ou pela manifestação durante as reuniões.

As rotinas de monitoramento e acompanhamento das operações com regularidade, objetiva identificar possíveis ilícitos de trading, além de monitorar e acompanhar o limite de alçadas estabelecido por operador.

Além disso as ações de aculturação e disseminação do Código de Conduta visam reforçar que não serão aceitas ou toleradas quaisquer operações que deturpem a livre formação dos preços ou provoquem, em benefício próprio ou

alheio, um comportamento artificial das cotações. Os empregados e dirigentes não deverão se valer, em proveito próprio ou de terceiros, de informação privilegiada ou antecipada, ainda que após seu desligamento do cargo ou função.

**10.7** Descreva os procedimentos adotados para PLDFT no processo de seleção e alocação e monitoramento na negociação de ativos.

Realiza diligência de identificação das contrapartes e emissores envolvidos em negociações de ativos financeiros com os fundos sob gestão. Adoção de procedimentos “Conheça o Histórico do Preço” quando da realização de investimento, com o objetivo de controlar e monitorar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos, de modo que eventuais operações fora dos padrões praticados pelo mercado sejam identificadas.

Para operações de Crédito Privado nos mercados primário e secundário realiza são analisadas informações com relação aos negócios realizados, tais quais: emissor do ativo, (coobrigados (se houver), garantias (se houver), fluxo e probabilidade de default (PDD) ou equivalência do rating interno do gestor com os ratings das agências classificadoras de risco de crédito, rating do ativo ou do emissor fornecido por agência classificadora de risco (se houver), classificação de risco interna do gestor; taxa negociada; solicitação e análise das informações produzidas pelo gestor que fundamentam a operação; documentos integrantes da operação ou a ela acessórios e, nas operações com garantia real ou fidejussória, à descrição das condições aplicáveis ao seu acesso e execução.

Caso sejam identificadas operações ou propostas que contenham indícios de práticas de ilícitos ou que apresentem atipicidade, conforme situações citadas, deverá comunicar o Compliance e a unidade de PLD da controladora.

**10.8** Caso a gestora desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall, informando como se dá a proteção de informações entre departamentos e os potenciais conflitos de interesse advindos das diferentes atividades.

A CAIXA DTVM presta atualmente somente os serviços de gestão de Fundos de Investimento.

**10.9** Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.

São considerados pelos gestores para precificação de operações realizadas em mercados de balcão minimamente os seguintes aspectos:

Preços de marcação e intervalo indicativo do fechamento do dia anterior para o ativo em questão ou ativos com maturidade próxima; Existência de spreads para o ativo em questão, ou ativos com maturidade próxima, em outros bancos, corretoras ou plataformas de negociação;

Existência de spreads em ativos ou derivativos de referência, como contratos futuros de juros, que possam balizar a escolha de preço para as ordens de títulos públicos a serem emitidas.

Ratings emitidos internamente ou por agências de risco para títulos de crédito privado;

Nível de taxa de emissão primária por parte das instituições financeiras;

Nível de taxa de emissão primária e mercado secundário para títulos de empresas não financeiras.

Por fim, as operações realizadas por fundos em mercados de balcão são verificadas diariamente pela área de Compliance, que compara os preços negociados com o túnel de preços da ANBIMA

**10.10** Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da gestora? A gestora utiliza algum agente externo? (Ex.: consultoria)

A equipe de Compliance monitora os limites legais e regulamentares pela plataforma de front-office e acompanha desenquadramentos e respectivos planos de ação. A CAIXA DTVM possui uma área de risco que tem como principal atividade o controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos dos fundos de investimento sob sua administração. Os parâmetros para cálculo do risco de mercado, crédito e liquidez, bem como os procedimentos a serem adotados no processo de gerenciamento de risco são submetidos para aprovação pelo Comitê de Risco. A política de risco é compreendida pelos princípios gerais, e diretrizes específicas de ações relativas ao risco. Também determina os processos operacionais mais importantes, limites, objetivos de performance baseados no risco e os procedimentos para o gerenciamento de risco. Quaisquer extrapolações dos limites definidos geram alertas os quais são reportados e avaliados pelo Comitê de Risco que conta com a participação de representante do Compliance.

**10.11** Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em conselhos fiscais e de administração.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - controladora integral da CAIXA DTVM - é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, que exerce um papel fundamental no desenvolvimento urbano e da justiça social do país, vez que prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e principal operador dos programas sociais do governo federal como Seguro Desemprego e Bolsa Família, contribuindo significativamente para melhorar a vida das pessoas, principalmente as de baixa renda.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL apoia inúmeras atividades artísticas culturais, educacionais e desportiva e oferece uma extensa gama de serviços bancários e financeiros: depósito e captações de recursos, poupança, cartões, crédito e financiamento habitacional, seguros, previdência privada, penhor, financiamento estudantil, capitalização, consórcio, serviços para o poder judiciário, crédito rural, conectividade social, FGTS, comércio exterior dentre outros.

Dentro da estrutura organizacional da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL há ainda, uma vice-presidência (VP Fundos de Investimento/VIART) segregada das demais e que não integra o Conselho Diretor, conforme artigo 13, § 4º e artigo 28 do Estatuto da CAIXA. A VIART é responsável pelos serviços de administração fiduciária, inclusive para os fundos geridos pela CAIXA DTVM e pela gestão de carteiras em fundos de investimento e carteiras administradas exclusivamente com recursos do FGTS. O estatuto da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL prevê a existência do Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto às atividades VIART.

Dessa forma, eventuais situações de conflito de interesse relacionadas às demais atividades desempenhadas pela instituição são mitigadas por meio de segregação física, tecnológica e organização das companhias, bem como pelas estruturas de governança que contam com comitês segregados, assegurando que a tomada de decisão ocorra de forma colegiada e independente. Não obstante a

CAIXA DTVM possui igualmente estrutura de governança apartada e órgãos estatutários próprios – Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Riscos e Capital dedicados unicamente às atividades da companhia – além de estrutura de comitês internos próprios e que não são compartilhadas com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, sua controladora.

Por fim, a Política de Controle Interno, Compliance e Integridade, a Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços e Código de Ética, Código de Conduta de Empregados e Dirigentes da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, além do Conduta dos Empregados da CAIXA DTVM dispõem sobre situações de potenciais conflitos de interesse.



**10.12** A gestora recebe comissões/remuneração (rebate) pela alocação em ativos e valores financeiros? Quais as regras?

Não.

## 11. Jurídico

**11.1** Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da gestora (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros).

As questões jurídicas e legais da empresa são tratadas por um departamento jurídico compartilhado com Controladora e especialmente dedicado às questões da(s) subsidiária(s).

## 12. Anexos ou endereço eletrônico

		Anexo ou link
<b>12.1</b>	Resumo profissional dos responsáveis pelas áreas e equipe de gestão	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.2</b>	Manual de apreçamento	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.3</b>	Código de ética e conduta	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.4</b>	Manual/Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.5</b>	Relatório de Rating	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.6</b>	Manual/Política de Liquidez	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.7</b>	Manual/Política de Suitability (caso a gestora realize distribuição de cotas dos fundos geridos)	N/A
<b>12.8</b>	Formulário de referência	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.9</b>	Manual/Política de controles internos e compliance	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.10</b>	Manual/Política de gestão de risco	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.11</b>	Manual/Política de investimentos pessoais	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.12</b>	Manual/Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.13</b>	Manual/Política de segurança de informação	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.14</b>	Manual/Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	<a href="#">Link de acesso</a>

<b>12.15</b>	Manual/Política de KYC	N/A
<b>12.16</b>	Manual/Política que tratem da troca de informações entre a atividade de distribuição realizada pela gestora e os administradores fiduciários	N/A
<b>12.17</b>	Manual/Política de Responsabilidade Socioambiental	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.18</b>	Manual/Política de seleção e contratação de terceiros	<a href="#">Link de acesso</a>
<b>12.19</b>	Lista das corretoras aprovadas (se houver)	N/A

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O

QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]

[TELEFONE]

[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA

INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA  
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]

[TELEFONE]

[E-MAIL CORPORATIVO]



▶ Questionário Padrão  
Due Diligence para Fundos de  
Investimento – Seção 2:

[Informações sobre o Fundo de Investimento](#)

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Questionário preenchido por:

VIART - VICE PRESIDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DE TERCEIROS

Data:

03/06/2020

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")

<b>Apresentação.....</b>	<b>4</b>
<b>1) Informações sobre o Fundo de Investimento.....</b>	<b>5</b>
1 - Alterações desde a última atualização .....	5
2 - Informações Qualitativas .....	7
2.1 – Perfil.....	7
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo.....	9
2.3 - Estratégias e Carteiras .....	10
3 - Informações Adicionais.....	11
4 - Gestão de Risco .....	12
5 – Comportamento do Fundo em Crises .....	14
6 - Três períodos de maior perda do Fundo ( <i>peak to valley</i> ) .....	14
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período) .....	14
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores.....	14
9 – Atendimento aos Cotistas .....	15
10 - Investimento no Exterior .....	15
11 – Anexos.....	15
<b>2) Declaração.....</b>	<b>17</b>
<b>3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento .....</b>	<b>18</b>
<b>Atualizar Sumário.....</b>	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito, atualizar



**campo, atualizar apenas os números de página)**

## Apresentação

---

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento (“Questionário Due Diligence”) é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento.

## 1) Informações sobre o Fundo de Investimento

<b>1 - Alterações desde a última atualização</b>	
1.1	Nome
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA OPORTUNIDADE RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO	
1.2	CNPJ
36.703.885/0001-32	
1.3	Data de início
08/06/2020	
1.4	Classificação CVM
RENDA FIXA	
1.5	Classificação ANBIMA
DURAÇÃO LIVRE GRAU DE INVESTIMENTO	
1.6	Código ANBIMA
Após o lançamento do Fundo. Prazo de 10 dias para ANBIMA fornecer o código	
1.7	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?
N/A	
1.8	Classificação tributária (CP/LP/Ações)
LONGO PRAZO	
1.9	Público-alvo
O FUNDO destina-se a acolher investimentos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, instituídos pelos Estados, Municípios e Distrito Federal do Brasil, das Entidades Públicas da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas, pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil.	
1.10	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução nº 3.792, do CMN?
Não, porém ele cita que a política de investimento está adequada às normas estabelecidas para os Regimes Próprios de Previdência Social.	
1.11	Exclusivamente para Investidor qualificado?
NÃO	
1.12	Conta Corrente (banco, agência, nº)
Agência: 0238 Conta: 050.2098-3	
1.13	Conta CETIP (nº)
N/A	
1.14	Administração (indique contato para informações).
Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04	
1.15	Custódia (indique contato para informações).

Caixa Econômica Federal - CNPJ: 00.360.305/0001-04	
1.16	Auditoria externa (indique contato para informações). KPMG Auditores Independentes - CNPJ: 57.755.217/0001-29
1.17	No caso dos FIDCs ou Fundos de Crédito, caso se aplique, informar:
	Escriturador N/A
	Agente de depósito (Custódia Física) N/A
	Consultor Especializado N/A
	Assessor Jurídico N/A
	Seguradora N/A
1.18	Cotização: abertura ou fechamento? FECHAMENTO



1.19	<b>Regras para aplicação e resgate:</b>	
	Aplicação (datas, horários, cotação e liquidação)	D+0\D+0 – 17:00
	Carência/Tempo mínimo para permanência ( <i>lock-up period</i> ) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Resgates podem ser solicitados a partir de 23/06/2022 (inclusive)
	Resgate (datas, horários, cotação e liquidação)	D+0\D+0 – 17:00
	Aplicação inicial mínima	R\$ 50.000,00
	Aplicação máxima por cotista	NÃO HÁ
	Aplicação adicional mínima	NÃO HÁ
	Resgate Mínimo	NÃO HÁ
1.20	Taxa de Entrada ( <i>upfront fee</i> )	
	N/A	
1.21	Taxa de Saída ( <i>redemption fee</i> )	
	N/A	
1.22	Taxa de Administração	
	0,20%	
1.23	Taxa de Administração máxima	
	0,20%	
1.24	Taxa de Performance	
	• %	N/A
	• <i>Benchmark</i>	N/A
	• Frequência	N/A
	• Linha-d'água	N/A
1.25	Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?	
	0,005%	
1.26	Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?	
	N/A	
1.27	Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?	
	N/A	
<b>2 - Informações Qualitativas</b>		
<b>2.1 – Perfil</b>		
2.1.1	Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.	
	Busca rentabilidade que supere a variação do CDI, por meio da aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros renda fixa, preponderantemente em "Depósitos a Prazo com Garantia Especial" (DPGE).	
2.1.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo.	
	N/A	
2.1.3	Processo de Decisão de Investimento.	

O processo de seleção de ativos financeiros baseia-se na análise de cenários econômico-financeiros nacionais e internacionais. As decisões de alocação são tomadas em comitês, que avaliam as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, respeitando-se os níveis e limites de risco definidos no Regulamento.

2.1.4 | Descreva o processo decisório de investimento.

O modelo de decisão para a definição das estratégias de investimento dos fundos administrados pela CAIXA é definido por comitês. O Comitê de Investimento se reúne quinzenalmente de forma regular e, extraordinariamente, quando necessário, tendo como objetivo a definição de estratégias de alocação, análise de cenário macroeconômico e exposição ao risco. O Comitê Tático se reúne diariamente para analisar as notícias, as perspectivas de mercado, as propostas de alocação e definir a atuação para o dia. As deliberações são tomadas após decisões e votação por parte dos integrantes. A gestão conta ainda com o Comitê de Riscos que analisa e aprova a política de aquisição de títulos privados nos fundos de investimento, observando as diretrizes emanadas pelo Comitê de Planejamento e Gestão.

2.1.5	Cite as premiações, ratings e rankings.
<p>Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.</p> <p>Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.</p> <p>Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.</p> <p>Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.</p> <p>Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.</p> <p>Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking</p> <p>Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa</p> <p>Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias</p> <p>Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.</p> <p>Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa</p> <p>Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.</p> <p>Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional. Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior Gestor de FIPs;</li> <li>• Maior Gestor de RPPS;</li> </ul> <p>Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018</p> <p>Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV</p> <p>Revista Investidor Institucional – Ranking Top Asset 2019 – 2º Melhor Gestor e 22 fundos classificados como Excelentes</p> <p>Prêmio MBI – Melhores Bancos para Investir 2019 – Melhor Gestor em fundos de Ações e Multimercados e 2º Melhor Gestor em Fundos Renda Fixa e Money Market</p>	
<b>2.2 - Equipe de Gestão do Fundo</b>	
2.2.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).
<p>SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE GESTÃO DE ATIVOS DE TERCEIROS</p> <p>Vitor Hugo Falcão Marcondes Sodré - em exercício</p> <p>GEVAR – GERÊNCIA NACIONAL DE FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL</p> <p>Melchior Vinicius dos Santos Felix - em exercício</p>	

GEFIX - GERÊNCIA NACIONAL DE FUNDOS DE RENDA FIXA (Interino)	
CARLOS EDUARDO BITELLI	
2.2.2	Cite o histórico de alterações significativas na equipe. As principais mudanças na equipe de gestão da SUGET foram: • Foi designado como Gerente Nacional Interino da GEVAR, o Sr. Melchior Vinicius dos Santos Felix; • Foi designado como Superintendente Nacional Interino da SUGET o Sr. Vitor Hugo Falcão Marcondes Sodré; • Foi designado como Gerente Nacional Interino da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Bitelli.
<b>2.3 - Estratégias e Carteiras</b>	
2.3.1	Quanto aos mercados em que opera, o Fundo pode ser caracterizado como: • Brasil (exclusivamente) X • Brasil (predominantemente) especifique N/A • Global especifique N/A
2.3.2	Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados. N/A
2.3.3	Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: <i>stop loss, stop gain, concentração de ativos, aluguel de ativos etc.</i> ). Empréstimos de ativos financeiros - doador > Vedado Empréstimos de ativos financeiros - tomador > Vedado
2.3.4	Qual a política do fundo em relação às operações de day trade? Vedado
2.3.5 – Uso de Derivativos	
2.3.5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos: • Proteção de carteira ou de posição Sim X Não <input type="checkbox"/> • Mudança de remuneração/indexador Sim X Não <input type="checkbox"/> • Estratégias combinadas ( <i>floors, caps, collars, spreads, straddles, box</i> , financiamentos com termo etc.) Sim X Não <input type="checkbox"/> • Alavancagem Sim <input type="checkbox"/> Não X
2.3.5.2	Mercados em que são utilizados derivativos: Juros Sim X Não <input type="checkbox"/> Câmbio Sim <input type="checkbox"/> Não X Ações Sim <input type="checkbox"/> Não X Commodities Sim <input type="checkbox"/> Não X
Em Bolsas:	
• Com garantia Sim X Não <input type="checkbox"/>	
• Sem garantia Sim <input type="checkbox"/> Não X	
Em balcão:	
• Com garantia Sim X Não <input type="checkbox"/>	
• Sem garantia Sim <input type="checkbox"/> Não X	
2.3.6 - Compra de Cotas de Fundos de Investimento	
2.3.6.1	de fundos de terceiros? Sim <input type="checkbox"/> Não X
2.3.6.2	de fundos do gestor? Sim X Não <input type="checkbox"/>

<b>3 - Informações Adicionais</b>	
3.1	PL atual
N/A	
3.2	PL médio em 12 meses
N/A	
3.3	PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa
Em torno de 41.833 Milhões em 30/04/2020	
3.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do Fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?
N/A	
3.5	Número de cotistas
N/A	
3.6	Qual percentual do passivo do Fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?
N/A	
3.7	Descreva as regras de concentração de passivo
N/A	
3.8	Percentuais detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas
N/A	
3.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê?
N/A	
3.10	Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo?
Desde o início	
3.11	Quais e quando foram os três últimos exercícios de direito de voto?
N/A	

<b>4 - Gestão de Risco</b>	
4.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do Fundo.
	A exposição ao risco de crédito é acompanhada e monitorada diariamente, conforme limites e critérios estabelecidos e aprovados pelo Comitê de Planejamento e Gestão da VIART e pelo Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros da CAIXA. Os limites de risco de crédito são definidos levando-se em consideração limites de concentração por tomador, garantia, produto e segmento.
4.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do Fundo.
	<p>O gerenciamento do risco de liquidez é feito considerando-se: o fluxo de caixa, o indicador de liquidez, o cronograma de vencimentos e o perfil de concentração de cotistas do fundo por faixa de valores.</p> <p>O controle do fluxo de caixa de cada produto é realizado com base nas entradas e saídas de recursos, sendo considerado como entradas as aplicações e parcelas de juros e/ou principal dos ativos alocados nas carteiras dos fundos de investimento e como saídas, os resgates de acordo com a cotização do fundo, e as despesas administrativas dos fundos. Para os fundos que existe controle de aplicação e resgate on-line o cálculo do fluxo de caixa é realizado considerando-se as aplicações e resgates on-line.</p> <p>Na mensuração do volume de ativos líquidos primeiramente os ativos são classificados como líquidos ou ilíquidos de acordo com suas características. Os ativos a priori classificados como líquidos são reavaliados considerando o número de negócios no mercado secundário em um período, podendo ser reclassificado como ilíquido.</p> <p>As informações de negócios utilizadas são as do mercado secundário disponibilizados pelo BACEN/ANBIMA para títulos públicos, pela BMFBOVESPA para ações/opções e contratos futuros e pela SND/BOVESPAFIX para títulos privados.</p> <p>Para os ativos classificados como líquido é calculado o potencial volume de negociação diária considerando-se a média de negócios multiplicada pelo preço de mercado, e verificado o volume líquido diário do ativo para cada fundo considerando-se seu prazo de cotização.</p> <p>É realizado monitoramento do volume aplicado e a quantidade de cotistas por produto e por tipo de cliente (Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Entidade Pública e Instituição Financeira), observando-se a concentração do patrimônio líquido entre os dez maiores investidores, por tipo de cliente e a relação entre o volume aplicado pelo maior cliente do fundo e volume líquido do fundo.</p>
4.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.
	N/A
4.4	Como é feita a precificação de ativos/derivativos ilíquidos/exóticos? Existem esferas na Instituição para tal?
	<p>1. Dentre as classes de ativos que possuem títulos de baixa liquidez, temos as seguintes fontes para a precificação:</p> <p>* Renda Fixa: para os títulos emitidos por Instituições Financeiras o apuração é realizado considerando as informações de negócios CETIP e cotação junto aos emissores; e para as debêntures tomamos como proxy as taxas da ANBIMA ou negócios realizados na CETIP com debêntures cujas características se aproximem da emissão precificada;</p> <p>* Renda Variável: para o BDR - Brazilian Depositary Receipt utilizamos os preços referenciais da BM&amp;FBovespa.</p>

2		Para todas as classes acima, os casos não observados pela metodologia são levados para decisão no Comitê de Marcação a Mercado.
4.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, <i>Tracking Error</i> e <i>Expected Shortfall</i> )?	
VaR Paramétrico TH 1 dia com 95% de confiança.		
4.6	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 4.5	
No Alerta Vermelho caso o gestor considere que a posição deve ser mantida o Comitê de Planejamento e Gestão é convocado, pela Conformidade da VIART – GERAT Conformidade, para avaliação e tomada de decisão. A decisão tomada pelo Comitê de Planejamento e Gestão é reportada ao Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros. Caso o gestor reenquadre o fundo nos limites estabelecidos o Comitê de Planejamento e Gestão e o Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros são comunicados da ocorrência		
4.7	Qual o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 (exceto <i>stress</i> )?	
O limite de exposição ao risco de mercado é estabelecido considerando-se as características do fundo e seu perfil de risco.		
4.8	Descreva as regras de Orçamento da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5.	
N/A		
4.9	Quando atingiu o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5? Por quê?	
N/A		
4.10	Historicamente, qual o máximo da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 registrado pelo Fundo? Comente.	
N/A		
4.11	Qual o VaR médio do Fundo nos últimos	
3 meses?	N/A	
6 meses?	N/A	
12 meses?	N/A	
24 meses?	N/A	
4.12	Historicamente, qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo Fundo e em qual(is) ativo(s)?	
N/A		
4.13	Qual o limite para perdas em cenário de <i>stress</i> ?	
N/A		
4.14	Quando atingiu o limite? Por quê?	
N/A		
4.15	Qual o <i>stress</i> médio do Fundo nos últimos	
3 meses?	N/A	
6 meses?	N/A	
12 meses?	N/A	
24 meses?	N/A	
4.16	Comente o último <i>stop loss</i> relevante do Fundo.	
N/A		

<b>5 – Comportamento do Fundo em Crises</b>					
	<b>Período</b>	<b>Evento</b>	<b>Comportamento</b>	<b>Explicação</b>	
	Jul- Out/97	Crise da Ásia	N/A		
	Ago/98	Crise da Rússia	N/A		
	Out/98	Quebra do LTCM	N/A		
	Jan/99	Desvalorização do Real	N/A		
	Mar/00	Crise do Nasdaq	N/A		
	Abr/01	Apagão	N/A		
	Set/01	Ataques terroristas nos EUA	N/A		
	Mar-Jul/02	Escândalos contábeis	N/A		
	Jun/02	Marcação a mercado	N/A		
	Jul-Out/02	Eleições no Brasil	N/A		
	Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	N/A		
	Jul-Ago/07	Crise das hipotecas	N/A		
	Out/2008 - Mar/2009	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	N/A		
	Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A		
<b>6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)</b>					
	<b>Período</b>	<b>Evento</b>	<b>Perda</b>	<b>Explicação</b>	<b>Tempo para Recuperação</b>
1.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)</b>					
7.1	Atribuição		Contribuição (%)		
	N/A		N/A		
7.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).				
	N/A				
7.3	O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?				
	N/A				
<b>8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores</b>					
8.1	Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?				
	Controlador não fornece relatórios do fundo para Distribuidor.				
8.2	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?				
	Controlador não fornece relatórios do fundo para Distribuidor.				
8.3	Com que frequência é possível realizar <i>conference calls</i> com o gestor dos fundos?				



A qualquer momento, apenas sujeito à disponibilidade do Gestor.			
<b>9 – Atendimento aos Cotistas</b>			
9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?		
Diariamente são fornecidos relatórios com informações da cota diária, Patrimônio Líquido, rentabilidade do dia e acumulada no mês/ano/12 meses. Mensalmente são fornecidos os extratos consolidados de cada aplicação do cliente.			
9.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?		
São enviadas informações diariamente via e-mail e disponibilizadas na página do Administrador na internet.			
9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?		
A GEICO atende diretamente os cotistas, via telefone, e-mail ou pessoalmente.			
<b>10 - Investimento no Exterior</b>			
Caso o Fundo tenha investimentos no exterior, preencher os dados abaixo			
10.1	Qual é a Estrutura desse Fundo?		
N/A			
10.2	Quais os riscos envolvidos?		
N/A			
10.3	Qual o produto?		
N/A			
10.4	Qual (is) a (s) estratégia (s) de alocação em ativos no exterior?		
N/A			
10.5	Qual (is) o (s) veículo (s) utilizado (s) para estas alocações?		
N/A			
10.6	Enumerar os prestadores de serviços dos investimentos no exterior (administrador, custodiante, RTA, <i>prime broker</i> , entre outros)		
N/A			
10.7	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.		
N/A			
10.8	O investimento no exterior foi constituído sob qual jurisdição? Quais são as entidades reguladoras pertinentes?		
N/A			
10.9	Caso o investimento no exterior seja feito através de fundos, descreva como foi constituída a diretoria do Fundo.		
N/A			
<b>11 – Anexos</b>			
11.1	Regulamento	Sim	Não
11.2	Prospecto	Sim	Não
11.3	Última lâmina	Sim	Não
11.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira	Sim	Não
11.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM)	Sim	Não



11.6	Relatórios de Gestão	Sim	Não
------	----------------------	-----	-----

## 2) Declaração

---

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local:	Data:
Nome:	
Cargo:	

Assinatura: \_\_\_\_\_

### 3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento

---

<b>1 – Nome do Fundo</b>	
1.1	Alteração de prestadores de serviço dos fundos geridos: Administrador, Custodiante e Auditor.
N/A	
1.2	Alteração de dados de contato
N/A	
1.3	Alteração nas condições de aplicação e resgate do Fundo
N/A	
1.4	Alteração da classificação tributária
N/A	
1.5	Alteração de limites de risco dos fundos
N/A	



## Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 3:

### Resumos Profissionais

Gestor de Recursos de Terceiros (Pessoa Jurídica):

CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES S.A.

Questionário preenchido por:

CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES S.A. Data:

29/12/2023

#### Observações.:

- Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja pertinente ao profissional, este deve ser preenchido com "N/A".

#### Informações Gerais

Nome	Vitor Hugo Falcão Marcondes Sodré
Email (opcional)	<a href="mailto:suget@caixa.gov.br">suget@caixa.gov.br</a>
Data de Nascimento	06/07/1984

Experiência Profissional	
<b>Instituição Atual</b>	
Cargo	Superintendente Nacional da Superintendência Nacional de Gestão de Fundos Líquidos
Data em que assumiu cargo atual	14/10/2019
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	25/01/2010
Data de entrada (mês/ano)	07/11/2005
<b>Instituição 1</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 2</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 3</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 4</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 5</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Cargos ocupados em Entidades de Classe</b>	
Entidade	ANBIMA - GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS

Cargo	Suplente
Período	Desde 05/11/2019
<b>Entidade</b>	
Cargo	
Período	
<b>Formação</b>	
<b>Graduação</b>	
Curso	Ciências Econômicas
Instituição	Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	2008
<b>Pós Graduação</b>	
Curso	Finanças Corporativas e Investment Banking
Instituição	FIA - Fundação Instituto de Administração
Data da conclusão (mês/ano)	2010
<b>Mestrado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Doutorado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Certificação profissional</b>	
<b>Título</b>	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
<b>Título</b>	
Órgão Certificador	
<b>Comentários adicionais</b>	

<b>Informações Gerais</b>	
Nome	Mauricio Vendruscolo
Email (opcional)	<a href="mailto:gevar@caixa.gov.br">gevar@caixa.gov.br</a>

Data de Nascimento	27/07/1979
<b>Experiência Profissional</b>	
<b>Instituição Atual</b>	
Cargo	Gerente Nacional da Gerência Nacional Fundos de Renda Variável
Data em que assumiu cargo atual	02/02/2021
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	02/02/2021
Data de entrada (mês/ano)	07/03/2005
<b>Instituição 1</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 2</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 3</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 4</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Instituição 5</b>	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Cargos ocupados em Entidades de Classe</b>	



<b>Entidade</b>	
Cargo	
Período	
<b>Entidade</b>	
Cargo	
Período	
<b>Formação</b>	
<b>Graduação</b>	
Curso	Ciências Econômicas
Instituição	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	dez/01
<b>Pós Graduação</b>	
Curso	Finanças Corporativas
Instituição	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	dez/03
<b>Pós Graduação</b>	
Curso	Financial Economics
Instituição	Fundação Getúlio Vargas
Data da conclusão (mês/ano)	dez/09
<b>Mestrado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Doutorado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Certificação profissional</b>	
<b>Título</b>	CFA
Órgão Certificador	CFA Institute
<b>Título</b>	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
<b>Comentários adicionais</b>	

Informações Gerais	
Nome	DANIEL CUNHA GRACIO
Email (opcional)	<a href="mailto:daniel.gracio@caixa.gov.br">daniel.gracio@caixa.gov.br</a>
Data de Nascimento	08/07/1987
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente Nacional da Gerência Nacional de Fundos de Renda Fixa
Data em que assumiu cargo atual	04/12/2023
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	04/04/2012
Data de entrada (mês/ano)	
Instituição 1	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	

Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Cargos ocupados em Entidades de Classe</b>	
<b>Entidade</b>	
Cargo	
Período	
<b>Entidade</b>	
Cargo	
Período	
<b>Formação</b>	
<b>Graduação</b>	
Curso	Administração
Instituição	USP
Data da conclusão (mês/ano)	dez/10
<b>Pós Graduação</b>	
Curso	Produtos Financeiros e Gestão de Risco
Instituição	FIA
Data da conclusão (mês/ano)	mar/14
<b>Mestrado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Doutorado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Certificação profissional</b>	
<b>Título</b>	CFA
Órgão Certificador	CFA
<b>Título</b>	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
<b>Comentários adicionais</b>	

--

<b>Informações Gerais</b>
---------------------------

Nome	Alvaro Cunha Matos Lessa de Oliveira
Email (opcional)	alvaro.m.oliveira@caixa.gov.br
Data de Nascimento	17/01/1984

<b>Experiência Profissional</b>
---------------------------------

<b>Instituição Atual</b>
--------------------------

Cargo	Gerente Nacional da Gerencia Nacional de Fundos Estruturados
Data em que assumiu cargo atual	17/11/2020
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	18/08/2008
Data de entrada (mês/ano)	09/02/2004

<b>Instituição 1</b>
----------------------

Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

<b>Instituição 2</b>
----------------------

Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

<b>Instituição 3</b>
----------------------

Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	


<b>Instituição 4</b>
----------------------

Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

<b>Instituição 5</b>
----------------------

Nome	
Cargo	

Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
<b>Cargos ocupados em Entidades de Classe</b>	
<b>Entidade</b>	
Cargo	
Período	
<b>Entidade</b>	
Cargo	
Período	
<b>Formação</b>	
<b>Graduação</b>	
Curso	Administração de Empresas
Instituição	Univ Presbiteriana Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	jun/07
<b>Pós Graduação</b>	
Curso	MBA em Gestão de Ativos Financeiros
Instituição	FGV/SP
Data da conclusão (mês/ano)	dez/10
<b>Mestrado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Doutorado</b>	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
<b>Certificação profissional</b>	
<b>Título</b>	CGA - Certificação Gestores ANBIMA
Órgão Certificador	ANBIMA
<b>Título</b>	Administrador de Carteiras
Órgão Certificador	CVM
<b>Comentários adicionais</b>	
Aprovação Level 1 do CFA Institute	



## Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros



## Sumário

---

Apresentação.....	1
1. Informações cadastrais.....	3
2. Informações institucionais.....	4
3. Receitas e dados financeiros.....	6
4. Recursos humanos.....	8
5. Informações gerais.....	10
6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito.....	14
7. Gestão de recursos.....	16
8. Distribuição.....	21
9. Risco.....	23
10. Compliance e controles internos.....	301
11. Jurídico.....	345
12. Anexos ou endereço eletrônico.....	355



## 1. Informações cadastrais

<b>1.1</b>	Razão social
BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	
<b>1.2</b>	Nome fantasia
BB ASSET MANAGEMENT	
<b>1.3</b>	É instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB")?
Sim	
<b>1.4</b>	Quais são as autoridades regulatórias em que a gestora possui registro? Fornecer detalhe sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
Comissão de Valores Mobiliários – CVM: Distribuidora – 20.05.1986 Administradora de Carteiras – Ato Declaratório 1481, de 13.08.1990 Administrador de Fundo de Investimento Imobiliário – 13.01.2012 Administradora de FAPI – 21.07.2007 Administradora de FIDC – 21.05.2010 Banco Central do Brasil – Resolução CMN 1.120, de 1986 – 27.05.1986	
<b>1.5</b>	Membro de associações de classe e/ou autorreguladoras? Quais?
Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; AMEC - Associação de Investidores no Mercado de Capitais; ANCORD – Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias) ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos CORECON - Conselho Regional de Economia PRI – Princípios para o Investimento Responsável	
<b>1.6</b>	É instituição nacional ou estrangeira?
Nacional	
<b>1.7</b>	Possui filial? Em caso positivo, quantas e onde estão localizadas?
A BB ASSET MANAGEMENT possui uma filial localizada em São Paulo.	
<b>1.8</b>	Endereço
Avenida República do Chile, 330 - 7º e 8º andares - Torre Oeste – Centro – Rio de Janeiro-RJ CEP 20031-170	





<b>1.9</b>	CNPJ
30.822.936/0001-69	
<b>1.10</b>	Data de Constituição
15.05.1986	
<b>1.11</b>	Telefones
Sede: 55 21 3808-7500 / Filial São Paulo: 55 11 4298-7550	
<b>1.12</b>	Website
www.bb.com.br/bbasset	
<b>1.13</b>	Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do questionário
Gerência Executiva Gestão Corporativa Divisão Governança, Estratégia e Contratos	
<b>1.14</b>	Telefone para contato
55 21 3808-7500	
<b>1.15</b>	E-mail para contato
bbasset@bb.com.br	

## 2. Informações institucionais

<b>2.1</b>	Informar o quadro societário da gestora, incluindo os nomes dos principais sócios e respectivas participações (informar no mínimo, os sócios que possuem percentual de participação acima de 5%).
A BB ASSET MANAGEMENT é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., cujo maior acionista é o Tesouro Nacional	
<b>2.2</b>	Qual a estrutura empresarial do conglomerado ou grupo econômico? (Quando aplicável).
O organograma do Conglomerado BB pode ser encontrado neste link: <a href="#">Estrutura Organizacional - Banco do Brasil RI (bb.com.br)</a> , clicando em "Conglomerado".	
<b>2.3</b>	Fornecer o organograma da gestora (anexar resumo profissional dos principais executivos).
Anexo 1 - Organograma BB ASSET MANAGEMENT; Anexo 2 -Seção III - Resumo Profissional.	



<b>2.4</b>	A gestora é signatária dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
	<p>Sim, a BB ASSET MANGEMENT é filiada à ANBIMA, bem como aderente e participante dos seguintes Códigos de Regulação e Melhores Práticas:</p> <p>CÓDIGO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS  CÓDIGO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE INVESTIMENTO  CÓDIGO DE ÉTICA  CÓDIGO DE NEGOCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS  CÓDIGO DOS PROCESSOS DA REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS  CÓDIGO PARA O PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO CONTINUADA</p>
<b>2.5</b>	A gestora é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
	<p>Sim, desde 2007 a BB ASSET MANAGEMENT é aderente ao Estatuto da ANBIMA e ao Código de Ética e às demais normas e regulamentos da Associação por ocasião de sua admissão à entidade.</p>
<b>2.6</b>	A gestora é signatária do PRI – Principles for Responsible Investment?
	<p>Desde novembro de 2010 a BB ASSET MANAGEMENT é signatária do PRI – Princípios para o Investimento Responsável, iniciativa de investidores globais com apoio das Nações Unidas através da Iniciativa Financeira da UNÉP - Programa Ambiental das Nações Unidas e o Pacto Global, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão e em suas análises e tomadas de decisão de investimento práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG).</p>
<b>2.7</b>	A gestora é signatária de outros Códigos ou semelhantes? Caso seja, citar as instituições.
	<p>Em outubro de 2016, a BB ASSET MANAGEMENT aderiu ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - Stewardship, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), que tem como objetivo iniciar um processo de mudança de cultura de gestão e propriedade de valores mobiliários ao longo do tempo, promovendo a adoção de boas práticas de governança corporativa.</p>
<b>2.8</b>	<p>Os principais executivos, conforme o item 2.3, detêm participação em outros negócios no mercado financeiro e de capitais ou atividades relacionadas à gestora? (Exceto no caso de participação em empresas ligadas). Em caso positivo, informar:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. CNPJ da empresa;</li> <li>II. percentual detido pelo executivo na empresa; e</li> <li>III. qual a atividade por ele desempenhada.</li> </ol>
	<p>O Banco do Brasil S.A., controlador da BB ASSET MANAGEMENT, detém diversas participações em outros negócios, conforme demonstrado no organograma do conglomerado. Quanto aos principais executivos da BB ASSET MANAGEMENT, estes não possuem participações em outros negócios.</p>



2.9	<p>Informar se o conglomerado ou grupo econômico da gestora presta serviços de administração fiduciária, distribuição, consultoria, controladoria e custódia. Em caso positivo, descrever:</p> <p>I. a estrutura funcional de segregação e</p> <p>II. o relacionamento com a gestora.</p>
<p>A maioria dos fundos sob gestão da BB ASSET MANAGEMENT contrata o Banco do Brasil para a prestação dos serviços de distribuição, controladoria e custódia. Estes serviços são executados pela Diretoria de Operações do Banco do Brasil – DIOPE e estão definidos em contratos com modelagem padronizada pela ANBIMA. Em casos específicos, por definição dos clientes (FIs e FICFIs), são utilizados serviços de terceiros.</p>	
2.10	Outras informações institucionais que a gestora julgue relevante (opcional).
<p>Em 2022, a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. alterou seu nome fantasia de “BB DTVM” para “BB Asset Management”.</p>	

### 3. Receitas e dados financeiros

Preencha a tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da gestora. Informar os últimos 5(cinco) anos (valores expressos em milhões).				
3.1	Ano	Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez)	Número de pessoas que trabalham na gestora	Número de portfólios sob gestão
	2019	R\$ 1.046.304.986.303,73	281	877
	2020	R\$ 1.173.250.594.952,34	285	983
	2021	R\$ 1.364.292.831.122,11	281	1060
	2022	R\$ 1.398.984.878.331,50	302	1144
	2023	R\$ 1.497.980.573.478,45	336	1218
Tipologia dos portfólios sob gestão (sem dupla contagem – excluir estrutura Master Feeder).				
3.2	FUNDOS	Nº	% Carteira	
	Domicílio local	1200	98,62	
	Domicílio em outro país	10	0,13	



	Clubes de Investimento	Nº	% Carteira	
	Domicílio Local	2	0,004%	
	Carteiras	Nº	% Carteira	
	Domicílio Local	6	1,24%	
	Carteira de Investidor Não Residente	0	0,00%	
	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento:			
	Tipo	Nº	Exclusivos/Reservados	% Total
	Renda Fixa	407	245	91,80
	Multimercado	613	485	3,63
	Cambial	5	0	0,06
	Ações	156	33	1,69
<b>3.3</b>	FIDC	5	0	2,52
	FIP	0	0	0
	FIEE	0	0	0
	FII	3	0	0,05
	Fundo de Índice (ETF)	8	0	0,13
	Outras categorias	13	6	0,13
<b>3.4</b>	Atualmente, qual é o percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?			
<p>Em 31 de Dezembro de 2023, a BB Asset possuía aplicações em fundos sob sua administração, na modalidade Seed Money, no valor de R\$ 32.650.253,76, aproximadamente 0,0022% do total de recursos administrados. O Controlador não investe em fundos administrados pela BB Asset. Executivos e demais funcionários eventualmente podem deter posições em fundos abertos aos clientes em geral ou em fundos específicos para funcionários do Banco do Brasil.</p>				



## 4. Recursos humanos

### 4.1 Quais são as regras de remuneração ou comissionamento dos profissionais e associados?

A política de remuneração dos funcionários da BB Gestão de Recursos DTVM S.A. está alinhada à política de remuneração do Banco do Brasil S.A. e objetiva retribuir os funcionários considerando o mérito individual e coletivo, a produtividade e a contribuição para os objetivos da Instituição. Os parâmetros de remuneração serão atualizados sempre que houver reajuste salarial decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, pelo mesmo índice percentual aplicado pelo Banco do Brasil.

### 4.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela gestora?

Além dos benefícios que são comuns a todos os funcionários do Conglomerado BB (plano de saúde, previdência complementar, plano odontológico, auxílio creche, auxílio a filho com deficiência, auxílio transporte, cesta e ajuda alimentação, Programa de Assistência Social - PAS etc.), a BB Asset possui programas na área de Gestão de Pessoas com objetivo claro de reconhecer e reter talentos, como o Programa de Desempenho Gratificado que estipula o pagamento de uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho dos participantes, e que poderá ser concedida semestralmente. Possuímos também o Programa de Onboarding da BB ASSET, que tem como objetivos a integração dos novos funcionários às suas atividades e à Cultura da Empresa. Além disso, a empresa implementou em 2023 o "Fórum de Diversidade, Equidade e Inclusão", com o objetivo de propiciar um ambiente acolhedor, equânime e inclusivo para todos os funcionários, pois sabemos que esse é um diferencial para a captura e retenção dos talentos.

### 4.3 Existe programa para treinamento, desenvolvimento e certificação profissional dos profissionais/associados? Descreva, de forma sucinta, inclusive, com relação ao controle e monitoramento dos profissionais certificados.

A política de treinamento e desenvolvimento profissional está alinhada com a estratégia corporativa e inserida nas Políticas e Diretrizes de Gestão de Pessoas do Conglomerado BB e da BB ASSET. Visa promover a Educação Corporativa de forma contínua, por meio de soluções educacionais oferecidas a todos os funcionários, a fim de potencializar o desempenho profissional e organizacional. Prevê a concessão de bolsas de pós-graduação (especialização ou mestrado profissional) e de bolsas para estudo de idiomas estrangeiros; a contratação de cursos para desenvolvimento e aprimoramento dos conhecimentos e habilidades dos funcionários, além de incentivar e priorizar a obtenção de certificações legais e profissionais. A BB Asset possui Programa Trilhas de Aprendizagem, para as funções de Assessoramento e Liderança; de Sustentabilidade; de Transformação Digital, de Trabalho Remoto e, ainda, as Trilhas de Ética, Segurança da Informação, Riscos e Controles Internos, que objetivam atender à Resolução CVM nº 21. O Programa de Certificações da BB ASSET objetiva promover a certificação dos funcionários de acordo com os dispositivos legais reguladores e as normas internas estabelecidas para cada certificação; incentiva a obtenção das seguintes certificações: Certificação Profissional Anbima série 20 (CPA-20); Certificação Profissional Anbima para Especialistas em Investimento (CEA); Certified Financial Planner (CFP); Certificação Anbima de Fundamentos em Gestão (CFG); Certificação de Gestores Anbima para Fundos Estruturados (CGE); Certificação Profissional Anbima para Gestores de Recursos de Terceiros (CGA); Chartered Financial Analyst (CFA), além de outras certificações profissionais estratégicas para determinadas áreas de atuação. A



conformidade das certificações legais é acompanhada periodicamente pela Equipe Gestão de Pessoas. O controle é realizado através de planilhas eletrônicas, e gerenciamento do banco de dados da Anbima, com objetivo de monitorar a validade, a obtenção e renovação das diversas certificações pelos profissionais da Empresa. A equipe Gestão de Pessoas, ainda, orienta sobre o vencimento e obrigatoriedade legal das certificações, além de contratar ações de capacitação preparatórias para realização dos exames.

#### 4.4 De que forma o desempenho dos gestores é avaliado?

No que se refere ao atingimento dos benchmarks, os gestores são avaliados, mensalmente, pelo Fórum de Performance, com a participação do Diretor Executivo de Gestão.

Nas avaliações são utilizados indicadores de retorno e risco, como desvio-padrão, índice de Sharpe, tracking error (divergência não planejada), retorno absoluto, variação de PL, bem como a análise comparativa de Peer Group que reúne uma diversidade de fundos de outras instituições financeiras.

É utilizada a Gestão de Desempenho Profissional por Competências e Resultados - GDP, sistema de avaliação que tem como objetivos: mensurar o desempenho individual por meio da manifestação das competências profissionais e da contribuição para o alcance dos resultados esperados; orientar o processo de desenvolvimento profissional; facilitar a consecução dos objetivos organizacionais; contribuir com o planejamento de carreira; subsidiar outros subsistemas e programas de gestão de pessoas da empresa.

Por último, o Programa de Desempenho Gratificado – PDG – premia semestralmente todos os funcionários que trabalham diretamente na gestão dos ativos, quando estes atingem objetivos previamente estipulados.

#### 4.5 A instituição adota treinamento dos colaboradores e empregados em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (“PLDFT”)? Em caso positivo, descreva a metodologia e periodicidade aplicadas.

A BB ASSET, de acordo com as políticas e procedimentos do Banco do Brasil, através da Divisão Gestão de Riscos Corporativos, Controles Internos e Compliance, oferece, anualmente, Workshops que visam a disseminação da Cultura de Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos. Estes Workshops abordam, entre outros temas, o de Prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro. Os workshops são amplamente divulgados para estimular a participação de todos. Como mencionado no Item 4.3, a BB ASSET possui, ainda, o Programa Trilhas de Aprendizagem, que possui as trilhas obrigatórias de Ética e Trilha Segurança da Informação, Controles Internos e Riscos, onde cursos sobre o tema prevenção e combate à lavagem de dinheiro são oferecidos em uma plataforma de e-learning (na Universidade Corporativa do BB). Além disso, a BB ASSET estimula seus funcionários a realizarem a prova para obtenção da Certificação Interna em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro quando oferecida pelo Banco do Brasil. Todos os cursos, uma vez concluídos, são registrados no currículo funcional de cada empregado, bem como a citada certificação interna.

#### 4.6 Descreva os treinamentos elaborados junto aos colaboradores para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

A BB ASSET realiza Workshops anuais que visam à disseminação da Cultura de Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos. Entre os temas abordados está o Programa de Compliance que constitui no conjunto de medidas e controles que a BB ASSET adota para prevenir, detectar e corrigir possíveis desvios em relação às leis, normas e regulamentos externos e internos, ao código de ética do BB e às Diretrizes Éticas Profissionais da BB ASSET. As Diretrizes



Éticas Profissionais da BB ASSET têm por finalidade instituir normas relevantes ao segmento de asset management, como por exemplo, as regras para investimentos pessoais dos funcionários. Adicionalmente, conforme mencionado no item 4.5, a BB ASSET possui Programa de Trilhas de Aprendizagem, onde a Trilha Ética, composta por cursos disponibilizados em plataforma e-learning, que devem ser realizados por todo o corpo funcional.

## 5. Informações gerais

### 5.1 Existem planos de expansão ou mudança de estratégia? Descreva.

A fim de continuar oferecendo as melhores opções de investimentos para os clientes, a BB Asset vem implementando um plano de expansão de sua atuação, por meio de parcerias comerciais com gestoras de larga experiência em seus respectivos segmentos de atuação para oferecer novos produtos e endereçar demandas específicas de seus clientes. Em 2022 foi realizada a primeira parceria, com a Occam, gestora independente, com foco em crédito privado. Em 2023 a segunda parceria foi firmada com a Trígono, para ampliar o portfólio de renda variável, notadamente *small caps*, da BB Asset. E em janeiro de 2024 foi firmada a parceria com a JGP, para ampliar a oferta de fundos ASG.

### 5.2 Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora (instalações, profissionais hardware e software).

A BB ASSET preza por incrementar seu resultado com eficiência operacional. Na captação de novos recursos são consideradas as condições de mercado, a complexidade da gestão e a capacidade humana e tecnológica. Cabe ressaltar que todo o crescimento é pautado na Estratégia Corporativa e no Plano de Negócios da empresa, priorizando-se os investimentos necessários para o crescimento sustentável de longo prazo. São consideradas as condições de mercado, a complexidade da gestão e a capacidade humana e tecnológica.

### 5.3 A gestora é objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída? (Anexar relatório mais recente).

Em 2006, a BB Asset recebeu o Rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody's Local Brasil, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo. Esse Rating vem sendo revisado anualmente, de forma que a última publicação de manutenção da nota atribuída à BB Asset se deu em outubro de 2023.

Desde 2017, a BB Asset também recebe nota "Excelente" pela Fitch Ratings, considerada máxima em uma escala de 5 níveis, atestando que a estrutura operacional e a capacidade de gestão de ativos da BB Asset são consideradas extremamente robustas, comparadas às melhores práticas adotadas pelos gestores de recursos. Este rating tem sido reafirmado anualmente inclusive em 2023 mantendo sua perspectiva estável.

Os relatórios de rating da BB Asset podem ser consultados nos anexos 3 e 4 deste questionário.

### 5.4 Com base nos últimos 05 (cinco) anos, a gestora já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?

No que tange à qualidade e histórico de gestão a BB Asset já recebeu várias premiações, dentre elas:



2023

## Guia Valor

Fundo destaque como um dos 10 mais rentáveis na Categoria juro real: BB IMA-B 5 Private

Fundo destaque como um dos 10 com melhor relação risco retorno na categoria Alocação Multimercado: BB Multigestor Macro Private FIC FIM

## FGV

A BB Asset foi destaque no Guia FGV de Fundos de Investimentos 2023, sendo premiada na categoria 2ª Melhor Gestor de Multimercados!

## Jornal o Estado de São Paulo

A BB Asset foi vencedora na categoria Corretoras e Distribuidoras do prêmio FINANÇAS MAIS 2023 do jornal O Estado de S. Paulo.

## Melhores Fundos para Institucionais

BB Asset tem 52 fundos premiados como excelentes: 28 de renda fixa, 22 de ações e 6 multimercados

## Top Asset

Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Poder Público, Previdência Aberta, RPPS, Varejo Tradicional, Renda Fixa e Fundos Previdenciários.

## Guia Valor de fundos de Investimento

Destaque nas categorias Renda Fixa DI, Juro Real e Investimento no Exterior, com os fundos BB Renda Fixa High, BB Renda Fixa LP Private, BB Renda Fixa IMA B5 Private, BB Ações Nordea Global Climate and Environment IE. Fomos reconhecidos também na categoria "10 com melhor risco retorno" com as estratégias BB Multigestor Macro Private e BB Ações Alocação.

## Melhores Fundos para Institucionais

Tivemos 25 fundos premiados como excelentes: 13 de ações, 11 de renda fixa e um multimercado.

2022

## Guia Valor de Fundos de Investimento

Destaque em rentabilidade nas categorias Ações Índices, Renda Fixa DI, Investimento no Exterior, Ações no Exterior e Juro Real.

Fonte: Guia de Fundos - Dezembro 2022

## Melhores Fundos para Institucionais

A BB Asset teve 27 fundos premiados como excelentes, sendo: 15 fundos de ações, 2 fundos multimercado e 10 estratégias de renda fixa.

Fonte: Revista Investidor Institucional

## Guia FGV de Fundos 2022

Melhor Gestor de Ações, 2ª Melhor Gestor Geral, 2ª Melhor Gestor de Varejo e 2ª Melhor Gestor de Atacado

Fonte: FGV





**TOP ASSET**

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias

Fundos de Pensão, Previdência Aberta, Corporate, Varejo Tradicional, Poder Público, Renda Fixa, Fundos Previdenciários, FIDCs e Fundos Exclusivos Locais.

Fonte: Revista Investidor Institucional

Edição 345 - abril/2022

Melhor Banco e Plataforma para Investir (MBPI)

Melhor Gestora de Fundos de Ações

Portal de Fundos - [www.portaldefundos.com/mbpi](http://www.portaldefundos.com/mbpi) (Fevereiro de 2022)

**2021**

Ranking Mais Retorno

BB Ações Siderurgia e BB Ações Exportação eleitos entre os 10 mais rentáveis fundos de ações de janeiro a julho de 2021

Fonte: [maisretorno.com](http://maisretorno.com) – Agosto 2021

Estadão Finanças Mais

1º lugar na categoria Corretoras e Distribuidoras

Fonte: Estadão Finanças Mais – Setembro 2021

**TOP Asset**

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias Varejo, Corporate, Previdência Aberta, Fundos de Pensão e Governo, Revista Investidor Institucional

Guia Valor de Fundos de Investimento

Destaque nas Categorias Ações Índice, Prefixado Renda Fixa Ativo, Investimento no Exterior e Renda Fixa DI

Fonte: Guia de Fundos - Agosto 2021

Melhores Fundos para Investidores Institucionais

33 Fundos considerados excelentes

Fonte: Revista Investidor Institucional - Edição 339 – Agosto 2021

**Ranking TOP Asset**

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias Varejo, Previdência Aberta, Fundos de Pensão, Governo e Fundos Governamentais e Fundos

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 335 – Abril 2021

Melhor Banco e Plataforma para Investir

Melhor Gestora de Fundos de Renda Fixa

Fonte: Portal de Fundos – Março 2021



Melhores Fundos Para Institucionais

34 fundos considerados excelentes

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 334 – Março 2021

Ranking Guia de Fundos FGV

Maior Gestora de Fundos de Renda Fixa

Fonte: Guia de Fundos FGV – Fevereiro 2021

2020

Ranking TOP Asset

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta e Governo/Fundos Governamentais

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 329 – Setembro 2020

Melhores Fundos para Institucionais

30 fundos considerados excelentes

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 328 – Agosto 2020

Ranking TOP Asset

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Exclusivos, FIDC

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 324 – Abril 2020

Melhores Fundos para Institucionais

20 fundos considerados excelentes

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março 2020

Melhor Banco para Investir

2ª colocação na Categoria Ações

Fonte: IstoÉ Dinheiro – fevereiro 2020 – Edição 1157 - [www.istoedinheiro.com.br/campeoes-da-qualidade](http://www.istoedinheiro.com.br/campeoes-da-qualidade)

Ranking Exame - Onde Investir 2020

Melhor Gestora de Fundos Renda Fixa

Fonte: Revista Exame - Edição 1201 - 22/01/2020

2019

Ranking TOP Asset

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Exclusivos, FIDC

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 318 – Setembro 2019

Melhores Fundos para Institucionais

21 fundos considerados excelentes

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 317 – Agosto 2019



**Ranking TOP Asset**

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias Fundos de Pensão, Recursos de Governo, Varejo, Previdência Aberta, Exclusivos, FIDC

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 313 – Abril 2019

**Melhores Fundos para Institucionais**

18 fundos considerados excelentes

Fonte: Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março 2019

**Melhor Banco para Investir**

1ª colocação na categoria Renda Fixa

2ª colocação nas categorias Ações e Varejo Seletivo

Fonte: Revista IstoÉ Dinheiro – Edição 1106 – Ano 20 – Fevereiro 2019

## 6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito

**6.1** Descreva a estrutura de análise econômica, de pesquisa e de crédito da gestora, conforme segmento, quando aplicável (anexar resumo profissional).

A empresa conta com três áreas de pesquisa, assim divididas:

Equipe de Análise Fundamentalista e Estratégia de Ações - 12 analistas e 01 Gerente;

Equipe Macroeconômica – 5 analistas e 01 Gerente;

Análise de Crédito - 7 analistas e 01 Gerente.

**6.2** A estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui pesquisa de temas ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa? Como estas questões são consideradas durante o processo de decisão de investimento? Descreva.

Sim. A BB Asset desenvolveu metodologia proprietária para incorporação de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa em suas análises, que se referem exclusivamente a recursos de terceiros. A metodologia engloba indicadores gerais (estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI) e indicadores específicos (de acordo com as necessidades de cada área).

A Divisão de Análise Fundamentalista e Estratégia de Ações Quantitativa realiza anualmente, no segundo semestre do ano, um ranqueamento das empresas componentes do seu universo de cobertura, no que tange aos aspectos ASG.

As avaliações são disponibilizadas aos gestores para que estes possam aplicar práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa nos mandatos dos fundos de ações, sobretudo os fundos IS. As principais dimensões analisadas são: - Governança, ética e Integridade: avalia a composição e independência do conselho de administração e remuneração dos administradores; - Indicadores de desempenho social: avalia questões relacionadas a rotatividade, saúde e segurança no trabalho, certificações sociais, equidade e assistência à família. - Indicadores de desempenho ambiental: avalia aspectos de biodiversidade, inovação, certificações ambientais, utilização de água e energia.



**6.3** Descreva as principais mudanças na equipe de análise nos últimos 05 (cinco) anos.

Em fevereiro de 2018, Luis Cláudio Leite Tavares assumiu a gerência da Divisão de Análise Fundamentalista e Quantitativa no lugar de Carlos Frederico Gomes Valladares que havia gerenciado a divisão no ano de 2017, cabe ressaltar que o Luis Claudio já trabalhava na Divisão de Análise Fundamentalista e Quantitativa há mais de 9 anos, possuindo mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Em novembro de 2019, Marcio Fadigas de Almeida assumiu a Gerência de Divisão de Análise de Crédito, no lugar de Marcelo Rodrigues de Farias. Cabe ressaltar que Marcio Fadigas possui experiência de 23 anos de mercado financeiro, tendo atuado nas áreas de análise e gestão.

Em dezembro 2020, a equipe ganhou o reforço de uma analista dedicada à ASG, Daphne Chistianne da Costa Breyer, fortalecendo a incorporação e incentivo às práticas ASG que já vinham sendo adotadas pela BB Asset.

Em dezembro de 2021, José Maurício Pimentel Batista assumiu a Gerência da Divisão de Análise Macroeconômica, no lugar de Marcelo Rebelo Lopes, que assumiu o cargo de Economista-Chefe do Banco do Brasil. José Maurício já trabalhava na Divisão de Análise Macroeconômica há mais de 10 anos, e mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Em junho de 2022 Daphne é promovida a especialista e subordina-se diretamente ao Gerente Executivo da área.

Em janeiro de 2023, Verana Barbosa Regattieri assumiu a gerência da Divisão de Análise Fundamentalista e Estratégia de Ações no lugar de Luis Cláudio Leite Tavares, que estava desde fevereiro de 2018, no lugar de Carlos Frederico Gomes Valladares que havia gerenciado a divisão no ano de 2017. Cabe ressaltar que Verana trabalhou na Divisão de Análise Fundamentalista e Estratégia de Ações de 2006 a 2016 e depois assumiu a gerência de Fundos de Ações Indexados na BB ASSET, de 2017 a 2022, possuindo mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro. As mudanças ocorridas na equipe de analistas devem-se a oportunidades de ascensão a cargos gerenciais. Em todas as ocasiões buscou-se repor os talentos trazendo pessoas do Banco do Brasil ou da própria BB Asset com perfil adequado para a área e treinando-os internamente.

**6.4** Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?

100% próprio.

**6.5** Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o *buy side* ou também produz relatórios e informações para outros (*sell side*)?

O analista fundamentalista tem como principal objetivo a cobertura das empresas listadas na B3 (atualmente 109 empresas são cobertas), em especial às componentes dos principais índices da Bolsa. Cada analista é responsável por um ou mais setores dentro do seu universo de cobertura e pelas empresas pertinentes a estes setores, devendo analisar os dados econômico-financeiros, fazer projeções, recomendar papéis e assessorar os gestores no processo de tomada de decisão, o que na maioria das vezes é feito conjuntamente.

A análise de grande parte das empresas cobertas é feita por DCF (fluxo de caixa descontado). Em algumas situações é utilizada a análise por múltiplos, em especial nos BDRs Latam cobertos. Para empresas que estão buscando uma Oferta Pública Inicial de Ações (IPO), a análise da operação pode ser efetuada por DCF ou múltiplos, dependendo do valor da oferta e do interesse na operação.



Todos os dados informativos disponíveis, bem como recomendações e outras informações que sejam relevantes, das empresas constantes do quadro de cobertura, ficam disponíveis aos gestores em página específica da Divisão de Análise Fundamentalista e Estratégia de Ações. Mensalmente, é fornecida uma carteira fundamentalista aos gestores dos fundos de renda variável e multimercados que serve como insumo ao processo de tomada de decisão na alocação de investimentos, seguida por uma reunião mensal com apresentação entre analistas e gestores, de forma a validar todos os cases que estão sendo recomendados na referida carteira.

A Equipe de Análise Fundamentalista e Estratégia de Ações trabalha exclusivamente para o buy side.

O analista de crédito tem como principal objetivo a avaliação e acompanhamento de empresas e instituições financeiras brasileiras emissoras de dívida no mercado de capitais (atualmente 238 empresas e 65 bancos são cobertos). Cada analista é responsável por um ou mais setores dentro do seu universo de cobertura e pelas empresas pertinentes a estes setores, devendo analisar os dados econômico-financeiros, fazer projeções, propor limite de crédito e assessorar os gestores no processo de tomada de decisão.

A análise das empresas é feita por análise de capacidade de pagamento e estrutura da operação, que leva em consideração, dentre outros, projeção de fluxo de caixa, covenants financeiros e avaliação de garantias. Ademais, o acompanhamento da situação financeira e dos indicadores destas companhias é realizado constantemente, de modo a detectarmos eventual deterioração ou melhora na qualidade de crédito do ativo, subsidiando os gestores com as melhores informações para suas tomadas de decisão (compra, venda ou renegociação das condições pactuadas).

Todos os dados de limite de crédito e classificação interna de risco ficam disponíveis aos gestores em página específica da Divisão de Análise de Crédito e, ainda, em aplicativo próprio da BB Asset, o Gestão de Risco de Crédito (GRC).

Tanto os analistas fundamentalistas, quanto os de crédito, divulgam informações relevantes e opiniões próprias sobre as empresas/operações por intermédio de e-mail aos Gestores e realizam/participam de apresentações/reuniões constantemente.

#### 6.6 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

São utilizadas informações da Agência Estado (Broadcast), da Refinitiv (Elkon), Bloomberg e também a base de dados da Economática, do MSCI (Morgan Stanley Capital International), do FTSE Russel da LSEG, bem como com os serviços exclusivos de coleta de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e de Banco de Dados da própria FGV e do programa Macrodados. O software de estatística E-views (Econometric Views) e o Modelo da Oxford Economics são usados como ferramentas para projeções. Os principais jornais nacionais e internacionais também são fontes de informação. Por fim, há apoio à análise através do recebimento de análises e relatórios de instituições privadas e governamentais, tais como FMI, Fed, Peterson Institute, entre outros, além de toda a gama de relatórios de bancos/corretoras de mercado.

## 7. Gestão de recursos

#### 7.1 Descreva as principais mudanças na equipe de gestão nos últimos 05 (cinco) anos.



As movimentações internas não geraram impacto nas atividades da empresa, pois foram programadas, e a empresa já possuía recursos humanos preparados para ocupar cargos gerenciais na gestão de fundos de investimento. Ao longo de 2019 a dezembro de 2023 ocorreram ainda rodízios, ascensões, aposentadorias ou retorno ao Controlador BB, abaixo descritas:

Em 01/2019:

Diretor Presidente:

Sai: Paulo Roberto Lopes Ricci (aposentadoria)

Entra: Carlos José da Costa André

Diretoria de Gestão de Ativos:

Sai: Carlos José da Costa André (assumiu a presidência da empresa)

Entra: Marcelo Marques Pacheco

Gerência Executiva de Fundos Multimercado, Ações e Offshore

Sai: Marcelo Marques Pacheco (assumiu a Diretoria de Gestão de Ativos)

Entra: Jorge Marino Ricca

Em 02/2019

Gerência Executiva Análise e Alocação Doméstica (Recém-criada):

Entra: Marcelo Gusmão Arnosti

Divisão Análise Macroeconômica

Sai: Marcelo Gusmão Arnosti (assumiu a Gerência Executiva Análise e Alocação Doméstica)

Entra: Marcelo Rebelo Lopes

Em 11/2019

Divisão Análise de Crédito

Sai: Marcelo Rodrigues de Farias (assumiu a Gerência Executiva de Governança, Regulação e Compliance)

Entra: Márcio Fadigas de Almeida

Em 12/2019

Divisão Fundos Multimercados

Sai: Renato Magalhães David (aposentadoria)

Entra: Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Divisão Fundos Multimercados Exclusivos

Sai: Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria (assumiu Divisão Fundos Multimercados)

Entra: Mauro Luiz Martins de Faria

Em 01/2020:

Gerência Executiva de Fundos Multimercado, Ações e Offshore

Sai: Jorge Marino Ricca (retorno ao BB)

Entra: Marcelo Gusmão Arnosti

Gerência Executiva Análise e Alocação Doméstica

Sai: Marcelo Gusmão Arnosti (assumiu a Gerência Executiva de Fundos Multimercado, Ações e Offshore)

Entra: Marcelo Rodrigues de Farias

Em 01/2020

Operações em Mercado:

Sai: Luiz Gustavo Moraes Gelbaum (Licença)

Entra: Luiz Henrique Aragão de Souza

Divisão de Macroeconomia:

Sai: Marcelo Gusmão Arnosti



Entra: Marcelo Rebelo Lopes  
Em 09/2020  
Divisão Fundos Offshore e Alocação no Exterior  
Sai: João Medeiros Fonseca (Demissão a pedido)  
Entra: Frederico Monteiro de Aguiar  
Em 11/2020  
Diretor Presidente:  
Sai: Carlos José da Costa André (assumiu a vice-presidência de Finanças do BB)  
Entra: Aroldo Salgado de Medeiros Filho  
Em 06/2021  
Divisão  
Sai: Vinicius Ribeiro Vieira (Demissão a pedido)  
Entra: Maurício Schuck  
Em 12/2021  
Divisão de Macroeconomia:  
Sai: Marcelo Rebelo Lopes (assumiu como Economista Chefe do BB)  
Entra: José Mauricio Pimentel Baptista  
Em 04/2022  
Divisão Fundos RF Ativos e Câmbio  
Sai: Roberto Batista de Jesus (aposentadoria)  
Entra: Roger Alan Marcal da Silva  
Em 11/2022  
Divisão Fundos RF Ativos e Câmbio  
Sai: Roger Alan Marcal da Silva (assume a Equipe High Alpha)  
Entra: Rafael Santos da Silva Guimarães  
Em 12/2022  
É criada a Divisão de Fundos Quantitativos  
Entra: Juliano Otávio Mendes dos Santos  
Divisão de Fundos de Ações Indexados  
Sai: Verana Barbosa Regattieri (permuta com Luis Claudio e assume a Divisão de Análise Fundamentalista e Quant.)  
Entra: Luis Claudio Leite Tavares  
Divisão de Fundos Multimercados:  
Sai: Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria (assume como Assessor Especial na Gerência de TI)  
Entra: Rafael Vidal Esteves  
10/2023  
Divisão de Fundos Renda Fixa Crédito  
Sai: Manoel Aparecido Rodrigues (aposentadoria)  
Entra: Pedro Mendes Hauber

**7.2** Descreva procedimentos e/ou políticas formais de seleção e acompanhamento de fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição, incluindo as corretoras.

A BB ASSET possui Manual de Due Diligence para Gestores de Alocação e de Seleção, Contratação e Supervisão dos Prestadores de Serviços de Fundos de Investimento, realizando processo de Due Diligence nos Prestadores de Serviços contratados para os Fundos de Investimentos e efetua o seu monitoramento trimestralmente. Para Seleção das Corretoras é utilizada uma metodologia



interna aprovada pela Diretoria Executiva da BB ASSET, com validade de 12 meses, sendo realizada no mês de março. O processo de contratação dos prestadores de serviços para os fundos de investimento é formalizado através de contratos, observando, no mínimo, os critérios de responsabilidades entre as partes estipulados por regulador e autorregulador. A interação entre contratante e contratado, a partir do nível de celeridade e criticidade de ajustes necessários, poderá se dar por conferências telefônicas, vídeo conferências ou reuniões presenciais, no limite, inclusive, com a formalização de acordos de níveis operacionais (service level agreement).

### 7.3 Descreva o processo de investimento.

A BB Asset considera na gestão do portfólio de produtos e serviços, os cenários e tendências do macroambiente, as necessidades e expectativas dos clientes, a melhor relação risco-retorno do investimento, a avaliação econômico-financeira, a regulação e autorregulação do mercado, a inserção na programação orçamentária, os princípios de controles internos e compliance, a avaliação dos impactos socioambientais e o posicionamento institucional. Os analistas têm plena autonomia de indicar quaisquer papéis de seu universo de cobertura que considerem como oportunidades, porém a decisão de alocação é tomada de forma conjunta entre analistas e gestores. Para que tal decisão ocorra, há reuniões mensais (para aprofundamento de temas pertinentes à composição das carteiras recomendadas) entre as equipes, mas, mais importante que isso, ocorrem interações frequentes e trocas de informações diárias entre os analistas e gestores.

Há comitês e fóruns formalmente constituídos que auxiliam no processo de tomada de decisão. Os principais sistemas de informação utilizados são: Broadcast, Bloomberg, CMA, Risk Management, Morningstar, RTM Anbima, Economática, Aplicativos e Gráficos e Plataforma Quantum Axis.

São utilizados sistemas e aplicativos internos e de terceiros, tais como de envio e de rateio de ordens, gerenciamento do fluxo de caixa, alocação de ativos, e outros, além de modelos quantitativos para subsidiar a análise dos mercados e planilhas proprietárias desenvolvidas pelas Divisões.

Tais sistemas e aplicativos são utilizados na rotina de gestão de recursos para: auxiliar na gestão do fluxo de caixa dos fundos e carteiras, considerando a liquidação de operações realizadas, o recebimento de proventos e o fluxo de aplicações e resgates; elaborar estratégias e projetar o retorno esperado; definir as estratégias a serem implementadas; executar as estratégias definidas; monitorar o risco das estratégias, assegurar o cumprimento

### 7.4 Como é controlado o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?

O sistema SINQIA (ex-Drive) calcula diariamente o prazo médio das carteiras. Adicionalmente, cada equipe de gestão realiza seu próprio controle com o auxílio de planilhas e relatórios internos, alimentados pelo sistema SINQIA, monitorados e atualizados ao longo do dia.

Em complemento às ações listadas acima, foi desenvolvido no sistema proprietário Front Office a funcionalidade de apuração do prazo médio para o Compliance e fluxo de caixa intraday que recebe melhorias constantemente.





<b>7.5</b>	Descreva os critérios adotados para distribuição do envio de ordens entre as corretoras aprovadas, incluindo o limite de concentração de volume de operações por corretora, se houver.
<p>O critério de distribuição das ordens para as corretoras parte de um princípio equitativo, por mercado de atuação, visto que tem corretoras que não negociam mercado de BMF (futuros) e outras que não fazem mercado à vista com a BB Asset.</p> <p>Incluimos em nosso ranking a avaliação de relacionamento para dois itens: receitas de aluguel recebidas pelos fundos e avaliação dos serviços de Research.</p> <p>A avaliação do aluguel é feita pela classificação do total de receitas que os fundos receberam, onde no primeiro levantamento as três corretoras que mais geraram receitas de abril a setembro, vão receber um aumento de volume de operações de aproximadamente 10% no período de outubro a março. E no segundo levantamento é feito de outubro a março, com o incremento sendo feito entre abril e setembro.</p> <p>A Avaliação do serviço de Research é feita por metodologia desenvolvida pela divisão de Análise Quantitativa, onde as cinco primeiras desta avaliação vão receber o incremento de operações de 10% no mesmo modelo descrito para a avaliação de aluguel.</p>	
<b>7.6</b>	Como são avaliados ativos no exterior, quando aplicável? Descrever como é realizado o controle e o processo de acompanhamento.
<p>A avaliação e aquisição de ativos no exterior seguem critérios similares aos aplicados para negociação de ativos no Brasil.</p> <p>As decisões de investimento em títulos representativos de dívidas privadas devem atender aos critérios contidos no Manual de Gestão de Risco de Crédito, documento interno aprovado em instância colegiada que define critérios objetivos para análise e estabelecimento de limites em operações de crédito privado. Os valores investidos devem obedecer às normas legais, ao regulamento e a norma de gestão das carteiras e fundos geridos, além das alçadas internas da BB Asset.</p> <p>Cotas de fundos mútuos offshore só podem ser negociadas caso a gestora internacional seja aprovada no processo de Due Dilligence conduzido pela BB Asset. Adicionalmente, cabe ao gestor realizar a análise qualitativa do fundo, bem como avaliar adequação da estratégia, condições de liquidez e níveis de concentração ao fundo offshore. Também é realizada uma análise de aspectos técnicos do fundo e gestora a serem investido, como: Tracking Record, patrimônio líquido, aspectos operacionais para alocação, disponibilidade de reportings e informações em base de dados públicas e/ou de sistemas contratados pela empresa.</p> <p>Na negociação dos demais ativos (ações, ADRs, ETFs etc), cabe ao gestor do fundo realizar a análise específica do ativo. São utilizados, concomitantemente, critérios de análise botton-up e top-down, alinhados à análises macro e microeconômicas, análise de balanços de empresas, consenso de analistas, análise de posicionamento de outras gestoras, índices quantitativos, reportings, bem como outras análises adequadas especificamente a determinadas estratégia. O gestor consulta as condições de preço e liquidez do ativo previamente e envia determinada ordem analisando condições como: o nível de preço, bid-ask spread, impacto no mercado, e custo de oportunidade.</p>	



## 8. Distribuição

8.1	<p>A gestora realiza distribuição dos fundos sob sua responsabilidade? Se sim, descreva os procedimentos adotados referentes aos processos de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. verificação dos produtos ao perfil do cliente (Suitability);</li> <li>II. conheça seu cliente (KYC);</li> <li>III. PLDFT; e</li> <li>IV. cadastro de cliente.</li> </ol>
-----	---

Em sua grande maioria, o Banco do Brasil é contratado para a prestação do serviço de distribuição dos fundos geridos pela BB Asset através de contratos com modelagem padronizada pela ANBIMA.

A BB Asset também oferta cotas de fundos quando se tratar de cotistas exclusivos, reservados, ou distribuídos por esforços restritos, a correntistas do Banco do Brasil, por intermédio de sua área de distribuição.

Para o distribuidor Banco do Brasil os procedimentos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são executados, em primeira linha de defesa, pela rede de agências do Banco que realiza desde os procedimentos de KYC (Know You Client - Conheça seu Cliente) até a etapa monitoramento das análises dos indícios. Em segunda linha de defesa, a Unidade de Segurança Institucional do Banco do Brasil – USI normatiza e supervisiona o processo conduzido pela rede de agências ficando responsável pela análise em segunda instância e comunicação dos indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

Para Distribuidor contratado, que não o Banco do Brasil, realizamos processo de Due Diligence com o propósito de avaliar os procedimentos existentes.

Ressaltamos que a BB Asset possui Política Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção própria, alinhada à de seu controlador e em conformidade com a legislação vigente.

O processo de cadastro de clientes e de Suitability é realizado pelo Controlador Banco do Brasil S.A., distribuidor contratado.

8.2	<p>A gestora terceiriza alguma atividade relacionada à distribuição? Se sim, descreva as atividades, bem como o nome e o CNPJ do(s) terceiro(s) contratado(s).</p>
-----	--

O Banco do Brasil (CNPJ: 00.000.000/0001-91) é contratado para a prestação do serviço de distribuição dos fundos geridos pela BB Asset.

Para a distribuição por Conta e Ordem (PCO), temos 16 parcerias para a prestação de serviço de distribuição de fundos geridos pela BB por meio de suas plataformas. Distribuidores contratados:

- Ativa Investimentos (33.775.974/0001-04),
- Banco BTG Pactual (CNPJ 30.306.294/0001-45),
- Banco C6 S.A. (CNPJ: 31.872.495/0001-72);
- CM Capital Markets (02.685.483/0001-30),
- Genial Investimentos (CNPJ: 27.652.684/0001-62),
- Guide Investimentos S.A Corretora de Valores (CNPJ: 65.913.436/0001-17);
- Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (CNPJ: 18.945.670/0001-46);



- Mirae Asset Wealth Management (Brazil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda (CNPJ: 12.392.983/0001-38);
- Modal (05.389.174/0001-01),
- Necton Investimentos (52.904.364/0001-08),
- Nova Futura Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (CNPJ: 04.257.795/0001-79);
- Nu Invest Corretora de Valores S.A. (CNPJ: 62.169.875/0001-79),
- Órama DTVM (13.293.225/0001-25),
- Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (CNPJ: 29.162.769/0001-98);
- Warren Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio Ltda (CNPJ: 92.875.780/0001-31);
- XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ: 02.332.886/0001-04);
- XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Rico Investimentos - (CNPJ: 02.332.886/0016-82).

Além disso, a BB Asset realiza distribuição de fundos destinados à Entidades Fechadas de Previdência Complementar através de 4 escritórios de agente autônomo de investimentos especializados no atendimento ao público institucional: Estoril AAI (CNPJ: 20.180.435/0001-72), Grid AAI (CNPJ: 17.203.539/0001-40), Alpina AAI (CNPJ: 29.591.159/0001-00) e Gruppo AAI (CNPJ: 07.133.162/0001-47).

**8.3** Como é feita a prospecção de clientes/distribuição de fundos? Detalhar o processo de captação realizado pela instituição. Exemplos: Indicação de clientes, prospecção. Qual o perfil dos clientes? (segmento e categoria do investidor). Exemplo: Varejo, Corporate, PJ, Investidor profissional, Qualificado?

Em parceria com o Banco do Brasil, que atua como distribuidor, a BB Asset atua em diversos segmentos: Previdência Fechada, Previdência Aberta, Seguradoras, Capitalização, Corporate, Large Corporate, Varejo, Private, Middle Market, Poder Público, Fundos de Investimentos, Investidores Institucionais e Investidores Estrangeiros.

O portfólio de produtos da BB Asset dispõe de fundos Abertos, de Renda Fixa, Curto Prazo, Referenciados DI, Cambiais, Multimercados, Dívida Externa, Ações e fundos Offshore sediados nas Ilhas Cayman e na Irlanda. Também dispõe de fundos Exclusivos formatados de acordo com a necessidade e perfil do investidor e fundos Offshore Exclusivos.

O portfólio de produtos para distribuição por conta e ordem é destinado ao público investidor em geral, e disponível pelos canais e plataformas de terceiros contratados ou por meio de seus agentes autônomos vinculados.

O portfólio de produtos para distribuição via escritórios AAI é destinado ao público institucional, exclusivamente Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

**8.4** Descreva a estrutura operacional da gestora, voltada para a atividade de distribuição, incluindo sistemas de controle de movimentação (aplicação e resgate), critérios para execução das ordens e registro das solicitações, bem como o seu arquivamento e forma de proteção.

A distribuição de fundos administrados e geridos pela BB Asset é realizada, preponderantemente pelo Banco do Brasil, na sua rede de agências, pelo BB Banco de Investimento, por meio de contrato de prestação de serviços. Por ser uma instituição participante do sistema de distribuição, a BB Asset também oferta cotas de fundos quando se tratar de cotistas exclusivos, reservados, ou distribuídos por esforços restritos, a correntistas do Banco do Brasil, por intermédio de sua área de distribuição.



A BB Asset se utiliza da estrutura tecnológica e processos do Conglomerado, que oferece sistemas de grande porte, bem como de seus sistemas próprios desenvolvidos internamente

As informações necessárias à consecução dos serviços afetos à distribuição, tais como: análise do perfil do cliente, cadastro, posição dos cotistas, dentre outras, são disponibilizadas nos sistemas do Conglomerado Banco do Brasil.

No caso da distribuição feita por conta e ordem, a BB Asset possui sistema específico de escrituração, troca de arquivos de movimentação com os distribuidores, conciliação e envio de arquivos/retorno. Todos as demais exigências relativas a cadastro e outros serviços na distribuição conta e ordem é de responsabilidade do próprio distribuidor.

## 9. Risco

### 9.1 Descreva as principais mudanças na equipe de risco nos últimos 05 (cinco) anos.

Em dezembro/2019, em razão da aposentadoria do Gerente Mauro Ritins Gonçalves Valério, responsável pela Divisão Modelagem para Risco de Mercado, Liquidez e de Crédito, foi nomeado para o cargo Juliano Otávio Mendes dos Santos.

Em agosto/2020, a Gerente responsável pela Divisão Gestão de Riscos Corporativos, Lizie Maria de Oliveira Ribeiro, se aposentou. A Divisão ficou sob a responsabilidade do Gerente da Divisão de Compliance e Controles e Internos, Ricardo Cesar Massena Misiec.

Em dezembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou nova estrutura organizacional da BB DTVM (atual BB Asset). A seguir, as principais alterações na Gerência Gestão de Riscos:

Nomenclatura:

DE	PARA
Gerência Gestão de Riscos	Gerência Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance
Divisão Informação para Riscos de Mercado, Liquidez e de Crédito	Divisão Desenvolvimento e Suporte de TI (área migrada para a atual Gerência de Tecnologia)

Em maio de 2021, Ricardo Cesar Massena Misiec, Gerente da Divisão de Compliance e Controles Internos se aposentou. Sendo nomeado para o cargo Leonardo Gomes de Souza que ficou como responsável pelas Divisões de Gestão de Riscos Corporativos e de Compliance e Controles Internos.

Em agosto de 2021, a BB DTVM (atual BB Asset) aprovou a fusão das Divisões de Gestão de Riscos Corporativos e de Compliance e Controles Internos, passando a se chamar Divisão Gestão de Riscos Corporativos, Controles Internos e Compliance, sendo mantido o gerente Leonardo Gomes de Souza.

Janaína Rodrigues Alves de Nascimento assumiu a Gerência da Divisão Modelagem para Risco de Mercado, Liquidez e de Crédito com a movimentação, em novembro de 2022, do Gerente de Soluções Juliano Otávio Mendes dos Santos para a Divisão Fundos Quantitativos na Gerência Fundos Multimercados, Ações e *Offshore*.

Em outubro de 2023, a Diretoria Executiva da BB Asset aprovou alteração do nome da Divisão Modelagem para Riscos de Mercado, Liquidez e de Crédito para Modelagem para Riscos



Financeiros e da Divisão Gestão de Riscos de Mercado, Liquidez e de Crédito para Gestão de Riscos Financeiros.

Nomenclatura:

DE	PARA
Divisão Modelagem para Riscos de Mercado, Liquidez e de Crédito	Divisão Modelagem para Riscos Financeiros
Divisão Gestão de Riscos de Mercado, Liquidez e de Crédito	Divisão Gestão de Riscos Financeiros

**9.2** Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados e o que contêm estes relatórios?

#### Risco de Mercado

Como principal ferramenta para mensuração dos riscos de mercado é utilizado o sistema RiskWatch da SS&C. Além deste, diversos sistemas auxiliares foram desenvolvidos ou adquiridos para gestão e controle dos riscos de mercado dos fundos de investimentos financeiros. Todas as informações sobre os riscos de mercado e liquidez dos fundos de investimento financeiros e carteiras administradas, bem como sobre limites e consumos, são disponibilizadas diariamente na intranet, em área específica de acesso restrito aos funcionários da BB Asset, ou por meio de correio corporativo, a saber:

- VaR diário e Histórico do VaR diário
- Volatilidade
- Perdas em Cenários de Estresse histórico
- Duration
- Nível de utilização dos limites de risco
- Liquidez do ativo e do passivo dos fundos – utilização da matriz de probabilidade de resgates da Anbima (em normalidade e estresse)

Além dos gestores dos fundos, os relatórios também são analisados pelos analistas da equipe de risco.

Para alguns fundos específicos possuímos relatórios para o acompanhamento de diversas métricas de risco como por exemplo: volatilidade, drawdown, liquidez do ativo.

#### Risco de Liquidez

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente através de relatórios disponibilizados na intranet. Em primeira camada, o controle é realizado pelos gestores e em segunda camada, pela Divisão Gestão de Riscos Financeiros, através de sistema interno e dashboard.

#### Risco de Crédito

Mensalmente é elaborado relatório GEA (Grau de Especificidade dos Ativos) para acompanhamento do risco de crédito dos fundos. A métrica utiliza dados como percentual de participação em ativos de crédito privado, índice IHH e rating médio. Além disso é realizado acompanhamento da Probabilidade de Default PD dos ativos de crédito privado.

Mensalmente é elaborado o Relatório Mensal de Exposição ao Risco, em atendimento à Resolução CVM 21. Este relatório apresenta o consumo do limite de estresse de todos os fundos e carteiras administradas, indicador de liquidez (ratio passivo/ativo) e o nível de exposição de crédito nos fundos sob a administração/gestão da BB Asset. Esse relatório é encaminhado mensalmente à Diretoria Executiva.



Cabe destacar, também, que em toda reunião ordinária do Conselho de Administração há a entrega do Relatório Gerencial onde encontram-se inseridos reportes, entre outras informações, sobre riscos corporativos bem como a evolução dos indicadores de monitoramento dos riscos.

**9.3** Descreva como cada operação de crédito é analisada, aprovada e monitorada? Descreva a segregação entre as atividades.

As aquisições de títulos de instituições não financeiras (debêntures, notas promissórias etc.) são avaliadas pela Divisão de Análise de Crédito da BB Asset, mediante análise técnica individualizada da empresa e da operação.

Concluída a etapa de análise de crédito do emissor/operação, caso a decisão seja favorável pela aquisição do título, essa se dará com base em limites previamente estabelecidos pela BB Asset.

A decisão sobre o estabelecimento de limite para emissores é dada pelo Comitê de Crédito e Governança dos Ativos e a Diretoria Executiva da BB Asset.

A gestão de fundos decide pela aquisição ou não do título e os papéis ingressam nos procedimentos normais da Gestão.

As decisões de investimento em títulos representativos de dívidas privadas devem atender aos critérios contidos no Manual de Análise de Crédito e operações Estruturadas, documento interno aprovado em instância colegiada que define critérios objetivos para análise e estabelecimento de limites em operações de crédito privado.

Os valores investidos devem obedecer às normas legais, ao regulamento e à norma de gestão das carteiras e dos fundos geridos (exposição à risco de crédito privado). Além das alçadas internas da BB Asset.

O macroprocesso de Gestão de Crédito pode ser subdividido em:

- Originação: define os meios e os processos de relacionamento da BB Asset com o mercado, com vistas à identificação de oportunidades negociais, investimentos e desinvestimentos em ativos privados de renda fixa;
- Análise: define os procedimentos de apreciação da qualidade de crédito dos títulos ofertados aos fundos, para embasamento da decisão de crédito;
- Decisão de Crédito: define os procedimentos de decisão de crédito para autorização de participação em emissões e estabelecimento de limites de crédito;
- Gestão: define os procedimentos de gestão dos títulos privados de renda fixa nos fundos e carteiras;
- Acompanhamento: define os procedimentos de acompanhamento da qualidade do crédito de títulos e carteiras;
- Recuperação: define os procedimentos de recuperação de créditos inadimplidos ou em processo de inadimplência.

Na originação, as emissões de renda fixa em títulos privados de empresas financeiras e não financeiras são identificadas no mercado mediante demanda das Gerências de Gestão de Fundos ou mediante oferta dos agentes de mercado em emissão primária ou oferta secundária dos papéis.

O estabelecimento de limite de crédito para as emissões passa pela análise da capacidade de pagamento do emissor, mediante projeções de fluxo de caixa, além da análise de garantias e estrutura jurídica da operação, nível de governança corporativa dos emissores e histórico de operações com o mercado de capitais. Também é observado o estabelecimento de covenants ajustados e factíveis para cada realidade de mercado.



As operações são deferidas em Comitê de Crédito e Governança dos Ativos composto por cinco executivos, por unanimidade de votos, onde são estabelecidos limites segregados e concorrentes para o emissor e para a emissão, considerando-se sempre a exposição geral a grupos econômicos. Importante destacar que os limites estabelecidos têm base em critérios de classificação de risco próprios, que não se confundem com os ratings estabelecidos por agências de rating externas.

Uma vez encarteiradas, as operações passam a contar com acompanhamento permanente da qualidade do crédito, em especial dos índices financeiros acordados na escritura da emissão. Eventual alteração do risco da emissão ensejará medidas proativas para reequilíbrio da qualidade do crédito, repactuação de condições contratuais ou redução da exposição ao risco, o que for mais aplicável.

Já para as operações que tem como emissores instituições financeiras (Letras Financeiras, CDBs), seus limites e prazos operacionais são revisados periodicamente, quando são elencadas as instituições aptas a operar com os fundos da BB Asset.

Casos omissos e/ou exceções às regras estabelecidas no Manual de Análise de Crédito e operações Estruturadas serão decididos pela Diretoria Executiva da BB Asset, mediante parecer do Comitê de Crédito e Governança dos Ativos.

**9.4** Como são analisadas as garantias das operações e quais os critérios utilizados (análise de formalização, execução, etc.)? Há reavaliação periódica da qualidade do crédito e de suas garantias? Qual sua periodicidade?

A análise de garantias é feita com apoio do suporte jurídico, quando necessário.

A qualidade do crédito é revisada periodicamente, conforme definido no Manual de análise de crédito e operações estruturadas e as garantias, em geral, são reavaliadas em periodicidade definida em escritura.

**9.5** As questões e riscos ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa – são considerados na análise de risco de crédito? (Exemplos: perda de licença ambiental, corrupção, envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, etc.).

Sim, a BB ASSET, em seus processos de avaliação dos ativos investidos de recursos de terceiros, busca considerar uma combinação de retorno financeiro com a Governança Corporativa, de acordo com princípios de ASG, atendendo a Resolução Bacen nº 4.327/2014, as diretrizes do PRI, (Principles for Responsible Investment), seguindo o Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship e análise através de metodologia proprietária para os critérios ASG.

A empresa não assume risco de crédito de emissor: inadimplente com suas dívidas ou em litígio com a BB ASSET, exceto no contexto de recuperação de créditos ou para redução da exposição; em exercício de atividade que apresente restrições legais ou prejudique nossa imagem; enquadrado nos crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores ou que exerça qualquer outra atividade ilegal; responsável por dano doloso ao meio ambiente; que submeta trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenha em condições análogas à de trabalho escravo; que pratique a exploração sexual de menores; que pratique a exploração de mão-de obra infantil; entidade religiosa; partido político; e clube, federação e confederação desportivos profissionais.

Para as operações de crédito privado, os aspectos ASG compõem uma régua qualitativa e quantitativa que influencia a tomada de decisão, podendo implicar na objeção ao limite de crédito, redução ou ampliação do limite.

Destacamos ainda, após a análise e concessão do crédito, caso aconteça algum evento adverso, como por exemplo envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, ou alguma falha de



governança, o comitê de crédito se reúne e define as consequências, que podem ser a suspensão do limite, com a manutenção das operações vigentes até a suspensão do limite e pedido de vencimento antecipado.

**9.6** A gestora, independentemente do critério de apreçamento, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência? Descreva.

A deterioração do risco de crédito e os eventos de perda ou quase perda são tratados de forma individualizada, com vista a minimizar o risco de crédito, tais como: suspensão do limite de crédito, redução de exposição, reforço de garantias, renegociação do ativo. Em função da severidade dos fatos podem ser propostas provisões parciais ou integrais dos ativos em risco.

**9.7** A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim. Possuímos uma Gerência de Tecnologia e Informação que é responsável por:

I - Gerir:

- i. a evolução da maturidade da empresa em tecnologia e analytics;
- ii. a construção e manutenção de aplicações de tecnologia da informação;
- iii. a construção e a manutenção de data warehouses e datamarts;
- iv. a construção e a manutenção de modelos de análise de dados;
- v. o monitoramento das aplicações e serviços de TI e de inteligência analítica;
- vi. o modelo de governança de TI e Gestão de TI;
- vii. o modelo de governança de dados e inteligência analítica;
- viii. a construção da estratégia de tecnologia da informação, bem como a inovação em tecnologia;
- ix. orçamento de TI;
- x. o uso de fábricas de softwares contratadas;
- xi. a prospecção de ferramentas e soluções de TI para o negócio;
- xii. o monitoramento das tendências em tecnologia e inteligência analítica;
- xiii. a disseminação da cultura data-driven;
- xiv. a participação da BB Asset no Programa de Investimento em Startups do BB (PEIS); os riscos, os controles e a conformidade dos processos em seu âmbito de atuação, incluídos aqueles conduzidos pelas áreas executoras e subordinadas;
- xv. os riscos, os controles e a conformidade dos processos em seu âmbito de atuação, incluídos aqueles conduzidos pelas áreas executoras e subordinadas.

II - Gerir e propor:

- i. estratégias de tecnologia para a BB Asset;
- ii. a execução de projetos estruturantes de soluções de TI e analytics.

III - Assessorar a coordenação do Comitê de Tecnologia e Informação

IV - Acompanhar:

- i. a aquisição de hardware, software e serviços de TI;
- ii. as atividades ligadas à tecnologia de informação e telecomunicação;
- iii. os assuntos relacionados às soluções de infraestrutura, de segurança e integração de TI.

V - Implementar os processos necessários ao melhor monitoramento e tratamento do risco cibernético.

O Currículo dos profissionais e organograma da Gerência de Tecnologia e Informação disponíveis no Anexo 5.





9.8	Descreva os procedimentos de verificação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras.
<p>As ordens de compra e/ou venda de ativos e derivativos financeiros são cadastradas pelos gestores, especificando os instrumentos, taxas, volumes e comitentes, e expedidas sempre com a identificação prévia e precisa do fundo em nome do qual devem ser executadas. A mesa de operações acessa as ordens nesses aplicativos através de telas específicas que não permitem aos seus operadores identificar os comitentes, somente a área gestora. Caso as ordens sejam cumpridas apenas parcialmente, o próprio aplicativo procede ao rateio proporcional entre os comitentes. Quando do grupamento de ordens, por meio desses sistemas internos previamente programados, os rateios são realizados automaticamente mediante critérios equitativos (distribuição "pro-rata" com Preço Médio), em conformidade com o artigo 88, Parágrafo Único da ICVM 175.</p>	
9.9	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Em caso positivo, qual a política de escuta das gravações?
<p>Sim. As Diretrizes Éticas Profissionais da BB Asset aplicadas aos membros da Diretoria Executiva, empregados e estagiários da BB Asset, clarifica que um dos deveres de todos é autorizar, incondicionalmente, a escuta telefônica nos ramais corporativos gravados (a qualquer tempo, sem prévia solicitação ou comunicado, para efeito exclusivo de verificação de conformidade com as diretrizes da BB Asset), que poderão ser executadas pelo Gerente de Soluções de Operações em Mercado (para os respectivos operadores), pelo Gerente de Soluções de Gestão de Riscos Corporativos, Controles Internos e Compliance ou pelo Gerente Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.</p> <p>A Diretoria de Tecnologia (Ditec) do Banco do Brasil, fornece a estrutura de telefonia da BB Asset, um sistema que permite a gravação e recuperação de ligações telefônicas de ramais de áreas estratégicas, como Diretoria Executiva, Gestão de Ativos, Mesa de Operações, Central de Atendimento e Equipe de Suporte ao Administrador e Distribuidor. A disponibilidade da escuta ao requisitante autorizado se dá em sua própria estação de trabalho (de forma reservada, mantendo a privacidade de seu conteúdo).</p>	
9.10	Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).
<p>A garantia de backup está definida em Instruções Normativas do Banco do Brasil, provedor de toda nossa infraestrutura tecnológica utilizada pela BB Asset.</p> <p>O ambiente distribuído do Rio de Janeiro compreende uma rede de comunicação de dados e serviços com suporte técnico à BB Asset. Toda a infraestrutura de TI é redundante entre diferentes sites, a exemplo de storages com serviço de replicação síncrona entre sites, switches SAN, servidores e fitotecas, para armazenamento em mídias do tipo cartucho, gerenciadas pelo software TSM (Tivoli Storage Manager Server).</p> <p>Os procedimentos são realizados de forma automatizada, utilizando a solução discriminada acima, controlado através de regras de retenção e políticas diferenciadas, acordadas com os gestores das unidades de negócio.</p> <p>O gerenciamento do ciclo de vida dos dados é uma forma de controlar o fluxo dos sistemas de informação desde a criação e armazenamento inicial até o momento onde ele torna-se obsoleto e é deletado. Este processo prevê a organização dos dados em camadas ou "tierização",</p>	



controladas por políticas específicas e migração de dados entre as camadas de forma automatizada.

As políticas utilizadas para o controle do ciclo de vida dos dados são definidas pela Equipe de Engenharia de TI do Banco do Brasil. Estas políticas determinam:

- Periodicidade - tempo de retenção (1 ano, 3 anos, 5 anos, 30 anos, dependendo da política aplicada diretórios/pastas);
- Tipos de arquivos - quais os tipos de arquivos são controlados; e
- Localização dos arquivos - definição quanto aos servidores e drives de redes que contém os diretórios/pastas a serem monitorados.

**9.11** Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico)

O acesso ao Data Center é permitido somente para pessoas autorizadas e gerenciadas, via sistema de controle de acesso, com cartões de aproximação. Os acessos devem ser limitados à quantidade mínima de pessoas estritamente necessária à execução dos serviços e nos respectivos turnos. Todas as pessoas que circulam pelo ambiente estão devidamente identificadas. É vedado, sob qualquer pretexto, permitir a entrada ou saída de pessoas sem a devida identificação e o registro nos dispositivos de controle de acesso. O serviço de vigilância compreende período 24 por 7, o vigilante é orientado a abordar as pessoas que estejam circulando sem o crachá ou cartão de identificação. O crachá (identidade funcional) ou cartão de identificação é de uso obrigatório durante toda a permanência no prédio, inclusive por ocasião da entrada e saída. Deve estar afixado acima da linha da cintura, de forma a facilitar sua visualização. A utilização do crachá ou cartão de identificação é individual e não pode ser emprestado, cedido ou repassado a outra pessoa. O cartão de identificação é fornecido pela unidade responsável pelo gerenciamento do ambiente. O monitoramento é efetuado por meio do sistema de CFTV e ocorre em período 24 horas, 7 dias por semana, integrando o aparato de segurança das unidades, sendo seu uso destinado, exclusivamente, à proteção do patrimônio e das pessoas.

**9.12** Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.

O parque tecnológico provido pelo Banco do Brasil é suportado por servidores próprios para ambiente de missão crítica, em cluster geográfico e com replicação síncrona de dados, com redundância de links e operadoras de telecom. O Data Center é suportado por vários geradores (4 x 275 kVA e 3 x 160 kVA) em paralelo redundante. Todo ambiente é contingenciado e com alta disponibilidade, inclusive com sites de contingência para usuários.

**9.13** A gestora possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

Sim.

**9.14** São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?

Todo o ambiente de TI é monitorado continuamente, e são realizados testes de contingência anuais, com simulação de "disaster recovery".



## 10. Compliance e controles internos

<b>10.1</b>	A gestora adota procedimentos de monitoramento contínuo das regulamentações e autorregulamentação aplicáveis ao seu segmento de atuação com execução de ações preventivas e corretivas? Em caso positivo, descreva os procedimentos adotados.
	<p>A Divisão de Regulação e Autorregulação acompanha a legislação, normativos e matérias de interesse para a empresa, fundos e carteiras administradas. Para isso, monitora diariamente publicações das entidades externas de regulação, autorregulação e controle, tais como CVM, ANBIMA, PLANALTO, BACEN, Receita Federal, B3, Prefeituras Municipais do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras, além da utilização da ferramenta "Radar Regulatório" disponibilizada pelo Banco do Brasil.</p> <p>Após cuidadosa análise das matérias, são divulgadas na Intranet da BB ASSET MANAGEMENT e via TEAMS aquelas relacionadas às atividades e rotinas da empresa, de forma a dar ampla divulgação aos funcionários. Além disso, a Divisão de Gestão de Riscos Corporativos, Controles Internos e Compliance analisa e coordena o processo de adaptação da legislação de fundos de investimentos e carteiras administradas, analisando os impactos e oportunidades em conjunto com as demais áreas da BB ASSET MANAGEMENT. A referida Divisão faz parte da Gerência de Governança, Regulação e Gestão Financeira, que é subordinada diretamente à Diretoria de Administração de Fundos e Gestão Corporativa</p>
<b>10.2</b>	Descreva os procedimentos adotados pela gestora para controlar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos de investimento sob sua gestão.
	<p>As ordens de compra e venda de ativos financeiros são cadastradas pelos gestores no sistema "FRONT OFFICE", especificando volumes e fundos a serem alocados. A Divisão de Operações acessa as ordens no sistema que não permitem aos operadores identificarem os fundos. No caso dos títulos públicos e através do sistema "OFERTA" os gestores acompanham em tempo real as ofertas de compra e venda dos títulos e os negócios realizados junto ao mercado. Esse mesmo sistema serve para controle dos preços dos ativos, bem como insumo para o Comitê de Precificação de Ativos e na função de Price Maker junto à Anbima. No caso de Renda Variável os ativos são listados em Bolsa (B3) e disponíveis para acompanhamento em tempo real pelos sistemas de cotações da B3.</p>
<b>10.3</b>	Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas profissionais que trabalham na gestora.
	<p>Diretrizes Éticas Profissionais da BB Asset é um documento complementar ao Código de Ética de seu Controlador, Banco do Brasil S.A., tendo como finalidade a abordagem de temas considerados relevantes ao segmento de <i>asset management</i> e que não foram abordados pelo Código da <i>holding</i>. Considerando as particularidades descritas acima, as Diretrizes Éticas Profissionais têm por objetivo disciplinar a conduta dos profissionais que atuam na BB Asset, de forma complementar às regras contidas no Código de Ética e Normas de Conduta do Banco do Brasil.</p> <p>Anualmente, ou quando da ocorrência de alterações, os empregados assinam eletronicamente o Código de Ética e Normas de Conduta do BB e, a cada revisão, o Termo de Ciência e Concordância às Diretrizes Éticas Profissionais da BB Asset.</p>
<b>10.4</b>	Descreva como é realizado o monitoramento da política de investimentos pessoais.



Os empregados e membros da Diretoria Executiva da BB Asset estão sujeitos às regras discriminadas no Capítulo III – Diretrizes Para Investimentos Pessoais das Diretrizes Éticas Profissionais da BB Asset.

As operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários negociadas no mercado organizado de Bolsa são obrigatoriamente cursadas no Home Broker do Banco do Brasil, mediante registro prévio no aplicativo CIP – Controle de Investimentos Pessoais, disponível na intranet da BB Asset.

Além das regras e condições para negociação de ativos, o Capítulo III também estabelece vedações e penalidades em caso de inobservância às diretrizes.

O monitoramento é realizado periodicamente verificando se as negociações realizadas estão em conformidade com as regras vigentes.

**10.5** Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da gestora?

Não

**10.6** Descreva os procedimentos de monitoramento implementados para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc).

As intenções de compra ou venda de ativos por parte de empregados e membros da Diretoria da BB Asset devem, previamente à negociação, ser registradas em sistema próprio de controle de investimentos pessoais.

A Divisão Gestão de Riscos Corporativos, Controles Internos e *Compliance*, semestralmente, realiza monitoramentos onde são confrontadas as operações registradas e aquelas efetivamente cursadas pelos empregados e membros da Diretoria. Ressalta-se que todas as operações devem ser realizadas exclusivamente por meio do *home broker* do Banco do Brasil. O resultado dos monitoramentos é levado ao conhecimento dos órgãos de administração competentes.

**10.7** Descreva os procedimentos adotados para PLDFT no processo de seleção e alocação e monitoramento na negociação de ativos.

A BB Asset, em consonância com a melhores práticas de governança e a regulamentação em vigor, possui sua Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo, ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em massa e à Corrupção (Política de PLDFTP-C), aprovada pelo seu Conselho de Administração e revisada anualmente.

Adicionalmente, a empresa elaborou Avaliação Interna de Riscos de seus produtos de forma a avaliar as variáveis envolvidas no processo de gestão e administração de fundos de investimento e classificá-las conforme seu nível de risco de utilização para crimes financeiros.

A metodologia utilizada para a avaliação dos riscos dos produtos oferecidos pela BB Asset consiste no agrupamento dos fundos de investimento e/ou carteiras administradas de acordo com suas características segmentando-os, quando possível, pela norma que regula sua categoria.

Sem ser limitante, os seguintes aspectos são considerados: Produto; Ativos Financeiros e Valores Mobiliários; Ambiente de Negociação e Registro; Contraparte; Emissor; Prestadores de Serviços; e Clientes.

A BB Asset, em seu Manual de Procedimentos de PLDFTP-C, além da observância à Resolução CVM 50/21, estabelece diretrizes internas para análise de operações sob a ótica do passivo e do



ativo de seus produtos. A Divisão Gestão de Riscos Corporativos, Controles Internos e *Compliance* é responsável pelo acompanhamento e controle permanentes do processo de PLDFTP-C.

Sob a ótica do ATIVO:

- ✓ São realizados monitoramentos diários das negociações de ativos públicos e privados (mercado secundário) e de todas as movimentações de compra e venda de ativos e derivativos nas Carteiras Administradas e nos Fundos Exclusivos e Restritos geridos pela BB Asset, por meio de testes específicos;
- ✓ Enquanto administradora, a BB Asset avalia formalmente, por meio de processo de *due diligence*, a capacidade de o gestor externo contratado realizar o monitoramento e a comunicação aos órgãos competentes dos indícios detectados. São estabelecidas em cláusulas contratuais inerentes à responsabilidade do Gestor contratado para esses fins específicos, bem como a obrigatoriedade de dar ciência ao Administrador; e
- ✓ Enquanto administradora e gestora de fundos de fundos, a BB Asset também avalia formalmente, por meio de *due diligence*, a conformidade dos administradores e gestores externos quanto às regras legais e instruções de regulador e autorregulador pertinentes à PLDFTP-C.

Já sob a ótica do PASSIVO:

- ✓ Fundos e carteiras administrados pela BB Asset e distribuídos por terceiros contratados possuem cláusulas específicas nos contratos de prestação de serviços relativas às responsabilidades do Distribuidor pelo monitoramento das movimentações e, em caso de detecção de indícios, pela comunicação aos órgãos competentes, bem como a notificação à BB Asset (na figura de administradora);
- ✓ Fundos e carteiras administrados pela BB Asset e custodiados/controlados pelo BB possuem procedimentos operacionais padrão estabelecidos e/ou firmam termo de compromisso com o Banco do Brasil, detentor das contas correntes dos cotistas, de forma a monitorar as movimentações e, em caso de detecção de indícios, são responsáveis pela comunicação aos órgãos competentes, bem como dar ciência à BB Asset;
- ✓ Fundos administrados ou distribuídos pela BB Asset com custódia e controladoria fora do Banco do Brasil possuem cláusula específica nos contratos de prestação de serviços, as responsabilidades do Custodiante e do Controlador (detentor da conta corrente do cotista) pelo monitoramento das movimentações e, em caso de detecção de indícios, pela comunicação aos órgãos competentes, bem como a notificação ao Administrador; e
- ✓ Para os Fundos *Offshore*, os procedimentos para monitoramento, detecção e comunicação de indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, financiamento da proliferação de armas de destruição em massa e de corrupção são realizados pela instituição, contraparte no exterior, mediante contrato firmado entre a BB Asset e a mesma.

Todos os empregados da BB Asset são responsáveis por comunicar formalmente ao superior imediato os indícios ou as tentativas de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo, financiamento da proliferação de armas de destruição em massa e de corrupção detectados no exercício de suas atividades profissionais, especialmente aqueles que lidam com o mercado (corretoras, bolsas, instituições financeiras etc.), com clientes e com prestadores de serviços.



Após a avaliação da pertinência do indício e/ou tentativa de crime de lavagem de dinheiro pelo Gerente Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e da aprovação do Diretor-Presidente, a Divisão Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* comunicará o fato formalmente à Unidade de Segurança Institucional do Banco do Brasil, que tomará as providências necessárias para comunicação aos devidos órgãos competentes.

**10.8** Caso a gestora desenvolva outras atividades, descreva sua política de *chinese wall*, informando como se dá a proteção de informações entre departamentos e os potenciais conflitos de interesse advindos das diferentes atividades.

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A. é uma subsidiária integral do Conglomerado Banco do Brasil, sendo responsável pela gestão dos fundos de investimento e carteiras administradas. Atendendo à Resolução CMN 5.108 de 30/11/2023 (Chinese Wall), a BB Asset concentra-se exclusivamente em gestão e administração de recursos de terceiros.

A segregação é garantida pela autonomia administrativa, caracterizada pela existência de quadro de pessoal, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria próprios.

Além disso, internamente a área de gestão de ativos é segregada da área de riscos e de gestão da empresa observando-se a Resolução CVM 283, por meio da adoção de procedimentos operacionais e indicação de diretores responsáveis para cada atividade.

**10.9** Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.

As operações realizadas fora de plataforma eletrônica são relativas a negociações com títulos públicos e privados, que são feitas em sua grande maioria em mercado de Balcão e são lançadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para as operações de títulos públicos e os títulos privados são lançados na CETIP, a responsável pelo registro, custódia e liquidação dos títulos privados de renda fixa. O acompanhamento é realizado via sistema interno – Plataforma/BB Asset/Negócios/1Títulos Públicos para os títulos públicos e no sistema interno – Plataforma/BB Asset/Negócios/1Títulos Privados para os títulos privados, que os informa das etapas de cada operação naquele sistema até a sua contabilização. Esses dois mercados são monitorados durante o dia pelos operadores, via telefone (mercado de balcão), plataforma BMF e plataforma CETIP, e informado, via sistema interno (Oferta), aos gestores como informação de mercado. São monitorados também relatórios, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, de operações realizados no mercado e relatório da ANBIMA, referentes a preços indicativos para os diversos títulos. As operações são realizadas via sistema interno – Plataforma/BB Asset/Negócios/, onde os operadores recebem as solicitações dos gestores, sem a identificação dos comitentes, e a cada execução são informadas neste sistema as quantidades e condições de cada operação que foi executada. Plataforma/BB Asset/Negócios/1 - Sistema desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia do BB para servir de intermediário entre as operações fechadas pelos seus usuários e o SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, do Banco Central, através de troca de mensagens via STR - Sistema de Transferência de Reservas, também do Banco Central. Responsável também pelas contabilizações das operações fechadas e atualizadas no sistema SELIC, bem como os respectivos débitos e créditos devidos nas contas-correntes dos Fundos e Carteiras.

**10.10** Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da gestora? A gestora utiliza algum agente externo? (Ex.: consultoria)



O monitoramento das posições das carteiras dos fundos de investimento aos limites legais e regulamentares estabelecidos em sua política de investimento é realizado pela BB Asset, com a utilização do sistema proprietário denominado Front Office, que inclui módulo de Compliance (pré e pós).

Caso haja algum fundo desenquadrado, a área encaminha ao gestor um e-mail comunicando a ocorrência ao tempo em que solicita esclarecimentos para providências sobre o fato.

**10.11** Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em conselhos fiscais e de administração.

A investidura em cargo da Diretoria Executiva requer dedicação integral, sendo vedado a qualquer de seus membros, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades ou instituições com fim lucrativo, salvo:

I - Em sociedades subsidiárias ou controladas do Banco do Brasil S.A., ou em sociedades das quais este participe, direta ou indiretamente; ou

II - Em outras sociedades, por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

Os conselheiros, membros da Diretoria Executiva, empregados e colaboradores da BB Asset são orientados e comprometem-se a abster-se da prática de qualquer ato (ação ou omissão) que possam provocar conflitos entre seus interesses pessoais e os da empresa ao tratar com fornecedores, clientes, prestadores de serviços e qualquer pessoa física ou jurídica que realize ou venha a realizar negócios com a BB Asset.

Ainda, conforme a Lei 12.813 de 16.05.2013, os diretores e presidente devem comunicar à Comissão de Ética Pública o exercício de atividade privada ou o recebimento de propostas de trabalho que pretende aceitar, contrato ou negócio no setor privado, ainda que não vedadas pelas normas vigentes, estendendo-se esta obrigação ao período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, demissão ou aposentadoria.

**10.12** A gestora recebe comissões/remuneração (rebate) pela alocação em ativos e valores financeiros? Quais as regras?

A BB Asset recebe remuneração decorrente da alocação de recursos e alguns fundos que administra (fundos espelho) em cotas de fundos de investimento administrados por diversas outras assets do mercado, com fulcro nos Arts: 78 e § 3º do Art. 92 da ICVM 555/2014.

## 11. Jurídico

**11.1** Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da gestora (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros).

A Diretoria Jurídica do Banco do Brasil é a responsável pelo assessoramento, gestão e prestação de serviços jurídicos, pela gestão das demandas judiciais e extrajudiciais e pela defesa jurídica dos interesses da BB ASSET MANAGEMENT. Para tanto, disponibiliza assessorias jurídicas regionais, podendo utilizar serviços advocatícios terceirizados nas situações previstas nos normativos internos. A referida Diretoria subordina-se diretamente à Presidência do Banco do Brasil.



## 12. Anexos ou endereço eletrônico

		Anexo ou link
12.1	Resumo profissional dos responsáveis pelas áreas e equipe de gestão	Anexo 2
12.2	Código de ética e conduta	<a href="https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/informacao-aos-investidores#/">https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/informacao-aos-investidores#/</a>
12.3	Manual/Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	<a href="https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/fundos/politica-de-voto#/">https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/fundos/politica-de-voto#/</a>
12.4	Relatório de Rating	Anexos 3 e 4
12.5	Manual/Política de Liquidez	Idem item 12.2
12.6	Manual/Política de Suitability (caso a gestora realize distribuição de cotas dos fundos geridos)	Não se aplica
12.7	Formulário de referência	Idem item 12.2
12.8	Manual/Política de controles internos e compliance	Idem item 12.2
12.9	Manual/Política de gestão de risco	Idem item 12.2
12.10	Manual/Política de investimentos pessoais	Idem item 12.2 (Capítulo do código de ética)
12.11	Manual/Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários	Idem item 12.2
12.12	Manual/Política de segurança de informação	Idem item 12.2
12.13	Manual/Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	Idem item 12.2
12.14	Manual/Política de KYC	Não se aplica.
12.15	Manual/Política que tratem da troca de informações entre a atividade de distribuição realizada pela gestora e os administradores fiduciários	Não se aplica.
12.16	Manual/Política de Responsabilidade Socioambiental	Idem item 12.2
12.17	Manual/Política de seleção e contratação de terceiros	Idem item 12.2





12.18	Lista das corretoras aprovadas (se houver)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· ATIVA S.A. CTCV</li> <li>· BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA</li> <li>· BRADESCO S.A. CTVM</li> <li>· BTG PACTUAL CTVM S.A.</li> <li>· CITIGROUP GMB CCTVM S.A.</li> <li>· CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA</li> <li>· CREDIT SUISSE BRASIL S.A. CTVM</li> <li>· GENIAL INSTITUCIONAL CCTVM SA</li> <li>· GOLDMAN SACHS DO BRASIL CTVM</li> <li>· INTER DTVM LTDA</li> <li>· ITAU CV S.A.</li> <li>· JP MORGAN CCVM S.A.</li> <li>· MODAL DTVM LTDA</li> <li>· MORGAN STANLEY CTVM SA</li> <li>· NECTON INV S.A. CVMC</li> <li>· NOVA FUTURA DTVM LTDA</li> <li>· RENASCENCA DTVM LTDA</li> <li>· SAFRA CVC LTDA.</li> <li>· SANTANDER S.A. CCT*</li> <li>· TERRA INVESTIMENTOS CM S/A</li> <li>· TULLETT PREBON BRASIL S.A. CVC</li> <li>· UBS BRASIL CCTVM</li> <li>· XP INVESTIMENTOS CCTVM</li> </ul>
-------	--	--

[Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024]

[Assinatura Eletrônica]	[Assinatura Eletrônica]
[Anaparecida vieira de Paula]	[Lucia Helena Lo Prete]
[Gerente Executiva]	[Gerente Executiva]
[21 3808-7500]	[21 3808-7500]
[bbasset@bb.com.br]	[bbasset@bb.com.br]





**BB ASSET  
MANAGEMENT**

# **QUESTIONÁRIO PADRÃO DUE DILIGENCE PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO**

Anexo I – Fundos de Investimento



## INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO DE INVESTIMENTO

- 1 Alterações desde a última atualização**
- 1.1 Nome  
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FUNDO DE INVESTIMENTO
- 1.2 CNPJ  
49.964.484/0001-88
- 1.3 Data de início  
12/05/2023
- 1.4 Classificação ANBIMA  
Renda Fixa Duração Livre Soberano.
- 1.5 Código ANBIMA  
704989
- 1.6 O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?  
Não.
- 1.7 Classificação tributária (CP/LP/Ações)  
Curto Prazo.
- 1.8 Descreva o público-alvo  
O Fundo é destinado a receber recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais, pelo Distrito Federal ou por Prefeituras e Entidades Fechadas de Previdência Complementar, FIs e FICFIs exclusivos das EFPC e demais FIs e FICFIs administrados pela BB Asset.
- 1.9 O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?  
Sim. Resoluções CMN 4.963/21 e 4.994/22, no que for aplicável ao Fundo.
- 1.10 Conta Corrente (banco, agência, nº)

---

Banco 001 – agência 1769-8 – conta 608.106-1

1.11 Conta CETIP (nº)

Não possui

1.12 Administração (indique contato para informações)

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores mobiliários S.A.

Contato BB Asset: Rafael Alcântara – Gerente da Divisão de Estruturação de Fundos.

1.13 Custódia (indique contato para informações)

Banco do Brasil S.A.

Contato BB Asset: Bruna Nicoleit - Gerente da Divisão Back Office de Operações.

1.14 Auditoria externa

Deloitte Touche Tohmatsu.

Contato BB Asset: Alexandra Galhego – Gerente da Divisão de Governança de Fundos.

1.15 Caso se aplique, informar:

- Escriturador;
- Custodiante;
- Consultor Especializado;
- Assessor Jurídico;
- Co-gestor;
- Distribuidor;
- Outros.

O responsável pelos serviços de distribuição, registro escritural de cotas, tesouraria, controladoria e custódia dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo é o Banco do Brasil S.A.

1.16 Cotização: abertura ou fechamento?

Fechamento.

1.17 Regras para aplicação e resgate:

➤ Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação):

- Horário Limite: 15h00
- Cota de Aplicação: D+0
- Liquidação: D+0

➤ Carência/Tempo mínimo para permanência (*lock-up period*) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período: Até o dia 15/08/2024.

- Resgate (datas, horários, cotação e liquidação):
  - Horário Limite: 15h00
  - Cota de Resgate: D+0 (APÓS CARÊNCIA)
  - Crédito do Resgate: D+0 (APÓS CARÊNCIA)
- Aplicação inicial mínima: R\$ 100.000,00
- Aplicação máxima por cotista: Sem limite.
- Aplicação adicional mínima: R\$ 100.000,00
- Resgate Mínimo: R\$ 100.000,00

1.18 Taxa de Entrada (*upfront fee*)

Não há.

1.19 Taxa de Saída (*redemption fee*)

Não há.

1.20 Taxa de administração

0,10% a.a.

1.21 Taxa de administração máxima

0,10% a.a.

1.22 Taxa de custódia máxima

0,01% a.a.

1.23 Taxa de Performance

- % (Percentual): Não há.
- Benchmark: N/A
- Frequência: N/A
- Linha-d'água: N/A
- Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste): N/A

1.24 Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.

Considerado o patrimônio líquido e as despesas em 29/12/2023, o custo foi de aproximadamente -0,0081%.

1.25 Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (Pagamento e/ou Recebimento)

---

Não se aplica.

## 2 Perfil

2.1 Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

O Fundo tem como objetivo buscar a rentabilidade de suas cotas, mediante aplicação de seus recursos em carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa, obtendo níveis de rentabilidade compatíveis com o IPCA + 5,0% ao ano, não constituindo em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

2.2 Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo.

Não houve alterações significativas nas estratégias de gestão ou na política de investimento.

2.3 Descreva o processo decisório de investimento dos Fundos de Investimento da BB Asset.

Todas as decisões de alocação são tomadas em colegiado organizado sob a forma de comitês, conforme disposto no Manual de Alçadas e Limites Operacionais.

Após a realização de reuniões dos comitês, os gestores têm liberdade para determinar o melhor momento de realizar a operação. São usadas informações de mercado, boletins de análises, leitura de notícias on-line, além de análise técnica para implementar as decisões. Os processos de tomada de decisão são definidos por mercados e seguem os seguintes princípios e filosofias:

- Seleção/compra/alocação de ativos de renda fixa emitidos pelo governo:  
No universo de títulos públicos federais são avaliados liquidez e prazo. O título é selecionado com base no perfil e objetivo do fundo (renda fixa, multimercado, atrelado à inflação etc.) e do cenário. Também avaliado o "peso" do título no fundo e então construído o portfólio. A Divisão Governança de Fundos monitora diariamente os limites estabelecidos na Legislação e no regulamento do Fundo. A Gerência Executiva de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance analisa os riscos.
- Seleção/compra/alocação de títulos corporativos - risco privado de instituições financeiras e não financeiras\*:  
No universo de títulos privados são avaliados o emissor, a liquidez e o prazo. Realiza-se análise considerando histórico de crédito e indicadores do balanço. Emissores são classificados por risco (modelo próprio). Também avaliado o peso do título no fundo e então construído o portfólio. A Divisão Governança de Fundos monitora diariamente os limites

estabelecidos na Legislação e no regulamento do Fundo. A Gerência Executiva de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance analisa os riscos.

\* Cabe ressaltar que a BB Asset segue Manual de Gestão de Risco de Crédito aprovado pela Diretoria, que determina todas as diretrizes, limites, políticas de aprovação para compra de títulos de risco de crédito nos âmbitos nacional e internacional.

- Seleção de ações:

No universo de ações é avaliada capitalização, governança e liquidez (FF). Análise Quantitativa (Preço/Lucro, EV/EBITDA, *earnings growth*), Análise Qualitativa (estrutura de capital, qualidade de gestão, fluxo de caixa descontado, utilizando modelo próprio). Também avaliado o peso do título no fundo e então construído o portfólio. O gestor do fundo toma a decisão de quando comprar e vender a ação recomendada. A Divisão Governança de Fundos monitora diariamente os limites estabelecidos na Legislação e no regulamento do Fundo. A Gerência Executiva de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance analisa os riscos.

As decisões podem ser revistas e alteradas a qualquer momento por decisão do comitê responsável.

- 2.4 Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.  
Não houve atribuição de rating e premiações.

### 3 Equipe de Gestão do Fundo

- 3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão.  
O fundo é gerido por Marise Freitas.

- 3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.  
Em março/22 a gerente da equipe passou a ser Marise Reis de Freitas, no lugar de Manoel Aparecido Rodrigues.

### 4 Estratégias e Carteiras

- 4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo em cenário de stress (ex.: *stop loss*, *stop gain*, concentração de ativos, aluguel de ativos etc.).  
O fundo pode investir até 100% da carteira em títulos públicos federais e/ou em suas operações compromissadas, registrados no SELIC. O fundo deve manter, no mínimo, 80% de sua carteira em ativos financeiros cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços.

- 4.2 O fundo pode realizar operações de *day trade*?

Não.

## 5 Uso de Derivativos

No caso de FIC, os fundos investidos poderão atuar no mercado de derivativos para proteger parte de seu patrimônio ou para reproduzir uma posição em ações com a parcela de sua carteira que estiver direcionada para ativos financeiros de renda fixa, sendo vedada a exposição, a esses mercados, superior ao Patrimônio Líquido do FIC.

### 5.1 Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:

- Proteção de carteira ou de posição: Não.
- Mudança de remuneração/indexador: Não.
- Estratégias combinadas (*floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.*): Não.
- Alavancagem: Não.

### 5.2 Mercados em que são utilizados derivativos:

- Juros: Não.
- Câmbio: Não.
- Ações: Não.
- Commodities: Não.

Em Bolsas:

- Com garantia: N/A
- Sem garantia: Não.

Em Balcão:

- Com garantia: N/A
- Sem garantia: Não.

### 5.3 Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado?

Regulamento do fundo não permite alocação em crédito privado.

## 6 Compra de Cotas de Fundos de Investimento

### 6.1 De Fundos de terceiros?

Não.

### 6.2 De Fundos da gestora?



---

Não.

**7 Informações Adicionais**

7.1 PL atual

R\$2.604.177.083,80

7.2 PL médio em 12 (doze) meses

Fundo iniciou em 12/05/2023.

7.3 PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora

R\$ 1.040,189 bilhões.

7.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia?

Quais são os critérios de definição?

Não há capacidade máxima estimada para captação de recursos para este Fundo.

7.5 Número de cotistas

314

7.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

Não se aplica.

7.7 Descreva as regras de concentração de passivo

Não estabelecido.

7.8 Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas

29,66%

7.9 Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?

Não.

7.10 A última demonstração financeira obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?

Fundo em processo de auditoria - 1ª auditoria em dezembro/2023.

**8 Gestão de Risco**

- 8.1 Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.  
Para os fundos que permitem crédito privado, limites de exposição como concentração por emissor são descritas no regulamento e/ou na norma de gestão do fundo. Além disso, os fundos que possuem crédito privado são monitorados, mensalmente, através do relatório de Grau de Especificidade de Ativos (GEA). Para o cálculo do grau são analisados fatores como: duração dos ativos, risco de crédito médio e classificação IHH, que se refere à diversificação do fundo.
- 8.2 Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.  
A liquidez diária do fundo é acompanhada por meio do Índice de Liquidez do Fundo, cuja métrica, modelada internamente, fornece, em forma percentual, o total de ativos passível de negociação (conversão em recursos) em 1 dia útil. O Índice de Liquidez do Fundo é obtido por meio do somatório dos índices de liquidez apurados para cada ativo ou grupo de ativos financeiros. O grupo Cotas de Fundos assume liquidez desde que respeitada a relação entre os prazos de cotização dos fundos comprador e comprado. Quando o fundo investe em cotas de fundos de terceiros, se a cotização do fundo comprador for maior ou igual à cotização do fundo comprado, o Índice de Liquidez do ativo é igual a 100%; caso contrário, igual 0.
- 8.3 Caso o fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.  
Não se aplica.
- 8.4 Se houver na carteira do fundo ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?  
Para o cálculo e acompanhamento da liquidez de todos os ativos são utilizados dados de negociação em mercado de títulos, obtidas de fontes de dados públicas e independentes. Caso o ativo não possua dados de negociação, o mesmo é considerado como Sem Liquidez.
- 8.5 Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: *VaR*, *Tracking Error* e *Expected Shortfall*)?  
Estresse.
- 8.6 Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?  
Não se aplica.
- 8.7 Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5. Em caso de extrapolação de limite é acionado o processo denominado "Cadeia de Alçadas", para que os escalões superiores da BB Asset exerçam o monitoramento do processo de

---

regularização de limites de exposição a risco. O acionamento ocorre por meio de aplicativos informatizados, sendo a Gerência Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance responsável pelo reporte dos motivos da extrapolação do limite, e o gestor, pela formalização das justificativas que embasam a sua estratégia e do prazo para reenquadramento.

- 8.8 Qual o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5?  
Não se aplica.
- 8.9 De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela (s) metodologia(s) citadas no item 8.5.  
Para o gerenciamento do risco de mercado são calculados, diariamente, o consumo do(s) limite(s) de risco para todos os fundos. Os consumos calculados são disponibilizados diariamente na intranet, em área específica de acesso restrito aos funcionários da BB Asset, ou por meio de correio corporativo.
- 8.10 Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido?  
Comente.  
Não houve extrapolação no período de 24 meses.
- 8.11 Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:  
3 meses? -0,19%  
6 meses? -0,21%  
12 meses? Fundo com menos de 12 meses.  
24 meses? Fundo com menos de 24 meses.
- 8.12 Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?  
Fundo não permite alavancagem.
- 8.13 Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B3 ou o próprio)?  
9,00%
- 8.14 Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?  
Não houve extrapolação no período de 24 meses.
- 8.15 Qual o stress médio do fundo nos últimos:

- 3 meses? -7,22%
- 6 meses? -6,55%
- 12 meses? Fundo com menos de 12 meses.
- 24 meses? Fundo com menos de 24 meses.

- 8.16 Comente o último *stop loss* relevante do fundo
- Não se aplica.

## 9 Comportamento do Fundo em Crises

Período	Evento	Comportamento
Maí/06	Crise das Bolsas norte-americanas	N/A
Jul-Ago/07	Crise das hipotecas	N/A
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	N/A
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	N/A
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	N/A

OBS.: O Fundo teve início em maio de 2023.

## 10 Três períodos de maior perda do fundo

Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo de Recuperação
1	15/05/2023 - 19/05/2023	-0,31%	Carteira sensível aos movimentos da ETTJ real. Significativa elevação nos yields das NTN-B.	11 Dias
2	02/10/2023 - 05/10/2023	-0,21%	Carteira sensível aos movimentos da ETTJ real. Significativa elevação nos yields das NTN-B.	6 Dias
3	24/05/2023 - 26/05/2023	-0,16%	Carteira sensível aos movimentos da ETTJ real. Significativa elevação nos yields das NTN-B.	5 Dias

Fonte: Quantum Axis.

OBS: Os dados acima foram calculados em base anual, dentro de uma janela de 5 anos.

## 11 Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos 5 (cinco) anos

- 11.1 Atribuição Contribuição (%)
- Alocação 100,00%

Seleção -  
Timing -

11.2 Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates). Não houve mudanças de estratégia em razão de fluxo de recursos.

11.3 O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?  
Sim. Em 15/08/2023, o fundo foi fechado para novas aplicações; em 16/08/2023, reabertura do fundo para novas aplicações.

## 12 Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1 Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?  
Mensal, carteira completa.

12.2 Com que frequência é possível realizar *conference calls* com a gestora dos fundos?  
A Gerência Comercial da BB Asset presta assessoria às agências de relacionamento no que se refere à gestão dos Fundos. Assuntos pontuais podem ser discutidos em *conference calls* com o gestor do Fundo quando negociado com a Gerência Comercial.

12.3 Por quais canais o fundo é distribuído?  
Agências, Internet Banking.

12.4 Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?  
1º - 100%

## 13 Atendimento aos Cotistas

13.1 Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?  
São disponibilizados informes mensais no site do Banco do Brasil com comentários macroeconômicos e do gestor, dados de fechamento do mês, rentabilidade, composição e evolução patrimonial. Outras informações poderão ser fornecidas, conforme demanda, na periodicidade possível e previamente acordada.

- 13.2 Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?

As informações estão disponíveis no site do Banco do Brasil S.A. e são atualizadas na periodicidade estabelecida pela legislação vigente. As agências de relacionamento do Banco do Brasil também podem fornecer informações sobre o produto.

- 13.3 Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?

Sim, existe as Centrais de Atendimento do Banco do Brasil informadas no Regulamento do Fundo e a Central de Atendimento da BB Asset S.A. no horário das 10 às 17 horas, em dias úteis.

#### 14 Investimento no exterior

- 14.1 Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.

N/A

- 14.2 Quais os riscos envolvidos?

N/A

- 14.3 Quais são os mercados em que o fundo opera?

N/A

- 14.4 Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?

N/A

- 14.5 Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundos de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros).

Administrador Fiduciário	N/A
Custodiante	N/A
Auditor	N/A
RTA	N/A